



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Angola como Potência Regional Emergente.  
Análise dos Factores Estratégicos  
(2002-2012)

Aida Maria Silvério Pinto Pegado

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutor em Estudos Africanos – Política e Relações Internacionais

Orientador:

Professor Doutor Pedro Borges Graça

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa

Março, 2014

### **Membros do Júri**

Doutor Victor Mário Chicua Kajibanga, Professor Titular da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto.

Doutor Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão.

Doutor José Carlos Gaspar Venâncio, Professor Catedrático da Universidade da Beira Interior.

Doutor Luís Fernando Machado Barroso, Investigador do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL.

Doutor Eduardo Maria Costa Dias Martins, Professor Auxiliar do ISCTE-IUL.

Doutor Pedro João Borges Graça, Professor Associado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Orientador).

## **AGRADECIMENTOS**

Associo-me aos que defendem que em toda a tese, os agradecimentos são o único momento em que nos é permitido deixar fluir os sentimentos e perder a objectividade. Referimo-nos à parte afectiva em que tradicionalmente, o investigador presta tributo a todas as pessoas singulares e colectivas que, sob as mais diversas formas, tornaram possível a concretização do projecto científico.

Os meus agradecimentos vão em primeiro lugar para o Eng.º João Sebastião Teta, Reitor da Universidade Agostinho Neto (2002-2009) pelo estímulo em levar avante este projecto científico.

Ao Professor Doutor João Milando pela motivação e por ter aceitado reler o trabalho.

A minha gratidão vai também para o meu Orientador, Professor Doutor Pedro Borges Graça (ISCSP), que se disponibilizou para orientar este trabalho, pautando-se pelo rigor e seriedade e estando sempre disponível para partilhar novas ideias que foram surgindo ao longo da investigação e que contribuíram para o aprofundamento e consolidação do tema.

Agradecimentos ao ISCTE-IUL, enquanto instituição de Ensino, por todo o apoio dado, em especial aos Professores Eduardo Costa Dias e Ulrich Schiefer.

À SONANGOL, em particular ao Eng.º Manuel Vicente, enquanto Presidente do Conselho de Administração, pela bolsa de estudo que me foi concedida. Em Lisboa, obrigada à PUAÇA, à Marta e à Georgina, departamento de apoio aos bolseiros.

O meu agradecimento ao Professor Doutor Orlando da Mata, Reitor em exercício da UAN, pelo apoio institucional.

Estou grata ao Professor Doutor Adriano Moreira por tão prontamente se ter disponibilizado para clarificar algumas das minhas questões sobre o papel de Angola no século XXI.

A minha gratidão vai também para os Oficiais do Estado Maior General das FAA e da Escola Superior de Guerra (Luanda), que se prestaram a aumentar os meus conhecimentos sobre o papel desta instituição militar a nível interno, regional e continental.

Aos Professores Mário Pinto de Andrade e Manuel dos Santos Lima; ao Adolfo Maria e ao Xavier Figueiredo por partilharem comigo a sua visão sobre Angola.

Aos meus amigos que, em Portugal e em Angola, me apoiaram de diferentes formas e foram criando expectativas que muito me encorajaram ao longo deste percurso científico, nomeadamente: Céu Reis, Fidel Reis, Nélida, Joelma Almeida, Maria de Fátima, Esperança Costa, Fátima Silveira, Adélia de Carvalho.

A maior gratidão vai para a minha numerosa FAMÍLIA, irmãos, irmãs, sobrinhos, sobrinhas, primos, primas, ao tio Luís, patriarca da família, pelo apoio permanente, apesar da distância, e para o meu sucessor Francisco Jonas.



## RESUMO

Historicamente, os recursos naturais mais preciosos deram aos Estados possidentes, vantagens políticas, influência e prestígio, que os distinguiram entre as Nações. Angola é um caso paradigmático. Desde os anos 90, a indústria petrolífera angolana entrou numa fase de expansão, aplicando tecnologias de ponta para produção em águas profundas. Aos avanços tecnológicos, juntaram-se condições sociais e políticas favoráveis, no seu conjunto, ao Estado angolano, que também passou a ser o segundo parceiro dos Estados Unidos na África Subsariana. A nova dinâmica da indústria petrolífera contribuiu para um aumento do fluxo de capitais, do investimento estrangeiro e da reabilitação e construção de infra-estruturas, suscitando a inclusão de Angola no grupo de países de maior crescimento, entre 2002 e 2008, a nível mundial. Com base em cenários geopolíticos, diferentes quadrantes argumentam que Angola é uma potência regional emergente. Esta tese defende, no entanto, que para Angola ser uma potência regional emergente os *factores estratégicos devem ser sustentáveis*. Os resultados que obtivemos evidenciam potencialidades e oportunidades, mas também vulnerabilidades e ameaças que contradizem os argumentos dos que defendem que Angola é uma potência regional emergente.

**Palavras-chaves:** África Austral, Angola, *factores estratégicos*, recursos naturais, poder, geopolítica, estratégia, relações internacionais, potência regional.

## **ABSTRACT**

Historically the valuable natural resources entitled the blessed countries with political advantages, influence and prestige that would distinguish them among the Nations. Angola is a case point. Since the 1990s the Angolan oil industry begins a new expansion stage by the use of advanced subsea technologies. Besides the use of advanced technologies, political and social conditions are favorable, on the whole, to the Angolan state that becomes the USA's second major partner in sub-Saharan Africa. The new impetus upon the oil industry have paved the way to the increase in the capital flux, foreign investment, and infrastructure building, raising the ranking of Angola in the group of countries with the highest growth between 2002 and 2008. Based on geopolitical scenarios, different quarters claim that Angola is a regional emergent power. This thesis advocates for Angola to be a regional emerging country the *strategic factors* must be sustainable. The outcomes point out opportunities and capacities, but also vulnerabilities as well threats refuting the arguments of those who claim Angola is a regional emerging power.

**Key words:** Southern Africa, Angola, strategic factors, natural resources, power, geopolitics, strategy, international relations and regional emerging power.

## ÍNDICE

Índice de Quadros .....	ix
Índice de Figuras.....	x
Glossário de Siglas .....	xi
Introdução .....	1
<b>Primeira Parte – Problemática, Enquadramento Teórico e Metodológico .....</b>	<b>3</b>
<b>Capítulo I – problema, objecto de investigação e metodologia .....</b>	<b>3</b>
1    Formulação do problema.....	3
2    Construção do objecto de investigação .....	12
2.1    Pergunta de partida.....	12
2.2    Definição e delimitação do objecto .....	13
3    Objectivos e Justificação do Estudo .....	14
3.1    Justificação do estudo .....	14
4    Hipóteses de trabalho e âmbito de aplicação.....	15
5    Metodologia aplicada .....	16
5.1    O método científico.....	16
5.1.1    O método científico e os Estudos Africanos.....	16
5.2    A perspectiva interdisciplinar .....	18
5.2.1    Ciência Política.....	19
5.2.2    Relações Internacionais .....	21
5.2.3    Geopolítica.....	23
5.2.4    História do Presente.....	24
5.3    Tratamento das fontes .....	25
5.3.1    Fontes em Ciência Política .....	25
5.3.2    Fontes específicas .....	27
5.4    Trabalho de campo.....	27
5.4.1    Entrevistas semi-estruturadas .....	28
5.4.2    Observação directa.....	29
5.5    Pesquisa Bibliográfica e Documental .....	30
5.6    Questão ética.....	31
<b>Capítulo II – Enquadramento Conceptual e Teórico .....</b>	<b>33</b>
1    Conceitos operacionais e parâmetros epistemológicos: poder, geopolítica, estratégia e potência regional.....	33
1.1    Poder .....	33
1.1.1    O poder nas relações internacionais.....	35
1.1.2    Fontoura e as relações de poder.....	35
1.1.3    Cline e a avaliação quantitativa do poder .....	37
1.1.4    Joseph Nye e o futuro do poder .....	39
1.2    Geopolítica .....	40
1.2.1    A origem e a evolução do conceito.....	40
1.2.2    A dimensão marítima e terrestre da geopolítica .....	44
1.2.3    O contexto geopolítico do continente africano .....	47
1.3    Estratégia.....	52
1.3.1    Os antigos e a arte da guerra.....	52
1.3.2    Os modernos e a nova visão do mundo .....	52
1.3.3    Os contemporâneos e a estratégia global .....	53
1.4    Potência Regional .....	55
1.4.1    A génese das organizações regionais.....	58
1.4.2    Os agrupamentos regionais em África.....	59
1.4.3    As organizações inter-governamentais .....	62



2	Debates teóricos sobre relações internacionais .....	63
2.1	A teoria nas relações internacionais .....	63
2.2	As escolas de pensamento .....	65
2.2.1	O realismo .....	65
2.2.2	O Neo-Realismo .....	68
2.3	John Clark e as relações internacionais de África .....	69
<b>Segunda Parte72 - África Austral e Angola como Potência Regional Emergente .....</b>		<b>72</b>
<b>Capítulo III. Contextualização Histórica e Dinâmicas na Criação da Organização Regional ...</b>		<b>72</b>
1	Ventos de mudança .....	72
1.1	A “Linha da Frente” .....	77
1.2	A Southern African Development Coordination Conference (SADCC) .....	79
1.3	A Southern African Development Community (SADC) .....	80
<b>Capítulo IV – Estruturação Político-Militar de Angola Pós-Colonial.....</b>		<b>86</b>
1	Contextualização Político-Militar (1975-1991).....	86
2	Uma visão externa da guerra civil .....	88
3	Oposição armada .....	90
3.1	A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o plano Norte .....	90
3.2	A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA): O projecto federal e as alianças estratégicas.....	92
3.3	O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e o Poder em Angola ..	104
3.3.1	A “substituição necessária” .....	110
3.3.2	As dinâmicas de mudança .....	113
3.3.3	A abertura ao Ocidente .....	114
3.4	A des-ideologização da economia.....	116
<b>Capítulo V- Potência Regional Emergente: <i>Factores Estratégicos</i> - Potencialidades Internas..</b>		<b>120</b>
1	Contexto .....	120
2	Geografia Física .....	121
3	Recursos naturais.....	125
4	População: um mega sistema do poder nacional .....	128
4.1	Água para todos .....	131
4.2	Cooperação e formação da massa crítica .....	132
4.3	Cooperação e formação da massa crítica .....	135
5	Segurança alimentar .....	137
6	Indústria do Petróleo .....	143
6.1	Produção <i>versus</i> consumo (2000-2010).....	144
6.2	Malongo: o oásis do petróleo .....	147
6.3	Sonangol: Força Motriz da Economia Angolana .....	149
6.4	Gestão da transparência .....	151
7	Análise gráfica da economia .....	153
8	Poder Político .....	156
8.1	A forma do poder .....	157
8.2	A sede do poder.....	158
8.3	A ideologia no Estado .....	162
9	Poder conjugado .....	164
9.1	O Exército – Forças Armadas Angolanas (FAA).....	164
9.2	A Força Aérea de Angola (FAA).....	166
9.3	A Marinha de Guerra de Angola (MGA).....	167
<b>Capítulo VI– Potência Regional Emergente: Os Instrumentos para Influência Externa .....</b>		<b>172</b>
1	Geopolítica do <i>heartland</i> do Sul.....	172
2	Instrumentos materiais para influência externa .....	174
2.1	As Acções militares .....	175
2.2	A prevenção de conflitos.....	180
3	Geopolítica no golfo da Guiné .....	182

4	Instrumentos de Influência Institucional .....	185
4.1	As Organizações Financeiras .....	185
4.1.1	O Fundo Monetário Internacional (FMI).....	185
4.1.2	O Banco Mundial (BM).....	186
4.2	As organizações multilaterais .....	187
5	Internacionalização do poder angolano .....	189
5.1	O Reconhecimento de liderança.....	193
6	Diplomacia pública.....	193
	<b>Conclusão</b> .....	197
	<b>Referências Bibliográficas</b> .....	<b>201</b>

## **Anexos**

**Anexo A** – Mapas

**Anexo B** – Acordos

**Anexo C** – Legislação e resoluções

**Anexo D** – Discursos do Presidente e correspondência oficial

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 3.1 - Indicadores básicos da sadc .....	82
Quadro 4.1 - Despesa total na defesa, 1992-2002.....	102
Quadro 4.2 - Produção e exportação de diamantes .....	112
Quadro 4.3 - Produção de petróleo (‘000 b/d) .....	112
Quadro 4.4 - Principais parceiros comerciais (milhões de dólares).....	115
Quadro 5.1 - Projecções de crescimento da população angolana .....	130
Quadro 5.2 - A vulnerabilidade populacional.....	131
Quadro 5.3 - Consumo de água.....	132
Quadro 5.4 - Cooperação da UAN.....	136
Quadro 5.5 - Composição das importações, 2006-2010 (milhões usd) .....	142
Quadro 5.6 - Consumo de energia .....	145
Quadro 5.7 - FAPA/DAA (1988).....	167
Quadro 5.8 - MGA (1988) .....	168
Quadro 5.9 - MGA (2012) .....	168
Quadro 5.10 - Forças Navais Disponíveis .....	169

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 – A Representação Geopolítica de Mackinder .....	45
Figura 2.2 – O “ <i>outer world de Mackinder</i> ” .....	47
Figura 2.3 – A Geopolítica de África.....	48
Figura 2.4 – África ao Sul do Sahara.....	49
Figura 2.5 – Cone Austral.....	50
Figura 2.6 – África Encravada.....	51
Figura 2.7 – África Atlântica .....	51
Figura 2.8 – Mapa da Organização da Unidade Africana.....	59
Figura 3.1 – A Linha da Frente .....	77
Figura 3.2 – Estados-membros do SADC.....	81
Figura 4.1 – Signatários do Acordo de Alvor (16 de Janeiro de 1975).....	88
Figura 4.2 – Localização Estratégica da Jamba .....	93
Figura 4.3 – A Diplomacia da UNITA na Jamba.....	96
Figura 4.4 – Acordos de Bicesse (1 de Maio de 1991) .....	99
Figura 4.5 – Representação Parlamentar da UNITA .....	103
Figura 4.6 – Estrutura do MPLA em 1975.....	109
Figura 4.7 – Tomada de posse do Eng.º José Eduardo dos Santos (10.09.1979).....	110
Figura 4.8 – Eleições Legislativas (5-6.09.2008) .....	119
Figura 5.1 – Geografia Física de Angola.....	122
Figura 5.2 – Áreas Localizadas de Recursos Minerais .....	126
Figura 5.3 – Terras tomadas ( <i>Land grabs</i> ): 2006-2009 .....	139
Figura 5.4 – Produção e Consumo de Petróleo.....	146
Figura 5.5 – Concessões de exploração petrolífera.....	150
Figura 5.6 – Os Parceiros Estratégicos do Petróleo .....	153
Figura 5.7 – Volume das Exportações de petróleo .....	154
Figura 5.8 – Volume das importações de bens .....	155
Figura 5.9 – Importação e produção interna .....	155
Figura 5.10 – Relação exportação vs importação .....	156
Figura 5.11 – A sede do poder político.....	160
Figura 6.1 – Efectivos do Exército.....	177
Figura 6.2 – Carros de combate (MBT).....	178
Figura 6.3 – Viaturas Blindadas.....	178
Figura 6.4 – Artilharia e Morteiros .....	179
Figura 6.5 – A Geografia do Petróleo no Golfo da Guiné .....	182
Figura 6.6 – Conferência “Angola e o golfo da Guiné”.....	185

## GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ACP	Estados da África, das Caraíbas e do Pacífico
ADBG	Africa Development Bank Group
AFRICON	United States African Command
AIE/IEA	Agência Internacional de Energia/International Energy Agency
ANC	African National Congress
AULP	Associação das Universidades de Língua Portuguesa
BIC	Banco Internacional de Crédito
BM	Banco Mundial
BPI	Banco Português do Investimento
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CABGOC	Cabinda Gulf Oil Company
CEDEAO/ECOWAS	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEEA/EURATOM	Comunidade Europeia da Energia Atómica
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CENUA/ECA	Comissão Económica das Nações Unidas para África
CEWS	Sistema Continental de Alerta Prévio
CODESRIA	Conselho para o Desenvolvimento da Investigação Económica e Social em África
COMESA	Mercado Comum para África Oriental e Austral
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPS	Conselho para a Paz e Segurança
DFA	Department of Foreign Affairs
EAC	Comunidade da África Oriental
EACU	East Africa Customs Union
ECA	Comissão Económica das Nações Unidas para África
EITI	Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas/Extractive Industries Transparency Initiative
EIU	The Economist Intelligence Unit
EPLA	Exército Popular de Libertação de Angola
FAA	Forças Armadas de Angola
FAA	Força Aérea Angolana
FALA	Forças Armadas de Libertação de Angola
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura/ Food and Agricultural Organization
FAPA	Força Área Popular de Angola
FAPLA	Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FLEC	Frente de Libertação do Estado de Cabinda
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FRAIN	Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional
GG	Golfo da Guiné
GURN	Governo de Unidade e Reconciliação Nacional
IBEP	Inquérito sobre o Bem-Estar da População

IDA	World Bank International Development Association
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IISS	International Institute for Strategic Studies
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISCSP	Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
ISCTE-IUL	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Instituto Universitário de Lisboa
JS	Jonas Savimbi
KGB	Comité de Defesa do Estado
MDDI	Movimento para a Democracia e Desenvolvimento Integral
MFA	Movimento das Forças Armadas
MGA	Marinha de Guerra Angolana
MIREX	Ministério das Relações Exteriores
MLSTP	Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe
MONUA	Missão de Observadores das Nações Unidas em Angola
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NATO	North Atlantic Treaty Organisation
NEPAD	Nova Parceria do Desenvolvimento de África
NU	Nações Unidas
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OGE	Orçamento Geral do Estado
OMA	Organização da Mulher Angolana
OMC/WTO	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Organização dos Pioneiros de Angola
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OR	Organizações Regionais
ORA	Organizações Regionais Africanas
OSISA	Open Society Initiative for Southern Africa
OUA	Organização de Unidade Africana
PAI	Partido Africano Independente
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAM	Programa Alimentar Mundial
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PDAA	Programa de Desenvolvimento da Agricultura em África
PIB	Produto Interno Bruto
PLF	Países da Linha da Frente
PMA	Países Menos Avançados
PMD	Países Menos Desenvolvidos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDC	República Democrática do Congo
RI	Relações Internacionais
RISDP	Regional Indicative Strategic Development Plan
SACU	União Aduaneira da África Austral/Southern African Customs Union
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral/Southern African Development Community

SADC TP	Protocolo de Comércio da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral/Southern African Development Community Trade Protocol
SADDC	Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral/Southern African Development Coordination Conference
SOAS	School of Oriental and African Studies
SPI	Sistema Político Internacional
STP	São Tomé e Príncipe
SWAPO	South West Africa People's Organization
TP	Trade Protocol
UA	União Africana
UAAOF	União Aduaneira da África Ocidental Francesa
UAN	Universidade Agostinho Neto
UAPAO	União Aduaneira dos Países de África Ocidental
UE	União Europeia
UNAVEM	United Nations Angola Verification Mission
UNECA	United Nations Economic Commission for Africa
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura/United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UNTA	União dos Trabalhadores de Angola
UPA	União dos Povos de Angola
UTL	Universidade Técnica de Lisboa
ZANU	Zimbabwe African National Union
ZTC	Zona de Tensão e Conflito

## INTRODUÇÃO

Na última década tem sido alvitado no seio de determinados actores do sistema internacional que Angola é “uma potência regional emergente”. Pretende-se com este trabalho compreender as razões que concorrem para esse discurso, num período em que o país acaba de sair de uma guerra civil de quase vinte e sete anos, em que as infra-estruturas foram, na sua maioria, destruídas e só agora se registam avanços nessas áreas.

Entre diferentes perspectivas de análise, optámos por contextualizar o tema nas relações internacionais e seleccionar os indicadores que, enquanto *factores estratégicos*, servem para aferir até que ponto um país é mais “poderoso” do que os restantes que se encontram na sua região ou a nível global.

Tendo em conta o contexto em que surgem estes pressupostos, estruturámos o trabalho segundo dois momentos. O primeiro relaciona-se com os efeitos das políticas implementadas na sociedade, que transitou de um sistema centralizado para um sistema global. Interligada com este, está a necessidade de aprofundar e compreender a trajectória da história recente do país, não só na sua vertente política e económica, mas também em relação a outros aspectos estruturantes da sociedade angolana.

O segundo nível de análise tem em conta elementos que são transversais ao contexto interno, e que representam a política externa de Angola nos contextos regional, continental e global, nos quais se desenvolvem as interacções relacionais do Estado angolano através de acções de contacto com carácter bilateral e multilateral.

Procura-se apreender e explicar a evolução interna e externa do Estado angolano, através de uma perspectiva interdisciplinar, interligando-se diferentes disciplinas para obter uma visão holística do tema.

Relativamente ao material bibliográfico, faz-se uma incursão pelas obras relativas ao assunto, na busca de argumentos que enfatizem, que contrariem ou que se distanciem do pressuposto inicial. A abordagem dos acontecimentos não é propriamente cronológica; a bibliografia remete-nos para factos e conjunturas do passado recente ou do futuro próximo, em diferentes momentos da narrativa. Em relação ao estado da arte percorremos a literatura referente ao período em análise, na busca de um saber sistemático acerca da realidade, que, de algum modo, possa ser empiricamente validado.



O presente trabalho compreende seis capítulos distribuídos por duas partes. A primeira trata de um conjunto de questões de ordem teórica e metodológica que orientam o trabalho; a segunda parte remete para o estudo de caso.

Na primeira parte, no Capítulo I analisa-se um conjunto de questões relativas à construção do objecto de investigação e às técnicas metodológicas utilizadas ao longo do estudo. Analisamos também questões conceptuais e operacionais que orientam a pesquisa.

O Capítulo II centraliza-se no enquadramento conceptual e na utilização da teoria realista e do neo-realismo nas perspectivas adoptadas pelos estudiosos que as conceberam e sua importância para este trabalho. Examinamos, ainda, as relações internacionais de África.

A segunda parte trata das questões relativas ao estudo de caso.

O Capítulo III centra-se numa incursão pela história recente da África Austral para melhor compreensão da posição de Angola.

No Capítulo IV observam-se os acontecimentos subjacentes ao tema e que concorrem para uma melhor compreensão da trajectória histórica do país; explicamos o posicionamento dos principais partidos políticos - MPLA, UNITA e FNLA - e as suas estratégias para Angola, no período de 1975 a 1988.

No Capítulo V analisa-se cada um dos *factores estratégicos* para aferirmos das potencialidades de Angola.

No Capítulo VI examina-se a sua capacidade de influência externa, aspectos que ajudarão a explicar a posição do país no contexto externo.

Da Conclusão consta uma matriz SWOT, instrumento de análise estratégica, que nos dá um Quadro final sobre o grau de sustentabilidade de cada um dos factores estratégicos.

Por último, referimos que, sendo facultativo, a nossa opção foi a de escrever esta tese sem adoptarmos a grafia preconizada pelo novo acordo ortográfico. Assumimos a posição oficial de Angola, que, até à data em que redigimos o trabalho, não o ratificou.

## **PRIMEIRA PARTE**

### **PROBLEMÁTICA, ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO**

#### **CAPÍTULO I – PROBLEMA, OBJECTO DE INVESTIGAÇÃO E METODOLOGIA**

##### **1 Formulação do problema**

Tendo em conta a amplitude da literatura, começamos por observar que, após vinte e sete anos de guerra civil, com períodos de desanuviamiento (1991-1992 entendimento de Bicesse) a paz foi finalmente alcançada em Angola. Seguiu-se a busca de normalidade política, com a procura de integração num sistema de democracia representativa, de paz social e de recuperação económica. Em 2008, o sistema multipartidário foi reforçado com a realização de eleições, que culminaram um processo de transição constitucional iniciado em 1991. (Constituição da República de Angola, 2010).

Desde essa altura, os políticos, os agentes económicos e académicos, alguns angolanos e estrangeiros - inspirados em dinâmicas internas de crescimento - têm enveredado por um debate contraditório sobre Angola ser ou não uma potência regional emergente.

Angola, a seguir à Nigéria, é o maior produtor de petróleo na África Subsariana e possuidora de grandes reservas de depósitos de gás natural. Esta posição tem sido atribuída ao facto de no início dos anos 90, a indústria petrolífera angolana ter entrado numa nova fase do seu desenvolvimento, com a aplicação de novas tecnologias para a extracção em águas profundas, que até então eram desenvolvidas principalmente nas zonas petrolíferas do mar do Norte. As descobertas em águas profundas são consideradas, por alguns estudiosos desta temática, como “o *jackpot* de petróleo do século XXI”, referindo ainda que, entre os anos de 1995 e 1999, Angola aumentou as reservas comprovadas em 600%, mais do que qualquer outro país no mundo, durante aquele período (Hodges, 2003: 190; Gary e Karl, 2003).

A busca de alianças estratégicas locais criou um ambiente favorável à actuação dos agentes económicos e ao incremento do investimento estrangeiro. Para o titular do poder executivo, o país pretende desenvolver a economia de forma sustentada, com

equilíbrio regional e integração internacional (Santos, 2010, Anexo D-7). Em nosso entender, esta é uma visão focada nas potencialidades do país e que permite traçar e implementar políticas públicas, com base nos recursos existentes.

Antes de prosseguir, é pertinente identificar e fazer a revisão da literatura e os argumentos aduzidos, para tentar responder cientificamente às questões suscitadas pelo estabelecimento e consolidação de uma potência regional emergente e para procurar perceber como é que Angola é analisada nesta literatura.

O debate em torno de Angola ganhou especial interesse, quando em 2008, começaram a surgir os primeiros sinais de instabilidade económica e financeira na Europa, como consequência da crise dos créditos imobiliários nos Estados Unidos da América e que, por efeito dominó, viria a afectar a economia mundial. Perante este cenário, surgem actores cujo discurso se estrutura em torno de Angola, enquanto produtor de petróleo, como uma alternativa para enfrentar a crise.

Luís Mira Amaral<sup>1</sup> defende que existem diferentes razões para investir em Angola: a crise económica na Europa; a estabilização da economia angolana e a queda da inflação e dos juros; o facto de nos últimos cinco anos, Angola ter sido a economia mundial que registou maior crescimento e subida de rácio de transformação dos depósitos em crédito (Amaral, 2009: 226). Visto sob esta perspectiva, os argumentos deste gestor e banqueiro enquadrariam o impulso que se seguiu, de investimento estrangeiro em Angola, nomeadamente portugueses.

Esse Quadro acabaria por tornar Angola um país de imigração, com um grande número de portugueses, alguns dos quais com elevados níveis de instrução e técnicos superiores; chineses (que chegaram ao abrigo de acordos bilaterais); imigrantes dos países da África Ocidental e Central, na sua maioria mão-de-obra não qualificada; Sobre os portugueses afirma Adriano Moreira: “Trata-se de procurar um futuro na imigração, como durante séculos aconteceu, dando origem às comunidades portuguesas no estrangeiro” (Moreira, 2012). Este fluxo tem contribuído para o crescimento que se observa em Angola, o que vem sustentar o argumento dos que defendem a emergência de uma potência regional.

Para o historiador Carlos Pacheco, o discurso de potência regional emergente tem início na diplomacia lusa, tendo como patrono mais entusiasta Durão Barroso<sup>2</sup>,

---

<sup>1</sup> Desde 2007 que Mira Amaral está ao serviço do Estado angolano como presidente do banco BIC Português.

<sup>2</sup> José Manuel Durão Barroso, ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal (1992-1995).

defensor da teoria da *geografia da paz* segundo a qual, após as intervenções militares na República do Congo, em 1996, e na República Democrática do Congo, em 1998, Angola se elevou à condição de potência emergente (Pacheco, 2010: 294-295). Num aparente reconhecimento, João Cravinho<sup>3</sup> defende que Angola é uma potência emergente, um colosso africano com formidáveis desafios pela frente (Meireles, 2005). Na mesma linha, Freitas do Amaral<sup>4</sup> afirma não ter dúvidas, de que Angola está a seguir muito bem o seu caminho e que vai afirmar-se, nas próximas décadas, como uma grande potência e como potência mundial (Meireles, 2005).

Com outra perspectiva, posicionam-se os investigadores que sustentam os seus argumentos ao estabelecer um paralelo entre a existência de recursos naturais e o desempenho económico do país. Neste contexto, Billon *et al* defendem que Angola é uma potência petro-militar local, que se posicionou de maneira autónoma e pragmática, e que isso se deve ao uso do dinheiro garantido pelo petróleo e pelas “relações pessoais residuais” da Guerra Fria, fazendo com que no final dos anos 90, as dinâmicas regionais se tornassem favoráveis a Angola, com a independência da Namíbia, a queda do sistema de *apartheid* e a implantação, no Congo, de um regime pró angolano (Billon *et al* 2008: 104-107).

Do ponto de vista de Alves da Rocha, o país dispõe de uma margem de progressão futura superior à da África do Sul e da Nigéria, o que significa para o autor, que mantendo a mesma progressão nos próximos anos, Angola pode vir a liderar não só a região como a África Subsariana (Rocha, 2009). Estes investigadores ignoraram, nas suas análises, outros indicadores (que analisamos mais adiante neste estudo) que iriam permitir uma leitura mais ampla e abrangente sobre o assunto.

Ao mesmo tempo, outros consideram que, apesar de Angola ser actualmente uma potência local, tudo se conjuga para vir a ser, em breve, uma forte potência regional (Queiroz, 2007). Defendem também que Angola é um contrapeso emergente dentro da SADC, face à principal potência regional, a África do Sul (Mitter, 2009: 48). Um outro argumento é o de Eugénio Almeida (2011:89), que, baseado na teoria do *Estado director*, sustenta que Angola apresenta condições para se tornar uma potência regional em África, nomeadamente na África Central e Centro Meridional. Defende

---

<sup>3</sup> João Gomes Cravinho, Professor de Relações Internacionais, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação (Nov. 2005).

<sup>4</sup> Diogo Freitas do Amaral, Professor de Direito, Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal (Dez. 2005).

também que enquanto Angola é uma potência emergente na região centro, a África do Sul é uma potência no cone austral (Eugénio Almeida: 2010).

Vista sob esta perspectiva, a situação pode configurar a projecção do poder de Angola para a região central de África, onde os Estados que a integram não possuem, actualmente, a mesma capacidade de liderança militar e económica. No entanto, este pressuposto seria mais facilmente admissível se Angola fosse, tal como os demais, um país francófono da África Central. Além disso, revestem-se de particular importância as diferenças históricas, sociais e políticas entre Angola e os demais países. Deste ponto de vista, parece-nos insustentável partir-se do princípio, de que o poder de Angola tem um alcance de liderança, num futuro próximo, sobre a região central.

Para o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, a economia angolana, em 2005, cresceu 14%. No sector petrolífero, o volume de produção, em 2006, foi de 1,2 milhões de barris/dia e estimava-se o seu aumento para 2 milhões de barris/dia em 2007/2008. Segundo a mesma fonte, este ritmo torna Angola uma das economias com o crescimento mais rápido do planeta (Kaninda, 2006).

Os argumentos em torno da dinâmica de crescimento da economia angolana não são consensuais. Existe uma linha de pensamento cuja análise se distancia da anterior, pondo em causa a gestão dos recursos naturais. Inscrevem-se neste Quadro analítico autores que se baseiam na teoria da maldição dos recursos naturais isto é, países ricos em recursos, porém pobres. Estes críticos argumentam sobre a forma de utilização dos recursos naturais. Para Hodges, a boa utilização dos mesmos poderia fazer de Angola um dos países mais prósperos de África. Reportando-se à década de 2000, o autor sublinha que, embora o petróleo dê ao país um rendimento *per capita* de 661 dólares, acima da média da África Subsariana, a maior parte da população vive na pobreza (Hodges, 2003: 51).

Tendo como base a geopolítica do petróleo dos países do golfo da Guiné, de que Angola é parte integrante, Oliveira argumenta que, no contexto criado ou exacerbado pelas receitas do petróleo nas petro-economias, o Estado é o destino final destas receitas: é ao Estado que cabe nomear os actores políticos coligados para acesso aos fundos. Tipicamente, refere o autor, isto dá lugar a um *inner circle* cujos principais participantes são escolhidos com base em critérios étnicos, familiares ou políticos, e que beneficiam, de forma desproporcionada, das oportunidades criadas pela riqueza do petróleo (Oliveira, 2007: 33).

Para Munslow<sup>5</sup>, o petróleo e os diamantes são os pilares gêmeos da riqueza do país e a razão da sua pobreza. Na sua perspectiva, Angola tem um desenvolvimento insustentável (Munslow, 1999: 551-568). Por seu turno, MacMillan entende que Angola está vinculada à ideia de país rico em petróleo e diamantes, mas é desesperadamente pobre. Na sua análise, o autor argumenta que a corrupção chegou ao extremo de, em cada ano, mais de um bilião de dólares das receitas de petróleo de Angola serem dadas como desaparecidas. Na sua óptica, a riqueza está concentrada nas mãos de uma pequena elite que usa a sua posição no Governo ou na proximidade deste, para enriquecimento pessoal massivo. As instituições são fracas e há ausência de *checks and balances*, deixando a corrupção impune. Para o autor, existem poucas esperanças para progresso ou crescimento económico (MacMillan, 2005: 155-169).

Numa análise prospectiva do crescimento da economia angolana, Collier (2006) sugere que Angola deveria olhar para a Nigéria, cuja exploração de petróleo começou em 1973, tendo-se seguido dois *booms* (1983 e 1993) mas, no entanto, em 2003 a economia do país estava mais pobre do que nunca. Do seu ponto de vista, deveriam ser tomadas cinco medidas que ajudariam a um bom desempenho da economia: definir sistemas para gastos públicos; evitar o nepotismo político; criar sistemas vitais para gastos públicos; controlar as divisões sociais; e desenvolver uma economia fora da área do petróleo (Collier, 2006).

Numa lógica de recursos e poder, Hodges refere que, de uma maneira geral, o regime angolano não precisa da ajuda de doadores, devido à importância dos seus próprios recursos. Por outro lado, os países doadores evitam a deterioração das relações com o regime, o que poderia pôr em perigo os seus interesses (Hodges, 2002 : 264).

Uma visão alternativa é-nos dada pelos autores, que defendem que o foco de desenvolvimento na África Austral não é Angola, mas sim a África do Sul. Eis alguns dos principais argumentos. Campos defende que a África do Sul possui recursos naturais e uma economia forte, está bem localizada e tem valor estratégico nos oceanos Atlântico e Índico; dispõe de umas Forças Armadas bem equipadas com material, parte do qual produzido localmente (Campos, 1996: 25-26).

Estudos elaborados sobre os recursos naturais da África do Sul revelam que possui cerca de 700 jazigos com ouro, platina, carvão e diamantes, recursos que exporta para cerca de 87 países. Tem madeira e uma agricultura que produz desde os mais

---

<sup>5</sup> Barry Munslow, Professor da School of Politics and Communication Studies, University of Liverpool, UK.

variados frutos até ao tabaco e algodão que, são produtos de exportação. Ainda assim, as suas limitações são a falta de recursos hidráulicos, de energia e dependência nos recursos energéticos<sup>6</sup>. Nesta mesma linha de argumentos, Fledes refere que o PIB sul-africano é duas vezes superior ao dos restantes países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral - SADC<sup>7</sup>, fazendo da África do Sul um dos países mais ricos de toda a África. Quanto ao poder militar, considera Fledes que Angola tem mais tropas do que a África do Sul. No entanto, esta pode despender muito mais com a sua estrutura militar do que todos os seus vizinhos da sub-região juntos (Fledes, 2007: 18-21). Na óptica de Campos (1996:15), dado o seu potencial económico e militar em comparação com o dos países vizinhos, a África do Sul é a potência regional. No entanto, Chabal (1999: 21) defende que a África do Sul, tem uma história tão distinta dos demais países que é difícil, ou quase impossível uma comparação, neste aspecto.

Outra perspectiva é-nos dada por Borges Graça, que analisa o passado recente e considera que, após alguns anos de relativa estabilidade política, a África do Sul entrou a partir de 2006, numa fase de acesa luta pelo poder, no seio do ANC. A causa é uma nova política de africanização dos recursos económicos, maioritariamente nas mãos dos sul-africanos brancos desde o *apartheid*. Entretanto, a medida implementada em 2004, sob a designação *Black Economic Empowerment* (BEE), tem como objectivo a transferência, para os sul-africanos negros, até 2014, de 26% do controlo das empresas (Graça, 2009: 34).

Seguindo uma lógica de integração política regional, temos o argumento de autores como Dieter, que defendem que, se a África do Sul não for capaz de provar, num futuro próximo, as suas ambições à liderança, baseadas no princípio de igualdade, os países da região podem ver-se tentados a promover outros projectos competitivos (Dieter *et al*, 2001: 61-63).

Em consonância com o argumento de Dieter, saliente-se que, na região austral, além da África do Sul e de Angola, existem outros estados ricos em recursos, como, por exemplo, a Namíbia, o Zimbabué, e a República Democrática do Congo (RDC). A Namíbia é rica em minerais, sendo o quinto maior produtor de urânio do mundo e o seu PIB *per capita* (4500 dólares) é um dos maiores de África; além disso, é um Estado politicamente estável. O Zimbabué é um país que vive, actualmente, em quase total

---

<sup>6</sup> Southafricaweb.co.za.

<sup>7</sup> SADC estados membros: África do Sul, Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seychelles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabue.

instabilidade, mas é rico em minerais e em produtos agrícolas, o que lhe mereceu no passado, a denominação de “celeiro de África”. Relativamente à RDC, é o mais populoso, o mais extenso, sendo rico em recursos naturais, contudo tem a desvantagem de ser, política e economicamente, desequilibrado.

O que se observa é que, nesta região, os indicadores que caracterizam um Estado-director (posição geográfica, população numerosa, recursos naturais, altos padrões económicos e indústria) não são exclusivos da África do Sul. Por isso, apesar do seu estatuto, esta pode não ser tão facilmente reconhecida como um estado mais forte e dinâmico pelos seus vizinhos, capaz de exercer um efectivo domínio sobre os outros. De resto, segundo Matthews (2013), a África do Sul não se considera em competição com os outros países, o que pretende é ajudar a elevar os seus níveis para que a região seja próspera<sup>8</sup>.

A abordagem destes autores merece-nos, neste ponto, duas observações: a primeira porque compara a situação de países com trajectórias diferentes, se tivermos em conta todo um processo que os levou à independência; a segunda, por acentuar a preponderância de alguns factores (recursos naturais, economia e capacidade militar), negligenciando o papel e a importância dos restantes, (geografia, população, poder político, política externa), elementos necessários na avaliação de uma potência emergente.

Relativamente à trajectória de Angola, Cramer (2006: 11-12), na obra *Civil War is not a Stupid Thing* defende que Angola na sua história recente, viveu diferentes guerras: uma guerra étnica entre o MPLA e a UNITA, seguindo-se a dos anos 90, dominada, de um lado, pelo petróleo e do outro, pelos diamantes - a clássica *guerra dos recursos* - tendo sido um dos maiores palcos de confronto da Guerra Fria.

Um outro argumento é o de Hodges (2004: 18-19), ao referir que, durante os anos 90, houve oscilações entre períodos de paz (1991-92), de guerra (1992-94), de quase paz (1994-98) e de guerra (desde 1998 até ao início de 2002). Estas passagens são suficientemente ilustrativas daquilo que é conhecido cientificamente sobre a guerra e o consequente desmantelamento das infra-estruturas do país.

Enquanto isso, a África do Sul teve um processo pacífico de transição do regime do *apartheid* para o Estado democrático. Para alguns observadores, o fenómeno de transição política sul-africano é um “caso excepcional de descolonização em África”.

---

<sup>8</sup> Embaixadora da África do Sul em Portugal, 11 de Março de 2013, entrevista à autora, Lisboa.



Como bem refere Fage (2010:555) “herdou uma infra-estrutura financeira e material altamente desenvolvida e políticas económicas acertadas, ainda que um pouco conservadoras, relações externas firmes e de longa duração, com as maiores praças financeiras do mundo (Londres e Nova Iorque), com os elementos essenciais de crescimento, emprego e redistribuição”. Acrescente-se a existência de uma classe média alta negra letrada, instituições credíveis, universidades de prestígio internacional e infra-estruturas sólidas, que lhe permitiram manter uma dinâmica de crescimento. Além do mais, há que ter em conta a figura de Nelson Mandela, um líder reconhecido universalmente, carismático, que conseguiu conciliar divergências políticas e assegurar uma transição por quatro anos, que marcou a história mundial.

Em síntese, Angola e África do Sul são duas realidades, que não só se estruturaram em contextos diferentes, como têm desafios diferentes. Na prática, estas circunstâncias diferenciam a África do Sul dos restantes países da região, colocando-a ao nível das nações capazes de criar e manter um ambiente empreendedor e de prosperidade equiparável ao dos países industrializados do resto do mundo<sup>9</sup>. Esta situação é, de resto, comprovada, pela dinâmica de crescimento que manteve após a queda do *apartheid*.

Quanto aos factores negligenciados nas análises anteriores, trata-se de indicadores que, no contexto das relações internacionais, são usados para comparar a capacidade de um Estado relativamente a outros. A sua omissão resulta numa análise parcial dos factos.

Chegados a esta fase de exploração do material bibliográfico, consideramos ter uma base essencial para poder sustentar, fundamentar e compreender o tema em estudo. Nesta linha, e tomando como referência o pensamento de Merton, diremos que a informação obtida através das leituras efectuadas é suficientemente específica para se poder validar, através da investigação empírica e suficientemente abrangente, ao cobrir uma série de fenómenos diferentes que dizem respeito ao objecto de estudo (Merton, 1957, *apud* Giddens, 2001:666)<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> A África do Sul é o único país africano que figura no *IMD World Competitiveness Yearbook (2008)*, uma publicação do IMD International. É um documento que analisa e classifica a forma como as nações e as empresas operam para atingir prosperidade. O IMD mede 59 países com base em 329 critérios.

<sup>10</sup> Merton, R.(1957) defende que, em vez de se tentar criar grandes esquemas teóricos, se deveria utilizar as *teorias de médio alcance*, que são suficientemente específicas para se poderem testar através da investigação empírica, embora suficientemente genéricas para cobrirem uma série de fenómenos diferentes.

Na nossa perspectiva, na literatura analisada identificamos três correntes de pensamento, com diferentes ênfases na percepção que têm de “potência regional emergente”. A primeira é constituída, sobretudo, por actores políticos e agentes económicos, que alicerçam os seus argumentos nos recursos e no crescimento económico do país. No círculo deste grupo, são escassos os trabalhos científicos, a tónica é política e estabelece-se numa lógica de cooperação o que resulta numa visão subjectiva do tema. Estes actores são, na sua maioria, lusófonos. Parece-nos útil fazer notar que existe aqui, uma oportunidade para investigadores angolanos preencherem esta lacuna, abrindo o debate no campo das ciências sociais e trazendo para a Academia estudos com perspectivas revisionistas de políticas comparativas.

Da segunda corrente fazem parte académicos, investigadores e elementos da sociedade civil. Nas suas análises, têm em conta a riqueza actual e potencial do país, mas questionam aspectos políticos, económicos e sociais. A perspectiva de análise inclui um leque mais abrangente de indicadores, o que lhes permite maior objectividade e distanciamento ao questionarem o discurso de “potência regional emergente”. É um posicionamento que identificamos, essencialmente, em autores anglófonos e francófonos.

Quanto ao terceiro grupo, distancia-se dos anteriores e tem uma nova visão analítica, centrada fora do *core* do petróleo e focada na África do Sul. Para estes investigadores sociais, a existência de recursos minerais, a par das capacidades económica, industrial, militar, tecnológica e institucional, são indicadores que distanciam a África do Sul dos demais países da região. A existência destes recursos consolida a posição de potência regional, com capacidade de competir com países do Primeiro Mundo. É uma perspectiva de análise abrangente e, tal como a anterior, tem em conta um maior número de indicadores, que permitem avaliar o posicionamento do país no contexto global.

Consideramos que os autores não ponderaram, nas suas análises, indicadores que este tipo de estudo requer para se avaliar a capacidade de uma nação. Pelo contrário, concentram as suas pesquisas em dois a três indicadores apenas, omitem dimensões que permitem avaliar o poder de um Estado no contexto das relações internacionais acabando por nos oferecer uma visão incompleta e enganadora da realidade.

Por fim, em todo o caso, das perspectivas analisadas não percebemos uma posição declarada, nem um pensamento estratégico capaz de concretizar uma

hegemonia na região, expresso em práticas discursivas por parte dos detentores do poder político em Angola.

## **2 Construção do objecto de investigação**

### **2.1 Pergunta de partida**

Existe uma corrente de pensamento que, com base no crescimento económico e na capacidade militar de Angola, defende que o país é uma potência emergente na região austral. Esta corrente não engloba na sua avaliação as restantes variáveis, que no domínio do sistema internacional, determinam se um estado tem poder e capacidade de influenciar as estruturas do sistema regional ou global.

Os estudos que analisam potências emergentes defendem, na sua maioria, que os Estados elegíveis devem “estar interessados em encontrar uma forma efectiva de desafiar a hierarquia internacional e transformarem-se num poder” (Flemes, 2007:6). Ora, esta avaliação só é possível, se estiverem presentes na análise, variáveis que conferem aos cientistas políticos a possibilidade de conhecerem as reais potencialidades do país em questão, e a partir daí, teorizar sobre a capacidade de liderança ou não nos diferentes contextos.

Neste sentido, relativamente às fontes bibliográficas consultadas, verificamos que as abordagens dos que defendem a teoria de potência emergente, não contemplam factores, que devem estar na base da avaliação de um tema desta natureza nomeadamente: geografia física, recursos naturais, população, capacidade económica, poder político, capacidade militar e influência externa. Trata-se de indicadores, que constituem o potencial do Estado. A ausência destes dados impede a possibilidade de elaboração de cenários para o tratamento de questões relacionadas com o desenrolar e compreensão do tema. Assim sendo, estamos perante um Quadro problemático, que é a falta de informação sobre o objecto de estudo consequentemente, a visão transmitida sobre a realidade é parcial.

A compreensão dos indicadores subjacentes às potencialidades do Estado permite-nos formular a questão principal, deste trabalho: até que ponto se pode considerar que os *factores estratégicos* seguem uma dinâmica sustentável de crescimento que permita a Angola atingir o estatuto de potência regional emergente até 2025? Estabelecemos esta data com base no documento de “Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo para Angola (2025).

## **2.2 Definição e delimitação do objecto**

O objecto do presente estudo são os factores estratégicos que definimos como sendo um conjunto singular de elementos tangíveis que potenciam o Estado angolano a nível interno e que lhe permitem exercer influência a nível externo, nomeadamente: *geografia física; recursos naturais; população; capacidade alimentar, economia, poder político; poder militar e os instrumentos de influência externa.*

O conceito dos *factores estratégicos* foi elaborado com base no realista Hans Morgenthau (1993: 124-177) e na sua teoria sobre os elementos do poder nacional, que, no contexto das relações internacionais, permitem aferir até que ponto uma nação é mais poderosa do que as restantes. A partir daqui, identificamos o nosso objecto de estudo, que analisaremos no Capítulo V.

### **2.2.1 Delimitação do objecto**

A delimitação espacial da pesquisa é a que se circunscreve à região da SADC. O contexto é Angola pós-colonial, guerra civil, paz e dinâmicas de crescimento. Os principais actores são os detentores do poder, a quem cabe a função de delinear e executar as estratégias de crescimento do país, e elementos da sociedade internacional. Quanto aos partidos da oposição, nomeadamente: a UNITA, a FNLA ou outra força política ou social, serão referenciados apenas devido ao papel que desempenharam em todo o processo que cobre os limites temporais do estudo, numa lógica de perspectivação e correlação de situações pontuais. O horizonte temporal do estudo é o que decorre entre 2002 e 2012, por marcar uma fase de transição na história recente do país, colocando-nos perante desafios no plano da análise de dados a respeito das transformações por que Angola passou. Impõe-se uma visão retrospectiva do período que antecede o dos limites temporais da análise, não como estudo de caso, mas para contextualização do tema, de forma a tirar conclusões fundamentadas. Os dados em análise, salvo casos pontuais, são referentes a este período.

Tomamos como referência, para concretização das acções, as metas estabelecidas em documentos que regem o Estado angolano, tais como: A Constituição de 2010; o Programa do Governo 2012-2017 e Angola 2025 - Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo para Angola (Ministério do Planeamento: 2004) e o documento da UNICEF sobre *Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio* (Anexo C-2).

Por fim, todos os acontecimentos e afirmações são analisados, no contexto sociopolítico do tempo físico em que decorreram, e não somente num contexto actual, pois trata-se de um estudo científico de trajecto e não de um enfoque de detalhe, sobre um momento histórico específico.

### **3 Objectivos e Justificação do Estudo**

Esta investigação, de um ponto de vista de observadora participante, procura contribuir para uma melhor compreensão, teórica e empírica, do tema através de uma perspectiva crítica, abordando indicadores negligenciados em análises anteriores de outros investigadores sociais. O estudo tem um objectivo geral e outros mais específicos. Considerando a actualidade do tema, o objectivo geral é:

- Contribuir para a aquisição de conhecimento sobre a posição estratégica de Angola na conjuntura internacional.

Em relação aos objectivos específicos, pretendemos:

- Verificar, a partir dos indicadores acima referidos, se Angola é ou não uma potência emergente, tendo em conta a liderança da África do Sul na região austral.

- Avaliar potencialidades e vulnerabilidades, que são identificadas através dos indicadores em análise, para se aferir o posicionamento de Angola no contexto da África Austral.

- Colaborar com a comunidade científica e académica, no estudo das vulnerabilidades para que se transformem em potencialidades.

#### **3.1 Justificação do estudo**

Após o processo de paz de 2002, dois factos vieram marcar as dinâmicas internas e externas do país. O primeiro foi o crescimento económico que se registou devido ao petróleo, em função de uma conjuntura internacional favorável. O segundo relaciona-se com a intervenção militar de Angola na República do Congo (1997) e na República Democrática do Congo (1998) antecedida pela vitória das Forças Armadas Angolanas e aliados sobre o exército sul-africano no desfecho da Guerra Fria (batalha de Cuito Cuanavale 1987-1988) o que levou à projecção militar de Angola no contexto regional.

Estas realidades têm conduzido a uma expectativa, por parte de certos quadrantes internos e externos, de que o país poderá tornar-se um actor dominante na região. A necessidade de comprovação desta afirmação justifica a nossa escolha.

#### **4 Hipóteses de trabalho e âmbito de aplicação**

A definição de hipótese é a de uma afirmação que deriva da teoria, mas ainda por controlar, tornando-se empiricamente controlada através de adequadas definições operativas (Moreira, 2007: 74-75). Na definição de Lara (1998: 110-112) a hipótese é uma “explicação provisória, não verificada, de um facto, observado”. Relativamente à estrutura, refere que a hipótese contém três elementos distintos, mas interligados:

- (i) um ou mais factos conhecidos e demonstrados;
- (ii) um conjunto de factos desconhecidos e de hiatos;
- (iii) uma probabilidade de correlação.

O autor defende que esta interligação pode ter um tríplice sentido, nomeadamente:

- i) de causa para efeito, determinando as consequências de cada facto conhecido;
- ii) de efeito para causa, determinando as origens remotas e próximas de dado facto conhecido;
- iii) por analogia, comparando correlações similares ou afins.

Resulta, geralmente, de um processo dedutivo que parte de efeitos já conhecidos ou da experiência pessoal, a qual deverá ser testada e responder ao problema que se investiga (Madeira e Abreu, 2004: 19-20).

Com base nestes pressupostos, construímos as seguintes hipóteses de trabalho:

- O estatuto de potência regional emergente depende da dinâmica de crescimento dos *factores estratégicos*.
- O crescimento de Angola influencia a região austral.
- Angola tem potencialidades para vir a ser uma potência regional emergente.

Estamos perante suposições que colocamos como respostas plausíveis e provisórias para o problema da pesquisa. No final, as mesmas são sujeitas a confirmação ou a refutação empírica. É de referir que estas afirmações servem não só de

guia à recolha e análise dos dados da investigação, como também funcionam como ponto de orientação da pesquisa.

## **5 Metodologia aplicada**

### **5.1 O método científico**

Tendo em conta os resultados que se pretendem alcançar, o método a utilizar é o qualitativo. Os dados traduzem representações, discursos e opinião e não padrões numéricos ou modelos matemáticos para testar as hipóteses levantadas. Sobre esta questão, Paula do Espírito Santo, na obra *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais*, considera que os métodos qualitativos são compostos, essencialmente, pelas técnicas de observação participante e entrevista. Considera ainda que este método é direccionado para procedimentos regulares, repetidos e levados a cabo a médio e longo prazo (2010: 25). Um outro contributo é-nos dado por Miranda (2008), que considera que o método qualitativo é indutivo e descritivo, na medida em que o investigador desenvolve conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados. Estes princípios são vectores no presente estudo.

A base lógica da abordagem é o raciocínio dedutivo e o indutivo. Quanto ao primeiro, parte do conhecimento geral para o particular e, nesse caso, utilizamos teorias e leis que, por associação, permitem a previsão de ocorrência de factos sociais. No que se refere ao segundo, vai do particular ao geral, numa lógica inversa dos factos às leis.

#### **5.1.1 O método científico e os Estudos Africanos**

A aplicação do método científico em Estudos Africanos, independentemente da perspectiva a utilizar, tem sido alvo de permanentes desafios e de questionamento no mundo do conhecimento, ao ser confrontada com a questão de se saber se existem ou não diferenças que justificam uma forma especial no tratamento desta área do saber.

A resposta a esta interrogação, é a de em Estudos Africanos se recorre a técnicas de investigação utilizadas por outros ramos das ciências sociais, tendo como método a recolha, observação, análise e a sistematização dos factos. Numa perspectiva africanista, Paulin Hountondji (2010: 117) nega a existência de uma filosofia africana defendendo que os Estudos Africanos não só se baseiam em metodologias e teorias que se consolidaram em vários campos - História, Sociologia, Linguística, Economia, Ciência Política, muito antes de terem sido aplicadas a África enquanto novo campo de estudo,

como é comum em instituições académicas e de pesquisa, encontrar esta matéria associada a outras disciplinas, tais como a Matemática, a Física, a Informática, a Biologia, a Química, a Geologia, a Gestão e Administração, Filosofia ou a Engenharia. O autor considera que estas disciplinas são objecto de ensino e pesquisa para além dos próprios Estudos Africanos e das grandes disciplinas que lhes deram origem. Na sua concepção, existe uma interligação entre as diversas áreas de pesquisa e essa interligação está na base da ideia de universidade.

Uma outra visão é-nos dada pelo sociólogo angolano Victor Kajibanga, com os “saberes endógenos”. Na sua perspectiva, a epistemologia deste saber surgiu no campo da ciência histórica, da filosofia, da literatura teórica, da crítica literária e da sociologia africanas, assinalando em três momentos diferentes: o primeiro em 1947, com a criação, em Paris, da revista *Présence Africaine* pelo senegalês Alioune Diop; o segundo, em 1951, com o surgimento, em Lisboa, do Centro de Estudos Africanos que teve como protagonistas Francisco José Tenreiro, Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade e Agostinho Neto; o terceiro momento acontece em 1954, com a publicação do livro de Cheikh Anta Diop, *Nations Nègres et Culture*.

Estas três novas realidades sociais fizeram a rotura epistemológica nos estudos até então realizados sobre o continente africano e que tinham uma visão exógena e exótica duma “realidade africana” distorcida. O rompimento deu lugar a um novo olhar sobre África, baseado nos saberes endógenos que estruturaram a configuração das grandes tendências das ciências sociais e humanas em África (Kajibanga, 2008: 7-9). Para este sociólogo, o debate, actualmente, em torno desta questão faz repensar não só a trajectória de desenvolvimento das sociedades africanas, como também leva à elaboração de novos Quadros teóricos para a compreensão dos processos de mudanças e mutações sociais em curso no continente africano.

Na mesma linha de Kajibanga situamos Carlos Venâncio (2009: 24-26), ao sustentar que se tornou consensual entre os cientistas sociais que o estudo de África, enquanto um todo, ou de uma realidade regional equivalente, leva ao desenvolvimento de metodologias e conceitos próprios, que não só vêm contribuir para um melhor conhecimento da realidade em estudo, como enriquecem o corpo teórico das ciências em que tais abordagens se filiam. Considera o autor que estes investigadores sociais nos dão uma dimensão *émica* e/ou endógena, isto é, uma visão dos problemas a partir de dentro. Porém, adverte sobre as desvantagens deste género de abordagem, ao considerar que uma análise integrada pode vir a perder em aprofundamento e em especialização,



facto auferível no terreno da investigação. A segunda desvantagem, não dissociada da primeira, relaciona-se com as diferenças regionais e locais, dimensões que catalisam importantes vivências de ordem económica, social e cultural. A sua pertinência é justificada pela posição de desvalorização das experiências africanas por parte do Primeiro Mundo, conotada com o designado afro pessimismo justificado, de certa forma, pela situação desastrosa por que passam alguns dos países e regiões do continente africano.

Nesta mesma linha posicionamos o sociólogo João Milando e a obra *Desenvolvimento e Resiliência Social em África - Dinâmicas Rurais de Cabinda - Angola*, trazendo um grande contributo com conceitos que ajudam a compreender aquela realidade social.

Para o investigador camaronês Engelbert Mvenga (1983: apud Wallerstein, 2002:84), o Ocidente actualmente concorda com os africanos quando estes afirmam que a via para a verdade passa por inúmeros caminhos para além dos da lógica aristotélica, tomista ou hegeliana. Salientamos que este pensamento vem de acordo com as formulações de Leopold Senghor nos anos 50, segundo o qual “a razão é helénica e a emoção é africana”. Uma posição que pode ser entendida como uma etapa em relação a descolonização das mentes e a busca de perspectivas alternativas para o estudo das ciências sociais em África.

Na mesma lógica destes investigadores, a CODESRIA (The Council for the Development of Social Science Research in Africa), veio preencher um nicho nas ciências sociais, ao procurar produzir *conhecimento científico* com base nas realidades sociais africanas, cujos estudos de diferentes autores, se encontram compilados na obra *Ciências Sociais em África* editada em 1992 e em outros trabalhos de investigação que vêm sendo publicados.

Pela nossa parte, consideramos que, para estudar a realidade africana as técnicas de investigação e a metodologia são as mesmas que as utilizadas nas ciências sociais, o que difere é a forma como o cientista social vê o Outro, como percebe a realidade a investigar e como usa as suas fontes de informação.

## **5.2 A perspectiva interdisciplinar**

A ideia de unir diferentes disciplinas a fim de levar a cabo um projecto constitui o pensamento chave da interdisciplinaridade. Cientistas sociais defendem que as ciências sociais possuem uma natureza interdisciplinar, que surgiu progressivamente no

século XIX, na sequência da mudança de mentalidades impulsionada pelo Iluminismo. A sua institucionalização universitária obedeceu, de início, a um critério de especialização metodológica e de autonomia departamental que chegou até aos nossos dias (Gonçalves 1969: 60; Graça, 2005: 40-44). A interdisciplinaridade tem como característica a capacidade de as disciplinas se influenciarem mutuamente, através de fronteiras ténues, que permitem atingir um conhecimento global.

Quanto ao método, a interdisciplinaridade é, por vezes, referida por alguns autores como multidisciplinaridade. Sobre este aspecto, Graça (2005:41) faz a distinção entre as duas abordagens. A interdisciplinaridade aborda a realidade integrando perspectivas e conceitos das várias disciplinas. Ao invés disso, a multidisciplinaridade reúne num mesmo estudo as abordagens de vários autores sobre um objecto comum previamente definido. O que se espera é que os especialistas mantenham diálogo com os seus pares e emitam um ponto de vista único.

De acordo com Milando (2003: 19-20) a interdisciplinaridade num trabalho científico aparece em dois momentos: no primeiro surge quando se trata do objecto de estudo e, por consequência, na definição da hipótese. No tratamento do objecto de estudo, concorrem várias perspectivas disciplinares, que por vezes tendem a ultrapassar os Quadros teóricos das ciências sociais. O segundo momento é expresso na metodologia, nomeadamente nas opções metodológicas de abordagem do objecto de estudo em que se socorre de vários métodos, tais como a observação directa, entrevistas, conversas informais; e também na pesquisa bibliográfica e na análise documental.

A interdisciplinaridade desenvolve-se a partir de uma base constituída por uma ou mais ciências *nucleares* e pelas suas correspondentes ciências *auxiliares*. A este propósito, Moreira (2008:41) defende que o objecto de estudo leva progressivamente ao arrumo tradicional das especialidades convergentes entre disciplinas *nucleares* e *auxiliares*.

Neste sentido, consideraremos *nucleares* as disciplinas que estarão no centro da análise e *auxiliares* as que vêm ao encontro das primeiras. Adoptamos como disciplinas *nucleares* – a Ciência Política, as Relações Internacionais e a Geopolítica, e como disciplina auxiliar a História do Presente.

### **5.2.1 Ciência Política**

É a disciplina que estuda as relações de poder nos seus aspectos mais diversos. Tem como objecto central o *poder* com uma extensão tridimensional: a sede do poder, a

forma e a ideologia (Moreira, 2009:145-150). No contexto das ciências sociais, a Ciência Política tornou-se uma disciplina universitária no século XIX, após ter ultrapassado a resistência oferecida pelas faculdades de Direito, que detinham a exclusividade desta área (Wallerstein, 2002: 37-38). Desenvolve-se no seio da *École Libre des Sciences Politiques*, de Paris e posteriormente nos Estados Unidos da América ganhando uma nova dinâmica através de académicos ligados à Universidade de Columbia, em Nova Iorque (Maltez, 1996: 28-33; Santos, 2007: 26).

Relativamente a Portugal, Santos refere três fases de afirmação da Ciência Política: A primeira situa-se, em 1880, na Universidade de Coimbra, que já incluía nos seus currículos “princípios fundamentais de ciência política”. O investigador salienta que nesta fase, Portugal vivia a crise da monarquia, encontrando-se o rei D. Carlos numa posição de fragilidade devido à sua incapacidade para gerir a crise política. A nível externo, a Sociedade de Geografia esboça o *mapa-cor-de-rosa*, em 1881, pelo qual Portugal se propõe ocupar as colónias de Angola e de Moçambique; os ingleses fazem um *ultimatum* a Portugal, exigindo a retirada da presença portuguesa dos territórios da África Austral, que correspondem actualmente ao Zimbabué, Malawi e parte da Zâmbia. Para além disto, Portugal vivia uma crise económica nos anos de 1880/90. Havia todo um contexto de transformações que era favorável ao aparecimento da Ciência Política em Portugal.

A segunda fase acontece décadas depois, em 1952, com Marcelo Caetano a dar um novo impulso ao reconhecer a “autonomia” da Ciência Política, no *Manual de Ciência Política e de Direito Constitucional*.

Por fim, a terceira fase, na década de 60 com o Professor Adriano Moreira, que a introduziu no Instituto Superior Naval de Guerra e no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas (ISCSPU) culminando, em 1979, com a publicação da sua obra *Ciência Política* (Santos, 2007: 26).

Em Angola, no período pós independência, a institucionalização das ciências sociais começou por ter lugar na Escola do Partido (MPLA). O processo de democratização que teve início no final dos anos 90, reflectiu-se também no ensino superior da Universidade Agostinho Neto (UAN), onde pela primeira vez, se registou uma gestão democrática através da eleição directa de representantes dos órgãos dirigentes da UAN. É neste clima de abertura política nacional que, em 2003 foi, criada em Luanda, a Faculdade de Letras e Ciências Sociais da UAN, que ministra, entre diferentes cursos de ciências sociais, o de Ciência Política. Esta área de formação tem

contribuído para criar um pensamento menos hegemónico, ao nível da conjuntura local, contribuindo desta forma para uma sociedade mais inclusiva. A nossa investigação irá focar-se nas estruturas governamentais formais, em que assentará o papel interdisciplinar da Ciência Política no presente estudo.

### 5.2.2 Relações Internacionais

No que diz respeito às *Relações Internacionais* (RI), enquanto área do saber, esta é definida como o estudo constante das relações políticas, económicas e sociais entre diferentes Estados. Dentro da lógica de Dougherty e Pfaltzgraff (2003: 26), as RI são as relações entre entidades que pertencem a diferentes Estados e que abrangem uma grande variedade de actividades. Tomé (2011: 13-17), por exemplo, observa que as Relações Internacionais podem concentrar-se tanto na política externa de determinado Estado, como no conjunto estrutural das interacções entre os agentes internacionais. Vê-se, pois, que estes cientistas convergem nas suas análises e tomam como objecto o Estado, as organizações internacionais (OI); as organizações não governamentais (ONG) e as empresas multinacionais.

A profusão de abordagens em torno das RI, leva Adriano Moreira (2008:56-58) a argumentar que se está perante a unificação, tecnificação e racionalização crescente da Terra humana, o que leva a uma interdependência em problemas globais. Por essa razão defende o autor, ao mesmo tempo que se caminha para a *unidade do mundo*, assiste-se a uma multiplicação das *relações internacionais*, que é simultaneamente quantitativa e qualitativa. É *quantitativa* porque se multiplicam os pontos de contacto e de interesses entre os Estados e os restantes agentes das relações internacionais. É *qualitativa* porque se multiplicam as novas formas de cooperação ou oposição entre os Estados e os referidos agentes. E, ao mesmo tempo que se verifica a tendência para a *unidade do mundo* e a *multiplicação das relações internacionais* (convergência), verifica-se a reprodução dos centros de decisão (dispersão). Toda esta evolução o autor designa por *lei da complexidade crescente da vida internacional*.

Ainda de acordo com Adriano Moreira (1996:19-20) a construção do campo de estudo, a sua natureza teórica, constitui “*um ramo da Ciência Política*”. No que respeita ao seu aparecimento, as balizas são ténues, concentrando-se entre a década que antecedeu a Primeira Grande Guerra e o período subsequente.

Brown defende que a expressão RI foi assumida no final do século XVIII e que passou a ser considerada disciplina antes da Primeira Guerra Mundial, quando, no final

do século XIX, as ciências sociais começaram a diferenciar-se, emergindo entre outras ciências, como uma área científica de estudo (Brown e Ainley, 2009:18-19). O autor sustenta que as consequências da Guerra de 1914-1918 levaram um grupo de pensadores e de filantropos com capacidade de influenciar, a defender a necessidade de se encontrar novas formas de pensar as relações internacionais, emergindo desde então a área das RI. Estes filantropos defendiam também a necessidade de *teorizar* as relações internacionais, para aumentar o nível de entendimento sobre esta matéria, o que providenciou uma educação sobre “assuntos correntes”. Ao fixarem este objectivo, demonstraram uma preocupação em relação às teorias que iriam dominar a nova disciplina.

Na sequência das alterações registadas com o fim da Primeira Guerra Mundial e o começo de uma nova era, um grupo de delegados britânicos e norte americanos juntou-se numa Conferência de Paz em Paris, com o objectivo de estudar os problemas internacionais. A iniciativa ficou associada ao Royal Institute of International Affairs - Chatham House (The Daily Bell s.d., *online*). A acção foi fundamental para uma abordagem indutiva da temática e deu um impulso à disciplina de RI.

Os estudiosos da matéria sustentam que, nessa altura, “os teóricos mais eminentes dissertavam em universidades americanas, difundindo o pensamento internacional daquela época que reflectia a doutrina política seguida pelo Governo americano de então” (Rellinter, s.d.). É nesta altura que se estabelecem as bases para correntes de pensamento como o realismo e o neo-realismo ou realismo estrutural protagonizados por Hans Morgenthau, realista, e Kenneth Waltz, *neo-realista*, que centram os seus pressupostos e teorias nas acções dos Estados.

Em Portugal, existe uma escola de pensamento realista mais humanista, ininterrupta desde os anos 50 e marcada pelos trabalhos inovadores do Professor Adriano Moreira (Graça, 2009:134). No entanto, foi na década de 80 que a área das RI entrou para a Academia com a criação da licenciatura em Relações Internacionais, acrescentada às outras já existentes no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, (ISCSP), passando a formar Quadros cujo perfil, entre outras saídas, lhes permitia assumir cargos a nível internacional.

Em Angola, o ensino das RI começou por estar a cargo do Ministério das Relações Exteriores, que criou um departamento de Relações Internacionais vocacionado para organizar e ministrar cursos de formação e de reciclagem de Quadros do ministério, realizar estudos de pesquisas em matérias de política e direito

internacional nos diversos domínios; colaborar com os órgãos competentes na concepção da estratégia de política do Estado angolano (MIREX. Artº 25). Além do MIREX, existem estabelecimentos do ensino superior que ministram licenciaturas neste ramo e cujo campo de conhecimento é direccionado para questões regionais e internacionais.

Consideramos esta abordagem, um enquadramento teórico da hipótese de trabalho, o qual será discutido no Capítulo I. Em síntese a nossa opção pelas *Relações Internacionais* justifica-se porque temos de analisar os fundamentos que estão na base das relações entre o Estado angolano e as entidades políticas inter-estatais, organizações internacionais e as organizações não-governamentais.

### **5.2.3 Geopolítica**

É considerada como uma combinação da Ciência Política e da Geografia, que estuda as relações que existem entre a condução da política externa de um país e o Quadro geográfico no qual aquela se exerce (Boniface, 2008: 163). A Geopolítica tem a sua génese no século XIX, num contexto de nacionalismos na Europa, em que se lutava pela defesa dos interesses da nação e a sua preservação. A institucionalização desta matéria deve-se a Frederick Ratzel, de origem alemã, que defendeu que o espaço (solo e território) era o *desafio fundamental dos Estados*. A sua tese central era a de que “todo o Estado está em luta com o seu vizinho pelo espaço e procura aumentar o seu para obter recursos” (Boniface, 2008). Daí que o objecto da geopolítica seja a relação que se estabelece entre o solo e o Estado.

Quanto ao seu objectivo é proceder à interpretação dos factos e das mudanças que ocorrem nos países usando como parâmetros informações geográficas. Por essa razão constitui um dos factores mais importantes da política externa dos Estados, em especial se pertencerem ao mesmo *heartland*, isto é, a área continental, plana, permitindo rápidos contactos e comunicações, recursos e densidade populacional. São elementos que influenciam a política externa.

A nossa opção pela Geopolítica como disciplina nuclear reside no facto de esta ciência facultar instrumentos que permitem o estudo de certas dimensões (localização, território, recursos naturais, demografia) que relacionando o poder com a geografia, possibilitam uma avaliação do poder do Estado e a acção que este poderá desencadear em relação a territórios fora da sua área de influência. Assim, através desta disciplina,

podemos avaliar como é que Angola poderá tirar vantagens da geopolítica, para prosseguir objectivos reais no exterior.

#### 5.2.4 História do Presente

É uma disciplina que levanta algum debate entre os historiadores, na medida em que defendem que a História se define pela distância temporal em relação ao seu objecto. Argumentam que é a distância temporal entre o historiador e o seu objecto de análise que permite a objectividade. Defendem também que é preciso, muitas vezes, esclarecer o presente pelo passado, como também configurar ou corrigir as suas interpretações do passado através do presente.

Na óptica dos historiadores, a relação entre o passado, o presente e o futuro é fundamental para a realização do ofício do historiador que explique o presente.

Para os historiadores, pretende-se contextualizar assuntos que tiveram lugar num passado recente, apreendendo como foram estabelecidas alianças a nível interno e internacional que reflectem a conjuntura actual do país. Para Moreira (2009: 78-79) os historiadores contribuíram com as suas técnicas e critérios o que resultou na *História do Presente*, que procura recolher os acontecimentos da conjuntura com o rigor da recolha dos factos passados.

Na concepção de Borges Graça (2009: 11-16), o conceito de *História do Presente* é aparentemente paradoxal, mas epistemologicamente praticável se correlacionado com o conceito de *tempo trípico*. Trata-se de um conceito da autoria do brasileiro Gilberto Freire, segundo o qual o tempo é uma realidade do presente que integra o passado e o futuro. Ou seja, nós somos o que somos no presente, em função do que fomos no passado e do que estamos a projectar ser no futuro.

O *tempo trípico* exige, simultaneamente, a preservação da memória, a percepção da conjuntura e a intuição dos valores, para não acontecer que se viva e decida fora do tempo (Moreira, s.d.).

Por outro lado, sobre a *História do Presente*, Lara salienta algumas especificidades: (i) – superabundância informativa; (ii) a crítica determinante de seleção é realizada pela comunicação social; (iii) percepção imediata e envolvida dos factos pelas massas sociais; (iv) ausência de distanciamento temporal e emocional para mensurar a importância relativa dos fenómenos em apreço (Lara, 1998: 113-114).

Deste ponto de vista, os protagonistas na construção desta área do conhecimento são os órgãos de comunicação, os *opinion makers*, os *think tanks* ou outras organizações

que se dedicam à pesquisa de tópicos com o mundo social, político, económico bem como assuntos de estratégia, geopolítica ou militares. A estes vieram juntar-se as novas tecnologias de comunicação e informação que se desenvolveram em grande escala a partir de 1990. Todos estes elementos constituem a fonte desta área do saber.

O nosso recurso a esta disciplina explica-se devido à importância atribuída ao estudo de acontecimentos que tiveram lugar num passado recente da história de Angola, o que nos ajudará a compreender o presente e a fazer uma análise prospectiva das tendências de evolução da matéria em estudo.

A utilização da interdisciplinaridade entre a *Ciência Política*, as *Relações Internacionais*, a *Geopolítica* e a *História do Presente*, vai criar uma unidade que irá contribuir para a análise dos factos.

### **5.3 Tratamento das fontes**

A investigação científica tem como ponto de partida, o levantamento da bibliografia existente com vista à sistematização do conhecimento sobre o tema. Essa pesquisa engloba a consulta de livros de autores especializados e com diferentes abordagens; artigos científicos publicados em revistas, jornais ou *websites online* de carácter científico e ainda fontes orais de entidades avalizadas na matéria.

Incluimos no tratamento das fontes a triangulação dos dados, que, de acordo com Carlos Moreira (2007: 60-64) trata da utilização de diferentes aproximações teóricas e metodológicas numa mesma investigação. A triangulação de dados consiste na utilização de várias fontes de informação, sobre um mesmo objecto de conhecimento. Refere o autor que quando se verifica coincidência de informação de diferentes fontes, a evidência adquire uma força acrescida. Um outro aspecto a realçar é que a triangulação maximiza a consistência dos dados, o que equivale a obter um conhecimento mais objectivo.

#### **5.3.1 Fontes em Ciência Política**

No domínio da Ciência Política, Adriano Moreira (2009:141-142) evidencia as dificuldades que esta ciência encontra, sobretudo quando se trata do estudo da conjuntura, na medida em que a maioria dos documentos consiste em fontes indirectas. Na sua perspectiva, as fontes do poder dividem-se em *documentos indirectos*, *documentos directos* e o *silêncio do poder*. Considera o autor que os *documentos indirectos* são todos os que não são emitidos pelo poder político, mas que testemunham



a sua actividade, nomeadamente a imprensa, os anuários e os boletins que se ocupam de assuntos políticos. Outras fontes igualmente consideradas são a rádio, a televisão e o cinema, que se adaptam ao estudo das ideologias. Relativamente aos *documentos directos*, são os emitidos pelos agentes do poder político e que dizem respeito a assuntos de Estado, cujo acesso público é relativo. Por fim, o *silêncio do poder* traduz-se no que os políticos não dizem nem permitem que se diga. Para o autor, estes silêncios são geralmente ultrapassados pela comunicação social de tendências políticas opostas, devendo ser apreciadas prudentemente e contrastadas com o maior número de fontes possível, de forma a minimizar o carácter partidário ou doutrinário que possam vir a assumir.

Reflectindo sobre a precariedade destas fontes, Adriano Moreira alerta para a dificuldade em lidar com as mesmas, devido a diversos factores que são intrínsecos: *mentira razoável do poder*, que se traduz na divergência sensível entre o que o poder diz e aquilo que o poder faz e escreve, em especial quando se trata do estudo da conjuntura; *segredo da formação das decisões políticas*; *silêncio do poder* e, por fim o *resguardo temporal da documentação*. É de realçar que estas fontes tendem a ser detidas por aqueles que são social e politicamente mais fortes e que através delas procuram levar por diante a sua visão subjectiva.

Na mesma linha, Rodrigues (1986: 203) faz notar que, nas democracias, os órgãos de informação são, cada vez menos, claramente meios de informação, de difusão de projectos de sociedade, de programas políticos, para se tornarem cada vez mais, um campo social de encenação pública que é emprestado aos políticos, e que eles próprios fabricam em função da sua própria estratégia. Esta perspectiva vem reforçar a posição dos que defendem que a natureza destas fontes se vai tornando cada vez mais questionável, na sua missão relativa aos estudos de conjuntura.

Um outro contributo nesta matéria é-nos dado por Fernandes (2008: 58-59), ao referir que estas fontes são essencialmente escritas, se bem que se possa ter em conta outras fontes de documentação, como filmes, fotografias, gravações, material utilizado na vida política (insígnias dos partidos, panfletos, cartazes de propaganda e outros).

Parece-nos, todavia, que várias circunstâncias têm vindo a concorrer para uma mudança em relação ao conjunto destas fontes do poder político, mediante o estágio de democratização do país. Dessas circunstâncias referimos uma maior abertura democrática dos Estados, o que reduz a confidencialidade dos acontecimentos; uma informação mais liberal e conseqüentemente, com uma capacidade de tornar públicas

certas fontes confidenciais, constituindo um contrapoder, por fim as novas tecnologias, especialmente as redes sociais (já referidas), que se massificaram e se revelam instrumentos indispensáveis ao nosso quotidiano, mas podendo, no entanto, ser configuradas como um meio ao serviço do poder, através do qual este difunde mensagens de cariz político.

No que diz respeito ao conhecimento sistematizado destes testemunhos, os analistas políticos agrupam-nos em *documentos directos* e *documentos indirectos*. Os primeiros têm uma relação directa com os problemas políticos, e são constituídos por: bibliografias sobre política, manuais universitários, revistas especializadas, dissertações académicas, arquivos públicos e privados, documentos oficiais e imprensa. Os segundos, embora não tendo uma relação directa com os problemas políticos, são passíveis de proporcionar dados que permitam um melhor entendimento das questões em análise. Fazem parte desta documentação os anuários e os catálogos (Duverger *apud* Fernandes, 2008: 58).

### **5.3.2 Fontes específicas**

Uma outra abordagem no tratamento das fontes considera que existem *dados primários* e *dados secundários*. Os primeiros englobam as entrevistas e as conversas informais que o investigador conduz durante o seu trabalho de campo. Quanto aos dados secundários, referem-se à pesquisa bibliográfica, documentos, jornais e outras fontes de cariz científico.

## **5.4 Trabalho de campo**

O trabalho de campo é uma actividade do investigador que consiste na recolha de dados no local do objecto de estudo. É um acto individual ante situações irrepetíveis, mas que no entanto tem normas de conduta. A este respeito, Borges Graça (2005: 52) realça que, a partir das experiências acumuladas, sob a forma de testemunhos dos inúmeros investigadores que levaram a cabo trabalhos de campo, se construiu uma base de princípios orientadores e de erros a evitar. Para Carlos Diogo Moreira (1994: 106) e Borges Graça (2005: 52), existe ainda uma questão pendente, que é a influência pessoal do investigador sobre os fenómenos observados e os dados dos informantes. Para ultrapassar esta questão, sugerem os metodólogos (Vansina *apud* Graça, 1994) que o investigador deverá desenvolver uma espécie de estereo-visão que o conserve

psicologicamente distanciado do objecto e, particularmente, da produção de uma análise *emic*. O investigador deve interagir e possuir uma visão aberta.

Na presente investigação a pesquisa no terreno iniciou-se depois de terminada a análise dos dados sobre o objecto de estudo e depois de efectuada a escolha e avaliação das técnicas de investigação. No terreno, o trabalho consistiu na recolha de material bibliográfico, entrevistas semi-estruturadas e conversas informais com actores dos campos político e militar; e observação directa, tendo em vista a obtenção de uma perspectiva do tema, a partir de fontes angolanas.

O trabalho de campo realizou-se por duas fases, num período de 30 dias cada. A primeira decorreu em Agosto de 2011, em Luanda, centro das decisões, e foi levado a cabo com o objectivo de captar um conhecimento alargado da realidade. Prossegui até à vila de Macocola, no Norte de Angola, para perceber assimetrias e tendências de crescimento do país em reconstrução.

#### **5.4.1 Entrevistas semi-estruturadas**

As entrevistas não foram em grande número, dado que, por um lado, no universo dos potenciais entrevistados, muitos têm obras editadas às quais tive acesso. Por outro lado, os que não dispõem de obras publicadas tinham, à partida, uma posição pré-concebida: “Angola é uma potência regional. Tens dúvidas?”. Interessa realçar que identifiquei uma classe de cidadãos com uma visão céptica em relação à ciência, para quem a informação é sigilosa, que desconfiam da palavra “investigação” e que preferiram não ter a sua opinião registada. O que respeito.

Durante este período de trabalho de campo, o ponto mais alto foi o breve encontro com o Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, com quem tive a ocasião de estar durante um evento social. Parti do princípio de que, sendo o Presidente da República a figura, tomando de empréstimo as expressões do deputado João Pinto (2011), “Número Um do País”, “o estratega”, “o diplomata”, “o homem do tempo e no tempo”, teria, obviamente, uma posição clara sobre o tema e dissiparia as dúvidas que me foram sendo criadas a partir do contacto com a realidade. Por isso, fiz do momento uma oportunidade para esclarecer a questão de Angola “ser ou não ser uma potência emergente”. A resposta está reproduzida no final deste trabalho e sublinho que foi uma ocasião informal.

A segunda fase do trabalho de campo aconteceu em Abril de 2013, após os actos eleitorais para as presidenciais e legislativas (Agosto 2012), em que Angola entrou num

novo ciclo de governação. Dessa vez, pretendi ver *in loco* como têm evoluído os *factors estratégicos*, que constituem o objecto de pesquisa. Nessa ocasião, procurei aproveitar as oportunidades surgidas para completar o conhecimento que tinha das FAA, entrevistando alguns oficiais do Estado Maior.

Em Portugal, tive o contributo do Professor Doutor Adriano Moreira; do Professor Doutor Kole Omotoso, especializado em cultura e civilização africanas, docente nas Universidades de Western Cape e de Stellenbosch na África do Sul e ainda da Embaixadora da África do Sul em Portugal, Keitumetse S.T. Matthews. Destas entrevistas resultou um conhecimento que posso considerar razoável, mas não exaustivo, a respeito das suas visões sobre aspectos específicos de África e em particular da região austral.

#### **5.4.2 Observação directa**

A ciência começa com observação e deve, no fim, voltar à observação para uma validação final (Goode e Hatt 1979: 154). Nesta lógica, sentiu-se necessidade de recorrer à observação para complementar outras técnicas de recolha e validação de dados. Para o efeito a técnica de observação directa pareceu adequada para uma melhor compreensão do objecto em estudo. A expressão “observação directa” tem sido usada para designar “o conjunto de técnicas de observação visual e auditiva, não envolvendo interacções verbais específicas com o observador, e supondo frequentemente o anonimato deste” (Costa, 2007: 137).

A observação directa circunscreveu-se aos contextos político, económico e social que realçam as políticas nacionais que permitem ou não incluir Angola no grupo das potências regionais emergentes. A (re)construção de infra-estruturas, em particular das vias de comunicação, e as tecnologias de informação e comunicação, a construção de novas “centralidades” e o acesso contínuo a serviços públicos (água, electricidade e saneamento básico) foram observados em dois pontos estratégicos: Luanda, onde se concentra o poder político-económico e por isso espaço de tomada de decisões, e Uíge, área que tem sido negligenciada pelos analistas e políticos, mas com grandes potencialidades económicas, em especial agrícolas, pelo papel anteriormente desempenhado na produção café.

Durante o trabalho de campo, observei os contextos em que se movem os actores que traçam as estratégias e definem a geopolítica. O convite para participação em seminários sobre geopolítica de Angola numa instituição militar e a visita a outra

instituição militar (inclusive a partilha de uma refeição na cantina) permitiram-me apreender os assuntos em debate (por exemplo: o poder de Angola no contexto regional africano) e as formas de socialização em ambiente militar. Além disso, assisti a uma actividade de homenagem ao “Camarada Presidente”, em que foi possível perceber, de algum modo, as formas de organização e mobilização das massas de apoio, em símbolos (vestuário e adereços), discursos e canções de enaltecimento.

O efeito da observação foi superior ao previsto. Faço parte da sociedade em que decorre a investigação, mas fiz a minha formação no exterior. A socialização fora de Angola permitiu-me ter o necessário distanciamento para observar as dinâmicas locais e padrões de comportamento social. A preparação para o trabalho de campo ocorreu em Portugal, o que levou a que a observação fosse feita à distância (por exemplo: visualização de debates, entrevistas e conferências). Por sua vez, o trabalho de campo envolveu uma observação de proximidade. Com a análise e tratamento da informação e a redacção da tese em Portugal, recorri novamente à observação à distância.

A alternância supra descrita alargou o meu «horizonte». Se a proximidade minimizou os constrangimentos no acesso às informações, o distanciamento contribuiu para dissociar juízos de facto de juízos de valor. Este contributo permitiu um melhor tratamento, análise e apreensão dos diversos aspectos da sociedade angolana, numa “lógica de racionalidade individual”, o que tem contribuído para que a subjectividade não se sobreponha à objectividade na análise.

## **5.5 Pesquisa Bibliográfica e Documental**

No que diz respeito aos dados secundários a pesquisa bibliográfica foi um suporte sempre constante, com início no levantamento bibliográfico sobre Angola e o seu posicionamento no contexto regional e global. Quanto aos locais da recolha de dados, esta decorreu em diferentes bibliotecas especializadas e centros de pesquisa em Portugal e em Inglaterra<sup>11</sup>.

Em Angola, para recolha de material, estive no Ministério das Relações Exteriores, no Estado Maior das Forças Armadas e na Escola Superior de Guerra, onde fui convidada a participar num seminário sobre “Angola na geopolítica mundial”. Efectuei também uma recolha de dados no Secretariado da SADC em Luanda e no Instituto Nacional de Estatística.

---

<sup>11</sup> Bibliotecas consultadas: ISCTE-IUL; ISCSP- UTL; SOAS - Londres; Biblioteca da Marinha e Biblioteca do Instituto de Defesa Nacional e outras dentro da temática e biblioteca pessoal.

Os *websites* são também um local de pesquisa, em especial aqueles relacionados com: departamentos governamentais, que contêm uma vasta gama de dados, estatísticas e outro tipo de informação; universidades que possuem centros de especialização na área desta investigação; organizações não-governamentais; organizações independentes com uma visão independente dos factos. Os *websites* dos meios de comunicação social (jornais e TV) também são uma fonte válida. No entanto, tive em conta a parcialidade que normalmente os enforma, na difusão dos dados. A *grey literature* que inclui publicações ou trabalhos não publicados levados a cabo por académicos, ou entidades oficiais e sem ISBN, é igualmente considerada entre as fontes.

No decorrer da investigação, tive em conta as diferentes abordagens citadas e que se referem à classificação das fontes em ciências sociais. Tomei ainda em consideração o argumento de Demo (1987: 20-23), ao defender que os dados obtidos são sujeitos a uma análise para detectar desvios em relação à realidade, tendo presente que o critério mais importante da demarcação científica é a objectivação. Esta posição é completada com a abordagem de Fernandes (2008: 58-69), que considera que uma análise, deve ter em conta regras precisas que permitam fixar o valor do documento, o grau de veracidade, o sentido exacto e o seu verdadeiro alcance.

## 5.6 Questão ética

Considera-se que a ética é uma autodisciplina do espírito que os investigadores devem ter presentes no decurso dos seus trabalhos. Porém, não é isenta de questionamentos em função das circunstâncias. A este propósito, Carlos Diogo Moreira (2007: 146-147) equaciona algumas questões, tais como: Devem os investigadores ser totalmente francos com todas as partes envolvidas na pesquisa? Existem áreas de comportamento privado ou métodos de inquérito que devem ser evitadas pelos investigadores? Ou ainda devem os investigadores atender ao interesse público ou a busca de resultados científicos deve prevalecer sobre tais condições?

Na sua óptica, estas questões de ética podem ser ultrapassadas de três maneiras: a) procurando obter o consentimento, respeitando assim o direito à privacidade; b) assegurando o anonimato quando não é possível associar dados específicos a um respondente específico; c) garantindo a confidencialidade da informação, podendo para tal manter-se uma identificação apenas temporária, para avaliação do estudo, e após o qual são destruídas todas e quaisquer listas de participantes, ou também poderá utilizar-se códigos ou *nick names*.

Estamos perante questões que se relacionam com aspectos de diferente índole, que podem pôr em causa interesses pessoais ou globais, questões essas relacionadas com o objecto de estudo, que conseqüentemente podem, levar ao questionamento do rigor da investigação. Por isso, é um pressuposto a ter em conta no presente trabalho de investigação.

## CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E TEÓRICO

### 1 Conceitos operacionais e parâmetros epistemológicos: poder, geopolítica, estratégia e potência regional

Para alguns autores, os conceitos são abstracções da realidade, ou mais precisamente representações que sugerem que um fenómeno deve ser abordado de um modo específico (Clark, 1990:12). Segundo Peet (2009: 19), o conceito analítico é uma combinação de *ideia, modelo, imagem e palavras* que representa um significado, uma representação material de determinada forma. Os conceitos ajudam-nos a compreender as fontes, os mecanismos e as relações da matéria a abordar de forma adequada.

Quanto à necessidade de formulação de conceitos que orientem a investigação, Adriano Moreira (2009: 127-128) refere o posicionamento de Freud, ao defender que os conceitos devem preceder a acção. Para o autor, esta é uma posição com fundamento, uma vez que o início da busca de entendimento de novos factos assenta mais na intuição do que na pré-definição do objecto de estudo. Refere também que o conceito é elaborado em face da experiência, por aproximações sucessivas, surgindo então o verdadeiro conceito operacional. Estas considerações levam-nos à definição dos conceitos operacionais orientadores da pesquisa, que, no presente estudo, são os seguintes: *poder, geopolítica, estratégia e potência regional*.

#### 1.1 Poder

O poder é comumente visto como um conceito multifacetado. Os estudiosos desta noção defendem que o pressuposto da sua existência está assente no reconhecimento de duas forças que interagem entre si, sendo que a primeira está em posição dominante, determinando a dinâmica em relação à segunda força. E, dadas as suas múltiplas facetas, o conceito é aplicado em diversos contextos, com diferentes perspectivas e por diversos autores.

Para Richard Peet (2009: 15), poder significa controlo, por uma pessoa ou instituição, sobre as mentes, os modos de vida e as crenças dos outros. Para Sousa (2008: 156), é a capacidade de influenciar o resultado que desejamos e, se necessário, alterar o comportamento de outros para o tornar possível. Para Giddens (2010:425) o poder é a capacidade que indivíduos ou grupos possuem para fazer valer os seus próprios interesses, mesmo quando outros se opõem.



Relativamente à importância do poder na vida política, Adriano Moreira (2008: 247-252) realça a corrente de pensamento alemã, *Machtpolitik*, ou *power politics*, segundo a qual, no processo político interno e externo, não existe outro factor envolvido além do poder. Uma outra particularidade é que o poder é o produto de recursos materiais (tangible) e imateriais (intangible) que integram a disposição da vontade política do agente e que este usa para influenciar, condicionar, congregar, vencer, o poder de outros agentes que lutam por resultados favoráveis aos seus próprios interesses”. Na sua perspectiva o poder não é uma coisa, é uma relação entre vontades que utilizam recursos à sua disposição. Na sua análise, refere as componentes naturais e sociopsicológicas do poder e, com base nestes elementos, argumenta que a definição de poder, bem como dos seus componentes, se faz em função do campo de acção sobre o qual recaem os efeitos. Esse campo é interno ou doméstico ou internacional ou exterior. Por sua vez, as componentes do poder classificam-se em naturais, sincréticas e sociológicas.

Na componente interna de poder, destacam-se os factores naturais de que faz parte a posição geográfica e territorial, que regularizam nos dois sentidos o poder nacional. Por sua vez, existem os factores condicionantes, que o autor classifica como sendo a extensão das fronteiras e a conflitualidade da vizinhança, que têm imediato efeito sobre a definição dos instrumentos de defesa nacional. Moreira sustenta os seus argumentos dando como exemplo o caso de extensão geográfica da Rússia que determinou a derrota de Napoleão em 1812.

O outro aspecto do poder natural é a geopolítica, que se traduz na relação que se estabelece entre a geografia e o poder, um princípio imortalizado por Halford Mackinder com a teoria do *heartland*. São de considerar também as componentes sincréticas do poder, da qual fazem parte a capacidade humana e os recursos naturais que capacitam o Estado e o levam a agir. Moreira vai mais longe, ao referir que é a capacidade industrial, que define a hierarquia das potências uma vez que é a variável económica mais importante. E a qualificação da liderança é a mais importante variável política.

Um outro elemento do poder, defendido pelo autor, é a relação deste com a geografia e a existência de recursos naturais, nomeadamente matérias-primas e energia. Na sua visão, a abundância destes bens pode conferir aos seus detentores o estatuto de superpotência. Toma como exemplos os casos da Rússia antes de 1989 e dos EUA, que

alcançaram este estatuto devido aos recursos que possuem no interior das suas fronteiras. Neste enquadramento estão também os países produtores de petróleo.

Por fim, menciona a população como o terceiro elemento fundamental do poder, que em quantidade, aumenta em escala os benefícios de um país nas suas diversas áreas. No entanto, o autor alerta para a necessidade de qualidade, ou seja, preparação técnica, desenvolvimento social e político, produtividade e coordenação entre recursos humanos e recursos naturais.

### **1.1.1 O poder nas relações internacionais**

O debate em torno das questões do poder nas relações internacionais constitui uma das temáticas frequentes na complexidade crescente da vida internacional. O seu estudo sob diversas abordagens tornou-se uma questão central nas ciências sociais. Para alguns politólogos, o poder não constitui uma realidade, uma “coisa” que possa ser quantificável. Tem efeito nas relações que se estabelecem entre as comunidades e a capacidade de um agente político, quase sempre o Estado, que procura impor a sua vontade a outro actor político, através de coações ou sanções. Na visão de Tomé (2011: 81-82), para se ter poder, é preciso ter força e o poder abrange todos os recursos a nível tecnológico, económico, militar, e organizacional podendo estes serem usados pelo actor político para deles tirar o maior benefício, em determinados casos com o objectivo de alcançar as finalidades a que se propõem.

### **1.1.2 Fontoura e as relações de poder**

Este autor analisa o poder na relação externa do Estado. Considera-o uma questão central nas relações internacionais, porque define a correlação de forças no sistema global quando estão em causa interesses específicos. Considera que, quando situado na relação externa do Estado, os elementos básicos do poder são: a sua forma, a influência e a aplicação do poder no espaço. Neste ponto, a análise destes factores assenta em quatro características essenciais – relatividade, situacional, dinâmico e multidimensional.

No que diz respeito à relatividade, o poder não deve ser tomado como fenómeno absoluto, autónomo e independente de comparações. Deve ser referido, em cada momento, no espaço e no tempo, em relação a outro ou a outros poderes. No entanto, o seu valor pode modificar-se consoante se altera o Quadro de avaliações.

A segunda característica é ser situacional, ou seja, altera-se de acordo com a situação ou o contexto no qual está a ser instrumentalizado, podendo ou devendo, opcionalmente, ser utilizado com menor intensidade do que aquele que realmente tem o seu detentor. O estudo refere como exemplo o caso da Guerra do Vietname, em que os Estados Unidos, nesse teatro de operações, ficaram sempre aquém do seu real poder nacional.

A terceira é o facto de ser dinâmico, ou seja as capacidades de cada unidade política alteram-se, permanentemente, reflectindo-se directamente no seu poder. Estas alterações devem-se a dinâmicas sociais, económicas e científicas que produzem alterações positivas ou negativas na qualidade do poder mobilizado ou mobilizável, no caso de ser poder militar. É o caso da explosão das bombas atómicas em 1945, em Hiroxima e Nagasáqui, em que os Estados Unidos aumentaram, de forma instantânea e exponencial o seu poder nacional, levando à rendição imediata do adversário e ao fim do conflito.

Outra dimensão é o facto de ser multidimensional, o que quer dizer que pode ser analisado a partir de diferentes ângulos. Por isso, existe o poder coercivo, que é expresso através da violência, do uso da força e que pode ir até à sua expressão mais extrema, que é a militar. Por outro lado, o poder também pode ser exercido por vias menos violentas, usando a indução, a persuasão, e a manipulação. E ainda de forma parcelar, por via cultural, económica ou comunicacional.

Uma outra vertente do poder, na análise do autor, é ser real, quer isto dizer que o poder existe objectivamente e está pronto a ser operacionalizado, independentemente da avaliação do observador exterior. É quantificável, conhecido e passível de avaliação. Em oposição está o poder percebido ou provável, que é subjectivo o que se julga ter sido apreendido pela outra parte. (Fontoura, 2010: 6-11).

Fontoura faz-nos uma análise das diferentes dimensões do poder, salientando que quando aplicado no espaço e no tempo, adquire características em função dos cenários em que é utilizado. O poder tem, na sua génese, dinâmicas internas que contribuem para o reconhecimento externo de autoridade, devendo ter-se em conta aspectos como: quem o detém, a sua capacidade de influência, e sobre quem é exercido esse poder, bem como o seu reconhecimento por parte dos actores globais. Por estas razões, constitui um elemento central na afirmação dos Estados no sistema mundial.

### 1.1.3 Cline e a avaliação quantitativa do poder

Os estudiosos do poder consideram-no mais facilmente compreensível na teoria do que na prática e argumentam que tende a ser cada vez mais impreciso e subjectivo. Por se tratar de um conceito versátil, a sua avaliação tem merecido a reflexão de cientistas sociais, que se interrogam sobre quais os elementos a considerar para mensurar o poder de um Estado.

Em 1977, o realista Ray S. Cline<sup>12</sup> publica a obra “*World Power Assessment*” numa tentativa de interpretar, compreender e explicar os fenómenos inerentes ao poder tangível e a sua mensurabilidade. Assente nas teorias realistas, Cline define os factores que consubstanciam a avaliação do poder de um Estado. O seu estudo incide na análise de factores do poder nacional, que dividiu em dois grupos: os tangíveis e os intangíveis. Do primeiro fazem parte factores como a posição geográfica, a população, a massa crítica, a capacidade económica a obtenção de energia e a capacidade militar. Quanto aos factores intangíveis, dizem respeito à vontade nacional e à estratégia nacional. Estes dois índices são construídos a partir de percepções psicossociais. A cada um dos factores atribuiu uma pontuação, cujo total revela a potencialidade da unidade política. Com base neste raciocínio, criou um paradigma de avaliação quantitativa do poder, que veio a perpetuar-se como a fórmula de Cline, traduzida no seguinte:

$$Pp = (C+E+M) \times (S+W)$$

Pp → *Perceived power*/poder percebido e reconhecido

C → *Critical Mass Population + Territory*

E → *Economic Capability*/capacidade económica

M → *Military Capability*/capacidade militar

S → *Strategic Purpose*/objectivo estratégico

W → *Will to purpose National Strategy*/ vontade nacional.

Sendo que: **Pp** - equivale ao poder percebido, o que significa o modo como um Estado vê o poder do outro; **C** - representa a massa crítica de um Estado e inclui a população nas suas diferentes faixas etárias e nos meios urbanos e rurais, os rendimentos; o nível educacional mais o território; **E** - corresponde à capacidade económica, incluindo o produto nacional bruto (PNB), os recursos naturais de importância estratégica (petróleo, carvão e energia nuclear), minérios, produção industrial (produção de aço e de alumínio), produção alimentícia (trigo, milho, arroz) e comércio externo (soma das

---

<sup>12</sup> Professor norte-americano da Universidade de Georgetown, ex-funcionário superior da Agência Central de Inteligência dos EUA

importações e exportações); **M** – é equivalente à capacidade militar/forças de terra, mar e ar, armas estratégicas, quantidade e qualidade do armamento, engloba o poder de fogo e extensão das armas (eficiência) e suporte logístico; **S** – equivale ao objectivo estratégico em relação aos assuntos internacionais; **W** - corresponde à vontade de prosseguir a estratégia nacional, avaliada com base no nível de integração nacional, cultural e territorial (Rocheman, 1999).

A equação também serve para fazer a ordenação decrescente dos Estados em termos de poder (Almeida, 1990). Para Rochman, esta equação não é uma fórmula matemática, mas um índice de um fenómeno político que é o poder internacional. Tal como tantos índices encontrados nas ciências humanas, esta fórmula não mede mas pode avaliar.

Perante uma avaliação comparativa entre um país do Primeiro e outro do Terceiro Mundo, coloca-se um problema da fórmula, a saber: se tomarmos como referência C+E+M, que são indicadores quantificáveis, verificamos que os mesmos variam em função da população, da capacidade económica do Estado e dos espaços onde decorrem as operações de guerra. Isto significa que o território de uma nação pode ser extenso e populoso, no entanto, tal não é sinónimo da existência de uma massa crítica, capaz de influenciar um sistema de forma a levar à implementação de mudanças estruturais.

Esta constatação é evidente numa grande parte dos países do Terceiro Mundo, onde se regista maior défice de massa crítica. Por exemplo, se tomarmos a Nigéria como referência, verificamos que tem uma área de 923 768 km<sup>2</sup>, mais de 148 milhões de habitantes e uma taxa de alfabetização de 68%; ao passo que, a Suécia tem um território de 449 964 km<sup>2</sup>, uma população inferior a 10 milhões de habitantes, e uma taxa de alfabetização de 99%. Daqui inferimos que a fórmula, na sua génese, é uma medida selectiva. Os indicadores relativos à economia são oscilantes, dependentes do mercado externo. Quanto ao exército, há que ter em conta se a guerra é ou não convencional e o tipo de tecnologias utilizadas que influenciam a correlação de forças.

Em relação a Pp, S, W indicadores intangíveis, o poder percebido é uma avaliação feita por uma nação a outra. Acontece que os indicadores usados na avaliação dependem do observador. Logo, este terá em conta os interesses em jogo. O mesmo se aplica em relação à estratégia nacional, que varia consoante os interesses do Estado no espaço e no tempo. Significa isto que o modelo é uma estimativa aproximada do poder

de uma nação, uma vez que a sua avaliação está sujeita a interferências decorrentes de dinâmicas internas e externas que integram a conjuntura nacional e global.

Por isso, consideramos que o uso daquela fórmula como modelo de avaliação quantitativa do poder é subjectivo. Os elementos intangíveis e tangíveis variam no tempo e no espaço e pode não haver uma correlação linear entre o crescimento de cada um dos indicadores. Isto pode significar que houve uma conjuntura mais favorável a um dos indicadores em detrimento dos outros. Seja como for, Cline é um autor incontornável na avaliação quantitativa do poder do Estado, apesar de a fórmula ser subjectiva.

#### **1.1.4 Joseph Nye e o futuro do poder**

As alterações de poder têm sido objecto de estudo entre os estudiosos desta matéria, que procuram compreender e explicar as alterações que este conceito tem vindo a sofrer e como será no século XXI. Esta questão levou o cientista político Joseph Nye, co-fundador da teoria da interdependência complexa nas relações internacionais e da teoria do neo-liberalismo, a criar novos conceitos de poder, uma vez que, conforme defende, o poder sempre esteve dependente do contexto (Nye, 2012:15). Nessa ordem de ideias, cria os conceitos de *soft power*, *hard power* e *smart power*. Concretamente o *soft power* relacionado com a diplomacia, o apoio económico e as comunicações, é intangível; o *hard power* é coercivo e está relacionado com acções militares, sendo tangível; por fim, o “poder de persuasão e de atracção” que é uma combinação dos outros dois poderes para criar estratégias de sucesso (Nye, 2012:43).

Com o fim da Guerra Fria, estes conceitos passaram a ser os eixos estratégicos da política externa norte-americana das Administrações de Bill Clinton, de George W. Bush e, actualmente, de Barack Obama. Na década de 90, a política externa do Governo de Clinton foi um misto de *soft power* e *smart power* levado a cabo através de “intervenções humanitárias”; com um discurso pela “promoção da democracia” (*democratic enlargement*) e também pela “garantia dos direitos humanos”. Como forma de afirmação destes princípios, as forças americanas intervieram directamente na Somália, no Haiti, na Bósnia e no Kosovo. Para além destas, houve intervenções indirectas, *leading from behind*, em que os EUA estiveram na Serra Leoa, Libéria e Timor-Leste, a coberto de intervenções humanitárias.

Com os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, sob a Administração Bush, a prossecução da política externa foi marcada pelo *hard power* com a invasão do Iraque,

a intervenção no Afeganistão e uma segunda Guerra do Golfo, numa luta justificada como sendo “contra o eixo do mal e pela libertação do povo oprimido por Saddam Hussein ou na busca de armas de destruição em massa”.

Relativamente à Administração Obama, o intervencionismo é assinalado pela operação militar levada a cabo na Líbia, após aprovação da Resolução 1973 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que “autoriza os Estados membros a tomar as medidas necessárias para proteger os civis e áreas densamente povoadas sob ameaça de ataques”. A aprovação dessa resolução culminou com a queda de Muammar Gaddafi em Março de 2011, a conseqüente “primavera árabe” com protestos populares contra as ditaduras nos países árabes. A assunção desta intervenção é justificada como forma de apoio à democratização daqueles países. Posteriormente, em Maio do mesmo ano, o *smart power* do Presidente Obama culminou com a morte de Bin Laden, numa operação de *hard power*.

Perante a complexidade crescente das relações internacionais e o aparecimento de uma multiplicidade de actores capazes de gerar poder, o “*futuro do poder*” é cada vez mais difuso. O que se retira da obra de Nye, tendo em conta os factores tangíveis e intangíveis do poder, é que o mesmo se encontra disperso por países, blocos regionais, organizações governamentais, organizações não-governamentais, empresas, órgãos de comunicação e redes de comunicação *online*. Verifica-se, então, que o futuro do poder nas relações internacionais reside em múltiplos espaços, em diferentes actores que fazem parte da nova ordem mundial.

No presente trabalho, o nosso conceito operacional de poder é a capacidade que um Estado possui de se potencializar a nível interno através dos seus recursos tangíveis e intangíveis e de exercer influência externa.

## **1.2 Geopolítica**

### **1.2.1 A origem e a evolução do conceito**

Para os teóricos desta ciência, a origem da geopolítica remonta à Antiguidade Clássica, na Grécia e Roma Antigas, onde se produziram os primeiros ensaios sobre o tema, apesar de pouco sistematizados. Os seus autores foram Heródoto, Hipócrates, Tucídides, Platão, Aristóteles, Lucrécio, Estrabão e Possidónio. Durante a Idade Média, até 1453, poucos foram os avanços nesta matéria. Apesar disso registam-se escritos de

Marco Polo, Mandeville, Constantino VII, Marcelino e Alberto Magno (Bonfim, 2005: 22-23).

Na Idade Moderna (1453 a 1789), com os Descobrimentos e o fenómeno da colonização, a geopolítica é perspectivada a partir de uma visão mais alargada do mundo, com objectivos orientados para a busca de recursos e a afirmação de poder. Na Itália, Maquiavel (1469-1527) desvaloriza a dimensão do território, colocando a fonte de poder na capacidade do “Príncipe” e na sua vontade. Por seu turno, Jean Bodin (1530-1596) apresenta um trabalho em que divide o hemisfério norte em três zonas: zona setentrional, intermédia ou temperada e meridional. Com esta divisão, pretende identificar as zonas mais favoráveis para governar e conclui que a zona temperada é a que melhores condições tem para ser dominada. Seguiu-se Montesquieu (1689-1755), com a teoria da “geografia”, que analisou um conjunto de factos e de acontecimentos relacionando-os com a geografia, a demografia, a religião, usos e costumes e levando-o à conclusão da divisão do mundo em zonas frias, temperadas e quentes.

Na Idade Contemporânea, destacam-se pensadores como Emmanuel Kant (1724-1804), que se evidencia por ter enaltecido o papel determinante da natureza na evolução dos agrupamentos humanos. O filósofo alemão George Jellinek (1851-1911) ficou conhecido pela relação que estabeleceu entre o Homem e o território. Por fim, o geógrafo e etnógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904) avançou a teoria sobre o determinismo geográfico (Rocha, 2009: 12). Segundo esta teoria, o Homem vive condicionado pelos factores do meio físico, daí que as diversas culturas expressam as condições do seu meio.

A obra de Ratzel é considerada como tendo fornecido instrumentos susceptíveis de analisar mecanismos de interacção entre a natureza e as comunidades humanas. A ele se deve o axioma de que “espaço é poder”, uma vez que não se pode conceber o Estado sem território, sendo necessário conceber uma geografia política. Ratzel é tido como um determinista com tendência organicista, ao “olhar para o Estado como uma entidade que age e reage à maneira dos seres vivos (Almeida, 1990:109). Na sua concepção o poder depende de três factores: o Estado como uma entidade territorial com duas coordenadas essenciais, a primeira, «espaço» (*Raum*) relaciona-se com a área total do Estado e com características físicas – clima, vegetação, relevo, hidrografia; a segunda «posição» (*Lage*) localiza o Estado nas suas coordenadas geográficas, nomeadamente acidentes geográficos como a insularidade ou a continentalidade; a terceira, «sentido do espaço» (*Raumsinn*), explica o poder através de um determinismo biológico, segundo o qual



cada raça tem defeitos que lhe são inerentes, como se esses traços se herdassem por via genética e não fosse possível ultrapassá-los (Almeida, 1990: 104-106). Uma outra noção a enfatizar é a de «espaço vital» (*Lebensraum*), definido como o “território necessário à completa e perfeita realização de um “ser político, forte e respeitado” (Dias, 2010).

Por fim, Ratzel faz uma reflexão sobre as “Leis do Crescimento dos Estados” também denominadas “Leis dos Espaços Crescentes”, que foram estruturadas a partir de sete eixos basilares que fundamentam a geopolítica: 1) a necessidade de espaço cresce com a cultura do Estado; 2) o crescimento do Estado segue outras manifestações do desenvolvimento do povo, devendo, necessariamente, preceder o desenvolvimento do próprio povo; 3) o crescimento do Estado manifesta-se pela adição de outros Estados, menores, dentro do processo de fusão; 4) a fronteira é o órgão periférico do Estado; 5) no seu crescimento, o Estado luta pela absorção das secções politicamente importantes; 6) o primeiro ímpeto para o crescimento territorial vem de outra civilização superior; 7) a tendência geral para a anexação territorial transmite um movimento de Estado para Estado que vai aumentando de intensidade (Bonfim, 2005: 29).

O debate continuou com Paul Vidal de la Blache (1845-1918), geógrafo, considerado fundador da Geografia moderna, pertencente à escola possibilista. Blache é um opositor das abordagens deterministas de Ratzel. A geografia, defende Blache, é a base a partir da qual o Estado deveria tirar vantagens para desenvolver a economia, a política e a tecnologia. Blache é também o autor da teoria política e económica de “converter dificuldades em oportunidades” (Rocha, 2009:13-22).

Na linha de pensamento de Ratzel, situa-se Karl Haushofer (1869-1946), que divide o mundo em quatro áreas a que chama pan-regiões. Delas fazem parte a pan-Euro-África (Europa, Médio Oriente e África); pan-Ásia Oriental (Índia, Ásia, Japão, Filipinas, Indonésia, Austrália e ilhas do Pacífico) e pan-Rússia (URSS e leste do Irão) e a pan-América (Alasca, Patagónia e ilhas próximas do Atlântico Pacífico). Estas regiões têm como “Estados-directores” respectivamente, a Alemanha, o Japão, a União Soviética, e os Estados Unidos (Rocha, 2009).

A evolução do pensamento geopolítico teve continuidade com Rudolf Kjellén (1864-1922), a quem é atribuída a autoria do termo “geopolítica”. Influenciado pelas teorias de Ratzel sobre a natureza orgânica dos Estados, deixou o modelo de orientação jurídico-filosófica que até então predominava no estudo da Ciência Política, passando a analisar a questão do Estado por meio de fenómenos rigorosamente científicos (Bonfim, 2005: 18). Para Kjellén, a análise do Estado deveria ser feita segundo uma visão global,

investigando com igual ênfase todos os factores que o compõem. Com base neste pressuposto, adoptou um novo método de estudo da política, com as seguintes denominações: i) geopolítica: determina a influência do solo (situação, valor do território ocupado) nos fenómenos políticos; ii) ecopolítica (actualmente Geoeconomia): avalia a influência dos factores económicos nos fenómenos políticos; iii) demopolítica: estudo do Estado como nação (povo); iv) cratopolítica: estuda a política do Governo, como poder (Bonfim, 2005:18).

A Kjällén se devem, igualmente, as teses da “vinculação territorial do Estado”, segundo a qual os Estados têm o seu núcleo territorial fixo, não podendo nunca desvincular-se dele. (Rocha, 2009; Almeida, 1990). Kjällén via a natureza do momento como um factor determinante para uma política a ser seguida. Por isso, defendia que as características geográficas influenciam a forma de governar (Dias, 2010: 82-84). Os estudos de Kjällén incluem também a função das pequenas e médias potências em ligação com as grandes potências, que considera uma classe superior dos Estados, classificando-as como: potências continentais e marítimas; potências contínuas e descontínuas do ponto de vista da coesão espacial; potências predominantemente económicas e militares (Dias, 2010: 85-86).

Pode assim dizer-se que, por esta via, se estruturou o conceito de geopolítica, construído em torno de um debate controverso de diversas correntes de pensamento, mas convergindo na ideia de que a geografia é um factor predominante, uma vez que a qualidade do poder político, bem como o desenvolvimento económico e tecnológico de um Estado, são determinados por aquela, sendo que uma parte desta corrente defende que as características geográficas influenciam a forma de governar. A visão destes cientistas sociais reveste-se de um grande alcance no contributo para a definição do conceito de geopolítica.

Enquanto campo de conhecimento, os cientistas sociais definem a Geopolítica como uma combinação da Ciência Política e da Geografia que, como disciplina estuda as relações que existem entre a condução da política externa de um país e o Quadro geográfico no qual ela se insere (Boniface, 2008: 163).

No entanto, o conceito tem sido sujeito a diferentes interpretações. Para uns, é um método da política externa que explica e prevê o comportamento da política internacional em função de variáveis geográficas, como a dimensão do território, localização, topografia, demografia, recursos naturais e outros bens (Sousa, 2008: 92). Para outros, é a ciência que analisa o Estado como organismo geográfico, isto é, como

fenómeno localizado em certo território (Bonfim, 2005: 22). Através dos tempos, a Geopolítica foi ganhando novos espaços na Academia, passando a ser vista como uma área de estudo que entretanto viria a servir de modelo para delinear a política externa das grandes potências. Na Alemanha a Geopolítica foi adaptada por Karl Haushofer e usada para apoiar a expansão geopolítica nazi.

### **1.2.2 A dimensão marítima e terrestre da geopolítica**

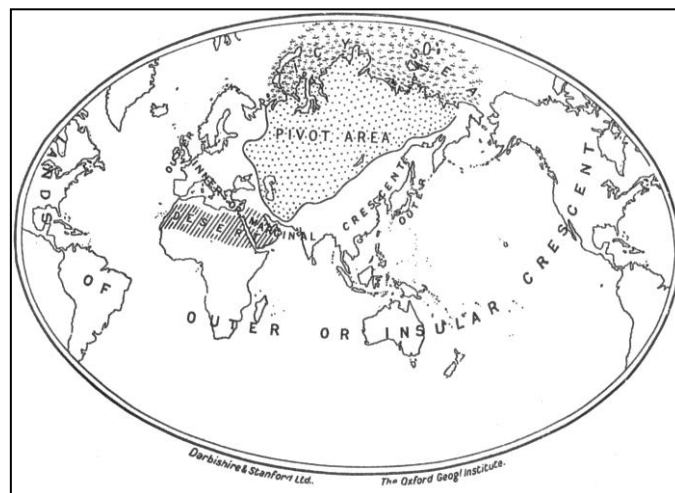
A dimensão marítima e terrestre é outro aspecto que foi alvo de estudo dos geopolíticos. Alfred Thayer Mahan (1840-1914) centrou as suas teorias na importância do mar para as grandes potências. Defendia que o poder se manifesta através do posicionamento geográfico, da tipologia do território, da população, do Governo e do aproveitamento que se pode fazer do mar através da marinha militar, da marinha mercante e das indústrias. Segundo Mahan, deve existir um controle militar das actividades marítimas, porque em caso de conflito, o controlo marítimo pode determinar o resultado da guerra (Mahan, s.d.).

Posteriormente, o geógrafo Halford Mackinder (1861-1947) fez evoluir o estudo da geopolítica, ao apresentar a teoria do pivô geográfico da história. Segundo a qual a comunidade internacional está dividida em dois tipos de potências, as marítimas e as continentais, constituindo-se no heartland e no coastland. Seriam estas potências que iriam definir e fazer evoluir o sistema internacional, por terem o poder de se influenciar mutuamente. A partir desta interacção, Mackinder estrutura o conceito de pivot geográfico, referindo-se a uma área que vai do Ártico, passando pela Ásia Central, Himalaias, Urais, até ao Nordeste Asiático (Mackinder, 1904). A parte contígua à continental denominou-a crescente interior, que engloba a Europa, com excepção de Inglaterra, países do Norte de África, a Índia e a China. São países que tinham contacto com o mar, formando uma espécie de zona de transição.

Com o novo mapa europeu delineado após a Primeira Grande Guerra, Mackinder revê o conceito de pivot, continuando a defender a necessidade de impedir o acesso da União Soviética ao mar livre. Por isso teorizou que “quem governar o Leste da Europa, comanda o heartland; quem governar o heartland comanda a maior ilha do mundo e quem governar a ilha do mundo comanda o mundo”. É nesta ilha do mundo formada pela Europa, África e Ásia que diz existirem os maiores recursos naturais e humanos (Almeida, 1990: 155-156; Fernandes, 2008: 46-47).

Numa outra parte geográfica, Mackinder identificou o crescente exterior, que compreende a África, a América, a Austrália, a Inglaterra e o Japão; são territórios com acesso ao mar, o que lhes permite ter fáceis comunicações com o resto do mundo. Nos espaços contíguos a estes “crescentes” situa uma área a que chamou coastland da qual fazem parte: o coastland europeu compreendendo a Europa e o Norte de África; o coastland monsonico, localizado na Ásia monsonica. Na partilha geográfica desta área restava a Arábia, que considerava uma região demasiado parcelada para ser integrada no heartland ou no coastland; o Sahara que constituía uma área autonomizada entre o crescente interior e o crescente exterior e, por fim o heartland do Sul, que compreende toda a área ao sul do Sahara, cujas características se assemelhavam às do heartland do Norte. Para além deste espaço, que considerou a ilha do mundo, está o outerworld ou seja, o mundo exterior (Fernandes, 2008: 46-48). A divisão geopolítica de Mackinder configurou-se no espaço conforme o mapa seguinte.

**Figura 2.1 – A Representação Geopolítica de Mackinder**



**Fonte:** Mackinder (in ISCPS)

<http://www.iscsp.utl.pt/cepp/autores/ingleses/mackinder.htm>.

Acesso: 17/07/2011

A evolução que se fez sentir com a Segunda Guerra Mundial deu um novo ímpeto à Geopolítica, levando Mackinder a readaptar a teoria perante a vitória da União Soviética e dos seus aliados considerados potências marítimas, sobre a Alemanha considerada potência terrestre.

Por fim, Mackinder enriquece as teorias de equilíbrio de poder, ao defender que além da sede do poder mundial situada no Heartland existia uma outra situada no Atlântico Norte, o Midland Ocean, que compreendia três potências anfíbias – EUA,

Inglaterra e França – que, coligados, impossibilitariam o domínio do Midland Ocean por um poder continental (Fernandes, 2008:48).

Por seu turno, como refere Almeida, Nicholas Spykman (1893-1943), um realista contrário ao idealismo, estabeleceu o elo de ligação entre a geopolítica clássica e a nova geopolítica, que resultou no conceito de rimland, designado como o centro do poder mundial. Alguns autores consideram que esta designação é um reajustamento do conceito de heartland defendido por Mackinder. O rimland significa uma área descontínua e heterogénea, com elevada população, recursos naturais e de acesso à Eurásia. Dada a sua importância geopolítica, quem dominasse essa área, dominava o mundo (Almeida, 1990: 40).

Os estudiosos desta matéria consideram que, depois de 1945 a geopolítica foi votada a um certo ostracismo devido a disputa mundial e à definição da grande estratégia espacial para se atingir o estatuto de grande potência. Neste combate, opunham-se, de um lado, os vitoriosos e do outro, os vencidos – o Japão com o seu expansionismo marítimo, a Alemanha nazi e a Itália fascista (Vesentini, 2007).

Na década de 70, a geopolítica entra numa fase de reformulação, em que os princípios defendidos já não são os de uma política expansionista, mas sim os de um confronto bipolar entre o capitalismo e o socialismo (Melo, 2010). Esta década foi marcada por uma nova perspectiva da geopolítica, introduzida por Henry Kissinger com a obra *The White House Years* (1969-1974), na qual analisa as relações dos EUA com o resto do mundo, em especial com a Ásia: a derrota dos EUA na Guerra do Vietname (1963); a aproximação à China comunista; as assinaturas dos acordos sobre limitações de armamento estratégico com a União Soviética. A análise de Kissinger levou a uma nova delimitação no campo da geopolítica, num clima de Guerra Fria. Durante esse período, o confronto entre o Leste e o Ocidente era ideológico tendo culminado a desagregação do império soviético e na reunificação da Alemanha em 1991, o que encerrou o sistema mundial bipolar e configurou um novo momento da história geopolítica da humanidade.

Numa outra vertente, com a evolução das ciências sociais, o conceito foi aplicado a outras realidades. Em 1955, Josué de Castro ficou celebrizado ao criar a noção de “geopolítica da fome”, relacionando os problemas da alimentação e da população em todo o mundo. Um outro aproveitamento deu lugar à “geopolítica do petróleo”, sistematizado com base nos recursos petrolíferos localizados em diferentes regiões do mundo.

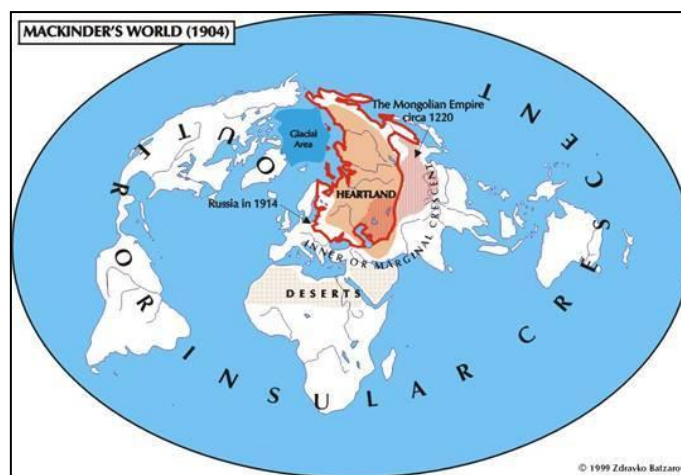
No mesmo sentido, existe uma outra dimensão da geopolítica que é complementada pela geoestratégia, cujo objecto é a relação entre a geografia e os meios a utilizar para levar a cabo os interesses do Estado, o que pode ser concretizado através do hard e do soft power, que é igual ao smart power.

Para Gentelle *et al* (2008:15), a geoestratégia está sempre ligada à geopolítica e constitui o conjunto de planos estabelecidos, em função dos meios de que se dispõe para se afrontar um adversário, procurando perceber a sua estratégia e dissimular os seus propósitos e objectivos. A finalidade suprema de uma geoestratégia é levar o adversário a participar indirectamente, se possível sem que ele se aperceba, numa “armadilha” que lhe será prejudicial. Na óptica de Martins (1996: 36) a geoestratégia é o estudo das relações entre os problemas estratégicos e os factores geográficos, à escala regional ou mundial, procurando deduzir a influência dos factos geopolíticos (económicos, geográficos, populacionais, etc.) nas situações estratégicas e na consecução dos respectivos objectivos.

Por fim, utilizamos neste estudo o conceito operacional de geopolítica - a relação que se estabelece entre o espaço geográfico (localização, território, recursos e população) e a política levada a cabo por um Estado para prossecução dos seus interesses junto de outros Estados ou das organizações transnacionais.

### 1.2.3 O contexto geopolítico do continente africano

Figura 2.2– O “outer world de Mackinder”



**Fonte:** O Mundo de Mackinder em 1904. Disponível em:  
<http://www.retguardia.org/2008/04/29/halford-mackinder-o-la-zona-pivot>.

Acesso: 13/07/2011

No que diz respeito a África, na sua obra *Ensaio de Geopolítica* Almeida refere que as teses geopolíticas tradicionais não dão grande atenção ao continente africano, considerando-o um *outer world*. Políbio de Almeida (1994: 112) refere que a África era valiosa para a Europa devido às colónias, que levavam ao desenvolvimento do comércio e este por sua vez ao crescimento das marinhas. Sabe-se, no entanto, que o mar teve uma função decisiva na época dos Descobrimentos, altura em que a geografia foi determinante no estabelecimento de impérios europeus transoceânicos. Este momento histórico deu lugar ao aparecimento de novas teorias relacionadas com o poder marítimo, o poder terrestre e o poder aéreo.

Observa-se que, no passado, os geopolíticos excluíram África das suas recolhas indutivas, ao estruturarem pensamentos sobre geopolítica. Num passado recente, esta lacuna é ultrapassada por Políbio de Almeida, professor do ISCSP, na obra “Ensaio de Geopolítica” dando um impulso notável ao estudo da geopolítica de África contrariando as teses defendidas por Mackinder e seus contemporâneos de que África é um *outer world*. Segundo Políbio de Almeida (1994: 115-141), a África está mais próxima do resto do mundo como nunca esteve no passado. O autor defende que as novas tecnologias e os meios de comunicação e de difusão cultural são realidades que levam a admitir que África não é um continente periférico, mas sim uma parcela activa e cooperante no sistema dinâmico das relações internacionais. As figuras que se seguem dão-nos uma percepção da geopolítica de África e, conseqüentemente, da sua importância no contexto mundial.

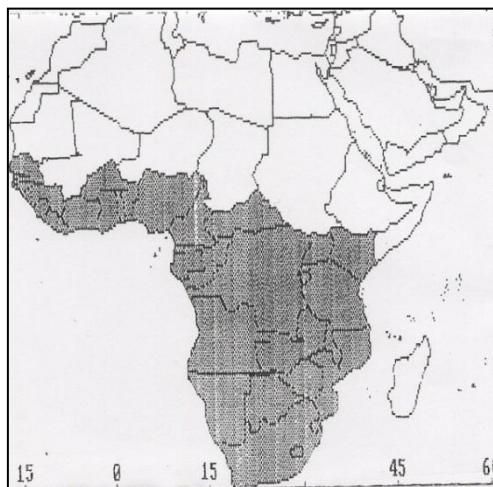
**Figura 2.3– A Geopolítica de África**



**Fonte:** Mapa de África a partir de 9 de Julho de 2011. Disponível em: <http://www.freeworldmaps.net/africa/countries.html>. Acesso: 08/02/2012

- A norte, temos a *África Mediterrânica*, que constitui uma área autónoma, separada do resto do continente pelo Sahara e separada da Europa pelo Mediterrâneo. O centro desta área é constituído pela Argélia, Tunísia e Líbia.
- Na área contígua, situa-se o *midland ocean*, do qual fazem parte Marrocos, o Sahara Ocidental e ainda o golfo de Cádis, Gibraltar e as Canárias. Almeida refere a importância desta zona por estar dentro da área estratégica da NATO, que Cohen denominou “trade dependent maritime world”.
- Segue-se o “*Shatterbelt*” que agrupa o Egipto, parte do Sudão e o “Corno de África” – Etiópia, Somália, Djibuti. É considerada uma área que é parte do *Shatterbelt* do Médio Oriente. Tem uma vocação anfíbia (mar Mediterrâneo, mar Vermelho e oceano Índico).
- Na parte ocidental situa-se o *Sahara*, que engloba a Mauritânia, o Mali, o Burkina Faso, o Níger, o Chade e o Sudão; a dinâmica desta zona pode abranger o Gabão.
- Relativamente à África ao sul do Sahara, Almeida subdivide-a em: “*Sudan grassland*” que é uma área propícia para a agricultura, com diversos grupos étnicos, onde outrora se ergueram reinos históricos, como do Congo, Luba e Lunda, e, mais a norte os reinos do Mali, Mossi, Hausa). Em termos estratégicos, o autor refere que esta região tem a característica de não ser geobloqueante, servindo de transição e de elo entre o Norte e o Sul do continente.

**Figura 2.4– África ao Sul do Sahara**

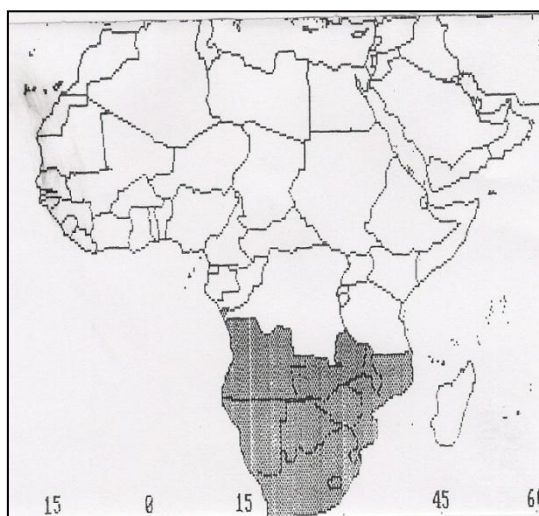


**Fonte:** Almeida, P.(1994), p.135



- O *heartland* do Sul, expressão atribuída a Mackinder, é uma área continental, inacessível ao poder marítimo, apesar de ter bacias hidrográficas e rios; é plano, permitindo contactos e comunicações sem dificuldade; tem recursos naturais e, devido às suas capacidades, tem um elevado índice de densidade populacional. Fazem parte desta área: Congo, ex-Zaire, Uganda, Ruanda, Burundi, Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Zimbabué, Angola e Moçambique. É uma constelação de países com características diferentes, quer em relação ao acesso ao mar, quer em relação aos recursos naturais e à população.
- Os *rimlands*, classificados por Spikman, ligam dois rios, que começam a sul da foz do Congo e terminam a norte da foz do Zambeze, extensivos a uma parte da Tanzânia.
- O Cone Austral é uma zona que abrange o *heartland* e os *rimlands*. É rico em recursos e é favorável quanto à sua posição estratégica no Índico, no Ártico e no Atlântico Sul. Estas são áreas estratégicas fundamentais para o comércio marítimo mundial.

**Figura 2.5– Cone Austral**

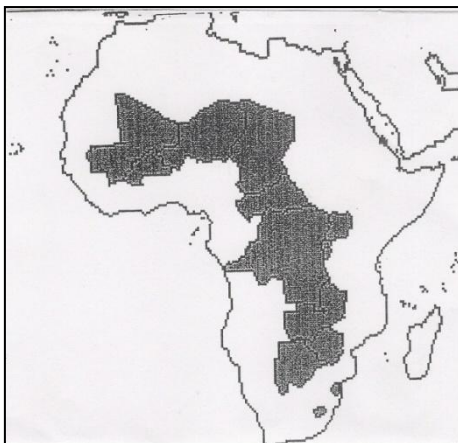


**Fonte:** Almeida, P. (1994), p.136

- A *África insular* é uma área de pequenas dimensões em que, na sua maioria, o valor estratégico se sobrepõe aos recursos existentes. Compõem esta região: Madagáscar, Canárias, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Seicheles.
- Existe uma parte do continente que pelas suas características, o autor denomina como *África geobloqueada*, um “continente encravado dentro do continente”. São regiões sem acesso ao mar e por isso, são limitadas quanto ao

desenvolvimento das suas potencialidades. Fazem parte deste grupo: Mali, Burkina Faso, Níger, Chade, República Centro Africana, Zaire, Uganda, Ruanda, Burundi, Zâmbia, Malawi, Zimbabué, Botsuana, Suazilândia (Ngwane) e Lesoto.

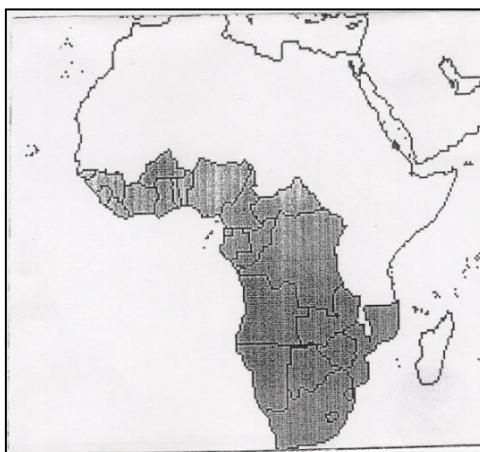
**Figura 2.6– África Encravada**



**Fonte:** Almeida, P. (1994), p.139

- Em oposição à parte encravada, encontra-se a *África Atlântica*, que constitui uma área que esteve na definição das grandes estratégias da geopolítica por parte das potências coloniais em relação aos territórios ultramarinos. Para Sacchetti (1990: 17-31), estes centros estrategicamente localizados serviram de porto de abrigo para as expedições que se dirigiam para o interior do continente africano.

**Figura 2.7– África Atlântica**



**Fonte:** Almeida, P. (1994), p.141

Em nossa opinião, a geopolítica de África revela-se uma das mais decisivas na geopolítica transoceânica da história contemporânea, fazendo parte das estratégias que

contribuíram para a formação de grandes impérios coloniais erguidos em diferentes momentos históricos desde o século XVI com descobertas, tráfico negreiro, partilha e ocupação de África, permitindo à Europa dominar vastas regiões do globo. Não era na prática um “*outer world*”.

No decurso do século XX com as independências, a geopolítica de África não só passou a ter novos actores como se alterou a correlação de forças. África, devido aos recursos naturais continua a ser um continente no centro da geopolítica mundial.

### **1.3 Estratégia**

#### **1.3.1 Os antigos e a arte da guerra**

O termo “estratégia” tem a sua origem na palavra grega *strategia*. Surgiu no seio dos militares para liderar exércitos e definir um plano de acção tendo em vista um determinado objectivo. Segundo Virgílio de Carvalho (1986:11-14), a estratégia pode definir-se como a arte e a ciência de conceber, desenvolver, organizar e utilizar meios para realizar objectivos, vencendo resistências e oposições. Tem a ver com a mobilização de recursos para realizar objectivos num ambiente ou cenário hostil. Por conseguinte, estratégia é o conjunto dos meios e planos a disposição do poder político e militar para atingir um objectivo previamente estabelecido.

Na implementação de uma estratégia, tem-se em conta a tática, que é a forma de execução, bem como os meios a utilizar de modo a alcançar os objectivos preconizados. A tática e a estratégia estão interligadas e só têm efeito quando accionadas em conjunto.

A História revela que, ao longo dos séculos, se têm destacado diferentes figuras cujo pensamento estratégico tem servido de paradigma em épocas distintas com início na Antiguidade em que se destacam, entre outros, estrategas como o chinês SunTzu (544 a 456 a.C.), notabilizado pela obra *A Arte da Guerra*, elaborado algures entre os séculos III -V a.C. Na Grécia Antiga, Tucídides (460 a 395 a.C.) ficou célebre pela obra “*A História da Guerra do Peloponeso*” na qual teoriza sobre o equilíbrio do poder. Mais tarde seguiram-se outras duas épocas que reflectem a evolução do mundo, nomeadamente a Moderna e a Contemporânea.

#### **1.3.2 Os modernos e a nova visão do mundo**

Quanto aos estrategas da Idade Moderna, têm uma nova visão do mundo e as suas teses reflectem as mudanças que entretanto se operaram na Europa entre a

Antiguidade Clássica e o Renascimento. A Idade Moderna é caracterizada por grandes estratégias transoceânicas que interligam o mundo – Europa, África, América e Ásia. *Nicolau Maquiavel* (1469-1527), no manual político *O Príncipe* dedicado ao seu mecenas Lourenço de Médicis, refere estratégias sobre o modo como um príncipe deve conquistar e manter um principado. É uma obra que traz ao debate a questão do poder entre a esfera política e a moral. Posteriormente, Thomas Hobbes (1588-1679) ficou célebre pela obra *Leviatã*, uma criatura mitológica inspirado na Bíblia e que representa um monstro marinho. A partir dessa figura, o autor constrói a ideia de anarquia da comunidade internacional sem um poder central. Este estratega é tido como o primeiro grande teórico do Estado soberano e uma das figuras fundadoras da escola realista.

Na transição da Idade Moderna para a Contemporânea, destaca-se Immanuel Kant (1724-1804), considerado uma figura entre *o realismo e o idealismo* devido à sua posição quanto à soberania nacional e ao dever. Entre outros aspectos, Kant celebrizou-se com as obras *Para a Paz Perpétua* (1795) e *Metafísica dos Costumes* (1797) na qual equaciona a guerra preventiva e a mudança coerciva de regime.

### **1.3.3 Os contemporâneos e a estratégia global**

Clausewitz (1780-1831), com a obra *Da Guerra*, composta por oito livros, reflecte o conflito que devastou a Europa do seu tempo e o paradoxo entre a democracia e a guerra. O pensamento dominante de Clausewitz, que se tornou transversal na sociedade internacional, é a expressão “a guerra é a continuação da política por outros meios”.

O amadurecimento da estratégia ao longo dos tempos foi uma superação da etapa anterior. Nesta fase, verifica-se um conjunto de princípios e normas estabelecidos pelos estadistas e que estão na génese da reorganização política e social da Europa. Destacam-se Woodrow Wilson (1856-1924) com uma visão estratégica direccionada para a reconstrução da Europa. O seu pensamento assenta em três discursos que renunciaram o plano americano para o mundo: *League to Enforce Peace*, em 1916; *Peace without Victory*, em 1917; e *W. Wilson's Fourteen Points*, todos centrados na paz mundial após a Primeira Guerra. A estratégia de Wilson deu lugar a doutrina “wilsoniana”, que serviu de base para a criação da Liga das Nações, cujo objectivo era garantir a independência política e a integridade territorial dos grandes e pequenos Estados. Esta formulação serviu de base para a criação da Organização das Nações Unidas.

Na mesma época, evidencia-se Winston Churchill (1874-1965), a quem se deve a ideia da criação dos “Estados Unidos da Europa” como forma de ultrapassar os flagelos da Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, criou a divisão geoestratégica da Europa, sintetizada no conceito de “cortina de ferro”. Considerava Churchill que uma cortina de ferro estava a descer através do continente europeu. De um lado, ficava o Ocidente, e do outro, a Europa Central e Oriental, nomeadamente Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapeste, Belgrado, Bucareste e Sófia cujas populações ficariam na esfera de influência soviética, sob controlo de Moscovo, o que de facto viria a suceder. O pensamento de Churchill esteve na base das relações de poder entre o Ocidente e o Leste durante o período da Guerra Fria, que terminou com a crise do socialismo no final dos anos 80.

O novo Quadro europeu levou Jean Omer Monnet (1888-1979) a dar continuidade ao pensamento, enunciado por Churchill, de uma Europa Unida. A estratégia elaborada por Monnet consistia num processo de integração em que as rivalidades fossem ultrapassadas através da cooperação e da integração dos Estados. A sua *grande estratégia* reflecte o maior projecto de construção geopolítica do pós-guerra, que foi a Comunidade Económica Europeia, actual União Europeia. É um projecto que engloba 27 Estados do Ocidente e do Leste Europeu, o que faz desta iniciativa uma das maiores estratégias da comunidade internacional delineada no século XX.

Num outro espaço geográfico, o da Ásia, destaca-se Mao Tsé-Tung (1893-1976) inspirado na teoria marxista-leninista, a partir da qual delineou as estratégias políticas e económicas, que ficaram conhecidas como *maoismo*. É nestas formulações ideológicas que se encontra o fundamento da Revolução Cultural que causou grandes transformações, levando à criação da República Popular da China, da qual Mao Tsé-Tung se tornou líder no período entre 1949 - 1976. Os seus ensinamentos estratégicos - militares serviram de inspiração a diferentes actores de outras regiões geoestratégicas onde ocorreram algumas guerras revolucionárias, como em África e América Latina. Nesta ordem de ideias o legado de Mao constitui um vasto léxico de ensinamentos políticos e económicos e de grandes estratégias, que se reflectem actualmente no plano consolidado da ascensão geopolítica da China.

É com este entendimento que, olhando para os três períodos analisados, podemos constatar como a estratégia foi decisiva na articulação de projectos, os quais tiveram grande impacto, não só para delinear estratégias no sentido de vencer guerras, como também para esboçar planos que serviram de base à construção de uma Europa

Comunitária e de outros projectos em outras partes do mundo. Mudanças na conjuntura, na correlação de forças, nas lideranças ou nos regimes configuram sempre a existência de estratégias.

#### **1.4 Potência Regional**

A génese do conceito de “potência regional” utilizado no presente estudo deriva de duas palavras, de origens diferentes, que se combinaram num contexto geopolítico e de relações internacionais para designar um Estado com capacidades para influenciar os demais países da região onde se encontra.

Do ponto de vista etimológico, a palavra “potência” deriva do latim *potens*, (do verbo *possum*), que significa “aquele que pode.” É um termo usado sob diferentes perspectivas. Poder é a capacidade de atingirmos os nossos objetivos ou fins (Nye, 2002: 70). Na concepção de Étienne (1997: 243) é a relação social entre indivíduos ou grupos sociais.

Para os realistas, é um instrumento analítico para dar sentido à política internacional, definindo-a primeiramente em termos das capacidades militares e utilizando-a para classificar Estados e explicar os seus comportamentos (Berenskoetter, 2007). O poder está no centro da vida internacional e da conceptualização desta pela análise teórica (Moreira, 2008: 130). A noção de poder é também aplicada aos Estados que dispõem de recursos, com elevado índice de crescimento interno que lhes permite influenciar a política regional e internacional. Esta condição está na base da criação do conceito de potência.

Numa lógica de política relativa ao espaço, ou seja de geopolítica, o termo “potência” é utilizado no Congresso de Viena, em 1815, para designar os países vencedores da França napoleónica (Áustria, Rússia, Prússia e Inglaterra), que utilizaram o princípio do equilíbrio de poderes para classificar e redesenhar as fronteiras políticas europeias. Neste mesmo Quadro geopolítico, foram denominados como potências os países europeus que na Conferência de Berlim de 1885, decidiram a ocupação total do continente africano (Moreira, 2008: 142).

Com a Primeira Guerra Mundial, o termo designou a coligação dos países (Alemanha, Áustria e Hungria), que ocuparam uma posição central durante o conflito. Posteriormente, na Segunda Guerra Mundial, serviu para categorizar os principais países em confronto: Inglaterra, URSS, França e EUA, de um lado; Alemanha, Itália e Japão, do outro. O termo foi também aplicado para designar os países europeus em

relação às suas colónias em África, que constituíam territórios sem continuidade geográfica em relação à Europa e cuja lógica de poder se estabelecia numa relação supranacional, entre colonizadores e colonizados.

Tendo em conta a sua dimensão, Políbio de Almeida (1994: 17) classifica os Estados segundo uma hierarquia: super, grande, média, e pequena potência. Por sua vez, Flesmes faz uma análise segundo escalas diferentes. Uma superpotência é a que ocupa o primeiro lugar no *ranking* do sistema internacional, tendo a capacidade de influenciar acontecimentos e de projectar o seu poder à escala mundial; uma superpotência é considerada a um nível mais elevado de poder do que uma grande potência, como o Reino Unido e o seu império. Como exemplos, são de referir a União Soviética e os Estados Unidos durante a Guerra Fria. Actualmente, apenas os Estados Unidos reúnem os critérios necessários para serem considerados uma superpotência.

A grande potência ou potência maior é aquela que, através da sua força económica, política e militar, é capaz de exercer poder sobre a diplomacia mundial. As suas opiniões devem ser tomadas em consideração pelas outras nações, antes de serem concretizadas acções diplomáticas ou militares. Fazem parte desta categoria a Alemanha e o Japão. Média potência é o termo usado nas relações internacionais para descrever Estados que não se integram nas duas categorias anteriores, mas que têm influência internacionalmente (Flesmes, 2007:7). Finalmente a pequena potência é a que pode manifestar interesses que ultrapassam o âmbito nacional, mas que não dispõe de meios próprios para os alcançar e por isso tem de recorrer a alianças (Almeida, 1994).

Quanto ao termo “regional”, a sua origem etimológica provém do latim *regionale*, relativo à administração de determinada região. Nas relações internacionais, o termo “região” é usado em vários contextos e com diferentes significados, que chegam mesmo a sobrepor-se ou a contradizer-se. O sentido primário do termo “região” está conotado com contiguidade física ou proximidade, conferindo o sentido de unidade (Evans, 1998: 472-473).

Os estudiosos desta temática defendem que a palavra “região” ganhou uma dimensão institucional, ao ser usada para caracterizar um grupo de países que criaram uma estrutura legal de cooperação. Estes países têm uma relação económica extensiva, assumindo a intenção de que essa cooperação seja de duração infinita e a previsão de que a região evoluirá ou mudará (Page, 2001:5). É no seio destes agrupamentos de países, estrutural e conjunturalmente heterogéneos, que emerge um Estado que, pela sua capacidade económica, política e de influência na geoestratégia da região, se destaca

dos demais. Esta constatação conduz-nos ao postulado de Berbém, segundo o qual, para que um conjunto de Estados possa ser considerado um subsistema regional, do sistema internacional, terá de ter como requisitos: a proximidade geográfica; o reconhecimento externo e interno da região como uma área distinta; a regularidade e intensidade da interacção entre os actores (Berbém, 2001: 212).

A conjugação, no léxico do sistema internacional, dos dois termos, “potência” e “regional” levou à criação do conceito de potência regional, entrando assim na terminologia corrente da política dos Estados. Para Sousa (2008:139), uma potência regional representa um Estado que, pela sua dimensão económica, demográfica ou militar, desempenha o papel de grande potência num determinado âmbito geográfico. Eugénio Almeida (2011) caracteriza potência regional como aquela que tem a capacidade de influenciar, de forma organizacional, política, ideológica, económica, militar e tecnológica, uma determinada região geográfica em que se insere.

Na concepção de Flandes (2007:9-10), potência regional é aquela que é considerada poderosa na sua própria região, que desempenha o papel de pacificadora, de polícia e que tem autoridade moral. Para além disso, é capaz de promover regras e normas aceitáveis, nos termos das quais as relações e as políticas regionais deverão ser conduzidas.

Relevante é o facto de Maxi Schoeman (2003:353), ao contrário dos que valorizam aspectos externos, referir a existência de dinâmicas internas cruciais para que um país seja considerado potência regional, nomeadamente ter um sistema político e económico que lhe permita jogar um papel de estabilizador e adoptar um papel de liderança na região. Considera que o próprio país tem de demonstrar vontade e expressar a disposição de se assumir como líder regional estabilizador, capaz de, pelo menos, conseguir manter a paz; tem de demonstrar capacidade e habilidade para assumir a liderança regional; tem de gozar de aceitação por parte dos seus vizinhos, enquanto líder responsável pela segurança regional.

Sobre esta matéria, a interpretação de Eugénio Almeida (2008) é a de que uma potência regional é aquela que tem poder e influência, que permitam deter um determinado controlo estratégico sobre a sua região geográfica.

Por fim, o nosso conceito operacional de “potência regional” é a de um país com potencialidades e crescimento sustentável a nível interno que lhe permitam deter influência, quer na região a que pertence, quer a nível global, e ser reconhecida como tal pelos seus homólogos da região onde se insere.



### 1.4.1 A génese das organizações regionais

As organizações regionais foram criadas com o intuito de promover a integração política e a cooperação económica entre os países, que fazem parte de uma determinada região historicamente delimitada.

Na Europa, a primeira organização regional surgiu na década de 50, com a criação da Comunidade Económica Europeia e da Comunidade Europeia de Energia Atómica, em 1957. Foi um projecto que abarcou realidades distintas, com o objectivo de funcionarem como um conjunto, constituindo actualmente a União Europeia.

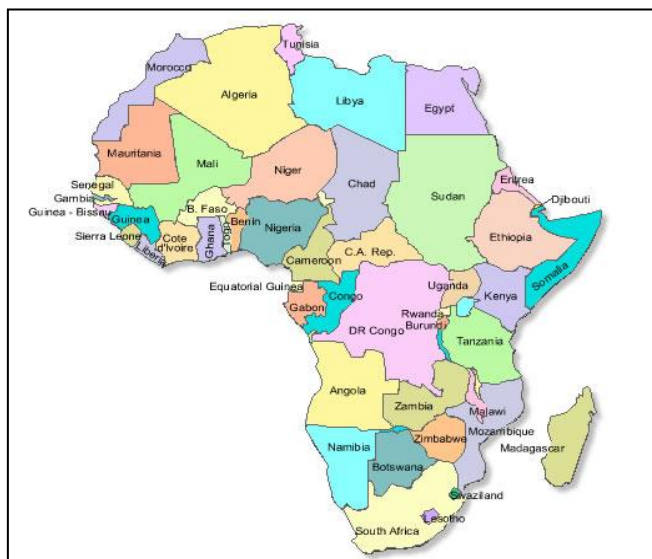
À medida que se foram intensificando as relações interestatais, foram surgindo outros agrupamentos regionais com motivações, económicas, não só na Europa, como também nas restantes partes do mundo. Sobre esta tendência crescente de agrupamentos, Moreira alerta para a interdependência que este tipo de aglomerações actualmente provoca e que afecta as relações e os conceitos pelos quais se regiam até há pouco tempo. Considera o autor que o mundo tende para uma unidade que se caracteriza pela planetarização dos fenómenos políticos, o que denominou como lei da *complexidade crescente da vida internacional* (Moreira, 2008: 56-58).

Um outro argumento é-nos dado por Ernest Haas (1966) que defende que a marcha para a *unidade do mundo* tende a ser cada vez maior, submetendo-se a um poder central, apesar das adversidades de cada um dos Estados constituintes do sistema internacional.

Diremos que as organizações regionais são uma via de integração, que se espera maior equilíbrio entre os países, um aumento nas trocas comerciais e bem-estar dos Estados membros.

## 1.4.2 Os agrupamentos regionais em África

**Figura 2.8– Mapa da Organização da Unidade Africana**



**Fonte:** Divisão Política de África antes de Julho de 2011. Disponível em: [http://www.geobis.com/mapas\\_africa.htm](http://www.geobis.com/mapas_africa.htm). Acesso: 20/08/2011

Na África Subsariana, os agrupamentos regionais remontam ao período que antecedeu as independências. Eram organizações de carácter económico, criadas com o objectivo de congregar interesses económicos localizados nos espaços regionais das diferentes colónias. Estudos elaborados referem que a primeira experiência de integração económica regional teve lugar em 1927, como uma das principais estratégias de desenvolvimento adoptadas pelas potências coloniais. Nessa época, na África Oriental anglófona, foi criada a East Africa Customs Union (EACU), – que geograficamente englobava o Quênia, a República da Tanzânia e o Uganda<sup>13</sup>. Noutra região historicamente denominada por Federação das Colónias de França, foi criada em 1959 a - União Aduaneira da África Ocidental Francesa (UAAOF). Após as independências em 1966, esta organização deu lugar à União Aduaneira dos Países de África Ocidental (UAPAO) (Joshua, 1989: 59-60).

Com a descolonização a partir do final dos anos 50, e com as independências alterou-se o paradigma que constituía a base das organizações regionais. A 25 de Maio

<sup>13</sup> Era uma união aduaneira que incluía livre comércio interno, tarifas externas comuns e taxas administrativas, serviços de transporte e comunicações, e uma universidade, serviços de pesquisa e moeda comum.

de 1963, em Addis Abeba, foi criada a Organização de Unidade Africana (OUA) subscrita por 32 chefes de Estado de países independentes, com o intuito de unir, política e economicamente, os africanos.

Aquela organização tinha como principais objectivos, entre outros, promover a unidade e solidariedade dos Estados africanos e malgaches (artº 2.1); erradicar todas as formas de colonialismo em África (art. 2.1.d); promover a resolução pacífica das disputas através da mediação, conciliação ou arbitragem (art.3.4). Dos seus estatutos constava a criação de blocos económicos e políticos para a resolução de vários problemas que, na época, afligiam o continente africano.

Sobre esta nova realidade, Adriano Moreira afirma: A acção prática da OUA enquanto agrupamento foi determinante na história da descolonização de África, agindo não só como grupo de pressão nos foros internacionais onde passaram a ter voz, assumindo um capital de queixas contra o Ocidente colonizador, mas também apoiando directamente os movimentos de libertação nacional através do seu Comité Coordenador de Libertação de África (Moreira, 2008:145).

Deve-se igualmente à OUA a luta anti-*apartheid* levada a cabo em foros internacionais, onde os africanos votavam por unanimidade sanções contra o regime vigente na África do Sul e na Rodésia. Por esta via, conseguiram que o sistema implementado fosse oficialmente considerado um “crime contra a humanidade” (Conferência de Teerão, 1968). Porém, apesar do apregoado princípio de unidade reclamado no seio da organização, os conflitos e os flagelos, bem como a delimitação de fronteiras, os golpes de Estado, os refugiados e a fome não deixaram de afligir os Estados nascidos da descolonização.

Relativamente ao modelo de integração económica, este foi inicialmente discutido tendo como base a divisão do continente africano e visava a concentração de esforços na produção de uma gama de produtos primários que serviria para exportação. Verificou-se, entretanto, que a iniciativa proposta colocava obstáculos à diversificação das actividades económicas e à criação de mercados competitivos. Assim, com vista a levar a cabo uma linha de acção, foram sugeridas duas propostas: i) que os Estados africanos promovessem a cooperação entre si, criando uma organização económica continental, posição defendida por Kwame Nkrumah do Gana; ii) ou, em alternativa, que se agrupassem em sub-regiões, com a implementação de acordos de cooperação

entre países vizinhos. Esta proposta prevaleceu, registando-se o aparecimento de blocos regionais<sup>14</sup>.

Perante este cenário, a Comissão Económica das Nações Unidas para África (ECA) propõe a divisão do Continente em cinco sub-regiões: Oriental, Austral, Central, Ocidental e o Norte de África. A proposta deu lugar ao aparecimento de várias organizações económicas, agrupadas segundo as áreas geográficas. Destacam-se:

- COMESA - Mercado Comum de África Oriental e Austral criada em 1967 tem 19 membros<sup>15</sup>.
- SADC - Comunidade para o Desenvolvimento de África Austral<sup>16</sup> criada em 1992. Tem 14 membros<sup>17</sup>.
- ECOWAS/CEEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental criada em 1975). Tem 16 membros<sup>18</sup>.
- CEEAC - Comunidade Económica dos Estados da África Central criada em 1983, da qual fazem parte 12 países membros<sup>19</sup>.

Os princípios preconizados por estas organizações económicas visavam, em geral, a criação de políticas integracionistas com vista a uma coabitação harmoniosa e de boa vizinhança. Nesta base, os princípios estabelecidos foram os seguintes: harmonização dos mercados, liberalização do comércio, melhoria das infra-estruturas, livre circulação de pessoas e bens, e harmonização monetária.

---

<sup>14</sup> Ver os blocos regionais em África em: [www.fd.uc.pt/ci/cee/oi/oua/ficha-oua.htm](http://www.fd.uc.pt/ci/cee/oi/oua/ficha-oua.htm).

<sup>15</sup> COMESA - Comores, Djibuti, Zimbabué, Seicheles, Líbia, Zâmbia, Ruanda, Quênia, Uganda, Maurícias, Etiópia, República Democrática do Congo, Suazilândia, Malawi, Eritreia, Sudão, Madagáscar, Egipto e Burundi. Para mais informações, ver <http://about.comesa.int/lang-en/opportunities>.

<sup>16</sup> A génese desta organização é política, nasceu no seu dos “Países da Linha da Frente”, que lutavam pelos seus homólogos (Zimbabué, Namíbia e África do Sul) ainda sob o domínio colonial. Com a independência do Zimbabwe em 1980 o objectivo passou a ser o de enfrentar o domínio económico da África do Sul, materializado com a criação da SADCC - Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral. Após a democratização da África do Sul dá-se uma nova mutação com a criação em 1992 da SADC.

<sup>17</sup> SADC - África do Sul, Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seychelles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. Para mais informações, ver <http://www.camaa.gov.br/mercosul/blocos/SADC.htm>

<sup>18</sup> ECOWAS/CEEAO - Benin, Burkina-Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, República da Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. Para mais informações, ver <http://www.ecowas.int/>

<sup>19</sup> CEEAC - Angola, Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Congo, República Democrática do Congo, Gabão, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e Chade. Para mais informações, ver <http://www.pt.reingex.com/CEEAC-Comunidade-Economica-dos-Estados>

No entanto, à parte as intenções políticas, Amadou Traor (1993: 48) argumenta que África nunca conseguiu reunir três condições essenciais para progredir: i) ultrapassar as disparidades económicas sub-regionais; ii) estabilidade política; iii) um crescimento regular da economia nacional. E ainda, acrescentamos nós, ter uma administração pública capaz de assegurar convenientemente a organização do Estado.

Numa escala mais global e integracionista, Raposo Medeiros (1998: 43-46) defende que a integração destes países deve ser equacionada à luz dos seguintes factores: i) nível de industrialização e importância relativa na economia global; ii) potencial de exportação de produtos manufacturados dirigida aos mercados mundiais; iii) dimensão das economias de escala a obter nas indústrias a instalar regionalmente; iv) diferenças de custo de produção nas diferentes áreas a integrar; v) pujança ou fraca posição endógena dos mercados da possível zona; vi) infra-estruturas de comunicação e custos de transporte de matérias-primas e produtos finais na área.

Na prática, o que se verifica é que a conjuntura económica destes países, revela assimetrias que constituem debilidades estruturais dos seus aparelhos produtivos, o que torna as economias fragmentadas e insuficientes para uma integração regional. Por essa razão, criam-se dificuldades na produção de bens, na sua movimentação, na prestação de serviços e ainda no desmantelamento de fronteiras económicas e na circulação de pessoas. Como resultado destas assimetrias, os Estados membros procuram, como alternativa, outros mercados fora da região na qual estão inseridos, com quem estabelecem acordos comerciais. É um facto que se verifica na maioria dos países, face à região onde se inserem.

### **1.4.3 As organizações inter-governamentais**

Não obstante os países africanos se terem agrupado em blocos regionais após as independências, razões de ordem histórica relacionadas com o passado colonial, contribuíram para a formação de organizações inter-governamentais, ligadas entre si por afinidades linguísticas e culturais, mas sem continuidade geográfica. Enquadram-se nesta categoria: a Commonwealth, composta por 54 países membros falantes da língua inglesa, com excepção de Moçambique, que é de expressão portuguesa; a Francofonia, que envolve países e Governos cuja língua oficial é o francês, da qual fazem parte 55 Estados membros e 13 observadores; a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), criada em 1996 e que reúne os países de língua portuguesa, nações irmanadas

por uma herança histórica e por uma visão compartilhada de desenvolvimento e de democracia (CPLP, 2011, *online*).

A CPLP suscita o interesse de países fora do contexto lusófono. A Guiné Equatorial pretende aderir a este bloco e, desde 2006, mantém o estatuto de observador. Porém, o seu pedido de adesão está dependente de mudanças internas, pois algumas práticas deste país não se coadunam com os princípios da CPLP nomeadamente a questão dos direitos humanos, a pena de morte, além disto, há a necessidade de progredir no que respeita à aprendizagem da língua portuguesa. Angola apoia o pedido de adesão da Guiné Equatorial à CPLP.

A nossa leitura é que estas organizações inter- governamentais representam uma plataforma de colaboração entre as antigas potências coloniais e os novos países, permitindo-lhes manter relações históricas, económicas e de ajuda ao desenvolvimento com interesses recíprocos.

## **2 Debates teóricos sobre relações internacionais**

Antes de analisarmos o tema central, exploramos as bases teóricas que sustentam a presente investigação. Assim contemplaremos primeiro a noção de teoria, seguindo-se as perspectivas teóricas, que consideramos terem sido as que mais contribuiriam para o estudo dos Estados no contexto das relações internacionais, nomeadamente o realismo e o neo-realismo.

### **2.1 A teoria nas relações internacionais**

Para análise do tema “potência regional emergente”, começamos por examinar as bases teóricas que suportam o presente trabalho. Quando analisada a bibliografia de relações internacionais, encontramos diferentes conceitos de teoria, mas que são, no entanto, comuns nos princípios básicos. Eis algumas definições: A teoria é a forma adoptada, por excelência, pelo pensamento sério, no seu nível profundo de contemplação, quando a mente procura as fontes originais e causais dos acontecimentos. A teoria enforma a mente para pensar de um modo profundo e mais poderoso (Peet, 2009:39).

Na concepção de Viotti e de Kauppi (1998: 3-20) “teoria” significa diferentes coisas para diferentes pessoas. E pode mesmo significar diferentes coisas para a mesma pessoa. Algumas podem parecer verdadeiras “em teoria”, mas não na prática ou num

caso em particular, em função das circunstâncias. Para estes autores, a teoria é uma construção intelectual, que ajuda a seleccionar factos e a interpretá-los de modo a facilitar explicações e previsões relativas a regularidades e recorrências ou a repetições do fenómeno observado. A teoria é um meio para fazer o mundo, ou parte dele, mais compreensível ou melhor compreendido. Para uma análise mais aprofundada, os teóricos das relações internacionais centram as suas observações, em padrões de comportamento entre os vários actores da cena internacional. Ao identificarem os padrões, conseguem estabelecer modestas previsões acerca da possível natureza e direcção de mudança.

A visão de outros politólogos é de que a teoria é uma reflexão sistemática sobre os fenómenos, concebida com o pressuposto de os explicar e de demonstrar a forma inteligível e significativa como estão relacionados, ao invés de constituírem um elemento disperso num universo incoerente (Dougherty e Pfaltzgraff, 2003: 22-25).

Para Kenneth Waltz (2002: 14-23), as teorias são compilações ou o conjunto de leis características de um comportamento ou fenómeno particular. Indicam-nos que alguns factores são mais importantes do que outros e especificam relações entre eles.

Morgenthau (1993:3) com a “Teoria Realista da Política Internacional” entende que a teoria tem por finalidade ordenar e dar sentido a uma massa de fenómenos, que, sem ela, continuariam desconexos e ininteligíveis.

Donald Puchala, que se autodefine primeiramente como um consumidor e não propriamente um produtor de teorias, tem uma visão crítica e distanciada desta temática. Um dos seus argumentos centrais é o de que as teorias das relações internacionais não são científicas, mas considera que talvez se trate de um atributo e não de uma falta. Em sua opinião, os pensamentos que sustentam as teorias das relações internacionais têm poucos aspectos que satisfaçam os critérios de uma teoria científica, considerando que daquelas teorias pouco se pode deduzir e, menos ainda, fazer previsões a partir delas. Em seu entender, não são construídas a partir de simples proposições, nem evoluem para um estágio mais complexo que lhes permita atingir um “nível médio de generalizações”. Na crítica que faz, põe em causa a sustentação das teorias das relações internacionais, ao considerar que os cientistas sociais têm tentado formular teorias há cerca de meio século, porém, estes esforços têm-se demonstrado despropositados e com pouco sucesso, não só devido ao enigma da condição humana, mas também por ser questionável a assunção epistemológica dos cientistas sociais.

A solução proposta é a de que os heurísticos, para construírem uma boa teoria, ponderem acerca de “como e porque é que acontecem” determinados fenómenos. A sua posição é a de que a teoria das relações internacionais nasce do tesouro intelectual do ideal de tipo weberiano, que tem em conta padrões de fenómenos, estruturas, processos, causas e efeitos.

Poderá dizer-se que o debate sobre teorias não é fixo, mas aberto de forma a permitir ideias contraditórias para que possam ser confrontadas e desenvolvidas sob diferentes perspectivas. É um debate crítico inacabado, travado desde o início da década de 60 e que continua a pôr em causa, a capacidade de as teorias existentes explicarem contextos específicos, quando aplicadas às relações internacionais.

Neste trabalho, as teorias têm a função de enquadramento do objecto de estudo na arena internacional e as teorias utilizadas no presente estudo são o realismo e o neo-realismo.

## **2.2 As escolas de pensamento**

Os cenários de conflito que se viveram durante a Guerra de 1914-18 convenceram um número de influentes pensadores e filantropos da necessidade de repensar as relações internacionais. Estes filantropos viram nisso a oportunidade para teorizar as relações internacionais (Brown e Ainley, 2009: 18). Consequentemente, surgiram as escolas de pensamento, das quais destacamos o realismo e o neo-realismo.

### **2.2.1 O realismo**

Enquanto teoria política, o realismo tem as suas raízes na história, na política e na filosofia de pensadores, como: Tucídides, que na *História da Guerra do Peloponeso*, formula a concepção da balança de poderes; Maquiavel, que, em *O Príncipe* dá a ideia da separação entre a política e a moral; Hobbes, que no *Leviatã* reflecte sobre a natureza humana e a ideia de anarquia, que resulta da ausência de um poder central internacional; Clausewitz, que em *Da Guerra* equaciona as relações entre a política externa e a guerra (Kegley Jr., 2004: 36; Fernandes, 2011: 44-45).

Nos tempos modernos, o aparecimento do realismo está relacionado com o esvaziamento do paradigma idealista liberal, durante o período que medeia entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, por uma corrente que considerava que os liberais



eram “utópicos, que negligenciavam a realidade humana pondo os seus interesses pessoais à frente do bem-estar dos outros” (Kegley Jr., 2004:36).

Entre os principais pensadores do realismo, destacam-se: E.H. Carr (1939), George F. Kennan (1951, 1954), Hans Morgenthau (1948), Reinhold Niebuhr (1947) e Kenneth Thompson (1960). É uma corrente socialmente construída e cuja visão do mundo continua a ser um guia do pensamento político (Kegley Jr. 2004).

O realismo surge como uma reação contra o idealismo de Wilson e tem merecido diversas interpretações. Para Adriano Moreira (2008:130), o realismo coloca a noção de *poder* no centro da vida internacional. Na visão de Maltez (2003), o realismo é uma doutrina que pretende opor-se ao idealismo e ao chamado normativismo. Lançou a gênese para um entendimento pluralista da sociedade, olhando os grupos como forças vivas. Moma (2012: 14) realça que na perspectiva realista a sobrevivência dos estados no sistema internacional depende da sua capacidade de gestão, da procura, criação e distribuição de poder.

O realismo vê o Estado como o mais importante actor no palco mundial, uma vez que não responde a uma autoridade política superior. Quanto à capacidade dos Estados, na opinião de Mearsheimer (2007: 33-37), os mesmos são movidos, essencialmente, pelo poder, pela segurança militar e pela economia, o que significa que os Estados são os principais actores da política mundial, se bem que centrados principalmente nas grandes potências.

Para Viotti e Kauppi (1998: 6-7), os Estados, na perspectiva realista, são actores racionais, pois o processo de decisão na política externa inclui: um anúncio dos objectivos; as considerações sobre as possíveis alternativas em termos de capacidade do Estado; a forma de atingir esses objectivos e quais os benefícios ou custos associados a cada alternativa. Defendem os realistas, que a segurança nacional está no topo da lista.

Os realistas acreditam que a política, tal como a sociedade em geral, é governada por leis objectivas que têm as suas raízes na natureza humana. Nesta linha de pensamento, Hans Morgenthau desenvolveu uma teoria sobre a política do poder, com base nos princípios realistas da natureza humana, na qual analisa a essência política, o equilíbrio do poder e o papel da ética na política externa. Morgenthau delineou como seria a política externa dos EUA no pós Segunda Guerra Mundial. No seu entendimento, o novo cenário englobaria: (i) a substituição do multipolarismo pelo bipolarismo, cujos centros estão na Europa Ocidental; (ii) a divisão da “unidade moral” em dois sistemas antagónicos de pensamento, que disputariam entre si a lealdade dos

homens; (iii) o desenvolvimento da tecnologia nuclear, que poderia levar à destruição da humanidade.

Em relação à paz mundial, Morgenthau, no final dos anos 40, considerou que esta só era possível mediante um mecanismo de equilíbrio de poder. Tendo em conta esta constatação, identificou princípios básicos na política internacional que diferenciam e definem o realismo em relação a qualquer outra perspectiva ou teoria, a saber: 1) a política, tal como a sociedade, obedece a leis objectivas que são fruto da natureza humana; 2) o interesse dos Estados é sempre definido em termos de poder; 3) o conceito de interesse traduzido em poder é uma categoria objectiva de validade universal; 4) os princípios morais universais não podem ser aplicados aos actos dos Estados, senão filtrados e analisados a partir das circunstâncias de tempo e lugar; 5) as aspirações morais de uma nação em particular não podem ser identificadas com os preceitos morais que governam o mundo; 6) a esfera política é autónoma ou seja não é subordinada a nenhuma outra esfera como – a económica, a jurídica ou a religiosa (Morgenthau, 1993:5). Estes pontos em que Morgenthau salienta valores sociais que considera dominantes baseados na obediência às leis e às regras que governam o mundo, ficaram conhecidos como “os seis princípios do realismo político”.

Para os autores deste modelo, o mesmo deve ser entendido no contexto em que foi produzido dizendo respeito aos anos 60 e à primeira metade da década de 70 e seu impacto nos EUA, nomeadamente: i) a antevisão da decadência dos EUA como superpotência face ao conflito do Vietname; ii) a ascensão de outras economias, como a alemã e a japonesa, e o aparecimento de novos actores económicos com protagonismo; iii) a vulnerabilidade do sistema económico e monetário americano (1971); iv) o impacto negativo do embargo petrolífero do mundo árabe sobre o Ocidente e consequente aumento dos preços do petróleo, resultante do conflito israelo-árabe do Yom-Kippur (1973).

Para J. Fernandes (2011:93), estes acontecimentos contribuíram para as críticas, que, desde os anos 60, vinham sendo feitas no sentido da necessidade de deslocação, para a economia política internacional, do tradicional centro de interesses realista ligado à disputa político-militar entre as superpotências e que constitui o campo por excelência dos Estudos Estratégicos. Entretanto, o sistema internacional enquanto esfera de análise privilegiada deixou a descoberto lacunas que foram aproveitadas pelos críticos dando lugar ao neo-realismo.

A utilização do realismo neste trabalho reveste-se de particular interesse por fornecer uma teoria que propõe uma explicação dos factos internacionais e das relações entre os actores internacionais a partir da observação de padrões de comportamento.

### 2.2.2 O Neo-Realismo

O neo-realista aborda o modo como a estrutura do sistema internacional influencia o comportamento dos Estados ou a percepção dos *decision-makers* (Viottie e Kauppi, 1999). As críticas do neo-realismo ao modelo realista centravam-se essencialmente na “falta de precisão e até mesmo de contradições na forma como os realistas usavam determinados conceitos nomeadamente *poder*, *interesse nacional* e *balança de poder*. Para além desta crítica, consideravam também que existiam contradições entre a linguagem descritiva e os elementos prescritivos do realismo. Acusam os realistas de, por um lado, pôr “as nações e seus líderes a pensar e a agir em termos de interesses definidos pelo poder”, mas, por outro lado, de aconselhar os diplomatas a serem prudentes e a não só terem um auto-controlo, mas também a reconhecerem a legitimidade dos interesses nacionais das outras nações (Kegley Jr., 2004:38).

Os neo-realistas procuram explicar o porquê de os conflitos interestatais persistirem. Na perspectiva destes teorizadores, tal facto deve-se à natureza anárquica da sociedade global sem governo e não, como defendem os realistas, ao contínuo desejo de poder que é intrínseco à natureza humana. Por estas razões o neo-realismo é por vezes referido como realismo estrutural, devido à ênfase que é dada à influência do poder global nas estruturas dos Estados.

Um dos fundadores desta corrente foi Kenneth N. Waltz, que se notabilizou com a obra *Theory of International Politics* (1979). Através dela, procura dar uma explicação científica do sistema internacional assente na autonomia do poder político. Segundo Waltz, o neo-realismo evidencia-se por fazer a distinção entre uma teoria das relações internacionais e uma teoria da política externa, que, como defendem não são a mesma coisa, uma vez que a estrutura do sistema internacional é distinta da estrutura dos sistemas políticos internos, a três níveis: i) o princípio ordenador do sistema; ii) o carácter das unidades componentes; iii) a distribuição das suas capacidades. Por sua vez nos sistemas políticos nacionais, o primeiro ordenador é a hierarquia, enquanto no sistema internacional é a anarquia. Para Waltz (2002: 49-87) existe no plano interno,

uma divisão e especialização do trabalho, o que não se verifica na estrutura do sistema internacional, onde não há diferenciação das unidades, uma vez que “os Estados são funcionalmente iguais”. Considera que num meio anárquico, os Estados têm diferentes capacidades para desempenhar exactamente as mesmas funções. Sendo assim, a variação entre dois sistemas internacionais, depende da distribuição dessas capacidades entre os Estados.

Esta escola de pensamento também veio contribuir para a compreensão de um outro aspecto das relações internacionais ao procurar explicar, porque é que as perspectivas para a cooperação internacional e as trocas são tantas vezes pouco claras e porque é que os Estados desconfiam uns dos outros e se esforçam por competir. Este facto é explicado com base na estrutura anárquica do sistema, que leva os Estados a serem sensíveis à sua posição relativa na distribuição de poder (Kegley Jr., 2004:42).

Compreende-se que estão traçadas as linhas orientadoras que nos permitem analisar em diferentes aspectos a posição dos Estados no contexto das relações internacionais, ancorados em assuntos como a segurança dos Estados; os instrumentos da política externa; a balança de poder manifestada através dos recursos em diferentes áreas; a movimentação transnacional e as trocas; a cooperação e o papel das organizações internacionais que actuam no sistema político.

### **2.3 John Clark e as relações internacionais de África**

Tem sido questionável a aplicação das teorias realistas e neo-realistas na interpretação dos fenómenos das relações internacionais da África contemporânea. O argumento central é o de que estas correntes de pensamento tiveram expressão na política das grandes potências, pelo que não tem relevância a sua aplicação na África contemporânea. Sobre este debate Clark (2001, 85- 91) refere que caso seja aplicado o realismo, tendo em conta o novo contexto histórico e geográfico, isso poderá enriquecer uma perspectiva teórica e ajudar a compreender o assunto em estudo. Porém, não traz respostas aos problemas africanos. Clark remete-nos para duas perspectivas teóricas, que, em seu entender, mais se adaptam a interpretar as relações internacionais de África, que são o liberalismo e o globalismo. Fundamenta o seu pensamento em dois factores: o primeiro é o de que, com o fim da Guerra Fria e o aparente fim da bipolaridade e, talvez do conceito de *polés* (i.e. *opostos*), se desmotivou o interesse dos neo-realistas, uma vez que o modelo de análise defendido por esta corrente se adaptava às grandes potências, mas pouco revelava sobre a política da periferia na era pós-Guerra Fria. O segundo

argumento é o de que os africanistas centram as suas análises não nos Estados, nos líderes, nos seus interesses, mas no legado colonial e na estrutura da economia mundial que consideram serem responsáveis pelo *record* de pobreza na África pós-colonial. Contudo, nem o liberalismo nem o globalismo providenciaram “conceitos-chave” para compreender as relações internacionais africanas.

Defende ainda que os liberais que nos anos 50 e 60, escreveram essencialmente teorias modernas, estavam convencidos de que os Estados africanos se tornariam competentes, que as condições socio-económicas iriam melhorar e que os regimes se iriam tornando gradualmente liberais com o apoio do sistema internacional. Essas expectativas foram frustradas em 1960 e em 1990.

O autor refere que na perspectiva dos globalistas, a brutalidade e a ineficácia na política interna de África se explica como um efeito de política económica mundial. Por isso encontra lacunas nesta teoria, pelo facto de ela não explicar porque é que as trajetórias das várias regiões e dos países da periferia têm sido inconstantes.

Clark observa que o realismo ajudou a compreender as relações internacionais de África, mas tem os seus limites. Durante a Guerra Fria, África foi vista como um palco importante para a competição das grandes potências. A questão ideológica serviu para alimentar um grande número de conflitos interestatais (Angola/África do Sul; Angola/Zaire e Somália/Etiópia). O realismo tradicional também ajudou a compreender a relação da França com os seus antigos territórios ultramarinos e a relação patrão-cliente que se estabeleceu, o que levou a concluir que os Estados fracos necessitam de protecção e ajuda, as quais procuram, enquanto os poderosos procuram clientes (Clark, 2001: 89-91).

O uso das lentes do realismo e do neo-realismo para analisar as relações internacionais de África parece-nos ser possível apenas nos aspectos acima referidos, ou seja, segurança, balança de poder e cooperação. Isto porque desde as independências os países africanos tiveram trajetórias que os diferenciaram, não só entre si, como também dos Estados europeus. Nos anos 60 começaram a emergir do colonialismo e a integrar o sistema internacional ideologicamente dividido pelas duas superpotências. Enquanto Estados independentes, eram inexperientes na governação e economicamente débeis, o que dificultava a integração na arena internacional. Esta situação deu lugar a intervenções externas, assentes em factores ideológicos, que prevaleceram até ao final da Guerra Fria e à emergência da nova ordem global. A apreciação é que África tem características políticas, económicas e sociais específicas que resultam de um

passado histórico. No entanto, enquanto países membros da comunidade internacional, tornam-se interdependentes, contribuindo para a *unidade do mundo* através de uma multiplicação *qualitativa* e *quantitativa*, que se traduz, respectivamente, em contactos entre os Estados e outros agentes internacionais e acções de cooperação. É neste ponto que encontramos situações em que as teorias realistas e neo-realistas são aplicáveis às relações internacionais de África.

## SEGUNDA PARTE

### ÁFRICA AUSTRAL E ANGOLA COMO POTÊNCIA REGIONAL EMERGENTE

#### CAPÍTULO III. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E DINÂMICAS NA CRIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL

##### 1 Ventos de mudança

Os efeitos da Segunda Guerra Mundial traduziram-se, em África, nas reivindicações de independência dos países sob o domínio colonial. Foi neste ambiente de afirmação dos nacionalistas que o primeiro-ministro britânico, Harold MacMillan, se destacou com o célebre discurso “*Winds of Change*”, realizado a 3 de Fevereiro de 1960, durante uma viagem aos países da Commonwealth, no Parlamento sul-africano, na cidade do Cabo, afirmou:

*“A wind of change is blowing through this continent (Africa) and whether we like it or not, this growth of national consciousness is a political fact. We must all accept it as a fact, and our national policies must take account of it.”*

O pensamento de MacMillan passou a ser considerado como que uma doutrina nos debates da ONU sobre a problemática africana. Nessa altura, as potências coloniais já tinham iniciado a transição para a independência de alguns dos seus territórios ultramarinos. Inglaterra em 1957, com a independência do Gana; França em 1958, com a Guiné Conacry; Bélgica em 1960, com a independência do Congo Belga, actual RDC. Criaram-se dinâmicas tais, que em meados dos anos 60, todas as antigas possessões na África Ocidental, Oriental e Central eram agora independentes. Porém, restava a África Austral, que, desde a conferência de Berlim em 1885, por razões geoestratégicas era partilhada entre três potências coloniais: Reino Unido, Portugal e Alemanha.

Quanto ao Reino Unido ficou com a África do Sul, e com os países que actualmente constituem o: Botsuana, Lesoto, Suazilândia, Zâmbia, Zimbabué e Malawi. Em 1910, a África do Sul, sob o domínio britânico, anexa os territórios do Cabo, Natal, Orange e Transval e passa a denominar-se União Sul-Africana.

A Portugal couberam Angola e Moçambique, mediante uma estratégia não concretizada “da costa à contra-costa”, que se iria materializar num mapa cor-de-rosa,

que representava a unificação da costa ocidental de Angola à costa leste de Moçambique.

Relativamente à Alemanha, não obstante a sua *realpolitick* não incluir África, elaborou (com Bismarck) a planificação de um império alemão em África, com saídas para o mar, no Índico e no Atlântico, para escoamento de produtos locais e para estabelecimento de estações navais de reparação e abastecimento de navios de guerra e das linhas de navegação, com que queriam competir com os ingleses da P&O e outras. Assim, a Alemanha ficou com o Sudoeste Africano, actualmente Namíbia, Tanganica, Camarões e Togolândia.

Num cenário de alteração geopolítica, os Estados Unidos eram a única potência favorável à independência africana, mas só um século depois, já com uma maioria de Estados africanos independentes, a Administração Kennedy informou o Governo de Salazar sobre a sua posição contra o colonialismo português, a potência colonial remanescente. Porém os norte-americanos estavam, de certo modo, dependentes de Portugal. O “trunfo” de Salazar residia na base das Lajes, nos Açores, um ponto estratégico para os EUA desde 1944. É certo que Portugal tinha compensações neste acordo, mas a ideia de uma possível renúncia era o suficiente para aliviar a pressão norte-americana sobre a questão colonial. Por outro lado os republicanos no Congresso, defendiam que “a presença de Portugal em África era uma barreira contra o comunismo” (Gomes e Afonso, 2009: 121).

Em África, nem todos os países eram hostis ao regime de Salazar. A geopolítica de Portugal na região austral e oriental de África levou Lisboa a um entendimento com o presidente Hastings Banda do Malawi, através de um acordo estratégico de defesa dos interesses de ambos os países neste espaço geográfico. O historiador Luís Barroso (2012: 155-172) analisa com algum detalhe as relações entre os dois Estados e refere que, do lado de Portugal, a preocupação era a possibilidade de o Malawi, uma vez independente, vir a servir de santuário aos movimentos de libertação em Moçambique. Por seu lado, o interesse do Malawi residia na necessidade de estabelecimento de ligação ao mar através de Moçambique, via dinamizadora da economia do Malawi. Esta aliança era fortificada com o entendimento que ambos tinham da Tanzânia. Desde 1964 que o Presidente tanzaniano Julius Nyerere, havia permitido que alguns dissidentes do Governo de Banda e guerrilheiros da Frelimo se fixassem na Tanzânia. O autor refere que Banda defendia que o seu país seguia uma política de “não-alinhamento” ou de



“alinhamento discricionário” porque, em cada momento, alinharia com quem entendia melhor defender os seus interesses.

Na opinião deste historiador, a aproximação ao Malawi foi uma boa oportunidade para Portugal, e também a África do Sul agregarem Estados negros a um projecto político na África Austral, que teria como objectivo impedir que os movimentos com ligações a Moscovo e a Pequim conseguissem apoios na região.

Visto deste prisma, podemos argumentar que a estratégia de Portugal lhe permitiu manter um equilíbrio de poder não só na região como nas instâncias internacionais, resultado das suas parcerias estratégicas através das quais protegia as suas colónias de Angola e Moçambique e também os interesses de países terceiros na África Austral e Oriental.

Apesar de uma diplomacia bem sucedida, como acabamos de analisar, estimulados pelos “ventos da mudança”, as instituições internacionais eram, cada vez mais, o palco onde se apresentavam protestos contra Portugal. A Libéria levou a questão ao Conselho de Segurança da ONU, o que o Executivo de Salazar considerava ser “uma conspiração internacional visando Portugal ultramarino” (Vieira, 1998:116). Perante as Nações Unidas, Portugal alegou o princípio da não-ingerência nos assuntos internos dos Estados soberanos, conforme carta da ONU, recusando-se a apresentar informações sobre o Ultramar. Considerava que “qualquer referência ou informação sobre a matéria seria tida por Portugal como uma interferência nos seus assuntos internos” (Raimundo, 1992). Para o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Franco Nogueira, as acusações que se faziam eram “falsas e puras invenções” (Raimundo, 1992). A intransigência de Salazar levou a que, em 1962, a Assembleia Geral da ONU condenasse a repressão e a acção armada desencadeada por Portugal e reafirmasse o direito à auto-determinação e à independência (MPLA, 2008: 327). Na prática, as condenações internacionais não tiveram grandes reflexos. Nesse mesmo ano, o regime reagiu às condenações da ONU reforçando o aparelho militar nos territórios colonizados (Gomes e Afonso, 2009: 46).

A estes protestos contra o Estado Novo, adicionou-se o do Vaticano, a 1 de Julho de 1970, quando por ocasião da Conferência Internacional de Solidariedade para com os Povos das Colónias Portuguesas, o Papa Paulo VI recebeu em audiência “privada” os três líderes nacionalistas: Agostinho Neto (Angola), Marcelino dos Santos (Moçambique) e Amílcar Cabral (Guiné e Cabo Verde). O pragmatismo destes líderes traduziu-se numa acção “que chocou o Estado português, porque se estava perante uma

manifestação de reconhecimento com repercussões internacionais negativas para Portugal”<sup>20</sup>. É interessante realçar que as relações entre a Santa Sé e Portugal são baseadas na Concordata, um documento estabelecido em 1940 que oficializa as relações diplomáticas entre as duas partes. Porém, este aspecto não impediu que a Santa Sé se posicionasse ao lado dos protagonistas pela mudança na África Subsariana.

Aconteceu, porém, que questões políticas de ordem interna em Portugal, reforçadas pela insatisfação dos militares na guerra de África, levassem à Revolução de 25 de Abril de 1974, que resultou na queda do Estado Novo, um regime de direita instituído em 1933 por António de Oliveira Salazar. A desestruturação do Estado Novo deu lugar à segunda vaga de independências na África Subsariana, com consequências directas nos territórios ultramarinos, levando à independência, em 1975, de Angola, e dos restantes países de língua portuguesa que se encontravam sob domínio colonial: Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe.

Ora, enquanto os outros países da região já eram independentes, em 1980, o mapa da África Austral assinalava ainda, como Estados não soberanos, o Zimbabué, a Namíbia e a África do Sul. Seguindo os princípios estabelecidos pela carta da OUA de apoiar os movimentos de libertação, Angola, por razões geográficas e políticas, foi decisiva para a emancipação desses países. Prestou ajuda à ZANU, SWAPO e ao ANC<sup>21</sup>, três movimentos de libertação que utilizavam o território angolano como santuário na luta pela independência dos seus países contra a minoria branca e um sistema de *apartheid* na África do Sul.

No campo dos conflitos, ficou célebre a batalha de Cuíto-Cuanavale entre o exército governamental angolano e seus aliados da 50ª Divisão das Forças Revolucionárias de Cuba, assessorados pela URSS e equipadas com material soviético (Milhazes, 2009:124-125), que tiveram um papel decisivo na geoestratégia do conflito. Segundo fontes militares angolanas, a defesa anti-aérea de Angola abateu mais de 40 aviões e helicópteros da força aérea sul-africana<sup>22</sup>. Em relação ao exército sul-africano, Júnior (2007:115-118) defende que, naquela altura, era considerado um dos exércitos mais expressivos do continente africano. Para Muekalia (2010:226-227), Castro enviou para Angola mais de 15.000 soldados cubanos com um aparelho militar considerável.

---

<sup>20</sup> Diário de Notícias 5/07/1970, Lisboa.

<sup>21</sup> ZANU – Zimbabwe African National Union; SWAPO – South West Africa People’s Organization;

ANC African National Congress.

<sup>22</sup> FAPLA, Baluarte da Paz em Angola, 1990, ed. Departamento de Agitação e Propaganda.

Esta coligação conseguiu, em 1987, derrubar as tropas sul-africanas e a UNITA no confronto que ficou celebrizado como a “batalha do Cuito-Cuanavale (Anexo A-1)”<sup>23</sup>.

Vadim Sagatchko, veterano da guerra civil angolana, considera que esta batalha foi o maior confronto entre as tropas cubanas e russas contra os destacamentos sul-africanos coligados com a UNITA durante todo o conflito angolano (Milhazes, 2009:125). Na visão de Cramer (2006:142), esta foi uma das maiores batalhas convencionais em África desde as independências e que produziu uma humilhação ao exército sul-africano, que foi obrigado a retirar-se. Para Angola, esta vitória eliminou os principais factores externos que ainda condicionavam o conflito e abriu uma via favorável à sua resolução interna, alterando-se a correlação de forças na região austral.

As consequências da batalha fizeram-se sentir a nível regional e internacional. Na África do Sul, o envolvimento na guerra levou quadrantes da sociedade sul-africana a questionarem o envolvimento do país neste conflito. Adicionalmente, as restrições às exportações e o boicote aos produtos sul-africanos, impostos pela resolução 1761 da ONU, em vigor desde 1962, influenciaram negativamente a dinâmica de crescimento do país. Nas instâncias internacionais, um movimento global, constituído por políticos, intelectuais, músicos e pela sociedade civil, pressionava unindo vozes pela libertação de Nelson Mandela e a passagem de uma pigmentocracia<sup>24</sup> para a democracia. Esta movimentação enfraqueceu o regime de Pieter Botha, substituído no poder, em 1980, por Frederik de Klerk, que se tornou o protagonista do fim do sistema.

No contexto internacional, a *perestroika* e o fim da Guerra Fria levaram a uma mudança estrutural da geopolítica europeia, com consequências directas na *realpolitik* dos Aliados perante os conflitos marginais. Verificou-se uma alteração no panorama das relações internacionais, bem como na dinâmica interna das guerras em curso em África. E, assim, a questão da África Austral passou a incorporar a agenda de desanuviamento da Guerra Fria, na qual Angola teve um papel estratégico decisivo.

---

<sup>23</sup> O local da batalha foi na província do Cunene situada no sudoeste do país, limitada a norte pelas províncias do Bié e Moxico, a leste pela República da Zâmbia, a sul pela República da Namíbia e a oeste pelas províncias do Cunene e da Huíla.

<sup>24</sup> Expressão utilizada por Daniel Flandes, 2007.

## 1.1 A “Linha da Frente”

Impulsionados pela missão de libertar os países sob a dominação da África do Sul, em 1976 os Estados africanos independentes procuraram uma plataforma de concertação regional, levando à criação dos Países da Linha da Frente constituída por Estados ou territórios que tinham maior proximidade geográfica com Angola e Moçambique, a Tanzânia e a Zâmbia que assim, constituíam as naturais bases de apoio moral e material aos movimentos de libertação.

**Figura 3.1 – A Linha da Frente**



**Fonte:** Líderes fundadores da Linha da Frente<sup>25</sup>. Disponível em <http://herdeirodeaecio.blogspot.pt/2012/03/linha-da-frente.html>. Acesso: 13/09/2011

O objectivo era essencialmente político e militar e funcionava como uma estratégia para isolar politicamente o regime da África do Sul, apoiando os movimentos de libertação ZANU, SWAPO e ANC, de forma a garantir a independência ao Zimbabué, à Namíbia e o derrube do regime do *apartheid*.

Estrategicamente, entendia-se que, uma vez independentes, estes dois países, que fazem fronteira com a África do Sul, poderiam ameaçar a hegemonia sul-africana e, conseqüentemente, tornar o regime cada vez mais isolado. Pese embora a África do Sul

---

<sup>25</sup> Da esquerda para a direita: Sam Nujoma da Namíbia, o único dos presentes que, à data da fotografia, ainda não era chefe de estado nem de governo, Kenneth Kaunda que era então o Presidente da Zâmbia, Samora Machel, Presidente moçambicano, Julius Nyerere, Presidente da Tanzânia, Robert Mugabe então ainda 1º Ministro do Zimbabwe e finalmente o Presidente angolano José Eduardo dos Santos.

ser militarmente mais forte que os aliados da “Linha da Frente”, havia que ter em conta que a ideologia política da África do Sul só podia ser entendida a partir da perspectiva do imaginário sul-africano de superioridade e dominação regional (Poku 2001, *apud* Moma 2013: 36). De qualquer forma, o primeiro objectivo foi alcançado quando a ZANU – União Nacional Africana do Zimbabué, apoiada pelos países vizinhos, levou o regime de Ian Smith à assinatura do Acordo de Lencaster House, em 1979, que estabeleceu a transição para a independência, que teve lugar em 1980.

Relativamente ao alinhamento da Namíbia, este inicia-se durante a guerrilha do movimento de libertação SWAPO South-West Africa People’s Organization, que desde a constituição dos Linha da Frente, passou a beneficiar desta força aliada. Contudo, razões de geopolítica e de geoestratégia levaram a que a independência da Namíbia, estivesse relacionada com a situação da guerra civil em Angola. Face a este cenário, a Administração Reagan introduz no léxico da política externa os conceitos de *constructive engagement* e de *linkage*, cujas linhas mestras traduziam os pontos de acção dos norte-americanos no sentido de encontrarem uma solução global para os conflitos em curso na África Austral. O *linkage* estabelecia uma correlação entre a independência da Namíbia, a democratização da África do Sul e a retirada das tropas cubanas de Angola, algumas das quais acantonadas a sul do paralelo 13<sup>26</sup>. Estes conceitos foram potencializados pelo diplomata americano Chester Crocker, secretário assistente para a África.

A acção diplomática levou, em Dezembro de 1988, à assinatura tripartida dos Acordos de Nova Iorque entre Angola, Cuba e África do Sul, que deram origem à implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU, com vista à retirada das forças sul-africanas do território de Angola, bem como à saída das tropas cubanas, à independência da Namíbia e ao fim do *apartheid* na África do Sul. Por fim, a independência da Namíbia viria a acontecer em 1990, num cenário em que Angola se tornou um dos maiores protagonistas<sup>27</sup>.

A Namíbia tinha por resolver uma outra questão estratégica, relacionada com o facto de partilhar, a sul e a sudoeste, uma longa fronteira com a África do Sul, onde se encontra a grande base naval de Walvis Bay, de valor estratégico sob o domínio da África do Sul, mas geograficamente localizada no território da Namíbia. O controlo

---

<sup>26</sup> O paralelo 13 é a zona onde se situa a fronteira de Angola com a Zâmbia.

<sup>27</sup> Para uma melhor compreensão do papel de Angola no contexto da paz e segurança na região da África da Austral, ver Anexo D-2.

dessa baía significava não só vantagens militares no domínio da marinha, como também, independência económica face à África do Sul devido às trocas transoceânicas. Esta questão foi tema de negociações entre os dois países, até Fevereiro de 1994, meses antes da transição de poder, em Maio de 1994, para a maioria liderada por Nelson Mandela. Chegados a esta etapa, estavam alcançados parte dos objectivos para que havia sido criada a aliança dos Países da Linha da Frente. Impunha-se, agora, a necessidade de traçar outra estratégia em relação ao sistema de *apartheid* na África do Sul daí é que nasce a SADCC.

## **1.2 A Southern African Development Coordination Conference (SADCC)**

A independência do Zimbabué levou a que os estadistas dos Países da Linha da Frente redefinissem as suas estratégias, transformando os objectivos militares e políticos em objectivos económicos. Nesta óptica, criariam uma frente comum, que iria libertar os países da dependência económica da África do Sul, que tinha o domínio do sistema de comércio na região. Era através das suas vias de comunicação internas e externas e ainda através das ligações ferroviárias fáceis aos excelentes portos de Moçambique, que os produtos eram escoados. Segundo Beatriz Morais (1998:53), o único país que não dependia realmente da África do Sul, era Angola, devido à sua localização geográfica, ao seu sistema de comércio internacional, transportes, comunicações e infra-estruturas

Em 1980, o pensamento geoeconómico destes estadistas deu lugar à criação da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), que englobava nove países: Angola, Botsuana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué. Só que, apesar da vontade de criarem um bloco económico contra a África do Sul, na prática a balança comercial entre Pretória e estes países era desequilibrada. Beatriz Morais refere que as importações dos Estados membros em relação à África do Sul excediam as exportações na ordem dos 1,5 biliões de dólares por ano. Quanto ao modelo de integração, baseava-se na coordenação sectorial de programas, mais do que em grandes esquemas e instituições burocratizadas.

No plano externo, os países membros da SADCC encetaram acções diplomáticas junto da comunidade internacional, visando o isolamento político da África do Sul. Moma (2013: 71) salienta que, com o fim da Guerra Fria, e o conseqüente abandono, por parte dos Países da Linha da Frente de orientação ideológica comunista, a África do

Sul perdeu a justificação fundamental para a sua política regional. Ao mesmo tempo, a aplicação de sanções pelas Nações Unidas e a Comunidade Europeia, culminou na queda do *apartheid*, que começou a desmoronar-se em 1990, com a segunda vaga de independências na região, e atingiu a democracia em 1994. Com as mudanças políticas que se operaram a SADCC foi transformada numa organização mais centrada em objectivos económicos.

### **1.3 A Southern African Development Community (SADC)**

A SADC - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral nasceu de um contexto histórico específico, iniciado nos anos 80, para fortalecer as estruturas económicas dos países membros e diminuir a sua dependência do regime de *apartheid* da África do Sul.

De acordo com os métodos convencionais, a integração é um processo que passa por diferentes fases. A fase inicial de integração regional consiste na formação de uma área preferencial, na qual os países membros coordenam as políticas comerciais, tais como a aplicação de tarifas mais favoráveis aos países membros, do que países terceiros, e facilitando o movimento das mercadorias. A segunda fase é a criação de uma área, em que as barreiras artificiais de comércio são removidas, bem como as restrições ao comércio e redução de tarifas aos países membros, podendo estes manter as suas próprias tarifas para países não membros. Completada esta fase, o passo seguinte é a criação de um mercado comum, que engloba a livre circulação de capital, pessoas, mercadorias e serviços, que por sua vez, é complementado por políticas macroeconómicas de harmonização. Por fim, o processo de integração culmina com a criação de uma união política, na qual as instituições políticas são unificadas através de instituições supra nacionais (Mbuende, 2012: 39).

Na prática, os processos de integração regional não seguem estas fases. Cada país membro tem as suas especificidades e, na maioria das situações, é com dificuldade que conseguem harmonizar as suas políticas. No caso da SADC para além dos países da região, dela fazem parte outros países localizados para além do espaço geográfico da SADC como é o caso das Ilhas Maurícias, da República Democrática do Congo (RDC) e das Ilhas Seicheles.

A SADC foi instituída com o objectivo de alcançar o desenvolvimento e crescimento económico dos seus membros através de um processo de integração. Para materializar estas intenções, os países sustentaram as suas expectativas nas boas práticas

políticas, em instituições comuns e credíveis, na promoção da paz e segurança, na interdependência dos Estados membros e no uso sustentável dos recursos.

Como forma de acção, a cada país foi alocada a gestão de áreas específicas do ramo económico. Beatriz Morais (1998: 56, 62) refere que cada Estado-membro era responsável por um sector específico e assegurava a coordenação das políticas, estratégias e programas superiormente definidos pelo Conselho de Ministros. Neste modelo de gestão, a responsabilidade dos pelouros foi atribuída em função dos recursos naturais e capacidades de implementação de cada membro, estando distribuídos da seguinte forma:

Angola – Energia; Zimbabué – Agricultura e Segurança Alimentar; Botsuana - Produção Animal, Controle de Doenças Animais e Investigação Agrária; Malawi Pesca Fluvial, Florestas e Vida Selvagem; Lesoto – Meio Ambiente, Gestão de Terras e Águas; Zâmbia – Minas, Trabalho e Emprego; Tanzânia – Indústria e Comércio; Moçambique – Transportes e Comunicação, Cultura e Informação; Suazilândia – Desenvolvimento de Recursos Humanos; Namíbia Pesca Marítima e Recursos Marinhos; Finanças e Investimento; Ilhas Maurícias – Turismo (Morais, 1998: 63).

**Figura 3.2– Estados-membros do SADC**



**Fonte:** Almeida (s.d.). Disponível em:  
[http://pululu.blogspot.com/2011\\_06\\_01\\_archieve.html](http://pululu.blogspot.com/2011_06_01_archieve.html).  
Acesso: 23/09/2011

O núcleo geoeconómico da SADC constitui a plataforma com mais recursos naturais em toda a África Subsariana. Possui petróleo, gás natural, ouro, diamantes,



minerais estratégicos (como o *coltan*, que praticamente só existe no Congo, e o tântalo) essenciais para o *hardware* das novas tecnologias, estando 60% a 80% das reservas mundiais localizadas no espaço geográfico deste bloco regional); e ainda cobre, ferro, urânio e outros metais. Acrescem a estas riquezas os recursos hídricos, as florestas tropicais e as terras férteis, que produzem diferentes produtos agrícolas. Por fim, todos estes elementos, a par das infra-estruturas, em alguns casos em reconstrução, consolidam o *poder* geoeconómico desta região.

**Quadro 3.1–Indicadores Básicos da SADC**

País	Área Km <sup>2</sup>	População milhões	Literacia %	PIB <sup>28</sup> bilhões US\$	PIB/capita <sup>29</sup> US\$
Angola	1 247 000	17 312	40,00	68 755	3 972
Áf. do Sul	1 219 090	49 300	85,09	287 124	5 824
Botswana	582 000	1 798	84,08	9 584	5 330
RDC	2 345 095	64 772	75,00	11 108	172
Lesoto	30 355	2 496	78,00	1 680	673
Madagáscar	587 051	20 754	52,00	8 551	412
Malawi	118 484	13 077	58,00	4 570	340
Maurícias	2 040	1 278	85,00	8 615	6 741
Moçambique	799 380	21 300	46,40	9 689	455
Namíbia	824 116	2 103	81,00	9 262	4 404
Seicheles	455	mil 89 000	96,00	1 473	17 000
Suazilândia	17 364	1 026	81,30	2 893	2 907
Tanzânia	945 200	42 916	71,00	21 368	510
Zâmbia	752 612	12 900	67,00	12 853	996
Zimbabué	390 575	12 240	97,00	5 370	439

**Fontes:** Secretariado da SADC (2010); CIA (2013). Adaptação da autora.

Numa análise aos indicadores básicos da SADC, observa-se que Angola, com o segundo maior PIB e o sexto maior rendimento per capita é, no entanto, o país onde se verifica o mais baixo índice de literacia.

É de salientar que, à excepção da área, elemento estável, os restantes dados são estimativas que podem ofuscar debilidades estruturais e limitar a leitura que se pretende da região. Relativamente ao ano em que foram produzidos os dados estatísticos, variam consoante o país, mas em média referem-se ao período entre 2005 e 2009.

No Quadro 3.1 procura-se fazer uma análise do potencial dos 15 países membros da SADC, tendo em conta dados básicos como: “área territorial”, “população”, “literacia”, “PIB” e “PIB per capita” – variáveis estratégicas, que nos permitirão

<sup>28</sup> PIB = Total de bens e serviços produzidos no país durante um ano.

<sup>29</sup> PIB per capita = PIB dividido pela quantidade de habitantes do país.

problematizar sobre o ritmo de crescimento e assimetrias, dos diferentes indicadores dos países, que compõem esta organização, embora se tenha presente que a informação é insuficiente para se tirar uma conclusão com profundidade, acerca do futuro económico de um país. A leitura do Quadro permite-nos obter uma percepção inicial, do posicionamento de Angola no contexto da região.

Verifica-se que é relevante a variável “literacia” de países como Angola ou Moçambique, em que metade da população é iletrada, facto que constitui um obstáculo ao crescimento económico devido à falta de mão-de-obra qualificada capaz de competir nesta economia global do século XXI. O analfabetismo é sinónimo de pobreza e espera-se das lideranças um esforço para a alfabetização e combate à infoexclusão da sua população.

Também a RDC surpreende, com uma área de 2 milhões de Km<sup>2</sup> (quase o dobro da África do Sul) e um PIB per capita de 172 USD, o mais baixo de todos, enquanto a África do Sul se situa no nível dos 5824 USD. Angola e África do Sul com áreas territoriais semelhantes e recursos económicos naturais importantes, apresentam igualmente uma discrepância entre o PIB per capita: Angola com 3972 USD e a África do Sul com 5824 USD, 33 vezes superior ao da RDC.

Os números indicam países de elevado potencial económico, susceptíveis de serem as “locomotivas”, do crescimento económico da África Austral. Porém, apresentam assimetrias, cuja evolução depende do comportamento do conjunto dos países, face a objectivos e uma estratégia de integração previamente estabelecidos. A África do Sul apresenta indicadores que a posicionam na liderança da região.

A integração regional de Angola tem sido afectada pelo período de instabilidade interna que viveu até 2002. Por essa razão ainda não aderiu a Zona de Comércio Livre, estando pendente de reformas que terá de efectuar até 2015 e que se relacionam com a pauta aduaneira, a estruturação da indústria e agricultura, o alargamento da base física de apoio ao crescimento e a criação de um mercado interno.

Em 2011, na XXXI Cimeira, em Luanda, a SADC atinge uma nova fase no processo de integração regional, ao ser assumida a importância do desenvolvimento das infra-estruturas como garante da circulação de pessoas e bens e do desenvolvimento económico. Esta questão vem reavivar uma das preocupações que, desde o início, preocupa os Estados membros. Mbuende (2012:48) refere que o desenvolvimento das infra-estruturas tem sido uma das preocupações primárias da SADC, com os Estados membros em conjunto a tentarem ultrapassar os desafios dos Estados encravados,

criando vias de comunicação para as importações e exportações. Um outro aspecto da importância das infra-estruturas relaciona-se com a luta armada e diplomática para a independência e a necessidade de os países reduzirem a sua dependência do sistema rodoviário da África do Sul. Neste sentido, os portos de Dar es Salaam na Tanzânia, e da Beira, em Moçambique foram reabilitados de forma a permitir o carregamento dos produtos dos países vizinhos.

Actualmente, todos os países da região estão de certa forma interligados por via terrestre, caminhos-de-ferro ou ambos. No Quadro das infra-estruturas, temos o caso de Angola que após a guerra civil, se encontra num processo de reconstrução de estradas, pontes, caminhos-de-ferro, barragens e também postos de transformação de energia eléctrica.

No processo de integração, um dos documentos orientadores da SADC é o Programa Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional (RISDP), aprovado em 2003, que estabelece as linhas de enquadramento político e económico da Organização, visando estabelecer estratégias de desenvolvimento regional e traçar as linhas principais de intervenção necessárias para aprofundar a integração e reduzir a pobreza. O programa foi revisto em 2006 e estabelece um período de quinze anos para serem implementadas políticas de reformas sociais e económicas, bem como uma agenda de implementação.

Tendo em conta as assimetrias dos países membros, a execução do RISDP até 2020 pode não ser uma realização, dada a vantagem comparativa económica e social de uns em relação aos outros.

Um outro aspecto da SADC diz respeito à relação entre os Estados. Segundo o economista Carlos Rosado (2011), com excepção da África do Sul, cujos excedentes de exportação, considerando uma grande maioria dos países da região, atinge algumas centenas de milhões de dólares norte-americanos por ano para cada um deles, de resto a região realiza um volume muito maior de trocas comerciais com o resto do mundo sobretudo com a Europa, EUA e ultimamente com a China, do que entre si. Do ponto de vista do comércio, Rosado refere que no seio dos diferentes blocos existentes nas várias regiões do mundo, a posição da SADC tende a diminuir, sendo basicamente escassa. De igual modo, são as desigualdades das economias.

Do conhecimento que temos não só da realidade como das leituras que vimos fazendo, constatamos igualmente os mesmos problemas e parece-nos ser inaplicável, a médio prazo, a proposta do ministro dos Negócios Estrangeiros do Zimbabué,

Simbarashe S. Mumbengegwi, ao defender, na Conferência de Luanda (2011), a integração de três regiões económicas de África – SADC, COMESA e EAC proposta que vai ao encontro do sonho de Kwame Nkrumah e promovida, posteriormente, por Muammar al Gadaffi no seio da União Africana, da criação dos Estados Unidos de África como uma forma de resolver os problemas da pobreza e do atraso que afligem o Continente.

O que se verifica é que os países e as organizações não têm conseguido ultrapassar individualmente as dificuldades que enfrentam e a evidência tem demonstrado que a solução não está na união formal, mas, em primeiro lugar, em resolver internamente os problemas estruturais, que os países enfrentam para depois unir.

Poderá dizer-se que a SADC é uma organização da qual fazem parte países com potencialidades, mas com patentes discrepâncias económicas aos mais diversos níveis o que significa questões estruturais, tais como: económicas, financeiras, culturais, linguísticas, institucionais que necessitam de ser ultrapassadas, para se atingir os princípios que conduziram à criação desta organização regional.

## **CAPÍTULO IV – ESTRUTURAÇÃO POLÍTICO-MILITAR DE ANGOLA PÓS-COLONIAL**

### **1 Contextualização Político-Militar (1975-1991)**

A transição de poder da potência colonial para os nacionalistas angolanos é considerada por alguns analistas, como atípica, devido à forma como decorreu o processo. Acontece que, após a Revolução de Abril em Portugal, se instalou no poder um Governo de pendor socialista, cujo programa se resumia aos três D: Democratizar, Descolonizar, Desenvolver.

Em Angola, o Estado português reconhece os três movimentos de libertação que lutavam contra a presença colonial, nomeadamente: MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola; FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola e UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola, que na sequência da Revolução, cessaram as suas hostilidades e encetaram conversações com o Governo colonial, tendo em vista a independência de Angola.

Neste encadeamento de acontecimentos, os intervenientes portugueses no processo, questionavam-se sobre o modelo de transição a adoptar até à independência. Na sua obra *Segredos da Descolonização de Angola*, Alexandra Marques (2013:139) realça duas teorias que foram consideradas por parte dos protagonistas portugueses: a do Movimento das Forças Armadas (MFA), que preconizava negociações apenas com os movimentos armados, e a do Partido Comunista Português (PCP) que, segundo um dos representantes, defendia a transferência da soberania para o partido “com mais ligações a Moscovo”. Na prática, as teorias consubstanciaram-se ou nas condições estabelecidas na assinatura do Acordo do Alvor, subscrita pelos três movimentos de libertação, ou na entrega de poder ao MPLA, estrategicamente apoiado por Moscovo.

No que diz respeito ao Acordo do Alvor (Anexo B-1), antecedido pela Conferência de Mombaça, liderada pelo presidente Jomo Kenyata e que teve como objectivo a reconciliação entre os três movimentos, aquele acordo serviu de preparação a uma plataforma política comum para negociar com Portugal, tendo em vista a independência de Angola.

Entretanto, as alianças externas estabelecidas pelos movimentos de libertação iam assumindo, cada vez mais, um envolvimento na questão angolana. O apoio de Moscovo era um facto desde 1961. Sobre este auxílio, Milhazes (2013: 20-21) refere que, em meados de 1961, o agente secreto Najestkin, pertencente ao Comité de Defesa

do Estado (KGB), foi designado pelo Comité Central do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e da sua direcção para “estabelecer contacto com o presidente honorário do MPLA, Agostinho Neto, e começar a trabalhar com ele, garantindo a ligação conspirativa regular entre os dirigentes soviéticos e ele”. Esta aliança alargou-se ao longo dos tempos e, em véspera da independência foi decisiva para o movimento de Agostinho Neto. É neste contexto que Alexandra Marques (2013:149) refere que, em Dezembro de 1974, Moscovo elaborou um plano de fornecimento de armas pesadas e uma grande quantidade de munições ao MPLA, usando o Congo como ponto de escala.

Para além de Moscovo, o outro eixo de apoio era Cuba, com assistência militar não só em efectivos como em material de guerra. E ainda o PCP que tinha enviado para Angola militantes seus, os quais tiveram um papel dinamizador ao lado do MPLA, nesta fase de transição em Angola.

Quanto à FNLA, tinha o apoio indirecto dos EUA através de Mobutu, “Os EUA não queriam armas americanas em Angola, mas Kinshasa poderia recebê-las e dar à FNLA as de fabrico europeu que possuía (Marques, 2013: 376). Pela via directa, a aliança era com o regime de Mobutu. No entanto sobre esta mesma questão Gueorgui Kirpitchenko, agente do Comité de Defesa do Estado (KGB) da URSS, refere que o “Conselho de Segurança Nacional dos EUA decidiu, três semanas após o Acordo de Alvor, prestar grande ajuda financeira e militar à FNLA, cujo dirigente Robert vivia às custas da CIA” (Milhazes, 2013:43-44). Acresce a isto o facto de a FNLA ter sido também apoiada pela China maoista.

Quanto à UNITA, ao contrário do MPLA, as alianças tinham um cariz ideológico. Para este movimento, as ligações baseavam-se, primeiro que tudo, em questões geoestratégicas. Refira-se que, neste período, as suas alianças com o exterior, eram com alguns países africanos fora da órbita soviética. A China também foi um dos actores aliados de Savimbi, bem como a vizinha África do Sul, que tinha como país mediato a Namíbia, que se encontrava então sob o seu domínio e constituía mais um dos aliados estratégicos da UNITA. Esta tinha, igualmente, estabelecido relações de colaboração com os sectores mais conservadores dos interesses económicos em Angola.

Em relação aos países da OUA, estes estavam divididos sobre quem apoiar, sendo que, nessa altura, o contexto era o de Guerra Fria. A luta dos blocos do Leste e do Ocidente era pela hegemonia do Continente e a disputa tinha como motor a ideologia, num contexto em que os Estados africanos acabavam de se libertar da colonização do Ocidente. Por esta razão se explica que, na sua maioria, esses Estados tendiam a adoptar

regimes marxistas e poucos eram os que se identificavam com o capitalismo. Daí que a maioria apoiasse o MPLA, que no terreno dominava a capital vindo por consequência a assumir a liderança da Angola independente, cujo desfecho resultou numa guerra civil travada com as duas outras partes que se sentiam excluídas de um acontecimento histórico, do qual eram parte integrante, como ilustra a Figura 4.1.

**Figura 4.1– Signatários do Acordo de Alvor (16 de Janeiro de 1975)**



**Fonte:** Actores no processo de transição para a Independência. Disponível: <http://rubelluspetrinus.com.sapo.pt/alvor.htm>. Acesso: 30/09/2011

## **2 Uma visão externa da guerra civil**

Era praticamente inevitável que os parâmetros em que se moldou a independência, levassem a uma guerra civil em Angola, cujos contornos estavam relacionados com disputas geoestratégicas entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), aquilo que Adriano Moreira (2008:108-109) denomina “guerras por procuração”, uma vez que os dois blocos se confrontavam indirectamente, apoiando insurreições e guerras civis. Esta forma de actuação serviu para manter um conflito, que perdurou enquanto permaneceu a Guerra Fria.

Acontece que, pelas suas características, o conflito angolano passou a ser analisado segundo outras perspectivas. Para alguns cientistas sociais, tratou-se de uma *guerra étnica* devido à localização no *hinterland* das forças beligerantes donde provinham os principais actores em confronto, beneficiando da ajuda das populações

locais. Nesta linha, Legum (1976:10-12) defende que o MPLA tinha o apoio dos *mbundus*, no Centro do país, com 1.5 milhões de habitantes de um universo constituído pela elite intelectual, pelas comunidades de esquerda, incluindo mestiços e portugueses. Por seu lado, a UNITA tinha a sua base de apoio nos *ovimbundus* no Sul, constituindo uma população de cerca de 2 milhões de habitantes, o que incluía a gente local e também alguns portugueses; e por fim, a FNLA beneficiava do apoio dos *bacongos* no Norte, perfazendo um núcleo populacional com cerca de 700 mil habitantes.

Neste aspecto particular, entendemos que a tese de que se tratou de um conflito étnico não tem sustentação. Assim seria se a análise tivesse como base a génese de cada um dos movimentos libertação e a sua implementação geográfica no Norte, Centro e Sul do país. Os factos demonstram que não existe uma relação directa entre etnia e guerra. Se observássemos, essencialmente, a estrutura hierárquica do MPLA e da UNITA, encontraríamos elementos provenientes de diferentes partes do país, com excepção da FNLA, o que significa que os dois principais beligerantes partilhavam o princípio da inclusão. O MPLA tinha elementos negros e mestiços. Do lado da UNITA, uma parte dos seus dirigentes era proveniente do Norte de Angola e de Cabinda.

Por outro lado, na fase da guerrilha, o recrutamento era feito ao nível do país, independentemente da etnia, apesar de nem todo o território estar sob o controlo do MPLA devido ao conflito. A UNITA, durante a guerrilha, precisava do apoio das populações. Assim sendo, tinha como estratégia fazer penetrar os seus soldados em regiões fora do seu *hinterland*, para desta forma ter o domínio de outras áreas o que de resto conseguiu com sucesso.

Não se tratou de um conflito como por exemplo o do Ruanda, entre hutus e tutsis ou o da Jugoslávia de Milosevic, em que a base dos conflitos foi a diferença de etnias e de religiões. O facto de os intervenientes pertencerem, regra geral, a etnias diferentes, fortaleceu a causa primária, que, do nosso ponto de vista foi política, de luta pelo poder, apoiada em interesses estratégicos e ideológicos.

Uma outra classificação atribuída é de *proxy war*, ao ser analisada segundo a perspectiva de disputa interna com a intervenção (in)directa de forças externas, tendo sido por esta via que o conflito angolano se internacionalizou.

Por último, o conflito foi considerado uma guerra dos recursos naturais, uma vez que, com o fim da Guerra Fria, a UNITA perdeu os seus aliados externos e encontrou nos diamantes uma alternativa para a sua sobrevivência. Segundo Cramer, esta operação decorria através de três *modus operandi*: pelo engajamento directo da UNITA na



exploração e no controlo dos diamantes; na venda de licenças a compradores de diamantes para operarem em áreas sob o seu controlo; e na aplicação de taxas aos mineiros independentes que actuavam nessas zonas (2006: 156). Por seu turno, o MPLA no poder usufruía das receitas das petrolíferas, que sempre operaram no país, e dos diamantes provenientes das áreas sob sua influência.

No geral, a guerra civil angolana foi entendida num Quadro de afinidades político-ideológicas dos movimentos de libertação, para reforçar o capital político tendo em vista o poder. Foi uma disputa impulsionada por actores externos, que jogaram um papel decisivo na luta pelo poder em Angola.

### **3 Oposição armada**

Analisa-se nesta parte do estudo, os principais actores que configuram o cenário político angolano após a independência. O objectivo é contextualizar o momento e o papel desenvolvido pelos intervenientes políticos no actual processo angolano. Procurando uma sequência lógica, começamos por analisar os dois partidos, a FNLA e a UNITA, que não constituem o tema central deste trabalho; no entanto, são uma referência histórica incontornável na estruturação e estudo de Angola pós independência.

#### **3.1 A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o plano Norte**

A FNLA foi fundada em 1956 com a designação de União dos Povos do Norte de Angola (UPNA). Em 1958, influenciada pela evolução dos nacionalismos em África readapta a sua designação e passa a chamar-se União dos Povos de Angola (UPA) e a partir de 1962, Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

Historicamente, foi fundada por Barros Nekeka e liderada de 1961 a Fevereiro de 2007, por Álvaro Holden Roberto (ou também Roberto Holden, Holden Carson Graham, ou ainda Joy Gilmore). Esta profusão de nomes para a mesma individualidade, levou Salazar, presidente do Conselho de Portugal, a ironizar: “Eles usam vários nomes para parecerem muitos” (Mendes, 2007). Enquanto líder, era visto como autoritário, anti-comunista e adepto da supremacia da etnia bacongo. Influenciada pela independência do Congo Belga e do Congo Brazaville, em Março de 1961, a UPA dá início à luta armada em Angola. Entretanto, o facto de ser um movimento constituído por populações do Norte de Angola definiu os aliados naturais que marcaram a

trajectória desta força política. Sediada em Leópolisville (actual Kinshasa) durante a guerra civil a FNLA, como atrás referimos, beneficiava do apoio de Mobutu, dos EUA e da China, que constituíam os seus aliados durante este período.

Em 1978, razões de ordem geoestratégicas levam o regime de Mobutu, a aceitar a proposta de Luanda para regularização das relações entre os dois países. Este Quadro relacional configurou o enfraquecimento da FNLA, cujo apoio, por parte de Mobutu, prevaleceu enquanto o Congo não sentiu os seus interesses ameaçados. Consequentemente, assiste-se à perda de protagonismo deste movimento perante os seus aliados, afectando a estrutura da organização, o que logicamente se reflectiu na guerra civil angolana.

Acresce que, em 1989, no âmbito de uma iniciativa de paz levada a cabo pelo Presidente angolano, é apresentada uma solução para a guerra. A proposta consistia em amnistiar os elementos dos dois movimentos que faziam a guerrilha, com a promessa de integração social e de não virem a ser julgados (Wright, 1997). Como consequência deste indulto, a FNLA viu sair das suas fileiras alguns dos seus líderes mais proeminentes, nomeadamente Johnny Eduardo Pinnock e Hendrik Vaal Neto que aderiram ao projecto do Governo angolano, enfraquecendo assim o aparelho político e militar desta organização.

Em 1992, a FNLA sofre um novo golpe com o resultado do primeiro acto eleitoral em Angola, no qual elegeu apenas cinco deputados, contra os 129 eleitos pelo MPLA e os 70 eleitos pela UNITA. Por esta razão, no Governo de Unidade e de Representação Nacional, apenas esteve representada por um ministro e dois vice-ministros.

Os reveses desta força política resultaram em crises cíclicas, que levaram em 2000 ao afastamento de Holden Roberto da liderança do partido, por alegada má gestão passando a beneficiar apenas do título de presidente honorário (Ferreira, s.d.). Holden viria a falecer em 2007. A partir de então, a FNLA vai-se transformando num partido sem expressão no panorama político angolano, agravado pela disputa interna entre Ngola Kabangu e Lucas Ngonda pela liderança do partido. O primeiro diz ter “princípios a defender que lhe foram legados pelo lendário e inesquecível líder histórico” (Ango Notícias); enquanto o segundo diz ter direito à liderança do partido, uma vez que foi eleito em congresso. Esta disputa extravasou o âmbito interno do partido e foi levada ao Tribunal Constitucional, que decidiu entregar a liderança a Lucas Ngonda. Nas eleições legislativas de 2008, a FNLA apenas conseguiu eleger três

deputados, mantendo a mesma posição nas eleições gerais de 2012 em que ficou com 1% dos votos, elegendo de novo três deputados.

Em conclusão, tendo a FNLA nascido num contexto de guerra, procurando dar resposta às exigências específicas da época, não tem conseguido actualmente uma base de apoio, que garanta a sua continuidade num futuro próximo. Este facto pode justificar-se com a mobilidade das populações após o final do conflito para outras zonas do país, dispersando uma camada populacional que constituía a sua base de apoio. A nível institucional, as suas reflexões sobre o projecto de sociedade ou o seu posicionamento relativo a questões nacionais não se fazem sentir no Parlamento angolano, perante uma assembleia dominada pelo partido da maioria do poder e pelo maior partido da oposição. O carácter vago da sua política resulta numa diminuição de articulação entre o partido e a sociedade dificultando a vocação de representar o eleitorado. A observação deste processo leva-nos a interrogarmo-nos por quanto mais tempo é que a FNLA, como força política, irá sobreviver a este esgotamento.

### **3.2 A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA): O projecto federal e as alianças estratégicas**

Consumada a independência, falhadas as tentativas internacionais de reconciliação nacional e excluída definitivamente do Governo, não restou outra alternativa à UNITA senão a de voltar à luta armada, conforme o seu lema “pela independência total de Angola”. O inimigo desta vez é o socialismo científico protagonizado pelo MPLA, com base ideológica no marxismo-leninismo, acrescida da presença no território angolano de forças cubanas e dos países do Leste Europeu (UNITA, 1987).

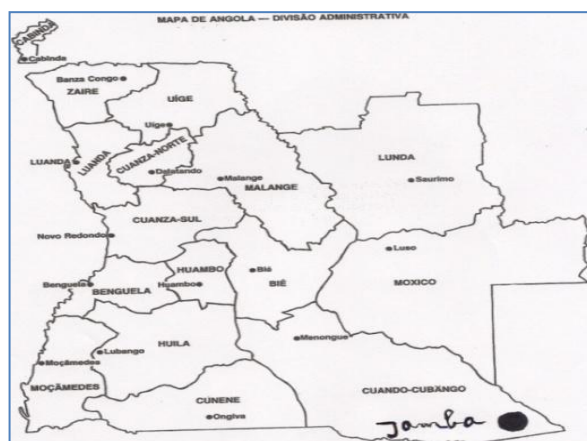
Ao contrário da matriz do MPLA, os pressupostos fundamentais da UNITA assentavam numa filosofia de valores inspirados no socialismo, na negritude e na social-democracia africana, uma interpretação racial do conceito social-democrático europeu. Para Savimbi, o socialismo por eles defendido não era bem um socialismo. “O socialismo defendido pela UNITA procura a partilha entre os que têm mais, porque tiveram mais sorte, ou tiveram mais capacidade, e aqueles que têm menos. Defendiam que esta era a oposição ao capitalismo puro e duro. Não é um socialismo científico” (Aigualusa, 1995: 10). No que toca à negritude justificava-a como estando inserida no contexto africano e deste modo, os seus hábitos e costumes deveriam integrar-se nessa categorização. Ao inverso do conceito que tinha de negritude Savimbi considerava que

a democracia era helénica e, por isso, defendia que a mesma tinha de ser criada nacionalmente antes de ser adaptada por um partido político (Dowden, 2007).

Na sua essência, o pensamento de Jonas Savimbi foi inspirado nas formulações da negritude de Léopold Senghor e Aimé Césaire na década de 1950. Este normativismo de arte política justificava a opção de Savimbi pela luta armada, uma vez que considerava que havia sido esgotada a capacidade negocial e a guerrilha era o único meio que tinha para atingir a sede do poder político. Tal posicionamento transformou a UNITA num contra-poder que foi combater forças armadas convencionais, que em princípio, eram mais fortes e estavam mais bem equipadas.

Transformados os membros da UNITA em agentes da guerra, Savimbi redefine a sua estratégia militar perante uma mudança de ambiente com novas preocupações e riscos. Começa por criar um “santuário” nas “terras do fim do mundo”, que é um local árido no extremo sul de Angola, onde nem os portugueses conseguiram fixar-se. Estruturam-se nessa região e fundam a capital política, económica e militar a que chamaram *Jamba* (elefante). Tratava-se de um ponto estrategicamente localizado e de difícil acesso ao adversário, mas que em contrapartida lhes permitia desenvolver a luta de guerrilha. Segundo Muekalia (2010: 129), a *Jamba* tinha electricidade, água canalizada, escolas para o ensino primário e secundário, uma escola para secretárias, uma igreja protestante e outra católica. Aqueles que a conheceram referem-na como uma “cidade”.

**Figura 4.2– Localização Estratégica da Jamba**



**Fonte:** UNITA (1987), p.24. Adaptação da autora

A Jamba era frequentemente visitada por jornalistas, por políticos, por parlamentares europeus e por membros de organizações internacionais, inclusivamente a Cruz Vermelha Internacional tinha elementos sediados na capital dos rebeldes, para

lhes prestar ajuda humanitária. Era uma base onde a vida decorria muito próximo do normal. Geograficamente, tinha como vizinhos imediatos a Zâmbia, país “amigo” e também a Namíbia sob o domínio da África do Sul, o que lhe permitiu fazer alianças para levar avante a luta contra o Governo central.

Em termos de guerrilha, as táticas consistiam na destruição de infra-estruturas como estradas, pontes, barragens, postes de energia e tudo quanto contribuísse para inviabilizar o fluxo dos produtos e para a destruição de complexos petrolíferos e de condutas de petróleo de uma maneira geral, para provocar o estrangulamento da economia nacional<sup>30</sup>.

Segundo Fred Bridgland (1986:78-79), a guerrilha alastrava-se pelo território, conforme os ensinamentos de Mao: é preciso um bom relacionamento com a população para que os guerrilheiros se sintam “como o peixe na água”. Na visão de Adriano Moreira (2008: 373), a UNITA conduziu uma guerrilha que neste caso evoluiu para uma guerra clássica. Numa perspectiva de guerra civil, Lara (2009:402) considera este tipo de conflito “intra-nacional”, uma vez que se desenvolve no seio de um Estado soberano opondo uma parte dos cidadãos do mesmo, contra a outra parte.

No terreno, o avanço da guerrilha possibilitou o controlo de uma porção do território nacional dando à UNITA um poder efectivo que lhe permitiu ganhar os apoios de potências exteriores. Portugal, Reino Unido, França, República Federal Alemã, Suíça e posteriormente os EUA eram os seus parceiros. Em África, os apoios eram provenientes de Estados que Savimbi denominava “países amigos” como Marrocos, Zâmbia, Costa do Marfim, Senegal, Zaire e África do Sul (Agboli, 1997: 100-107) e ainda países do Médio Oriente.

Em relação ao apoio recebido pelo país mediato, a África do Sul, durante a liderança de Pieter Botha esta ajuda assentava em interesses estratégicos. Começou por ser uma medida de troca em que a UNITA deixaria de apoiar os guerrilheiros da SWAPO que lutavam pela independência da Namíbia a partir do Sul de Angola e em contrapartida, passaria a beneficiar de apoio logístico da África do Sul. Esta aliança com o regime do *apartheid* era justificada por razões de ordem estratégica; quando questionado, Savimbi recorria-se de postulados como: “escolhemos os amigos, mas vizinhos e parentes não se escolhem”; “o inimigo do meu inimigo é meu amigo” ou,

---

<sup>30</sup> É de salientar que, desde essa altura em que a UNITA começou a levar a cabo os actos de sabotagem, decorridos mais de vinte anos, os danos ainda se fazem sentir e com maior incidência no sector de abastecimento de energia, água e vias de comunicação rodoviária. Estas últimas, actualmente, em processo de reconstrução.

“quando se tem fome, não tem mal nenhum comer do mesmo prato com o diabo (...) (Chiwale, 2008, *apud* Fernando, 2012: 204). Este tipo de conjugação de alianças é considerado por Lara (2009: 461) como: parceiros em luta, que visam sobretudo o favor posterior do auxiliado, em caso de vitória e a consequente posição privilegiada do auxiliante, o que nem sempre é permanente, linear e proporcional à ajuda concedida.

Em termos diplomáticos, a UNITA procurava estabelecer relações com outros actores, exercendo diplomacia paralela à do regime implementado em Luanda. Nesse sentido, manteve uma representação diplomática não oficial em todos os países acima referidos (que oficialmente reconheciam o Governo de Luanda como o legítimo Governo de Angola, mas faziam, regra geral, um jogo duplo e cauteloso) tendo por missão influenciar a sociedade internacional a seu favor, de forma a obter apoio paralelo a nível político, diplomático e financeiro justificando o seu posicionamento com um discurso cuja tónica estava na defesa da democracia, na luta contra o comunismo em Angola e contra o expansionismo soviético, que poderia ter um efeito de dominó sobre a África Austral. Era um discurso enquadrado na lógica da Guerra Fria e que visava “contenção do comunismo”. Uma outra frente utilizada por esse movimento foram os *lobbies* Wright refere que a UNITA pagou, a empresas especializadas em *lobby*, como a Black Manafort, Stone and Kelly cerca de 2 milhões por ano para sensibilizarem a Administração e o Congresso (Wright, 1997: 144).

Consequentemente, voltou às hostes políticas norte-americanas o debate em torno da Emenda Clark. A questão era a de convencer os membros do Senado de que a manutenção da Emenda punha em causa o expansionismo na África Austral. É de recordar que este documento havia sido defendido em 1976, pelo senador democrata Dick Clark que ainda sob os efeitos do *Vietnam syndrome* inspirou a Emenda (que adoptaria o seu nome) cujo objectivo era interditar à Administração americana e à CIA a continuação da ajuda à UNITA e à FNLA.

Nos anos 80, havia uma outra corrente, entre os políticos norte-americanos, favorável ao Governo angolano. Daí que a Administração Carter tenha sido influenciada pelos “regionalistas”, como o secretário de Estado Cyrus Vance e o embaixador para as Nações Unidas Andrew Young, que tentaram normalizar as relações com Angola. Segundo Wright (1994: 40), a tese por eles defendida era a de que as crises no Terceiro Mundo deveriam ser vistas como uma situação local/regional e não em termos de um confronto Leste/Ocidente. Pretendiam, com os seus argumentos, dissociar a problemática angolana do contexto da Guerra Fria. Porém, esta linha de pensamento foi

ultrapassada pela corrente realista, que tinha uma perspectiva militarista da Guerra Fria, facilitada pelo conselheiro nacional de segurança, Zbigniew Brzezinski.

Com o envolvimento americano, o conflito tendia a ser cada vez mais uma *proxy war*, devido aos factores exógenos do envolvimento indirecto das potências. Em 1981, o republicano Ronaldo Reagan é eleito Presidente dos Estados Unidos. Partidário do pensamento neoclausewitziano, que associa as revoluções sociais no Terceiro Mundo a hostilidades aos Estados Unidos, fez da problemática angolana um dos pontos da sua agenda externa enquadrado na resolução dos “conflitos marginais”. Em causa estava uma disputa entre os EUA e a URSS pelo domínio de países como: Angola, Moçambique, Etiópia, Nicarágua, Afeganistão, Laos e Camboja espaços estratégicos onde estavam em curso “guerras por procuração”. Moreira (2008:612) realça que para os Estados Unidos os lutadores contra os Governos pró-soviéticos eram considerados *freedom fighters*: a UNITA em Angola, os mujahedine no Afeganistão e os contra na Nicarágua tornaram-se assim aliados objectivos da política de Reagan.

Em 1985, a Emenda Clark foi revogada e o apoio à UNITA retomado. Seguiu-se uma fase de diplomacia bilateral, com a Jamba a ser vista como um “Estado”. Este local tornou-se um eixo estratégico da geopolítica dos países ocidentais, que acreditavam ser a UNITA uma alternativa ao sistema comunista implementado em Angola.

Em 1991, Savimbi foi recebido na Casa Branca pelo presidente George H. W Bush e discursou nas Nações Unidas, onde esteve presente Perez de Cuellar. Seguiram-se visitas a capitais europeias, onde foi recebido com um estatuto equivalente ao de um chefe de Estado.

### Figura 4.3 – A Diplomacia da UNITA na Jamba



Sir John Leahy, Representante do Governo de Sua Majestade a Rainha Isabel II da Inglaterra, conversando com o Presidente SAVIMBI em Jamba, capital da Angola Livre em Maio de 1984.

**Fonte:** Jonas Savimbi e o Representante do Governo do Reino Unido, em UNITA (1987), p.68

Em termos financeiros, como referimos, o controlo da região mineira das províncias da Lunda Norte e Lunda Sul, por parte do movimento rebelde, aumentou a sua capacidade financeira enquanto por outro lado, procurava minorar a capacidade do Estado angolano. Por exemplo em 1980, a exportação de diamantes por parte do Governo foi de cerca 234 milhões de dólares/ano constituindo a maior fonte de receita a seguir ao petróleo. Com a guerrilha, a produção caiu para 56 milhões de dólares em 1984, e para 32 milhões de dólares em 1985 (Bridgland, 1986: 465-467). Bridgland refere também que, do lado da guerrilha, os diamantes eram conseguidos através de *raids* às áreas controladas pelo MPLA e traficados posteriormente no exterior por membros clandestinos da UNITA. Com esta comercialização chegaram a atingir lucros entre 50.000 USD a 4 milhões/mês. Tais como os diamantes de outras regiões africanas em conflito, conhecidos internacionalmente como “diamantes de sangue”

O preço do petróleo baixou e passou de 25 dólares/barril, em 1975, para menos de 10 dólares/barril em meados de 1986 o que levou o Governo a cortar no orçamento de 3 biliões para USD 2.4 biliões (Bridgland, 1986, 472).

Face a este cenário interno de controlo de áreas estratégicas do território e da movimentação externa, parece-nos razoável admitir que se estruturavam os princípios basilares de uma Angola federal que enquadrava os desígnios de Jonas Savimbi. De resto, esta era uma intenção patente em diferentes momentos de acção: o primeiro, aquando da fundação do partido, ao vincar que a UNITA fora criada para representar a população ovimbundo, uma vez que o Norte (bakongo) era representado pela FNLA e o Centro (kicongo) pelo MPLA. Um segundo momento ficou expresso a 11 de Novembro de 1975, pois, enquanto a independência era proclamada em Luanda, dirigentes da UNITA proclamavam no Huambo a República Democrática de Angola. O terceiro momento que identificamos relaciona-se com o posicionamento estratégico em relação às províncias que a UNITA ocupou ao longo da luta. Por fim, o quarto momento é o apoio e reconhecimento internacional. Todos estes momentos norteavam o projecto federativo da UNITA.

Porém, existia uma outra face da Jamba, desconhecida dos actores internacionais e que traduzia as formulações de Savimbi em relação ao conceito de democracia. O que se verificava era que os Quadros e militantes “agentes de reformas” que discordassem do líder eram eliminados. Jorge Sangumba, António Vakulukuta, Wilson dos Santos e Tito Chingunji foram alguns dos mais proeminentes dirigentes que acabariam como



vítimas das purgas de Savimbi. Segundo Sousa Jamba (1991: 163), na *Jamba* só havia “um pensamento correcto, o do Mais-Velho”.

Com recurso a uma alegada tradição africana, Savimbi implementou o ritual da “queima das bruxas” e familiares – mulheres, crianças e homens em fogueiras ardentes por os considerar feiticeiros. Estes atropelos viriam a ser denunciados posteriormente pelos dissidentes, Tony da Costa Fernandes, Miguel N’Zau Puna, Sousa Jamba e Dinho Chingunji. Afirmaram os que viram, “Savimbi permanecia de pé, observando todo o ritual”. Segundo Jaka Jamba, dirigente da UNITA, tratava-se de uma tradição que “temos que combater mas não se pode fazer um corte brusco deste tipo de tradições, senão também entramos em contradição com essas populações” (Fernando, 2012: 227-229). Estes excessos viriam a influenciar desfavoravelmente a opinião pública internacional e a nível interno contribuíram para o descrédito de Savimbi junto das classes “menos tradicionais do partido”.

Perante situações análogas, Dougherty e Pfaltzgraff (2003:676) referem que nos sistemas de auto-ajuda descritos pela teoria realista clássica e pelo neo-realismo, as relações entre os actores acontecem no Quadro de arranjos formais e informais, com o objectivo de reforçarem a sua segurança face a autores encarados como uma ameaça. A queda do Muro de Berlim, em 1989, veio pôr em causa alianças estabelecidas entre os “dois mundos”, verificando-se uma alteração da estratégia mundial dos blocos em confronto. A bipolarização deu lugar a um sistema unipolar liderado pelos EUA. Como consequência, as alianças estratégicas dos actores envolvidos no conflito angolano, a nível internacional, regional e interno redimensionaram-se e a UNITA perde o estatuto de *freedom fighters* com a aproximação do MPLA ao Ocidente.

A Nova Ordem Internacional deu lugar a uma sequência de iniciativas tendo em vista a paz em Angola. A primeira foi regional e teve lugar a 22 de Junho de 1989, em Gbadolite (Zaire) tendo partido da iniciativa do Presidente Mobutu Sese-Seko. Tratou-se de uma conferência que poucos ou nenhuns resultados produziu, para além da boa vontade e do facto de as partes desavindas se terem encontrado pela primeira vez desde o início do conflito. A acção do Presidente zairense resumiu-se a uma cerimónia, em que estiveram presentes chefes de Estado, na qual tacticamente foram apresentadas aos beligerantes versões diferentes do mesmo documento, cujos conteúdos iam ao encontro das reivindicações de cada uma das partes. Por exemplo entre outros pontos, no documento entregue ao Presidente angolano vinha expresso “que Savimbi aceitava o estatuto especial” proposto por Luanda. Nada disso constava na versão entregue ao líder

da UNITA, até porque isso era contrário a esta proposta estrategicamente elaborada e que consistia numa espécie de “asilo dourado”. Em suma as incoerências da iniciativa diplomática vinda de Gbadolite levaram ao reacender da guerra.

É neste contexto que, em 1991, surge a iniciativa de resolução do conflito por parte do Governo português, constituindo uma *troika* composta por Portugal, EUA, URSS e tendo como observadores, as Nações Unidas. Seguiram-se negociações que deram lugar aos Acordos de Bicesse.

**Figura 4.4 – Acordos de Bicesse (1 de Maio de 1991)**



**Fonte:** José Eduardo dos Santos, Jonas Savimbi e Cavaco Silva, Bicesse, 1991.  
Disponível em: <http://rubelluspetrimus.com.sapo.pt/bicesse.htm>. Acesso: 11/11/2011

Como previsto no Acordo, a 29 e 30 de Setembro de 1992 tiveram lugar, pela primeira vez, eleições gerais em Angola. O MPLA ganhou as legislativas e, quanto às presidenciais, Savimbi teve 41% dos votos, contra 49% de José Eduardo dos Santos, situação que deveria desencadear uma segunda volta. Porém, as eleições ficaram suspensas devido ao facto de a UNITA não ter reconhecido os resultados. As eleições presidenciais só viriam a acontecer 20 anos depois (em 2012) quando estavam finalmente criadas as condições políticas e institucionais para levar a cabo este acto eleitoral.

A não aceitação do escrutínio de 1992 levou de novo a um conflito, no qual a UNITA, sediada em Luanda, viu a sua estrutura desmantelada com o assassinato de alguns dos seus Quadros, na sequência da insurreição que teve lugar na capital. E assim a guerra voltou a ser o instrumento de resolução, pela força, na luta pelo poder em Angola.

As tentativas para se pôr fim ao conflito levaram, em 1994, à assinatura dos Acordos de Lusaka com a mediação das Nações Unidas. Estes acordos previam, entre outros aspectos, a participação da UNITA no Governo, o que viria a acontecer com a formação do GURN – Governo de Unidade e de Reconciliação Nacional.

Porém Savimbi continuava a luta, socorrendo-se dos *recursos naturais* como fonte de rendimento, numa guerra que considerava justa, embora estivesse consciente dos constrangimentos resultantes do Acordo. A posição sobre este problema ficou manifesta no comício realizado a 13 de Março de 1996 para comemorar o 30º aniversário do partido. Na ocasião declarou:

“Neste momento estou a negociar uma das curvas mais apertadas da história da UNITA. Aquartelar as tropas não é um problema. Porém, desarmá-las, isto sim, é um problema (...). A minha vida perde sentido depois de entregar as armas (...). A minha carreira termina. Vim aqui para vos dizer isto e que ninguém parta daqui com dúvidas. Vou cumprir com o meu dever, mas sabeis que já não sirvo para nada depois do vosso desarmamento (...). A maior dor que sinto neste momento como dirigente da UNITA é ter que desarmar a tropa. Não há, na História, exemplo de generais que desarmam a sua tropa para depois prosseguirem a sua carreira (...). Não tenho possibilidade nenhuma de sobreviver ao desarmamento da UNITA. É inútil (...) o desarmamento é o problema mais doloroso para a minha consciência” (Fernando, 2012: 300-301).

Perante o desarmamento, a UNITA recebeu ataques por parte das tropas do Governo e manteve as suas forças de reserva, em vez de as transferir para os aquartelamentos e fazer a desmobilização conforme o protocolo (Leão e Rupyá, 1994:30). No mesmo sentido, Hodges (2003: 34) refere que em Maio de 1998, três anos e meio após a assinatura do protocolo de Lusaka, a UNITA ainda controlava cerca de 60 localidades, incluindo o Bailundo e o Andulo onde Savimbi tinha o seu quartel general. Essa posição só era possível de manter com efectivos. Assim sendo, confirmam-se as acusações da existência de um exército não declarado da UNITA após Lusaka.

Além disso, membros da liderança da UNITA questionavam-se sobre a persistência na guerra. Segundo Muekalia, os habitantes das aldeias tinham migrado e a UNITA tinha perdido o apoio dos aliados sul-africanos e dos americanos. Uma vez que o contexto regional e internacional tinha evoluído para outros quadrantes, o mundo caminhava para democracias e punha-se a questão de saber se as pessoas quereriam continuar nas matas com as mesmas motivações (2010: 295-296). Como era de esperar,

se, por um lado, a experiência de guerra aumentava com o tempo, por outro lado a moral das tropas diminuía na proporção inversa.

Com o fim da Guerra Fria, Savimbi deixou de ser útil para o Ocidente porque que já não representava os seus interesses em Angola, pelo contrário, era um elemento destabilizador. É assim que surgem novas iniciativas que deveriam conduzir à paz. Em 1993, o Conselho de Segurança, nos termos da Resolução 864 de 15 de Setembro, impôs as primeiras sanções à UNITA, proibindo a venda de armas e de combustíveis àquela organização político-miliar. As Nações Unidas mantinham pressão para o fim do conflito entre as partes e assumiram, de novo a missão de preservar a paz e os Acordos de Lusaka. Na prática os mecanismos de prevenção de conflitos arquitectados pela comunidade internacional continuavam ineficazes perante a argúcia do líder rebelde.

Por essa razão, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, através da Resolução 1127 sobre a questão angolana, decretou um pacote de sanções e emitiu uma lista de nomes de dirigentes da UNITA e dos seus familiares mais próximos, Savimbi ocupava a 61ª posição da lista, que deveriam ser impedidos de entrar noutros países, os seus documentos de viagem, visas ou autorização de residência deveriam ser suspensos. As sanções passavam também pelo congelamento das contas do partido no exterior e pelo embargo na compra de diamantes provenientes da organização de Jonas Savimbi, tornando a facção guerrilheira da UNITA um movimento clandestino à margem das instâncias internacionais<sup>31</sup>. Este novo cenário parecia não preocupar o partido, porque os seus esforços estavam voltados para a sobrevivência interna e as relações internacionais viriam como resultado da afirmação militar e política no terreno.

Porém, a ideia de reconciliação parecia apenas uma tática, porque os sinais de desentendimento eram cada vez mais evidentes. Não havia argumentos que levassem Savimbi a aceitar uma coabitação democrática. Hodges (2003: 35-39) via neste líder um homem “que queria assumir o poder supremo e não apenas partilhar os seus espólios”. Na sua lógica de guerrilheiro, e em relação aos objectivos da luta, Savimbi tinha uma posição quanto ao seu destino: “Quando um dia as balas inimigas trespassarem o meu corpo, terei cumprido a minha missão” (Fernando, 2012: 315).

O cerco a Savimbi era cada vez maior. Em Dezembro de 1998, no IV Congresso do MPLA, o Presidente angolano declarou que “o único caminho para a paz era a

---

<sup>31</sup> O pacote de sanções só foi levantado com a Resolução 1448 do Conselho de Segurança a 09/12/2002 alguns meses após a morte de Jonas Savimbi.

guerra” (Hodges, 2003: 35). A partir daí, o assunto passou a ser uma questão interna. O Presidente Eduardo dos Santos solicitou o fim da missão da MONUA – Missão de Observação das Nações Unidas em Angola, o que aconteceu em Fevereiro de 1999. Verifica-se, nesse ano, um aumento no orçamento relativo à defesa, comparativamente com o dos anos anteriores e posteriores. O Quadro 4.1 ilustra essa realidade. Foi ainda reinstituído o serviço militar obrigatório e, no terreno, as Forças Armadas reequiparam-se, o que reflectia maior capacidade bélica.

**Quadro 4.1 - Despesa total na Defesa, 1992-2002**

Ano	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Defesa %	13.9	31.3	15.4	18.8	5.6	12	7.3	43.3	13.6	9.7	8.3

**Fonte:** Governo de Angola (2006).

A nível regional, o Governo angolano conseguiu o apoio dos líderes da SADC. Quanto a Mobutu, um aliado, Angola fez reviver na mesa das negociações o acordo da Comissão Conjunta Angola - Zaíre, no qual Mobutu se comprometia a não prestar qualquer apoio à UNITA.

Perante este cenário, estava montada toda a estratégia por parte do Governo para o fim da guerra em Angola que culminaria, necessariamente, com a eliminação de Jonas Savimbi. Este passo, segundo testemunhas, foi dado “com a ajuda dos Estados Unidos, juntamente com os israelitas, que, utilizando um sofisticado meio de detecção de satélite, conseguiram descobrir a coluna de Savimbi, que já não tinha retaguarda, e indicaram às Forças Armadas Angolanas, no terreno, as coordenadas” (Morais, 2008).

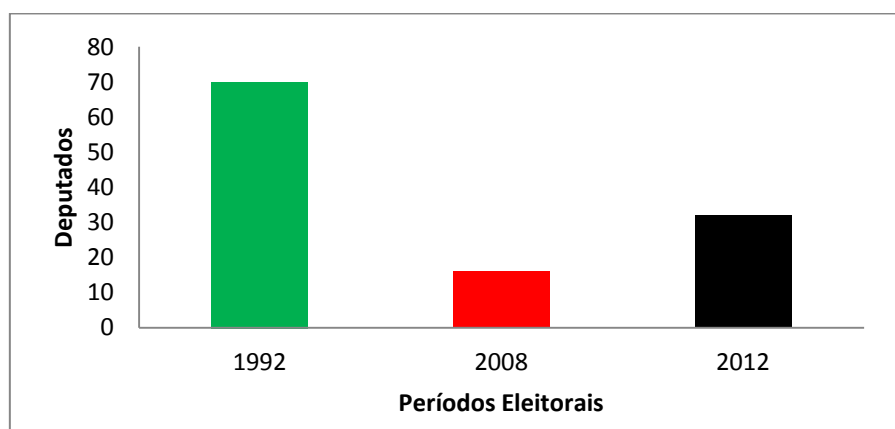
Por outro lado, os dirigentes próximos de Jonas Savimbi já haviam desertado para o lado do Governo, levando consigo informações estratégicas que viriam a tornar-se decisivas. Fernando (2012: 309) refere que o fim de Savimbi se precipitou a 17 de Fevereiro de 2002, quando as FAA capturaram oficiais ligados às comunicações da chamada “coluna presidencial”. A partir daí, as Forças Armadas de Angola colecionaram informações preciosas sobre o paradeiro exacto de Savimbi, com a ajuda valiosa dos satélites disponibilizados pelos Estados Unidos.

Seguiu-se uma perseguição que culminou com a eliminação física de Jonas Savimbi, a 22/02/2002 no Lucusse, província do Moxico. A morte do general abriu uma nova era no partido UNITA e na história recente de Angola. A este propósito, Pélissier

realça que poucas vezes na história a morte de um líder numa guerra civil teve um efeito tão decisivo e imediato (Pélissier e Wheeler 2009: 370)

Actualmente, a UNITA, considerada de criação exterior por ter nascido num ambiente não parlamentar (Duverger, 1969, Moreira, 2009: 191) é um partido com características dos partidos liberais, defensor dos princípios democráticos, liderada por Isaías Samakuva. É a segunda maior força política da oposição em Angola mas que, nas eleições legislativas de 2008, conseguiu eleger apenas 16 deputados contra os 70 eleitos nas primeiras eleições legislativas em 1992. Nas eleições gerais de 2012 elegeu 32 deputados, conforme o gráfico seguinte.

**Figura 4.5– Representação Parlamentar da UNITA**



**Fonte:** Comissão Nacional de Eleições de Angola (1992, 2008 e 2012)  
<http://www.cne.ao/estatistica1992cfm>; [www.eleicoes2012.cne.ao](http://www.eleicoes2012.cne.ao) .  
Acesso: 05/01/2012

Observa-se a projecção da UNITA durante o conflito e a queda perante o eleitorado após a guerra civil. Tal facto pode ter diferentes causas: a falta de adaptação do partido ao novo contexto de um meio urbano, o que o impede de assumir uma responsabilidade acrescida no contexto político angolano; por outro lado, é quase irreal pensar que a sua trajetória o levará ao poder nos próximos anos, até porque a forma como o sistema político actual está estruturado e confirmado na Constituição de 2010 limita a alternância de poder num futuro próximo. Sobre este mesmo assunto, Tomás (2012) projecta o seguinte cenário: “A UNITA ganha as eleições, e o MPLA é forçado a entregar um país de presente àquele partido. Samakuva, cabeça de lista, teria todos os poderes que o Presidente dos Santos tem hoje. Alguém consegue imaginar tal cenário?” (Tomás, 2012).

Em 2012 o movimento sofreu uma dissidência interna, com a saída de Abel Chivukuvuku, que foi um dos dirigentes preeminentes da organização, para formar a sua própria força política, a Convergência Ampla de Salvação de Angola CASA-CE. Daqui resultou, certamente, o esvaziamento da UNITA, com a saída de alguns membros do partido que acreditam ser possível construir uma oposição mais credível para enfrentar o MPLA, no poder desde a independência.

Talvez reste à UNITA, enquanto partido da oposição, optar por uma “terceira via” com debates que levem a uma política social progressista, porque chegar ao poder é uma meta que se configura cada vez mais distante do seu alcance político, pelo menos até 2025.

### **3.3 O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e o Poder em Angola**

Esta parte do trabalho reveste-se de particular interesse por ter como objectivo fornecer um *insight* do MPLA neste período, o que nos permitirá perceber a trajectória desta força política. Os anos que se seguiram à independência foram de guerra. O MPLA no poder começa por definir o seu programa de acção a nível interno, regional e internacional. No que toca à questão interna era necessário definir estratégias e criar alianças para enfrentar a guerra. Paralelamente impunha-se encontrar uma definição sócio- económica e definir os objectivos políticos e ideológicos que deveriam ser seguidos e por fim, a política externa. Para dar corpo a este desiderato político, o MPLA organiza o congresso em que define as suas linhas de orientação. O evento foi levado a cabo em Luanda de 4 a 10 de Dezembro de 1977, sob a liderança de Agostinho Neto. A primeira medida adoptada foi a designação: passou a chamar-se “Partido do Trabalho” (MPLA-PT), a melhor via para defender o interesse dos angolanos.

Acreditavam os seus defensores que o MPLA-PT era a vanguarda da classe trabalhadora e principal força política, económica e social do país (...) e todos os membros do partido deveriam ter consciência revolucionária, ser honestos e dedicados no trabalho e defesa da opção socialista do povo angolano (...). E que a força e liderança do partido dependia da unidade de pensamento e organização baseada na teoria e prática do marxismo-leninismo (...). O partido liderava e organizava as massas de modo a implementar os seus objectivos, que são concretamente a transformação da situação sócio - económica da sociedade actual, para a construção de uma sociedade socialista (...) o marxismo – leninismo ensina-nos que o objetivo fundamental e

decisivo de qualquer revolução é o poder do Estado (...). O poder da classe trabalhadora e a do estado socialista era impossível sem a liderança de um partido marxista-leninista” (MPLA, 1980).

A este propósito, Milhazes (2013:85), refere que o programa era semelhante ao de um qualquer partido comunista soviético, completamente descabido para um país africano como Angola. Para alguns observadores, este apego ao marxismo era uma forma de conseguir maior ajuda dos países do bloco socialista.

Mas, para os marxistas, este seria o caminho de libertação dos trabalhadores e dos povos. Nesta mesma linha, Álvaro Cunhal (1985:20-22) defende que os princípios do marxismo-leninismo constituem um instrumento indispensável para a análise científica da realidade, dos novos fenómenos e da evolução social e para a definição de soluções correctas para os problemas concretos, que a situação objectiva e a luta colocam às forças revolucionárias. Este pensamento delineava o programa político do partido no poder em Angola. Por isso, Neto defendia que “a União Soviética, pátria do grande Lenine, foi e continua a ser o bastião dos povos que lutam pela sua liberdade e pelo progresso económico e social (Lazitch, 1988: 14-15).

A estruturação do MPLA no poder começou nas Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), que seguiram o modelo da União Soviética, com a nomeação de comissários políticos em todos os ramos do exército. Tal como as outras forças revolucionárias, eram o “instrumento supremo da intervenção (Lenine, 1971; A. Moreira, 2009). Conforme defendiam, o objectivo era o de preservar a “pureza” da ideologia marxista-leninista dentro das Forças Armadas, ao lado dos “internacionalistas” russo-cubanos na luta contra a UNITA. Para Cuba, era uma demonstração da sua política externa de internacionalização, aprofundada com a ajuda estratégica da União Soviética em questões logísticas (Guimarães, 2001:136-161). O revolucionarismo implicou igualmente a mudança no nome do país. Angola passou a chamar-se República Popular de Angola.

A nível regional, como defende Monteiro (1997:35), a União Soviética pretendia, por necessidade estratégica, que as colónias se tornassem independentes, o que resultaria no enfraquecimento das metrópoles e do Ocidente em geral, condicionando-lhes o fornecimento de matérias-primas. De facto, Angola e Moçambique eram essenciais para a estratégia global da URSS, pois cortariam de forma efectiva a rota do petróleo do Cabo, a mais vital de todas as linhas de vida do Ocidente.



Perante este facto, estavam criadas as condições para uma aliança estratégica regional entre o MPLA e a URSS (Pegado, 2002: 53).

Em termos económicos, além da África do Sul e da Nigéria, Angola é o terceiro país mais rico da África Subsariana. E, aquando da independência, o MPLA herda um país em plena prosperidade devido à exploração de recursos minerais – petróleo, diamantes, depósito de ferro; à utilização de barragens hidroeléctricas à indústria de café. Angola tinha, além disso, um sector manufactureiro desenvolvido, produções alimentícias e um sistema rodoviário que ligava o Norte ao Sul do país.

Para a revista *The Economist Intelligence Country profile* (EICP, 1990-1991), Angola auto - sustentava-se com as exportações de café, diamantes e minério de ferro, que cobriam mais do que a totalidade do pagamento das importações. Em 1973, o petróleo funcionava como a principal alavanca da economia do país. Neste sentido Pélissier refere que no essencial o petróleo prometia injectar vida nova na economia angolana, quando e se as receitas do café, muito dependentes dos preços e da concorrência do mercado mundial, diminuíssem (Pélissiere *al* 2011, 210-213). Esta condição fazia de Angola um país em plena prosperidade.

Porém, as dinâmicas de transição de poder conduziram ao êxodo dos portugueses, que partiram, levando consigo capitais, bens materiais e conhecimentos úteis para o desenvolvimento económico. A par disso, os Quadros nacionais eram escassos, a maioria dos trabalhadores encontrava-se desprovida de competências profissionais e não havia experiência de governação. Essa situação reflectia o legado deixado pelos portugueses e na prática obedecia à lógica do colonialismo, isto é, os postos de direcção estavam sob o controlo da classe colonial e eram escassos os nacionais com habilitações e com capacidade para ocupar cargos de chefia.

A falta de recursos humanos levou o Governo a optar pela contratação de trabalhadores estrangeiros, estabelecendo acordos de cooperação com a União Soviética, a República Democrática Alemã, a Bulgária e Cuba, e com outros países do Leste, para o “esforço de reconstrução nacional”. Estes trabalhadores tinham a vantagem de, por um lado, partilhar a mesma ideologia, e por outro, não se imiscuírem na política interna do país, o que deixava ao Governo toda a liberdade e margem de acção.

A nível local, a formação de Quadros nas instituições de ensino – escolas e universidades estava, na sua maioria, a cargo de professores estrangeiros e a orientação curricular era de cariz marxista. Em 1978, havia cerca de 400 professores cubanos em

Angola e tinham sido enviados para Cuba cerca de 1.000 estudantes angolanos (Marcum, 1987:79). É no espírito da política de “solidariedade entre os povos” que angolanos foram estudar para o exterior, muitos dos quais com idades inferiores a 10 anos, enviados para a “Ilha da Juventude” em Cuba. O momento era tão significativo para a jovem nação que, para simbolizar este facto, 1979 foi designado “ano da formação de Quadros”.

Em Outubro de 1976, o Comité Central do MPLA aprovou a Resolução da Política Económica, em que o Governo optou por uma economia com as fórmulas socialistas – centralização, nacionalização e colectivização, tendo como base a agricultura e a indústria, factores estratégicos decisivos para a estabilidade e para o desenvolvimento do país. A resolução incluía:

- i) Atingir no mais curto espaço de tempo os níveis de produção de 1973;
- ii) Nacionalizar e confiscar bens;
- iii) Instituir um controlo da economia através de um plano nacional;
- iv) Controlar finanças e bancos;
- v) Combater o tráfico de diamantes e a corrupção;
- vi) Preparação de novas políticas aduaneiras, pondo fim às tarifas preferenciais com Portugal;
- vii) Monopólio governamental do comércio com o estrangeiro;
- viii) Lutar contra a inflação;
- ix) Aplicação de uma política salarial, envolvendo a redução de salários altos e o descongelamento de outros salários, permitindo assim o reajustamento em caso de injustiça;
- x) Criar incentivos morais e materiais; instituição do princípio universal de 44 horas de trabalho semanal;
- xi) Considerar o petróleo, a construção, a pesca e o sector minério como pontos-chave da economia a curto e médio prazo; e finalmente
- xii) Dar o devido valor dentro do sector industrial ao MPLA e a força sindical UNTA de modo a que haja produtividade e disciplina no trabalho (MPLA, 1976).

Paralelamente, é criada uma estrutura governativa cuja função era implementar e supervisionar a execução destes planos a nível nacional, ministerial e de produção por unidade. A materialização deste programa requeria executantes que merecessem a confiança da liderança. Nessa altura, foram instituídas comissões de trabalhadores com a missão de vigiar todos os sectores de produção da economia. O objectivo era o de evitar acções “contra revolucionárias” por parte de entidades ou de indivíduos descontentes com o novo sistema e exercer, por parte do Governo, um maior controlo sobre as empresas. Para levar a cabo este plano, foram nomeados para locais de chefia indivíduos, a maioria dos quais sem qualificações, mas fiéis ao regime. De certa forma a atribuição destes cargos a estes agentes era uma recompensa por dedicarem a sua vida à

causa angolana. Como era previsível a “gratificação” teve um efeito contrário ao desenvolvimento, começando assim a configurar-se o declínio da economia angolana.

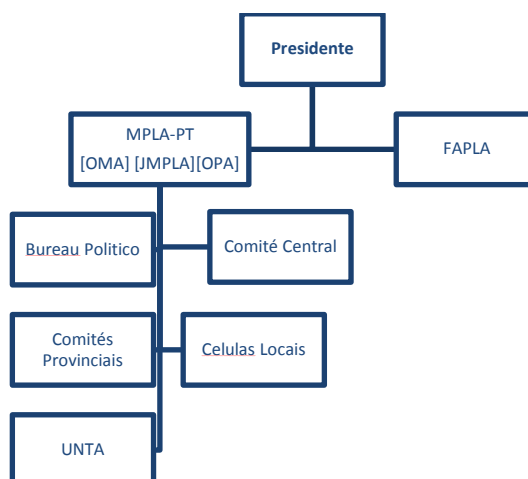
Entretanto, em Fevereiro de 1976, o MPLA-PT promulgou a Lei de Intervenção do Estado, a qual continha os princípios da nacionalização que viriam a ser aplicados a todas as empresas estrategicamente importantes para a economia. Passaram para a posse do Governo todas as empresas abandonadas pelos portugueses. A exploração do petróleo e de diamantes seria entregue a companhias estrangeiras que estivessem prontas a aceitar a política do Governo, dentro do princípio de não intervenção nos assuntos internos do país.

No que concerne às instituições de crédito, o Governo nacionalizou o Banco de Angola e confiscou o Banco Comercial de Angola, que viria a chamar-se Banco Popular de Angola. Em Fevereiro de 1978, o primeiro-ministro Lopo do Nascimento anuncia que o Executivo iria nacionalizar todo o sector bancário. Pouco depois em Maio do mesmo ano, todas as companhias privadas de seguros foram abolidas, e em Novembro, a moeda nacional, o escudo, foi trocada pelo *Kwanza* (Somerville, 1986: 135).

A nível social, os hábitos e costumes deixados pelos portugueses colidiam com a necessidade que os angolanos tinham de fazer uma rutura com o colonialismo e, por isso, verificaram-se novas formulações na linguagem corrente, nomeadamente em palavras que traduziam formas de relacionamento e *slogans* de exortação à produção económica e à unidade nacional. A palavra “camarada” entrou no léxico dos Angolanos para substituir as palavras “senhor”, “senhora” ou “menino/a” denominação extensiva às hierarquias de trabalho ou familiares – camarada chefe, camarada pai, porque consideravam que as denominações deixadas pelos colonialistas estratificavam a sociedade em exploradores (portugueses) e explorados (angolanos). O que se pretendia era tornar a sociedade angolana igualitária.

No léxico também foram introduzidos *slogans* que se tornaram recorrentes, por exemplo: “produção generalizada”, expressão de incentivo ao desenvolvimento económico. “A luta continua, a vitória é certa. Obrigado/a camaradas”, é uma exortação à vigilância político social. “De Cabinda ao Cunene somos angolanos” é uma mensagem contra o separatismo e o tribalismo e a favor da criação de uma Angola multirracial. Na base desta posição estava subjacente a busca de uma sociedade igualitária, conforme os princípios defendidos pelo marxismo-leninismo. No cômputo geral, era uma aproximação ao Leste Europeu e uma forma de eliminar valores ocidentais (Pegado, 2002:100).

**Figura 4.6 – Estrutura do MPLA em 1975**



**Fonte:** Compilação da autora

A estrutura do poder, e tratando-se de um sistema de partido único, estava pensada de forma a não haver separação entre o MPLA-PT e o Estado. Obedecia ao esquema acima referido. É do interior desta estrutura que saem os órgãos dirigentes do país, ou seja, o Presidente da República, os membros do Governo e os deputados. Paralelamente, o MPLA – PT assume o controlo de todos os órgãos de informação (rádio, jornais e TV), atribuindo a estas instituições uma função mais activa na mobilização e na educação dos angolanos no que se refere aos objectivos da revolução socialista. Na sequência destas medidas, todos os sectores: político, económico e social da sociedade angolana passaram automaticamente a ser controlados pelo aparelho do Estado e toda a “estrutura” deveria manter-se “vigilante” para levar avante a revolução.

Desde então, o regime de Luanda, tendo em conta as características assumidas, passou a enquadrar-se na categoria dos regimes monistas, isto é, aqueles que, como qualifica Adriano Moreira (1979: 141-144), não consentem, nem a circulação da sede do poder, nem a alternância ideológica, o que estabiliza facilmente a forma e encaminha o Estado para um regime autoritário ou totalitário, ou impõe uma concepção ideológica à sociedade civil.

No período de 1978-80, Angola passou por uma fase de transição. Houve dois desenvolvimentos que alteraram o percurso histórico político do país a guerra civil e o desaparecimento físico do Presidente Agostinho Neto. Acontece que, enquanto o Governo se estruturava política e economicamente, a guerra civil que assolava o país, criava um desequilíbrio entre receitas e despesas. Cerca de 80% das receitas do Estado

eram provenientes, essencialmente, do petróleo e dos diamantes e grande parte era encaminhada para os esforços de guerra.

O ano de 1979 marca o segundo momento desta fase da história de Angola, com a morte inesperada do “Presidente, Guia Imortal da Revolução Angolana, fundador da Nação, do MPLA-PT e 1º Comandante em Chefe das FAPLA<sup>32</sup>”, sucedendo-lhe o actual chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, muito mais jovem, mais realista e que viria a tornar-se o reformador do sistema herdado do Presidente Neto.

### 3.3.1 A “substituição necessária”

*“Não é uma substituição fácil, nem tão pouco me parece uma substituição possível. É apenas uma substituição necessária”*

Eng.º José Eduardo dos Santos, Cerimónia de investidura, 10 Setembro de 1979.

**Figura 4.7 – Tomada de posse do Eng.º José Eduardo dos Santos (10.09.1979)**



**Fonte:** MPLA (s.d.) <http://www.mpla.ao/mpla-page/o-presidente>  
Acesso: 07/01/2012

A eleição de José Eduardo dos Santos para a liderança do país abriu uma nova página na história contemporânea de Angola. “Foi uma escolha no seio do Partido que o nomeou Presidente da República e do MPLA, numa reunião extraordinária do Comité Central” (MPLA-PT, 1979)<sup>33</sup>.

<sup>32</sup> Designações utilizadas quando se refere ao “Camarada Presidente”.

<sup>33</sup> Para discurso de tomada de posse do Presidente José Eduardo dos Santos, ver Anexo D-1.

Nessa época, devido à guerra, a situação interna caracterizava-se pela instabilidade política, económica e social, perante uma conjuntura regional e internacional em que se delineavam mudanças globais. O historiador Fidel Reis, analisando os espaços de socialização do Presidente, sustenta que, em diferentes fases da sua trajetória, José Eduardo dos Santos conseguiu articular em si a “convicção, o consenso e o realismo”. Para Reis, a convicção está demonstrada desde o início, ao lutar contra o arbitrário colonial e pela construção do Estado nação esboçado após a Segunda Guerra Mundial; o consenso está patente na gestão da guerra, pelo que conseguiu, em 2002, trazer a paz ao país, uma paz que nunca existira em Angola desde 1961, e com isso desenvolver o espírito de nação. Por último, o realismo, notório quando se trata de mudar uma perspectiva ideológica, convencer determinados sectores de que é preciso mudar para a social-democracia e alargar a clientela política do MPLA, o que era uma acção fundamental para o multipartidarismo. Relevante é também o facto de o historiador defender que estes elementos fazem de Eduardo dos Santos um actor incontornável da nova divisão do trabalho político, ou seja, o multipartidarismo. Reis vai mais longe na sua apreciação, ao afirmar que, do ponto de vista da governação, Eduardo dos Santos veio trazer um estilo pessoal de governar, fez uma rotura com os mais velhos, ao constituir a sua equipa com elementos de uma nova geração, mas mantendo-se a linha de continuidade de fidelidade ao MPLA. Por fim destaca a trajetória que o Presidente iria enfrentar - ter de superar não só a imagem histórica do seu antecessor e a conjuntura interna, mas também as mudanças que se desenhavam no sistema internacional (Reis, 2012).

Nesse contexto, criou-se na altura uma expectativa em torno do futuro de Angola, mediante uma mudança súbita de cenário, que levou o país a uma transição conjuntural. Em 1980, o MPLA faz uma retrospectiva da governação e reconhece não só as falhas na implementação das políticas anteriormente traçadas, como identifica objectivos que não tinham sido atingidos: continuava deficiente a produção e a distribuição de alimentos, bem como o êxodo das populações rurais para a cidade, a balança entre receita e os gastos também continuava desequilibrada e não se tinha conseguido implementar com sucesso o princípio socialista de trabalho remunerado consoante a produtividade (MPLA, 1980).

Por outro lado, tinha sido atingida com sucesso a exploração de recursos minerais. A produção aumentou cerca de 45%; o investimento estrangeiro aumentou cerca de 47% havendo também um aumento na exploração de petróleo que nos finais

dos anos 70, produzia cerca de 130 mil barris/dia, passando para cerca de 285 mil barris em meados dos anos 80 (Lazitch, 1988: 40).

O progresso na produção dos diamantes e do petróleo, que eram o suporte financeiro do Estado, foi afectado pela guerra. Os Quadros que se seguem ilustram as tendências de produção e de exportação de ambos os recursos nessa altura.

**Quadro 4.2- Produção e exportação de diamantes**

	1983	1984	1985	1986	1987	1988
<b>Produção</b>						
Vol. ('000 carates)	1,029	920	714	266	871	1,100
<b>Exportação</b>						
Vol. ('000 carates)	1,002	954	741	267	...	...
Valores (\$USD '000)	90	64	33	17	90(a)	180
Preço médio/carate (\$USD)	90	67	44	63	110(a)	160

a) Estimativa

**Fonte:** Ministério da Indústria de Angola *in* The EIU (1990-91)

Como se verifica, a exploração de diamantes por parte do Governo angolano foi elevada no início e nos finais dos anos 80, sendo que, nos anos intermédios, se registou uma quebra na produção, o que coincidiu com a intensidade da guerrilha por parte da UNITA, que manteve o controlo de certas regiões diamantíferas. Segundo Davidson (1977: 142), em relação às petrolíferas que operavam em Angola, a Gulf Oil, a maior multinacional envolvida na exploração de petróleo em Cabinda, suspendeu as suas actividades em Dezembro de 1975, como resultado da guerra civil, e só voltou em Abril de 1976, altura em que o MPLA assegurou militarmente o controlo daquela região. No entanto, em 1980, já havia uma quantidade significativa de multinacionais petrolíferas a operar em Angola.

Com o crescente progresso da indústria petrolífera, foi criada a SONANGOL (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola), que é um órgão estatal com poderes para coordenar, administrar e controlar a indústria petrolífera, as reservas de gás e todas as actividades relacionadas com o petróleo. Esta empresa viria a tornar-se estratégica para a economia do país.

**Quadro 4.3-Produção de petróleo ('000 b/d)**

Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
b/dia	135	129	130	178	205	232	282	351	451	455

**Fonte:** Angola, S.Tomé & Príncipe *in* EIU Country Profile (1990-91)

Os dados do Quadro 4.3 revelam uma evolução crescente na produção de petróleo na década de 80. Ao contrário das áreas de exploração de diamantes, que são de fácil acesso e que não requerem grandes técnicas para a sua escavação. Com o petróleo o processo tem lugar no alto mar, ou seja, *offshore*. Por outro lado, as áreas petrolíferas também estavam geograficamente distantes do santuário da UNITA, daí que se registem índices crescentes de produção petrolífera.

Esperava-se que as condições do país melhorassem devido ao ciclo do petróleo, mas tal não aconteceu. A entrada de divisas teve duas consequências, a primeira foi a de sustentar uma economia de guerra, com o país a endividar-se cada vez mais, devido à compra de material bélico e à manutenção das tropas estrangeiras de soldados cubanos e de conselheiros do Leste; a segunda consequência resultou na bipolarização da sociedade angolana, com o aparecimento de uma classe abastada a par de uma população a viver em condições precárias, o que levou o partido a repensar as suas estratégias.

### **3.3.2 As dinâmicas de mudança**

Impunha-se uma adaptação ao novo contexto global. Em 1983, perante a deterioração da situação militar e a contínua desintegração da economia, o MPLA-PT estabeleceu um novo Conselho de Segurança e Defesa, cujos membros eram homens de confiança do Presidente, com responsabilidades políticas, económicas e, eventualmente, com a tarefa de substituir o Conselho de Ministros. Foram constituídos Conselhos Regionais Militares para cada área afectada pela guerra e foram atribuídas responsabilidades pelas decisões económicas, tomadas nos seus respectivos territórios.

O Conselho Militar comunicava directamente quer com o Presidente, quer com o Conselho de Ministros, ultrapassando assim a estrutura do Governo. Daqui resultou uma maior concentração de poder nos militares. Por outro lado o chefe de Estado passou a ter pessoalmente mais poder, controlando órgãos de decisão e de definição de políticas. Estrategicamente, rodeou-se de homens da sua confiança que os *outsiders* apelidaram de “futunguistas”<sup>34</sup>. Estes elementos não provinham do seio dos militantes tradicionais do partido, mas eram jovens, o que demonstrava a tendência de mudança e alguma rotura em curso.

---

<sup>34</sup>Futunguistas eram os homens do Presidente. Eram dedicados, de confiança e tinham um estatuto especial. Desempenhavam as suas funções a partir da residência oficial do PR, no Futungo de Belas, Luanda Sul.



Em 1985, realizou-se a primeira Conferência Nacional, na qual foram anunciadas as reformas que o Presidente pretendia levar avante. No seu discurso definiu as bases para a futura política económica, em quatro áreas fundamentais do país: 1) absoluta prioridade para a defesa; 2) melhorar o abastecimento de bens para a população e atingir maior eficiência no trabalho e na produção como pré-condição para garantir a estabilidade económica e social; 3) aperfeiçoar os métodos de estabilização da economia; 4) utilizar de modo mais eficiente os recursos naturais (MPLA, 1985). Estas medidas foram implementadas num ambiente político, económico e social que dificilmente poderia coexistir com os princípios clássicos do marxismo.

Verificava-se que as contradições entre a política externa, direccionada para o Leste Europeu e a aproximação económica ao Ocidente se acentuavam. Por um lado, a intensificação da guerra civil fez com que o MPLA continuasse a manter boas relações com os países socialistas, que foram uma fonte de apoio militar. Por outro lado, eram cada vez mais notórios os sinais para estabelecer relações diplomáticas com o Ocidente, de onde provinham as divisas de suporte à economia nacional. Tornava-se evidente a necessidade de Luanda redefinir as suas alianças externas.

Importa, contudo, referir que, enquanto a ideologia provinha do Leste, alguns quadrantes do Ocidente percebiam que o envolvimento de Angola com o “socialismo científico” não era total. Estes ocidentais argumentavam que uma aproximação a Luanda poderia “liberalizar” a política do Governo, levando a grandes investimentos no país (Marcum, 1987). Como resultado, em 1980, encontravam-se a operar em Angola cerca de 13 companhias petrolíferas transnacionais, entre as quais: Chevron, Conoco, Petrofina, Texaco, Elf Aquitaine, Agip, British Petroleum, Braspetro, Total e Marathon (Gunn, 1991), proporcionando ao regime 95% da moeda estrangeira (Wright, 1994). As receitas do petróleo e dos diamantes passaram a ser os pilares da economia angolana.

### **3.3.3 A abertura ao Ocidente**

A dissolução do Bloco do Leste fez o regime angolano repensar as suas alianças estratégicas e procurar novos aliados no bloco ocidental, tendo, para isso, de alterar e demonstrar a sua *realpolitik* em relação ao Ocidente. Em 1986, Angola aderiu ao grupo ACP (África, Caraíbas e Pacífico), tornando-se signatária da Convenção de Lomé (III) passando, deste modo, a beneficiar do FED (Fundo Europeu de Desenvolvimento), bem como de outras formas de ajuda da Comunidade Europeia direccionadas para o desenvolvimento económico e social. Nessa época, o Programa das Nações Unidas para

o Desenvolvimento (PNUD) referiu que Angola era um país potencialmente rico, mas que se encontrava no grupo dos países mais pobres do mundo (Ferreira, 2004).

Consequentemente, Angola passou a granjear das condições do Mercado Comunitário para os países ACP. Alguns observadores sustentaram que Angola aderiu rapidamente à Convenção de Lomé, não tanto pela ajuda, mas sim pela boa impressão que poderia causar aos banqueiros ocidentais. Paralelamente, o Presidente angolano lançou um apelo ao Ocidente, dirigindo-se a homens de negócios e banqueiros. Visitou os Estados Unidos, por ocasião do aniversário das Nações Unidas, e enviou posteriormente uma delegação exploratória àquele país.

Para maior credibilidade do sistema bancário, as autoridades angolanas decidiram que o Banco Central de Angola deveria fazer parte de uma economia liberal, dentro dos princípios do Fundo Monetário Internacional (Gunn, 1987: 191-193). Esta ideia teve de amadurecer em certos quadrantes do MPLA e do Governo sobretudo nos sectores mais conservadores, que eram defensores dos princípios socialistas. O evoluir dos acontecimentos levou necessariamente à reforma das instituições financeiras.

**Quadro 4.4- Principais Parceiros Comerciais (milhões de dólares)**

	1984	1985	1986	1987	1988	1989
<b><u>IMPORT.</u></b>						
EUA	1,010	1,054	678	1,294	1,216	1,864
Portugal	38	87	74	40	31	52
Espanha	194	327	215	25	84	14
Brasil	134	158	126	110	230	...
<b><u>EXPORT.</u></b>						
Portugal	154	165	92	103	206	311
França	100	136	136	122	149	175
EUA	103	137	86	95	101	97
URSS	172	122	227	190	193	...
Brasil	90	130	94	206	179	...

**Fonte:** EIU (1990-1).

Até ao final dos anos 80, Angola já tinha estabelecido laços económicos estreitos com o Ocidente, nomeadamente: Brasil, Portugal, Espanha, Reino Unido, França e os EUA. Entretanto diminuíram as relações comerciais com o Leste, embora continuassem fortes os laços militares.

As transacções consistiam na importação de material bélico e produtos de consumo de primeira necessidade e na exportação de petróleo e de diamantes.

### 3.4 A des-ideologização da economia

Acontecia que o MPLA-PT assumia, cada vez mais características de um partido Estado. Tinha uma posição acima do próprio Estado, com poderes fortemente centralizados; um sistema de ligações verticais que bloqueava qualquer tentativa de cisma e de divisão, e mantinha uma disciplina estrita. A influência dos parlamentares era praticamente nula. Vale a pena observar que as políticas internas e as alianças que se firmavam a nível externo tinham de ser planeadas no seio do partido.

Em Dezembro de 1985 tem lugar o II Congresso do MPLA-PT, no qual foram discutidas estrategicamente, algumas reformas económicas e que ao contrário do centralismo político, visavam: 1) descentralização da economia, de modo a que as empresas passassem a ter maior autonomia, podendo tomar decisões sem consultar a autoridade central, autonomia esta que seria extensiva às províncias; 2) o Estado deixaria de ter uma acção directa sobre plantações agrícolas; 3) estímulo à produção e o envio de bens de consumo para as áreas rurais; 4) análise dos gastos com os trabalhadores estrangeiros e possibilidade de estes serem substituídos por nacionais; 5) prioridade aos projectos de desenvolvimento; 6) atrair investimento estrangeiro (MPLA, 1985) (MPLA, 1985).

A falta de Quadros foi referida no Congresso como um dos principais problemas que o país enfrentava. Ennes Ferreira (1999: 79-80) realça o facto de apesar desta constatação quase não houve lugar para uma reflexão oficial sobre as responsabilidades no êxodo dos seus melhores Quadros, os quais preferiam oferecer os seus préstimos às empresas estrangeiras ou abandonar o país. O autor sustenta que, não tendo sido daí retirada nenhuma ilação significativa, a política de «formação de Quadros» continuou a ser inadequada em relação às necessidades do país.

De qualquer forma, este congresso constituiu um marco na viragem ideológica do MPLA-PT.

Entretanto, pouco depois destas resoluções, o preço do petróleo no mercado internacional baixou. Consequentemente, diminuiu a entrada de divisas e a maior parte das reformas não puderam ser efectuadas. Apesar desta quebra, Gunn (1987) refere que a produção prevista de 285.000 barris/dia, em 1985, foi alterada para ser, no mínimo de 300.000 barris/dia, em 1986, mantendo-se o objectivo de atingir os 500.000 barris/dia em 1990. Esta oscilação encorajou a aproximação de Angola ao Ocidente na busca de financiamentos.

Em 1987 na sequência das reformas económicas, o MPLA- PT apresentou o Programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF), um documento aprovado pelo Comité Central e analisado pelos Quadros do partido. Nele estavam traçadas as linhas orientadoras para a resolução da situação económica, passando pelo saneamento financeiro e pela preparação da liberalização da economia. A instabilidade daquela época levou ao insucesso do programa. Em 1989, foi substituído pelo Plano de Recuperação Económica (PRE) e foram apresentadas medidas de aplicação pontual. Por fim, em 1990, estes programas resultaram no Programa de Acção do Governo (PAG).

Para Ennes Ferreira (1999: 106) a grande rotura do sistema político e económico baseado na direcção centralizada e planificada da economia teve lugar com a publicação da Revisão Parcial da Lei Constitucional de Maio de 1989, que introduziu outros princípios de «Estado de direito e democrático» ajustados aos mecanismos típicos de uma economia de mercado e de um sistema multipartidário.

As reformas em curso significaram, na prática, uma aproximação às instituições de Bretton Woods, para uma adesão ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial (BM), com o intuito de se beneficiar do programa de ajustamento estrutural. Dada a opção política do MPLA-PT, o pedido de adesão a estes organismos era visto com algum cepticismo em alguns quadrantes. Considerava-se que era uma tática da parte do Governo e não uma determinação de alterações estruturais, com vista à implementação de um novo sistema económico e político no país. Mas quem assim pensava esquecia-se de que em política “o que parece é” e que uma elaboração teórica desta dimensão não poderia deixar de ter consequências práticas (Pegado, 2002). Por fim, em Setembro de 1989, Angola aderiu ao FMI e ao BM.

Como era evidente, o modelo marxista-leninista não se coadunava com o modelo democrático. Perante este cenário, em Abril de 1991, teve lugar o II Congresso Extraordinário do MPLA- PT, em que o partido voltou à sua designação inicial, MPLA, e o país deixou de ter a designação de “Popular”, passando a República de Angola.

Desde então, ficou formalmente decidido abandonar a ideologia marxista-leninista e aderir à economia de mercado, bem como à implementação de um sistema multipartidário no país.

A nova conjuntura faz vingar a tese segundo a qual a des - ideologização foi elaborada com base nos modelos ocidentais, ou seja, com base em dados referentes a democracias estabilizadas (Lara, 1995:130). Com efeito, seguiram-se alterações no sistema político do partido no poder em Angola, relacionadas com as mudanças que se

observaram a nível externo, nomeadamente o fim da Guerra Fria, que abalou o sistema soviético e a ideologia do Leste. Este facto teve consequências directas em Angola, tanto na política interna, como na externa. Chegado a este ponto, estava definitivamente implementado o modelo de governação de José Eduardo dos Santos, caracterizado por uma democracia liberal, uma economia de mercado e novas parcerias estratégicas, que consubstanciam, com recurso aos fundamentos da geopolítica, as relações de Angola com a comunidade internacional.

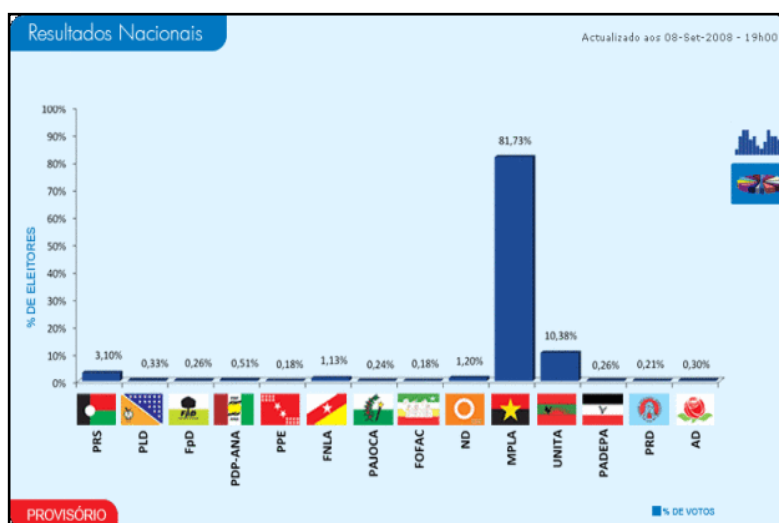
Entretanto, assegurada que estava a situação política, económica e militar com o desmantelamento da UNITA belicista, tal como atrás referimos, os 27 anos de guerra deixaram o país desprovido de infra-estruturas – estradas, caminhos-de-ferro, pontes, barragens, redes de transporte de energia, condutas de água, escolas, hospitais e habitações. As minas terrestres impediram a movimentação das populações e o cultivo da agricultura.

O cenário de destruição dá lugar à reconstrução nacional, com base nos proveitos da indústria do petróleo, que, por razões de conjuntura internacional relativamente às fontes de abastecimento, se tornou economicamente favorável a Angola.

Em termos políticos, em 2008, aconteceram as primeiras eleições legislativas que tiveram como consequência três aspectos essenciais: o primeiro, oficialmente, foi pôr termo às ideologias do Leste que ainda reinavam no seio do partido; o segundo tem a ver com o facto de as eleições terem terminado a vigência do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, no poder desde 1997; e o terceiro aspecto está relacionado com o poder hegemónico do MPLA, que manteve o Governo e o controlo do país, e desta vez através das práticas comumente associadas às democracias ocidentais, com eleições, e com o poder judicial e Governo sujeito ao controlo do Parlamento.

Como se fosse um complemento do resultado eleitoral, na maioria dos países africanos tornou-se uma prática o partido maioritário no poder vencer com um expressiva maioria e a oposição, sentindo-se penalizada, contestar os resultados. Assim foi em Angola: o MPLA como o grande vencedor; e a UNITA e restantes partidos da oposição a reclamarem fraude. Só que o processo foi controlado pela comunidade internacional, que declaram as eleições como sendo “livres e justas”. A vitória do MPLA fixou o resultado final, como se pode ver no gráfico seguinte, e consequentemente a maioria dos partidos com pequena expressão dentre a população não sobreviveram a um sistema democrático que começava a estruturar-se.

**Figura 4.8 – Eleições Legislativas (5-6.09.2008)**



**Fonte:** Comissão Nacional Eleitoral de Angola (2008)  
[http://escolaprof.files.wordpress.com/2008/09/grafico7\\_barra.gif](http://escolaprof.files.wordpress.com/2008/09/grafico7_barra.gif)  
Acesso: 12/03/2012

O MPLA tornou-se um partido hegemónico devido ao seu nível organizacional, capacidade económica e preenchimento dos lugares necessários ao funcionamento do aparelho de Estado. Fecha-se, assim, um ciclo político da história actual de Angola e inicia-se uma nova era.

## **CAPÍTULO V- POTÊNCIA REGIONAL EMERGENTE: FACTORES ESTRATÉGICOS - POTENCIALIDADES INTERNAS**

### **1 Contexto**

A desigualdade dos Estados a nível interno e o seu posicionamento no contexto internacional levaram os teorizadores das relações internacionais a questionarem, sobre quais os indicadores que fazem com que uma nação seja considerada mais poderosa em relação às outras, constituindo esses indicadores o poder nacional. Para Therezinha de Castro (1982:55), o poder nacional é a expressão integrada dos meios de toda a ordem de que a Nação dispõe efectivamente, no momento considerado, para promover no âmbito interno e no campo internacional, a consecução e preservação dos seus objectivos nacionais a despeito dos antagonismos existentes.

Uma outra visão é a de Tomé<sup>35</sup> (2011: 76-77), que considera que os elementos do poder nacional estão condicionados pela grandeza do território, pela qualidade da sociedade e da liderança, pela existência de recursos e pelos níveis da indústria científica e tecnológica desse país, especialmente o ramo aeroespacial.

Hans Morgenthau na obra “*Politics among Nations*” faz uma análise “dos elementos do poder nacional” questionando-se sobre três pontos centrais: Quais os factores que fazem uma nação parecer mais poderosa relativamente às outras? Quais as componentes que se considera? Se quisermos determinar o poder de uma nação, que factores se deve ter em consideração? Seguidamente, divide esses factores em dois grupos: de um lado, estão os que são estáveis e, do outro, os que são sujeitos a mudanças constantes (Morgenthau, 1948 [(1993:124-165)]. Na sua formulação, os elementos do poder nacional são: a geografia, os recursos naturais (nos quais inclui os produtos alimentares, as matérias primas, o petróleo) a capacidade industrial; a capacidade militar; as tecnologias; a liderança; a quantidade e qualidade das Forças Armadas; a população; o carácter nacional; a moral nacional; a qualidade da sociedade e do Governo como factores decisivos; a diplomacia; o problema do equilíbrio entre recursos e políticas; e, por fim, a questão do apoio popular. Estes elementos devem ser vistos em conjunto, de forma a potencializar o Estado.

Como referimos no início do presente estudo, a análise dos *factores estratégicos* tem como base a formulação de Morgenthau.

---

<sup>35</sup> Tomé, António de Almeida é Coronel Piloto – aviador na reforma.

## 2 Geografia Física

Na concepção analítica de poder no âmbito das relações internacionais, a geografia, devido ao seu potencial estratégico, é considerada um dos elementos estáveis do poder nacional. À luz da teoria geopolítica de Mackinder, Angola integra o *heartland* do Sul, território que vai do Saahra ao Cabo.

Segundo a divisão estabelecida pela Comissão Económica da ONU para África, Angola situa-se no cone austral, uma das quatro áreas traçadas pela ECA no seio das quais emergem os blocos regionais, integrando a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral. É uma região onde se concentram recursos naturais, gás natural, depósitos de minerais, solos férteis para a agricultura, madeiras, além de esta região estar estrategicamente posicionada no Atlântico Sul, granjeando-lhe acesso ao mar. Estas condições permitem ao país um desenvolvimento interno, bem como a possibilidade de desenvolvimento das vias de comunicação marítima e a implementação de estruturas físicas, sociais e económicas com projecção para o interior e exterior tornando-a no segundo país com maiores potencialidades económicas a seguir a África do Sul.

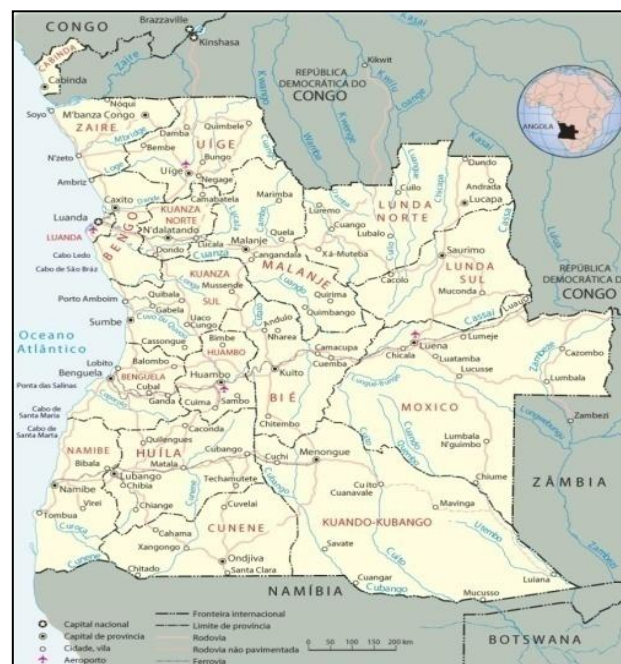
Se tivermos em conta a superfície territorial, tem uma área de 1 246 700 km<sup>2</sup> que engloba as terras emersas, o espaço aéreo, os rios, os lagos e as águas territoriais. Em termos comparativos tomando como referência países europeus, Angola é maior do que os territórios conjuntos de França, Alemanha e Itália. Em relação aos países lusófonos, apenas o Brasil (com uma extensão estimada de 8.515.767.049 km<sup>2</sup>) é maior do que Angola. De resto é 310 vezes maior que Cabo Verde; 35 vezes maior do que a Guiné Bissau; uma vez e meia maior do que Moçambique; 13,5 vezes maior do que Portugal; 1.250 vezes maior do que São Tomé e Príncipe e 83 vezes maior do que Timor-Leste (Luso Africa Project, *online*). Na região da SADC, onde se insere, apenas é superada pela RDC, com uma área de 2.345.095 km<sup>2</sup>. A dimensão de Angola configura a teoria de Ratzel, que caracteriza o território como um elemento primordial em que o espaço é factor de grandeza que assegura a vida dos Estados, incita à expansão e ao crescimento e actua como força que imprime nova vida ao sentimento nacional (Nascimento, 2008).

A vastidão do território torna-se uma plataforma onde ocorrem em toda a sua extensão, dinâmicas sociais e de crescimento económico. Se tivermos em conta as ideias clássicas de extensão territorial e a lógica imperialista da necessidade de grandes extensões, o território é um dos elementos que confere poder ao Estado angolano.



O clima revela-se outra das suas potencialidades. Varia entre o quente e húmido na orla costeira a norte e centro, proporcionando um meio geográfico com estepes, savana, terras aráveis e semi-áridas que atravessam o deserto para sul, ao longo da costa de Benguela e até à vizinha Namíbia. Em Cabinda, a floresta de Maiombe com cerca de 290 mil hectares de floresta tropical e diferentes tipos de árvores (que chegam aos 50 metros de altura) é a segunda maior do mundo, a seguir à da Amazónia, porque tem uma extensão que vai desde Cabinda estendendo-se até à República Democrática do Congo e ao Congo Brazaville. Maiombe fornece ao país não só as mais ricas e variadas qualidades de madeira, como também uma fauna diversificada e produtos agrícolas. Os solos são férteis e as bacias hidrográficas que cobrem a maior parte do espaço nacional fazem de Angola um dos países mais húmidos de África. Assim, o meio geográfico, o relevo, os recursos minerais, a hidrografia, o clima e o solo constituem os elementos estáveis de poder conferidos pela geografia política.

**Figura 5.1– Geografia Física de Angola**



**Fonte:** Mapa de Angola.

Disponível em: [www.africa-turismo.com/mapas/angola.htm](http://www.africa-turismo.com/mapas/angola.htm)

Acesso: 15/03/2012

No que toca às fronteiras, entendidas como o espaço que separa dois povos, estas resultam, segundo Gentelle *et al.* (2008: 68) de uma longa história entre um solo, uma língua e um agregado de pessoas. O espaço geo-histórico que constitui actualmente o

território angolano foi demarcado na Conferência de Berlim, em 1885, e a sua consolidação resultou de negociações dos portugueses com os restantes poderes coloniais, nomeadamente belgas, britânicos e alemães, cujos limites da esfera de influência dos seus territórios confinavam com o território angolano. Por essa razão, o espaço ocupado por Angola constitui uma plataforma de entroncamento, que tem fronteiras, a norte e a leste, com a RDC (República Democrática do Congo), a leste, com a Zâmbia, a sul com a Namíbia e a oeste, uma costa de 1.650 km, banhada pelo oceano Atlântico. Através da província de Cabinda, faz fronteira, a norte, com a República do Congo.

A porosidade das fronteiras cria zonas de instabilidade, ao permitir a mobilização entre os dois espaços, com as vantagens e desvantagens que daí advêm. Por essa razão, é vista como um espaço de integração, onde se observa uma reciprocidade de hábitos e costumes através de agentes de mudança que vão influenciar estruturas sociais e dinâmicas demográficas. É exemplo disso, com maior relevância, a fronteira norte do país, onde se observam actualmente migrações com tendências modificadoras das estruturas e da vivência local. O mesmo fenómeno é observado na parte sul na fronteira entre o Cunene e a Namíbia.

Existe também o risco de ameaças externas que possam pôr em causa interesses nacionais. Por exemplo, a entrada clandestina de indivíduos por via marítima ou terrestre, cujo destino são as áreas privilegiadas de recursos naturais. Estas movimentações são um desafio ao poder estabelecido, que terá de encontrar mecanismos para contrariar os focos migratórios contrários à ordem interna. O Estado angolano tem procurado controlar o fenómeno através dos Serviços de Imigração e Fronteiras e de patrulhas do Exército e da Marinha, que detêm os clandestinos, posteriormente repatriados. É um fenómeno que evidencia uma ameaça para o Estado angolano (Cunha, 2012).

Um outro aspecto da geografia física é Cabinda, território de Angola, que suscita a apetência política da RDC e da República Popular do Congo. Caracteriza-se por ser descontínuo, rico em recursos naturais, com potencial energético, que permite a quem o controla a definição de políticas de poder terrestre e o seu posicionamento a nível externo. Cabinda e os seus recursos conferem ao Governo angolano um *poder funcional* a nível global.

O Atlântico Sul é outra das potencialidades do país. É uma zona de referência histórica e de interesse geopolítico mundial. Em termos históricos, o Atlântico Sul é

uma região dinâmica de comércio entre a África, a Europa e a América Latina. Serviu de rota do tráfego de escravos entre o Brasil e África; foi palco de conflitos entre as potências em confronto pelas suas colónias em África e na América. Durante as duas Grandes Guerras foi uma área de travessia e de batalha das forças em confronto. Em 1973 passou a ter maior importância estratégica ao tornar-se a principal rota do petróleo mundial. No contexto da África Austral, o Atlântico Sul foi um veículo decisivo na guerra civil angolana. Era a via de trânsito dos aliados, que culminou na paz e na independência da Namíbia. Actualmente, é o ponto estratégico por onde circulam os fluxos do comércio internacional, em especial o petróleo proveniente do Médio Oriente para a América do Norte, bem como outros produtos. E ainda possui duas importantes zonas petrolíferas – no litoral brasileiro, a bacia de Campos, e no litoral africano, a zona do golfo da Guiné, com bacias petrolíferas offshore, na qual Angola se insere. Ademais, é rico em hidrocarbonetos e, nos fundos oceânicos costeiros, encontram-se depósitos de metais variados (Matos, 2010).

A necessidade de evitar conflitualidades ou actos de pirataria neste espaço estratégico que é o Atlântico Sul, e que serve de conexão entre a Europa, a África, os EUA e a Ásia, levou à criação, em 1986, da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS). Trata-se de um fórum de diálogo e cooperação entre as nações banhadas por este oceano e que têm em comum questões estruturantes como o desenvolvimento económico, a resolução pacífica dos conflitos ou a conservação do meio ambiente. Este fórum foi uma iniciativa do Governo brasileiro, posteriormente apresentada à ONU e aprovada nesse mesmo ano através da resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas (UNAG, 1986). Dele fazem parte países da América do Sul, da África Austral, onde Angola se inclui, da África Central e da África Ocidental<sup>36</sup>. A ZPCAS constitui-se como um espaço de cooperação Sul-Sul.

O facto de Angola ser banhada por este oceano, é uma fonte de riqueza e de desenvolvimento, uma vez que é através dele que se projecta uma parte significativa da geopolítica e da geoeconomia angolana, consubstanciada na exploração de recursos e nas trocas comerciais de produtos essenciais à sua sobrevivência. Por isso os acessos ao mar quer do ponto de vista estratégico - militar, quer do ponto de vista económico, conferem a Angola um domínio político e um grau de autonomia geográfica na região.

---

<sup>36</sup> Estados-membros: América do Sul: Argentina, Brasil e Uruguai; África Austral: África do Sul, Angola e Namíbia; África Equatorial: Camarões, Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Nigéria, República Democrática do Congo e São Tomé e Príncipe; África Ocidental: Benim, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Senegal, Serra.

Acrescente-se ainda que Angola tem cinco portos: o de Luanda e os restantes no *hinterland* de Lobito, Namibe, Soyo e Cabinda, que do ponto de vista funcional constituem um elo da cadeia de produção, transporte e distribuição. Por sua vez a eficácia desta cadeia depende geralmente das condições de acessibilidade no *hinterland* portuário, das vias terrestres de comunicação, do desenvolvimento tecnológico dos seus equipamentos e não menos importante, do ‘*know how*’ para uma boa gestão destas plataformas comerciais. Tem havido investimentos por parte do Governo de forma a fazer dos espaços portuários pólos dinamizadores da economia nacional.

Esta verificação, que pode ser comprovada sob diferentes formas, demonstra que a localização geoestratégica de Angola no Atlântico Sul é uma das suas potencialidades, na medida em que o Atlântico constitui um espaço de onde se extraem recursos e uma zona de permuta económica importante para o crescimento interno e projecção global. A geografia física é, claramente, uma das potencialidades do Estado angolano.

### **3 Recursos naturais**

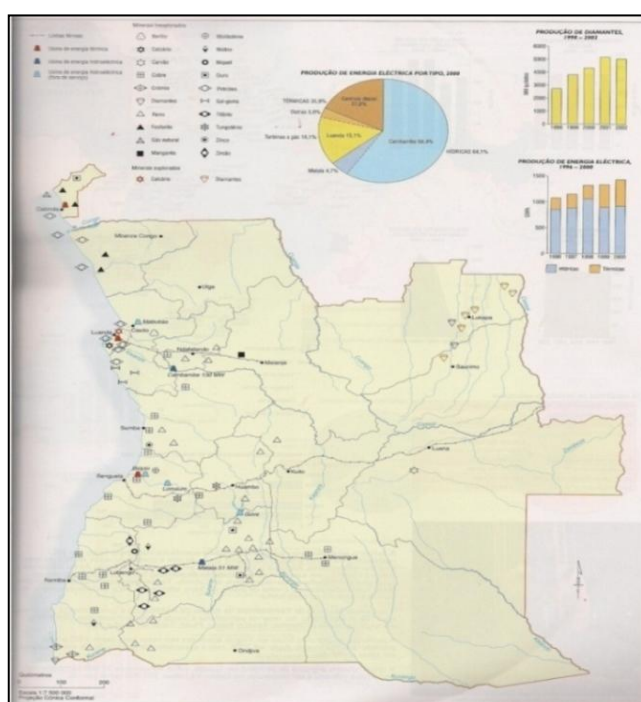
Os recursos naturais são uma componente central no processo de desenvolvimento das sociedades. A realidade histórica demonstra que desde a Revolução Industrial, têm sido progressivamente, um factor de desenvolvimento de novas tecnologias e, em tempo de guerra, têm contribuído para o poderio militar das Forças Armadas. No contexto das relações internacionais, os recursos naturais, depois de transformados, são alvo de integração vertical no mercado internacional para comercialização: porém, não são inesgotáveis.

Relativamente à sua localização, os especialistas tendem a categorizar as áreas beneficiadas em três agrupamentos: no primeiro situam países como os EUA, a ex-União Soviética, o Canadá, e a África do Sul cujos recursos lhes permitem ter uma capacidade industrial acima dos restantes Estados.

Um segundo grupo engloba países como o Japão e a China, cujos recursos são reduzidos e, por isso, têm de recorrer a outros mercados para sustentar o crescimento das suas economias, tornando-os, neste particular, países dependentes de terceiros. Essa lacuna justifica o expansionismo chinês, a guerra no Pacífico, desencadeada pelo Japão nos anos 30, e de países europeus em África, centrando-se em zonas com riqueza natural, como o petróleo, diamantes, ferro, bauxite e outros recursos essenciais para a industrialização.

Por fim, o terceiro grupo, do qual fazem parte países que, por um lado, são ricos em matérias-primas, mas, por outro, carecem de industrialização. Trata-se de países do Terceiro Mundo. Sobre este aspecto, Mosca (2004: 130) refere que uma das mais importantes produções e reservas de recursos naturais se localiza nos países em desenvolvimento, onde existem recursos como petróleo, diamantes, ouro, ferro, cobalto, cobre, platina, estanho, tântalo, bauxite, coltan e tantos outros. Os seus detentores gozam de um *poder funcional* na arena internacional é o caso da África do Sul, Nigéria, Angola, Sudão, RDC, Guiné Equatorial, Gabão, o Botsuana e outros países com recursos estratégicos.

**Figura 5.2– Áreas Localizadas de Recursos Minerais**



Fonte: ANGOLA-Ministério da Educação (1982), p.17<sup>37</sup>

A importância geoestratégica do país deriva, em parte, da vastidão dos seus recursos naturais, uns explorados e outros potenciais. Em termos de poder nacional, funcionam como um dos elementos tangíveis que, se explorados, podem levar o país a assumir um papel de liderança, não só na região como também à escala global.

No que concerne aos recursos naturais, destacam-se o petróleo onshore e offshore, gás natural, diamantes, ouro, ferro, fosfato, potássio, ouro, bauxite, cobre, crómio, manganês, zinco, urânio); minerais não metálicos (enxofre, mica, potássio, quartzo); pedras ornamentais (granito, mármore) e materiais de construção (asfalto,

<sup>37</sup> Para ampliação da figura, ver Anexo A-2.

calcário, caulino, gesso). Estão maioritariamente localizados na parte leste de Angola e ao longo da orla litoral, numa extensão que vai de Cabinda ao Cunene. A parte oeste do Cunene, apesar de ter características desérticas e de ser uma região seca, é também rica em recursos.

Saliente-se ainda que Angola é o quinto maior produtor mundial de diamantes e o segundo maior na produção do chamado “diamante jóia”, o mais caro e susceptível de lapidação artística, a seguir ao Botsuana, África do Sul, Rússia e Canadá. Relativamente ao *hearthland*, situa-se nas províncias da Lunda Norte e da Lunda Sul, apesar de existirem diamantes em outras regiões. É a segunda maior fonte de rendimentos do país, a seguir ao petróleo. Na óptica do pensamento geopolítico de Therezinha de Castro (1982, 58), diremos que Angola, no que concerne a matérias-primas, é uma *nação satisfeita*.

Porém, a utilização dos recursos naturais não tem sido uma questão pacífica em Angola. O Estado angolano é frequentemente indiciado por defensores dos direitos humanos e por organizações internacionais por má gestão na utilização e na distribuição dos recursos naturais. Os activistas dos direitos humanos, nomeadamente o jornalista angolano Rafael Marques e a organização Human Right Watch, são alguns dos actores envolvidos na problemática do aproveitamento dos recursos naturais.

É de realçar que, na pirâmide diamantífera, além destes intervenientes, também se inclui a UNITA. Em 1996, foram-lhe outorgadas pelo Governo, três concessões, nomeadamente: Mussende (vulgo reserva 30) e Mupupa Calai (vulgo reserva 29) e Luarica, conforme ficou estabelecido nos acordos de Lusaka (Anexo B-4).

Como já referimos, durante a guerra civil, este recurso serviu de fonte financeira para a UNITA. Além disso, alguns elementos do exército cubano que estiveram em Angola são vistos como fazendo parte dos actores envolvidos no tráfico deste recurso. Fred Bridgland (1986: 403) refere que os cubanos “trabalhavam para eles próprios”, o que ajuda a explicar o aparecimento no mercado de Antuérpia de diamantes cubanos apesar de não se ter conhecimento de minas de diamantes em Cuba. Segundo Figueiredo, numa altura de transição turbulenta e em que os diamantes estavam com alta cotação no mercado, ocorreu o enriquecimento ilícito de muitos dos generais do exército angolano (2012).

Contudo, a nível governamental, existem leis que regem os recursos. Em 1979, foi criada a Lei nº 5/79 (Lei das Minas), baseada nos princípios constitucionais de 1975, que atestam que “todos os recursos naturais existentes no solo e no subsolo, as águas

territoriais, a plataforma continental e o espaço aéreo são propriedade do Estado, que determinará as condições do seu aproveitamento” (artigo 11º, Constituição da República Popular de Angola, 1975). O Governo explora, essencialmente, diamantes, petróleo e gás natural, que são recursos de valor estratégico.

Quanto aos restantes, constam de projectos a serem realizados. Existe uma intenção manifesta de as autoridades “fazerem um aproveitamento estratégico dos recursos não renováveis em benefício do bem comum...”; e de assumirem que a “política industrial do Estado terá como objectivos principais a promoção do desenvolvimento industrial de Angola, visando o aumento da produção industrial, da oferta interna de bens e serviços e a gradual substituição dos bens importados pelos manufacturados em território nacional ” (MPLA, 2004). Por fim, ultrapassada a questão da guerra, os rendimentos dos recursos naturais têm sido canalizados para outros fins, como a reconstrução nacional. Em síntese, no que diz respeito aos recursos naturais, está-se perante outra das potencialidades. Contudo, a subutilização da maioria dos recursos torna-se uma vulnerabilidade.

#### **4 População: um mega sistema do poder nacional**

A população é o recurso estratégico mais importante de um país, na medida em que constitui a força motriz para o seu desenvolvimento social e económico (Governo de Angola, 2011: 9). Nas relações internacionais, a população é um dos indicadores que determinam o poder de uma nação com base na quantidade e na qualidade dos habitantes. Não significa, contudo, que exista uma correlação imediata entre o número de habitantes e o poder nacional. Seguindo a lógica de Morgenthau (1993), se houvesse uma conexão entre a quantidade da população e o poder nacional, a relação entre os países mais populosos, em termos de hierarquia, seria a seguinte: a China com uma população estimada em mais de 1,349 mil milhões de pessoas (2013) estaria em primeiro; seguindo-se a Índia, com cerca de 1,220 mil milhões de habitantes (2013); em terceiro lugar, os EUA, estimados em cerca de 313,668 milhões de habitantes (2013).

Na prática, observa-se que um maior índice populacional não torna, necessariamente, uma nação poderosa. Por esta razão, alguns especialistas defendem, que existem factores adicionais que devem potenciar a população para que a nação possa beneficiar de um crescimento estrutural sustentado a saber: uma população com

massa crítica; com conhecimentos e capaz de contribuir para os avanços tecnológicos e industriais; com capacidade para enquadrar um exército em terra, no ar e no mar.

Sustenta-se, também, que se deve ter em conta factores intangíveis de natureza qualitativa, que resultam das percepções psicossociais, como o carácter e o moral nacional. O primeiro diz respeito aos valores e à cultura da nação, enquanto o segundo permite compreender o grau de determinação com o qual a nação suporta a política externa do Governo, em tempo de paz ou de guerra. Na sua maioria, estes objectivos são atingidos com uma população cujo índice de literacia é elevado, ou seja, a maioria deverá saber ler e escrever ou ter, no mínimo, um nível básico, ao mais elevado nível, possuir capacidades que permitam dominar e acompanhar as diferentes áreas de um sistema predominantemente globalizado.

A população angolana como elemento tangível do poder é, por enquanto, um processo em progresso. Razões ligadas à conjuntura histórica e política do país fazem com que, em 2012, ainda não existiam dados concretos sobre quantos são os angolanos. O último censo demográfico foi realizado em 1970, durante o tempo colonial e nessa altura, eram 5, 6 milhões de habitantes.

No período que se seguiu a 1975, registaram-se três factores que desconfiguraram o tecido populacional angolano, causando um declínio populacional: o primeiro ficou a dever-se à saída massiva do país de cerca de 250.000 colonos e angolanos para Portugal; o segundo relaciona-se com a vaga de migrações para países fronteiriços devido à guerra; o terceiro tem que ver com as vítimas mortais causadas pelo conflito. Os dois últimos fenómenos, com maior ou menor incidência, foram uma constante até ao final da guerra, em 2002. Consequentemente, impediram qualquer possibilidade de se realizar o censo regular da população. Por outro lado, se existe um controlo demográfico de nascimentos, mortes e migrações nos meios urbanos, o mesmo não se poderá dizer em relação à ruralidade, em especial a mais recôndita. Por estas razões, as estatísticas demográficas não merecem grande fiabilidade.

Contudo, segundo o demógrafo angolano Colaço (2009), o Instituto Nacional de Estatística realizou vários censos populacionais regionais entre 1983 e 1985. Estes dados permitiram construir uma base de informações que serviu para o registo eleitoral de 1991/92, 2007/08 e, mais recentemente, 2011/2012. É de realçar que estes registos têm como alvo a população em idade eleitoral.

Apesar de tudo, diferentes fontes estimam que a tendência de crescimento, entre 2000 e 2012, tenha sido conforme ilustra o Quadro 5.1.



### Quadro 5.1 – Projecções de crescimento da população angolana

(estimativas em milhões)

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
10,1	10,3	10,5	10,7	10,9	11,1	12,1	12,2	12,5	12,7	13,0	13,3	18,0

**Fonte:** Adaptação do autor a partir de CIA (2012); Index Mundi – Population Angola - <http://www.indexmundi.com/g/g/.aspx?c=ao&v=21> Acesso: 11/02/2012

A análise destes dados leva-nos a estabelecer uma relação entre estas taxas de crescimento e factores sociais, que nos ajudarão a compreender as alterações demográficas. O primeiro está factor está relacionado com a situação do país, que, a partir de 2000, regista sinais de abrandamento da guerra, que terminaria em 2002; o segundo factor, relaciona-se com uma maior eficácia do Governo na implementação das políticas públicas, o que resultou numa melhoria das condições de vida, isto é, melhor acesso aos serviços gerais de saúde, vindo isto a reflectir-se na diminuição das taxas de mortalidade; e por fim, o regresso de refugiados de países vizinhos, bem como, o retorno de emigrantes angolanos. Estes factores criaram uma dinâmica de crescimento da população.

Colação (2009), baseado em dados referentes à melhoria do nível de vida, à subida da natalidade e à descida da mortalidade, faz uma conjectura sobre o crescimento populacional até ao ano de 2050. Afirmar que, em 1970, eram 5, 6 milhões de habitantes; passados 5 anos, a estimativa considerava 6,3 milhões; 24 anos depois atinge os 18,498 milhões e prevê-se que 41 anos depois, a população angolana seja de 42 milhões de habitantes.

Uma outra fonte, o Instituto Nacional de Estatística (INE), a partir de dados recolhidos em 2008/09, durante o recenseamento que constituiu o suporte da amostra do Inquérito sobre o Bem Estar da População (IBEP), refere que, nesta data, a população era de 16.367 milhões (INE, 2011:9). Por fim, diferentes fontes estimam que, em 2011, os angolanos seriam cerca 18,056 milhões.

Oficialmente a contagem efectiva só terá lugar em 2014, altura em que se efectuará “o primeiro recenseamento geral da população e da habitação (...) para sabermos quantos somos, onde estamos e como vivemos” (Presidente Eduardo dos Santos, 2012).

Em termos geopolíticos, se tivermos em conta o território e a população actual de Angola e se compararmos com os da África do Sul, líder da região austral, e com os da RDC, Angola, em relação aos vizinhos imediato e mediato, está numa posição de fragilidade demográfica. Isso significa que apresenta menor capacidade de se defender de eventuais ameaças externas.

**Quadro 5.2 – A vulnerabilidade populacional**

<b>País</b>	<b>Área/Km<sup>2</sup></b>	<b>População/milhões</b>
RDC	2 345 095	64 772
África do Sul	1 219 090	49 300
Angola	1 247 000	18 056

**Fonte:** SADC (2010). Adaptação da autora

No Quadro das relações internacionais, a população é um dos factores sobre os quais assenta o poder nacional. Para Angola, este indicador é uma vulnerabilidade. Em relação ao desenvolvimento da população, segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elaborado pelo PNUD, que avalia indicadores como a longevidade, a escolaridade e o controlo sobre os recursos necessários para uma vida digna, em 2013, dos 186 países avaliados Angola encontrava-se na 148ª posição, englobando os países de Desenvolvimento Humano Baixo. Isto significa que os recursos gastos com a maioria da população estão abaixo dos necessários para a criação de condições de vida comparáveis às dos países cujo índice é mais elevado. O Governo angolano deverá dedicar maior fatia do OGE à questão social porque à luz das relações internacionais, a população é um factor estratégico do Estado.

#### **4.1 Água para todos**

Um dos factos relacionado com a fraca capacidade de utilização de recursos, diz respeito ao abastecimento regular de água e aos serviços de saneamento. O abastecimento regular de água em quantidade e qualidade, tem um papel determinante nos padrões de subsistência humana. Em Angola, a questão do abastecimento regular de água é ainda uma questão por resolver, desde a destruição das infra-estruturas durante a guerra civil.

Contudo, dados do INEA (2011:39-41) revelam que, a nível nacional, nas cidades, cerca de 94% da população tem uma fonte alternativa de abastecimento de água. No entanto, a situação agrava-se, quando se trata da ruralidade, em que as fontes

alternativas não só são mais escassas, como se localizam a grandes distâncias do agregado.

Numa perspectiva comparativa relativamente a outros países da África Austral, ilustramos no Quadro 5.3 o consumo de água por quilómetros cúbicos e per capita, referente ao sector privado e a distribuição pública.

**Quadro 5.3 – Consumo de Água**

<b>País</b>	<b>População</b>	<b>Total cu km/ano*</b>	<b>Per/capita cu m/ano*</b>
Angola	18.565,269	0,71	40,27
África do Sul	48.601,098	12,5	271,7
Moçambique	24.096,669	0,88	46,05
Namíbia	2.182,852	0,25	142

\*km cúbicos por precipitação

**Fonte:** CIA (2013). Adaptação da autora

Verifica-se que Angola é o país que menos água consome, ficando inclusivamente abaixo da Namíbia, cuja população é cerca de nove vezes inferior à de Angola. Esta realidade tem como consequências: alterações nos padrões de subsistência da população; condiciona diferentes sectores da sociedade e põe em causa as metas sobre os Objectivos de Desenvolvimento do milénio. Apesar do Governo demonstrar empenho na resolução desta questão, o problema ainda persiste. Enquanto isso, a falta de abastecimento regular de água é uma das grandes fragilidades das políticas do Estado angolano em pleno século XXI.

## **4.2 Cooperação e formação da massa crítica**

Os teóricos do realismo consideram massa crítica a quantidade de indivíduos de uma nação que possuem conhecimentos e capacidades em diversas áreas do saber, o que lhes permite contribuir de forma dinâmica para a sustentabilidade política, económica e social da nação, constituindo um dos principais motores de crescimento. Enquanto instrumento de avaliação estratégica, Cline (1977) considera-a um dos elementos tangíveis do poder nacional.

Para Miranda, a massa crítica reflecte o desenvolvimento da sua população formada em instituições, em especial do ensino superior, enquanto espaço privilegiado de criação, construção e disseminação do conhecimento, do saber, da inovação e do progresso intelectual, individual e colectivo (Miranda, 2007: 163).

A formação de massa crítica em Angola resulta de um processo relacionado com o capital histórico e político do país durante o período colonial. Acontece que, nessa época, por razões ligadas à natureza do sistema, os cursos superiores ministrados eram os de Medicina e de Engenharia. Estas licenciaturas eram estrategicamente concebidas. Por um lado, proporcionavam competências úteis à sociedade, mas, por outro, não criavam uma cultura de debate. Péliissier (2009:333) refere nos seus escritos que, nessa altura, “607 alunos frequentavam a universidade, que ainda não proporcionava cursos de letras e de direito”. Além do mais, só os primeiros anos eram ministrados em Angola e a conclusão era realizada em Portugal. Como era previsível, o número de angolanos que tinham acesso à universidade não só era limitado, como eram escassos os que podiam prosseguir os seus estudos na metrópole. Esta situação, aliada ao contexto político colonial, resultou num *deficit* de massa crítica.

Entretanto, com as dinâmicas políticas que se operaram desde 1975, o ensino superior ficou a cargo da Universidade de Luanda, posteriormente denominada Universidade Agostinho Neto - UAN<sup>38</sup>. Inicialmente, a instituição seguiu um modelo de ensino moldado ao sistema de partido único de ideologia marxista-leninista, cuja lógica era “servir os fins da revolução, para derrubar o imperialismo”. Por essa razão, as competências e as capacidades estavam condicionadas pela ideologia. Os angolanos formados no país seguiam um *curriculum* inspirado em teorias marxistas e ministrado por um corpo docente proveniente dos países do Leste Europeu e de Cuba. Por seu turno, os jovens angolanos que partiam em formação para o exterior, ao abrigo de acordos de cooperação tinham como destino os mesmos países do Leste e Cuba. Esta estratégia resultou, na maioria dos casos, numa formação direccionada de massa crítica, ou seja aprendia-se o que era estritamente importante para servir os fins da revolução.

---

<sup>38</sup> Com as independências africanas tornou-se regra que as Universidades deveriam ter o nome das elites dirigentes porque era símbolo de poder e de cultura. Por exemplo em Angola para além da Universidade Agostinho Neto em Luanda, existe a Universidade Eduardo dos Santos sedeadada no Huambo e que inclui as províncias do Bié e Moxico; no Quénia há a Universidade de Agricultura e Tecnologia Jomo Kenyatta; os senegaleses têm a Universidade Cheikh Anta Diop e na República do Congo a Universidade Marien Ngouabi.

Fruto das mudanças estruturais que se vinham operando no país, em 1997, verificou-se um novo impulso no ensino superior, com o surgimento de uma universidade mais democrática, com os órgãos de governação a serem eleitos. Em 2009, tendo em vista uma distribuição geográfica mais equitativa do ensino superior e o acesso de maior número de estudantes à Universidade, o Governo, através do Decreto 7/09, estabelece o redimensionamento do ensino superior público, de forma a levar a cabo “os objectivos estratégicos de desenvolvimento económico, social, tecnológico e comunitário da sua área de inserção, em conformidade com os programas do Governo” (Artigo 3º, Decreto 7/09). Paralelamente, o Governo concede maior abertura à criação de instituições de ensino superior privado. Até 2012, foram criadas em Angola 6 novas universidades públicas e 22 instituições de ensino superior privado, todas sob tutela do Ministério do Ensino Superior da Ciência e Tecnologia. Como era de esperar, aumentou o número de estudantes matriculados e, conseqüentemente, tem sido cada vez maior o número de graduados por ano.

Ao contrário do que se esperava, esta dinâmica tem-se revelado insuficiente para a criação de uma população habilitada, a ponto de ser considerada potencial estratégico da nação. O que significa que o aumento do número de instituições, bem como do número de graduados, não têm correspondido a uma real capacitação da população académica que lhe permita competir a nível interno com os expatriados. Ao contrário da África do Sul, Angola está ausente das classificações das universidades a nível mundial e africano, conforme se pode observar em *Times Higher Education World University Rankings* da Thomson Reuter, *Academic Ranking of World Universities* da Shanghai Rankings, e/ou *Webometrics Ranking of World Universities* da Cybermetrics Lab<sup>39</sup>. Os critérios de avaliação normalmente utilizados seguem uma lógica que se baseia, essencialmente, na qualidade de ensino, no número de estudantes por professor, na qualidade da investigação, na internacionalização do corpo docente e discente, em citações nos trabalhos científicos e, em alguns casos, na ligação à indústria.

Segundo o relatório *Perspectivas Económicas em África 2012* (OCDE), entre outras considerações sobre Angola, refere que existe um número crescente de jovens desempregados, com qualificações, mas que não se enquadram nas necessidades efectivas do país. Surpreendentemente, é um problema que não é alheio às autoridades máximas de Angola. Em diferentes momentos, o Presidente angolano veio a público

---

<sup>39</sup> Visitar: <http://www.timeshighereducation.co.uk/world-university-rankings/>, <http://www.shanghairanking.com/index.html> e <http://www.webometrics.info/en>.

afirmar que “precisamos de contar com Quadros nacionais altamente qualificados e de possuir uma classe de trabalhadores bem formada tecnicamente, capaz de se adaptar rapidamente ao ambiente de mudanças e às necessidades impostas pelos novos sistemas de produção” (Santos, 2012, Anexo D-8). Mais recentemente, em entrevista ao canal de televisão português SIC, o Presidente viria a apelar aos Quadros portugueses no sentido de irem para Angola, um vez que o país “precisa de Quadros e de pessoal qualificado” (Santos, 2013, Anexo D-9).

Verifica-se, pois, um desaproveitamento da população angolana que poderia constituir a necessária massa crítica, contribuindo para remover barreiras e ajudar ao desenvolvimento do país, conforme objectivos formulados em documentos oficiais do Governo.

### **4.3 Cooperação e formação da massa crítica**

A necessidade de aumentar a (tecnicamente preparada) massa crítica da população enquanto factor estratégico e de desenvolvimento económico do país constitui também uma preocupação de outros actores da sociedade angolana, que não o Estado, mas que são parte estruturante da economia nacional, nomeadamente empresas petrolíferas, instituições de ensino superior de países terceiros e ainda serviços culturais de embaixadas sedeadas em Angola.

Neste sentido, têm sido estabelecidos com a Universidade Agostinho Neto acordos de cooperação bilateral, com o intuito de aumentar a quantidade e a qualidade de massa crítica produzida nas diversas instituições da UAN, e conseqüentemente, dar cumprimento à política de Estado de “angolanização das empresas”.

Neste aspecto, e para além da política de apoio social, que levam a cabo em Angola, as empresas petrolíferas não conseguem recrutar efectivos angolanos suficientes, face às crescentes necessidades de trabalhadores qualificados, para suporte das suas operações; os Quadros médios e superiores de formação local, como os engenheiros e geofísicos que concluem anualmente a sua formação, não são ainda suficientes para as necessidades decorrentes dos programas de angolanização.

Com o intuito de minorar a lacuna dos Quadros, algumas empresas petrolíferas<sup>40</sup> estabeleceram acordos de cooperação com a UAN, que abrangem, em maior dimensão,

---

<sup>40</sup> Empresas petrolíferas que cooperam com a UAN: SONANGOL, BP Angola, Chevron, Exxon Angola, TOTAL, PARAGON Angola, Statoil Hydro e Schlumberger.

áreas do sector petrolífero nas Faculdades de Engenharia, de Ciências e de Direito, onde desde 2009 é ministrado um curso de pós-graduação em Direito de Petróleo e Gás.

De uma maneira geral, as acções de cooperação traduzem-se na atribuição de bolsas de estudo internas e externas, apetrechamento das bibliotecas, laboratórios, assistência na revisão de currículos, na formação do corpo docente e até mesmo na recuperação de infra-estruturas. Fora da área geográfica de Luanda, por exemplo, a Chevron recuperou a Faculdade de Ciências Agrárias no Huambo, que tinha sido completamente destruída durante a guerra civil. Para além deste apoio, a UAN tem beneficiado (pelo menos até esta data) de um “fundo dos petróleos”, que lhe é alocado através do Governo e que tem por finalidade desenvolver a investigação científica.

Um outro tipo de parcerias é estabelecido com universidades homólogas a nível internacional. A cooperação da UAN estende-se por África, América Latina, América do Sul, Europa e Estados Unidos da América, países com os quais, segundo o seu *Boletim Informativo*, “entre 2004-2009, foram rubricados 75 Acordos de cooperação com 20 universidades e cujo grau de implementação em 2009 era 89,29%”. De uma forma geral, os protocolos têm como objectivo a formação de Quadros; intercâmbio de estudantes e professores, o que pressupõe a mobilidade em ambos os sentidos; e o desenvolvimento científico e tecnológico. Dentre os países com os quais a UAN coopera, o Quadro 5.5 salienta os de maior expressão.

**Quadro 5.4- Cooperação da UAN**

<b>País</b>	<b>Nº de protocolos</b>	<b>Grau de execução</b>
Portugal	17	20,24
Espanha	10	11,90
Brasil	8	9,52
Cuba	5	5,95
EUA	5	5,95

**Fonte:** UAN (2010), p. 19. Adaptação da autora

Um outro contributo para a formação de massa crítica provém dos serviços culturais de embaixadas sediadas em Luanda, que cooperam atribuindo bolsas de estudo, bolsas Fulbright, material bibliográfico, informático e programas de capacitação de docentes e Quadros superiores da UAN em universidades dos países parceiros.

No espaço lusófono da CPLP, a UAN é membro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa – AULP, que é uma organização constituída por universidades e instituições de ensino superior e da qual fazem parte os sete países de língua oficial portuguesa e inclui ainda Macau. Tem como objectivo promover a

cooperação entre os seus membros através do intercâmbio de professores e de estudantes, fomentar a investigação científica e tecnológica, bem como a partilha de informações académicas.

Num âmbito mais alargado, ao nível da União Europeia e de África, Caraíbas e Pacífico – ACP a Universidade Agostinho Neto é membro do programa EDULINK, um projecto de iniciativa da EU, que visa aumentar as capacidades institucionais das universidades dos países membros, criando redes de instituições para promover a integração regional e aumentar o nível de qualidade do ensino superior, de forma a satisfazer as necessidades do mercado de trabalho local. Para rentabilizar o projecto, a EDULINK actua segundo três níveis: o primeiro é administrativo e visa contribuir para a melhoria das competências, gestão e planeamento; o segundo é académico e consiste na cooperação com o objectivo de maximizar a qualidade e a relevância académica no contexto regional ou sub-regional; o terceiro refere-se à melhoria das competências em investigação e tecnologia.

Com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento dos países de Língua Oficial Portuguesa através do reforço das capacidades, a fundação Calouste Gulbenkian é outro dos parceiros da UAN atribuindo bolsas de estudo de pós graduação.

A vontade de contribuir para a formação de massa crítica capaz de ajudar no progresso e desenvolvimento de Angola parece inquestionável. Existem diversas iniciativas locais e internacionais que proporcionam à UAN oportunidades para aumentar, em qualidade e quantidade, a massa crítica do país, o que irá certamente contribuir para um progresso sustentável e fazer com que Angola venha a expandir o seu *soft power* através do conhecimento. Até existir a massa crítica necessária ao país, está-se perante uma vulnerabilidade, e também uma ameaça, porque esta lacuna está a ser preenchida com Quadros estrangeiros que ocupam lugares-chave na economia nacional.

## **5 Segurança alimentar**

Na visão predominante dos realistas, os géneros alimentícios constituem um dos recursos naturais mais elementares. Fazem parte dos factores tangíveis ou materiais do poder, o que significa um potencial estratégico que reflecte o grau de autonomia alimentar dos Estados.



Loureiro dos Santos (2010: 7) considera que o factor alimentar está associado não só aos recursos agrícolas e às pescas, como também às indústrias transformadoras, relacionando-o com a natureza da cobertura vegetal e com a existência de bancos de pesca e a capacidade de os explorar, procurando sempre uma auto-suficiência alimentar mínima. Na perspectiva do autor, a escassez de recursos alimentares representa uma gravíssima vulnerabilidade estratégica de qualquer Estado, pelo que tudo deverá ser feito para a colmatar ou, no mínimo, reduzir.

A capacidade alimentar assenta essencialmente na agricultura e nesse sentido tem havido discursos políticos e acções levadas a cabo pelas organizações internacionais no sentido de potenciar este sector decisivo para a subsistência humana.

A nível continental, o ano de 2003 ficou assinalado pela decisão de a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África – (NEPAD) e a União Africana (UA) elaborarem o Programa de Desenvolvimento da Agricultura em África (PDAA) como um reconhecimento do papel da agricultura no alívio da pobreza e da fome no Continente (Cilliers *et al*, 2011: 37). Em 2004, a União Africana, reunida na Segunda Sessão Extraordinária, deliberou sobre a realização de um estudo de viabilidade para a criação de um fundo para o desenvolvimento agrícola de África, destinado ao aumento da produção. O objectivo é o de alcançar a auto-suficiência na produção alimentar e erradicar a fome, promovendo culturas alimentares estratégicas: trigo, arroz, milho, culturas de rendimento e outras, nas regiões que sejam apropriadas para a sua produção (António, 2004: 4). Uma outra iniciativa foi lançada em 2006, em Abuja, com a designação “Revolução Verde africana”, em que os fertilizantes e o desenvolvimento das infra-estruturas teriam um papel estratégico.

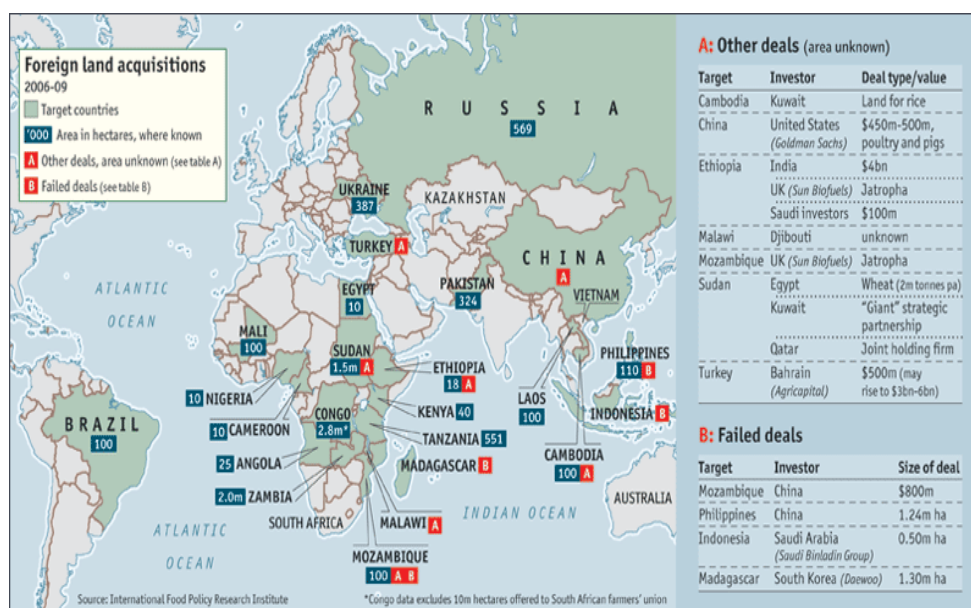
No Quadro da SADC, dada a carência de víveres na região, os Estados membros decidiram criar, em 2004, o Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional (RISDP), para a erradicação da pobreza. Pretendeu-se, com esta iniciativa, alcançar índices de crescimento económico de, pelo menos, 7%, necessários para reduzir para metade a proporção de pessoas que vivem na pobreza até 2015. O RISDP consiste em várias áreas de intervenção, entre as quais a cooperação regional para o alcance da segurança alimentar.

Outras iniciativas têm um carácter global. Por exemplo, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) tem programas de desenvolvimento da agricultura e de combate à fome em diferentes regiões de África. Instituições como a Fundação Bill e Melinda Gates e a Fundação Rockefeller são

referenciadas pela FAO como estando envolvidas em projectos agro-alimentares. Na opinião de Jacques Diouf, antigo director da FAO, a auto-suficiência alimentar em África exige esforços simples e pouco onerosos, baseados em recursos materiais e produtos locais do continente africano (Rieff, 2008). Contudo, muitas destas iniciativas não têm tido o efeito desejado, facto que os estudiosos desta temática atribuem ao subdesenvolvimento dos países de destino.

Perante esta situação, surgem novos actores. Em especial os asiáticos, com problemas de fraca produção alimentar nos seus países devido à ausência de terras aráveis disponíveis e de um clima favorável à agricultura. As suas limitações encontram solução em África, onde adquirem terras aráveis para o cultivo de produtos alimentares, particularmente os agrícolas. Saliente-se que África tem 60% das suas terras (cerca de 600 milhões de hectares) por cultivar (Cilliers, 2011:36).

**Figura 5.3– Terras tomadas (*Land grabs*): 2006-2009**



**Fonte:** *Outsourcing's third wave* (2009). Disponível em:

<http://media.economist.com/images/20090523/CIR962.gif> . Acesso: 12/10/2012.

A Figura 5.3 ilustra as terras tomadas, um cenário que se reporta a 2009. A cor verde indica os países africanos que adoptaram o sistema de aluguer; os rectângulos azuis demonstram os hectares em 000/área (um hectare tem o tamanho de um campo de futebol) de terreno para cultivo; os quadrados vermelhos com a letra A representam contratos cuja área se desconhece, com a letra B estão os contratos fallhados.

Na prática, a solução encontrada tem demonstrado que não vem resolver a questão alimentar dos países alvo uma vez que a fome continua a ser um flagelo em

algumas regiões da África Subsariana sob este sistema de aluguer, em que os casos de fome de maior relevância, segundo fontes de organismos internacionais, são Mali, Etiópia e Darfur no Sudão.

Por outro lado, o aluguer de terras tem consequências políticas e limitativas para os países acolhedores, pelos seguintes aspectos: primeiro, significa uma perda de autonomia, não só sobre um espaço integrante do território, como também sobre o espaço onde se localizam as melhores terras aráveis; o segundo aspecto, refere-se ao empobrecimento dos países alvo uma vez que o sector agrícola “emprega 70 por cento da força de trabalho, propicia 50 por cento das exportações e 30 por cento do PIB” (Cilliers *et al*, 2011:37). O aluguer de terras cria desemprego para a população nacional, agravado pela política chinesa de “acções ligadas”, ou seja, o que quer que produzam no exterior é essencialmente com mão-de-obra e uso de maquinarias provenientes da China. O terceiro aspecto relaciona-se com o ciclo que os produtos percorrem; são produzidos em África, exportados para os países “inquilinos”, transformados, retornando a África importados pelos países alvo. O quarto é que esta política impede o desenvolvimento de indústrias locais. O quinto aspecto refere-se à balança de pagamentos, que tende a ser desequilibrada. Por último, África não responde às solicitações mundiais ligadas à produção alimentar, devido aos nichos de pobreza que se vão criando.

Perante este Quadro, e se a tendência se mantiver, os países africanos entram numa espiral de subdesenvolvimento devido a esta dependência alimentar, da qual dificilmente poderão sair até 2050. Esta data foi prevista por um grupo de *think tank* do “Institute for Security Studies” (ISS), para avaliar o estágio de desenvolvimento de diferentes áreas, incluindo os países da África Subsariana, e calcular o que poderão atingir nos próximos anos valores.

Quanto a Angola, estudos elaborados pela Organização das Nações Unidas, referem que é 16º, país com maior potencial agrícola do mundo, mas actualmente apenas 3% da terra arável está cultivada. No entanto, aquando da independência, era auto-suficiente na produção de alimentos básicos: tubérculos, leguminosas e cereais. A rede comercial era servida por estabelecimentos comerciais licenciados, maioritariamente distribuídos pelas grandes cidades, vilas e postos administrativos, onde se efectuavam as transações a grosso e a retalho.

Durante a guerra civil, os conflitos que ocorreram nas áreas rurais e as minas terrestres, colocadas por todos os actores intervenientes na guerra, resultaram na

movimentação das populações e na destruição das infra-estruturas, reflectindo-se isto de forma directa na agricultura (ANGOLA-MINADERP, 2008).

Em finais de 2002, as políticas do Governo ainda não se reflectiam na capacidade para enfrentar as necessidades alimentares locais. O produto interno bruto *per capita* era de 1.500 dólares, traduzindo-se num dos mais baixos de todo o globo, fazendo com que mais de 15% da população dependesse da ajuda alimentar das Nações Unidas (Gonçalves, 2011:76). Apesar desta realidade agrónomos angolanos prevêem que o país irá atingir a auto-suficiência alimentar num futuro próximo, em especial nas províncias potencialmente agrícolas. Só que é necessário ter em conta, que o investimento na agricultura, para além do Estado, é de difícil acesso para a maioria dos angolanos que se queiram dedicar a esta actividade. A questão reside no facto de os pequenos agricultores terem falta de meios financeiros e, se recorrem à banca, deparam-se com altas taxas de juros e não dispõem de bens para apresentar às instituições de crédito como garantia.

No que diz respeito ao Governo, existe uma Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, tendo em vista: o reforço das políticas públicas para a diminuição da vulnerabilidade e da insegurança alimentar; o aumento da produção agro-pecuária e pesqueira de forma sustentável, para melhorar os níveis de abastecimento alimentar e as condições de vida no meio rural. Paralelamente, tem havido iniciativas, no sentido de incrementar a produção agrícola, que contaram, na fase inicial, com a ajuda de israelitas e, posteriormente de portugueses. Foram criadas fazendas agrícolas como a do Projecto Aldeia Nova no Wako-Kungo, província do Kwanza –Sul, cuja finalidade era agricultura, avicultura e bovinicultura. Por outro lado, com a reabilitação das vias de comunicação, esperava-se o escoamento dos bens para áreas menos favorecidas pela agricultura.

Estas iniciativas, por enquanto, não surtiram grandes efeitos. A produção interna não é suficiente para resolver a questão alimentar e o país continua a recorrer à importação de bens alimentícios, facto visível nas grandes superfícies de venda de bens alimentares.

Em 2011, da lista dos 100 produtos importados da China constavam, por exemplo: arroz, farinha de cereais, óleo de palma, farinha de trigo e frutas (ANGOLA-CNC, 2011).

**Quadro 5.5 – Composição das Importações, 2006-2010 (milhões USD)**

N.º	Descrição	2006	2007	2008	2009	2010
	<b>Mercadorias</b>	<b>8.777,6</b>	<b>13.661,5</b>	<b>20.982,2</b>	<b>22.659,9</b>	<b>16.666,9</b>
1	Bens de Consumo Corrente	5.228,7	7.897,6	12.108,6	13.270,8	9.824,0
2	Bens de Consumo Intermédio	1.026,8	1.656,6	2.565,5	2.769,5	1.955,0
3	Bens de Capital	2.522,1	4.107,3	6.308,1	6.619,6	4.887,8

**Fonte:** Banco Nacional de Angola. Disponível em: <http://www.afdb.org/.../Angola%20->  
Acesso: 28/12/2012

No presente Quadro estão patentes os valores monetários referentes às importações de bens de consumo corrente, intermediário e de capital (que representam, respectivamente, bens alimentares, não alimentares e maquinarias). Os dados demonstram os gastos com a importação de produtos, alguns dos quais poderiam ser produzidos localmente. Em 2006, verifica-se que a evolução, relativamente aos anos seguintes, traduz um aumento no valor das importações. Este incremento pode ser explicado com a seca, que em 2006 e em 2008, assolou o Sul do país, afectando as pastagens e a agricultura, comprometendo a subsistência alimentar da população rural e a produção de bens de consumo. Em contrapartida, verificou-se em 2010, uma tendência positiva, com a diminuição do valor das importações devido a um maior dinamismo por parte das autoridades angolanas em sectores não energéticos, entre os quais a agricultura.

É de salientar que, no contexto da África Austral, durante 2009, Angola fez parte do grupo dos países da região que produziram menos do que as necessidades nacionais, enquanto a África do Sul, o Malawi e a Zâmbia excederam a produção para além das suas necessidades (Drimie e Gandure, 2012:184). Dir-se-á que, apesar das políticas do Governo, razões de ordem técnica, de falta de *know how*, adicionadas a questões institucionais e condições climatéricas, fazem com que Angola ainda não seja um país com auto-suficiência alimentar. Do ponto de vista das relações internacionais, está numa situação de fragilidade, ao assumir características de um país incapaz de sustentar a sua população. Para os realistas (Morgenthau, 1993: 127-128) a deficiência alimentar é uma debilidade, porque um país com *status* deve ser auto-suficiente, capaz de alimentar a sua população, evitando assim que esta questão primária interfira noutros objectivos relacionados com os assuntos internos e com a política externa do país.

A capacidade alimentar é uma das dimensões da geoestratégia internacional, constituindo uma área de segurança e conferindo protagonismo económico-social, porque pressupõe o desenvolvimento da agricultura rural, a criação de emprego e a entrada de receitas provenientes das exportações. Angola tem ainda uma trajectória a percorrer para se auto-abastecer e se posicionar não só a nível regional como global, como país com capacidade para alimentar a sua população. Esta realidade, quando analisada numa perspectiva de potência emergente, reflecte uma fragilidade, porque o país depende de países terceiros para alimentar a sua população.

## **6 Indústria do Petróleo**

Os sinais da existência de petróleo em Angola datam de 1910, altura em que foram encontrados vestígios *offshore* nas bacias do Congo e Kwanza. O primeiro poço foi perfurado em 1915 pela Companhia Canha & Formigal. Seguiu-se um período de ténues avanços, até que em 1955, ganhou nova dinâmica, ao ser comercializado, em parceria entre o Governo colonial e a empresa Petrofina, que deu origem à Fina Petróleos de Angola (Petrangol) e, conseqüentemente, à construção da refinaria em Luanda para processamento do crude.

A importância crescente do petróleo levou os principais *players* internacionais a procurarem novas jazidas, e, desta vez, na África Austral. Em 1962, foi efectuado o primeiro levantamento sísmico *offshore* pela Gulf OilCompany (CABGOC) em Cabinda, onde, pela primeira vez, se descobriu petróleo. Em 1973, o conflito israelo-árabe teve conseqüências positivas na produção petrolífera em Angola registaram-se os primeiros sinais de uma petro-economia, em que o petróleo contribuía com 18% do PIB, vindo a ultrapassar, em termos da balança comercial, a exportação do café e, perante a decadência de outros sectores da indústria ligeira, como a produção alimentar, as bebidas e os têxteis (IEA, 2006). Por conseguinte, na altura da Revolução de 1974, a produção de petróleo tinha atingido, pela primeira vez, os 172.000 b/d, tornando-se um dos pilares da economia colonial (ANGOLA-Sonangol, s.d., *online*).

Na sequência da independência de Angola e da instabilidade que o país então viveu devido ao conflito militar, a maioria das empresas petrolíferas suspendeu temporariamente, as suas actividades, fazendo baixar os níveis de produção. Por essa razão, em 1975, operavam em Angola apenas três companhias: a Cabinda GulfOil (CABGOC), a Texaco e a Petrangol, que detinham o monopólio do sector petrolífero.

A nova era no país deu lugar a mudanças na indústria nacional do petróleo, devido ao ambiente político da época. Em termos de governação, surgiram várias “Comissões de Emergência” entre as quais a da indústria petrolífera, criada através do Decreto nº 23/76 de 29 de Maio, que deu lugar à Comissão Nacional de Reestruturação da Indústria de Petróleos. Seguiu-se o Decreto nº 52/76, da Presidência da República, que criou a Sonangol. Em 1977, a Presidência da República emitiu o Decreto nº 66/77, que formou a Direcção Nacional de Petróleos e, finalmente, com a Lei nº 15/78 do Conselho da Revolução, instituiu-se o Ministério dos Petróleos, MINPET (ANGOLA-MINPET, *online*).

O tratamento dado à questão petrolífera, com decretos-lei emanados directamente da Presidência da República, demonstra como este recurso, desde o início, é tido como vital e estratégico para o Estado angolano.

Em termos funcionais, o Ministério dos Petróleos (MINPET), opera como um órgão da Administração Central do Estado que tutela o sector dos petróleos, sendo responsável pela execução da política nacional e pela coordenação, supervisão e controlo de toda a actividade petrolífera (ANGOLA-CM, 1996). O Ministério tem também como competências: a responsabilidade na implementação de directivas para cada sector; a aprovação de planos de desenvolvimento das companhias; a emissão de licenças para a queima de gás e a implementação da política da angolanização das multinacionais (IEA, 2006). O MINPET funciona como uma alavanca no sector petrolífero. Porém, em toda esta linha, quem reflecte o poder, é a empresa estatal SONANGOL.

## **6.1 Produção *versus* consumo (2000-2010)**

É consensual que o consumo de energia tem um impacto directo no desenvolvimento geral de uma sociedade, contribuindo para o seu crescimento económico e social e para a integração mundial. Em Angola, apesar de um elevado potencial de produção de energia hidroeléctrica, (o sistema hidrográfico ligado à bacia do Cunene, por si só tem um potencial de produção suficiente para as necessidades da Namíbia e da parte oriental da África do Sul até Cape Town, ao logo do meridiano de longitude 20°). As cidades, salvo algumas excepções, incluindo a capital, têm como fonte alternativa de energia geradores movidos a gasóleo, que funcionam quase como fontes primárias na maior parte do tempo.

Na África Austral, seleccionamos três países cujo perfil é o que mais se aproxima do de Angola e verificamos que, apesar de ser o único produtor de petróleo, Angola é, no entanto, o país que menos consumo de energia regista por pessoa, em contraste com os países não produtores.

**Quadro 5.6 – Consumo de Energia**

Rank Mundial 190 países	País	Consumo Mw h/yr	Ano	População	Média consumo/pessoa
125	Angola	3,365,000	2008	18,498,000	21
16	Áfr. do Sul	212,200,000	2008	48,810,427	496
87	Moçambique	10,180,000	2008	22,894,000	51
120	Namíbia	3,928,000	2008	2,100,000	213

**Fonte:** Adaptação da CIA (2009).

À luz destes dados, antevemos as consequências que resultam da deficiente distribuição de energia em Angola, a primeira das quais, de carácter social, leva à diminuição do padrão de vida da população, que, por sua vez, tem de moldar o seu quotidiano às irregularidades de fornecimento de energia eléctrica; a segunda consequência, as externalidades negativas, traduz-se na constante poluição ambiental e sonora que provém das fontes alternativas de energia eléctrica e que constitui uma ameaça à saúde pública; a terceira consequência reflecte-se no funcionamento das instituições públicas, da indústria e da economia em geral.

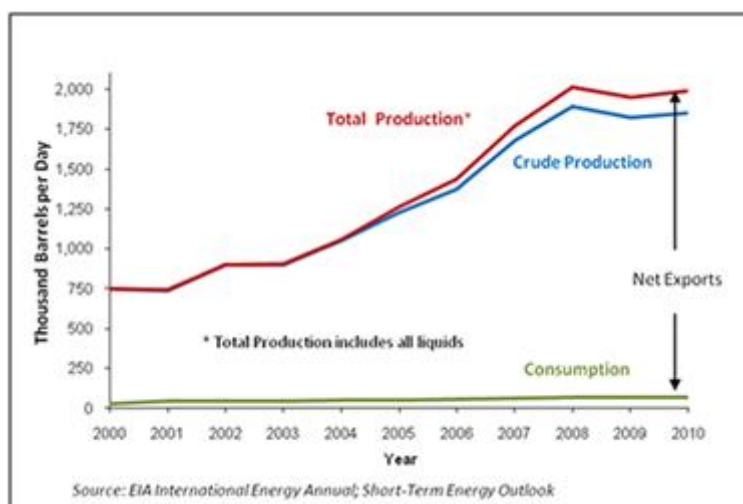
Segundo o relatório do Instituto Nacional de Estatística de Angola - INEA (2011: 46) sobre o Bem Estar da População, apenas 36% tem acesso à rede eléctrica, sobretudo na área urbana, sendo que o recurso ao uso de candeeiros a petróleo, geradores e velas ainda é bastante significativo. No que diz respeito à zona rural, apenas 9% tem acesso à rede eléctrica, 59% utiliza o candeeiro a petróleo; e 20% as lareiras e fogueiras de lenha, como fontes de iluminação.

Num mundo cada vez mais globalizado e interdependente, em que o petróleo e o gás natural estão na base de tudo quanto se identifica como vantagens da vida moderna, há necessidade de se maximizar as potencialidades energéticas que o país possui, para ter um crescimento sustentado a nível interno e aumentar as perspectivas de integração no mundo global. De outra forma, é com dificuldade que poderá atingir metas por si preconizadas.



Em termos de produção e consumo, a Figura 5.4 indica que, entre 2000 e 2010, se observa uma tendência positiva na produção, entendida da seguinte forma: a partir de 2003, a produção começou a aumentar significativamente, o que corresponde, no contexto externo, à crise do Iraque, fazendo com que, no período entre 2008 e 2009, Angola fosse o maior produtor na África Subsariana. Tal facto justifica-se devido à instabilidade provocada pela pirataria nos centros produtores do petróleo na Nigéria

**Figura 5.4– Produção e Consumo de Petróleo**



**Fonte:** Agência Internacional de Energia (2010). Disponível em:

<http://www.iea.org/countries/non-membercountries/angola/> Acesso: 13/01/2012.

A relação entre a produção total e a produção do crude mantém, até 2005, os índices de produção; a partir do ano seguinte, regista-se um aumento na produção total. Esta disparidade deve-se à exploração de dois novos campos, o Girassol e a Dália, nas águas profundas do mar do Soyo, província do Zaire. Seguiu-se uma baixa na produção devido às restrições impostas pela OPEP (Banca Kwanza Invest, *online*). Por fim o gráfico revela-nos o consumo interno que é mínimo, sobretudo se tivermos em conta a quantidade de petróleo exportado. Esta leitura suscita duas interpretações: a primeira, é relativa à entrada de capitais, na lógica de que quanto mais se exporta, maior é a quantidade de divisas que entram no país; a segunda prende-se com o facto de o consumo interno representar uma quantidade mínima, o que pode traduzir as dificuldades que o país enfrenta em termos de energia, assunto a que já nos referimos anteriormente neste trabalho. Neste aspecto particular, Angola necessita de aumentar o consumo interno para que o país possa desenvolver indústrias, crescer em diferentes

áreas, reduzir assimetria, modernizando-se, para que se coloque ao nível dos países centrais.

## **6.2 Malongo: o oásis do petróleo**

Em Angola, as actividades petrolíferas da Sonangol fazem parte de todo um sistema industrial localizado em Cabinda, na cidade do Malongo, que constitui o centro nevrálgico do petróleo. Por meio do nosso trabalho de investigação, ficámos a saber que Malongo é o local onde são efectuadas as operações em mar aberto pelas multinacionais do petróleo. Aí operam a SONANGOL e a maioria das principais petrolíferas que actuam em Angola, tanto operadoras( Chevron Texaco, Total, Exxon Mobil, BP e Eni) como outras suas associadas.

Dada a importância geoestratégica de Malongo, vital na exploração do petróleo, procurámos perceber o seu funcionamento e o que faz daquela cidade o centro nevrálgico do petróleo. Esta questão foi-nos respondida por um engenheiro expatriado (Rubem 2012)<sup>41</sup> que conheceu a estrutura por dentro. Segundo nos disse, Malongo é uma cidade que nos recorda qualquer cidade do Texas, por causa das vias de comunicação, do sistema de trânsito, das viaturas com matrículas americanas e do inglês como idioma. A população é constituída na sua maioria, por trabalhadores expatriados, altamente qualificados em diferentes áreas do sector petrolífero e provenientes de todas as partes do mundo. Os angolanos especializados, em menor quantidade, têm vindo a aumentar, cumprindo uma orientação política do Governo de “angolanização do sector petrolífero”.

Em termos administrativos, a cidade é gerida por um residente de nacionalidade norte americana, com um mandato de 4 a 5 anos. Esta personagem tem o controlo de todas as actividades que aí decorrem, através de informações que lhe são transmitidas sistematicamente, num espaço de 2 em 2 horas e durante as 24 horas do dia. Esta informação sistemática permite-lhe fiscalizar e comandar as acções de todas as companhias que ali operam.

Relativamente às operações de exploração, têm lugar no alto-mar, isto é *offshore* e realizam-se a partir de plataformas especiais erguidas no mar. Estas plataformas, em termos de estrutura, assemelham-se a grandes torres de vários andares, onde são erguidas as infra-estruturas de funcionamento técnico: habitação, laboratórios,

---

<sup>41</sup> Ruben Hernandez, engenheiro de construção civil, trabalhou em Malongo.

fornecimento de energia eléctrica e equipamento para purificação da água, para além de um heliporto, a partir do qual são feitas as deslocações por helicóptero.

Se, por um lado Malongo, é o centro nevrálgico do petróleo e o produtor da riqueza do país, por outro, trabalhar neste local leva a um desgaste psicológico dos operadores. Rubem refere a dificuldade que é viver no alto-mar, em que a rotina é “sobre-humana.” Para aliviar a tensão, está contratualmente estabelecido um sistema de trabalho e de repouso que se traduz em: 28/28; 14/14 e, mais recentemente, 7/7, ou seja, cada um destes períodos em serviço, equivale ao mesmo período de férias. Em termos salariais, uma vez que o local é singular, os trabalhadores expatriados, bem como os nacionais que aqui exercem as suas funções, são remunerados compensatoriamente, se bem que com desvantagem para os nacionais qualificados. De qualquer forma, para os habitantes da província de Cabinda, trabalhar no Malongo dá *status* (Rubem, 2012). Em relação ao ambiente em caso de derrame, cabe ao Governo de Angola tomar as medidas de responsabilização.

Malongo é a fonte de onde provém parte substancial das receitas que sustentam a economia angolana, contudo, é um espaço autónomo em relação às estruturas internas do poder central. A sua construção, gestão, manutenção e exploração dependem de uma constelação de países e de técnicos, profissionais altamente qualificados de diferentes áreas e nacionalidades, constituindo uma “cidade global” no seio do Estado angolano.

Além dos seis principais *actores* do petróleo, referidos no início deste ponto, operam em Angola cerca de outras 40 empresas de menor dimensão e que ocupam pequenos nichos. São provenientes de diferentes países e actuam como parceiras ou independentes. Funcionam em mais de uma centena e meia de blocos na exploração de petróleo e gás natural. Geograficamente, para além de Cabinda e do Soyo, as operadoras estão dispersas por áreas petrolíferas, nomeadamente: no Congo, nas bacias do Kwanza Norte e Sul, na bacia de Cassange, em Ocawango, no sudoeste de Angola, e na plataforma atlântica<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup>Petrolíferas a operar em Angola: Afren PLC; Almazzy (Alrosa); AMG Petro-Energy Ltd; Anadarko Petroleum Corporatin; Angola Consultitn Resources Lda.; Dark Oil Company Ltd.; Devon Energy; Falcon Oil Holding SA; Force Petroleum Group Ltd; Inpex Holdings Inc.; Grupo Galp Energy; Grupo Gema; INA Naftaplin; Initial Oil & Gas SA; InterOil Exploration ASA; Lukoil Oversees Holding Ltd.; Maers Olie og Gas AS; Marathon Oil Corporation; Nexoil Corporation SARL; NIS-Naftagas; NIR; Ocidental Petroleum Corporation; Odebrecht Oil & Gas; Pantex Petroleum Corporation; Petróleo Brasileiro Petrobrás/Braspetro; Petróleos de Portugal /Petrogal; Petroliam Nasional Berhad /Petronas; ProdOil Exploração e Produção de Hidrocarbonetos, SARL; StatOil ASA; Quest Energy Middle East Limited; Rapsol YPF; Roc Oil Company Ltd.; Sociedade Petrolífera Angolana SA/Somoil; Sonangol SinOPEP/SSI;

A quantidade de multinacionais a operar localmente e o uso de novas tecnologias tiveram como consequência o aumento da produção petrolífera, factor que veio contribuir para a projecção de Angola no mercado internacional, enquanto detentora de um recurso crucial do qual depende o funcionamento da civilização industrial nos moldes actuais.

### **6.3 Sonangol: Força Motriz da Economia Angolana**

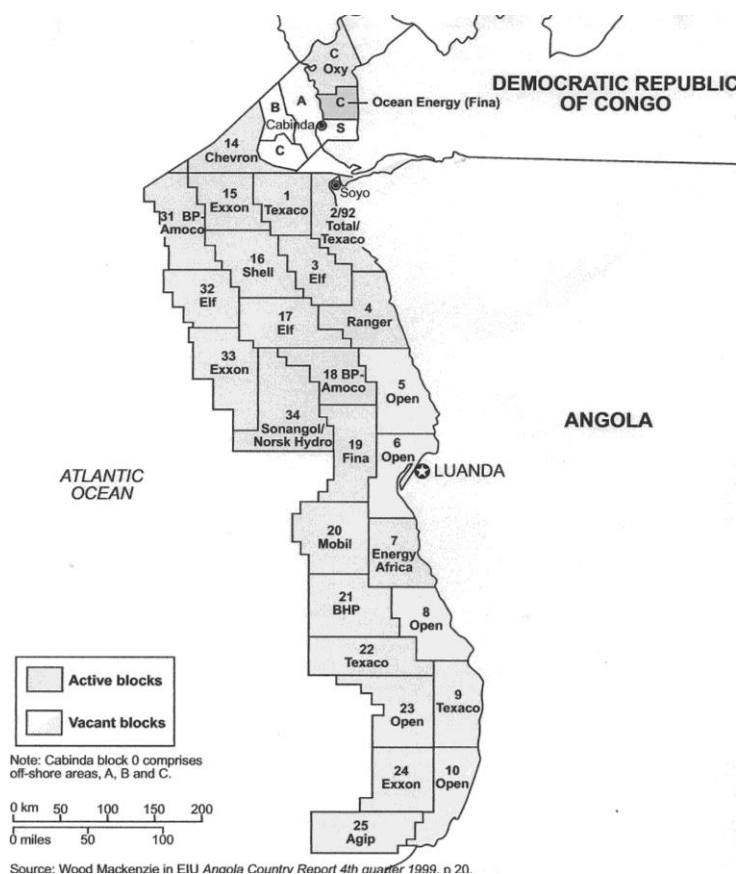
Falar da SONANGOL é sinónimo de falar do petróleo em Angola. Em termos institucionais, é a entidade responsável pela gestão dos recursos de hidrocarbonetos, um direito que lhe foi consagrado através dos artigos 11º e 16º das Constituições de 1976 e 2010, respectivamente. A legislação determina que “os recursos naturais, sólidos, líquidos ou gasosos existentes no solo, subsolo, no mar territorial (...) sob jurisdição de Angola são propriedade do Estado, que estabelece as condições para a sua concessão, pesquisa e exploração, nos termos da Constituição, da Lei e do Direito Internacional” (art. 16º, Constituição da República de Angola, 2010). Princípio estabelecido nas leis constitucionais de 1978 e 1980. Em 1978, o Governo, através da Lei nº 13/78 (Lei das Actividades Petrolíferas) concede à Sonangol o estatuto de concessionária exclusiva da exploração do petróleo.

Conjugando as normas constitucionais, a Sonangol ficou com a responsabilidade de atribuir sub-concessões às petrolíferas multinacionais através de parcerias e de acordos de partilha de produção (*production sharing agreements* – PSA). Desta forma, assumiu o encargo de todas as actividades do sector petrolífero angolano, ou seja, “a emissão de licenças de exploração e produção, a participação em parcerias com outras empresas, e o desenvolvimento das suas próprias actividades de exploração e produção” (IEA, 2006, p.90). Conforme Figura 5.5, o número de empresas petrolíferas a operar em Angola já era significativo em 1999.

---

Svenska Petroleum Exploration AB/Petroswede; Tullw Oil; Vaalco Energy Inc.; Vaalco Energy Inc.; Zarubezhneft Joint Stock Company (Banco Kwanza Invest, Online).

**Figura 5.5 – Concessões de exploração petrolífera**



**Fonte:** Clarke (2000), p. 209.

Por esta via, a SONANGOL ganhou uma posição geoestratégica na indústria do petróleo, o que a levou a estruturar-se a nível interno, como cadeia produtiva, ou seja: exploração, produção, transporte, refinação e distribuição, com vista à integração no mercado internacional.

No que diz respeito à sua dimensão, tem projecção a nível interno e internacional. A nível interno, é distinta em diferentes aspectos: a) ser a principal fonte de rendimento nacional, com capital proveniente das receitas do petróleo e do gás natural, articulando a sua actividade enquanto operadora com o Ministério dos Petróleos e com o Ministério das Finanças; b) pela integração vertical na sociedade angolana investindo em diferentes quadrantes do sistema financeiro, económico e social; e finalmente, c) pela sua relação directa com a sede do poder, constituindo-se como um poder no seio do Estado angolano.

A SONANGOL é vista, por fontes externas e variadas, como o órgão que suporta 80% - 90% do OGE (OCDE, 2006; Oliveira, 2007). Entretanto, existem esforços do Governo no sentido da arrecadação fiscal não petrolífera, bem como a

redução da dependência da despesa pública do desempenho da receita petrolífera. O Grupo Sonangol tem várias subsidiárias e emprega cerca de 5.000 trabalhadores (Oliveira, 2007:90). Os seus funcionários têm um estatuto que os diferencia da restante classe trabalhadora angolana. Enquanto distribuidora (*down stream*), tem filiais por todo o país.

Dada a sua dimensão, enquadra-se no âmbito das empresas transnacionais, devido aos movimentos internacionais de fluxos de capitais em diferentes países e áreas de investimento. É vista não como uma empresa normal, no verdadeiro sentido da palavra, mas bem relacionada e ambiciosa no contexto externo (Oliveira, 2007: 92).

Do mapa geoeconómico da SOONANGOL, fazem parte uma cadeia de empresas que constituem o seu património, nomeadamente: a subsidiária Sonangol USA, criada em 1997 e sediada em Houston; a Sonasia, estabelecida em Singapura desde 2004, que assegura a comercialização do crude na Ásia. Como distribuidora: tem a Sonangol Congo (RDC, 1998); Enco (S.T. e Príncipe, 1998), Enacol (Cabo Verde, 1997); Sonangalp (1994); Sopor (Portugal, 1990) (ANGOLA-Sonangol, n.d., *online*). A projecção da SONANGOL, tanto a nível interno como externo, reflecte um crescimento sustentável com um planeamento adequado às circunstâncias.

#### **6.4 Gestão da transparência**

Pela ordem natural dos factos, administrar um império da natureza da SONANGOL suscita os diversos questionamentos sobre a sua gestão. Neste caso específico, a falta de transparência nas transacções do petróleo em Angola tem sido alvo de controvérsia por parte de activistas que lutam pela distribuição equitativa dos benefícios provenientes dos recursos naturais. Instituições como a Human Rights Watch (HRW, 2010), Global Witness, Open Society Initiative of Southern Africa- Angola (OSISA) e outras organizações financeiras, têm questionado a utilização das receitas da venda do crude, alegando não só falta de transparência, como também a distribuição desigual da renda do petróleo, criando na sociedade angolana uma estratificação social entre uma minoria de ricos e uma maioria pobres, cujos índices de desenvolvimento se encontram a um nível limiar de pobreza.

Tendo em vista uma maior transparência nos benefícios dos recursos, têm surgido, na arena internacional, medidas de incentivo às boas práticas. Em 2001, a petrolífera BP publicou os montantes pagos ao Governo angolano (Oliveira, 2012). Uma iniciativa de carácter mais global surgiu em 2002, na Cimeira Mundial sobre o

Desenvolvimento Sustentável que teve lugar em Joanesburgo. Nessa ocasião o primeiro ministro britânico Tony Blair lançou o conceito de *Extractive Industries Transparency Initiative* (EITI), iniciativa que visa aumentar a transparência entre Governos e empresas no que diz respeito aos recursos naturais. O objectivo é levar todos os actores envolvidos na exploração de recursos naturais, quer empresas quer Governos, a elaborar relatórios *standard* e a reportar todos os pagamentos e recebimentos resultantes das operações, criando-se, assim, um sistema de *double-check*. É uma acção cuja adesão é voluntária e está implícita na lógica *win-win* em que todos ganham. Segundo o que nos foi possível apurar, Angola tem participado nas conferências sobre esta temática, mas ainda não é signatária da EITI.

No mesmo sentido, em 2010, os Estados Unidos adoptaram uma lei para regulamentar o procedimento das companhias petrolíferas no sentido de publicarem, junto do Departamento de Segurança e Comissão de Câmbio, as taxas e os rendimentos pagos aos Governos em todo o mundo. A informação emitida com base nesta lei pode ser tornada pública e utilizada pelos cidadãos e observadores para fazerem o cruzamento de dados com as informações divulgadas pelos Governos (GW/OSISA, 2011) e aferir a partir daí o grau de transparência.

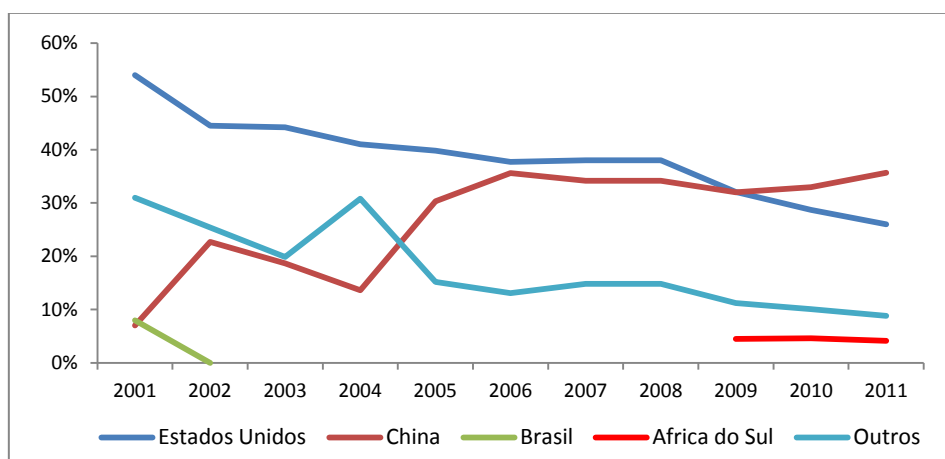
Os governantes angolanos não são indiferentes a esta preocupação. Nesse sentido, têm tomado, o que consideram ser “sérias medidas”. Em 2004, foi solicitado à KPMG, uma das empresas mundiais líderes em auditoria, contratada pelo Banco Nacional de Angola (BNA) e actuando como agente do Ministério das Finanças, um estudo de diagnóstico das receitas petrolíferas estatais e um relatório final sobre o sector petrolífero (ANGOLA – MF, 2004). Num âmbito mais abrangente, desde Junho de 2010, vigora no país a Lei da Probidade Pública, que estabelece “as bases e o regime jurídico relativos à moralidade e ao respeito pelo património público”, na qual e de entre as diversas disposições, consta a punição para o “enriquecimento sem causa e abuso de poder” (Lei nº3/10, 2010, Anexo C-1). Na mesma linha, foi feita uma auditoria às contas da Sonangol e existe uma publicação *online* das contas do Ministério das Finanças. Paralelamente, foi contratada a empresa Ernest & Young para fazer uma auditoria às contas públicas (Oliveira, 2012). Na opinião dos auditores externos, as contas são “opacas”, sendo que e a “Sonangol, Ministério dos Petróleos e Ministério das Finanças, todos publicaram números diferentes para o mesmo volume de vendas” e havia uma omissão com um valor nominal de mais de US\$ 8 biliões entre o volume de vendas publicado pelos dois ministérios” (GW/OSISA, 2011).

Existe no país uma estratégia nacional expressa em fontes oficiais que engloba um conjunto de princípios orientadores que pugnam pela transparência, nomeadamente: leis, publicações de resultados *online* e auditorias, o que demonstra uma tendência de auto-avaliação que credibiliza a empresa.

## 7 Análise gráfica da economia

O recurso a elementos económicos na condução da política externa decorre da dinâmica, que se estabelece entre o poder político e os agentes económicos. As acções decorrentes desta relação definem a hierarquia dos actores envolvidos. Com base no petróleo, o Estado angolano estabeleceu parcerias, que designamos de estratégicas, dadas as condições em que foram estabelecidas. A Figura 5.6 identifica os parceiros do petróleo que são centrais no crescimento da economia angolana.

**Figura 5.6 – Os Parceiros Estratégicos do Petróleo**



Fonte: Adaptação da autora a partir de ADBG/OCDE (2011)

Como vimos, após o 11 de Setembro 2001, os EUA fizeram de Angola um parceiro preferencial, dada a instabilidade na área das suas tradicionais fontes de abastecimento. As transações variam entre cerca de 59% em 2001; baixando para cerca de 45% em 2002, e até 2011, em média, cerca de 30% do valor das transações.

Segue-se a China, que, ao contrário dos outros parceiros, em 2001 se aproximava dos 8% e, numa linha ascendente, em 2011 se situou aproximadamente nos 37%. É uma parceria construída na base do empréstimo concedido à Angola pelo Exim Bank para as obras de reconstrução nacional, e qual actualmente se estende a áreas

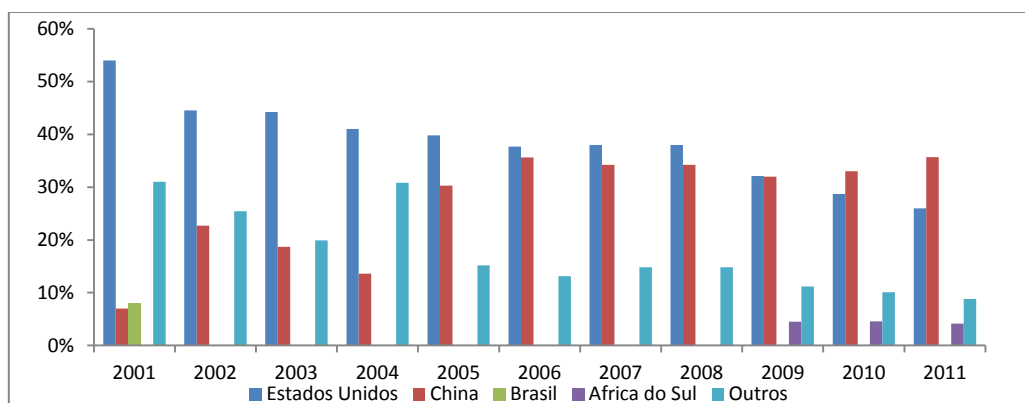


diversificadas e que perspectivam atingir serviços financeiros. O reembolso é feito em petróleo e no enquadramento da estratégia a longo prazo dos chineses em África.

Relativamente ao Brasil, os volumes de transacção são menores, equivalentes a cerca de 9% e correspondendo a um período de cerca de dois anos. Este facto deve-se a problemas internos do lado do Estado brasileiro, o que levou a baixos investimentos na infra-estrutura energética, e consequentemente ao esgotamento da capacidade energética, levando à necessidade de racionamento de electricidade, celebrizado com o episódio do “apagão eléctrico de 2001”. De resto, o Brasil não necessita de fontes externas de petróleo, porque também é um país produtor.

No que diz respeito às relações com a África do Sul, registamos as transacções entre 2009-2011, que representam cerca de 9%, uma tendência sem grandes oscilações e com a vantagem de ser na região. Seguem-se outros países que representam a Comunidade Europeia. Tem transacções de cerca de 30%, sendo que os volumes mais elevados se fixaram em 2001 e 2004. De resto, a partir de 2005, a tendência é de estabilização em torno dos 15%, facto que não pode deixar de estar atribuído à crise económica e financeira dos países europeus.

**Figura 5.7 – Volume das Exportações de petróleo**



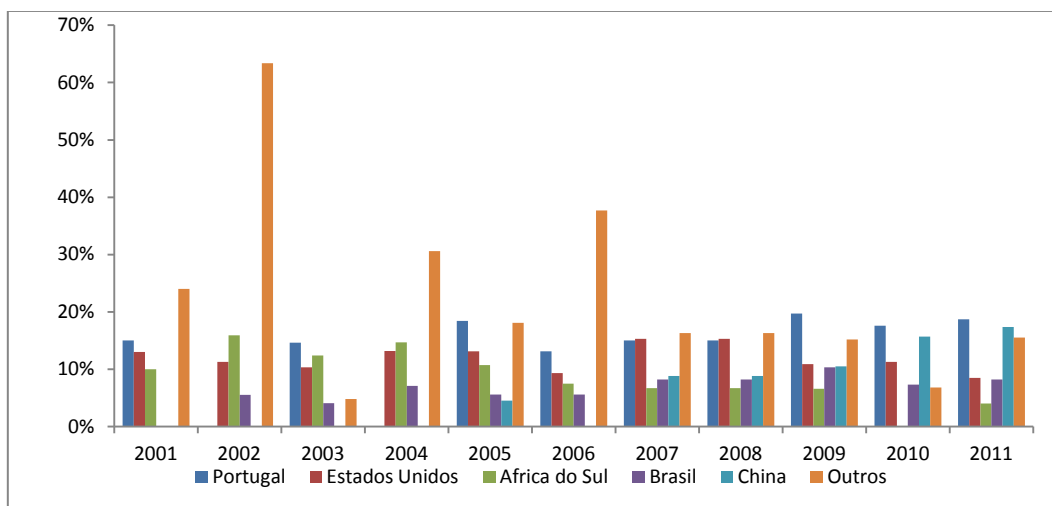
**Fonte:** CIA (2012). Adaptação da autora

Verifica-se que os interesses económicos e os principais parceiros de Angola se situam fora da área geográfica na qual se insere, sendo que a sua influência tende a ser extra-continental. O que se observa é que a percepção de liderança regional provém dos países periféricos e não propriamente da região da SADC ou da CEEAC.

A análise do total das exportações e importações de Angola demonstra claramente uma perspectiva multilateral. No período compreendido entre 2001 e 2011, a importância dos parceiros estratégicos clientes das exportações angolanas manteve-se,

embora a importância dos Estados Unidos tenha vindo a diminuir, comparativamente a um crescente aumento da importância da China.

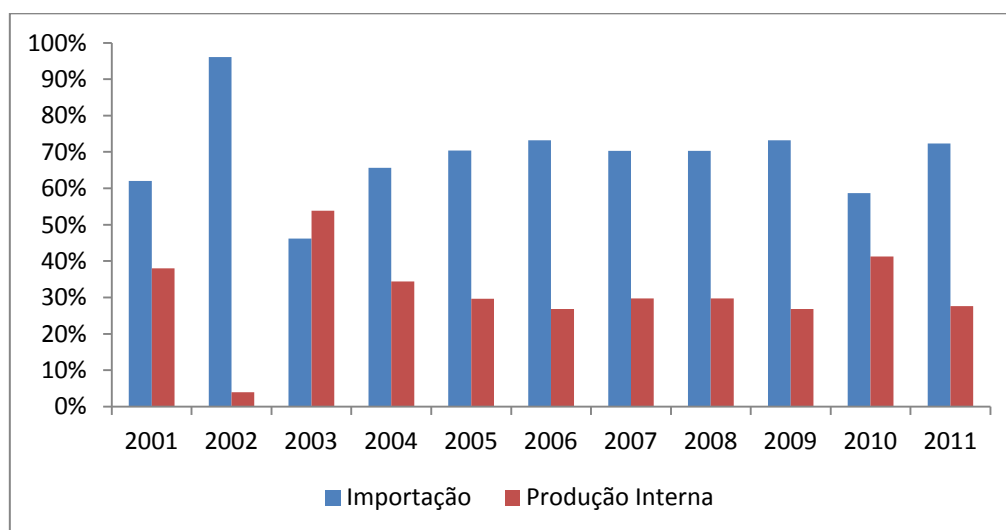
**Figura 5.8 – Volume das importações de bens**



**Fonte:** CIA (2012). Adaptação da autora

Ambos os países são importadores de petróleo. Em 2011, a importância da China já era claramente superior à dos Estados Unidos, conforme podemos observar na Figura 5.8. Na área das importações, constatamos que, no período 2001-2011, embora na mesma orientação multilateral, Angola se centra nas importações de parceiros estratégicos, tais como Portugal, Estados Unidos, China e África do Sul.

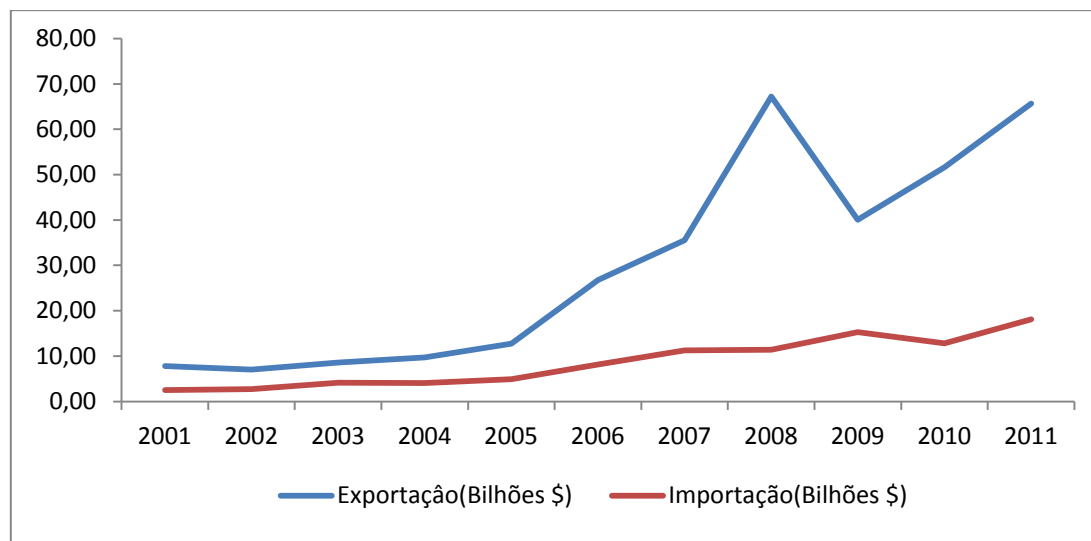
**Figura 5.9 – Importação e produção interna**



**Fonte:** Adaptação da autora a partir de CIA (2012).

Na Figura 5.9 verifica-se que os valores percentuais de importação face à produção interna continuam elevados, o que demonstra uma dependência do exterior quanto à capacidade produtiva de bens de consumo interno.

**Figura 5.10– Relação exportação vs importação**



**Fonte:** Adaptação da autora a partir de CIA (2012).

Em termos financeiros, os valores das exportações são claramente superiores aos das importações, situação que pode ser explicada pela importância da exportação de petróleo. Este é um factor estruturante da economia angolana, mas resta saber se é possível um crescimento sustentável de uma economia apoiada no petróleo e com elevado a nível de importações.

As opções estratégicas de investimento no mercado interno, poderão dar informações importantes sobre quais as áreas em que se pretende substituir importações por produção nacional e mostrar quais os sectores da economia em que o poder político, privilegiando o futuro próximo, deverá investir.

## **8 Poder Político**

As sociedades políticas são analisadas segundo uma perspectiva tridimensional: a forma, a sede do poder e a ideologia Lara (1995:113-114). As matérias que separam a tripla dimensão são ténues e a perspectiva de análise, na prática, equivale à questões: Como é que se manda? Quem é que manda? Porque é que manda?

## 8.1 A forma do poder

Na análise do poder político, a forma diz respeito às normas do regime político que constituem o ordenamento jurídico, nomeadamente a Constituição, as leis, os decretos, as portarias e outras resoluções relacionadas com estes regulamentos. Por vezes, a causa formal do Estado não coincide com os princípios defendidos nos textos jurídicos. Daqui resulta que «o poder político se guia por um normativismo resultante do chamado poder normativo dos factos, mas insiste em proclamar a validade e eficácia da constituição escrita» (Moreira, 2009: 146). É na Constituição que estão representados os compromissos democráticos de convivência política de um grupo. Ela contém os direitos dos cidadãos.

No que diz respeito a Angola, a primeira lei constitucional entrou em vigor em 1975. O contexto do momento reflectia as aspirações do país: uma “República Popular”; no Artigo 2.º definia que “toda a soberania residia no Povo Angolano; que o MPLA-Partido do Trabalho constituía a vanguarda organizada da classe operária e cabia-lhe como partido marxista-leninista, a direcção política, económica e social do Estado nos esforços para a construção da sociedade socialista”. No Artigo 9.º definia que a base do desenvolvimento económico e social é a propriedade socialista, consubstanciada na propriedade estatal e na propriedade cooperativa. Por fim, em toda a Constituição era transversal a utilização de expressões, como “massas populares”; “FAPLA, braço armado do Povo” ou assembleias do poder popular. Esta era a essência do documento escrito, no qual se encontravam definidas as normas que regiam o poder legislativo, executivo e judicial.

Entretanto, a partir de 1989, uma combinação de factores internos (maior estabilidade política e económica) e externos (o fim da Guerra Fria e a nova ordem mundial) vieram pôr em causa os princípios defendidos pela Constituição de 1975, que, na prática, há muito deixara de ser formal. Em Março de 1991, foi feita a revisão constitucional, que oficializou o multipartidarismo e a integração num sistema económico global e neo-liberal.

A paz trouxe uma nova dinâmica ao país, em que a coexistência da *Constituição formal* e da *Constituição real* era cada vez mais acentuada. Esta dualidade é explicada com a subida dos preços na produção de petróleo, e o aumento de produção de barris/dia, acrescidos da exploração de diamantes, e do crescimento da economia. Por outro lado, é de salientar a realização de eleições legislativas em 2008, em que o partido

no poder conseguiu uma confortável maioria. Estes dois factores contribuíram para uma concentração cada vez maior de poderes na figura do chefe de Estado e do partido maioritário, cujas práticas de liderança se distanciavam dos princípios inscritos na *Constituição formal*.

Como consequência, os agentes políticos pensam num modelo de Constituição formal adaptada ao novo contexto. A ideia começou por ser inspirada no modelo sul-africano, o que resultaria, como lhe chamaram, uma constituição atípica. Contudo, Araújo (2009: 178) refere que, ao contrário de Angola, na África do Sul o Presidente da República é eleito “de entre os Deputados, na primeira sessão da Assembleia Nacional após as eleições parlamentares (artigo 86.º), cessando a partir daí, o seu mandato como deputado (artigo 87.º). Quanto ao Presidente da República, uma vez eleito pelo Parlamento, “a sua legitimidade democrática está condicionada à vontade deste órgão e à do partido maioritário” (Araújo, 2009: 327).

Em 2010, é aprovada a nova Constituição angolana, que estabelece, entre outros pontos, o modo de eleição presidencial: torna-se automaticamente Presidente da República e chefe do Executivo “o cabeça de lista, pelo círculo nacional, do partido político ou coligação de partidos políticos mais votado no Quadro das eleições gerais...” (artigo 109.º). Desta formalidade constitucional, advêm as competências do Presidente, com “poderes próprios que se estendem a todas as esferas do poder político” (Araújo, 2009: 325).

Nesse Quadro legislativo, o Presidente da República passou a ter os seguintes poderes: chefe de Estado (artigo 119); titular do poder executivo (artigo 120); exclusiva competência na área das relações internacionais (artigo 121); comandante em chefe das Forças Armadas Angolanas (artigo 122); detentor de todas as competências em matéria de segurança nacional (artigo 123); é o garante da promulgação de leis da Assembleia Nacional (artigo 124); tem competência para emitir decretos legislativos revestidos de diversas formas, que são publicados no *Diário da República* (artigo 125.º). A concentração de poderes permite, na prática, actos que consubstanciam uma *Constituição real*.

## **8.2 A sede do poder**

Neste ponto, a discussão central é saber “quem é que manda”. De acordo com Lara (2009: 368), a sede do poder pode ser entendida como o indivíduo, grupos de elite

ou instituições que detêm efectivamente o controlo sobre uma parte decisiva e eficiente do poder.

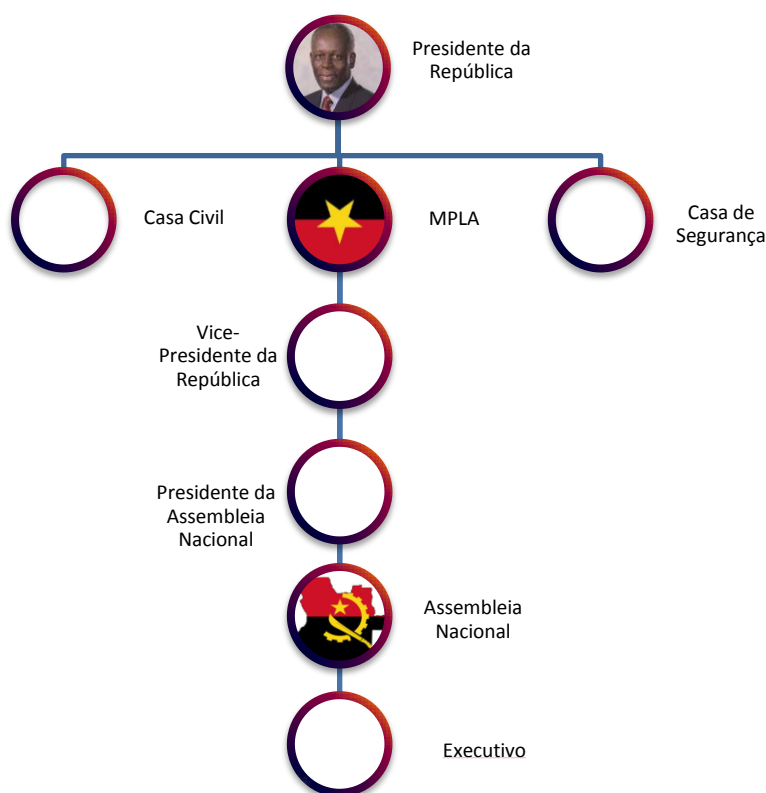
A *sede do poder*, para que seja operacional, assenta numa base de apoio resultante do sufrágio eleitoral e que pode ser activa, passiva ou constituída por elementos silenciados. A *sede activa* de apoio é a que se organiza em torno de um projecto partidário com base ideológica. Trata-se de grupos, ou classes que têm uma relação por convicção com o aparelho do poder. Os partidos tendem a manipular essas *massas* em seu favor, objectivo mais ou menos conseguido em função do desenvolvimento sócio-cultural do eleitorado. Monteiro (2003: 205) realça que, geralmente, nas massas não houve a preocupação de se criar uma consciência de cidadania, e isso não foi por acaso. É que quanto mais ignorante, mais manipulável e menos exigente é o eleitorado, e maior é a possibilidade de sobrevivência dos partidos.

No que diz respeito à *sede passiva*, identifica-se pelo seu desapego à política mas com expectativas em torno dos benefícios que irá obter com o uso do sufrágio eleitoral. São, normalmente, elementos ligados ao aparelho burocrático ou autoridades que legitimam o poder.

Quanto aos últimos, constituem uma parcela *silenciosa* e dela fazem parte os descontentes com as forças partidárias. Dada a sua natureza, é um eleitorado movediço que as forças partidárias não ignoram, porque, no seu seio, podem conquistar votos que irão fortalecer a sua luta pela captura da sede do Poder.

A Figura 5.11 representa a *sede do poder* em Angola. No topo posiciona-se o Presidente da República, sustentado pelas sedes de apoio. A ele cabe a liderança do aparelho do poder com as potencialidades acima referidas, concebidas pela Constituição. Para além disso, o chefe de Estado goza de carisma, evidenciado por elementos do partido, por membros do Governo, por simpatizantes e pelas massas que abrilhantam as suas características de líder. O Presidente é considerado pelos seus membros: “o homem do tempo e no tempo”, “inteligente, sério e determinado”, “carismático, humanista, estratega, diplomata e pacificador” (Pinto, 2011). Estas designações são complementadas por tributos prestados pelos membros do Governo, que, em actos oficiais públicos, não deixam de referir que o evento em curso é da iniciativa do chefe de Estado: “É graças ao nosso Presidente...”; “O camarada Presidente José Eduardo dos Santos desejo de resolver os problemas do povo...;” ou “em nome do nosso Presidente...”. A 28 de Agosto, dia do aniversário do Presidente, realizam-se diversas actividades para o homenagear.

**Figura 5.11 – A sede do poder político**



**Fonte:** A autora

A veneração ao “chefe” é avivada pelo próprio, que fomenta a sua demarcação com uma posição de distanciamento e elevação. Os que lhe são próximos referem que é a forma que o Presidente tem para gerir uma “máquina” tão complexa.

Seguem-se os “*law in action*” entidades paralelas ao exercício da actividade governamental (Araújo, 2009: 309) e que são órgãos auxiliares do Presidente da República, nomeadamente: Casa Civil, MPLA e Casa de Segurança (ex Casa Militar). Do ponto de vista prático, os elementos que constituem estes órgãos têm mais poder do que um ministro. Têm a capacidade de gerir comissões de trabalho criadas por decretos presidenciais.

A Casa Civil está direccionada para questões económicas. A Casa de Segurança é actualmente responsável pela defesa e segurança. Em 2004 assumiu o controlo do Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN) na gestão do financiamento concedido pelo China Exim Bank a Angola para a reconstrução nacional. Da mesma estrutura faz parte o Conselho de Ministros, que é um órgão deliberativo que aprova as questões do Governo. Tão importante quanto os demais órgãos de apoio, é o Serviço de Inteligência Externa (SIE), ligado à estratégia de segurança do Estado.

Segue-se o MPLA partido Estado, cuja hierarquia predomina sobre a hierarquia do Estado; dele provém o núcleo dirigente das organizações estatais, isto é, das instituições estabelecidas pela Constituição, o que significa, na prática, que os órgãos do Estado, não só provêm como estão submetidos aos órgãos do partido. A centralização e a disciplina no seu seio resultam numa concentração de poderes que asseguram de certa forma, a unidade de visão e de acção, que deixam transparecer dos organismos do Estado. Cabe-lhe também a tarefa de lidar com as *massas* de forma a assegurar um apoio popular maioritário.

Em termos de estruturação, o MPLA é a “alma” da sede do poder. Ao nível do país, a sede de apoio ao partido maioritário tem-se demonstrado cada vez mais representativa, ao ganhar, nas últimas eleições, 14 das 18 províncias. Graça (2012) sustenta que, com os últimos resultados eleitorais, o MPLA ganhou uma auto-imagem de legitimidade aumentada, ao nível do Comité Central e do Bureau Político, e de certa forma, mas sem o afrontar, comprovou ter ganho capital político e autonomia perante José Eduardo dos Santos, uma vez que não se submeteu directamente ao voto. Há suficientes motivos para se considerar, que o MPLA é um partido predominante, que pode governar sozinho ininterruptamente nos próximos anos.

Segue-se o Vice-Presidente da República, que constitui um órgão auxiliar do Presidente da República no exercício da função executiva. É o segundo candidato eleito da lista, pelo círculo nacional, do partido ou coligação mais votado (artigo 131º da Constituição de 2010). Na sequência das eleições gerais de 2012, a Vice-Presidência passou a ser ocupada pelo Engº Manuel Vicente, um reconhecido tecnocrata que, pelo seu perfil e confiança reconhecida do Presidente da República, ocupou o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Sonangol. Esta condição, segundo alguns observadores, tornava-o, teoricamente, o segundo homem mais poderoso a seguir ao Presidente da República e, curiosamente, não fazia parte dos históricos do partido. Em Janeiro 2012, Manuel Vicente torna-se oficialmente membro do Bureau Político, deixa o cargo de presidente do Conselho de Administração e assume a pasta de ministro de Estado e da Coordenação Económica. Com o novo mapa saído das eleições gerais de 2012, foi nomeado Vice-Presidente da República. É a segunda figura na hierarquia do país e, pela lógica, o sucessor oficial<sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup> Existem, entretanto, outras duas personagens referidas por círculos externos como possíveis sucessores. Referimo-nos ao actual presidente da Assembleia da República, Fernando da Piedade Dias dos Santos “Nandó”, com trajectória partidária e política, e a José Filomeno dos



Relativamente ao Presidente da Assembleia Nacional, trata-se de um órgão dirigente e coordenador das actividades da Assembleia Nacional. No que diz respeito à *Assembleia Nacional*, em toda a sede do poder é o único em que o MPLA não detém o domínio total desde 2012, pois o seu poder representa 71,85%, sendo que o restante está repartido entre as forças políticas da oposição (UNITA 18,66%; CASA CE 6%; PRS 1,70%; FNLA 1,13%). Por fim, é de referir o Executivo no seio do qual o partido maioritário retoma a hegemonia.

### 8.3 A ideologia no Estado

A ideologia pode ser interpretada como a produção e disseminação de ideias, principalmente pelo Estado e pelo seu aparelho burocrático, as quais apoiam e legitimam a ordem social prevalecente (Marx e Engels, 1970; Peet, 2009: 29). Para outros, é o conjunto de conceitos existenciais que orientam e lutam pela tomada, manutenção e exercício do poder político (Moreira, 2009:284). Para Francis Bacon, as ideologias correspondem a ídolos e portanto, a falácias, todavia aceites pacificamente, mas que turvam o conhecimento do Homem por funcionarem como um impedimento ou uma barreira. A ideologia é assim tida como algo de perverso, que atrofia o raciocínio do ser humano (Lara, 2009: 66). As ideologias destinam-se a obter uma adesão emocional dos indivíduos (Aron *apud* Moreira, 2009: 285). No sentido marxista, corresponde ao conjunto de ideias e valores com a função social de consolidar e justificar uma ordem económica, representada como sendo da natureza humana, as condições sociais que persistem (Sousa, 2008: 104).

---

Santos, Zénu, filho primogénito do Presidente. Uma das justificações apresentada pelos defensores desta ideia é o facto de Zénu gerir o Fundo Soberano de Angola, um órgão com o «dinheiro do Estado a pensar no longo prazo». Foi criado em Outubro de 2012, com um capital inicial de USD 5 biliões, estando sob sua gestão uma parte substancial de um fundo anteriormente sob o controlo da Sonangol. Se Zénu for o sucessor, não seria um caso singular em África. Outros presidentes já o fizeram em relação aos seus filhos, por exemplo: Eyadema, no Togo; Omar Bongo, no Gabão; Laurent Kabila, no Congo. Na Guiné Equatorial, Teodoro Obiang, no poder, é referido como estando a preparar como seu sucessor o filho, Teodoro Mangué, que ocupa actualmente o cargo de segundo Vice-Presidente e de ministro da Defesa e Segurança.

Contudo, a questão da sucessão é um tema tabu, gerido pelo *silêncio do poder*, apesar das declarações do Presidente da República de que a «transição do poder é humano e por isso é natural que assim seja; é um assunto que tem sido tratado a nível do Partido...» (Santos, 2013). Como assinala Pereira Monteiro (2003:365) os mitos do Poder são mais facilmente mantidos quando a política não é feita na “praça pública”. Por isso, o silêncio deve ser analisado como uma das estratégias do Presidente Eduardo dos Santos.

Em termos analíticos, a ideologia corresponde à questão «porque é que manda». Os politólogos defendem que a ideologia é transversal ao poder político uma vez que está patente, tanto na forma como na sede do poder. Está ligada à dinâmica social sendo mediadora entre um projecto político e a mobilização social (Giles, 1985 *apud* Espírito Santo, 1997: 34). Segundo a mesma autora, para se tornar mobilizadora, a ideologia tem de ser esquemática, pragmática, direccionada à resolução social.

Se adaptarmos ao presente estudo a expressão «imaginário social» de Richard Peet (2007: 38), diríamos, como o autor, que se está perante formas colectivas de consciência estruturada em ambientes sociais específicos, que fazem com que as pessoas não só pensem do mesmo modo, como imaginem de modo semelhante. A existência da ideologia nos órgãos de governação e no seio das massas conduz a que o poder seja visto como mítico e impenetrável. E aquilo que acontece, é que se faz “da dominação e mesmo da humilhação do semelhante, um projecto de vida” (Monteiro, 2003: 461).

Como foi observado por Lara (1998: 50-51) a ideologia no Estado pode estar subjacente na Constituição ou de forma subliminar, encobertas pelas soluções aparentemente técnicas que são acolhidas e estatuídas. Por seu turno refere o autor, a ideologia no Estado apresenta duas modalidades complementares mas diversas que são a ideologia explícita e a ideologia implícita. A primeira contém certas expressões conotadas semanticamente e com carga doutrinária política (socialismo, sociedade sem classes). A segunda abrange soluções que não sendo de imediato conotáveis com uma opção política ou ideológica ao serem adoptadas excluem outras e não são indiferentes.

Neste aspecto, consideramos que em Angola existe a ideologia no Estado. Esta assumpção provém do facto de o partido no Poder ser de esquerda, como referiu o Presidente. A primeira Constituição caracterizava-se por uma ideologia *explícita*. Com efeito, a queda do “Muro de Berlim” teve como uma das consequências o enfraquecimento das ideologias, facto que se reflectiu na política angolana na medida em que a ideologia passou a ser *implícita* e a ser usada nos comícios como forma de persuasão das massas bem como no seio do Partido.

A tripla dimensão do poder é uma das potencialidades do Estado angolano, que atingiu um patamar que transmite uma imagem de estabilidade, merecendo a confiança da maioria dos círculos a nível internacional, o que faz com que alguns actores olhem para o país como potência regional emergente.

## **9 Poder conjugado**

As Forças Armadas constituem um poder responsável de combate e de defesa de uma nação. A elas cabe garantir a defesa do território e a segurança das populações contra ameaças externas. Consoante o ramo em que operam, as forças militares constituem-se da seguinte forma: Exército (terra); Marinha (mar); Força Área (ar), constituindo o potencial estratégico nacional. A nível interno, as Forças Armadas têm como missão afinar o poder nacional, em conjugação com todos os restantes vectores (Santos, 2012:18-23).

### **9.1 O Exército – Forças Armadas Angolanas (FAA)**

A composição actual das Forças Armadas Angolanas – FAA resulta da fusão dos exércitos dos três principais movimentos de libertação, o MPLA (FAPLA), a UNITA (FALA) e a FNLA (ELNA), criados com o objectivo de lutar contra o colonialismo português. Atingida a independência foram os instrumentos de uma guerra civil que se prolongou até ao final dos anos 80, na sequência do fim da Guerra Fria. Seguiram-se os acordos de paz de Bicesse, que deram lugar, em 1991, à fusão dos três exércitos: FAPLA, FALA e ELNA (este último quase inoperante). O exército único caracterizava-se, essencialmente, pelo seguinte: serem forças apartidárias que obedecem aos órgãos de soberania competentes; terem por missão a defesa e salvaguarda da independência e da integridade territorial e uma estrutura de alto comando, tropas, mecanismos e equipamento. Cada uma das partes deveria fornecer 20.000 homens (15.000 soldados, 3.000 sargentos e 2.000 oficiais). Quanto aos efectivos para a Força Aérea e a Marinha provinham das FAPLA, uma vez que as FALA não possuíam tais unidades.

O fim da era 2002 esvaziou o espectro da guerra e fez com que as FAA dessem início a um novo período, num contexto nacional e com uma filosofia diferente da que vinha sendo mantida. Até essa altura, como refere Veríssimo (2006:11) “as FAA tinham um pendor doutrinal das Forças Armadas do antigo Pacto de Varsóvia, dada a formação da grande maioria dos seus integrantes, a todos os níveis, e a proveniência dos seus meios de combate. Actualmente, prossegue o autor, estão a ser redesenhadas e modernizadas num ambiente doutrinal híbrido, em que conceitos operacionais e meios de combate desenhados para a Organização do Atlântico Norte – NATO, convivem com os meios de combate russos e os conceitos operacionais relativos ao seu emprego. Esta mudança ocorre no contexto da revolução informacional, com as novas tecnologias que se impuseram globalmente a partir, essencialmente, dos anos 90”.

Por outro lado, surgem novas ameaças no sistema político internacional, nomeadamente: armas de destruição massiva; fundamentalismos; terrorismo; narcotráfico; migrações forçadas; disputa pelo controle de recursos; e a nível virtual, a guerra informática. Perante o novo Quadro de ameaças, em 1992, Boutros Ghali, secretário geral das Nações Unidas, apresentou uma proposta de “Agenda para a Paz”, na qual sugeria como a ONU poderia reagir a conflitos violentos. A proposta definia novas missões a atribuir às Forças Armadas dos Estados e nela estavam implícitos novos conceitos operacionais como: prevenção de conflitos; operações de imposição de paz; operações de manutenção da paz; operações de consolidação da paz e operações de ajuda humanitária.

Ainda segundo o mesmo autor, em 1995, ainda com alguns conflitos a ameaçarem a paz mundial, entre os quais o da Bósnia, as Nações Unidas, a introduziram novos conceitos como: paz multifuncional, que inclui o desarmamento, sanções e a imposição da paz; diplomacia preventiva, manutenção e consolidação da paz. Como consequência, a ONU orientou a formulação de novas missões para as Forças Armadas dos seus Estados membros, as quais passaram a realizar não só actividades de interesse público internacional, como de regulação militar da caótica situação internacional (Veríssimo, 2006: 26).

É na sequência da nova ordem que as FAA necessitam de traçar estratégias para enfrentar ameaças, que poderão advir das suas fronteiras e da rota atlântica. Paralelamente, é imprescindível a capacitação dos efectivos para os novos desafios. Neste aspecto particular, tem havido um investimento para manter elevado o nível dos oficiais gerais das diferentes especialidades, comandantes e membros do Estado-Maior de todos os ramos das FAA. Desde 1992, existe o Instituto Superior de Ensino Militar ISEM que posteriormente (em 1996) passou a denominar-se Escola Superior de Guerra e cuja função tem sido formar, além de elementos das FAA, efectivos da Polícia Nacional e ainda militares provenientes dos países membros da SADC, CEEAC e da CPLP (Namíbia, RDC, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique). Em termos académicos são leccionadas matérias como: Administração, Tática, Estratégia, História e Geopolítica, Arte Operativa e outras matérias de nível superior, que complementam a formação. Para o Estado-Maior, esta Escola traduz-se numa evolução dos conhecimentos militares, como contributo à actualização e unificação da doutrina das FAA (Santos, 2010).

Para enfrentar a nova era, a estrutura organizacional das FAA tem-se dedicado à produção científica na área da investigação militar, trabalho que está a ser levado a cabo pelas FAA e Estado-Maior General. Conforme nos foi dito por oficiais angolanos a investigação militar está associada à investigação de defesa, que é a totalidade de acções de investigação que se levam a cabo no país. Dela fazem parte pesquisas militares e civis realizadas no sentido de contribuir para o desenvolvimento de uma comunidade nacional. Para Miguel Júnior (2012:28) a finalidade desta produção é criar capacidades militares, que possibilitem assegurar a operacionalidade das Forças Armadas e não só.

Parece estar-se, pois, perante umas FAA, com nova doutrina militar para reforçar a capacidade do exército e defender os interesses nacionais. “As FAA deverão ser apetrechadas com meios de combate da nova era. Só assim poderão estar actualizadas e com potencial para ultrapassar os desafios que se apresentam no século XXI (Veríssimo, 2006:50).

## **9.2 A Força Aérea de Angola (FAA)**

A Força Aérea de Angola foi criada no final de 1975, a partir da “estrutura física e da técnica aeronáutica militar e civil instalada na então colónia, acompanhada da incorporação de alguns Quadros técnicos anteriormente pertencentes à Força Aérea Portuguesa” (Freire, 2006). Seguiu-se a formação de pilotos, a recuperação e aquisição de aviões de diversos tipos, aeronaves e helicópteros. O comando central ficou sediado na capital, na base aérea de Luanda, seguindo-se a activação das bases do Negage e Saurimo, bem como a abertura de outras bases geográficas e estrategicamente localizadas tendo em vista, por um lado combater a guerrilha da UNITA, e por outro, enfrentar os ataques de aviação sul-africana contra alvos do Governo, da SWAPO e do ANC em território angolano.

A missão das Força Aérea tinha objectivos bem específicos que se materializavam da seguinte forma:

- i) Defender o espaço aéreo nacional de todas as violações ou agressões externas;
- ii) Apoiar as tropas terrestres nas acções de defesa do território angolano de Cabinda ao Cunene;
- iii) Vigiar o espaço aéreo com sistema de radares à dimensão de todo território nacional;
- iv) Apoiar as missões estatais destinadas ao reforço da reconstrução económica do país (Freire, 2006, online)

Em termos de efectivos, de acordo com Júnior (2007: 120), em 1988, a Força Aérea Popular de Angola e Defesa Anti-Aérea – FAPA/DAA, dispunha de 19 400 homens e o material de combate era o seguinte:

**Quadro 5.7 – FAPA/DAA (1988)**

Força Aérea e Defesa Anti-Aérea	Quantidade
➤ Aviões de combate e de instrução	58
➤ Aviões de transporte	15
➤ Helicópteros de combate e transporte	40

**Fonte:** Júnior (2007), p.120. Adaptação da autora

Para os militares da Força Aérea, o emprego da aviação foi determinante no apoio às forças terrestres que combatiam em diversas frentes. Tinham o encargo de proteger as populações, retirando-as das áreas de conflito; assistir as tropas por via aérea, abastecendo-as ou fazendo o seu transporte para outros locais; retirar feridos; fazer o reconhecimento aéreo e ainda bombardear e metralhar posições do inimigo. Cabia também à Força Aérea fazer o transporte de bens de primeira necessidade para regiões onde não se podia viajar por via terrestre (Freire, 2006). Esta situação manteve-se até finais dos anos 80, quando se concretizou a assinatura dos Acordos de Nova Iorque.

### 9.3 A Marinha de Guerra de Angola (MGA)

O terceiro ramo das Forças Armadas é a Marinha de Guerra de Angola. Foi fundada em 1976, tal como as FAPA, a partir de estruturas herdadas do exército colonial português, como objectivo primordial de garantir a defesa das águas territoriais, preservando, desta forma, as fronteiras marítimas, incluindo o controlo da Zona Económica Exclusiva (ZEE)<sup>44</sup>.

Segundo os dirigentes angolanos, a MGA foi criada num momento crucial da história mundial, caracterizado pela presença de dois sistemas político-ideológicos antagónicos, com fortes influências nos países do chamado “Terceiro Mundo”, de que Angola era parte (Nunda, 2012). É de salientar que nessa época, o contexto político militar em que Angola vivia, levou a uma maior concentração de capacidades nos outros dois ramos das Forças Armadas, uma vez que a guerra em Angola não se desenrolava no mar.

<sup>44</sup> ZEE – Zona Económica Exclusiva, de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar, Montego Bay, de 1982, é uma faixa marítima, de 200 milhas (cerca de 320 km) sobre a qual os respetivos países costeiros detêm os direitos de exploração, conservação e administração de todos os recursos aí existentes.

**Quadro 5.8 – MGA (1988)**

Marinha de Guerra	Quantidade
Navios de fiscalização e patrulha	3
Navios de desembarque	3
Lanchas torpedeiras	4
Lanchas porta-mísseis	6
Lanchas de fiscalização	1
Lanchas draga-minas	2

**Fonte:** Júnior (2007), p.120. Adaptação da autora

O Quadro 5.8 ilustra o estudo apresentado por Júnior (general das FAA) sobre os meios técnicos da Marinha de Guerra em 1988.

Por outro lado, apesar de a Marinha não ter estado tão directamente envolvida na guerra civil angolana, teve uma função central na escolta em águas territoriais dos contingentes internacionais envolvidos no conflito, no transporte de material de guerra e no abastecimento.

A partir de 2002, foi necessário reestruturar a MGA e adaptá-la ao novo contexto nacional, tendo em vista missões de fiscalização para protecção dos recursos naturais contra práticas lesivas, actividades ilícitas, pesca ilegal, poluição do mar e também para combate às intrusões ilegais. Angola tornou-se uma região para onde afluem, por via marítima, cidadãos estrangeiros, na expectativa de alcançarem prosperidade económica através de actividades comerciais ilícitas, nomeadamente do narcotráfico ou do garimpo de diamantes nas províncias das Lundas Norte e Sul. É uma situação em que se afigura imprescindível para a MGA a obtenção de meios navais a fim de enfrentar ameaças fronteiriças o que o Estado angolano terá de gerir em paralelo com vantagens políticas em relação aos países imediatos.

Quanto à frota até 2012, podemos perceber através do Quadro 5.9 a capacidade náutica da MGA.

**Quadro 5.9– MGA (2012)**

MeiosNavais	Quantidade
Coast patrol craft	3
Classe ARESA PVC – 170	5
Classe Mandume	4
Classe Namacurra	2
Lanchas usadas na fiscalização do Rio Zaire	6

**Fonte:** Marinhapl.org. Adaptação da autora

Ademais, se tivermos em conta que Angola é um país que pretende firmar-se na região, a MGA necessita de meios capazes de fiscalizar os mais de 162 mil quilómetros quadrados das águas territoriais e ter a convicção de que é do mar que provém cerca 80% do PIB angolano (petróleo e pesca), sendo também a via por onde se processa o

transporte marítimo de mercadorias dissociadas da marinha nacional. Neste particular de acordo com os especialistas da área, uma marinha para se afirmar no contexto externo, deverá ter: navios de guerra, lanchas rápidas e meios aeronavais, além de efectivos em grande escala.

Tendo em vista os desafios do século XXI, Angola tem “um programa de reedificação e modernização da Marinha (...) com a duração de dez anos (2012- 2022) no qual prevê a formação de Quadros e o reequipamento de meios técnicos e científicos...” (Cunha, 2012). Relativamente à formação contínua dos oficiais, está a ser criado um Instituto Superior Naval de Guerra, para além da Academia Naval e das escolas que já existem no país. Como mecanismos operacionais, estabeleceram-se centros regionais para processamento de dados localizados nas cidades costeiras de Cabinda, Soyo, Luanda, Lobito e Namibe.

A cooperação estratégica é um eixo estruturante da MGA. Nesse sentido mantém acordos bilaterais com diferentes países, com o objectivo de capacitar os seus efectivos, obter meios navais e assegurar o controlo de posições estratégicas no mar.

No contexto da CPLP, com o eixo de ligação consubstanciado no Atlântico, a MGA tem como parceiros privilegiados de cooperação Portugal e o Brasil. Tal opção deve-se ao facto de por um lado estes países possuírem uma experiência marítima que provém de uma longa tradição histórica, a qual lhes granjeia um peso na hierarquia de forças do mar, e por outro lado, existirem afinidades histórico-culturais, reafirmadas em diferentes momentos dos seus percursos, reflectindo um ponto de proximidade.

Numa avaliação feita por Bessa, as forças navais da CPLP disponíveis em 2008 eram as seguintes:

**Quadro 5.10 – Forças Navais Disponíveis**

Países	Efectivos	Navios	Embarcações avulsas
Angola	1 000	3	18
Cabo Verde	100	3	
Guiné Bissau	150	3	
Moçambique	200	2	6
São Tomé e Príncipe	77	1	
Timor	87	2	

**Fonte:** Bessa (2008b), p. 125.

Relativamente aos restantes países da CPLP, a cooperação é menos intensa, o que se justifica porque “dispõem de meios muito modestos”.



Tendo em conta o Quadro 5.10, observa-se a carência de efectivos e capacidades limitadas, um leque de marinhas cujos meios não lhes permitirão ir além da protecção costeira, de patrulha e vigia do mar.

A dinâmica que se observa na MGA considera-se um caso de excepção no contexto das marinhas dos países africanos da CPLP, devido aos meios navais avançados que vem adquirindo e ao aumento do número de efectivos que obtêm formação no país ou no exterior. A manter-se esta tendência, é possível que possa vir a posicionar-se ao lado de marinhas como a da África do Sul ou da Namíbia, merecendo a classificação de marinha regional.

Na África Austral, a Marinha sul-africana é vista pela MGA como um parceiro estratégico na formação de efectivos, na troca de informação sobre a situação dos mares e na realização de exercícios conjuntos com vista ao aumento da potência de ambas (Santos, 2006). Nesse sentido, existem acordos de cooperação que visam acautelar ameaças marítimas no contexto da SADC.

A cooperação com a Marinha dos Estados Unidos da América é consentânea com a importância geoestratégica que esta atribui a Angola. Em simultâneo com o apoio prestado aos outros ramos das FAA, a MGA beneficia dos programas de ensino da língua inglesa, da recolha de experiências e do programa de luta contra o VHI no seio dos militares (*O País*, 2011). Ter laços de cooperação com a Marinha dos Estados Unidos confere vantagens estratégicas à congénere angolana no contexto das relações internacionais, por se tratar de uma parceria com a Marinha mais poderosa do mundo e que na hierarquia de força no mar, é considerada “Marinha de alcance mundial”. É uma parceria da qual a MGA pode beneficiar para estruturar projecções da geopolítica do mar.

Dentro do leque de parcerias neste âmbito é de referir ainda a Alemanha, que procura uma aproximação política a Angola. Em 2011, a chanceler Angela Merkel visitou Angola, com o objectivo de propor ao Presidente angolano a venda de barcos de patrulha alemães (*Página Global*, 2011). Nesse mesmo ano, a fragata *TG 5001-02 “Sachsen”* da Marinha de Guerra da República Federal da Alemanha, esteve em águas territoriais angolanas com vista a uma visita de cortesia, no âmbito das relações de amizade e cooperação (...) no Quadro das relações militares com a MGA (Wetters, 2011).

Para a diplomacia alemã, os contactos iniciais resultaram em conversações com o Ministério das Relações Exteriores de Angola, com vista à criação de uma comissão

bilateral. Neste contexto, foi elucidativo o interesse político e geoeconómico por parte da diplomacia alemã. Esta posição é consentânea com o crescente reconhecimento da potencialidade de Angola.

Ainda no que diz respeito à cooperação, existem protocolos assinados com países anglófonos e francófonos - Inglaterra e França - para formação linguística dos efectivos da MGA. Em termos práticos, é uma medida que vai permitir uma maior integração, não só na região no contexto da SADC e da CEAC, como também a nível mundial.

O poder naval ocupa um papel central na segurança de um Estado. Cabendo-lhe a defesa e protecção do mar, porque por esta via se movem externalidades que podem perturbar a estabilidade do país. No caso angolano, dada a dimensão do território, e as potencialidades e ameaças fronteiriças a que está sujeito, a Marinha de Guerra é tão estratégica quanto as Forças Armadas. Para além de que, desde tempos imemoriais, o controlo do mar é vital para o poder nacional e uma força naval bem equipada é um factor de dissuasão não desprezível.

## CAPÍTULO VI– POTÊNCIA REGIONAL EMERGENTE: OS INSTRUMENTOS PARA INFLUÊNCIA EXTERNA

No decurso deste capítulo pretende-se analisar, até que ponto é que Angola com os seus ditames: potencialidade do *heartland*, geopolítica na região austral e do Golfo da Guiné, com os instrumentos de influência material e institucional e a diplomacia pública, consegue ter influencia a nível regional, de forma a ser reconhecida pelos seus homólogos como potência regional emergente.

### 1 Geopolítica do *heartland* do Sul

O *heartland* do Sul, conforme referido anteriormente, é uma expressão atribuída a Mackinder, ao caracterizar os países que constituem a África Austral e Central. Trata-se de uma área plana, que permite contactos e comunicações sem dificuldade e com elevado índice populacional. Os países que enquadram o *heartland* constituem dois grupos que se distinguem por terem ou não saída para o mar. Do primeiro grupo fazem parte Angola, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Tanzânia e República Democrática do Congo, que tem acesso ao mar ao longo do rio Congo até à foz. Ao segundo grupo pertencem: Uganda, Ruanda, Burundi, Malawi, Zâmbia, Zimbabué. São países *geobloqueados*, que apenas dispõem de bacias hidrográficas e rios. Como tal, uma vez que o mar é um elemento estratégico, a geopolítica destes países pode ser condicionada pelos países do primeiro grupo. Qual será, então, a posição de Angola?

O Quadro geopolítico de Angola na África Central e Austral reflecte um conjunto de factores que caracteriza a instabilidade da maioria dos Estados. Referimo-nos a uma zona de tensão e conflitos (ZTC) onde se disputa a demarcação de fronteiras e o controlo dos recursos naturais; caracterizada por: questões étnicas, na região dos Grandes Lagos, que inclui o Ruanda (hutus) e o Burundi (tutsi) e a RDC. Saliente-se que as guerras que tiveram lugar na década de 90 na RDC e que levaram ao derrube de Mobutu e, posteriormente, à insurreição contra Laurent Kabila tiveram origem nesta região. O mapa geográfico faz com que Angola se torne uma plataforma para onde tendem a convergir conflitos regionais. É o que vem acontecendo em relação à África Central, e o que sucede até um passado recente (final da Guerra Fria) na região austral.

Tendo como referência a África Central, Angola tem, a norte, a província de Cabinda, que faz fronteira com países imediatos como a RDC e a República do Congo.

Neste triângulo convergem interesses em águas territoriais, devido à existência de grandes reservas de petróleo *offshore*, o que constitui um dos pontos de turbulência geopolítica, com a delimitação a ser reclamada pelos Estados fronteiriços. Por esta razão, o que aqui se passa não pode ser alheio a Angola.

No entanto, a RDC é o país com maior número de recursos naturais da região (Secretariado SADC, 2010). Detém 80% das reservas do Coltan existentes no mundo, minério estratégico no uso das novas tecnologias, indispensáveis à sobrevivência e bem-estar das sociedades modernas. A região congolosa de Katanga possui alguns dos melhores depósitos mundiais de cobre e cobalto.

Dada a extensão do rio Congo, que também banha Angola, a sua bacia hidrográfica é a segunda maior do mundo, a seguir ao Amazonas. A RDC é também o país que tem maior território, sendo o mais extenso e também o mais populoso.

Durante um ciclo de conferências a que assistimos, na Escola Superior de Guerra, em Luanda, foi defendido que: A RDC é um monstro adormecido e se acordar, pode ser uma ameaça para Angola, que, caso não se desenvolva, ficará bloqueada entre a RDC e a África do Sul (Veríssimo, 2011).

A RDC é afectada pelas crises que assolam os países africanos e que se revelam através de indicadores económicos, sociais e de desenvolvimento humano. Os recursos que o país detém não se reflectem em ciclos de crescimento. Acresce que Mobutu, durante o seu tempo de governação, não construiu estradas. Segundo Gambino na publicação *Council on Foreign Relations*, um país com a dimensão do Congo tem apenas 600 Km de estradas asfaltadas. Das dez capitais provinciais, apenas uma tem acesso à Kinshasa por terra, três por via marítima e seis por via aérea (Gambino, 2008: 21). Por estas razões poucos eram os que podiam fazer a comunicação entre as regiões, limitando, a partida, a movimentação das populações, o que pode entender-se como uma estratégia para minimizar possíveis confrontos étnicos. Existem no país entre duzentos a trezentos grupos étnicos diferentes (Correia, 2010: 347).

Em relação aos restantes países da África Central são de menor dimensão, tal como o seu grau de ameaça em relação a Angola. A República do Congo, país imediato, é de menor extensão, está frequentemente associado a dinâmicas de fragmentação, fusão ou de anexação de territórios vizinhos. Neste contexto, estando Cabinda no perímetro dos interesses geopolíticos da República do Congo, interessa ao Governo de Angola ter boas relações com a liderança política naquele país, a fim de impedir a deflagração de qualquer conflito, que possa pôr em causa a estabilidade do território angolano.

No que concerne à República Centro Africana, um dos principais problemas é a definição do sistema político. Em 1976, por iniciativa do presidente Bokassa, foi constituído o império; seguiu-se a implementação da República em 1979 e desde então o sistema tem sido alternado entre eleições e golpes de estado, o último dos quais em Março de 2013, com os rebeldes do movimento Séléka a tomarem o controlo da capital, Bangui. O país possui reservas de ouro, diamantes, urânio e ferro, que são também causas de coexistência conflitual na região.

Quanto à África Austral, depois de, em 1998 tropas de defesa sul-africanas e do Botsuana intervirem militarmente no Lesoto com a “Operação Boleas” e depois do final da guerra civil angolana, em 2002, não se registam conflitualidades entre os países que fazem parte deste bloco. Daí que a geopolítica de Angola seja movida por questões económicas, o que pressupõe outro tipo de desafios perante os países limítrofes

A geopolítica de Angola na região central de África é direccionada para a resolução de conflitos que, sendo inicialmente de carácter interno, acabam por se tornar regionais devido a questões inter-étnicas, fronteiriças ou de luta pelos recursos envolvendo países vizinhos. Dada a conflitualidade existente, a geopolítica de Angola neste espaço é de apaziguamento, para neutralizar possíveis ameaças que venham destes territórios. De resto, as acções levadas a cabo nesta zona têm-lhe permitido, com sucesso, injectar poder no *heartland* do Sul para se firmar. A afirmação envolve, necessariamente, investimento em sectores internos e que contribuem para cimentar a projecção de poder, elemento fulcral no posicionamento externo de um Estado para ser reconhecido como potência regional.

## **2 Instrumentos materiais para influência externa**

Neste ponto analisam-se os meios tangíveis através dos quais Angola exerce a sua influência no exterior nomeadamente instrumentos materiais, institucionais e de diplomacia pública.

## 2.1 As Acções militares

*“Deus está ao lado dos grandes batalhões”*

Napoleão

O programa do Governo de Angola para 2012-2017, no que diz respeito à política externa, define o conjunto de princípios que servem de base para justificar acções militares: “Contribuir para a eliminação de focos de tensão e conflitos bem como para a prevenção dos mesmos, sobretudo nas regiões circunvizinhas de Angola”. Este pressuposto, que sempre funcionou como doutrina do Estado angolano, legitima a posição de Luanda ao intervir em zonas além das suas fronteiras, com a finalidade de salvaguardar interesses vitais. Assim aconteceu em relação à RDC e à República do Congo e ao enquadrar forças de manutenção da paz.

Como já referimos, as FAA são consideradas um exemplo de plano estratégico bem-sucedido e o exército com maior potencial combativo da região, um reconhecimento que lhe advém de um historial de num passado recente. Depois de as FAPLA, com o apoio dos aliados cubanos e russos, terem ganho a batalha do Cuito Cuanavale, que decorreu entre 15 de Novembro de 1987 a 23 de Março de 1988, contra o exército da África do Sul e de terem protagonizado a guerra civil, que passou por diferentes etapas e culminou com a vitória em 2002, passaram a ser vistas como forças com grandes potencialidades e invencíveis na África Subsariana.

A nível regional, o poder militar vinha sendo usado para enfrentar ameaças, provenientes do norte, facilitadas pela extensão e vulnerabilidade das fronteiras terrestres com a República Democrática do Congo, com o Congo Brazzaville e com a parte de Angola onde se encontra o enclave petrolífero de Cabinda. Estas ameaças põem em causa o perímetro de segurança do país, o que levou ao intervencionismo do Governo de Luanda na região da África Central.

Em Maio de 1997, em plena guerra civil angolana, as FAA ajudaram as tropas de Laurent Désiré Kabila a derrubar Mobutu, um aliado da UNITA. Para além desta ofensiva, em Julho do mesmo ano, Angola enviou tropas ao Congo Brazzaville para ajudar Denis Sassou Nguesso a derrubar Pascal Lissouba no poder, cuja base de apoio se centrava no grupo étnico dos bacongos, que, por sua vez, apoiavam os independentistas de Cabinda.

Em 1999, a geopolítica de Angola continuava a ter o seu epicentro nos Congos. Em Julho desse ano, Laurent Désiré Kabila enfrenta a ameaça dos tútsis que faziam parte do seu exército e que o haviam posto no poder. E de novo Luanda interveio. Segundo o argumento do general das FAA, José Maria (2010), esta foi também uma oportunidade de proteger Cabinda, razão pela qual as forças angolanas penetraram na RDC para impedir a tomada de Kinshasa pelos “rebeldes”.

Importa salientar que em todo o xadrez, os beligerantes congolese se constituíam em dois grupos: de um lado Kabila, apoiado pelos países francófonos da África Central e pelo Sudão e, ainda no contexto da SADC, apoiado por tropas de Angola, Zimbabué e Namíbia. Do lado dos tútsis, isto é, dos revoltosos, estavam o Uganda, o Ruanda e o Burundi. Por sua vez, este grupo dividia-se em dois: a norte, os que apoiavam Mobutu, através de Jean Pierre Bemba, líder do Movimento de Libertação do Congo; a sul, a outra frente era constituída pelos ruandeses, que defendiam o federalismo para aquela região.

Neste tabuleiro de xadrez, os actores disputavam posições estratégicas que lhes permitissem o controlo de recursos naturais. Para o general José Maria (2010), esta reivindicação tinha como base riquezas minerais no território da RDC. Daí que os presidentes de Angola, do Zimbabué e da Namíbia tenham ido em socorro do presidente Kabila.

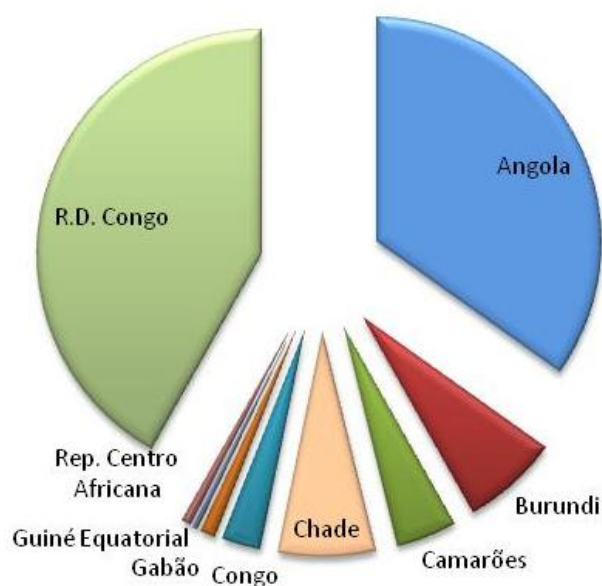
A conflitualidade nos países imediatos e mediatos a Angola, que constituem a região dos Grandes Lagos, levaram-na a utilizar o poder militar como instrumento de influência para salvaguardar os seus interesses, que se viam ameaçados, por um lado por forças internas (UNITA e independentistas) que utilizavam o território de países vizinhos como santuário, por outro por lado, questões externas inerentes às regiões fronteiriças, em disputa por causas estruturantes como: a etnia, os recursos, a política e a economia, numa luta que envolveu nove países, da região austral e central, e cujas consequências poderiam ter um efeito dominó. Para os mais cépticos, a instabilidade na região trouxe à tona a profecia do clássico, Franz Fanon de que “a África tem a forma de um revólver e o Congo é o gatilho”.

O mapa geopolítico dos Grandes Lagos constitui uma região de alerta, onde Angola pretende incentivar uma paz duradoira, conforme defende na sua “Agenda Angola 2025” e no “Programa de Governo 2012-2017”. Angola faz parte da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos, criada em 1994, assumiu em Dezembro de 2013, a presidência rotativa, por dois anos e tem tido um papel activo na

resolução de conflitos desta região. Daí que, a capacidade militar e o papel desempenhado no apaziguamento da região dos Grandes Lagos, tem merecido a Angola, por parte de alguns quadrantes, a designação de potência militar na África Austral.

A ideia de supremacia tem sido reforçada, por estudos sobre a capacidade militar de diferentes países. Numa investigação sobre o papel das FAA na arquitectura da paz, Bernardino (2013: 563-565) procura avaliar a capacidade militar de Angola perante os seus parceiros. O autor adopta um modelo matemático, que lhe permitiu correlacionar o potencial do poder conjugado e comparar os principais efectivos e meios militares das Forças Armadas de países da África Central. Os Quadros que se seguem permitem-nos fazer uma avaliação da proporção do poder do exército angolano relativamente: aos efectivos e aos recursos materiais (viaturas de combate, blindados e morteiros) dos outros países.

**Figura 6.1 – Efectivos do Exército**



**Fonte:** IISS<sup>45</sup>, The Military Balance, 2010; Bernardino (2013), pp. 565.  
Adaptação da autora

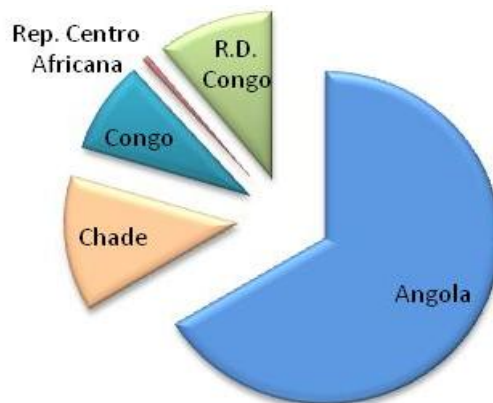
Verifica-se que, quanto ao número de efectivos, Figura 6.3, a RDC é o que detém maior número de soldados. Esta constatação facilmente pode ser associada ao

<sup>45</sup> IISS – International Institute for Strategic Studies



facto de ser o país mais populoso da região, logo com maiores possibilidades de converter um maior número de cidadãos em efectivos militares.

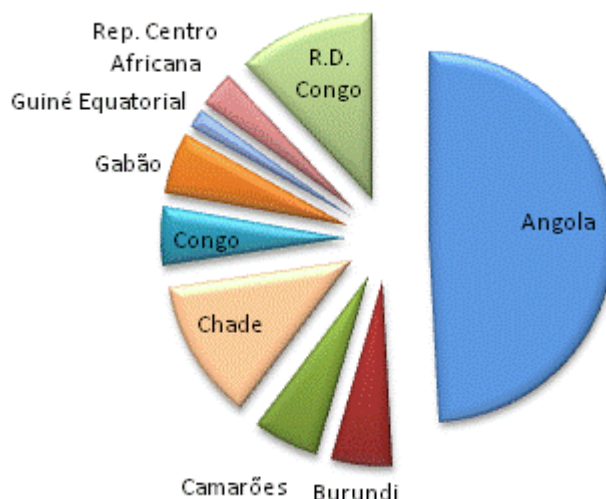
**Figura 6.2– Carros de combate (MBT)**



**Fonte:** IISS, The Military Balance, 2010; Bernardino (2013), p. 565. Adaptação da autora

Relativamente aos carros de combate, Figura 6.4, Angola tem mais do dobro dos restantes países. Por outro lado, nem todos os da região possuem este recurso material.

**Figura 6.3– Viaturas Blindadas**

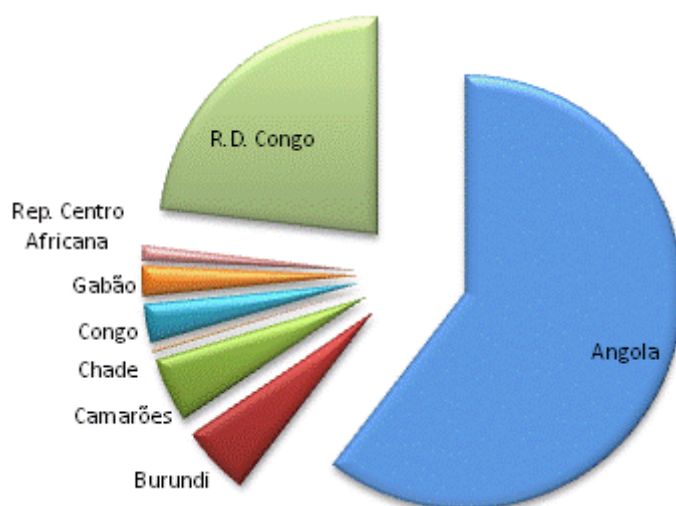


**Fonte:** IISS, The Military Balance, 2010; Bernardino (2013), p. 565. Adaptação da autora

No que diz respeito às viaturas blindadas, Figura 6.5, Angola tem metade do que possui o total dos oito países avaliados. Por fim, no que diz respeito à artilharia e

morteiros, Figura 6.6., de igual modo, Angola tem mais de metade do total do arsenal que o dos seus homólogos em conjunto.

**Figura 6.4– Artilharia e Morteiros**



**Fonte:** IISS, *The Military Balance*, 2010; Bernardino (2013), p. 565. Adaptação da autora

Estas discrepâncias dos outros países em relação a Angola, em nosso entender, resultam de três factores interligados entre si: o primeiro é limitativo e relaciona-se com a natureza dos exércitos constituídos após as independências, sem grandes orçamentos; na maioria dos casos, os militares são seleccionados com base na origem étnica do Presidente em exercício, o que limita, à partida, o número de efectivos; o segundo é estrutural e tem a ver com questões relacionadas com as precárias vias de comunicação dos países homólogos e os materiais de combate que possuem. O terceiro factor relaciona-se com a vantagem que Angola tem sobre os seus parceiros: possui uma estrutura militar cuja génese remota à luta pela independência, 1961, e lhe confere uma longa experiência combativa. Angola é um país com recursos o que significa que pode ter um exército mais bem apetrechado para enfrentar conflitualidades, e o facto de as FAA constituírem um factor de união sem distinção de etnias.

No cômputo geral, o país tem conseguido eliminar vulnerabilidades, que são objecto de exploração por forças opositoras, e isso têm-lhe merecido a designação de potência militar na África Austral por parte de alguns estudiosos desta temática.

Porém, conforme podemos constatar na literatura que recolhemos junto do Estado Maior General das FAA em Luanda, existe no seio desta instituição a consciência de que, na região austral, há outros países com Forças Armadas fortes,

como a África do Sul e o Zimbabué, que possuem vantagens logísticas fortes, relativamente a Angola, por serem auto-suficientes em termos de equipamentos. Têm indústrias de material bélico que lhes permitem fazer a montagem de um sistema adequado de manutenção, reabastecimento e transporte das suas tropas. Esta condição fragiliza as FAA devido à falta de um sistema de apoio logístico, deixando-a totalmente na dependência do exterior (Gaspar, 2012: 91-93).

## **2.2 A prevenção de conflitos**

Poucos anos haviam passado desde o início das independências da África Subsariana quando, em 1963, teve lugar o primeiro golpe de Estado em África, no Togo, motivado por reivindicações salariais de militares descontentes. A partir de então, os golpes de Estado e as guerras civis passaram a ser as vias através das quais os excluídos das benesses do regime, manifestavam o seu desagrado, ante a inoperacionalidade da então ONU e das Forças das Nações Unidas. A situação prevaleceu até 1990, altura em que surgiu a vaga de democratização em África.

Desde então, a paz tornou-se uma prioridade para os países africanos. Consequentemente, a UA fez da “prevenção e a resolução de conflitos”, um dos pontos centrais da sua acção. Em 2004 criou o Conselho de Paz e Segurança (CPS) com o objectivo de promover a estabilidade no Continente. Neste órgão, está incorporado um “Sistema Continental de Alerta Prévio (CEWS) ligado às unidades de observação e monitorização das organizações sub-regionais, como a CEDEAO/ECOWAS e a SADC (Andrade, 2011).

Com efeito, por determinação da UA, cada organização regional criou uma unidade militar até ao nível de brigada, para intervir em operações de paz (General “Kianda”, 2013). Referimo-nos à African Standby Brigades e é neste contexto que Angola participa em diferentes exercícios, que envolvem efectivos e meios militares. Como membro da SADC enquadra os *Dolphin*; pela CEEAC participa nos exercícios Kwanza e pela CPLP na *Felino*.

Fora deste cenário, os militares angolanos estiveram na Guiné Bissau, ao abrigo de um acordo de cooperação bilateral técnico e militar, designado *Missang*, assinado em 2005 entre o Estado angolano e o Presidente guineense Malam Bacai Sanha. O acordo tinha como objectivo formar efectivos da polícia, reabilitar casernas e segundo a agência Lusa, incluía a reabilitação do Ministério do Interior (Lusa, 2012). Conforme nos foi revelado por fontes guineenses, estiveram em Angola para receber formação,

dois batalhões: o primeiro no período entre 29 de Maio até final de Novembro de 2005, composto por cerca de 250 e 300 efectivos; o segundo, em 2012, mais numeroso, continha cerca de 350 efectivos. A formação deste contingente não chegou ao seu termo, devido ao golpe de estado que se verificou na Guiné-Bissau. Com a formação recebida em Angola, esses elementos “eram polícias da elite, para-militar de intervenção rápida e melhores preparados do que os militares”.

Por outro lado, segundo a nossa fonte, a presença militar angolana na Guiné - Bissau era contestada pelo exército local. Consideravam que o arsenal da *Missang* era demasiado bélico para as reformas que diziam estar a efectuar. Para além disso argumentavam que os militares angolanos, enquanto força estrangeira, tinham demasiada autonomia e que a *Missang* representava o “braço armado da liderança política”. Acontece que não eram apenas os militares a questionar esta parceria. Os parlamentares guineenses referiam que a mesma teria sido efectuada “sem que o assunto tivesse sido debatido no Parlamento guineense”. Criou-se uma situação de desconfiança, que o Governo guineense não conseguiu gerir.

Entretanto, o contexto interno havia sido alterado com a morte por doença do Presidente Malam Bacai Sanha, sucedendo-lhe no poder Carlos Gomes Júnior, primeiro-ministro e Raimundo Pereira, presidente interino, que deram continuidade à parceria. No entanto, esta terminou aquando o golpe de Estado na Guiné, que destituiu o Governo em exercício e que teve como consequência o fim da *Missang*<sup>46</sup>.

Do ponto de vista das chefias militares angolanas, tratou-se de uma missão no âmbito de um acordo bilateral com “um país amigo”, que chegou ao fim por razões de ordem interna da outra parte e que levaram à queda do Governo vigente, sendo que a nova liderança, optou pela rotura do acordo. À luz da escola realista, em política, quando os interesses são importantes mas não vitais, deve-se avaliar os custos e os riscos de uma missão. Seguindo esta lógica, a *Missang* pôs termo à sua missão na Guiné -Bissau.

O outro aspecto da *Missang* relaciona-se com o acordo assinado em 2009, entre Angola e o Governo guineense para exploração conjunta de bauxite na região sudeste de Boé, zona fronteiriça com a Guiné-Conacri (Anexo B-5). Segundo as autoridades guineenses, o acordo visava gerar recursos e contribuir para a melhoria da balança de

---

<sup>46</sup> Para uma análise da situação política da Guiné-Bissau e das reformas empreendidas nos últimos anos, ver Anexo B-6.

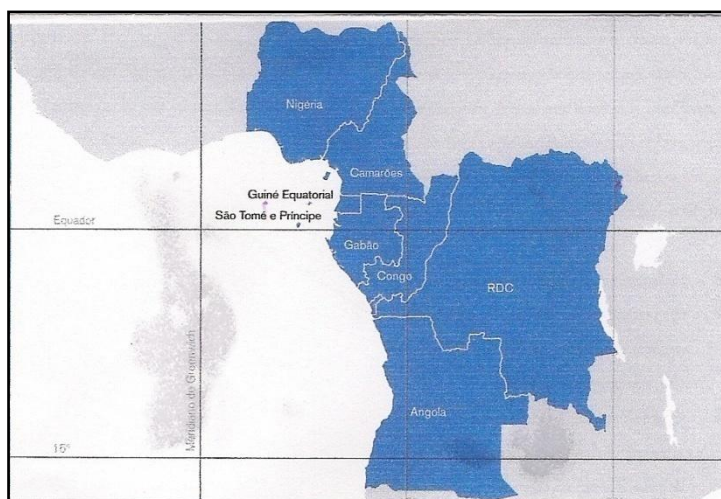
pagamentos. Para além da bauxite, a Guiné tem também fosfatos e petróleo por explorar.

O acesso a estes recursos seria uma via de penetração de Angola na África Ocidental, conferindo-lhe uma posição geoestratégica de elevada importância, onde poderia projectar o seu poder nessa região. A acontecer, o seu posicionamento e equilíbrio de poder dependeria da Nigéria, que comanda o bloco regional da África Ocidental.

### 3 Geopolítica no golfo da Guiné

Geograficamente, o golfo da Guiné é uma concavidade na costa ocidental de África, entre a fronteira costa marfinense e liberiana a norte, e a fronteira entre a Namíbia e o Sul de Angola (Ogoulat, 2006: 10). É, normalmente, percebido a partir de três dimensões. A primeira situa-nos relativamente às questões histórico-políticas, que enquadram todos os países que geograficamente, se localizam na região. A segunda refere-se aos países aí localizados, produtores de petróleo e que passaram a ser um alvo estratégico a partir de 1973, aquando da crise mundial do petróleo, constituindo-se assim um mapa geopolítico. Por fim a terceira perspectiva incide na Comissão do Golfo da Guiné, criada em 1999 e que funciona como um órgão que zela pelo reforço da segurança colectiva, da paz e do desenvolvimento sub-regional.

**Figura 6.5 – A Geografia do Petróleo no Golfo da Guiné**



**Fonte:** Chatham House (2012), p.18.

Para o presente estudo, centramo-nos nas duas últimas dimensões, ou seja enquanto mapa geográfico de uma região produtora de petróleo, caracterizada por um conjunto de países, distintos entre si devido ao seu passado histórico, que linguisticamente são francófonos (a maioria), anglófono, lusófonos e castelhano<sup>47</sup> e são geograficamente descontínuos. Estes países têm em comum o facto de serem ricos em recursos naturais e, em especial, possuírem vastas jazidas de petróleo, localizadas *offshore*, o que lhes confere uma importância geoestratégica na região. Servant refere que este petróleo constitui 8% das reservas mundiais e até 2015, os Estados Unidos poderão importar 25% do seu petróleo da África Subsariana (Servant, 2003).

Há muito que o petróleo do golfo da Guiné vinha sendo explorado pelas multinacionais norte-americanas, nomeadamente: a Exxon Mobil, Chevron, Maraton Oil, Amerada Hess e Ocean Energy e também pelas francesas Elf Aquitaine, Total e ainda pelas britânicas, BP e Shell. Nessa altura, tratava-se de uma relação entre as petrolíferas e os Estados - as multinacionais actuavam como grupos de interesses dos seus respectivos países junto dos países produtores na África Subsariana.

Entretanto, questões externas à conjuntura regional impulsionaram o *poder funcional* destes petro-Estados, aumentando a sua importância geopolítica. Os acontecimentos do 11 de Setembro de 2001, fizeram com que os norte-americanos decidissem alterar as fontes de abastecimentos de petróleo e adoptassem uma política de exploração face ao continente sob o lema *African Oil Policy Initiative*.

A segunda dimensão é constitucional e diz respeito à Comissão do Golfo da Guiné, que funciona como uma espécie de governo do golfo petrolífero, tendo como metas principais zelar pela segurança e estabilidade na região. Para tal, os Estados membros criaram uma Assembleia de Chefes de Estados e Governo e um Conselho de Ministros do qual fazem parte os ministros responsáveis pelas Relações Exteriores, Finanças, Petróleos, Pescas, Minas e Ambiente. A Assembleia de Chefes de Estado é responsável pela tomada de decisões no seio deste órgão e ao Conselho de Ministros incumbe a harmonização dos diferentes assuntos antes de serem levados à Assembleia. Os dois órgãos reúnem-se em cimeira uma vez por ano e a Assembleia é assumida rotativamente por ordem alfabética pelo chefe de Estado do respectivo país. A sua sede é em Luanda (Anexo D-3 e Anexo D-4).

---

<sup>47</sup>Países do mapa petrolífero do Golfo da Guiné: - Angola, Camarões, Congo-Brazaville, Chade, Gabão, Guiné Equatorial, Nigéria, República Democrática do Congo e S. Tomé e Príncipe.

É para aqui que convergem os interesses pela região e Angola é vista por actores externos, como o país com as potencialidades económicas e a capacidade militar capazes de assegurar a estabilidade na zona e influenciar países imediatos e mediatos do bloco regional - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). A esta organização regional pertence também a Nigéria, o maior produtor de petróleo da África Subsariana, mas que tem a seu desfavor a insegurança causada pela pirataria ao longo da sua costa. Nesta situação Angola pode desempenhar um papel de país estabilizador. A sua posição no golfo da Guiné é de abrangência e, por isso, defende uma “conjugação de esforços mais eficaz entre os países da África Central e Ocidental, da União Africana, do Atlântico Sul e das Nações Unidas” (Santos, 2013, Anexo D-11). O pensamento do Presidente angolano traduz a evolução do conceito geográfico do golfo da Guiné, ao ser admitida a adesão de outros países. É uma proposta realista sobretudo se tivermos em conta as ameaças relacionadas com a pirataria, furtos de petróleo bruto, tráfico de drogas e pesca ilegal. Por essa razão, quanto mais Estados integrem a organização menor é o risco de existirem santuários ou base para o terrorismo transnacional. Para além deste aspecto, o alargamento da zona geopolítica do GG pode fazer dela a sexta região macro económica africana.

Ademais, trata-se de uma área que foi declarada zona de interesse vital, o que significa que qualquer acontecimento que ocorra neste espaço, afecta os interesses dos EUA. Por essa razão, ficou decidido, em 2010, na reunião da NATO em Lisboa, que quem ameace o interesse de algum país membro afecta o interesse de todos os outros países - membros e a NATO tem de intervir (Veríssimo, 2011)<sup>48</sup>.

Dentro deste espírito, uma delegação do Reino Unido, enquanto membro da NATO, representada pela Chatham House, esteve em Angola com o navio *HMS* da Marinha Real Britânica, a bordo do qual foi debatida com as autoridades locais a segurança marítima e acções operacionais. Ao procederem assim, foi uma confirmação político-diplomática de conjugação de esforços em prol da segurança energética e da economia global.

Esta acção diplomática vem ao encontro da posição expressa pelo Presidente angolano, na qualidade de presidente em exercício da Comissão do Golfo da Guiné, durante a III Cimeira na qual defendeu a adesão de outros países que aceitem os

---

<sup>48</sup> Escola Superior de Guerra, FAA, Ciclo de Conferências sobre Geopolítica e Angola, Luanda, recolha da autora.

estatutos e se comprometam a lutar pelos seus objectivos, conferindo-lhes assim maior abrangência e eficácia em todo o espaço da sua jurisdição

**Figura 6.6 – Conferência “Angola e o golfo da Guiné”**



Fonte: Chatham House (2012), p. 2.

É um apelo a todos os Estados para a estabilidade de uma área geoeconómica, para onde convergem interesses vitais de natureza global e em que Angola é um actor central, apesar de ter a Nigéria como concorrente.

## **4 Instrumentos de Influência Institucional**

### **4.1 As Organizações Financeiras**

#### **4.1.1 O Fundo Monetário Internacional (FMI)**

Em 1989, Angola iniciou as suas relações com instituições de governação global, aderindo ao FMI. Numa primeira fase, visou a criação de programas de estabilização macroeconómica, bem como a promoção de reformas estruturais, com um empréstimo com condições pré -estabelecidas de transparência, que deveriam funcionar como uma salvaguarda de que o país teria capacidade para reembolsar. Porém, a implementação destas medidas nem sempre foi pacífica, devido aos princípios de conduta impostos pelo Fundo e à posição de Angola como país soberano, a quem cabe seleccionar, formular e implementar as políticas que garantirão o sucesso do programa apoiado pelo FMI.

Criou-se um braço de ferro entre Angola e o FMI que levou a uma perturbação das relações entre as partes. Esta tensão só viria a desanuviar-se em 2009, durante a Cimeira do G8, em Áquila, Itália, para a qual o Presidente angolano foi convidado,



tendo tido a oportunidade de aí realçar a situação de crise económica e financeira que afectava o crescimento das economias do continente africano, devido à redução dos activos, das receitas dos minerais, dos preços de exportação e outros factores de constrangimento que resultavam no aumento da pobreza. Lembrou às instituições financeiras da necessidade de se aperfeiçoar e reforçar os mecanismos de regulação e de supervisão dos Bancos Centrais e de estreitar a cooperação entre si. Referindo-se à reforma do sistema financeiro internacional, em defesa dos países africanos, defendeu que a comunidade internacional deveria tomar parte activa nesse processo que conduziria a uma nova ordem e a maior democratização do FMI (Santos, 2009; Anexo D-6).

Seguiu-se um apoio do FMI para fazer face as dificuldades da balança de pagamentos, resultantes da crise económica e financeira que o país atravessava apoio esse que se traduziu num acordos *Stand-by* (SBA) com Angola, aplicável a países de renda média e que se destinou a solucionar problemas de curto prazo da balança de pagamentos. No caso angolano o Acordo foi ratificado em Novembro de 2011, teve a duração de 27 meses e o montante de DSE 858,9 milhões (1,4 mil milhões de dólares), para serem transferidos em seis tranches, mediante a avaliação no âmbito do Acordo (FMI, 2011, *online*).

Angola foi oficialmente demonstrando sinais de transparência, ao publicar as contas das receitas do petróleo no *website* do Ministério das Finanças. Uma outra demonstração foi a reconstrução das infra-estruturas nacionais em curso, e a abertura a sectores não-petrolíferos da economia. Estas acções levaram o FMI a reconhecer que Angola tinha conseguido estabilizar a situação financeira e que existia um crescimento económico, apesar da vulnerabilidade a uma quebra das receitas petrolíferas (*Negócios*, 2012).

Os limites e cedências na interacção entre Angola e o FMI têm a favor de Angola, o petróleo como recurso de poder, o que lhe permite através da diplomacia e da negociação fazer com que os financiadores assumam uma posição conciliadora no tratamento de questões com o Governo angolano.

#### **4.1.2 O Banco Mundial (BM)**

No mesmo ano em que aderiu ao FMI, Angola aderiu ao BM e dois anos depois beneficiou de um crédito do World Bank International Development Association (IDA) para a gestão económica e reconstrução (Codato, 2010). O crédito tinha fins

essencialmente humanitários, visava a melhoria das condições de vida da população e incidia sobre a construção de infra-estruturas, nomeadamente escolas, hospitais e ainda o arranjo de vias secundárias (picadas) nos meios rurais; projecto “Água para Todos”; agricultura; programas para grupos alvos relacionados com o HIV, malária, desmobilização e reintegração dos militares; *empowerment* de elementos das administrações municipais.

Na execução dos projectos, os operadores do Banco Mundial trabalham em conjunto com uma equipa composta por técnicos nacionais, que os monitorizam. O Estado angolano está vinculado participando nos orçamentos. Espera-se que estes esforços venham a melhorar as capacidades e competências dos grupos populacionais abrangidos.

Parece evidente que o país ganhou credibilidade junto dos mercados. Actualmente, é tido como próspero e, para alguns, uma potência emergente. Só que esta situação poderá reflectir-se desfavoravelmente nas populações mais vulneráveis vendo-se privadas dos fundos de instituições internacionais de ajuda ao desenvolvimento, se, nas suas avaliações, considerarem que Angola tem capacidades para proporcionar bem estar e justiça social sustentável aos grupos comunitários. Por enquanto, esta afirmação baseia-se apenas numa avaliação de padrões.

#### **4.2 As organizações multilaterais**

Angola integra várias organizações internacionais: a ONU e suas filiações; o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio); a OMC (Organização Mundial do Comércio). E ainda é membro do Movimento dos Países Não-Alinhados (MNA).

Ao nível do continente africano, a diplomacia multilateral angolana tem-se adaptado às constantes alterações da conjuntura política. Em 2004, a União Africana<sup>49</sup>, inspirada nos estatutos do Conselho de Segurança da ONU, criou o Conselho de Paz e Segurança, com poderes para enviar forças militares de pacificação e manutenção de paz para zonas em conflito. Em 2007, Angola esteve na presidência deste órgão, como o reconhecimento de ser um país experiente na resolução de conflitos. De resto, este é um argumento defendido pelo presidente da Comissão da União Africana, Jean Ping, ao

---

<sup>49</sup> A União Africana – UA, instituída em 2000, resulta da reformulação da OUA, é composta por um conjunto de órgãos direccionados para resolver os problemas africanos de forma mais realista e adaptados à conjuntura internacional. O modelo de constituição da UA foi inspirado no da União Europeia.

referir, em Luanda, que “alguns países de África podem adquirir junto a Angola a experiência para a resolução de conflitos e o desarmamento da população” (José, 2011:146).

Angola faz parte da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África - NEPAD<sup>50</sup>, que, tecnicamente é o órgão económico da UA, criado em 2001 por iniciativa dos antigos presidentes da África do Sul, Thabo Mbeki e do Senegal, Abdoulaye Wade. Tem como principais áreas de actuação as infra-estruturas regionais, agricultura, acesso aos mercados, educação, saúde e ambiente, conforme definido no Capítulo 5 dos estatutos. Segundo o Governo angolano as suas políticas internas reflectem a filosofia do NEPAD (ANGOLA & Comunidade Europeia, s.d.). Na prática significa boa governação económica e social; desenvolvimento das infra-estruturas e adopção do mecanismo Africano de controlo da igualdade dos parceiros, de forma a promover a integração regional (NEPAD, *online*).

A nível regional Angola integra a SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) e a CEEAC (Comunidade Económica dos Estados da África Central) e CIRGL (Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos). A estratégia seguida por Angola nestas duas regiões, confere-lhe uma dupla projecção e influência política, diplomática, económica e militar sobre dois blocos geopolíticos, a África Austral e a África Central. A sua esfera de influência tende para a África Ocidental, nomeadamente Guiné Equatorial e o Gana com quem mantém laços de cooperação.

Por razões de ordem histórica, faz parte da Comunidade dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP, que se constitui sobre um espaço geograficamente descontínuo. Os seus membros estão unidos pela língua oficial comum; pelo facto das relações entre Angola, Portugal (que inicialmente estabeleceu as fronteiras e a organização territorial) e os seus associados na CPLP serem extremamente cordiais; pela igualdade absoluta de direitos de todos os membros e porque o membro europeu – Portugal – pode servir de plataforma giratória entre todos os associados e a Europa, especialmente a União Europeia. Na condição de membro, Angola procura reforçar laços de amizade e de solidariedade com os seus parceiros, nomeadamente acordos de cooperação com a Guiné-Bissau; em São Tomé e Príncipe tem acordos de cooperação nas áreas de economia, finanças e actividades sociais e existem relações empresariais e do sector bancário com Moçambique e Cabo Verde (ANGOLA – MIREX, *online*).

---

<sup>50</sup>O NEPAD – foi concebida numa lógica de renovação do continente Africano, tendo em vista erradicar a pobreza na África e promover o crescimento económico.

Enquanto país produtor de petróleo, em Janeiro de 2007 adere à Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP, ocupando o décimo segundo lugar como membro de pleno direito. Nessa condição passou a poder defender melhor os seus interesses e a pronunciar-se sobre a política de preços. Importa relembrar que Angola é o segundo maior produtor de petróleo da África Subsariana, a seguir à Nigéria. A produção nacional em Agosto de 2012, era de 1,8 m bd. Segundo dados do *Key World Energy Statistics*, de 2012, sobre os dez maiores exportadores de petróleo, numa lista liderada pela Arábia Saudita, Angola ocupa o 7º lugar.

Angola tem uma dinâmica que é transversal em diferentes instituições e faz com que tenha um poder que lhe é atribuído a partir do exterior.

## **5 Internacionalização do poder angolano**

O fim da guerra em Angola encerrou um capítulo de instabilidade política económica e social, dando lugar a uma nova fase de evolução interna, que projectou o país além fronteiras. Verificou-se um acentuado crescimento da economia angolana que impulsionou o capital público e fez surgir uma classe social, proveniente, essencialmente, da classe dirigente, do partido maioritário e da estrutura militar, com capacidade financeira para investir no exterior.

Do outro lado Portugal antiga potência colonizadora, vive momentos de uma “espiral recessiva”, que, entretanto, vinha tomando forma, segundo os economistas, desde 2001, crescendo pouco mais de 1% ao ano. Este cenário foi agravado com o colapso do *subprime* nos EUA, vindo a atingir os países da União Europeia. Afectado pela crise, Portugal viu uma oportunidade para interligar com Angola sectores-chave da sua economia relacionados com a banca, telecomunicações e energia.

Face a esta conjuntura, Lisboa inicia um novo ciclo nas relações com Luanda. Em 2006, o primeiro ministro português, José Sócrates, visita Angola, levando consigo uma mensagem com objectivos bem específicos: dizer que havia confiança nos angolanos, na economia e nas instituições. A retórica do primeiro ministro Sócrates tinha implícito o conceito de “parcerias com vantagens mútuas”. Num gesto de reciprocidade, seguiu-se a visita do Presidente angolano à Portugal, que, por sua vez, reajustou o conceito às circunstâncias, realçando a necessidade de estabelecer “parcerias criativas com resultados garantidos” (Anexo D-5). José Sócrates voltou por mais duas vezes à Angola e o mesmo aconteceu com o primeiro-ministro seguinte, Pedro Passos

Coelho e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, que deram continuidade à iniciativa de José Sócrates. Com efeito, neste aspecto particular, os chamados “partidos do arco governamental” – ou seja, os considerados elegíveis para deter o poder, sózinhos ou em coligação - PS, PSD e CDS - convergiam na consideração de Angola como um eixo central da política externa e de interesse nacional. Desde então, estabeleceu-se entre os dois países um ambiente relacional com estilo próprio de condução da política externa, assentes em “linhas de força”, que lhes têm permitido exercer reciprocidade de influência.

Na prática, passou a regista-se um fluxo crescente de portugueses para Angola, estimados em mais de 100 mil (as fontes variam), com cerca de oito mil empresas portuguesas sediadas naquele país (Lusa, 2013). Os portugueses procuram melhores oportunidades e as empresas expandem-se, na busca de possibilidades de negócio. As principais aplicações do investimento português são no comércio por grosso e a retalho, na construção civil (aicep, 2013) e os bancos que lá se instalaram fizeram parcerias com accionistas locais.

Do lado de Angola, tendo como objectivo a internacionalização financeira e produtiva, os angolanos investem em Portugal, em áreas estratégicas, atrás referidas, como a energia, telecomunicações e a banca. Segundo Guerreiro e Sobral (2011: 51-54;) as empresas sob o controlo total ou parcial dos angolanos são a Galp, Portugal Telecom, Zon, EDP, Sonae, Mota Engil, BPI, BES e BPC. Para além destes investimentos acresce o número de consumidores de produtos de consumo de gama alta ou muito alta e de investimentos imobiliários também de gama alta, para uso próprio ou como fonte de rendimento, como estabelecimentos de restauração e quintas na região do Douro vinhateiro (Património Mundial da Humanidade e única região mundial demarcada para a produção do Vinho do Porto). Os investidores angolanos fazem ainda sentir a sua influência enquanto proprietários ou associados de referência, em ramos, como a comunicação social; cinema; agricultura; comércio automóvel e clubes desportivos (Filipe, 2013: 87-91). A influência dos angolanos em Portugal também é notória a nível social, pelas habitações que adquirem na sub-região da Grande Lisboa, bem como pelo estilo de vida, de alto nível social e económico/financeiro, que quotidianamente ostentam.

Este influxo de capitais tem sido questionado em Portugal, por alguma comunicação social e elementos da sociedade civil, pondo em causa a proveniência da maioria destes que qualificam de “pouco transparente”. Argumentam com base na

história recente de Angola e dos seus protagonistas, que a trajectória destes elementos não lhes permitiria acumular em tão curto espaço de tempo, tamanhas riquezas, até porque, referem, “não se lhes conhece heranças”. Outros reclamam do facto de não se conhecer a identidade o “rosto” da maioria dos investidores; e os poucos que se conhecem, não falam em público.

Alguns observadores comparam esta realidade com situações análogas em outros países, essencialmente europeus e EUA, referindo que nesses casos, a movimentação de capitais tem de ser devidamente justificada. No seio da Comunidade Europeia bem como no de países membros da ONU, existem mecanismos institucionais de observação sobre a natureza e transferência de recursos. Nos Estados Unidos após o 11 de Setembro de 2001, tornou-se muito mais difícil a circulação de dinheiro e os bancos foram forçados a ser mais rigorosos adoptando o lema “*know your customer*” um requisito para saberem a proveniência dos fundos dos seus clientes (Swaniker, 2013). No caso português, com o país em crise, essencialmente para a classe política e a empresarial “os investimentos angolanos são bem-vindos em Portugal”.

É igualmente questionado o impacto desta entrada de capitais na economia portuguesa. O académico Paulo Morais (2013) argumenta que:

“Estes capitais em nada beneficiam a economia portuguesa. Os angolanos não investem em nada de produtivo, não criam riqueza agrícola ou industrial. Limitam-se a comprar participações de capital aos seus amigos portugueses – os únicos que enriquecem pela venda de uma parte do tecido económico português. O dinheiro angolano não gera crescimento, não incrementa a actividade económica nem cria novos empregos”.

Só que esta situação também se coloca em relação aos investimentos portugueses em Angola que não significam, necessariamente, benefícios reais para Angola, porque a maioria destas empresas produzem os seus materiais fora do país e não no mercado interno. Perante tal cenário, não haverá ganhos reais para empresas locais, uma vez que não se verifica uma ligação anterior nem posterior na manufacturação dos produtos com empresas angolanas.

Celso Filipe (2013:113) considera que o poder angolano está perfeitamente ciente de que a sua afirmação a nível global passa por Portugal. Os governantes portugueses têm apoiado Luanda de forma incondicional, porque um bom relacionamento ajuda as empresas nacionais a encontrarem negócio em Angola e também porque a entrada de capitais angolanos estimula uma economia em fase de menor crescimento. Neste mesmo sentido, Ricardo Soares (2005: 68) argumenta que

existe aquilo a que chama “um seguidismo submisso” face aos interesses de Luanda, por parte do Estado português.

Seja como for, convém ter presente que em política não existem amigos, mas interesses. Mediante este princípio, levanta-se a questão de saber se a relação entre os dois países é *win-win* em que ganham ambas as partes ou, quem é que influencia quem. É uma questão que não é consensual. Para alguns, é Angola que influencia Portugal, na medida em que tem sob o seu domínio uma parte estratégica da economia portuguesa. Os mais ambiciosos sustentam que Portugal é a 19ª província de Angola sobre a qual tem influência e onde os angolanos gozam de um grau não despidendo de autonomia.

Mas, para outros, é Portugal que exerce maior influência nestas relações bipolares, uma vez que conseguem fazer com que os angolanos injectem capital na economia portuguesa o que significa a transferência massiva de activos para os cofres de Portugal. Acresce a isto a operacionalização de questões institucionais angolanas, em diferentes áreas, levadas a cabo por especialistas lusos, criando por esta via uma situação de dependência dos angolanos em relação ao *know how* dos portugueses. No mesmo sentido, um estudo mais recente da situação sustenta que para o capital angolano, Portugal tem o valor estratégico de constituir uma reserva de trabalho especializado em sectores importantes - tecnológico, financeiros, de comunicação – e sobretudo e vantagem de manter um sistema bancário sofisticado e inserido nas praças europeias (Costa *et al.*, 2014: 94).

É uma discussão ambígua saber qual das partes influencia a outra. As relações são recentes e, como tal, é cedo para se avaliar a correlação de poder entre os dois países. É necessário observar regularidades e tendências para se aferir se é uma dinâmica sustentável ou apenas uma “vaga” que resultou de uma fase próspera da economia angolana. Nesta equação, não se pode ignorar o passado histórico, que faz com que a subjectividade se sobreponha à objectividade. É de resto sabido que Angola tem a seu favor um poder potencial (petróleo) que transforma em poder real e lhe permite exercer influência material sobre Portugal.

Por último, em relação a um dos argumentos centrais do presente estudo e que diz respeito à influência sobre países terceiros, Angola, ao investir uma parte dos seus recursos em zonas exteriores à sua região, diminui a possibilidade de ser reconhecida como líder regional por parte dos seus homólogos, pois o fortalecimento dos laços com os países vizinhos é uma das condições *sine qua non* para beneficiar da classificação de potência regional.

## 5.1 O Reconhecimento de liderança

Para que um país seja reconhecido como líder, deverá ter acções públicas a nível regional e internacional que lhe vão granjear prestígio. As práticas internas deverão ser de molde a que os demais países as possam seguir e o Presidente deverá demonstrar que a nível internacional, consegue defender os interesses dos seus homólogos (Flemes, 2007: 19-21).

A África do Sul é considerada líder na região. No entanto para alguns observadores o reconhecimento de liderança pode ser caracterizado por ambiguidade, na medida em que nem todos reconhecem essa liderança (Cooper, et al, 1993). Para Keitumetse Matthews, embaixadora da África do Sul em Portugal, a África do Sul não está em competição com os outros países, sendo que o que pretende é elevar o nível dos países, que estão em posição inferior. Para a África do Sul, Angola é um país «irmão», que faz parte da mesma região e com o qual quer discutir assuntos comuns (Matthews, 2013).

Sendo o poder uma relação, para além da África do Sul, Angola terá de demonstrar aos restantes actores regionais que possui capacidades de liderança, tendo em conta as suas vulnerabilidades. Tomemos como referência a situação de alguns dos países da SADC detentores de potencialidades

Desde 2002, tem-se registado avanços económicos, políticos e sociais e de estabilidade militar reconhecidos por fontes externas. Contudo, ainda não é suficiente para merecer, por parte dos seus pares, o reconhecimento de liderança da região austral.

## 6 Diplomacia pública

A diplomacia pública é considerada uma forma indirecta de diplomacia. Para alguns é uma maneira informal de penetrar em outras sociedades. Adriano Moreira (2007) definiu diplomacia pública como a transmissão de uma imagem favorável, na opinião pública mundial que surgiu como uma nova forma de relacionamento dos Estados. Costa (2012: 228) por exemplo, defende que diplomacia pública é a necessidade de os Estados influenciarem a visão do mundo e a percepção de cidadãos de Estados terceiros sobre a sua sociedade e o seu Governo por via da ideologia, da cultura e do prestígio, instrumentos incontornáveis do *soft power* internacional. Os meios tradicionais são os *media*, incluindo rádio, televisão, filmes bibliotecas e exposições. Actualmente as novas tecnologias têm um papel soberano. O modelo dominante da



diplomacia pública foi a BBC (de Londres) fundada em 1922. Mais recentemente, destacam-se a americana CNN e a estação árabe do Catar, ALJAZEERA.

No caso angolano, tendo em vista uma maior projecção internacional, o Estado apostou numa imagem de um país em crescimento, socorrendo-se da diplomacia pública como um recurso estratégico veículo da projecção de diferentes aspectos estruturantes do poder nacional.

Consideramos que a diplomacia pública no País começa na figura do chefe de Estado tido como uma referência para alguns estadistas, que lhe reconhecem poder e autoridade individual. Soares (2007:134) salienta que esta é uma característica que, de resto, “é atribuída aos presidentes dos países produtores de petróleo do Golfo da Guiné”. Em termos diplomáticos a imagem do chefe de Estado é usada sem desgaste e confere poder. No que tange a contactos pluralistas da política externa, o Presidente não é dado a visitas diplomáticas a outros países, mas é visitado. Frequentemente recebe em Luanda homólogos africanos ou seus enviados especiais. É também visitado por autoridades internacionais, com o objectivo de colherem a experiência angolana na resolução de conflitos; para solicitarem ajuda militar ou económica; ou para o estabelecimento de relações de cooperação em diferentes áreas. Guiné-Bissau, Costa do Marfim, RDC, Libéria, Somália, países dos Grandes Lagos, Zimbabué e mesmo a África do Sul, representam esses Estados. Fora do continente, China, EUA, Portugal, Brasil, França, Japão, Alemanha e Rússia são alguns dos países cujos chefes de Estado procuram em Angola parcerias estratégicas. No caso dos Estados Unidos da América, em 2009, a secretária de Estado Hillary Clinton visitou Angola e conferenciou com o Presidente.

Outra forma de diplomacia pública está a cargo das missões diplomáticas em que o Ministério das Relações Exteriores tem como preocupação a melhoria do funcionamento dos serviços de imprensa nos órgãos executivos externos. Nesse sentido, foi assinado em Abril 2013 um diploma legal cuja finalidade é «estabelecer um paradigma na actuação dos funcionários, enquanto órgãos promotores da imagem de Angola no exterior, no âmbito da diplomacia pública (Jornal de Angola, Abril, 2013).

A comunicação social é também outro dos veículos de projecção. Em Julho de 2008 foi inaugurada a Televisão Pública de Angola, TPA Internacional em Portugal, em sinal aberto em todos os pacotes digitais. A escolha foi direccionada uma vez que existem em Portugal angolanos na diáspora e gerações de portugueses fortemente

influenciados pela passagem, vivência própria ou de familiares em Angola. A TPA Internacional tem por missão difundir uma Angola “ideal” em todo o seu esplendor.

Para o espaço não lusófono, o canal foi a cadeia televisiva CNN, em 2011, no programa “Inside África” com o slogan “Angola I believe” que transmitia uma ideia de um país de futuro. O programa foi contestado pelo activista dos direitos humanos, Rafael Marques e pelo Business & Human Right Resource Centre que promoveram uma campanha de angariação de assinaturas para protestar junto aos executivos da CNN por causa dos “milhões de dólares dos angolanos que eram gastos na campanha para promover um regime corrupto”. Após avaliação do protesto o programa deixou de ser emitido.

O desporto é também uma via para a diplomacia pública. Em 2010, Angola albergou a 28ª edição do Campeonato Africano das Nações, CAN, com os jogos a acontecerem nas principais cidades (Luanda, Benguela, Cabinda e Lubango). Foi um momento mediático, oportuno para divulgar um país em “crescimento” e “organizado”, e nem mesmo o incidente com a delegação do Togo, causado pelos independentistas de Cabinda, conseguiu ensombrar o evento. Foi também uma oportunidade, para dar um impulso às infra-estruturas e demonstrar o sucesso das políticas governamentais de reconstrução nacional.

A cultura, em especial a música, tem sido um dos veículos de influência no exterior nomeadamente através da Kizomba e do kuduro estilos angolanos de música e dança com projecção internacional em especial nos países lusófonos tornando-se uma das grandes bandeiras da diplomacia pública angolana.

Porém, as potencialidades da diplomacia pública angolana ainda não conseguiram melhorar a imagem de Angola no círculo de poder na Casa Branca. Em 2009, o Presidente norte americano Barack Obama visitou alguns países da África Subsariana e não esteve em Angola. Segundo o embaixador americano em Angola, a visita do Presidente depende de “vários factores”, tais como: “o equilíbrio geográfico que faz com que o Presidente reparta por regiões cada país a visitar; muitas vezes depende também da dimensão da comunidade desse país nos Estados Unidos, porque as comunidades têm muita influência sobre o Congresso norte-americano e podem influenciar decisões”. Para além destes factores “depende igualmente das companhias americanas, de embaixadas americanas na região, das preferências e dos interesses pessoais do próprio Presidente”, bem como da “situação geopolítica do momento” (Vilolaj, 2011).

A visita do Presidente dos EUA depende também de elementos endógenos do país a visitar e que fazem parte dos objectivos da política externa americana: democracia, transparência, instituições fortes, imprensa livre e uma sociedade civil forte e politicamente influente, são princípios que norteiam a política americana para África.

Estes valores foram reafirmados pelo Presidente Obama aquando da sua primeira visita a África, tendo escolhido o Gana, país que representa o símbolo das independências da África Subsariana, para enviar a sua mensagem ao resto do Continente. Segundo Obama, “os EUA tem de apoiar governos democráticos fortes e sustentáveis (...) não basta a realização de eleições. É preciso ver o que acontece entre eleições (...). Nenhum país pode gerar riqueza se os seus líderes se servirem da economia para enriquecerem (...). Nenhuma empresa quererá investir num local onde o Governo se apodera de 20 por cento logo à cabeça ou onde as autoridades portuárias são corruptas” (Obama, 2009: 105-118).

Obama defende que no século XXI “as chaves do sucesso são instituições capazes e fiáveis, boa governação, combate à corrupção, parlamentos fortes, forças policiais honestas, juízes independentes; uma imprensa independente; um sector privado pujante; uma sociedade civil” (Obama, 2009). Para os norte-americanos, estes são princípios fundamentais que regem e “balizam” a democracia.

Em Junho de 2013 o Presidente americano regressa à África. Esteve no Senegal, na Tanzânia e na vizinha África do Sul. E de novo Angola continuou fora da agenda do Presidente Obama. Assim sendo se por um lado Angola é um país onde os Estados Unidos têm interesses estratégicos, ligados aos recursos energéticos, por outro lado não é por enquanto, uma prioridade na política externa norte americana.

A diplomacia pública tem um objectivo bem específico, que é o de estruturar uma imagem atraente do país, de forma a atingir os resultados preconizados junto dos destinatários das mensagens, mas envolve também a construção de relações a longo prazo que criem um ambiente favorável às políticas governamentais (Nye, 2010: 127).

Sendo que a eficácia da diplomacia pública é avaliada pela quantidade de opiniões mudadas, Angola precisa de estratégias actualizadas para influenciar os destinatários, sobretudo se tivermos em conta as novas tecnologias em que a informação flui e os *think tanks* cujo envolvimento é cada vez maior no processo decisório em política externa, ao transformarem a propaganda em análises profissionais.

## CONCLUSÃO

A conclusão apresentada sob a forma SWOT, matriz de análise estratégica, permite evidenciar potencialidades e oportunidades, mas também vulnerabilidades e ameaças, na projecção de Angola como potência regional. Esses aspectos são abaixo sintetizados em forma de Quadros, tendo em conta dois objectivos: primeiro, salientar os *factores estratégicos* que podem condicionar ou potencializar a capacidade de Angola ser ou não uma potência regional emergente; segundo, contribuir para uma solução.

### Âmbito interno

Potencialidades	Vulnerabilidades
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O “Povo angolano” como potencial estratégico;</li> <li>• Geografia;</li> <li>• Localização geo-estratégica;</li> <li>• Recursos naturais;</li> <li>• Produtor de petróleo;</li> <li>• Abundância de recursos hídricos;</li> <li>• Poder político;</li> <li>• Forças Armadas;</li> <li>• Influência externa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixa densidade populacional;</li> <li>• Escassez de massa crítica com formação superior e qualificação apropriadas;</li> <li>• Falta de Quadros médios;</li> <li>• IDH baixo, entre os 165 países do mundo Angola ocupa o lugar 148<sup>51</sup>;</li> <li>• Deficiente abastecimento de água, energia e tratamento de saneamento básico.</li> <li>• Sub-aproveitamento dos recursos naturais</li> <li>• Elevada dependência do petróleo, economia de enclave;</li> <li>• Falta de indústrias transformadoras;</li> <li>• Importação da maioria dos bens de consumo interno.</li> <li>• Falta de uma Marinha de Guerra “efectiva”</li> </ul>

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Descobertas de jazidas de petróleo <i>onshore</i> e <i>offshore</i>;</li> <li>▪ Enorme biodiversidade;</li> <li>▪ Introdução de novas tecnologias a partir do ensino básico, conforme países parceiros de Angola;</li> <li>▪ Formação de Quadros qualificados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Exploração ilícita e clandestina dos recursos naturais;</li> <li>▪ Vulnerabilidades nas fronteiras;</li> <li>▪ Concentração das populações nos meios urbanos;</li> <li>▪ Assimetrias sociais;</li> <li>▪ Qualidade de ensino superior não reconhecida a nível externo;</li> <li>▪ Mão-de-obra estrangeira em detrimento dos nacionais que tendem a ser menos qualificados;</li> <li>▪ Ausência de ênfase no ensino técnico médio e de formação</li> </ul>

<sup>51</sup> Informação do PNUD lista compilada com dados de 2012 e divulgada em 14 de Março de 2013.

## Âmbito Externo

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Expansão para novos mercados devido ao petróleo;</li> <li>➤ Acesso aos mercados da SADC;</li> <li>➤ Dupla projecção de poder na SADC e CEEAC;</li> <li>➤ Influência militar na região dos Grandes Lagos;</li> <li>➤ Papel de liderança na manutenção da paz e segurança no golfo da Guiné;</li> <li>➤ Participação actuante nas instituições políticas multilaterais – ONU, EU, FMI, BM, Unesco, PNUD, Unicef; UA, CPLP e outras;</li> <li>➤ Recursos hídricos nacionais que constituem fontes energéticas para países terceiros;</li> <li>➤ Diplomacia pública, fundamental para a prossecução dos objectivos da política externa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ A globalização perante as fragilidades internas;</li> <li>➤ A porosidade das fronteiras e sua necessidade de fiscalização, bem como das águas territoriais;</li> <li>➤ Possíveis conflitos em países limítrofes, que podem pôr em causa a estabilidade de Angola, provocando ondas de refugiados;</li> <li>➤ Abertura das fronteiras no âmbito da SADC, que levaria, por enquanto, a uma concorrência desleal ;</li> <li>➤ Percepção de Angola como um local de oportunidades, para benefício de terceiros;</li> <li>➤ Controlo da economia e de sectores centrais nacionais por actores estrangeiros.</li> </ul>

Na análise das *potencialidades* face às *vulnerabilidades*, *oportunidades* e *ameaças* internas e, simultaneamente às *oportunidades* e *ameaças* externas, aferimos que as *potencialidades*, quando avaliadas na balança do poder, conferem a Angola um grau de vulnerabilidade externa, que põe em causa os argumentos segundo os quais Angola é uma potência regional emergente.

Feita a apreciação, Angola é, sem dúvida, um país com um potencial económico, social e humano de extraordinário valor. Tudo o que ficou considerado e exposto acima concorre para a validade desta afirmação.

Aparentemente, seria um passo lógico e consequente, considerar válidas as afirmações de diferentes quadrantes, que defendem a inclusão de Angola no grupo das potências emergentes, pois o crescimento económico do país é sustentável, apoiado na produção do petróleo e - em menor escala mas significativamente -na extracção diamantífera.

Os sucessos militares das FAA têm contribuído para que observadores políticos -entusiasta da *geografia da paz*- e outros estudiosos da temática “Angola como potência regional”, defendam que a existência de forças militares poderosas e experimentadas conferem a Angola a classificação de “potência regional emergente” . Ambas as afirmações falham pela omissão do conjunto total de indicadores, que, no contexto das

relações internacionais, permitem avaliar o potencial de um Estado em relação aos demais e classificá-lo (ou não) como potência regional.

As evidências comprovam que as economias baseadas em singularidades de produto e respectivas exportações são sempre vulneráveis às variações dos mercados e das condições internas dos Estados clientes, como já aconteceu à Nigéria, há cerca de duas décadas e meia.

Já o critério “projecção de poder por meios militares” parece mais positivo. As FAA asseguram a paz, defendem a integridade territorial e a soberania nacional. Constituem, também, um veículo de construção da nação e de coesão nacional, uma vez que incluem soldados de diferentes origens sociais e de grupos etnolinguísticos de todas as regiões. O outro aspecto é o facto de a integração esbater as diferenças sociais, contribuindo para uma sociedade mais igualitária.

A principal conclusão a que chegamos no que concerne à segurança é a da relevância da projecção do poder militar angolano, que assumiu protagonismo aquando da intervenção das FAA na região central de África, isto é, na República do Congo e na RDC para assegurar a estabilidade na região dos Grandes Lagos e a integridade da fronteira norte de Angola. Na costa ocidental, por solicitação do Governo da Guiné-Bissau, os recursos militares de Angola foram utilizados como forte poder de apoio “a um país amigo. Todas estas intervenções granjeiam às FAA o estatuto de um exército com o maior potencial combativo na região.

A análise das potencialidades, vulnerabilidades, oportunidades e ameaças, a partir dos *factores estratégicos*, da política externa, do conhecimento que dispomos dos factos, consolidaram a nossa percepção sobre as hipóteses inicialmente elaboradas.

A primeira hipótese – i.e. o estatuto de potência regional emergente depende da dinâmica dos *factores estratégicos* - não se confirma. Primeiro, porque assenta essencialmente em dois recursos naturais que não são ilimitados (petróleo e diamantes) e dependem da exportação e de cotações internacionais de valor aleatório. Segundo, porque o sector industrial ainda se encontra em fase embrionária. A título de exemplo, a indústria não responde às necessidades internas, o que leva a um elevado volume de importações de bens de consumo corrente, bens de consumo intermédio e bens de capital. Terceiro, carece de massa crítica quer em termos quantitativos, quer em termos qualitativos. Para o efeito, tende a recorrer a *know-how* proveniente do estrangeiro, em particular assessores, consultores, Quadros superiores e intermédios.

A segunda hipótese, *o crescimento de Angola influencia a região austral*, também não se confirma. Primeiro, porque a sua produção não é direccionada para abastecer a região. Segundo, porque a qualidade e quantidade do capital humano e o português enquanto língua oficial limitam a influência num espaço essencialmente anglófono. Terceiro, porque o investimento angolano na região é inferior ao investimento angolano fora do espaço regional. Quarto, porque carece de reconhecimento de potência regional por parte dos seus homólogos (cfr. Capítulo VI). Por último, a terceira hipótese, *Angola tem potencialidade para vir a ser uma potência regional*, confirma-se. Primeiro, porque tem uma localização geográfica estratégica: ponto de entrada e escoamento dos produtos para os países de enclave da região e de importância geopolítica do Atlântico. Segundo porque possui vastos recursos naturais importantes para a região, tais como água, terras aráveis e minérios. Terceiro porque se tem investido na melhoria das vias de comunicação regionais (ferrovias, rodovias e portos). Quarto porque tem um poder político consolidado e um poder funcional com projecção internacional, que advém dos recursos naturais. Quinto porque há um reconhecimento da capacidade combativa das suas Forças Armadas resultante da sua participação em conflitos regionais como Congo-Kinshasa e Congo-Brazzaville.

Para a concretização das potencialidades, é necessário, no entanto, combater as vulnerabilidades e ameaças acima enunciadas no âmbito interno. O país já dispõe de uma margem de progressão com taxas de crescimento atingindo os dois dígitos, o que lhe permite implementar a estratégia delineada para ultrapassar as fragilidades e num futuro não muito distante, ascender a potência regional.

Apesar dos esforços envidados, há ainda um caminho a percorrer ... e o *Poder* está consciente disso, apesar do discurso habitual de “potência regional emergente” decorrente, a nosso ver, de uma criação externa assente em objectivos estratégicos e não de uma análise objectiva sustentada em factores abrangentes da sociedade angolana. Numa breve entrevista não oficial no dia 12 de Agosto, 2011, no Palácio da Cidade Alta, em Luanda, tivemos oportunidade de perguntar ao Presidente José Eduardo dos Santos: **“É Angola uma potência regional emergente?”**

*O Presidente respondeu: - “...estamos na rampa de lançamento, estamos a trabalhar nisso; e havemos de lá chegar”.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aarsæther, Aslaug (2011), *Chinese Colonialism or South - South Cooperation? The Case of Chinese Resources for Infrastructure Contracts in Angola*. Dissertação de Mestrado em Políticas Comparada, Noruega, Universidade de Bergen. Disponível em: <https://bora.uib.no/bitstream/handle/1956/4930/84870016.pdf?sequence=1> [Acesso: 10/11/2013].

Abreu, Francisco (2000), *Estratégia - O Grande Debate, Sun Tzu e Clausewitz*, Lisboa, Edições Colibri.

A desmontagem do mito «Savimbi» (1988), *África*, Ano II, 55, 11 de Maio de 1988.

ADBG/OECD (2011), *Africa Economic Outlook*, Issy les Moulineaux, Africa Development Bank Group/Organization for Economic Cooperation and Development.

ADBG, OECD, UNDP e UNESCO (2012), *Perspectivas Económicas em África 2012 – Países Africanos da CPLP*, s.l.: African Development Bank Group, Organization for Economic Cooperation and Development, United Nations Development Programme and United Nations Economic Commission for Africa. Disponível em: <http://www.gfn-acdd.com/angola/docs-angola/perspectivas-economicas-em-africa-pt> [Acesso: 13/10/2013].

Agbobli, Atsutsé (1997), *Combats pour l'Afrique et la démocratie: entretiens avec Atsutsé Kokouvi Agbobli*, Lausanne, Éditions Favre.

Agualusa, José (1995), “A guerra civil foi estúpida” – entrevista a Jonas Savimbi, *Jornal O Público*, 1804, 15/02/1995, p.10.

AICEP (2013), Angola – Ficha de Mercado, *AICEP Portugal Global* [online]. Disponível em: [http://www.chooseportugal.com.pt/files/1235\\_FM\\_517fd321262c2.pdf](http://www.chooseportugal.com.pt/files/1235_FM_517fd321262c2.pdf) [Acesso: 23/07/2013].

Alden, Chris (2009), *China in Africa*, London, Zed Books Ltd.

Alfred Thayer Mahan (s.d.), em *Encyclopedia Britannica Online*. Disponível: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/357900/Alfred-Thayer-Mahan> [Acesso: 28/05/2012].

Almeida, Eugénio (1989), *ANC - African National Congress*, Elcalmeida. Disponível em: <http://elcalmeida.home.sapo.pt/Naopublicados/ANC.htm> [Acesso: 28/05/2012].



- Almeida, Eugénio (2008), *A Cimeira do Golfo e a projecção da emergente potência regional*. Disponível em: <http://www.elcalmeida.net/content/view/488/46/> [Acesso: 20/12/2011].
- Almeida, Eugénio (2010), *Resumo Para Defesa Da Dissertação Para Doutoramento: A União Africana e a emergência de Estados-Directores No Continente Africano: O Caso de Angola*. Disponível em: <http://www.elcalmeida.net/content/view/596/34> [Acesso: 20/12/2011].
- Almeida, Eugénio (s.a), *A União Africana e a emergência de Estados-Directores no Continente Africano: O caso de Angola*. Disponível em: <http://www.elcalmeida.net/content/view/596/34> [Acesso: 20/12/2011].
- Almeida, Eugénio (2011), *Angola Potência Regional em Emergência*, Lisboa, Edições Colibri.
- Almeida, Políbio de (1990), *Do Poder do Pequeno Estado*, Lisboa, Edições Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - ISCSP.
- Almeida, Políbio de (1994), *Ensaio de Geopolítica*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - ISCSP.
- Almeida, Roberto (2010), A visão de José Eduardo dos Santos na conquista da estabilidade nacional, *Jornal de Angola*, 16 de Abril de 2010.
- Alveal, Carmen (2003), *Evolução da Indústria de Petróleo: Nascimento e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Edições COPPEAD-IE/UFRJ.
- Amaral, Luís Mira (2009), *E depois da crise? Cenários para o Futuro das Economias Portuguesa e Mundiais*, 1ª edição, Lisboa, Editor Horácio Piriquito.
- Ambrósio, Teresa (2002), Educação e Novos Espaços de Defesa e Segurança, em *Os Novos Espaços de Segurança e Defesa*, S. Pedro do Estoril, Edições Atena, Lda. e Instituto de Altos Estudos Militares, pp. 123-132.
- Andrade, Justino Pinto (2011), *A União Africana e os Conflitos em África*. Disponível em: <http://jpintodeandrade.blogspot.pt/2011/05/uniao-africana-e-os-conflitos-em-africa.html> [Acesso: 20/10/2012].
- Angola (2012), *Atlas Geográfico*, Oxford, Macmillan Education, pp 17-33.

Angola-Alemanha: Merkel sugere venda de barcos patrulha à Marinha angolana, *Página Global*, 14 de Julho de 2011. Disponível em: <http://paginaglobal.blogspot.pt/2011/07/angola-alemanha-merkel-sugere-venda-de.html> [Acesso: 19/10/2011].

Angola e Alemanha reforçam cooperação para modernização da Marinha angolana, *Jornal de Angola*, 8 de Outubro de 2011. Disponível em: [http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/angola\\_e\\_alemanha\\_reforcam\\_cooperacao\\_para\\_modernizacao\\_da\\_marinha\\_angolana](http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/angola_e_alemanha_reforcam_cooperacao_para_modernizacao_da_marinha_angolana) [Acesso: 19/10/2011].

Angola e Brasil o mesmo ADN (2010), *África Today*, Abril 2010, pp. 10-16.

Angola e EUA reforçam parceria militar, *O País*, 7 de Junho de 2011. Disponível em: <http://www.opais.net/pt/opais/?det=21434>. Acesso: 16/11/2012.

*Angola – Import Commodities*. Disponível em: [http://www.indexmundi.com/angola/imports\\_commodities.html](http://www.indexmundi.com/angola/imports_commodities.html) [Acesso: 02/09/2012].

Angola os inseparáveis atalhos políticos, *África 21*, Maio de 2010.

Anstee, Margaret (1997), *Órfão da Guerra Fria: Radiografia do Colapso do Processo de Paz Angolano 1992/93*, Porto, Campo das Letras Editores, S.A.

Araújo, Raúl (2009), *O Presidente da República no Sistema Político de Angola*, Luanda, Casa das Ideias.

Arnold, Guy (2005), *Africa: A Modern History*, London, Atlantic Books.

Assembleia Nacional legitimou Kabangu para indicar comissários da FNLA na CNE (2012), *AngoNotícias* [online], 22/05/2012. Disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/34351/assembleia-nacional-legitimou-kabangu-para-indicar-comissarios-da-fnla-na-cne> [Acesso: 12/10/2012].

*Atlas Geográfico*, Volume 1, 1982, Luanda, Ministério da Educação - República Popular de Angola.

Balão, Sandra (2001), *A Fórmula do Poder*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - ISCSP.

Ball, Tom (2005), *Tactical Assault Project*. Disponível em: <http://www.politicalstrategy.org/archives/001067.php> [Acesso: 05/01/2012].

- Banco Mundial disponibiliza mais 388 milhões de euros para combate à pobreza (2012), *Portal de Angola*, 14 de Junho de 2012. Disponível em: <http://www.portaldeangola.com/2012/06/banco-mundial-disponibiliza-mais-388-milhoes-de-euros-para-combate-a-pobreza/> [Acesso: 09/08/2011].
- Barata, Óscar (1975), *Introdução às Ciências Sociais* (Vol. 2), Lisboa, Bertrand Editora.
- Barrento, António (2009), Clausewitz: A teoria da guerra, em Garcês, Ana e Guilherme d'Oliveira Martins (eds.), *Os Grandes Mestres da Estratégia - Estudos sobre o poder da Guerra e da Paz*, Lisboa, Almedina, pp.366-389.
- Barroso, Luís (2012), Salazar, Caetano e o “Reduto Branco” – A Manobra Político-Diplomática de Portugal na África Austral (1951-1974), Lisboa, Instituto de Estudos Superiores Militares Fronteira do Caos Editores Lda.
- Bento, Víctor (2009), *Perceber a Crise para encontrar o caminho*, Lisboa, Edições Periquito.
- Beny, Eduardo (2007), *A nova geopolítica do petróleo: do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné*, Luanda, Novo Imbondeiro.
- Berbém, António (2001), *O Atlântico (a) Sul como questão estratégica mundializada*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - ISCSP.
- Berenskoetter, Felix e Michael Williams (2007), *Power in World Politics*, London, Taylor & Francis Ltd Routledge.
- Bernardino, Luís (2013), *A posição de Angola na Arquitectura de Paz e Segurança Africana. Análise das Forças Armadas Angolanas*, Lisboa, Almedina.
- Berridge, G. e Alan James (2003), *A Dictionary of Diplomacy*, ed. 2, Hampshire, Palgrave Macmillan.
- Bessa, António (1993), *Quem Governa?* Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – ISCSP.
- Bessa, António (2001), *O Olhar de Leviathan: Uma Introdução à Política Externa dos Estados Modernos*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – ISCSP.
- Bessa, António (2008a), Uma Visão Geopolítica do Atlântico, *Cadernos Navais: Uma Visão Estratégica do Mar na Geopolítica do Atlântico*, 24, pp. 21-31.

- Bessa, António (2008b), Para uma Geopolítica do Mar no Século XXI e o Lugar dos Interesses Lusófonos, *Cadernos Navais – 1º Simpósio das Marinhas dos Países de Língua Portuguesa*, 26, pp. 103-129.  
Disponível em: <http://www.marinhasplp.org/PT/simposio/Documents/cad26.pdf>  
[Acesso: 20/11/2012].
- Billon, Philippe *et al* (2008), Au-delà du Pétro-Militarisme, La stratégie extérieure Angolaise d’après-guerre, *Politique Africaine*, 110, pp. 102-107.
- Bonfim, Uraci (2005), *Geopolítica. Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército: Ensino a Distância*, s. l., CPEAEx/EAD.  
Disponível em: [http://www.ensino.eb.br/cpeceme/docs/03\\_INTRO\\_GEOPOLITICA\\_2011.pdf](http://www.ensino.eb.br/cpeceme/docs/03_INTRO_GEOPOLITICA_2011.pdf) [Acesso: 27/12/2011].
- Boniface, Pascal (2008), *Dicionário das Relações Internacionais*, Lisboa, Plátano Editora.
- Braillard, Phillippe (1990), *Teoria das Relações Internacionais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Branco, Maria (2009), Vegetius: Da Arte da Guerra à arte da Cavalaria, em Garcês, Ana e Guilherme d’Oliveira Martins (eds.), *Os Grandes Mestres da Estratégia - Estudos sobre o poder da Guerra e da Paz*, Lisboa, Almedina, pp. 156-188.
- Bridgland, Fred (1986), *Jonas Savimbi: A key to Africa*, Edinburgh, Mainstream Publishing.
- Brown, Chris e Kirsten Ainley (2009), *Understanding International Relations*, 4<sup>th</sup> edition, New York, Palgrave Macmillan.
- Burchill, Scott (2009), Liberalism, in Scott Burchill *et al.*, *Theories of International Relations*, 4<sup>th</sup> edition, China, Palgrave Macmillan, pp. 57-85.
- Burchill, Schott *et al* (2009), *Theories of International Relations*, 4<sup>th</sup> edition, China, Palgrave Macmillan.
- Camacho, Ana (2003), *Golfo da Guiné: Ouro negro e rodos*. Disponível em: <http://www.alem-mar.org/cgi-bin/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EEFlkZyyAuTuQQdjZG> [Acesso: 04/12/12].
- Campenhoudt, Luc Van (2001), *Introdução à Análise dos Fenómenos Sociais*, Lisboa, Gradiva.

- Campos, Adriana (2007), *Indústria do Petróleo, Reestruturação Sul-Americana nos Anos 90*, Rio de Janeiro, Interciência.
- Campos, Armando (1996), *África do Sul. Potência Regional*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - ISCSP.
- Cardoso, Fernando (2004), Prefácio, em Ana Paula Fernandes, *EUA e Angola - A Diplomacia Económica do Petróleo*, Cascais, Principia - Publicações Universitárias e Científicas, p. 9.
- Carvalho, Henrique (1972), *Os Ventos da História, Estudos de Política Internacional*, Amadora, Livraria Bertrand.
- Carvalho, J. Eduardo (2009), *Metodologia do Trabalho Científico*, Lisboa, Escolar Editora.
- Carvalho, Manuel (2000), *Testemunhos de Guerra, Angola, Guiné, Moçambique 1961-1974*, Porto, Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto.
- Carvalho, Virgílio (1986), *Estratégia Global e Subsídios para uma Grande Estratégia Nacional*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Casalinho, Cristina (2011), *Estudos Económicos e Financeiros Angola*, Lisboa, BPI. Disponível em: <http://www.bfa.ao> [Acesso: 17/01/2012].
- Castro, Therezinha (1982), *Atlas -Texto de Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro, Capemi Editora.
- Cavazzini, Frederico (2012), *The Angolan Civil War and its Impact in the Development of Public Primary Education*, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Chabal, Patrick e Daloz, Jean-Pascal (1999), *Africa Works: Disorder as Political Instrument*, Oxford, James Currey.
- Chabal, Patrick (2007), *Angola: The Weight of History*, London, Columbia University Press, Hurst Publishers, Ltd.
- Chatham House, *The Daily Bell*. Disponível em: <http://www.thedailybell.com/definitions/params/id/28446/> [Acesso: 12/09/2012].
- Chatham House (2012), *Angola e o Golfo da Guiné Rumo a uma Estratégia Marítima Integrada*, Londres, Chatham House.

CIA (2005), *World FactBook 2005*, Washington, Central Intelligence Agency. <https://www.cia.gov/news-information/press-releases-statements/press-release-archive-2005/pr04282005.html> [Acesso: 10/05/2012].

CIA (2012), *World FactBook 2012*, Washington, Central Intelligence Agency. <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/> [Acesso: 28/05/2013].

Cilliers, Jakkie *et al* (2011), *African Futures 2050*, Pretoria, Institute for Security Studies.

Clark, John (2001), Realism, Neo-Realism and Africa's International Relations in the Post Cold War Era, em Kevin Dunn and T. Shaw (eds.), *Africa's challenge to International Relations Theory*, New York, Palgrave Macmillan, pp. 85-103.

Clarke, Duncan (2000), Petroleum prospects and political power, em Jakkie Cilliers e Christian Dietrich (ed.), *Angola's war economy*, Pretoria, Institute for Security Studies. Disponível em: <http://www.issafrica.org/Pubs/Books/Angola.html> [Acesso: 13/10/2013].

Codato, Eleoterio (2010), Intervenção Especial, *Cimeira Financiamento e Investimento – 1ª Edição de Angola Building Business*, Luanda, 23-25 de Março de 2010.

Cohen, Saul (1968), Regiões Geoestratégicas e Geopolíticas, *Geopolítica Tropical*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina - ISCSPU.

Colaço, Luís (2009), De 1975 a 2009: Quantos éramos e quantos somos, *O País*. Disponível em: <http://www.opais.net/pt/opais/?det=7192> [Acesso: 25/11/2012].

Colliard, Claude-Albert (1974), *Institutions des Relations Internationales*, 6<sup>ème</sup> edition, Paris, Dalloz.

Collier, Paul (2006), *Angola: Options for Prosperity*, S.L, Oxford University. Disponível em: <http://users.ox.ac.uk/~econpco/research/pdfs/Angola-OptionsforProsperity.pdf> [Acesso: 15/12/2011].

Cooper, Andrew *et al* (1993), *Relocating Middle Powers: Australia and Canada in a Changing World order*, Vancouver, UBC Press.

Corm, Georges (1993), *A Nova Desordem Económica Mundial: na Origem dos fracassos do Desenvolvimento*, Lisboa, Instituto Piaget.

- Correia, Pedro (1996), As implicações da descolonização de Angola no conflito pós-independência, em Manuel Bravo (coord.), *Angola Transição para a Paz, Reconciliação e Desenvolvimento*, Lisboa, Hugin, pp. 31-54.
- Correia, Pedro (2002), *Manual de Geopolítica e Geoestratégia – Conceitos, Teorias e Doutrinas*, Vol. 1, Coimbra, Quarteto.
- Correia, Pedro (2010), *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*, Vol. 2, Coimbra, Almedina.
- Costa, António (2007), *Metodologia das Ciências Sociais*, 14ª ed., Porto: Edições Afrontamento.
- Costa, Jorge *et al* (2014), *Os Donos Angolanos de Portugal*, 1ª edição, Lisboa, Bertrand Editora, Lda.
- Cramer, Christopher (2006), *Civil War is not a Stupid Thing: Accounting for Violence in Developing Countries*, London, Ed. C. Hurst & Co. Publishers Ltd.
- Cravinho, João (2002), *Visões do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Cunha, Luís (2012), *A Hora do Dragão. Política Externa da China*, Lisboa, Zebra Publicações.
- Cunhal, Álvaro (1985), *O Partido com Paredes de Vidro*, Lisboa, Editorial Avante.
- Dalaj, Edna (2013), Diplomacia pública tem estatuto próprio, *Jornal de Angola*, 30 de Abril. Disponível em: [http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/diplomacia\\_publica\\_tem\\_estatuto\\_pronto](http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/diplomacia_publica_tem_estatuto_pronto) [Acesso: 15/05/2013].
- Darame, Brama (2012), Missão militar angolana começa a deixar a Guiné-Bissau (2012), *DW*, 6 de Junho de 2012. Disponível em: <http://www.dw.de/miss%C3%A3o-militar-angolana-come%C3%A7a-a-deixar-a-guin%C3%A9-bissau/a-16005666> [Acesso: 15/01/2013].
- Davidson, Basil (1977), *The Eye of the Storm: Angola's People*, London, Penguin Books.
- Degenhardt, Henry (1986), *Treaties and Alliances of the World*, 4<sup>th</sup> Edition, London, Keesing's Reference Publication.
- Demo, Pedro (1987), *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. São Paulo, Atlas.

- Dias, Carlos (2010), *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinos*, Lisboa, Prefácio.
- Dias, Carlos (2007), *Teses de Mackinder*, Nostum Tempus. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com> [Acesso: 30/11/2011].
- Dias, Karine e César Porto (2009), Uma História do Tempo Presente? Possibilidades e desafios para o historiador, *História e-História*, (Online). Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=85> [Acesso: 11/12/2011].
- Dias, Mónica (2009), Wilson: O arquitecto da paz, em Garcês, Ana e Guilherme d'Oliveira Martins (eds.), *Os Grandes Mestres da Estratégia - Estudos sobre o poder da Guerra e da Paz*, Lisboa, Almedina, pp. 477-510.
- Dibua, J.I. (2003), Economic Crisis and Structural Adjustment Programs, em Toyin Falola (ed.), *Africa, vol. 5: Contemporary Africa*, Durham, Carolina Academic Press, pp. 509-529.
- Diego, M. (2007), *O que é o poder político*. Disponível em: <http://pt.oboulo.com/o-que-e-poder.politico-26527> [05/04/2011].
- Dieter, Heribert *et al*(2001), Prospects for Regional Co-operation in Southern Africa, em NAI, *Regionalism and Regional Integration in Africa: a Debate of Current Aspects and Issues*, Uppsala, Nordiska Afrikainstitutet, pp. 54-73,
- Dolan, Kerry A. e Rafael Morais (2013), Daddy's Girl: How an African 'Princess' banked \$3 Billion in a Country Living on \$2 a Day, *Forbes Magazine*. Disponível em: <http://www.forbes.com/sites/kerryadolan/2013/08/14/how-isabel-dos-santos-took-the-short-route-to-become-africas-richest-woman/> [Acesso: 17/09/2013].
- Dornelles, Rafael (2011), *Hans Morgenthau, Princípios do Realismo*. Disponível em: <http://spgrafa.blogspot.com/2011/...morgenthau-principio-do-realismo.html> [Acesso: 24/12/2011].
- Dougherty, James e Robert L. Pfaltzgraff (2003), *Relações Internacionais: As Teorias em Confronto*, Lisboa, Principia.
- Dowden, Richard (2007), *Africa: Altered States, Ordinary Miracles*, London: Portobello Books.



- Drimie, Scott e Sithabiso Gandure (2012), *Food insecurity*, London, Zed Books.
- Duverger, Maurice (1969), *Les partis politiques*, Paris, Presses universitaires de France.
- Economia Angolana acelera mas continua vulnerável à queda de receitas petrolíferas, *Negócios Online*, 17 de Julho de 2012. Disponível em: [http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/fmi\\_economia\\_angolana\\_acelera\\_mas\\_continua\\_vulneraacutevel\\_a\\_queda\\_de\\_receitas\\_petroliacuteferas.html](http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/fmi_economia_angolana_acelera_mas_continua_vulneraacutevel_a_queda_de_receitas_petroliacuteferas.html) [Acesso: 09/09/2012].
- EIU (1991), Angola, São Tomé and Príncipe (1990-1991), London: The Economist Intelligence Unit.
- Escorrega, Luís Falcão (2009), *Estratégia Americana para África: A importância do Golfo da Guiné*. Disponível em: [http://database.jornaldefesa.pt/criSES\\_e\\_conflitos/outros/Estrat%C3%A9gia%20americana%20para%20%C3%81frica%20a%20import%C3%A2ncia%20do%20Golfo%20da%20Guin%C3%A9.pdf](http://database.jornaldefesa.pt/criSES_e_conflitos/outros/Estrat%C3%A9gia%20americana%20para%20%C3%81frica%20a%20import%C3%A2ncia%20do%20Golfo%20da%20Guin%C3%A9.pdf) [Acesso: 20/04/2012].
- Étienne, Jean (1997), *Dicionário de Sociologia*, Lisboa, Paralelo.
- Evans, Graham e Jeffrey Newnham (1998), *The Penguin Dictionary of International Relations*, London, Penguin Group.
- Êxito na organização da XXXI Cimeira da SADC, *Jornal EME*, 386, 19-25 Agosto de 2011.
- Fage, J. D. com William Tordof (2010), *História da África*, Lisboa, Edições 70, Lda.
- FAO acha auto-suficiência alimentar em África simples e pouco onerosa. *PanaPress* [online], 16 de Dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.panapress.com/FAO-acha-auto-suficiencia-alimentar-em-%C3%81frica-simples-e-pouco-onerosa--3-430595-40-lang4-index.html> [Acesso: 30/10/ 2013].
- Ferguson, Yale H. e Richard W. Mansbach (2003), *The Elusive Quest Continues: Theory and Global Politics*, New Jersey, Prentice Hall.
- Fernandes, Ana Paula (2004), *EUA e Angola, a Diplomacia Económica do Petróleo*, Cascais, Principia.
- Fernandes, António José (2008), *Introdução à Ciência Política – teorias, métodos e temáticas*, Porto, Porto Editora.

- Fernandes, António José (2008a), *As Relações Internacionais e Portugal*, Lisboa, Prefácio.
- Fernando, Emídio (2012), *Jonas Savimbi: No Lado Errado da História*, 2ª Edição, Lisboa, Dom Quixote.
- Fernandes, José Pedro (2011), *Teoria das Relações Internacionais: Da Abordagem Clássica ao Debate Pós-Positivista*, 2ª Edição, Lisboa, Almedina.
- Fernandes, Luís (2002), Prefácio, em Kenneth Waltz, *Teoria das Relações Internacionais*, Lisboa, Gradiva, pp. 7-9.
- Ferreira, Isabel (2004), *África e a política da União Europeia de cooperação para o desenvolvimento : Angola no Quadro da Convenção Lomé IV*, Dissertação de Mestrado, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/19433> [Acesso: 25/07/2012].
- Ferreira, Manuel Ennes (1999), *A Indústria em tempo de Guerra: Angola, 1975-91*, Lisboa, Edições Cosmos, Instituto de Defesa Nacional.
- Ferreira, Manuel (2005), “*Realeconomie e Realpolitik nos Recursos Naturais em Angola*”, *Relações Internacionais*, 6, pp. 73-89. Disponível em: <http://www.adelinotorres.com/africa/M%20Ennes%20Ferreira-Realeconomie%20e%20Realpolitik%20nos%20Recursos%20Naturais%20de%20Angola.pdf> [Acesso: 06/04/2012].
- Ferreira, Manuel Ricardo (s.a.), Holden Roberto, *Pitigrili* [Blogue]. Disponível em: <http://angola-luanda-pitigrili.com/who%e2%80%99s-who/h/holden-roberto> [Acesso 12/05/2012].
- Figueiredo, Xavier (2012), *Presença Cubana em Angola*, Conversa com Aida Pegado, Lisboa, Setembro de 2012.
- Filho, Luís (2009), *Fundamentos Epistemológicos da Geografia*, Vol. 6, Curitiba, Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão.
- Filipe, Celso (2013), *O Poder Angolano em Portugal: Presença e Influência do Capital de um País Emergente*, Lisboa, Editorial Planeta.
- Flemes, Daniel (2007), Conceptualizing Regional Power in International Relations: Lessons from the South Africa Case, *Giga Working Papers*, 53, Hamberg, German Institute of Global and Area Studies.

FMI: Economia angolana acelera mas continua vulnerável a queda de receitas petrolíferas (2012), *Jornal de Negócios* [online], 17 de Julho de 2012.

Disponível em:

[http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/fmi\\_economia\\_angolana\\_acelera\\_mas\\_continua\\_vulneravel\\_a\\_queda\\_de\\_receitas\\_petroliacuteferas.html](http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/fmi_economia_angolana_acelera_mas_continua_vulneravel_a_queda_de_receitas_petroliacuteferas.html) [Acesso: 04/01/2013].

Fonseca, Jr. Gélon (1995), *Aspectos da teoria de relações internacionais: notas didácticas*, Política Externa, 3 (3), pp. 72-100.

Fontoura, Luís (2010), *O Poder na Relação Externa do Estado. A Equação de Cline*, Jornadas de Defesa e Relações Internacionais.

Disponível em: <http://www.adelinotorres.com/relacoesinternacionais/Luis%20Fontoura-Poder%20e%20Estado.pdf> [Acesso: 08/03/2012].

Franco, Livia (2009), Tocqueville: A democracia e a guerra, em Garcês, Ana e Guilherme d'Oliveira Martins (eds.), *Os Grandes Mestres da Estratégia - Estudos sobre o poder da Guerra e da Paz*, Lisboa, Almedina, pp. 427-447.

Freire, Horácio (2006), *O Poder Aéreo no Conflito Angolano, Air & Space Power*.

Disponível em: <http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apj-p/2006/2tri06/freire.html> [Acesso: 23/09/2011].

Freitas, Jorge (1999), *A Escola Geopolítica Brasileira*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Fortes, Meyer e E. Evans-Pritchard (1940), *Sistemas Políticos Africanos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Fox, William e Annette Fox (1961), The Teaching of International Relations in the United State, *World Politics*, 13 (3), pp 339-359.

Gambino, Antony (2008) *Congo Securing Peace, Sustaining Progress*, Council on Foreign Relations, Center for Preventive action, Special Report N° 40, New York, USA.

Garcês, Ana (2009), Sunzi: O céu intacto de Mestre Wu, em Garcês, Ana e Guilherme d'Oliveira Martins (eds.), *Os Grandes Mestres da Estratégia - Estudos sobre o poder da Guerra e da Paz*, Lisboa, Almedina, pp. 103-132.

Gary, Ian e Terry Lynn Karl (2003), *O Fundo do Barril: O 'Boom' do petróleo em África e os Pobres*", Catholic Relief Services (Online). Disponível em:

[http://crs.org/publications/showpdf.cfm?pdf\\_id=185](http://crs.org/publications/showpdf.cfm?pdf_id=185) [acesso: 10/10/2011].

- Gaspar, Mateus(2012), *Investigação de Defesa, Inovação e Desenvolvimento, Colectânea de Temas de Investigação Militar*, Luanda, Co-Edição: Mayamba Editora e Estado Maior General das FAA, pp. 91-99.
- GBissau (2011), Sequência dos acordos entre a Guiné-Bissau e Angola: Bauxite, fosfatos, Porto de Buba. Disponível em: <http://www.gbissau.com/?tag=sequencia-dos-acordos-entre-a-guine-bissau-e-angola-bauxite> [Acesso: 10/11/2013].
- Gentelle, Pierre *et al.* (2008), *Geopolitique du Monde Contemporain, États, continents, puissances*, Paris, Ed. Séverine Martineau, Emmanuelle Pellé.
- Ghiglione, Rodophe e Benjamin Matalon (1998), *O Inquérito Teoria e Prática*, 4ª edição, Oeiras, Celta Editora.
- Gilpin, Robert (1975), *U.S. Power and the Multinational Corporation: The Political Economy of Foreign Direct Investment*, New York, Basic Books.
- Gomes, Carlos e Aniceto Afonso (2009), *Os anos da Guerra Colonial*, Vol. 3, Lisboa, Cofina.
- Gonçalves, José (1992), *As Ciências Sociais em Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, em Ciências Sociais em África*, Dakar, Council for the Development of Social Science Research in Africa.
- Gonçalves, José (1969), *Sociologia*, Porto, Portucalense.
- Gonçalves, Pedro (2011), Angola e Portugal: Uma Relação do Passado que se Projecta no Futuro, em José Pavia (coord.), *A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional*, Lisboa, Quid Juris, pp. 73-87.
- Good, J. e Paul Hatt (1979), *Métodos em Pesquisa Social*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Graça, Pedro (1997), Fundamentos Culturais dos Países Africanos Lusófonos, o Legado Colonial, *AFRICANA*, 18, pp. 59-79.
- Graça, Pedro (2005), *A Construção da Nação em África*, Lisboa, Almedina.
- Graça, Pedro (2008a), O Papel das Informações Estratégicas na Projecção Marítima de Portugal, *Cadernos Navais*, 24, pp.87-96.

- Graça, Pedro (2008b), *A Transparência e a Responsabilização de Pessoas e Instituições em África, Estratégia*, vol. 17, pp. 411-421.
- Graça, Pedro (2010), *Mundo Secreto. História do Presente e Intelligence nas Relações Internacionais*, Luanda, Instituto de Informações e Segurança de Angola.
- Graça, Pedro (2012), La Composition Politique de l'Angola (d'après la victoire du MPLA aux élections du 31 Août 2012), comunicação apresentada no *Séminaire Annuel 2012*, Paris, Institut Français de Recherche et Afrique – Fondation pour la Recherche Scientifique, 29 de Novembro de 2012.
- Guerreiro, Pedro e Sobral, Fernando (2011), José Eduardo dos Santos, em Guerreiro, Pedro e Fernando Sobral, *Os mais poderosos da Economia Portuguesa*, Lisboa, Zebra Publicações, pp. 51-54.
- Guiddens, Anthony (2010), *Sociologia*, 8ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Guimarães, Fernando Andresen (2001), *The Origins of the Angolan Civil War, Foreign Intervention and Domestic Political Conflict*, London, Palgrave Macmillan.
- Gunn, Gillian (1991), The Angolan Economy, em Kitchen, Helen (ed.), *Angola Mozambique and the West*, London, Praeger, pp. 554-569.
- GW/OSISA (2011), *Oil Revenues in Angola. Much more information but not enough Transparency*, London, Global Witness e Fundação Open Society. Disponível em: [http://www.globalwitness.org/sites/default/files/library/V15\\_LIVE\\_ANGOLA\\_REPORT\\_0.pdf](http://www.globalwitness.org/sites/default/files/library/V15_LIVE_ANGOLA_REPORT_0.pdf) [Acesso: 01/02/2012].
- Halberstam, David (1980), *Le pouvoir est là*, Paris, Fayard.
- Haas, Ernest B. (1966), *Partidos Políticos Y Grupos de Presión en la Integración Europea*, Buenos Aires, Instituto para la Integración de América Latina. Disponível em: [www.worldcat.org/.../partidos-politicos-y-grupos-de-integracion](http://www.worldcat.org/.../partidos-politicos-y-grupos-de-integracion) [Acesso: 20/12/2011].
- Hagemann, Albrecht (2011), *Nelson Mandela*, Lisboa, Expresso.
- Hambrick, Donald C. (1980), Operationalizing the Concept of Business-Level Strategy in Research, *Academy of Management Review*, 5 (4), pp.567-575.
- Handel, Michael I. (1996), *Masters of War: Classical Strategic Thought*, London, Frank Cass.

- Heimer, Franz-Wilhelm (1980), *O Processo de Descolonização em Angola 1974-1976: Ensaio de sociologia política*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- Hernandez, Ruben (2012), *Malongo*, entrevistado por Aida Pegado, Lisboa, 28/05/2012.
- Hodges, Tony (2003), *Angola: Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*, Cascais, Principia.
- Hodges, Tony (2004) *Angola: Anatomy of an Oil State*, Indiana University Press, North America.
- Hodges, Tony (2007), The Economic Foundations of the Patrimonial State, in Chabal, Patrick e Nuno Vidal (eds.), *Angola: The Weight of History*, London, Hurst, pp. 175-199.
- Hodges, Tony (2011), Fundamentos Económicos do Estado Patrimonial, em Vidal, Nuno e Justino Pinto de Andrade (eds.), *Economia Política e Desenvolvimento em Angola*, Lisboa e Luanda: Firmamento, Universidade Católica de Angola e Chá de Caxinde, pp. 87-112.
- Horeau, Louis-Marie (2008), Angolagate, une affaire dans un piteux État, *Le Canard Enchaîné*, 1 Octobre.
- Hountondji, Paulin (2010), Conhecimentos de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos, em Santos, Boaventura e Maria Paula Meneses (orgs.), *Epistemologias do Sul*, Coimbra, Almedina, pp. 117-129.
- HRW (2004), *Transparency and Accountability in Angola. An Update*, New York: Human Right Watch. Disponível em:  
[http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/angola0410webwcover\\_1pdf](http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/angola0410webwcover_1pdf)  
[Acesso: 12/02/2013].
- IAEM (1982), *Origens e Evolução do Pensamento Geopolítico: Síntese Histórica*, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares.
- IEA (2006), *Angola – Desenvolvimento de uma Estratégia para a Energia*. Paris: International Energy Agency. Disponível em:  
[http://www.welvitchia.com/Novidades\\_files/AIE%20Angola\\_Desenvolvimento%20Estrategia%20para%20Energia%20by%20Agencia%20International%20Energia%202006.pdf](http://www.welvitchia.com/Novidades_files/AIE%20Angola_Desenvolvimento%20Estrategia%20para%20Energia%20by%20Agencia%20International%20Energia%202006.pdf) [Acesso: 11/10/ 2011].
- IISS (2012), *Military Balance 2012*, Washington, D.C., International Institute for Strategic Studies. Disponível em: <https://www.iiss.org/en/publications/military-s-balance> [Acesso: 20/08/2013].

IMD (2008), *IMD World Competitiveness Year Book 2008*, Lausanne, IMD.

IMF (2013), IMF Conditionality, *Facsheet*. Disponível:

<http://www.imf.org/external/np/exr/facts/howlen.htm> [Acesso: 25/09/2012].

Inikori, Joseph (1979), O tráfico negreiro e as economias atlânticas de 1451 a 1870, em UNESCO, *O Tráfico de Escravos Negros Séc. XV-XIX*, Lisboa, Edições 70, pp. 71-109.

Jamba, Sousa (1991), *Patriotas*, Lisboa, Edição Cotovia.

José, Joveta (2011), *A Política Externa de Angola: Novos Regionalismos e Relações Bilaterais com o Brasil*, Tese de Doutoramento em Ciência Política, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/35078> [Acesso: 30/08/2012].

Joshua, Frank (1989), Experience of African Regional Economic Integration. The history of economic integration in Africa, *UNCTAD Review*, 1 (2), pp. 59-78.

Júnior, António *et al* (2011), Fronteiras e Geopolítica Brasileira: Contribuição à Compreensão da Porosidade do Território Nacional, *Anais - Encontros nacionais da anpur*, vol. 14. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3543> [Acesso: 20/07/2012].

Júnior, Miguel (2007),

*Exército nacional (1975-1992)*, Lisboa, Edição de Livros e Revistas.

Júnior, Miguel (2012), As Forças Armadas Angolanas e a Investigação Militar, em EMG-FAA, *Colectânea de Temas de Investigação Militar*, Luanda, Mayamba Editora e Estado Maior General das FAA, pp. 23-31.

Kajibanga, Victor (2008), Saberes Endógenos, Ciências Sociais e Desafios dos Países Africanos, *Revista Angolana de Sociologia*, 2, pp. 7-14.

Kaninga, John (2006), O Salto Gigante de Angola no Palco da Economia Mundial, *Business Day*, 12 de Janeiro de 2006. Disponível em: <http://archive.is/Of2E8>. [Acesso: 12/12/2012].

- Kegley, Charles (2004), *World Politics. Trend & Transformation*, University of South Carolina, Library of Congress, publisher: Clark Baxter.
- Keller, Edmond J. e Donald Rothchild (1987), *Afro Marxist Regimes: Ideology and Public Policy*. Disponível em: <http://www.amazon.com/Afro-Marxist-Regimes-Ideology-Public-Policy/dp/0931477905> [Acesso: 11/09/2011].
- Kennedy, Paul (1987), *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict From 1500 to 2000*, New York, Random House.
- Keohane, Robert e Nye, Joseph (1972), *Transnational Relations and the World Politics*, Cambridge and Massachusetts, Harvard University Press.
- Keohane, Robert (1986), Realism, Neorealism and the Study of World Politics, em Robert Keohane (ed.), *Neorealism and its Critics*, New York, Columbia University Press, pp.1-26.
- Kiambata, Luís (2012), Entrevista, *Telejornal – TPA Internacional*, Luanda, 11 de Novembro de 2012.
- Kissinger, Henry (2001), *Does America Need a Foreign Policy? Toward a Diplomacy for the 21<sup>st</sup> Century*, New York, Simon & Schuster.
- Klingberg, Frank L. (1996), *Positive Expectations of America's World Role: Historical Cycles of Realistic Idealism*, New York, University Press of America.
- Kunstler, James (2006), *O Fim do Petróleo, O Grande Desafio do Séc. XXI*, Lisboa, Bizâncio.
- Lara, António (1995), *Elementos de Ciência Política*, Lisboa, Pedro Ferreira.
- Lara, António (1998), *Ciências Políticas: Metodologia, Doutrina e Ideologia*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - ISCSP.
- Lara, António (2002), *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - ISCSP.
- Lara, António (2009), *Ciência Política, Estudos da Ordem Subversiva*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - ISCSP.
- Laurent, Éric (2007), *A Face Oculta do Petróleo*, Lisboa, Temas e Debates.



- Lazité, Branko (1988), *The Battle for Angola, 1974-1988*, London, Better Britain Society.
- Leão, Ana e Martin Rupiya (1994), A military history of the Angolan Armed Forces from the 1960s onwards – as told by former combatants, *Evolutions & Revolutions*, Pretoria, Institute for Security Studies. Disponível em: <https://doc-10-94-docsviewer.googleusercontent.com/viewer/securedownload/dsn1> [Acesso: 10/02/2012].
- Lee, Margaret C. (2000), Development, Co-operation and Integration in the SADC Region, em Nabudere, Dani (ed.), *Globalisation and the Post-Colonial African State*, Zimbabwe, AAPS Books, pp. 120-145.
- Legum, Colin (1976), *After Angola: The War Over Southern Africa, The Role of the Big Powers*, London, Collings.
- Lieber, Robert (2007), *A Era Americana*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Lima, Pedro (2007), *Percursos Espinhosos*, Luanda, Instituto Nacional do Livro e do Disco.
- Linklater, Andrew (1993), Liberal Democracy, Constitutionalism and the New World Order, em Leaver, Richard e James L. Richardson (eds.), *Charting the Post-Cold War Order*, Colorado, Westview Press, pp. 29-38.
- Loiseau, Yves et Pierre-Guillaume de Roux (1987), *Portrait d'un Révolutionnaire en Général: Jonas Savimbi*, Paris, La Table Ronde.
- Lopes, Figueiredo Lopes (2009), Jean O. Monner, 1888-1979, em Garcês, Ana e Guilherme d'Oliveira Martins (eds.), *Os Grandes Mestres da Estratégia - Estudos sobre o poder da Guerra e da Paz*, Lisboa, Almedina, pp. 631-654.
- Lopes, Carlos (1999), *O Sector Informal e o Desenvolvimento: estudo de caso em Luanda*, comunicação apresentada no II Congresso de *Estúdios Africanos en El Mundo Ibérico – África Hacia el Siglo XXI*, 15-17 de Setembro de 1999, Madrid Disponível:[http://www.multiculturas.com/angolanos/carlos\\_lopes\\_sector\\_informal.htm](http://www.multiculturas.com/angolanos/carlos_lopes_sector_informal.htm) [Acesso: 13/04/2012].
- Lopes, Rita (2004), *O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*, *Agora.Net*, 4. Disponível em: <http://www.labcom.ubi.pt/files/agoranet/04/lopes-rita-media-e-poder.pdf> [Acesso: 13/12/2011].

- Mackinder, Halford [1904 (2011)], O Pivô Geográfico da História, *GEOUSP – Espaço e Tempo*, 29, pp.87-100.
- Macmillan, John (2005), Promoting Transparency in Angola, *Journal of Democracy* (Online), 16 (3), pp. 155-169. Disponível em: [https://muse.jhu.edu/login?auth=0&type=summary&url=/journals/journal\\_of\\_democracy/v016/16.3mcmillan.html](https://muse.jhu.edu/login?auth=0&type=summary&url=/journals/journal_of_democracy/v016/16.3mcmillan.html) [Acesso: 29/11/2011].
- Madeira, Ana e Maria Abreu (2004), *Comunicar em Ciência: como redigir e apresentar trabalhos científicos*, Lisboa, Escolar Editora.
- Magalhães, José (2005), *A Diplomacia Pura*, Venda Nova, Editorial Bizâncio.
- Mais de 100 mil portugueses trabalham em Angola (2013), *Angonotícias* [online], 13 de Fevereiro de 2013. Disponível: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/37534/mais-de-100-mil-portugueses-trabalham-em-angola> [14 de Março de 2013].
- Maltez, José Adelino (1996), *Princípios de Ciência Política 1º vol. - Introdução à Teoria Política*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - ISCSP.
- Maltez, José Adelino (2006), *Fórmula de Cline, A Escola de Ciência Política*. Disponível em: <http://farolpolitico.blogspot.pt/2006/10/frmula-de-cline.html>. Acesso: 12/12/2011.
- Maltez, José Adelino (2003), *Realismo Político, Dicionários – Ideologias, Correntes e Doutrinas*. Disponível em: <http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/ideologias/realismo,htm> Acesso: 16/01/2012.
- Mammo, Tirfe (1999), *The Paradox of Africa's Poverty: The Role of Indigenous Knowledge, Traditional Practices and Local Institutions - The Case of Ethiopia*, Lawrenceville, Red Sea Press.
- Maquiavel, Nicolau (2005), *O Príncipe*, 12ª edição, Lisboa, Guimarães Editores.
- Maria, António José (2010), *As missões estratégicas para a paz no continente africano. Angola e Congo, Policiais Brasileiros em Missões de Paz – United Nations Police “UNPOL”* (Online). Disponível em: <http://missaodepaz.com/category/paises-e-missoes-de-paz/congo/> [Acesso: 25/02/2013].
- Marcum, John (1985), United States Options in Angola, *CSIS African Notes* 52, Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies.

Marcum, John A. (1987), *The People's Republic of Angola: a Radical Vision Frustrated*, em Keller, Edmond e Donald Rothchild (eds.), *Afro Marxist Regimes: Ideology and Public Policy*, Boulder, Lynne Rienner Publishers, pp. 68-71.

Marinha de Guerra Angolana, Geraldo Sachipengo Nunda, *Sol*, 10 de Julho de 2012. Disponível em: [http://sol.sapo.pt/Angola/Interior.aspx?content\\_id](http://sol.sapo.pt/Angola/Interior.aspx?content_id) [Acesso: 30/01/2013].

Marinha de Guerra implementa programa de reedificação, *Agência Angola Press* [online], 28 de Junho de 2012. Disponível em: [http://www.portalangop.co.ao/angola/pt\\_pt/noticias/politica/2012/5/26/Marinha-Guerra-implementa-programa-reedificacao,c990bc67-4dc5-45d2-98ff-8bd705c4c2b6.html](http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2012/5/26/Marinha-Guerra-implementa-programa-reedificacao,c990bc67-4dc5-45d2-98ff-8bd705c4c2b6.html) [Acesso: 26/05/2012].

Marques, Alexandra (2013), *Segredos da Descolonização de Angola*, Lisboa, Dom Quixote.

Marques, Rafael (2011), *Diamantes de Sangue. Corrupção e Tortura em Angola*, 3ª Edição, Lisboa, Tinta-da-China.

MarinhasPLP (s.d.), *Meios Navais em Angola*. Disponível em: [:http://marinhasplp.org/PT/asmarinhas/Meios/Documentos/MEIOS%20NAVAIS%20](http://marinhasplp.org/PT/asmarinhas/Meios/Documentos/MEIOS%20NAVAIS%20) [Acesso: 12/04/2012].

Martins, Guilherme (2009), Tucídides: O equilíbrio do poder, em Garcês, Ana e Guilherme Martins (eds.), *Os Grandes Mestres da Estratégia - Estudos sobre o poder da Guerra e da Paz*, Lisboa, Almedina, pp. 136-151.

Martins, Raul (1996), *Geopolítica e Geoestratégia – O que são e para que servem*, Nação e Defesa, 78, pp. 22-78.

Marx, Karl e Friedrich Engels (1970), *The German Ideology*, New York, International Publishers.

Matthews, Keitumetse (2013), Entrevistado por Aida Pegado, Lisboa, Maio 2013.

Matias, Nuno (2009), Mahan: O poder do Estado no mar, em Garcês, Ana e Guilherme Martins (eds.), *Os Grandes Mestres da Estratégia - Estudos sobre o poder da Guerra e da Paz*, Lisboa, Almedina, pp. 451-472.

Matos, João (2010), *A importância do Atlântico Sul*, Centro de Estudos Políticos e Estratégicos Nacionais, Luanda. Disponível em: <http://www.cepen.org/2010/a-importancia-do-atlantico-sul/> [Acesso: 19/10/2012].

- Mbuende, Kaire M. (2012), *The Southern African Development Community: Between Cooperation and Development: An Insider Perspective*, in Chris Saunders *Region-Building in Southern Africa*, London, Zed Books, pp. 39-60.
- McCormick, Shawn (2006), *The Angolan Economy: Prospects for Growth in a Postwar Environment*, Washington D.C., Center for Strategic and International Studies.
- Mearsheimer, John (2007), *A Tragédia da Política das Grandes Potências*, Lisboa, Gradiva Publicações.
- Medeiros, Raposo (1998), *Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – ISCSP.
- Meireles, Luísa, «Savimbi foi um monstro, um Hitler africano», diz João Cravinho em entrevista ao Expresso, *Expresso*, 5 de Novembro de 2005. Disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/7004> [Acesso: 30/05/2011].
- Melo, L. (2010), *A Reformulação da Geopolítica*. Disponível em: <http://minhacomplexavidasimples.blogspot.com> [Acesso: 07/09/2011].
- Mendes, Eurico (2007), *Dembos e demos*. [online], 29 de Agosto. Disponível em: [http://www.portuguesetimes.com/Ed\\_1888/util/beat.htm](http://www.portuguesetimes.com/Ed_1888/util/beat.htm) [Acesso: 30/09/2011].
- Mesquitela, Teresa (1988), *Angola Pedra Fundamental na Queda do Império*, Lisboa, História, 85, pp. 41-59.
- Merton, Robert (1957), *Social Theory and Social Structure*, Glencoe, Free Press.
- Messiant, Christine (2008), *L'Angola postcolonial*, Tomo 2, Paris, Karthala.
- Milando, João (2003), *O Desenvolvimento Participativo em Contextos Institucionais "Adversos": Aspectos Africanos*, Tese de Doutoramento em Estudos Africanos, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - ISCTE.
- Milando, João (2005), *Cooperação sem Desenvolvimento*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais – ICS.
- Milando, João (2013), *Desenvolvimento e Resiliência Social em África Dinâmicas Rurais de Cabinda – Angola*, Luanda, Mayamba Editora,
- Milhazes, José (2009), *Angola - O Princípio do fim da União Soviética*, 2ª edição, Lisboa, Vega.

- Milhazes, José (2013), *Golpe Nito Alves e Outros Momentos da História de Angola Vistos do Kremlin*, Lisboa, Alêtheia Editores.
- Miranda, Bruno (2008), *Método Quantitativo versus Método Qualitativo*. Disponível em: <http://adrodomus.blogspot.com/2008/06> [Acesso: 05/11/2011].
- Miranda, Eva (2007), Ensino Superior: novos conceitos em novos contextos, *Tékhnē - Revista de Estudos Politécnicos*, 8, pp. 161-182.
- Miranda, Jorge (1996), *Ciência Política - Formas de Governo*, Lisboa, Pedro Ferreira Editor.
- Mitter, Siddhartha (2009), All Roads Lead to Angola, *Foreign Policy*, 172, pp. 4-5. Disponível em: [http://www.foreignpolicy.com/files/Angola\\_24.pdf](http://www.foreignpolicy.com/files/Angola_24.pdf) [Acesso: 12/12/2011].
- Mitrany, David (1948), The Functional Approach to World Organization, *International Affairs*, 24 (3), pp. 350-363.
- Moma, José (2012), *Os Estados da Linha da Frente e a Gestão das Ameaças na África Austral*, Luanda, Mayamba Editora.
- Monteiro, Ladeiro (1997), *A África na Política de Cooperação Europeia*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - ISCSP.
- Monteiro, J. (2003), *Poder e Obediência. Uma Teoria do Consentimento*, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – ISCSP.
- Morais, Beatriz (1998), *A Cooperação e a Integração Regionais da África Austral – A SADC: O papel de Angola*, São Paulo, Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo.
- Morais, Joaquim (2008), *Jonas Savimbi – Angola para todos os angolanos um símbolo, uma bandeira e uma pátria*, Porto, Edição de autor.
- Morais, Paulo (2013), Serviços de Luanda, *Correio da Manhã*, Lisboa, 6 de Agosto de 2013.
- Moreira, Adriano (1979), *Ciência Política*, Lisboa, Livraria Bertrand.
- Moreira, Adriano (1996), *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra, Almedina.
- Moreira, Adriano (2000), *Estudos da Conjuntura Internacional*, Lisboa, Dom Quixote.

- Moreira, Adriano (2007), *Política da Imagem*, *Diário de Notícias*, Lisboa, 24 de Dezembro de 2007.
- Moreira, Adriano (2008a), *Teoria das Relações Internacionais*, 6ª Edição, Lisboa, Almedina.
- Moreira, Adriano (2008b), *O Mar no Conceito Estratégico Nacional*, *Cadernos Navais*, 24, pp. 45-53.
- Moreira, Adriano (2009a), *Ciência Política*, 4ª Edição, Coimbra, Almedina.
- Moreira, Adriano (s.a.), *O Tempo Tríbulo Português*, Biblioteca Adriano Moreira.  
Disponível em:  
[http://bibliotecaadrianomoreira.cmbraganca.pt/PageGen.aspx?WMCM\\_PaginaId=27800](http://bibliotecaadrianomoreira.cmbraganca.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=27800) [Acesso: 02/12/2011].
- Moreira, Carlos (1994), *Planeamento e Estratégias de Investigação Social*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - ISCSP, p. 106.
- Moreira, Carlos (2007b), *Teorias e Práticas de Investigação*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - ISCSP.
- Morgenthau, Hans (1993), *Politics Among Nations, The Struggle for Power and Peace*, 6ª edition, New York, McGraw-Hill.
- Mosca, João (2004), *S.O.S. África*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Mshana, Rogate (1992), *Insisting upon People's Knowledge to Resist Developmentalism: Peasant Communities as Producers of Knowledge for Social Transformation in Tanzania*, Frankfurt, Verlag für Interkulturelle Kommunikation.
- Muekalia, Jardo (2010), *Angola - A Segunda Revolução, Memórias da Luta pela Democracia*, Porto, Sextante Editora.
- Munslow, Barry (1999), *Angola: The politics of unsustainable development*, *Third World Quarterly*, 20 (3), pp. 551-568.
- Nascimento, S. da Silva (2008), *A Geopolítica e a sua importância para o Comércio Exterior Brasileiro*, Acantus79. Disponível em:  
<http://acantus79.wordpress.com/2008/05/24/a-geopolitica-e-sua-importancia-para-o-comercio-exterior-brasileiro/> [Acesso: 08/11/2011].

- Natalício, Isidoro (2010), Angola pode atingir a auto-suficiência alimentar, *Jornal de Angola*, 11 de Setembro de 2010. Disponível em: [http://jornaldeangola.sapo.pt/regioes/kwanza\\_norte/angola\\_pode\\_attingir\\_a\\_auto-suficiencia\\_alimentar](http://jornaldeangola.sapo.pt/regioes/kwanza_norte/angola_pode_attingir_a_auto-suficiencia_alimentar) [Acesso: 31/10/ 2013].
- NEPAD (s.a.), A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África. Disponível em: <http://pt.reingex.com/NEPAD-Nova-Parceria-Desenvolvimento-Africa.asp> [Acesso: 10/12/2012].
- Nye, Joseph (2002), *Compreender os Conflitos Internacionais. Uma Introdução à Teoria e à História*, Lisboa, Gradiva Publicações.
- Nye, Joseph (2012), *O Futuro do Poder*, Lisboa, Temas e Debate.
- Obama, Barack (2009), *Sim, África, nós podemos* (Acra, Gana), em Barack Obama (ed.) *Dez Discursos pela paz e uma mensagem às crianças*, Porto, Fio da Palavra Editores, pp. 105-118.
- Okoth, Assa (2006), *A History of Africa, African Nationalism and the De-colonisation Process*, Kampala and Uganda, East African Educational Publishers.
- Oliveira, Joaquim (2010a), *Os Caminhos Históricos das Fronteiras de Angola*, Luanda, CEFOLEX.
- Oliveira, Ricardo (2005b), Sobre as relações entre Portugal e Angola ao Fim de Trinta anos: um ensaio crítico, *Relações Internacionais*, 8, pp. 55-72.
- Oliveira, Ricardo (2007), *Oil and Politics in the Gulf of Guinea*, London, Columbia & Hurst.
- Oliveira, Ricardo (2007), Business sucess, Angola-style: postcolonial politics and the rise of Sonangol, *The Journal of Modern African Studies*, 45 (4), pp. 595-619.
- Oliveira, Ricardo (2012, 18 July), Guest column: Transparency reforms yield little change, *Financial Times*. Disponível em: <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/e8c819ce-c5f9-11e1-b57e-00144feabdc0.html#axzz2zdXFPBUr> [Acesso: 11/11/2013].
- Ogoulat, Albert-Didier (2006), *Afrique Centrale et golfe de Guinée: géopolitique des termes de l'échange entre deux régions sous-continentaux*, Enjeux, 26, p. 9.
- Outsourcing's third wave, *The Economist*, 21 Maio de 2009. Disponível em: <http://www.economist.com/node/13692889> [Acesso: 15/12/2012].

- Pacheco, Carlos (2010), *Angola - Um gigante com pés de barro e outras reflexões sobre a África e o mundo*, Lisboa, Editora Veja.
- Pasquino, Gianfranco (2005), *Sistemas Políticos Comparados*, Cascais, Principia.
- Page, Sheila (2001), What is a Region?, *Regionalismo and Regional Integration in Africa*, Discussion Paper 1. Disponível em: <http://www.divaportal.org/smash/get/.../FULLTEXT01.pdf> [Acesso: 24/12/2011].
- Paiva, Mário, Acordo Histórico, *Exame Angola*, 10 de Fevereiro de 2010. Disponível em: <http://www.exameangola.com/pt/interior2.asp?det=9843&id=2000&mid=369> [Acesso: 13/01/2013].
- Palley, Thomas I. (2003), Lifting the Natural Resource Curse, *Foreign Service Journal*, 80, pp. 54-61.
- Patrício, José (1998), *Angola-EUA.: Os Caminhos do Bom-Senso*, Lisboa, Dom Quixote.
- Péclard, Didier (2008), Les chemins de la reconversion autoritaire en Angola, *Politique Africaine*, 110, pp. 5-20.
- Pedro, Arcebíades (2012), *Investimento em Educação em Países em Vias de Desenvolvimento: O Caso de Angola*, Dissertação de Mestrado em Políticas de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE-IUL.
- Peet, Richard (2007), *Geografia do Poder*, Cascais/Portugal, Ed. Sururu, Produções.
- Pegado, Aida (2002a), *A Classe Política Angolana, do Nacionalismo à Democracia*, Dissertação Mestrado em Estudos Africanos, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - ISCSP.
- Pegado, Aida (2013b) *As relações da África do Sul com Angola*, entrevista à Keitumetse Matthews, Embaixadora da África do Sul em Portugal.
- Peet, Richard (2009), *Geografia do Poder*, Cascais, Sururu.
- Péllissier, Rene e Douglas Wheeler (2009), *História de Angola*. Lisboa, Tinta-da-China.
- Philips, Estelle M. e Derek S. Pugh (2003), *How to Get a PhD: A Handbook for Students and Their Supervisors*, 3<sup>rd</sup> edition, Philadelphia, Open University Press.



- Pinto, João (2011), *Comunicação na Mesa Redonda A Trajectória de um Líder Filho de Angola – Exemplo para África*, Luanda, Centro de Conferência de Belas.
- Pinto, João (2011), *Direito à Alimentação e Segurança Alimentar e Nutricional nos Países da CPLP – Diagnóstico de Base*, Roma: United Nations Food and Agriculture Organization.
- Prélot, Marcel (1974), *A Ciência Política Actual*, Lisboa, Livraria Bertrand.
- Prússia, Frederico (2000), *O Anti-Maquiavel*, Lisboa, Guimarães Editores.
- Puchala, Donald (2003), *Theory & History in International Relations*, New York, Routledge.
- Queiroz, Mário (2007), *Angola: A construção de uma potência africana*, Inter Press Service, (Online). Disponível em: <http://www.ipsnoticias.net/portuguese/2007/05/africa/angola-a-construcao-de-uma-potencia-africana/> [Acesso: 30/11/2011].
- Quivy, Raymond (2005), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 4ª edição, Lisboa, Gradiva Publicações.
- Rascão, José (2001), *Análise Estratégica, Sistema de Informação para a tomada de Decisão Estratégica*, 2ª edição, Lisboa, Sílabo.
- Raimundo, Orlando (1992), *Portugal na ONU, Espoliados Ultramar*. Disponível em: <http://www.espoliadosultramar.com/ip27.html> [Acesso: 07/1/2012].
- Real, Miguel Corte (2012), *O petróleo de Angola*, (Online). Disponível em: <http://www.investirem.com/2011/05/mapa-dos-blocos-de-petroleo-angolanos.html>.
- Reis, Fidel (2010), *Das políticas de classificação às classificações políticas (1950-1996). A configuração do campo político angolano*, Tese de Doutoramento em Moderna e Contemporânea, Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE-IUL.
- Reis, Fidel (2012), *Conversas com Vagar, Rádio Mais* [Rádio], Luanda, 30 de Maio de 2012.
- Rellinter (s.d.), *O que são as Relações Internacionais*. Disponível em: <http://rellinter.webs.com/oquesoasrelaesinternacionais.htm> [Acesso: 25/11/2011].

Ribeiro, António (2008), *Uma Visão Estratégica do Mar – Perspectivas de Análise*, Cadernos Navais - Uma Visão Estratégica do Mar na Geopolítica do Atlântico, 24, p. 33-44.

Rieff, David (2008), A Green Revolution for Africa?, *New York Times* [online], 10 de Outubro de 2008. Disponível em:  
[http://www.nytimes.com/2008/10/12/magazine/12wwln-shah-t.html?pagewanted=all&\\_r=0](http://www.nytimes.com/2008/10/12/magazine/12wwln-shah-t.html?pagewanted=all&_r=0) [Acesso 31/05/2012].

Rochman, Alexandre (1999), *The assessment of power in international relations*, Lua Nova: Revista de Cultura e Política, 46, pp. 119-118. Disponível em  
[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010264451999000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010264451999000100006&script=sci_arttext) . [Acesso: 29/12/2011].

Roberto, Holden (2007), Dados biográficos, *Petrinus*.  
Disponível em: <http://petrinus.com.sapo.pt/holden1.htm> [Acesso: 29/01/2012].

Rocha, Alves (2009a), Angola: potência económica regional, *Correio do Patriota*.  
Disponível em: <http://www.correiodopatriota.com> [Acesso: 30/12/2011].

Rocha, Edmundo (2009b), *Angola, Contribuição ao Estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano, período de 1950-1964*, 2ª edição, Lisboa, Dinalivro.

Rocha, Humberto (2009c), Contributos para uma caracterização da Geopolítica Marítima de Portugal, *Cadernos Navais*, Nº 31, Outubro – Dezembro 2009.

Rodrigues, Adriano (1986), A informação e o poder político, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº18/19/20, pp 203-211. Disponível em:  
<http://www.ces.uc.pt/rccs/includes/download.php?id=271> [Acesso: 12/09/2012].

Roque, Fátima (1991), *Economia de Angola*, Lisboa, Bertrand Editora.

Rosado, Carlos (2011), Angola com nada para oferecer, *A Capital*, Luanda, 13 de Agosto de 2011.

Ruas, Eduardo (2012), *Conquistas de Angola*. Disponível em:  
[http://www.portalangop.co.ao/motix/pt\\_pt/noticias/politica/2012/10/46/Embaixador-Eduardo-Ruas-fala-das-conquistas-Angola,d5c593b3-580b-47f5-9cc6-f4f6790ba53d.html](http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/politica/2012/10/46/Embaixador-Eduardo-Ruas-fala-das-conquistas-Angola,d5c593b3-580b-47f5-9cc6-f4f6790ba53d.html) [Acesso: 07/11/2012].

Sachs, Jeffrey (2008), *Common Wealth, Um Novo Modelo para a Economia Mundial*, Alfragide, Casa das Letras.

- Sacchetti, António (1990), *Geopolítica e Geoestratégia do Atlântico*, Vol. 1, Lisboa, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.
- Santo, Paula (1997), *O Processo de Persuasão Política*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais – ISCSP.
- Santo, Paula (2010), *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais. Génese, Fundamentos e Problemas*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Santos, Carlos (2010), SADC – África Austral em busca do futuro, *África 21*, 37. Disponível em: <http://www.africa21digital.com/> [Acesso: 12/12/2012].
- Santos, Igídio (2010), *O empenho da Escola Superior de Guerra*. Disponível em: [www.portalangop.co.ao/.../Chefe-adjunto-EMG-FAA-enaltece-empenho-](http://www.portalangop.co.ao/.../Chefe-adjunto-EMG-FAA-enaltece-empenho-) [Acesso: 23/10/2012].
- Santos, José (1984), *Discurso - Pela Paz e Segurança na África Austral*, Luanda, Edições DIP do CC do MPLA-PT.
- Santos, José (2010), Discurso - O nascimento da III República de Angola, *Embaixada de Angola*. Disponível em: <http://www.angolaemb.com/Presidente/mensagem151010/main.htm> [Acesso: 25/10/2012].
- Santos, José (2012), Discurso – Cerimónia de investidura, *Mission Angola*. Disponível em: [http://www.mission-angola.ch/discursos/pt/20120926\\_presidente\\_pt.pdf](http://www.mission-angola.ch/discursos/pt/20120926_presidente_pt.pdf) [Acesso: 18/10/2012].
- Santos, José (2013), Discurso da III Cimeira da CGG, *ANGOP – Agência Angola Press*, 13 de Agosto de 2013.
- Santos, José (2013), Entrevista; SIC notícias, Luanda, 06 de Junho.
- Santos, Feliciano (2006), *Marinhas de Guerra de Angola e África do Sul manifestam interesse de cooperação*. Disponível em: [http://www.portalangop.co.ao/motix/pt\\_ptnoticias/politica/2006/7/31/Marinhas-Guerra](http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_ptnoticias/politica/2006/7/31/Marinhas-Guerra) [Acesso: 16/01/2012].
- Santos, Loureiro (2013), *Recursos Alimentares, Poder e Segurança Nacional*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

- Santos, Loureiro (2012), *Forças Armadas em Portugal*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Santos, Victor (2007), *Introdução à Teoria das Relações Internacionais*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - ISCSP.
- Santos, Victor e Ferreira, Maria João, (2012), *Teorias das Relações Internacionais*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - ISCSP.
- Santos, Victor (2012), *Elementos de Análise da Política Externa*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - ISCSP.
- Saraiva, José *et al* (1999), *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- Schoeman, Maxi (2003), South Africa as an Emerging Middle Power: 1994-2003, em Daniel, John *et al* (eds.), *State of the Nation: South Africa 2003-2004*, Pretoria, HSRC Press, pp. 349-367.
- Sebastião, Sónia M. Pedro (2005), *A Democracia Directa ainda interessa? O caso Suíço*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - ISCSP.
- Sequeira, Salviano [Kyanda] (2010), As Marinhas e os desafios do Séc. XXI, comunicação apresentada ao *II Simpósio das Marinhas da CPLP*, 30 de Junho a 1 de Julho, Luanda. Disponível em: [http://www.marinhasplp.org/PT/Simposio/Documents/Acta do%20do%20II%20simp%C3%](http://www.marinhasplp.org/PT/Simposio/Documents/Acta%20do%20II%20simp%C3%) [Acesso: 13/09/2012].
- Servant, Jean-Christophe (2003), A Ofensiva sobre o Petróleo Africano, *Le Monde Diplomatique*, 1 de Janeiro de 2003. Disponível em: <https://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ac&id=738> [Acesso: 29/11/2011].
- Serveney, David (2008), *Angolagate : le roman français du trafic d'armes*”, Rue 8. Disponível em: <http://www.rue89.com/2008/10/05/angolagate-le-roman-francais-du-traffic-darmes> [Acesso: 25/11/2011].
- Shell, Susan (2009), Kant: Paz perpétua numa federação livre de Estados, em Garcês, Ana e Guilherme d'Oliveira Martins (eds.), *Os Grandes Mestres da Estratégia - Estudos sobre o poder da Guerra e da Paz*, Lisboa, Almedina, pp. 331-361.
- Sierra, Lázaro (2010), *Angola e África do Austral. Apontamentos para a história do processo negocial para a paz (1976-1992)*, Luanda, Mayamba.

- Silva, José (2002), *As Resoluções das Nações Unidas sobre Angola*, Luanda, Editorial Nzila.
- Silva, Augusto e Pinto, José (1986), *Metodologia das Ciências Sociais*, Lisboa, Afrontamento.
- Smith, Patrick (2010), Ghana the new oil star of West Africa, *The Africa Report*, 23-26 de Agosto de 2010. Disponível em: <http://www.theafricareport.com/News-Analysis/ghana-the-new-oil-star-of-west-africa.html> [Acesso: 15/10/2012].
- Somerville, Keith (1986), *Angola, Politics, Economic and Society*, London, Printer Publications.
- Sousa, Fernando (2008), *Dicionário de Relações Internacionais*, 2ª ed., Lisboa, Afrontamento.
- Sousa, Julião (1994), Da fundação ao Reconhecimento por parte da OUA (1960-1968), *Association des Revues plurielles* (Online), pp. 11-16. Disponível em: [http://www.revues-plurielles.org/uploads/pdf/17/28/17\\_28\\_03.pdf](http://www.revues-plurielles.org/uploads/pdf/17/28/17_28_03.pdf) [Acesso: 12/09/2011].
- SOUTH AFRICA – DFA (1985), *South Africa 1985- Official Yearbook of the Republic of South Africa*, 11<sup>th</sup> ed., Pretoria, Department of Foreign Affairs – Republic of South Africa.
- SouthAfricaWeb.co.za (2013), *Natural Resources in South Africa*. Disponível em: <http://www.southafricaweb.co.za/page/natural-resources-south-africa> [Acesso: 13/10/2013].
- Spínola, António de (1974), *Portugal e o Futuro*, Lisboa, Arcada.
- Stiglitz, Joseph e Andrew Charlton (2009), *Comércio Justo para Todos*, Lisboa, Texto Editores.
- Swaniker, Fred (2013), *The Geo-Economics of Resources and Conflict in Africa*, Geo-Economics and Strategy Programme, International Institute for Strategic Studies. Disponível em: [http://www.iiss.org/en/events/geo-economics\\_seminars/geo-economics\\_seminars/archive/the-geo-economics-of-resources-and-conflict-in-africa-bb16](http://www.iiss.org/en/events/geo-economics_seminars/geo-economics_seminars/archive/the-geo-economics-of-resources-and-conflict-in-africa-bb16) [Acesso: 15/12/2011].
- Thomashausen, André (2008), Angolan Maritime Security, *Revista de Ciências Sociais e Políticas*, 2, pp.7-32.

- Thual, François e Aymeric Chauprade (1998), *Dictionnaire de Géopolitique: États*, Concept, Auteurs, Paris, Ellipses.
- Tomás, António (2012), Um país do presente, *Novo Jornal*, 234, 13 de Julho de 2013.
- Tomé, António (2011), *Relações internacionais, geopolítica e geoestratégia: o estudo e a problemática*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas.
- Tekere, Moses (2012), *Regional Trade Integration, Economic Growth and Poverty Reduction in Southern Africa*, Pretoria, Africa Institute of South Africa.
- Traor, Amadou (1993), L'intégration régionale, *Le Courier, Afrique-Caraïbes-Pacifique-Communauté-Européenne*, 42, p.48.
- Transparency International (2011), *Corruption Perceptions Index 2011*, Berlin, Transparency Internacional. Disponível em: <http://cpi.transparency.org/cpi2011/results/> [Acesso: 09/02/2013].
- Tzu, Sun [2009, séc. III a.C.], *A Arte da Guerra*, Lisboa, Sílabo.
- UNDP (2005), *Human Development Report 2005*. Disponível em: <http://www.undp.org.in/hdr2005/> [Acesso: 29/11/2012].
- UNITED STATES OF AMERICA – Department of State (s.a.), *Wilson's Fourteen Points, 1918*. Disponível em: <http://history.state.gov/milestones/1914-1920/fourteen-points> [Acesso: 11/02/2012].
- Van-Dúnem, Belarmino (2010), *Geopolítica e Geoestratégia Angolana* [Blogue]. Disponível em: <http://berlarminovandunem.blogspot.pt/2010/09/geopolitica-e-geoestrategia-angolana.html> . 28/11/2011 [Acesso: 02/12/2011].
- Venâncio, José (2009), *O fato africano. Elementos para uma sociologia de África*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco e Editora Massangana.
- Vesentini, José (2007) *O que é a Geopolítica*. Disponível em: <http://pt.scribd.com.35186337> [Acesso: 30/12/2011].
- Vieira, Laurindo (2007), *Angola - A Dimensão Ideológica da Educação, 1975-1992*, Luanda, Editorial Nzila.
- Volman, Daniel e Michael Klare (2006), *The African Oil Rush and American National Security*, Washington, African Security Research Project.

Disponível em: <http://concernedafricascholars.org/african-security-research-project/?p=13> [Acesso: 12/12/2011].

Volman, Daniel e Tuckey, Beth (2008), *Militarizing Africa (Again)*, *Africa Focus Bulletin* [online], 14 March. Disponível em: <http://www.africafocus.org/docs08/usaf0803.php> [Acesso 20/11/2012].

Veríssimo, Gilberto (2006), *A Influência das Novas Tecnologias na Guerra*, Luanda, Editorial Nzila.

Veríssimo, Gilberto (2011) *A Geopolítica de Angola*, Ciclo de conferências, Luanda, Escola Superior de Guerra.

Vieira, Joaquim (1998), *Angola: Do desvario ao esquecimento*, 2ª edição, Lisboa, Dom Quixote.

Vieira, Mónica (2009), Hobbes: Leviafã Contra Leviafã, em Garcês, Ana e Guilherme d'Oliveira Martins (eds.), *Os Grandes Mestres da Estratégia - Estudos sobre o poder da Guerra e da Paz*, Lisboa, Almedina, pp. 247-281.

Vilolaj, Santos (2011), Angola tem em África uma grande influência, *Jornal de Angola* [online], 18 de Abril de 2011. Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/angola-tem-em-africa-uma-grande-influencia> [Acesso: 17/05/2013].

Viotti, Paul e Mark Kauppi (1998), *International Relations Theory, Realism, Pluralism, Globalism, and Beyond*, 3<sup>rd</sup> edition, Boston, Allyn and Bacon.

Wallerstein, Immanuel *et al* (2002), *Para Abrir as Ciências Sociais*, Lisboa, 2ª edição, Publicações Europa – América.

Waltz, Kenneth (2002), *Teoria das Relações Internacionais*, Lisboa, Gradiva.

Winstanley, Carrie (2009), *Writing a Dissertation for Dummies*, Chichester, West Sussex, J.Wiley & Sons, Ltd.

WB (2000), *WDR 2000/2001: Attacking Poverty*, New York, The World Bank.

Wetters, Eike (2011), *Os Oficiais angolanos* (Online). Disponível em: [http://www.portalangop.co.ao/angola/pt\\_pt/noticias/politica/2011/9/40/Oficial-Marinha-alema-enaltece-desempenho-oficiais-angolanos,045564e7-1ce4-495e-b7d2-af3625edf2e5.html](http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2011/9/40/Oficial-Marinha-alema-enaltece-desempenho-oficiais-angolanos,045564e7-1ce4-495e-b7d2-af3625edf2e5.html) [Acesso: 28/12/2011].

- Wittkopf, Eugene *et al* (2003), *American Foreign Policy*, Belmont, Wadsworth and Thomson Learning.
- Wright, George (1994), United States Foreign Policy and Angola: The Prospects, em Hart, Keith e Joana Lewis (eds.), *Way Angola Matters*, Report of a Conference, London, African Studies Centre - University of Cambridge.
- Wright, George (1997), *The destruction of a nation, United States' Policy toward Angola since 1945*, London, Pluto Press.
- Wright, George (2000), *A Destruição de um País. A Política dos Estados Unidos para Angola desde 1945*, Lisboa, Caminho.
- Xitu, Uanhenga [Agostinho de Carvalho] (1990), *O Ministro*, Luanda, União dos Escritores Angolanos.
- Zippelius, Reinhold (1997), *Teoria Geral do Estado*, 2ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.



## Fontes

### Legislação

Constituição da República de Angola, 2010, *Diário da República*, I Série, 23, 5 de Fevereiro de 2010.

Decreto-Lei 10/96, *Diário da República*, Iª Série, 44, de 18 de Outubro de 1996.

Decreto nº7/09, *Diário da República*, I Série, 87, 12 de Maio de 2009.

Lei Constitucional, *Diário da República*, I Série, 1, 11 de Novembro de 1975.

Lei nº3/10, *Diário da República*, 1ª Série, 57, 29 de Março de 2010.

A/RES/41/11, *Declaration of a Zone of Peace and Cooperation in South Atlantic*, United Nations General Assembly, 50<sup>th</sup> Plenary Meeting, 27 October 1986. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r011.htm>. Acesso: 15/11/2012.

### Governo

ANGOLA - Banco Kwanza Invest (s.d.), *Empresas Petrolíferas no Mercado* [online]. Disponível em: <http://bancokwanzainvest.com/pt/angola/empresas-petroliferas-no-mercado> [Acesso: 14/04/2012].

ANGOLA - BNA (s.d.). *Importações por Classificação Económica*. Luanda, Banco Nacional de Angola. Disponível em: [http://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/lista\\_artigos\\_medias.aspx?idc=309&idsc=639&idl=1](http://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/lista_artigos_medias.aspx?idc=309&idsc=639&idl=1) [Acesso: 11/11/ 2012].

ANGOLA e CE, 2008, *Documento Estratégico para o País e Programa Indicativo Nacional para o Período 2008-2013*, Luanda, República de Angola e Comissão Europeia. Disponível em: [http://eeas.europa.eu/delegations/angola/documents/project/csppt\\_assinadoCompleto\\_internet\\_pt.pdf](http://eeas.europa.eu/delegations/angola/documents/project/csppt_assinadoCompleto_internet_pt.pdf) [Acesso: 30/10/ 2013].

ANGOLA – Embaixada no Brasil (2006), *Angola admitida à OPEP*, Brasília. Disponível em: <http://www.lawrei.eu/mranewsletter/?p=538> [Acesso: 17/12/2012].

ANGOLA – Embaixada em Portugal (2010), *Nova Angola 35 anos - Especial 11 de Novembro*, Lisboa, Serviços de Imprensa da Embaixada de Angola em Portugal.

- ANGOLA - Embaixada no Reino da Suécia, Países Nórdicos e Estados Bálticos da Estónia e Letónia (s.a.), *Legislativas 2008 – Resultados Definitivos das Eleições Legislativas*, Estocolmo. Disponível em:  
<http://www.angolaemb.com/informacao/legislativas/n22.htm> [Acesso: 09/12/2012].
- ANGOLA – MF (2004), *A Avaliação do Sector Petrolífero de Angola – Relatório Final Volume 2*, Luanda, KPMG & Ministério das Finanças.
- ANGOLA – MF (2012), *Proposta de Orçamento Geral de Estado 2012*, Luanda: Ministério das Finanças. Disponível em:  
[http://www.minfin.gv.ao/fsys/Relatorio\\_de\\_FundamentacaoORC.pdf](http://www.minfin.gv.ao/fsys/Relatorio_de_FundamentacaoORC.pdf) [Acesso: 30/10 2013].
- ANGOLA - INE - Ministério do Planeamento/Unicef (2011), *Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População/IBEP, Relatório Analítico – Vol I*, Luanda, Instituto Nacional de Estatística.
- ANGOLA - INE (2006), *Boletim de Estatísticas do Orçamento Geral do Estado*, Luanda, Ministério das Finanças.
- ANGOLA - INE (2010), *Boletim de Estatísticas Sociais 2005-2008*, Luanda, Ministério das Finanças.
- ANGOLA - INE (2011), *Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População/IBEP, Relatório Analítico - Vol. I*, Luanda, República de Angola/Unicef.
- ANGOLA – MINADERP (2008), *Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*, Luanda: Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Disponível em:  
<http://www.fao.org/righttofood/inaction/countrylist/Angola/ENSAN> [Acesso: 11/11/2011].
- ANGOLA – MINPET (s.d.), *História do Petróleo de Angola e Criação do MINPET*. Disponível em: <http://www.minpet.gov.ao/Institucionais/Historico.aspx> [Acesso: 11/09/2012].
- ANGOLA – Ministério da Economia (2012), *Memorando do Desempenho da Actividade do Executivo, 1º Trimestre de 2012*, Luanda, Ministério da Economia – República de Angola.
- ANGOLA - Ministério do Planeamento (2004), *Angola 2025 – Angola um país com futuro*, Luanda, Ministério do Planeamento – República de Angola.

ANGOLA - MIREX (s.d.), *Estatuto Orgânico do Ministério das Relações Exteriores*, Luanda, Ministério das Relações Exteriores - República de Angola. Disponível em: [http://www.saflii.org/ao/legis/num\\_act/eodmdre524.pdf](http://www.saflii.org/ao/legis/num_act/eodmdre524.pdf) [Acesso: 30/11/2012].

ANGOLA - MIREX (2011), *Histórico do Ministério das Relações Exteriores*, Luanda, Ministério das Relações Exteriores – República de Angola. Disponível em: <http://www.mirex.gov.ao/Institucionais/Historico.aspx> [Acesso: 20/01/2013].

ANGOLA - MIREX (2011), *Estatuto Orgânico do Ministério das Relações Exteriores*. *Diário da República*, 1ª Série, 157, 17 de Agosto de 2011.

ANGOLA - Sonangol (1984), *Sonangol*, London, Sonangol.

ANGOLA – Sonangol (s.a.), *A história do crude em Angola*, Luanda, Sonangol. Disponível: <http://www.sonangol.co.ao> [Acesso: 11 de Outubro de 2013].

ANGOLA – Sonangol (2002), *Distribuição*, Luanda, Sonangol. Disponível em: [http://www.sonangol.co.ao/distribution\\_p.html](http://www.sonangol.co.ao/distribution_p.html) [Acesso: 20/11/2012].

ANGOLA - Sonangol. Disponível em: <http://www.sonangol.co.aowps/portal> [Acesso: 12/04/2012].

ANGOLA - UAN (2010), *Boletim Informativo 2009*, Luanda, Universidade Agostinho Neto.

### Partidos

Departamento de Agitação e Propaganda - FAPLA (1990), *Baluartes da paz em Angola*, 1990, Paris, Berger-Levrault International e Departamento de Agitação e Propaganda//Forças Armadas Populares de Libertação de Angola.

FAPLA (1989), *Brochura*, Luanda, Departamento de Agitação e Propaganda/Forças Armadas Populares de Libertação de Angola.

MPLA (1976), *Documentos*, Luanda, Coleção Resistência.

MPLA (1980), *Documentos do Comité Central*, Luanda, Coleção Resistência.

MPLA-PT (1985), *Documentos do Comité Central*, Luanda, Edições DIP/ Movimento Popular de Libertação de Angola.

MPLA (2004), *Para uma Agenda Nacional de Consenso*, Luanda, Movimento Popular de Libertação de Angola.

MPLA (2008), *História do MPLA*, 1º Volume (1940-1966), Luanda: Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA.

MPLA (2012), *Manifesto Eleitoral*, Luanda, Movimento Popular de Libertação de Angola.

MPLA (2012), *Programa de Governo do MPLA 2012-2017*, Luanda, Movimento Popular de Libertação de Angola.

UNITA (1987), *Identidade dum Angola livre*, Jamba, UNITA.

### **Jornais, Rádio e Televisão Consultados**

*Angop* – Angola Press - <http://www.portalangop.co.ao>

*África 21* - <http://www.africa21digital.com>

*TPA Internacional* - Televisão Pública de Angola Internacional.

### **Páginas internet :**

African Development Bank - [www.afdb.org](http://www.afdb.org) [Acesso: 28/12/2002].

African Union - <http://www.au.int/> [Acesso: 20/09/2011].

Blog da Terra - <http://blogdaterra.com.br/2009/11/10/auto-suficiencia-em-alimentos/> .  
[Acesso: 27/11/2011].

António Guilherme Web - <http://antonioguilherme.web.br.com/Arquivos/petroleo.php>.  
[Acesso: 08/01/2013].

Centro de Documentação 25 de Abril - <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/> [Acesso 18/12/2011].

FNLA - <http://www.fnla.net> [ Acesso: 14/06/2011].

Geobis - [http://www.geobis.com/mapas\\_africa.htm](http://www.geobis.com/mapas_africa.htm) [Acesso: 23/11/2012].

IMF - <http://www.imf.org/external/np/exr/facts/eng/list.aspx>

Index Mundi - [www.indexmundi.com](http://www.indexmundi.com) [Acesso: 2/04/2010].

International Institute for Strategic Studies (IISS), in *The Military Balance 2010* –  
[http://www.iiss.org/publications/military-balance/the\\_military-balance-2010](http://www.iiss.org/publications/military-balance/the_military-balance-2010) [Acesso: 03/02/2010]

LusoAfrica Project - <http://www.lusoafrika.net> . Acesso: 15/09/2012.

Movimento Popular de Libertação de Angola - <http://www.mpla.ao/> [Acesso: 14/06/2011].

Organization for Economic Cooperation and Development - <http://www.oecd.org/>

The Southern African Development Community Today - <http://www.sardc.net/Editorial/sadctoday/> [ Acesso: 25/01/2012].

Tópicos Políticos - <http://topicospoliticos.blogspot.pt/2004/10/grupo-de-preso-o-que.html>. Acesso: 25/09/2011.

União Nacional para a Independência Total de Angola - <http://www.unitaangola.com/PT/PrincipNouvP0.awp> [ Acesso: 25/09/2011].

United Nations Development Programme - <http://mirror.undp.org/angola/>

World Bank Database - <http://web.worldbank.org/> [Acesso: 30/01/2013].

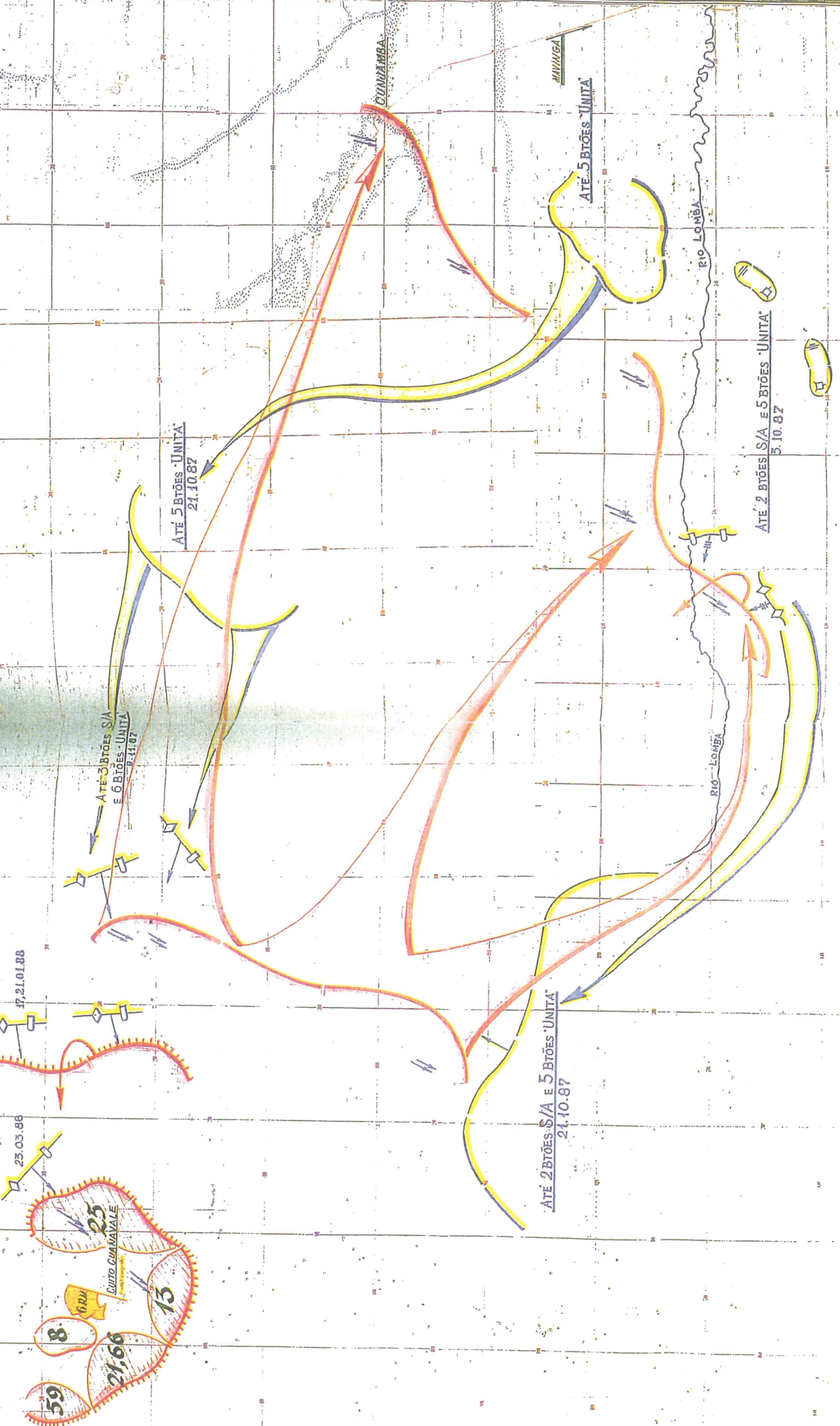
World Economic Forum - <http://www.weforum.org> [Acesso: 04/11/2011].

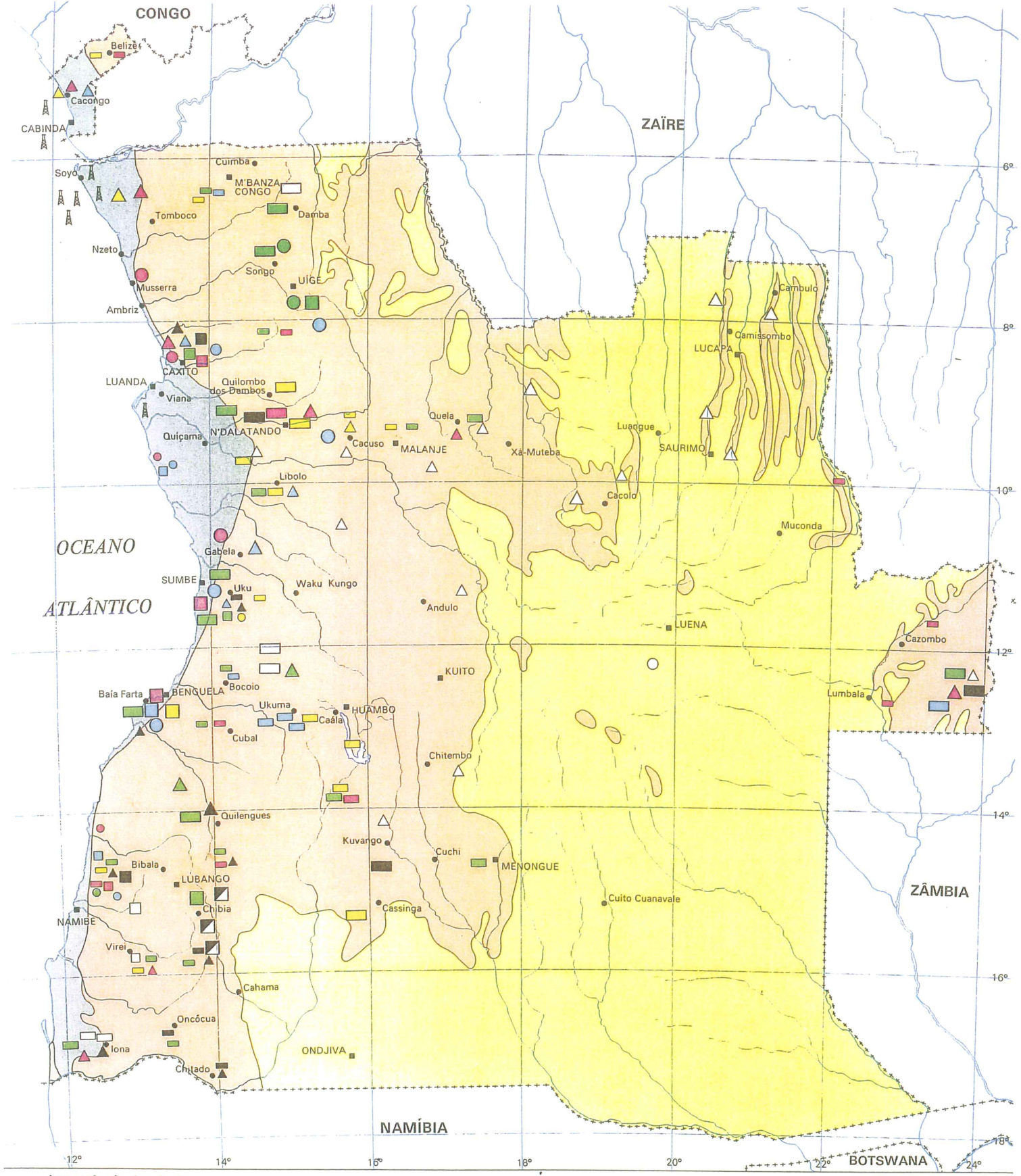
## **ANEXO A**

### **MAPAS**

- 1 . Mapa das Batalhas do Cuito Cuanavale. Fonte: FAPLA Baluarte da paz (1979: 120)  
Edição: Departamento de Agitação e Propaganda – DPN/FAPLA. Luanda.
2. Mapa dos Recursos Minerais. Fonte: Atlas Geográfico (1982: 17), Volume I,  
Ministério da Educação, Angola.
3. Mapa Político da SADC (2010). Fonte: Secretariado da SADC, Luanda.

# Batalhas do Cuito Cuanavale





**Importância dos Jazigos**

- |                                |           |               |                   |                         |
|--------------------------------|-----------|---------------|-------------------|-------------------------|
| Ouro                           | Diamantes | Feldspato     | Talco             | Orla sedimentar litoral |
| Ferro                          | Urânio    | Gesso         | Asfalto           | Máscio antigo           |
| Cobre                          | Quartzo   | Enxofre       | Calcáreo-Dolomite | Formações de Cobertura  |
| Manganês                       | Fosfatos  | Diatomite     | Cianite           | Capital de província    |
| Chumbo, Zinco                  | Fluorite  | Caulino       | Lenhite           |                         |
| Volfrâmio, Estanho, Molibdénio | Mica      | Mármore       | Petróleo          |                         |
|                                |           | Granito negro |                   |                         |

0 60 120 180 240 300 km  
 1 cm no mapa = 60 km no terreno





**SADC**  
17 August 2010



Chairperson of SADC

**Republic of Namibia**  
Head of State: President H.G. Pohamba  
Capital City: Windhoek  
Languages: English, Afrikaans, German, Nama, Herero, Damara, San, and Nama  
Area: 824 116 km<sup>2</sup>  
Population: 2.10 million (2009)  
GDP (at current prices): US\$ 5.22 billion (2009)  
GDP per capita: US\$ 2,470 (2009)



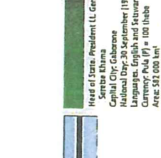
**Republic of Angola**  
Head of State: President José Eduardo dos Santos  
Capital City: Luanda  
Languages: Portuguese  
Area: 824 116 km<sup>2</sup>  
Population: 17.1 million (2009)  
GDP (at current prices): US\$ 10.7 billion (2009)  
GDP per capita: US\$ 620 (2009)



**Republic of Botswana**  
Head of State: President Festus Mogae  
Capital City: Gaborone  
Languages: English, Setswana  
Area: 300 000 km<sup>2</sup>  
Population: 2.1 million (2009)  
GDP (at current prices): US\$ 15.4 billion (2009)  
GDP per capita: US\$ 7,300 (2009)



**Republic of Mozambique**  
Head of State: President Armando Guebeka  
Capital City: Maputo  
Languages: Portuguese and various local  
Area: 799 300 km<sup>2</sup>  
Population: 19.2 million (2009)  
GDP (at current prices): US\$ 10.5 billion (2009)  
GDP per capita: US\$ 545 (2009)



**Republic of Zimbabwe**  
Head of State: President Robert Mugabe  
Capital City: Harare  
Languages: English, Shona, Ndebele  
Area: 390 757 km<sup>2</sup>  
Population: 10.5 million (2009)  
GDP (at current prices): US\$ 5.7 billion (2009)  
GDP per capita: US\$ 530 (2009)



**Republic of Lesotho**  
Head of State: King Letsame Maserake  
Capital City: Maseru  
Languages: English and Sesuto  
Area: 30 355 km<sup>2</sup>  
Population: 2.06 million (2009)  
GDP (at current prices): US\$ 1.8 billion (2009)  
GDP per capita: US\$ 870 (2009)



**Republic of Malawi**  
Head of State: President Bingu wa Mutharika  
Capital City: Lilongwe  
Languages: English and Chichewa  
Area: 118 484 km<sup>2</sup>  
Population: 14.4 million (2009)  
GDP (at current prices): US\$ 4.7 billion (2009)  
GDP per capita: US\$ 320 (2009)



**Republic of Madagascar**  
Head of State: President Andry Rajoelina  
Capital City: Antananarivo  
Languages: French and Malagasy  
Area: 587 041 km<sup>2</sup>  
Population: 19.5 million (2009)  
GDP (at current prices): US\$ 1.8 billion (2009)  
GDP per capita: US\$ 90 (2009)



**Republic of Mauritius**  
Head of State: President Anandivo Oiso  
Capital City: Port Louis  
Languages: English, French, Creole  
Area: 204 km<sup>2</sup>  
Population: 1.2 million (2009)  
GDP (at current prices): US\$ 1.1 billion (2009)  
GDP per capita: US\$ 900 (2009)



**Republic of Maldives**  
Head of State: President Mohamed Nasheed  
Capital City: Malé  
Languages: English and Dhivehi  
Area: 298 km<sup>2</sup>  
Population: 0.4 million (2009)  
GDP (at current prices): US\$ 1.1 billion (2009)  
GDP per capita: US\$ 2,700 (2009)



**Republic of South Africa**  
Head of State: President Jacob Zuma  
Capital City: Pretoria  
Languages: English, Afrikaans, Zulu, Xhosa, Ndebele, Sotho, Tswana, Venda, and Nguni  
Area: 1 219 000 km<sup>2</sup>  
Population: 49.2 million (2009)  
GDP (at current prices): US\$ 271.2 billion (2009)  
GDP per capita: US\$ 5,400 (2009)



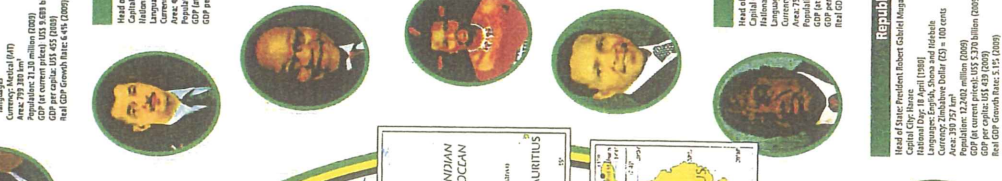
**Republic of Zambia**  
Head of State: President Rupiah Banda  
Capital City: Lusaka  
Languages: English and various local languages  
Area: 752 617 km<sup>2</sup>  
Population: 9.5 million (2009)  
GDP (at current prices): US\$ 1.1 billion (2009)  
GDP per capita: US\$ 110 (2009)



**Republic of Zimbabwe**  
Head of State: President Robert Mugabe  
Capital City: Harare  
Languages: English, Shona, Ndebele  
Area: 390 757 km<sup>2</sup>  
Population: 10.5 million (2009)  
GDP (at current prices): US\$ 5.7 billion (2009)  
GDP per capita: US\$ 530 (2009)



**Republic of Mozambique**  
Head of State: President Armando Guebeka  
Capital City: Maputo  
Languages: Portuguese and various local  
Area: 799 300 km<sup>2</sup>  
Population: 19.2 million (2009)  
GDP (at current prices): US\$ 10.5 billion (2009)  
GDP per capita: US\$ 545 (2009)



SEYCHELLES

MAURITIUS

MAURITIUS

MAURITIUS

MAURITIUS

MAURITIUS

MAURITIUS

MAURITIUS

MAURITIUS

MAURITIUS

MAURITIUS

INDIAN OCEAN

MOZAMBIQUE

ANGOLA

DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO

REPUBLIC OF ZAMBIA

REPUBLIC OF BOTSWANA

REPUBLIC OF LESOTHO

REPUBLIC OF MALAWI

REPUBLIC OF MADAGASCAR

REPUBLIC OF MAURITIUS

REPUBLIC OF SOUTH AFRICA

REPUBLIC OF ZIMBABWE

REPUBLIC OF MOZAMBIQUE

REPUBLIC OF ZIMBABWE

REPUBLIC OF MOZAMBIQUE



## **ANEXO B**

### **ACORDOS**

1. Acordo de Alvor (1975). Fonte: Diário do Governo, 28 Janeiro de 1975, I Série – Nr. 23, Lisboa.
2. Pontos Essenciais dos Acordos de Bicesse (1991). Fonte: [rubelluspetrinus.com.sapo.pt/bicesse.htm](http://rubelluspetrinus.com.sapo.pt/bicesse.htm) . Acesso: 24/11/2012
3. Memorando de Entendimento complementar ao Protocolo de Lusaka (1994). Fonte: [www.portalangop.co.ao/.../](http://www.portalangop.co.ao/.../). Acesso: 30/11/2012
4. Acta da Reunião entre a ENDIAMA e a UNITA (1994). Fonte: Club K online
5. Acordos entre a Guiné-Bissau e Angola: Bauxite, Fosfatos, Porto de Buba (2009). Fonte: [www.gbissau.com?tag..dos acordos-entre-a-guine-bissau-e-angola](http://www.gbissau.com?tag..dos+acordos-entre-a-guine-bissau-e-angola). Acesso: 18/10/2013
6. Para Além dos Compromissos: As perspectivas de Reforma na Guiné-Bissau. Angola finalmente um “país líder” no âmbito do dossier Bissau-guineense?. Relatório África Nº 183 – 23 de Janeiro de 2012, International Crisis Group. Fontes: [www.crisisgroup.org/.../183-au-dela-des-compromis-les-perspectives-de-](http://www.crisisgroup.org/.../183-au-dela-des-compromis-les-perspectives-de-) . Acesso: 18/10/2013.



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — 3\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, Lisboa-1.

## ASSINATURAS

As três séries	Ano	1600\$	Semestre	850\$
A 1.ª série	»	600\$	»	350\$
A 2.ª série	»	600\$	»	350\$
A 3.ª série	»	600\$	»	350\$

Apêndices — anual, 600\$

Preço avulso — por página, \$50

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios é de 17\$ a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, quando se trate de entidade particular.

# SUPLEMENTO

## SUMÁRIO

### Presidência da República:

#### Acordo:

Acordo entre o Estado Português e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), celebrado em Alvor, Algarve, em 15 de Janeiro de 1975.

#### Decreto n.º 34/75:

Nomeia o Alto-Comissário em Angola.

## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Acordo entre o Estado Português e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

O Estado Português e os movimentos de libertação nacional de Angola, Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), reunidos em Alvor, Algarve, de 10 a 15 de Janeiro de 1975, para negociarem o processo e o calendário do acesso de Angola à independência, acordam no seguinte:

### CAPÍTULO I

#### Da Independência de Angola

Artigo 1.º O Estado Português reconhece os movimentos de libertação, Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional para

a Independência Total de Angola (UNITA), como os únicos e legítimos representantes do povo angolano.

Art. 2.º O Estado Português reafirma solenemente o reconhecimento do direito do povo angolano à independência.

Art. 3.º Angola constitui uma entidade una e indivisível, nos seus limites geográficos e políticos actuais e, neste contexto, Cabinda é parte integrante e inalienável do território angolano.

Art. 4.º A independência e soberania plena de Angola serão solenemente proclamadas em 11 de Novembro de 1975, em Angola, pelo Presidente da República Portuguesa ou por representante seu expressamente designado.

Art. 5.º O poder passa a ser exercido, até à proclamação da independência, pelo Alto-Comissário e por um Governo de Transição, o qual tomará posse em 31 de Janeiro de 1975.

Art. 6.º O Estado Português e os três movimentos de libertação formalizam, pelo presente acordo, um cessar-fogo geral, já observado de facto pelas respectivas forças armadas em todo o território de Angola. A partir desta data será considerado ilícito qualquer acto de recurso à força que não seja determinado pelas autoridades competentes com vista a impedir a violência interna ou agressão externa.

Art. 7.º Após o cessar-fogo, as forças armadas da FNLA, do MPLA e da UNITA fixar-se-ão nas regiões e locais correspondentes à sua implantação actual, até que se efectivem as disposições especiais previstas no capítulo IV do presente acordo.

Art. 8.º O Estado Português obriga-se a transferir progressivamente, até ao termo do período transitório, para os órgãos de soberania angolana todos os poderes que detém e exerce em Angola.

Art. 9.º Com a conclusão do presente acordo consideram-se amnistiados para todos os efeitos os actos patrióticos praticados no decurso da luta da libertação

nacional de Angola que fossem considerados puníveis pela legislação vigente à data em que tiveram lugar.

Art. 10.º O Estado independente de Angola exercerá a soberania, total e livremente, quer no plano interno, quer no plano internacional.

## CAPÍTULO II

### Do Alto-Comissário

Art. 11.º O Presidente da República e o Governo Português são, durante o período transitório, representados em Angola pelo Alto-Comissário, a quem cumpre defender os interesses da República Portuguesa.

Art. 12.º O Alto-Comissário em Angola é nomeado e exonerado pelo Presidente da República Portuguesa, perante quem toma posse e responde politicamente.

Art. 13.º Compete ao Alto-Comissário:

- a) Representar o Presidente da República Portuguesa, assegurando e garantindo, de pleno acordo com o Governo de Transição, o cumprimento da lei;
- b) Salvaguardar e garantir a integridade do território angolano, em estreita cooperação com o Governo de Transição;
- c) Assegurar o cumprimento do presente acordo e dos que venham a ser celebrados entre os movimentos de libertação e o Estado Português;
- d) Garantir e dinamizar o processo de descolonização de Angola;
- e) Ratificar todos os actos que interessem ou se refiram ao Estado Português;
- f) Assistir às sessões do Conselho de Ministros, quando o entender conveniente, podendo participar nos respectivos trabalhos sem direito de voto;
- g) Assinar, promulgar e mandar publicar os decretos-leis e os decretos elaborados pelo Governo de Transição;
- h) Assegurar em conjunto com o Colégio Presidencial a direcção da Comissão Nacional de Defesa;
- i) Dirigir a política externa de Angola durante o período transitório, coadjuvado pelo Colégio Presidencial.

## CAPÍTULO III

### Do Governo de Transição

Art. 14.º O Governo de Transição é presidido e dirigido pelo Colégio Presidencial.

Art. 15.º O Colégio Presidencial é constituído por três membros, um de cada movimento de libertação, e tem por tarefa principal dirigir e coordenar o Governo de Transição.

Art. 16.º O Colégio Presidencial poderá, sempre que o deseje, consultar o Alto-Comissário sobre assuntos relacionados com a acção governativa.

Art. 17.º As deliberações do Governo de Transição são tomadas por maioria de dois terços, sob a presidência rotativa dos membros do Colégio Presidencial.

Art. 18.º O Governo de Transição é constituído pelos seguintes Ministérios: Interior; Informação; Trabalho e Segurança Social; Economia; Planeamento e Finanças; Justiça; Transportes e Comunicações; Saúde

e Assuntos Sociais; Obras Públicas, Habitação e Urbanismo; Educação e Cultura; Agricultura, e Recursos Naturais.

Art. 19.º São desde já criadas as seguintes Secretarias de Estado:

- a) Duas Secretarias de Estado no Ministério do Interior;
- b) Duas Secretarias de Estado no Ministério da Informação;
- c) Duas Secretarias de Estado no Ministério do Trabalho e Segurança Social;
- d) Três Secretarias de Estado no Ministério da Economia designadas, respectivamente, por Secretaria de Estado do Comércio e Turismo, Secretaria de Estado da Indústria e Energia e Secretaria de Estado das Pescas.

Art. 20.º Os Ministros do Governo de Transição são designados, em proporção igual, pela Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), pela União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e pelo Presidente da República Portuguesa e tomam posse perante o Alto-Comissário.

Art. 21.º Tendo em conta o carácter transitório do Governo, a distribuição dos Ministérios é feita do seguinte modo:

- a) Ao Presidente da República Portuguesa cabe designar os Ministros da Economia, das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo e dos Transportes e Comunicações;
- b) À FNLA cabe designar os Ministros do Interior, da Saúde e Assuntos Sociais e da Agricultura;
- c) Ao MPLA cabe designar os Ministros da Informação, do Planeamento e Finanças e da Justiça;
- d) À UNITA cabe designar os Ministros do Trabalho e Segurança Social, da Educação e Cultura e dos Recursos Naturais.

Art. 22.º As Secretarias de Estado previstas no presente acordo são distribuídas pela forma seguinte:

- a) A FNLA cabe designar um Secretário de Estado para a Informação, um Secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social e o Secretário de Estado do Comércio e Turismo;
- b) Ao MPLA cabe designar um Secretário de Estado para o Interior, um Secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social e o Secretário de Estado da Indústria e Energia;
- c) A UNITA cabe designar um Secretário de Estado para o Interior, um Secretário de Estado para a Informação e o Secretário de Estado das Pescas.

Art. 23.º O Governo de Transição poderá criar novos lugares de secretários e de subsecretários de Estado, respeitando na sua distribuição a regra da heterogeneidade política.

Art. 24.º Compete ao Governo de Transição:

- a) Velar e cooperar pela boa condução do processo de descolonização até à independência total;

- b) Superintender no conjunto da administração pública, assegurando o seu funcionamento, e promovendo o acesso dos cidadãos angolanos a postos de responsabilidade;
- c) Conduzir a política interna;
- d) Preparar e assegurar a realização de eleições gerais para a Assembleia Constituinte de Angola;
- e) Exercer por decreto-lei a função legislativa e elaborar os decretos, regulamentos e instruções para a boa execução das leis;
- f) Garantir, em cooperação com o Alto-Comissário, a segurança das pessoas e bens;
- g) Proceder à reorganização judiciária de Angola;
- h) Definir a política económica, financeira e monetária e criar as estruturas necessárias ao rápido desenvolvimento da economia de Angola;
- i) Garantir e salvaguardar os direitos e as liberdades individuais ou colectivas.

Art. 25.º O Colégio Presidencial e os Ministros são solidariamente responsáveis pelos actos do Governo.

Art. 26.º O Governo de Transição não poderá ser demitido por iniciativa do Alto-Comissário, devendo qualquer alteração da sua constituição ser efectuada por acordo entre o Alto-Comissário e os movimentos de libertação.

Art. 27.º O Alto-Comissário e o Colégio Presidencial procurarão resolver, em espírito de amizade e através de consultas recíprocas, todas as dificuldades resultantes da acção governativa.

#### CAPÍTULO IV

##### Da Comissão Nacional de Defesa

Art. 28.º É criada uma Comissão Nacional de Defesa com a seguinte composição:

Alto-Comissário;  
Colégio Presidencial;  
Estado-Maior Unificado.

Art. 29.º A Comissão Nacional de Defesa deverá ser informada pelo Alto-Comissário sobre todos os assuntos relativos à defesa nacional, tanto no plano interno como no externo, com vista a:

- a) Definir e concretizar a política militar resultante do presente acordo;
- b) Assegurar e salvaguardar a integridade territorial de Angola;
- c) Garantir a paz, a segurança e a ordem pública;
- d) Velar pela segurança das pessoas e dos bens.

Art. 30.º As decisões da Comissão Nacional de Defesa são tomadas por maioria simples, tendo o Alto-Comissário, que preside, voto de qualidade.

Art. 31.º É criado um Estado-Maior Unificado que reunirá os comandantes dos três ramos das forças armadas portuguesas em Angola e três comandantes dos movimentos de libertação.

O Estado-Maior Unificado fica colocado sob a autoridade directa do Alto-Comissário.

Art. 32.º Forças armadas dos três movimentos de libertação serão integradas, em paridade com forças

armadas portuguesas, nas forças militares mistas, em contingentes assim distribuídos:

8000 combatentes da FNLA;  
8000 combatentes do MPLA;  
8000 combatentes da UNITA;  
24 000 militares das forças armadas portuguesas.

Art. 33.º Cabe à Comissão Nacional de Defesa proceder à integração progressiva das forças armadas nas forças militares mistas referidas no artigo anterior, devendo, em princípio, respeitar-se o calendário seguinte:

De Fevereiro a Maio, inclusive, serão integrados, por mês, 500 combatentes de cada um dos movimentos de libertação e 1500 militares portugueses;

De Junho a Setembro, inclusive, serão integrados, por mês, 1500 combatentes de cada um dos movimentos de libertação e 4500 militares portugueses.

Art. 34.º Os efectivos das forças armadas portuguesas que excederem o contingente referido no artigo 32.º deverão ser evacuados de Angola até 30 de Abril de 1975.

Art. 35.º A evacuação do contingente das forças armadas portuguesas integrado nas forças militares mistas deverá iniciar-se a partir de 1 de Outubro de 1975 e ficar concluída até 29 de Fevereiro de 1976.

Art. 36.º A Comissão Nacional de Defesa deverá organizar forças mistas de polícia encarregadas de manter a ordem pública.

Art. 37.º O Comando Unificado da Polícia, constituído por três membros, um de cada movimento de libertação, é dirigido colegialmente e presidido segundo um sistema rotativo, ficando sob a autoridade e a supervisão da Comissão Nacional de Defesa.

#### CAPÍTULO V

##### Dos refugiados e das pessoas reagrupadas

Art. 38.º Logo após a instalação do Governo de Transição serão constituídas comissões paritárias mistas, designadas pelo Alto-Comissário e pelo Governo de Transição, encarregadas de planificar e preparar as estruturas, os meios e os processos requeridos para acolher os angolanos refugiados.

O Ministério da Saúde e Assuntos Sociais supervisionará e coordenará a acção destas comissões.

Art. 39.º As pessoas concentradas nas «sanzalas da paz» poderão regressar aos seus lugares de origem.

As comissões paritárias mistas deverão propor ao Alto-Comissário e ao Governo de Transição medidas sociais, económicas e outras para assegurar às populações deslocadas o regresso à vida normal e a reintegração nas diferentes actividades da vida económica do País.

#### CAPÍTULO VI

##### Das eleições gerais para a Assembleia Constituinte de Angola

Art. 40.º O Governo de Transição organizará eleições gerais para uma Assembleia Constituinte, no prazo de nove meses a partir de 31 de Janeiro de 1975, data da sua instalação.

Art. 41.º As candidaturas à Assembleia Constituinte serão apresentadas exclusivamente pelos movimentos de libertação — FNLA, MPLA e UNITA —, únicos representantes legítimos do povo angolano.

Art. 42.º Será estabelecida, após a instalação do Governo de Transição, uma Comissão Central, constituída em partes iguais por membros dos movimentos de libertação, que elaborará o projecto da Lei Fundamental e preparará as eleições para a Assembleia Constituinte.

Art. 43.º Aprovada pelo Governo de Transição e promulgada pelo Colégio Presidencial a Lei Fundamental, a Comissão Central deverá:

- a) Elaborar um projecto de lei eleitoral;
- b) Organizar os cadernos eleitorais;
- c) Registrar as listas dos candidatos à eleição da Assembleia Constituinte apresentadas pelos movimentos de libertação.

Art. 44.º A Lei Fundamental, que vigorará até à entrada em vigência da Constituição de Angola, não poderá contrariar os termos do presente acordo.

## CAPÍTULO VII

### Da nacionalidade angolana

Art. 45.º O Estado Português e os três movimentos de libertação — FNLA, MPLA e UNITA — comprometem-se a agir concertadamente para eliminar todas as sequelas do colonialismo. A este propósito a FNLA, o MPLA e a UNITA reafirmam a sua política de não discriminação, segundo a qual a qualidade de angolano se define pelo nascimento em Angola ou pelo domicílio, desde que os domiciliados em Angola se identifiquem com as aspirações da Nação Angolana através de uma opção consciente.

Art. 46.º A FNLA, o MPLA e a UNITA assumem desde já o compromisso de considerar cidadãos angolanos todos os indivíduos nascidos em Angola, desde que não declarem, nos termos e prazos a definir, que desejam conservar a sua actual nacionalidade ou optar por outra.

Art. 47.º Aos indivíduos não nascidos em Angola e radicados neste país é garantida a faculdade de requererem a cidadania angolana, de acordo com as regras da nacionalidade angolana que forem estabelecidas na Lei Fundamental.

Art. 48.º Acordos especiais, a estudar ao nível de uma comissão paritária mista, regularão as modalidades da concessão da cidadania angolana aos cidadãos portugueses domiciliados em Angola e o estatuto dos cidadãos portugueses residentes em Angola e dos cidadãos angolanos residentes em Portugal.

## CAPÍTULO VIII

### Dos assuntos de natureza económica e financeira

Art. 49.º O Estado Português obriga-se a regularizar com o Estado de Angola a situação decorrente da existência de bens pertencentes a este Estado fora do território angolano, por forma a facilitar a transferência desses bens, ou do correspondente valor, para o território e a posse de Angola.

Art. 50.º A FNLA, o MPLA e a UNITA declaram-se dispostos a aceitar a responsabilidade decorrente dos compromissos financeiros assumidos pelo Estado Português em nome e em relação a Angola,

desde que o tenham sido no efectivo interesse do povo angolano.

Art. 51.º Uma comissão especial paritária mista, constituída por peritos nomeados pelo Governo Provisório da República Portuguesa e pelo Governo de Transição do Estado de Angola, relacionará os bens referidos no artigo 49.º e os créditos referidos no artigo 50.º, procederá às avaliações que tiver por convenientes e proporá àqueles Governos as soluções que tiver por justas.

Art. 52.º O Estado Português assume o compromisso de facilitar à comissão referida no artigo anterior todas as informações e elementos de que dispuser e de que a mesma comissão careça, para formular juízos fundamentados e propor soluções equitativas, dentro dos princípios da verdade, do respeito pelos legítimos direitos de cada parte e da mais leal cooperação.

Art. 53.º O Estado Português assistirá o Estado Angolano na criação e instalação de um banco central emissor.

O Estado Português compromete-se a transferir para o Estado de Angola as atribuições, o activo e o passivo do departamento de Angola do Banco de Angola, em condições a acordar no âmbito da comissão mista para os assuntos financeiros. Esta comissão estudará igualmente todas as questões referentes ao departamento de Portugal do mesmo Banco, propondo as soluções justas, na medida em que se refiram e interessem a Angola.

Art. 54.º A FNLA, o MPLA e a UNITA comprometem-se a respeitar os bens e interesses legítimos dos portugueses domiciliados em Angola.

## CAPÍTULO IX

### Da cooperação entre Angola e Portugal

Art. 55.º O Governo Português, por um lado, e os movimentos de libertação, pelo outro, acordam em estabelecer entre Portugal e Angola laços de cooperação construtiva e duradoura em todos os domínios, nomeadamente nos domínios cultural, técnico, científico, económico, comercial, monetário, financeiro e militar, numa base de independência, igualdade, liberdade, respeito mútuo e reciprocidade de interesses.

## CAPÍTULO X

### Das comissões mistas

Art. 56.º Serão criadas comissões mistas de natureza técnica e composição paritária, nomeadas pelo Alto-Comissário de acordo com o Colégio Presidencial, que terão por tarefa estudar e propor soluções para os problemas decorrentes da descolonização e estabelecer as bases de uma cooperação activa entre Portugal e Angola, nomeadamente nos seguintes domínios:

- a) Cultural, técnico e científico;
- b) Económico e comercial;
- c) Monetário e financeiro;
- d) Militar;
- e) Da aquisição da nacionalidade angolana por cidadãos portugueses.

Art. 57.º As comissões referidas no artigo anterior conduzirão os trabalhos e negociações num clima de cooperação construtiva e de leal ajustamento.

As conclusões a que chegarem deverão ser submetidas, no mais curto espaço de tempo, à consideração do Alto-Comissário e do Colégio Presidencial, com vista à elaboração de acordos entre Portugal e Angola.

#### CAPÍTULO XI

##### Das disposições gerais

Art. 58.º Quaisquer questões que surjam na interpretação e na aplicação do presente acordo e que não possam ser solucionadas nos termos do artigo 27.º serão resolvidas por via negociada entre o Governo Português e os movimentos de libertação.

Art. 59.º O Estado Português, a FNLA, o MPLA e a UNITA, fiéis ao ideário sócio-político repetidamente afirmado pelos seus dirigentes, reafirmam o seu respeito pelos princípios consagrados na Carta das

Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos do Homem, bem como o seu activo repúdio por todas as formas de discriminação racial, nomeadamente o *apartheid*.

Art. 60.º O presente acordo entrará em vigor imediatamente após a homologação pelo Presidente da República Portuguesa.

As delegações do Governo Português, da FNLA, do MPLA e da UNITA realçam o clima de perfeita cooperação e cordialidade em que decorreram as negociações e felicitam-se pela conclusão do presente acordo, que dá satisfação às justas aspirações do povo angolano e enche de orgulho o povo português, a partir de agora ligados por laços de funda amizade e propósitos de cooperação construtiva, para bem de Angola, de Portugal, da África e do Mundo.

Assinado em Alvor, Algarve, aos 15 dias do mês de Janeiro de 1975, em quatro exemplares de língua portuguesa.

##### A delegação do Governo Português:

*Ernesto Augusto de Melo Antunes* (Ministro sem pasta).

*António de Almeida Santos* (Ministro da Coordenação Interterritorial).

*Mário Soares* (Ministro dos Negócios Estrangeiros).

*António da Silva Cardoso* (brigadeiro piloto aviador).

*Fernando Reino* (ministro plenipotenciário).

*António Gonçalves Ribeiro* (tenente-coronel de cavalaria).

*Fernando Reis Mesquita da Costa Passos Ramos* (tenente-coronel de artilharia).

*Pedro Pezarat Correia* (major de infantaria).

Pela Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA):

*Holden Roberto* (Presidente).

Pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA):

*Agostinho Neto* (Presidente).

Pela União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA):

*Jonas Malheiro Savimbi* (Presidente).

Aprovado, depois de ouvidos a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado e o Governo Provisório, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 7/74, de 27 de Julho.

Assinado em 28 de Janeiro de 1975.

Publique-se.

O Presidente da República, FRANCISCO DA COSTA GOMES.

#### Decreto n.º 34/75

de 28 de Janeiro

Usando da faculdade conferida pelo n.º 13.º do artigo 7.º da Lei Constitucional n.º 3/74, de 14 de Maio, e nos termos do artigo 12.º do Acordo entre o Estado Português e os Movimentos de Libertação Nacional de Angola, de 15 de Janeiro de 1975:

Tenho por bem nomear o general António da Silva Cardoso Alto-Comissário em Angola.

Assinado em 28 de Janeiro de 1975.

Publique-se.

O Presidente da República, FRANCISCO DA COSTA GOMES — *Vasco dos Santos Gonçalves*.

## Pontos Essenciais dos Acordos de Bicesse

O Governo da República Popular de Angola (GRPA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), com a mediação do Governo de Portugal e a participação de observadores dos governos dos Estados Unidos da América (EUA) e da União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS).

Aceitam como vinculativos os seguintes documentos, que constituem os Acordos de Paz para Angola: a) Acordo de Cessar-Fogo (incluindo os anexos I e II);

b) Princípios fundamentais para o estabelecimento da paz em Angola (incluindo o anexo relativo à Comissão Militar Mista);

c) Conceitos para a resolução de questões pendentes entre o Governo da República Popular de Angola e a UNITA;

d) O Protocolo do Estoril.

Estes acordos de paz foram rubricados em 1 de Maio de 1991 pelos respectivos líderes das delegações e subsequentemente aprovados pelo GRPA e da UNITA (como é atestado pela comunicação endereçada ao Primeiro-Ministro de Portugal não depois da meia-noite de 15 de Maio de 1991, que ocasionou a suspensão de facto das hostilidades em Angola a partir dessa data) e entrarão em vigor imediatamente após a sua assinatura. [Assinaturas] Presidente da República Popular de Angola Presidente da União Nacional para a Independência Total de Angola.

### Acordo de Cessar-Fogo

A definição e princípios caracterizam o cessar-fogo como a cessação de hostilidades entre o GRPA e a UNITA, com o fim de alcançar a paz em todo o território nacional. Indicam que o cessar-fogo deve ser total e definitivo em todo o território nacional, e que tem de garantir a livre circulação de pessoas e bens. A supervisão geral do cessar-fogo será da responsabilidade do GRPA e da UNITA, no quadro da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), criada de acordo com o anexo aos Princípios Fundamentais para o Estabelecimento da Paz em Angola. A ONU será convidada a enviar monitores para apoiarem as partes angolanas, a pedido do GRPA.

O cessar-fogo inclui a cessação de toda a propaganda hostil por parte dos partidos, a nível doméstico e internacional, e obriga os partidos a absterem-se de adquirir equipamento letal. O compromisso dos EUA e da URSS em não fornecerem equipamento letal a qualquer das partes angolanas, e em encorajarem outros países a agirem de forma semelhante, fica registado.

A secção sobre a entrada em vigor do cessar-fogo indica que é necessária a estrita observância dos compromissos assumidos pelas partes, assim como das decisões tomadas pelos órgãos com autoridade para verificar e fiscalizar o cessar-fogo. Entre as questões abordadas estão os abastecimentos logísticos de materiais não letais, a libertação de todos os prisioneiros civis e militares detidos em consequência do conflito (com verificação do Comité Internacional da Cruz Vermelha), e a aplicação do cessar-



fogo a todas as forças estrangeiras presentes em território angolano. A secção enumera todas as actividades a cessar. A não observância de qualquer uma das disposições acima estabelecidas constitui uma violação do cessar-fogo, sem prejuízo das decisões tomadas pelos grupos de verificação e fiscalização.

Será criada uma Comissão Mista de Verificação e fiscalização (CMVF) antes da entrada em vigor do cessar-fogo. A sua composição está indicada, e fica determinado que a CMVF reportará à CCPM. Terá autoridade para criar os grupos de supervisão necessários para a completa observância do cessar-fogo. Tais grupos serão subordinados à CMVF. É tratada a criação e composição dos grupos de monitorização, e são fornecidos alguns detalhes sobre o monitorização dos grupos pela ONU.

Os órgãos e mecanismos criados para verificar e fiscalizar o cessar-fogo deixaram de existir no final do cessar-fogo. No anexo I são delineadas outras disposições relacionadas com a verificação e fiscalização do cessar-fogo.

Quanto à **regulação das medidas de verificação e fiscalização**, é declarado que a CMVF terá a autoridade necessária para garantir uma observância eficaz do cessar-fogo, e são enumerados os seus deveres específicos. A CMVF decidirá sobre os seus próprios regulamentos, tem também autoridade para definir as funções e aprovar os regulamentos de quaisquer grupos de monitorização que criar. Os grupos de monitorização acompanhamento farão verificações "no local" à observância do cessar-fogo, para impedir, verificar e investigar possíveis violações.

O **calendário do cessar-fogo** (mais detalhado no anexo II) fornece as datas de acontecimentos chave, incluindo da rubrica do Acordo, da suspensão de facto das hostilidades, da assinatura e entrada em vigor do cessar-fogo, da criação dos grupos de monitorização, da instalação do sistema de verificação da ONU, e dos movimentos de forças para as áreas de agrupamento. Na data das eleições, o processo de cessar fogo estará terminado e os órgãos de verificação e fiscalização serão extintos.

## **Anexo I: Verificação e fiscalização do cessar-fogo**

O anexo I especifica as disposições referentes à verificação e fiscalização do cessar-fogo acordadas pelas partes.

O **mandato e os regulamentos da Comissão Mista de Verificação e fiscalização (CMVF)** estabelecem que a CMVF é responsável pela implementação e funcionamento dos mecanismos de verificação do cessar-fogo. São detalhadas as suas responsabilidades específicas. A composição, localização e linhas orientadoras da CMVF são indicadas, assim como a frequência das suas reuniões, que serão presididas alternadamente pelo GRPA e a UNITA. As decisões da CMVF, vinculativas por natureza, serão tomadas por consenso entre as partes. No caso de a CMVF não chegar a uma decisão, ou de a CCPM rejeitar essa decisão, a decisão final caberá a este último órgão.

São fornecidos detalhes sobre o sistema de verificação e fiscalização. O monitorização do cessar-fogo no local é assegurado pelo GRPA e pela UNITA, através de grupos de monitorização subordinados à CMVF e compostos por 8 a 12 indivíduos de cada parte, de acordo com o Apêndice 1, Sistema de Monitorização, Gráficos Organizacionais.

A localização dos grupos está referida no Apêndice 2, Zonas de Agrupamento (listando as 27 zonas de agrupamento para as tropas do GRPA e as 23 zonas para as tropas da UNITA) e no Apêndice 3, Aeroportos e Portos (listando 32 aeroportos e 22 portos). A ligação entre a CMVF e os grupos de monitorização é garantida por grupos de monitorização regionais, de seis regiões e sub-regiões especificadas. Funcionários da ONU verificarão se os grupos de monitorização estão a assumir as suas responsabilidades. São fornecidos mais detalhes sobre o seu papel, a responsabilidade pela sua segurança e o apoio que requerem.

São estipuladas as disposições para as **zonas de aquartelamento**. Entre elas, que todas as forças armadas estejam acantonadas 60 dias após a entrada em vigor do cessar-fogo, nas áreas especificadas no Apêndice 2. As forças de ambas as partes devem respeitar na íntegra as regras de conduta contidas no Apêndice 4, Regras de Conduta para as Tropas nas Zonas de Aquartelamento. As secções seguintes tratam das disposições para os abastecimentos nas zonas de acantonamento de cada uma das partes, e dos postos de controlo fronteiriço listados no Apêndice 5, Postos Fronteiriços (listando 37 postos).

As **forças paramilitares ou militarizadas** de ambas as partes já deverão ter sido desmobilizadas ou integradas nas respectivas forças militares regulares, na altura em que o cessar-fogo entre vigor, o que será verificado pela CMVF. Outras secções tratam da troca de informação militar listada no Apêndice 6, Informação Militar a ser trocada entre o GRPA e a UNITA (em que são listados pontos relativos à informação militar, sob os títulos Pessoal, Equipamento e Armamento, e Outros) e das investigações sobre a existência de arsenais de armas químicas.

## **Anexo II: Sequência de Tarefas nas Diferentes Fases do Cessar-Fogo**

O Anexo detalha o Calendário descrito no acordo, segundo as seguintes fases: Fase Preliminar (1 a 15 de Maio de 1991); 1ª Fase (15 – 29/31 de Maio de 1991, assinatura e entrada em vigor do acordo); 2ª Fase (31 de Maio – 30 de Junho de 1991, implementação do sistema de monitorização); 3ª Fase (1 de Julho – 1 de Agosto de 1991, transferência de forças); 4ª Fase (1 de Agosto de 1991 – data das eleições, verificação e fiscalização do acordo).

## **Princípios Fundamentais para o Estabelecimento da Paz em Angola**

**Ponto 1:** O reconhecimento pela UNITA do Estado Angolano, do Presidente José Eduardo dos Santos e do Governo Angolano, até serem realizadas eleições gerais.

**Ponto 2:** No momento em que cessar-fogo entrar em vigor, a UNITA adquirirá o direito a realizar e participar livremente em actividades políticas, de acordo com a Constituição revista e leis pertinentes relativas à criação de uma democracia multipartidária.

**Ponto 3:** O GRPA realizará conversações com todas as forças políticas, para escutar as suas opiniões quanto às alterações propostas à Constituição. Depois, o GRPA trabalhará com todos os partidos para criar as leis que regularão o processo eleitoral.

**Ponto 4:** Irão realizar-se eleições livres e justas, após um recenseamento eleitoral conduzido sob a supervisão de observadores eleitorais internacionais, que permanecerão em Angola até certificarem que as eleições foram livres e justas e até os resultados

terem sido anunciados oficialmente. Na altura da assinatura do cessar-fogo, as partes determinarão o período dentro do qual deverão ser realizadas eleições livres e justas. A data exacta das referidas eleições será estabelecida através de consulta a todas as forças políticas de Angola.

**Ponto 5:** Respeito pelos direitos humanos e liberdades básicas, incluindo o direito de livre associação.

**Ponto 6:** O processo de criação do Exército Nacional começará quando o cessar-fogo entrar em vigor, e terminará em data a acordar entre o GRPA e a UNITA. A neutralidade do Exército Nacional durante o processo eleitoral será garantida pelas partes angolanas, no quadro da CCPM, com o apoio do grupo de monitorização internacional.

**Ponto 7:** Proclamação e entrada em vigor do cessar-fogo em todo o território angolano, em conformidade com o acordo a ser concluído a este respeito entre o GRPA e a UNITA.

## **Anexo**

O anexo contém o acordo entre as partes para formarem a CCPM, na altura da assinatura dos Princípios fundamentais para o estabelecimento da paz em Angola. A composição, tarefas e autoridade da CCPM são indicadas. A CCPM deverá assegurar que os acordos de paz são aplicados, e tomar a decisão final sobre possíveis violações desses acordos. Deverá ter a autoridade necessária para aprovar todas as regras relativas ao seu funcionamento, particularmente quanto aos seus regulamentos internos. As suas decisões serão tomadas por consenso entre o GRPA e a UNITA.

## **Adenda III: Conceitos para a resolução de questões pendentes entre o Governo da República Popular de Angola e a UNITA**

1. No momento em que cessar-fogo entrar em vigor, a UNITA adquirirá o direito a realizar e participar livremente em actividades políticas, de acordo com a Constituição revista e leis pertinentes relativas à criação de uma democracia multipartidária. Na altura da assinatura do cessar fogo, as partes determinarão o período dentro do qual deverão ser realizadas eleições livres e justas. A data exacta das referidas eleições será estabelecida através de consulta a todas as forças políticas de Angola.
2. O GRPA realizará conversações com todas as forças políticas, para escutar as suas opiniões quanto às alterações propostas à Constituição. Depois, o GRPA trabalhará com todos os partidos para criar as leis que regularão o processo eleitoral.
3. O acordo de cessar-fogo obrigará as partes a deixarem de receber material letal. Os EUA, a URSS e todos os outros países apoiarão a implementação do cessar-fogo e deixarão de fornecer material letal a qualquer uma das partes angolanas.
4. A supervisão política geral do processo de cessar-fogo será da responsabilidade das partes angolanas, no quadro da CCPM. A verificação do cessar-fogo será da responsabilidade do grupo internacional de monitorização. A ONU será convidada a

enviar monitores para apoiarem as partes angolanas, a pedido do GRPA. Os governos que enviarão monitores serão escolhidos pelas partes angolanas, no quadro da CCPM.

5. O processo de criação do Exército Nacional começará quando o cessar-fogo entrar em vigor, e terminará na data das eleições. A neutralidade do Exército Nacional durante o processo eleitoral será garantida pelas partes angolanas, no quadro da CCPM, com o apoio do grupo de monitorização internacional. As partes angolanas reservam para negociações posteriores as discussões sobre a ajuda internacional que possa ser necessária para formar o Exército Nacional.

6. Irão realizar-se eleições livres e justas para o novo Governo sob a supervisão de observadores eleitorais internacionais, que permanecerão em Angola até certificarem que as eleições foram livres e justas e até os resultados terem sido anunciados oficialmente.

#### **Adenda IV: Protocolo do Estoril**

##### **Eleições**

É proclamado que serão realizadas eleições. Para o Presidente da República, serão por sufrágio directo e secreto, através de um sistema de maioria, com o recurso a uma segunda volta, se necessário. Para a Assembleia Nacional, serão por sufrágio directo e secreto, através de um sistema de representação proporcional a nível nacional. Um processo de consultas, envolvendo todas as forças políticas angolanas, determinará se decorrerão em simultâneo, assim como a duração do período oficial de campanha eleitoral. Uma opinião técnica (não vinculadora das partes) sobre a sua duração desejável será obtida de um organismo internacional especializado, como a ONU. A votação será secreta e serão tomadas medidas especiais para aqueles que não sabem ler ou escrever. Estas medidas serão incluídas na lei eleitoral, a ser criada após o cessar-fogo, depois de um processo de consultas entre o GRPA e todas as forças políticas angolanas.

Todos os partidos políticos e pessoas interessados terão oportunidade de se organizarem e de participarem no processo eleitoral em pé de igualdade, independentemente das suas posições políticas. A liberdade total de expressão e associação, e o acesso aos meios de comunicação, serão garantidos.

As partes aceitaram a proposta tripartida das delegações de Portugal, EUA e URSS, para que as eleições se realizem entre 1 de Setembro e 30 de Novembro de 1992. As partes concordaram que a seguinte declaração tripartida deverá ser levada em consideração na discussão da data exacta: "Considerando as dificuldades logisticas na organização do processo eleitoral, especificamente a conveniência de as eleições se realizarem na época seca, e a necessidade de reduzir os altos custos que a comunidade internacional terá de despender com o monitorização do cessar-fogo, as delegações de Portugal, Estados Unidos e União Soviética, recomendam vivamente que as eleições se realizem durante a primeira parte do período sugerido, preferivelmente entre 1 de Setembro e 1 de Outubro de 1992."

##### **Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM)**

Quanto à CCPM, o documento assinala que, segundo os Conceitos para a resolução de questões pendentes entre o GPRA e a UNITA e o anexo aos Princípios fundamentais para o estabelecimento da paz em Angola, a missão da CCPM é a supervisão política geral do processo de cessar fogo.

Terá o dever de assegurar que os acordos de paz são aplicados, e tomar a decisão final sobre possíveis violações desses acordos. As suas decisões serão tomadas por consenso entre o GRPA e a UNITA, após escutada a opinião dos observadores. A CCPM não visa substituir o GRPA e o seu mandato termina na data em que o governo eleito tomar posse. As tarefas para as quais a CCPM se deverá estruturar são listadas, a composição da CCPM é estipulada, e é indicado que as suas reuniões deverão ser presididas alternadamente pelo GRPA e pela UNITA, sem prejuízo para o princípio do consenso no processo de tomada de decisão. São fornecidos detalhes relativos ao apoio de conselheiros, e às responsabilidades da CCPM quanto a regulamentos internos e orçamento.

### **Princípios relativos ao problema da segurança interna durante o período entre a entrada em vigor do cessar-fogo e a realização de eleições.**

É indicado que todos os angolanos terão o direito a conduzir e realizar actividades políticas sem sofrerem intimidações, de acordo com a Constituição revista e as leis pertinentes relativas à criação de uma democracia multipartidária, e com as disposições dos Acordos de Paz. São criadas medidas para verificar e fiscalizar a neutralidade da polícia, através de equipas de monitorização, e é especificada a composição, mandato, e quantidade proposta por província das equipas. As equipas de monitorização estão subordinadas à CCPM, e devem fornecer relatórios das suas actividades a esse organismo.

Em conformidade com o convite do Governo, a UNITA participará na força policial responsável pela manutenção da ordem pública. São dadas garantias quanto à disponibilidade de vagas e de formação para os recrutas da UNITA. A UNITA será responsável pela segurança pessoal das suas altas chefias, e o GRPA concederá estatuto policial aos membros da UNITA encarregados de garantir essa segurança.

### **Direitos políticos a serem exercidos pela UNITA após o cessar-fogo**

De acordo com as disposições contidas nos Conceitos para a resolução de questões pendentes entre o GPRA e a UNITA, na altura da entrada em vigor do cessar-fogo, a UNITA adquirirá o direito a conduzir e participar livremente em actividades políticas, de acordo com a Constituição revista e as leis pertinentes relativas à criação de uma democracia multipartidária. Incluindo especificamente: liberdade de expressão, o direito a apresentar, publicar e debater livremente o seu programa político, o direito a recrutar e angariar membros, o direito a organizar reuniões e manifestações, o direito de acesso à comunicação social do estado, o direito à liberdade de movimentos e segurança pessoal dos seus membros, o direito a apresentar candidatos às eleições, e o direito de abrir sedes e gabinetes de representação em qualquer parte de Angola. Sem prejuízo para estas estipulações, que permitem à UNITA o exercício imediato desses direitos, a UNITA deve, após a entrada em vigor do cessar-fogo, satisfazer os requisitos formais para o seu registo como partido político, em conformidade com a Lei dos Partidos Políticos.

## **Estruturas administrativas**

Ambas as partes aceitam o princípio da extensão da Administração Central às zonas de Angola que presentemente se encontram fora do alcance da sua autoridade. Ambas as partes reconhecem que essa extensão não deve ser feita abruptamente ou colocar em perigo a livre circulação de pessoas e bens, as actividades das forças políticas, e a execução das tarefas relacionadas com o processo eleitoral. Ambas as partes concordam em deixar para data posterior o estudo da implementação dessa extensão, que será efectuada no quadro da CCPM por equipas competentes, compostas por representantes do GRPA e da UNITA.

## **Criação das Forças Armadas Angolanas**

Quanto à Identificação e Princípios Gerais, as partes concordam que serão criadas as Forças Armadas Angolanas (FAA). A missão global das FAA é definida como a defesa e salvaguarda da independência e da integridade territorial. A composição das FAA será constituída exclusivamente por cidadãos angolanos, e a sua estrutura organizacional será unitária. Terá uma composição, estrutura de alto comando, tropas, mecanismos e equipamento, determinados de acordo com ameaças externas previsíveis e as condições socio-económicas do país.

As FAA são não partidárias e obedecem aos órgãos de soberania competentes, no âmbito do princípio de subordinação à autoridade política, e comprometem-se publicamente a respeitar a Constituição e outras leis da República. Os militares em serviço activo terão o direito de voto, mas não poderão usar as suas funções ou as unidades estruturais das FAA para interferirem em quaisquer outras actividades de política partidária ou sindicais.

O processo de criação das FAA deverá começar com a entrada em vigor do cessar-fogo e deverá terminar na data das eleições, devendo evoluir em simultâneo com o aquartelamento, desarmamento, e integração na vida civil das tropas desmobilizadas. O recrutamento das FAA durante o período anterior às eleições deverá decorrer de acordo com o princípio da livre vontade, a partir das fileiras das FAPLA e FALA. É obrigatório que todo o pessoal militar incorporado nas FAA antes da data das eleições frequente cursos de formação profissional, com vista a alcançar uma unificação em termos de doutrina e métodos, que conduza ao desenvolvimento de um esprit de corps essencial.

Na altura em que forem realizadas as eleições, apenas deverão existir as FAA, não poderão existir quaisquer outras tropas. Todos os membros das presentes forças armadas de cada uma das partes, que não se incorporem nas FAA, deverão ser desmobilizados antes da realização de eleições. Adicionalmente, são dadas garantias quanto à neutralidade das forças armadas durante o período anterior à realização de eleições, aos direitos individuais do pessoal militar e à salvaguarda das unidades criadas durante esse período.

Em Poderio das Tropas, são especificados os números de tropas do Exército, Força Aérea e Marinha, e é acordado que cada uma das partes fornecerá ao Exército 20.000 homens (15.000 soldados, 3.000 sargentos e 2.000 oficiais). As primeiras tropas atribuídas à Força Aérea e à Marinha deverão ser fornecidas pelos ramos respectivos das FAPLA, tendo em conta que as FALA não possuem tais unidades.

Assim que começar o processo de formação das FAA, a UNITA poderá participar na Força Aérea e Marinha, em termos a ser definidos no âmbito da CCFA. Entre várias outras disposições criadas em relação à Força Aérea e Marinha, constam as que definem que elas deverão estar sujeitas a verificação e fiscalização, e deverão estar subordinadas ao Alto Comando das FAA.

Em Estruturas de Comando das FAA, são fornecidos princípios gerais que indicam que a CCFA, subordinada à CCPM, deverá ser criada especificamente para dirigir o processo de criação das FAA. São criadas disposições que asseguram a natureza não partidária da Estrutura de Comando das FAA, como está descrito no anexo. As nomeações para o Alto Comando e para os comandos dos três ramos das FAA serão propostas pela CCFA, e aprovadas pela CCPM. A CCFA constitui o órgão de transição, até à data das eleições, entre as estruturas político-militares e a estrutura das FAA. São fornecidos mais detalhes quanto à sua composição e funções. As últimas incluem, entre outras, a proposta de critérios para a selecção de pessoal das FAPLA e FALA, com vista à criação das FAA, e a proposta dos nomes dos principais oficiais comandantes das FAA.

São indicadas a missão global e a composição do Alto Comando das FAA, assim como os princípios para estruturação do Comando do Exército das FAA e a criação da Força Aérea e Marinha (os detalhes serão publicados em directivas a emitir pela CCFA). É tratada a criação e funcionamento de um Comando Logístico e de Infra-Estruturas, e as suas responsabilidades particulares. A estrutura de comando e as unidades do seu Estado-Maior são mais detalhadas.

O calendário para o processo de criação das FAA é descrito em cinco fases. Imediatamente após a nomeação de cada comando, deverão ser organizados os respectivos Estados-Maiores. Assistência Técnica de Países Estrangeiros. As partes informarão o Governo Português, nunca depois da data de notificação da aceitação dos acordos, sobre quais são os países que serão convidados a ajudar no processo de criação das FAA.

Desmobilização. A acomodação das forças desmobilizadas constitui um problema nacional, que deverá ser estudado conjuntamente pelas duas partes e submetido à CCPM para análise e decisão. O mesmo tratamento deverá ser dado ao problema das pessoas que ficaram fisicamente incapacitadas devido à guerra.

[http://www.padoa.org/pag/Docs/acordos\\_bicesse.pdf](http://www.padoa.org/pag/Docs/acordos_bicesse.pdf)

ÍNDICE

- AM03

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO  
COMPLEMENTAR AO PROTOCOLO DE LUSAKA  
PARA A CESSAÇÃO DAS HOSTILIDADES  
E RESOLUÇÃO DAS DEMAIS QUESTÕES MILITARES  
PENDENTES NOS TERMOS DO PROTOCOLO DE LUSAKA



## PREÂMBULO

*A Delegação das Forças Armadas Angolanas, mandatada pelo Governo da República de Angola;*

*A Delegação das Forças Militares da UNITA, mandatada pela sua Comissão de Gestão;*

*Na presença da ONU, representada pelo Senhor Ibrahim Gambari, Sub-Secretário Geral da ONU e Conselheiro Especial para África, e dos Países Observadores do Processo de Paz em Angola;*

*Tendo em conta que o Protocolo de Lusaka, subscrito aos 20 de Novembro de 1994 pelo Governo e pela UNITA com a mediação da ONU e na presença dos Países Observadores do Processo de Paz em Angola, foi assumido como o instrumento jurídico-político para a resolução do conflito angolano, no sentido da obtenção da paz e reconciliação nacional, e não conheceu ainda a evolução positiva esperada para a sua conclusão definitiva.*

*Considerando que, a crescente e premente necessidade de se obter a paz e reconciliação nacional na República de Angola, expressa e sentida diariamente por todos os angolanos, se afigura imperativa e urgente, e exige primeiro que tudo a cessação do conflito armado entre a UNITA, enquanto estrutura político-militar, e o Governo, através da promoção de iniciativas apropriadas com criatividade e flexibilidade, para a conclusão definitiva do Protocolo de Lusaka;*

*Conscientes de que o termo do conflito interno conduz à paz e reconciliação nacional na República de Angola e constitui um desafio a que, de modo determinado, se comprometem a vencer e alcançar para benefício do povo angolano;*

*Nesta conformidade, em ordem a materializar os seus compromissos e obrigações no quadro do Protocolo de Lusaka, decidem adoptar o Memorando de Entendimento, nos seguintes termos:*

*SA*

*SA*

## CAPÍTULO I

### OBJECTO E PRINCÍPIOS DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

#### 1 – OBJECTO

- 1.1. *Constitui objecto do Memorando de Entendimento o compromisso das Partes para, através da sua colaboração fraterna e activa, garantirem a obtenção e efectivação do cessar-fogo e resolução de todas as questões militares pendentes e, subsequentemente, a definitiva resolução do conflito armado, reiniciado posteriormente à execução total da tarefa de conclusão da formação das FAA nos termos do Protocolo de Lusaka.*
- 1.2. *Constitui objectivo do Memorando de Entendimento a colaboração entre as Partes, para a resolução dos factores militares negativos geradores de bloqueio ao Protocolo de Lusaka e, subsequentemente, a criação de condições para a sua conclusão definitiva.*

#### 2 – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

- 2.1. *As Partes reafirmam o respeito pelo Estado de Direito e pelas instituições democráticas na República de Angola e, nesta conformidade, a observância da Lei Constitucional e demais legislação em vigor na República de Angola.*
- 2.2. *As Partes reiteram a aceitação inequívoca da validade dos instrumentos jurídico-políticos pertinentes, nomeadamente o Protocolo de Lusaka e as Resoluções do CS da ONU relativamente ao processo de paz Angolano.*
- 2.3. *As Partes reconhecem que o respeito pela democracia em todas esferas e níveis da vida nacional é essencial à paz e reconciliação nacional.*

## CAPÍTULO II

### AGENDA DE MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

#### I - GENERALIDADES

1.1. *Em ordem a materializar os seus compromissos e obrigações no quadro do Protocolo de Lusaka, as Partes aceitam como Agenda de Trabalhos para as Conversações Militares, a seguinte:*

#### *I - Questões de Reconciliação Nacional*

*Único: Amnistia*

#### *II - Cessação das hostilidades e Questões Militares Pendentes nos Termos do Protocolo de Lusaka*

- a) Cessar-Fogo*
- b) Desengajamento, Aquartelamento e Conclusão da Desmilitarização das Forças Militares da UNITA*
- c) Integração de Oficiais Gerais, Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Subalternos, Sargentos e Praças provenientes das Forças Militares da UNITA nas Forças Armadas Angolanas, de acordo com as vagas orgânicas existentes*
- d) Integração de Oficiais Gerais e Oficiais Superiores provenientes das Forças Militares da UNITA na Polícia Nacional, de acordo com as vagas orgânicas existentes*
- e) Desmobilização dos Efectivos Excedentários provenientes das Forças Militares da UNITA e extinção das Forças Militares da UNITA*
- f) Reinserção Sócio-Profissional do Pessoal Desmobilizado das ex-Forças Militares da UNITA na Vida Nacional*

#### *III - Questões Institucionais*

- a) Estrutura institucional de coordenação do Entendimento*
- b) Calendário de Aplicação do Entendimento*
- c) Assinatura do Entendimento*



1.2. *Em ordem a materializar os seus compromissos e obrigações no quadro do Protocolo de Lusaka, as Partes aceitam como Conclusões da Agenda das Conversações Militares as que nos pontos a seguir se descrevem:*

## **2 – QUESTÕES DE RECONCILIAÇÃO NACIONAL**

*Único: Amnistia*

2.1. *O Governo garante, no interesse da paz e reconciliação nacional, a aprovação e publicação, pelos órgãos e instituições competentes do Estado da República de Angola de uma Lei de Amnistia de todos os crimes cometidos no âmbito do conflito armado entre as Forças Militares da UNITA e o Governo.*

## **3 - CESSAÇÃO DAS HOSTILIDADES E QUESTÕES MILITARES PENDENTES NOS TERMOS DO PROTOCOLO DE LUSAKA**

### **A) CESSAR-FOGO**

3.1. *As Partes reiteram, o seu engajamento para dar cumprimento escrupuloso dos seus compromissos e obrigações relativamente à tarefa do restabelecimento do cessar-fogo (no espírito do previsto no Anexo 3, do Ponto II.1 da Agenda de Trabalhos – Questões Militares I do Protocolo de Lusaka).*

3.2. *Neste sentido o Governo, através do Estado Maior General das FAA e as Forças Militares da UNITA, através do Alto Estado Maior Geral, emitem e cumprem uma declaração de reconhecimento do cessar-fogo com vista ao término do conflito armado, no sentido da obtenção da paz e reconciliação nacional.*

3.3. *A tarefa de restabelecimento do cessar-fogo compreende o seguinte:*

a) *A cessação de acções militares total e definitiva em todo o território nacional e a não veiculação de propaganda hostil.*

b) *A não realização de movimentos de força no sentido do reforço ou ocupação de novas posições militares, bem como a não realização de actos de violência contra a população civil e de destruição de bens.*



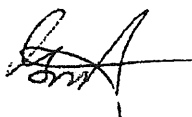
- c) *A informação regular sobre a situação de posicionamento das unidades e demais estruturas para-militares das Forças Militares da UNITA, em zonas ou áreas prováveis de tensão militar.*
- d) *A garantia da protecção das pessoas e seus bens, dos recursos e bens públicos, bem como da livre circulação de pessoas e bens.*

**B) *DESENGAJAMENTO, AQUARTELAMENTO E CONCLUSÃO DA DESMILITARIZAÇÃO DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA***

3.4. *As Partes reiteram o seu engajamento para dar cumprimento escrupuloso dos seus compromissos e obrigações relativamente à tarefa de aquartelamento e conclusão da desmilitarização das Forças Militares da UNITA (no espírito do previsto no Anexo 3 do Ponto II .1 da Agenda de Trabalhos – Questões Militares I do Protocolo de Lusaka).*

3.5. *Neste sentido, a Comissão Militar Mista, com o apoio do Estado Maior General das FAA, procede ao aquartelamento e desmilitarização de todas as unidades e estruturas para-militares das Forças Militares da UNITA, compreendendo o seguinte:*

- a) *A informação, pelo Alto Estado Maior Geral das Forças Militares da UNITA, à Comissão Militar Mista, de todos os dados fidedignos e verificáveis relativos à composição combativa e numérica das unidades e estruturas para-militares das Forças Militares da UNITA, e sua localização.*
- b) *O estabelecimento de mecanismos de monitorização do processo de desmilitarização das Forças Militares da UNITA.*
- c) *A identificação das unidades militares e estruturas para-militares das Forças Militares da UNITA e o estabelecimento de áreas de aquartelamento para as mesmas.*
- d) *A definição dos respectivos itinerários e meios de movimento e a realização do movimento das unidades militares e estruturas para-militares das Forças Militares da UNITA para as áreas de aquartelamento.*



- e) *O desengajamento dos locais de estacionamento e movimento das unidades militares e estruturas para-militares das Forças Militares da UNITA para as áreas de aquartelamento.*
- f) *A recepção, alojamento e alimentação, bem como o registo do pessoal das unidades militares e estruturas para-militares das Forças Militares da UNITA nas áreas de aquartelamento.*
- g) *A entrega e acto contínuo a recolha, armazenamento e posterior destruição de todo o armamento e equipamento das unidades militares e estruturas para-militares das Forças Militares da UNITA.*

**C) INTEGRAÇÃO DE OFICIAIS GERAIS, OFICIAIS SUPERIORES, OFICIAIS CAPITÃES E SUBALTERNOS, SARGENTOS E PRAÇAS, PROVENIENTES DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA NAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS**

3.6. *O Governo procede, no interesse da reconciliação nacional, através do Estado Maior General das FAA, à integração de Oficiais Gerais e Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Subalternos, Sargentos e Praças provenientes das Forças Militares da UNITA nas FAA, de acordo com as vagas orgânicas existentes.*

3.7 *Neste sentido, o processo de integração de Oficiais Gerais, Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Subalternos, Sargentos e Praças provenientes das Forças Militares da UNITA, compreende o seguinte:*

- a) *A incorporação nas FAA e o patenteamento de Oficiais Gerais, Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Subalternos, Sargentos e Praças provenientes das Forças Militares da UNITA, de acordo com as vagas orgânicas existentes.*
- b) *A formação e a colocação em funções de Oficiais Gerais, Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Subalternos, Sargentos e Praças provenientes das Forças Militares da UNITA.*



**D) INTEGRAÇÃO DE OFICIAIS GERAIS E OFICIAIS SUPERIORES PROVENIENTES DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA NA POLÍCIA NACIONAL**

3.8. O Governo, no interesse da reconciliação nacional, através do Comando Geral da Polícia Nacional, procede à integração de alguns Oficiais Gerais e Oficiais Superiores provenientes das Forças Militares da UNITA na Polícia Nacional, de acordo com as vagas orgânicas existentes.

3.9. Neste sentido, o processo de integração de Oficiais Gerais e Oficiais Superiores provenientes das Forças Militares da UNITA na Polícia Nacional, compreende o seguinte:

- a) A incorporação na Polícia Nacional e o patenteamento de Oficiais Sub-Comissários e Oficiais Superiores provenientes das Forças Militares da UNITA, de acordo com as vagas orgânicas existentes.
- b) A formação e a colocação em função de Oficiais Sub-Comissários e Oficiais Superiores provenientes das Forças Militares da UNITA.

**E) DESMOBILIZAÇÃO DOS EFECTIVOS DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA E EXTINÇÃO DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA**

3.10. As Partes reiteram o seu engajamento para dar cumprimento escrupuloso dos seus compromissos e obrigações relativamente à tarefa de desmobilização dos efectivos excedentários provenientes das Forças Militares da UNITA e a extinção das Forças Militares da UNITA (no espírito do previsto no Anexo 4, Ponto II.1 da Agenda de Trabalhos - Questões Militares II do Protocolo de Lusaka).

3.11 Neste sentido, a Comissão Militar Mista, com o apoio da ONU, em conformidade com o mandato que for atribuído pelo Conselho de Segurança da ONU ou por outros órgãos do sistema da ONU, procede à desmobilização dos efectivos excedentários provenientes das Forças Militares da UNITA e a extinção das Forças Militares da UNITA, compreendendo o seguinte:

- a) A desmobilização individual do pessoal excedentário proveniente das Forças Militares da UNITA.
- b) A extinção formal e definitiva das Forças Militares da UNITA.



- c) *A colocação do pessoal desmobilizado das ex-Forças Militares da UNITA na dependência administrativa do Estado Maior General das FAA, através das Regiões Militares e dos Comandos Operacionais das FAA.*

**F) REINserÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DO PESSOAL DESMOBILIZADO DAS EX-FORÇAS MILITARES DA UNITA NA VIDA NACIONAL**

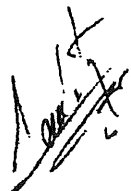
3.12. *As Partes reiteram o seu engajamento para dar cumprimento escrupuloso dos seus compromissos e obrigações relativamente à tarefa de reintegração social dos desmobilizados (no espírito do previsto no Anexo 4, do Ponto II.1 da Agenda de trabalhos - Questões Militares II do Protocolo de Lusaka).*

3.13 *Neste sentido, o Governo, através do Estado Maior General das FAA e de organismos e serviços públicos competentes, com a participação da UNITA e com a ajuda da Comunidade Internacional, procede à reintegração dos desmobilizados na sociedade civil dentro de um programa de reinserção sócio-profissional.*

3.14 *A reinserção sócio-profissional do pessoal desmobilizado das ex-Forças Militares da UNITA compreende o seguinte:*

a) *A protecção, alojamento e alimentação do pessoal das ex-Forças Militares da UNITA nos centros de formação.*

b) *A formação profissional do pessoal das ex-Forças Militares da UNITA no sentido da sua habilitação para o mercado de trabalho nacional, mediante um programa de reintegração social especial e urgente.*





### CAPÍTULO III

#### COORDENAÇÃO E APLICAÇÃO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

##### 1- COORDENAÇÃO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

1.1. *As estruturas institucionais de coordenação do Memorando de Entendimento são as seguintes:*

a) *Comissão Militar Mista*

b) *Grupo Técnico*

1.2. *A Comissão Militar Mista tem a composição, atribuições e regras de funcionamento seguintes:*

a) *Composição e Direcção:*

a.1 *Com assento na qualidade de membro executivo e presidente da Comissão Militar Mista:*

- *O representante militar do Governo*

a.2 *Com assento na qualidade de membro executivo da Comissão Militar Mista:*

- *O representante militar das Forças Militares da UNITA*

a.3 *Com assento na qualidade de membros observadores permanentes da Comissão Militar Mista:*

- *O representante militar da ONU, em conformidade com o mandato que for atribuído pelo Conselho de Segurança da ONU ou por outros órgãos do sistema da ONU*

- *O representante militar dos EUA*

- *O representante militar da Rússia*

- *O representante militar de Portugal*

b) *Atribuições*

b.1 *Assistir à Comissão Militar Mista no desempenho das suas atribuições.*

b.2 *Zelar pela aplicação de todas as disposições do Memorando de Entendimento.*

b.3 Organizar reuniões 'ad-hoc' de peritos militares para estudar as causas de eventuais dificuldades que entrem a execução eficaz do Memorando de Entendimento ou outras questões consideradas de interesse pela Comissão Militar Mista.

b.4 Elaborar a calendarização detalhada assim como a precisão das actividades a realizar no âmbito da aplicação do Memorando de Entendimento.

c) Regras de funcionamento:

c.1 Reúne-se, ordinariamente, a fim de preparar as reuniões da Comissão Militar Mista, e extraordinariamente, para analisar as questões dimanadas pela Comissão Militar Mista ou sempre que para tal se revele necessário.

c.2 A nível regional, reúne-se diariamente, sendo dirigida por um perito militar das Forças Armadas Angolanas.

## 2 - CALENDÁRIO DE APLICAÇÃO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

2.1 Para a concretização do Memorando de Entendimento, as Forças Armadas Angolanas e as Forças Militares da UNITA assumem o compromisso do seguinte Calendário de Aplicação:

- |    |  |             |
|----|--|-------------|
| 1) | Entrada em vigor do Memorando de Entendimento                                    | Dia D       |
|    | - Assinatura do Memorando  |             |
|    | - Declaração do cessar-fogo bilateral  |             |
|    | - Entrada em vigor do cessar-fogo  |             |
| 2) | Funcionamento da Comissão Militar Mista  | À partir do |
|    | - Promulgação da Lei de Amnistia   | Dia D + 001 |
|    | - Formalização e entrada em funções da Comissão Militar Mista e do Grupo Técnico |             |



- 3) Realização de todas as actividades consignadas na alínea a) do Ponto II, nomeadamente:  
- Consolidação do restabelecimento do cessar-fogo  
Dia D + 001
- 4) Realização de todas as actividades consignadas na alínea b) do Ponto II, nomeadamente:  
- Desengajamento, Aquartelamento e conclusão da Desmilitarização das Forças Militares da UNITA  
- Aquartelamento, Desarmamento e Repatriamento das Forças Militares Estrangeiras em áreas do território nacional sob controlo das Forças Militares da UNITA  
Dia D + 002  
a D + 047
- 5) Realização de todas as actividades consignadas nas alíneas c e d) do Ponto II, nomeadamente:  
- Integração de Oficiais Gerais e de Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Subalternos, Sargentos e Praças provenientes das Forças Militares da UNITA nas FAA de acordo com as vagas existentes  
- Integração de Oficiais Gerais e de Oficiais Superiores provenientes das Forças Militares da UNITA na Polícia Nacional, de acordo com as vagas existentes  
Dia D+ 048  
a D+078
- 6) Realização de todas as actividades consignadas na alínea e) do Ponto II, nomeadamente:  
- Desmobilização dos Efectivos das Forças Militares da UNITA e extinção das Forças Militares da UNITA  
Dia D+079  
a D+080
- 7) Realização de todas as actividades consignadas na alínea f) do Ponto II, nomeadamente:  
Reinserção sócio-profissional do pessoal desmobilizado das ex-Forças Militares da UNITA na vida Nacional  
Dia D+081  
a D+262



## CAPÍTULO IV

### DISPOSIÇÕES FINAIS


#### 1 – ANEXOS DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

1.1 *Constituem Anexos do Memorando de Entendimento, os seguintes documentos:*

- Anexo 1 - *Documento relativo ao Aquartelamento das Forças Militares da Unita*
- Anexo 1/A - *Documento relativo ao Aquartelamento, Desarmamento e Repatriamento das Forças Militares Estrangeiras em áreas do território nacional sob controlo das Forças Militares da Unita*
- Anexo 2 - *Documento relativo à integração de Oficiais Gerais, Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Subalternos, Sargentos e Praças provenientes das Forças Militares da Unita nas Forças Armadas Angolanas, de acordo com as vagas existentes*
- Anexo 3 - *Documento relativo à integração de Oficiais Gerais e Oficiais Superiores, provenientes das Forças Militares da Unita na Polícia Nacional, de acordo com as vagas orgânicas existentes*
- Anexo 4 - *Documento relativo à Reinserção Sócio-Profissional do pessoal desmobilizado das ex-Forças Militares da Unita na Vida Nacional*
- Anexo 5 - *Documento relativo a considerações referentes às condições para a conclusão do Protocolo de Lusaka*
- Anexo 6 - *Documento relativo a considerações referentes à Segurança Especial nos termos do Protocolo de Lusaka*

#### 2 – INTERPRETAÇÃO

2.1 *Os diferendos de interpretação ou aplicação do Memorando de Entendimento são submetidos à Comissão Militar Mista para a solução, num espírito de amizade, tolerância e compreensão.*



**3 – ENTRADA EM VIGOR DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO**

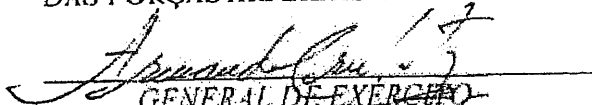
3.1 O Memorando de Entendimento entra em vigor imediatamente após a sua assinatura pelas Partes.

**4 – ASSINATURAS DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO**


4.1 As Partes assinam o Memorando de Entendimento, vinculando-se ao mesmo, aceitando e comprometendo-se a executar, de boa-fé, de modo obrigatório e de forma integral, todas as suas disposições.

Luanda, República de Angola, aos 04 de Abril de 2002.

PELA DELEGAÇÃO  
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

  
GENERAL DE EXERCÍCIO  
ARMANDO DA CRUZ NETO

PELA DELEGAÇÃO  
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

  
GENERAL  
GERALDO ABREU MUENGO  
UCUATCHITEMBO "KAMORTEIRO"

CHEFE DO ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS  
CHEFE DO ALTO ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

TESTEMUNHADO PELAS ENTIDADES A SEGUIR MENCIONADAS

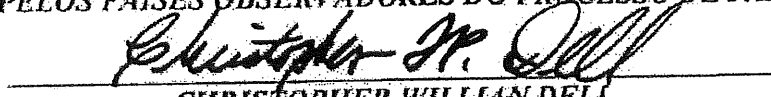
PELA ONU

  
IBRAHIM GAMBARI

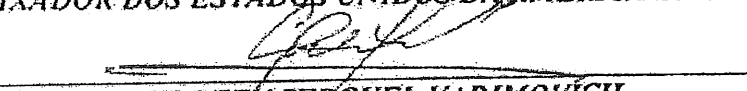
SUB-SECRETÁRIO GERAL DA ONU E CONSELHEIRO ESPECIAL PARA ÁFRICA

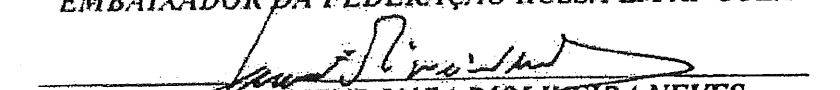
*para UNDP e not reconhecido a autoridade de guerra*

PELOS PAÍSES OBSERVADORES DO PROCESSO DE PAZ

  
CHRISTOPHER WILLJAN DELL

EMBAIXADOR DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA EM ANGOLA

  
ANDREEV SERGUEI VADIMOVICH  
EMBAIXADOR DA FEDERAÇÃO RUSSA EM ANGOLA

  
FERNANDO MENDONÇA D'OLIVEIRA NEVES  
EMBAIXADOR DA REPÚBLICA PORTUGUESA EM ANGOLA

## ANEXO 1

### AO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO COMPLEMENTAR AO PROTOCOLO DE LUSAKA PARA A CESSAÇÃO DAS HOSTILIDADES E RESOLUÇÃO DAS DEMAIS QUESTÕES MILITARES PENDENTES NOS TERMOS DO PROTOCOLO DE LUSAKA

#### DOCUMENTO RELATIVO AO AQUARTELAMENTO DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

*A Delegação das Forças Armadas Angolanas e a Delegação das Forças Militares da UNITA às Conversações Militares, relativamente ao Aquartelamento das Forças Militares da UNITA, acordam o seguinte:*

#### *1. Generalidades sobre o Aquartelamento*

- (i) O aquartelamento das Forças Militares da UNITA deve ter as condições de vida necessárias a permanência dos militares num total de até 50.000, sendo cerca de 12 Generais e 47 Brigadeiros, cerca de 1.700 Oficiais Superiores, cerca de 17.350 Oficiais Capitães e Oficiais Subalternos, cerca de 3.150 Sargentos e cerca de 27.740 Praças, durante um determinado período de tempo que vai desde a recepção do pessoal até a sua integração nas FAA e Polícia Nacional e a reinserção sócio-profissional do pessoal desmobilizado.*
- (ii) As áreas de aquartelamento devem ter uma estrutura de funcionamento gerida superiormente, com capacidade de aquartelar até 1.600 efectivos e com segurança e fáceis acessos.*
- (iii) O aquartelamento das Forças Militares da UNITA implica, também, por um lado a instalação de 12 Generais e 47 Brigadeiros, nas cidades próximas as áreas de aquartelamento e, por outro lado, a organização e asseguramento dos locais de instalação das famílias dos militares, próximos das áreas de aquartelamento, num total de até 300.000 indivíduos, entre eles homens, mulheres e crianças.*
- (iv) O asseguramento e a assistência de emergência inicial das famílias dos militares das Forças Militares da UNITA, bem como a promoção da sua reintegração apoiada em pequenas actividades produtivas de bens e serviços isto é, projectos de geração rápida de rendimentos nos domínios*



da agricultura, do comércio rural e outros possíveis, a serem garantidos pelos órgãos e entidades competentes da Administração do Estado em estreita colaboração com o Estado Maior General das FAA e com a participação da ONU, em conformidade com o mandato que fôr atribuído pelo Conselho de Segurança da ONU ou outros órgãos do sistema da ONU.

## 2. Estrutura da Área de Aquartelamento

(i) A área de aquartelamento tem a seguinte estrutura:

- Chefia da Área de Aquartelamento composta pelo Chefe, Chefe Adjunto, Oficial de Educação Cívica, Oficial de Pessoal, Oficial de Armamento, Oficial de Transmissões, de entre o pessoal a aquartelar, pelo Alto Estado Maior geral das Forças Militares da UNITA.
- Grupo de Apoio e Serviços composto pela guarda e guarnição, pelo posto de rádio, pelo posto médico, pela cozinha e refeitório e pela secção de transporte, designado de entre o pessoal a aquartelar, pelo Alto Estado Maior Geral das Forças Militares da UNITA.
- Até 16 Companhias de pessoal aquartelado, na composição de 100 efectivos cada uma.

(ii) O Chefe da área de aquartelamento, subordina-se ao Chefe da Equipa de Trabalho do Estado Maior General das FAA e é o responsável pelo funcionamento e disciplina da área de aquartelamento.

## 3. Gestão das Áreas de Aquartelamento

(i) A gestão das áreas de aquartelamento é realizada pelo Estado Maior General das FAA, através de uma equipa de trabalho chefiada por um general das FAA proveniente das Forças Militares da UNITA, com a cooperação da ONU, em conformidade com o mandato que fôr atribuído pelo Conselho de Segurança da ONU ou outros órgãos do sistema da ONU, que presta assistência técnica à organização e gestão, bem como apoio em meios materiais.

(ii) Os locais de instalação das famílias dos militares das Forças Militares da UNITA são assegurados materialmente e geridos administrativamente pelos órgãos competentes da Administração do Estado, em estreita colaboração com o Estado Maior General das FAA e, com a participação da ONU, em conformidade com o mandato que fôr atribuído pelo Conselho de Segurança da ONU ou outros órgãos do sistema da ONU, que presta a assistência a organização e gestão, bem como em meios materiais.

#### 4. *Localização das Áreas de Aquartelamento*

(i) *Para o pessoal das Forças Militares da UNITA do COpE Norte:*

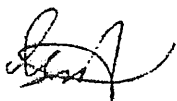
- *Madimba, na comuna de Madimba, município de M'Banza Congo, província do Zaire;*
- *Vale do Loge, na comuna do Vale do Loge, município do Bembe, província do Uige;*
- *Wamba, na comuna do Wamba, município de Sanza Pombo, província do Uige;*
- *Fazenda Santa Cruz, comuna do Quibaxi, município de Quibaxi, província do Bengo;*
- *Comuna do Mussabo, município de Samba-Caju, província do Kwanza-Norte.*

(ii) *Para o pessoal das Forças Militares da UNITA do COpE Nordeste:*

- *Capaia, comuna de Capaia, município de Lucapa, província da Lunda Norte;*
- *Damba Penitenciária, na comuna de Catala, município de Caculama, província de Malange;*
- *Ganga Sol, comuna de Quissole, município de Malange, província de Malange.*
- *Chinege, comuna de Muriege, município de Muconda, província da Lunda Sul.*
- *N'Guimbi, comuna de Xá-Muteba, município de Xá-Muteba, província da Lunda Norte.*

(iii) *Para o pessoal das Forças Militares da UNITA do COpE Centro:*

- *Gando, na comuna de Cambandua, município do Kuito, província do Bié;*
- *Capeça, na comuna de Belo Horizonte, município do Cunhinga, província do Bié;*
- *Ponte do Rio Cacuchi, na comuna de Cachingues, município do Chitembo, província do Bié;*
- *Sachitembo, na comuna de Sambo, município de Tchikala Tchaloanga, província do Huambo;*
- *Lunge, na comuna do Lunge, município do Bailundo, província do Huambo;*





- Menga, na comuna de Galanga, município de Londuimbale, província do Huambo;
- Chingongo, na comuna de Chingongo, município do Balombo, província de Benguela;
- Fazenda Caporolo, na comuna de Caporolo, município de Chongoroi, província de Benguela;
- Tchissamba, na comuna de Mussende, município de Mussende, província do Kuanza Sul.

(iv) Para o pessoal das Forças Militares da UNITA do COpE Leste:

- Chicala, na comuna de Cangumbe, município do Moxico, província do Moxico;
- Calapo, na comuna de Lucusse, município do Moxico, província do Moxico.

(v) Para o pessoal das Forças Militares da UNITA do ZMI do Cazombo:

- Calala, na comuna de Calunda, município do Alto Zambeze, província do Moxico.

(vi) Para o pessoal das Forças Militares da UNITA do COp Sul:

- Quilómetro 50, na comuna de Galangue, município do Chipindo, província da Huila;
- Kamuambo, comuna da Mupa, município do Cuvelai, província do Cunene.

(vii) Para o pessoal das Forças Militares da UNITA do COp Menongue:


- Soba Matias, comuna de Soba Matias, município do Menongue, província do Kuando Kubango.

(viii) Para o pessoal das Forças Militares da UNITA do COp Jamba:

- Tchimbunjango, comuna de Mavinga, município de Mavinga, província do Kuando Kubango.
- Capembe, na comuna de Mavinga, município de Mavinga, província do Kuando Kubango.

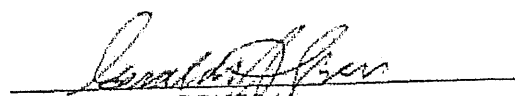
Luanda, República de Angola, aos 04 de Abril de 2002.

PELA DELEGAÇÃO  
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

  
GENERAL DE EXERCÍTO  
ARMANDO DA CRUZ NETO

CHEFE DO ESTADO MAIOR GENERAL  
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

PELA DELEGAÇÃO  
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

  
GENERAL  
GERALDO ABREU MUENGO  
UCUATCHITEMBO "KAMORTEIRO"

CHEFE DO ALTO ESTADO MAIOR GERAL  
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

- Menga, na comuna de Galanga, município de Londuimbale, província do Huambo;
- Chingongo, na comuna de Chingongo, município do Balombo, província de Benguela;
- Fazenda Caporolo, na comuna de Caporolo, município de Chongoroi, província de Benguela;
- Tchissamba, na comuna de Mussende, município de Mussende, província do Kuanza Sul.

(iv) Para o pessoal das Forças Militares da UNITA do COpE Leste:

- Chicala, na comuna de Cangumbe, município do Moxico, província do Moxico;
- Calapo, na comuna de Lucusse, município do Moxico, província do Moxico.

(v) Para o pessoal das Forças Militares da UNITA do ZMI do Cazombo:

- Calala, na comuna de Calunda, município do Alto Zambeze, província do Moxico.

(vi) Para o pessoal das Forças Militares da UNITA do COp Sul:

- Quilómetro 50, na comuna de Galangue, município do Chipindo, província da Huila;
- Kamuambo, comuna da Mupa, município do Cuvelai, província do Cunene.

(vii) Para o pessoal das Forças Militares da UNITA do COp Menongue:

- Soba Matias, comuna de Soba Matias, município do Menongue, província do Kuando Kubango.

## ANEXO I/A

### AO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO COMPLEMENTAR AO PROTOCOLO DE LUSAKA PARA A CESSAÇÃO DAS HOSTILIDADES E RESOLUÇÃO DAS DEMAIS QUESTÕES MILITARES PENDENTES NOS TERMOS DO PROTOCOLO DE LUSAKA

#### DOCUMENTO RELATIVO AO AQUARTELAMENTO, DESARMAMENTO E REPATRIAMENTO DE FORÇAS MILITARES ESTRANGEIRAS EM ÁREAS DO TERRITÓRIO NACIONAL SOB CONTROLE DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

*A Delegação das Forças Armadas Angolanas e a Delegação das Forças Militares da UNITA às Conversações Militares, relativamente ao Aquartelamento, desarmamento e Repatriamento das Forças Militares Estrangeiras em áreas do território nacional sob controle das Forças Militares da UNITA, acordam o seguinte:*

*1.1. As Partes reconhecem a existência de Forças Militares Estrangeiras em áreas do território nacional sob controle das Forças Militares da UNITA, nomeadamente Unidades compostas por cidadãos congolezes da RDC e Unidades compostas por cidadãos do Ruanda de origem tutsi-banyamulenge e hutu, e a necessidade de proceder ao seu repatriamento urgente.*

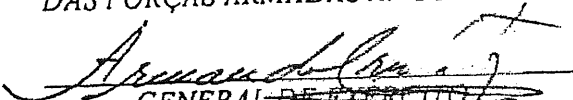
*1.2 Neste sentido, o Estado Maior General das FAA, em estreita cooperação com o Alto Estado Maior Geral das Forças Militares da UNITA e com a participação da Comissão Militar Mista e apoio da ONU, em conformidade com o mandato que for atribuído pelo Conselho de Segurança da ONU ou outros órgãos do sistema da ONU, procede ao acantonamento e desarmamento das Forças Militares Estrangeiras em áreas do território nacional sob controle das Forças Militares da UNITA, compreendendo o seguinte:*

*a) A informação, pelo Alto Estado maior Geral das Forças Militares da UNITA, ao Estado Maior General das FAA e à Comissão Militar Mista, de todos os dados fidedignos, e verificáveis, relativos a composição combativa e numérica e localização das unidades das Forças Militares Estrangeiras em áreas do território nacional sob controle das Forças Militares da UNITA.*

- b) A identificação das unidades das Forças Militares estrangeiras sob controle das Forças Militares da UNITA.
- c) O movimento do pessoal das Forças Militares Estrangeiras para as áreas de aquartelamento das Forças Militares da UNITA.
- d) A recepção, alojamento e alimentação, bem como o registo do pessoal das Forças Militares Estrangeiras nas áreas de aquartelamento.
- e) O desarmamento, recolha e armazenamento de todo o armamento e equipamento militar das Forças Militares Estrangeiras, nas áreas de aquartelamento.
- f) A entrega dos membros das Forças Militares Estrangeiras às competentes organizações internacionais, para efeitos de repatriamento, de acordo com as normas e convenções internacionais, para os seus países de origem, nomeadamente RDC e República do Ruanda.

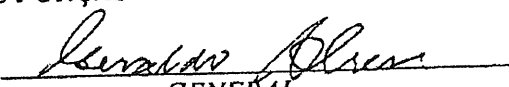
Luanda, República de Angola, aos 04 de Abril de 2002.

PELA DELEGAÇÃO  
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

  
GENERAL DE EXERCÍCIO  
ARMANDO DA CRUZ NETO

CHEFE DO ESTADO MAIOR GENERAL  
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

PELA DELEGAÇÃO  
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

  
GENERAL  
GERALDO ABREU MUENGO  
UCUATCHITEMBO "KAMORTEIRO"

CHEFE DO ALTO ESTADO MAIOR GERAL  
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

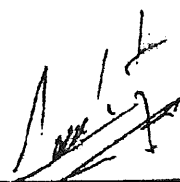
## ANEXO 2

**AO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO  
COMPLEMENTAR AO PROTOCOLO DE LUSAKA  
PARA A CESSAÇÃO DAS HOSTILIDADES  
E RESOLUÇÃO DAS DEMAIS QUESTÕES MILITARES  
PENDENTES NOS TERMOS DO PROTOCOLO DE LUSAKA**

**DOCUMENTO RELATIVO  
À INTEGRAÇÃO DE OFICIAIS GERAIS, OFICIAIS SUPERIORES,  
OFICIAIS CAPITÃES E SUBALTERNOS, SARGENTOS E PRAÇAS  
PROVENIENTES DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA  
NAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS DE ACORDO  
COM AS VAGAS EXISTENTES**

*A Delegação das Forças Armadas Angolanas e a Delegação das Forças Militares da UNITA às Conversações Militares, relativamente a integração de Oficiais Gerais, Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Oficiais Subalternos, Sargentos e Praças provenientes das Forças Militares da UNITA nas FAA de acordo com as vagas existentes, acordam o seguinte:*

- 1. A integração dos efectivos provenientes das Forças Militares da UNITA com base no princípio da incorporação global e, acto contínuo, a incorporação de Oficiais Gerais, Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Oficiais Subalternos, Sargentos e Praças e a subsequente desmobilização e reinserção sócio-profissional dos demais efectivos.*
- 2. A designação de Oficiais Gerais, Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Oficiais Subalternos, Sargentos e Praças provenientes das Forças Militares da UNITA a integrar nas FAA é da responsabilidade do Alto Estado Maior Geral das Forças Militares da UNITA.*
- 3. A incorporação nas FAA e patenteamento dos Oficiais Gerais, Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Oficiais Subalternos, Sargentos e Praças, é da competência do Estado Maior General das FAA, em conformidade com o quadro de pessoal militar abaixo discriminado:*



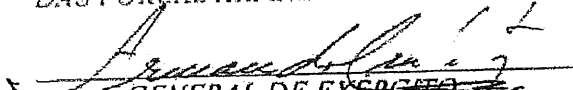
## QUADRO DE PESSOAL MILITAR

DESIGNAÇÃO	TOTAL
GENERAL	4
TTEGENERAL	8
BRIGADEIRO	18
CORONEL	40
TTECORONEL	60
MAJOR	100
CAPITÃO	150
TENENTE	200
SUBTENENTE	250
ASPIRANTE	300
SARGENTO MAIOR	20
SARGENTO AJUDANTE	30
1º SARGENTO	50
2º SARGENTO	200
CABO	500
SOLDADO	3077
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>5007</b>

4. A incorporação nas FAA e patenteamento dos demais Oficiais Gerais, nomeadamente 6 Tenentes Gerais e 14 Brigadeiros e sua colocação na condição de Oficiais Gerais à disposição do Estado Maior General das FAA.


Luanda, República de Angola, aos 04 de Abril de 2002.

PELA DELEGAÇÃO  
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

  
GENERAL DE EXÉRCITO  
ARMANDO DA CRUZ NETO

CHEFE DO ESTADO MAIOR GENERAL  
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

PELA DELEGAÇÃO  
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

  
GENERAL  
GERALDO ABREU MUENGO  
UCUATCHITEMBO "KAMORTEIRO"

CHEFE DO ALTO ESTADO MAIOR GERAL  
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

## ANEXO 3

**AO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO  
COMPLEMENTAR AO PROTOCOLO DE LUSAKA  
PARA A CESSAÇÃO DAS HOSTILIDADES  
E RESOLUÇÃO DAS DEMAIS QUESTÕES MILITARES  
PENDENTES NOS TERMOS DO PROTOCOLO DE LUSAKA**

**DOCUMENTO RELATIVO  
A INTEGRAÇÃO DE OFICIAIS GERAIS, OFICIAIS SUPERIORES,  
PROVENIENTES DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA  
NA POLÍCIA NACIONAL DE ACORDO  
COM AS VAGAS ORGÂNICAS EXISTENTES**

*A Delegação das Forças Armadas Angolanas e a Delegação das Forças Militares da UNITA às Conversações Militares, relativamente a integração de Oficiais Gerais e Oficiais Superiores provenientes das Forças Militares da UNITA na Polícia Nacional de acordo com as vagas orgânicas existentes, acordam o seguinte:*

- 1. A designação de Oficiais Gerais e Oficiais Superiores provenientes das Forças Militares da UNITA a integrar na Polícia Nacional é da responsabilidade do Alto Estado Maior Geral das Forças Militares da UNITA.*
- 2. A incorporação na Polícia Nacional e patenteamento dos Oficiais Sub-comissários e Oficiais Superiores, é da competência do Comando Geral da Polícia Nacional, em conformidade com o quadro de pessoal da Polícia Nacional abaixo discriminado:*



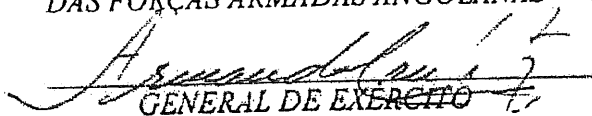


## QUADRO DE PESSOAL MILITAR

DESIGNAÇÃO	TOTAL
SUB-COMISSÁRIO	3
1º SUPERINTENDENTE	5
SUPERINTENDENTE	14
INTENDENTE	18
TOTAL GERAL	40

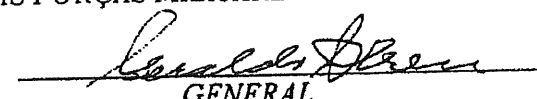
Luanda, República de Angola, aos 04 de Abril de 2002.

PELA DELEGAÇÃO  
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

  
GENERAL DE EXERCÍCIO  
ARMANDO DA CRUZ NETO

CHEFE DO ESTADO MAIOR GENERAL  
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

PELA DELEGAÇÃO  
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

  
GENERAL  
GERALDO ABREU MUENGO  
UCUATCHITEMBO "KAMORTEIRO"

CHEFE DO ALTO ESTADO MAIOR GENERAL  
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

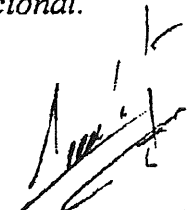
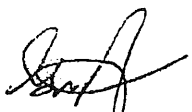
## ANEXO 4

**AO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO  
COMPLEMENTAR AO PROTOCOLO DE LUSAKA  
PARA A CESSAÇÃO DAS HOSTILIDADES  
E RESOLUÇÃO DAS DEMAIS QUESTÕES MILITARES  
PENDENTES NOS TERMOS DO PROTOCOLO DE LUSAKA**

**DOCUMENTO RELATIVO  
A REINserÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL  
DO PESSOAL DESMOBILIZADO DAS  
EX-FORÇAS MILITARES DA UNITA NA VIDA NACIONAL**

*A Delegação das Forças Armadas Angolanas e a Delegação das Forças Militares da UNITA às Conversações Militares, relativamente a reinserção sócio-profissional do pessoal desmobilizado das ex-Forças Militares da UNITA, acordam o seguinte:*

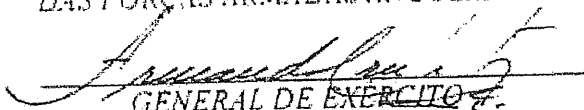
1. *A Reinserção Sócio-Profissional do Pessoal Desmobilizado das ex-Forças Militares da UNITA consiste na sua valorização cívica e promoção sócio-económica, por parte dos órgãos e entidades competentes do Estado em estreita cooperação com o Estado Maior General das FAA e com o apoio da ONU, em conformidade com o mandato que fôr atribuído pelo Conselho de Segurança da ONU ou outros órgãos do sistema da ONU, considerando para esse efeito a necessidade imperiosa de:*
  - (i) *Garantir a assistência inicial do pessoal desmobilizado das ex-Forças Militares da UNITA.*
  - (ii) *Garantir a formação geral e específica do pessoal desmobilizado das ex-Forças Militares da UNITA.*
  - (iii) *Assegurar a sua reintegração apoiada na vida nacional.*
2. *O processo de Reinserção Sócio-Profissional do Pessoal Desmobilizados das ex-Forças Militares da UNITA é realizado através das seguintes variantes:*
  - (i) *A Reinserção Sócio-Profissional de desmobilizados das ex-Forças Militares da UNITA no quadro do Serviço de Reconstrução Nacional.*



- (ii) A Reinserção Sócio-Profissional de Desmobilizados das ex-Forças Militares da UNITA no quadro do mercado de trabalho nacional, nomeadamente no sector público e no sector privado.
- (iii) A Reinserção Sócio-Profissional de Desmobilizados das ex-Forças Militares da UNITA no quadro do Programa de Reassentamento das Populações.
3. O universo do pessoal desmobilizado das ex-Forças Militares da UNITA a ser objecto de reinserção sócio-profissional é de até 45.000 indivíduos.


Luanda, República de Angola, aos 04 de Abril de 2002.

PELA DELEGAÇÃO  
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

  
GENERAL DE EXERCITO  
ARMANDO DA CRUZ NETO

CHEFE DO ESTADO MAIOR GENERAL  
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

PELA DELEGAÇÃO  
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

  
GENERAL  
GERALDO ABREU MUENGO  
UCUATCHITEMBO "KAMORTEIRO"

CHEFE DO ALTO ESTADO MAIOR GERAL  
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

## ANEXO 5

**AO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO  
COMPLEMENTAR AO PROTOCOLO DE LUSAKA  
PARA A CESSAÇÃO DAS HOSTILIDADES  
E RESOLUÇÃO DAS DEMAIS QUESTÕES MILITARES  
PENDENTES NOS TERMOS DO PROTOCOLO DE LUSAKA**

**DOCUMENTO RELATIVO  
A CONSIDERAÇÕES À LEI E À ORDEM  
ÀS CONDIÇÕES PARA A CONCLUSÃO DO PROTOCOLO DE LUSAKA**

*Tendo em conta que as Forças Militares da UNITA estavam integradas numa organização político-militar e, atendendo que a extinção da componente militar desta organização conforma à mesma lei e à ordem na República de Angola;*


*Em conformidade com o espírito do disposto nos Pontos 6 e 8 da Declaração do Governo de 13/03/2002, bem como no número 1.1, do Ponto 1 do Capítulo II do presente Memorando, e atendendo que a sua assinatura e aplicação pelas Partes institui as condições para a conclusão da implementação do Protocolo de Lusaka.*

*As Partes consideram estarem criadas as condições que garantem a continuidade da participação da UNITA no processo de conclusão da implementação do Protocolo de Lusaka.*

*Assim, recomendam à UNITA a necessidade de estabelecer rapidamente os consensos internos necessários afim de, como parceiro do Governo, participar no processo de conclusão da implementação do Protocolo de Lusaka.*


*Luanda, República de Angola, aos 04 de Abril de 2002.*

PELA DELEGAÇÃO  
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

  
GENERAL DE EXÉRCITO  
ARMANDO DA CRUZ NETO

CHEFE DO ESTADO MAIOR GENERAL  
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

PELA DELEGAÇÃO  
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

  
GENERAL  
GERALDO ABREU MUENGO  
UCUATCHITEMBO "KAMORTEIRO"

CHEFE DO ALTO ESTADO MAIOR GERAL  
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

## ANEXO 6

### AO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO COMPLEMENTAR AO PROTOCOLO DE LUSAKA PARA A CESSAÇÃO DAS HOSTILIDADES E RESOLUÇÃO DAS DEMAIS QUESTÕES MILITARES PENDENTES NOS TERMOS DO PROTOCOLO DE LUSAKA


#### DOCUMENTO RELATIVO A CONSIDERAÇÕES À LEI E À ORDEM À SEGURANÇA ESPECIAL NOS TERMOS DO PROTOCOLO DE LUSAKA

*Tendo em conta que o Anexo 5 institui a perspectiva da participação da UNITA, no processo de conclusão da implementação do Protocolo de Lusaka;*

*As Partes consideram válido e aplicável o disposto no Documento Relativo ao Regime Especial de Segurança Garantido aos Dirigentes da UNITA em Aplicação do Parágrafo 3 das Modalidades da Reconciliação Nacional do Protocolo de Lusaka.*


*Luanda, República de Angola, aos 04 de Abril de 2002.*

PELA DELEGAÇÃO  
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

  
GENERAL DE EXERCITO  
ARMANDO DA CRUZ NETO

CHEFE DO ESTADO MAIOR GENERAL  
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

PELA DELEGAÇÃO  
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

  
GENERAL  
GERALDO ABREU MUENGO  
UCUATCHITEMBO "KAMORTEIRO"

CHEFE DO ALTO ESTADO MAIOR GERAL  
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

# ACTA DA REUNIÃO DE 14 DE NOVEMBRO DE 1996

Aos catorze dias do mês de Novembro de mil novecentos e noventa e seis, estiveram reunidos na sala de reuniões da ENDIAMA os Senhores, Augusto Paulino de Almeida Neto, Administrador Delegado da ENDIAMA, General Higinio Carneiro – Vice Ministro sem Pasta, Dr. Victorino Hossi, Senhor Abel Chivukuvuku e Senhor Isaías Samakuva, estes em representação da SGM.

Abordadas que foram as questões relacionadas com as concessões a outorgar à SGM, acordou-se o Princípio da participação da SGM na SDM e na Associação em participação, entre a IDAS e a ENDIAMA, o princípio de outorga das concessões do Mussende (vulgo reserva 30) e Mupupa Calai (vulgo reserva 29) e Luarica.

**Feito em Luanda aos 14 de Novembro de 1996**

**General Higinio Carneiro**

**Augusto Paulino Neto**

**Victorino Hossi**

**Abel Chivukuvuku**

**Isaías Samakuva**

Aos catorze dias do mês de Novembro de mil novecentos e noventa e seis, estiveram reunidos na sala de reuniões da ENDIAMA os Senhores, Augusto Paulino de Almeida Neto, Administrador Delegado da ENDIAMA, General Higino Carneiro – Vice Ministro sem Pasta, Dr. Victorino Hossi, Senhor Abel Chivukuvuku e Senhor Isaías Samakuva, estes em representação da SGM.

Abordadas que foram as questões relacionadas com as concessões a outorgar à SGM, acordou-se o Princípio da participação da SGM na SDM e na Associação em participação, entre a IDAS e a ENDIAMA, o princípio de outorga das concessões do Mussende (vulgo reserva 30) e Mupupa Calai (vulgo reserva 29) e Luarica.

**Feito em Luanda aos 14 de Novembro de 1996**

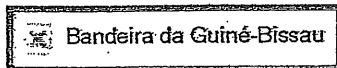
**General Higino Carneiro**

**Augusto Paulino Neto**

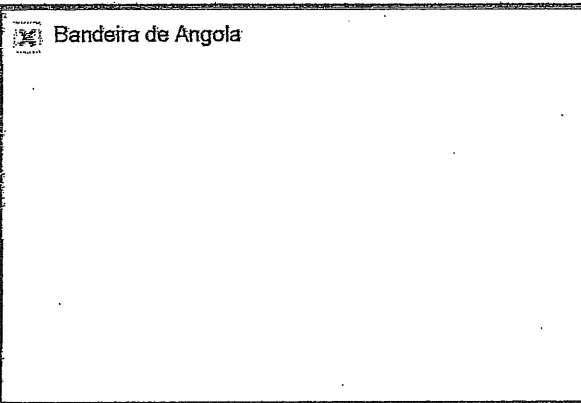
**Victorino Hossi**

## Sequência dos acordos entre a Guiné-Bissau e Angola: Bauxite, Fosfatos, Porto de Buba

googleusercontent.com



Bandeira da Guiné-Bissau



Bandeira de Angola

**Assinado acordo com Angola para exploração de bauxite**

**Luanda (Fonte: Bauxite Angola, Data: 22 de Outubro de 2009) – A Guiné-Bissau e Angola assinaram quinta-feira um**

acordo de exploração conjunta da bauxite na região do de Boé (sudeste), próxima da fronteira com a Guiné-Conacri, anunciou o ministro dos Recursos Naturais guineense.

“Este projecto vai gerar recursos financeiros suplementares e contribuir para a melhoria da balança de pagamentos da Guiné-Bissau”, disse Soares Sambu, afirmando que se trata dum projecto extremamente importante para o futuro do país.

Por seu turno, o ministro das Obras Públicas angolano, Higinio Carneiro, que se deslocou a Bissau para assinar o acordo, indicou que o projecto permitirá reforçar as relações de amizade e de cooperação entre os dois países.

À margem da cerimónia, Soares Sambu declarou à imprensa que vai ser criada uma sociedade anónima de capital comum, acrescentando que a empresa Bauxite Angola vai conceder ao governo guineense 13 milhões de dólares (9,4 milhões de euros) depois de determinados os prazos de pagamento pelas duas partes.

O ministro guineense adiantou que a sociedade terá três accionistas, nomeadamente uma empresa pública guineense, com 10 por cento das acções, uma outra angolana, com 20 por cento, e a Bauxite Angola, com os restantes 70 por cento.

Soares Sambu lembrou que, em Maio último, a Bauxite Angola assinou um memorando de entendimento com a Guiné-Bissau para a exploração de bauxite na região de Boé, e precisou que a empresa vai comercializar e explorar o mineral e será autorizada a explorar outros minerais do subsolo do país.

Segundo o ministro guineense, estima-se que as reservas de jazidas de bauxite na região de Boé atinjam as 110 milhões de toneladas, confirmadas já deterem a categoria “C1C2”, numa margem de sondagem de 100 metros por 100 e de 200 metros por 200.

**Carlos Gomes Júnior divulga “importantes reservas” do bauxite, fosfatos e petróleo no país**



**Bissau (Fonte: Bauxite Angola, Data: 06 de Outubro de 2010)** - A O primeiro-ministro da Guiné-Bissau, Carlos Gomes Júnior, disse sábado que o país possui "importantes reservas" do bauxite, fosfatos e petróleo e que conta com o sector privado local e dos países lusófonos para promover a economia.

O primeiro-ministro guineense fez este anúncio no seu discurso de abertura da Semana de Negócios da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), iniciada sábado em Bissau.

Ao apresentar as potencialidades de negócios na Guiné-Bissau, Carlos Gomes Júnior declarou que, além da vantagem de pertencer aos mercados sub-regionais africanos, com cerca de 300 milhões de potenciais consumidores, o país possui as suas próprias potencialidades.

"O nosso potencial agrícola e pesqueiro é conhecido, mas o país possui igualmente importantes reservas do bauxite, fosfatos e petróleo", disse Carlos Gomes Júnior.

O chefe do governo guineense destacou ainda as potencialidades no sector do turismo para apelar os empresários locais e lusófonos a apostarem na Guiné-Bissau, enaltecendo sempre a perspectiva do mercado potencial no âmbito da União Monetária Oeste Africana (UEMOA) e da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental).

De acordo com Carlos Gomes Júnior o facto de a Guiné-Bissau ser membro das duas comunidades levou a que a sua moeda seja estável -o Franco CFA, com paridade ao euro - e a uma inflação situada abaixo dos três por cento.

Sobre a semana do negócio da CPLP, em Bissau, Carlos Gomes Júnior considerou que é uma iniciativa que vai contribuir para dar uma imagem positiva do país no exterior.

\*\*\*\*\*

### **Angola investe no bauxite da Guiné-Bissau**

**Luanda (Fonte: Bauxite Angola, Data: 17 de Outubro de 2010)** Construir um porto de águas profundas e uma via rodoviária e extrair bauxite na Guiné-Bissau são os engagements assumidos pelo governo angolano num projecto inaugurado oficialmente pelo Chefe de Estado guineense há uma semana.

Dentro de aproximadamente três anos, a Guiné-Bissau vai dispôr do maior porto da sua história, no braço do mar que banha a cidade de Buba, no Sul do país, com 18 matos de profundidade e capacidade para receber, em simultâneo, três navios de porte até 70 mil toneladas cada (ao contrário do porto da capital Bissau com apenas capacidade para navios de dez mil toneladas).

A construção do porto de Buba faz parte de um grande projecto de exploração do minério de bauxite na região Leste do país (Boé), sendo o seu escoamento a ser efectuado através de uma via rodoviária que ligará Buba-Minhíme, a ser construída em duas etapas de 18 e 12 meses consecutivos.

Após duas dezenas de anos de expectativas nulas de financiamentos de organismos internacionais, devido à instabilidade permanente da governação do país e à falta de confiança por parte dos parceiros externos, a concretização desta gigantesca obra vai ser, finalmente, possível graças ao envolvimento directo do Estado angolano no seu financiamento, com a participação das autoridades da Guiné-Bissau.

A empresa Bauxite Angola é a entidade a quem foram concedidos, desde Setembro de 2007, os direitos de prospecção, exploração e de processamento do minério antes da sua exportação, num prazo de 25 anos renováveis, sob a supervisão do Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente guineense.

Empresa considerada pioneira em Angola na prospecção e extracção deste mineral, a Bauxite Angola foi estabelecida por uma parceria de capitais públicos e privados angolanos e estrangeiros.

A coordenação da execução das obras do sub-sector portuário estará a cargo de uma empresa brasileira, a Aprebras, enquanto as obras da estrada de escoamento do produto, desde Munhime a Buba, serão executadas pela Arezici, uma firma libanesa fixada na Guiné-Bissau desde há uma década. Na sua trajectória, a estrada atravessará partes das regiões do Sul (Quinara e Tombali) até ao Leste (no Boé).

Durante a cerimónia do lançamento oficial da primeira pedra das obras, foi destacada, das palavras do Chefe de Estado Nino Vieira, a particularidade de o financiamento ter vindo de uma iniciativa de solidariedade por parte de Angola, "país irmão de história e de sangue", com a participação de empresas brasileira e guineense, numa clara alusão aos imperativos de novas apostas na valorização, reforço e consolidação da cooperação entre os países do Sul.

Por outro lado, o projecto é apresentado como uma oportunidade para uma maior integração nacional, devido a dinamização da produção e circulação de mercadorias comerciais entre as populações de diferentes do leste e sul do país e, por outro lado, para a integração sub-regional africana, devido ao favorecimento do escoamento de produtos a partir das regiões dos países vizinhos encravados em zonas de difícil acesso ao mar (o Mali e as zonas noroeste da vizinha Guiné-Conacri).

Segundo Bernardo Campos, presidente do Conselho de Administração da Bauxite Angola, o posicionamento geográfico favorável da via rodoviária a partir de Boé e do futuro porto de águas profundas está na base do interesse manifestado pelas autoridades da vizinha Guiné-Conacri em activar o plano outrora congelado de exploração do minério de bauxite na região mais próxima e seu escoamento para o estrangeiro através de Buba.

Um sinal considerado de reforço de confiança para a empresa angolana é o facto de ter já sido apontada também como a possível executora das operações de extracção deste minério no país vizinho.

Em documentos da Bauxite Angola pode-se ler que no domínio ambiental a empresa vai actuar na impermeabilização das bacias de decantação nas áreas mineiras, reposição de solos, reflorestamento, controlo e defesa da fauna local e na sensibilização da população quanto à necessidade de protecção do meio ambiente.

Com sede em Luanda, a empresa emprega cerca de meia centena de trabalhadores.

\*\*\*\*\*

### **Angolana Bauxite Angola vai construir porto em Buba**

**Bissau (Fonte: Bauxite Angola, Data: 24 de Novembro de 2010)** – A empresa angolana Bauxite Angola vai construir e gerir um porto de águas profundas em Buba (a sudoeste de Bissau) nos termos de um acordo quinta-feira assinado em Bissau com o governo da Guiné-Bissau.

Durante a cerimónia de assinatura do acordo, o presidente da Bauxite Angola, Bernardo Campos, disse que o futuro porto vai tornar-se na porta de entrada e saída dos produtos da Guiné-Bissau.

Bernardo Campos adiantou que o porto é “de extrema importância” para o desenvolvimento do país e da sub-região.

A construção pela Bauxite Angola do porto de Buba, o maior do género na África Ocidental, enquadra-se no projecto de exploração da bauxite de Boé, num custo estimado em 321 milhões de dólares.

As reservas de bauxite da Guiné-Bissau estão estimada em 113 milhões de toneladas.

A Bauxite Angola é uma empresa mista de direito angolano, criada para realizar operações de mineração e investimento em diversos domínios, sendo, desde Setembro de 2007, titular de direitos mineiros sobre os jazigos de bauxite da Guiné-Bissau, bem como de concessões para a prospecção de bauxite em Angola e na Guiné-Conacri.

Empresa pioneira em Angola na prospecção e extracção de bauxite, a Bauxite Angola foi estabelecida como uma parceria constituída por capitais públicos dos estados angolano e guineense bem como por privados, nacionais e estrangeiros.

A Bauxite Angola dispõe de uma empresa de direito guineense, denominado Sociedade Mineira do Boé, para operar na Guiné-Bissau. (macaclub)

\*\*\*\*\*

### **Exploração mineral de Bauxite leva Angola a conceder apoio de 12 milhões de dólares à Guiné-Bissau**

**Luanda (Fonte: Bauxite Angola, Data: 26 de Novembro de 2010)** – Angola concedeu à Guiné-Bissau um apoio orçamental de 12 milhões de dólares em troca do projecto de uma empresa angolana para a exploração mineral de bauxite, no sul da Guiné.

Segundo anunciou, em Bissau, o Ministro da Geologia, Minas e Indústria de Angola, o governo de Angola vai apoiar de “forma mais incisiva a empresa a realizar os seus objectivos na Guiné, para bem dos dois países, e essa ajuda vai incidir sobre a exploração do bauxite, melhoria do porto de Buba e do caminho-de-ferro”.

Uma linha de crédito de 25 milhões de dólares que deverá ser utilizado para apoiar iniciativas de empresários dos dois países, que pretendam investir no país, foi também anunciada pelo Ministro angolano.

Também o sector da comunicação social foi abordado pelas autoridades angolanas, que prepararam o restabelecimento das transmissões televisivas da Televisão da Guiné-Bissau, que não emite há mais de dois meses.

**PARA ALÉM DOS COMPROMISSOS:  
AS PERSPECTIVAS DE REFORMA NA GUINÉ-BISSAU**

Relatório África Nº183 – 23 de Janeiro de 2012

*Traduzido do francês*

<http://www.crisisgroup.org/~media/Files/africa/west-africa/guinea-bissau/Portuguese%20translations/183-au-dela-des-compromis-les-perspectives-de-reforme-en-guinee-bissau-portuguese.pdf>

Visitado em 02/11/2013

## ÍNDICE

<b>SÍNTESE E RECOMENDAÇÕES</b> .....	i
<b>I. INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>II. UMA CONJUNTURA DE ESTABILIZAÇÃO</b> .....	2
A. O FACTOR INTERNACIONAL: UMA FORÇA PARADOXAL.....	2
1. A comunidade internacional como imaginário .....	2
2. A comunidade internacional como realidade: o “bom” e o “vilão” .....	3
3. Angola, finalmente um “país líder” no âmbito do dossier bissau-guineense? .....	6
B. O PAIGC REUNIDO NA HEGEMONIA? .....	8
C. PERANTE A QUESTÃO MILITAR: COMPROMISSO OU COMPROMETIMENTO? .....	10
D. UMA CONJUNTURA ECONÓMICA FAVORÁVEL .....	13
<b>III. E AGORA? A GUINE BISSAU ENTRE PROJECTOS E AMEAÇAS</b> .....	14
A. A REFORMA DO SECTOR DA SEGURANÇA: RUMO AO MOMENTO DECISIVO? .....	14
1. Uma reforma ambiciosa.....	15
2. Os militares bissau-guineenses face à reforma .....	15
3. Os parceiros internacionais face à RSS.....	18
B. UM CÉNARIO POLÍTICO AINDA FRÁGIL.....	20
C. O TEMA DA IMPUNIDADE.....	22
D. O FACTOR COCAÍNA .....	24
E. DO CRESCIMENTO ECONÓMICO AO DESENVOLVIMENTO: NOVAS AMEAÇAS.....	25
<b>IV. EPÍLOGOS: A IRRESISTÍVEL HEGEMONIA DE CARLOS GOMES JÚNIOR?</b> .....	29
<b>V. CONCLUSÃO</b> .....	32

## APÊNDICES

A. MAPA DA GUINÉ-BISSAU.....	34
B. LISTA DOS ACRÓNIMOS .....	35
C. CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS EVENTOS POLÍTICOS .....	36
D. ACERCA DO INTERNATIONAL CRISIS GROUP.....	37
E. RELATÓRIOS E BRIEFINGS DO CRISIS GROUP SOBRE A ÁFRICA DESDE 2009 .....	38
F. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INTERNATIONAL CRISIS GROUP .....	41

## PARA ALÉM DOS COMPROMISSOS: AS PERSPECTIVAS DE REFORMA NA GUINÉ-BISSAU

### SÍNTESE E RECOMENDAÇÕES

A resistência vitoriosa das autoridades bissau-guineenses à tentativa de golpe de Estado de 26 de Dezembro de 2011 é encorajadora. Se este episódio testemunha a dinâmica da estabilização que o país conheceu depois das agitações político-militares de 1 de Abril de 2010, esta nova estabilidade é o resultado de compromissos frágeis, incertos e muito ambíguos. Os verdadeiros desafios políticos, militares e judiciais estão ainda para vir. A morte do presidente Malam Bacai Sanhá no dia 9 de Janeiro de 2012 aumenta a incerteza. A competição inter- e intra-partidária apresenta riscos para os partidos políticos, que vão do comunitarismo à instrumentalização de facções do exército. No plano militar, a reforma do sector da segurança (RSS) está em suspenso. No plano judicial, os assassinatos de 2009 continuam a suscitar rumores, acusações e ameaças. O reforço do regime do primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior deve ainda originar evoluções positivas para todo o país. O compromisso internacional deve manter-se, resolutivo, exigente e crítico. Angola deve fazer um esforço muito especial no âmbito da comunicação, transparência e coordenação com os outros intervenientes internacionais.

A seguir a 1 de Abril de 2010, data em que o chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Zamora Induta foi derrubado pelo seu adjunto António Injai, e o primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior foi detido durante um breve período, foram estabelecidos compromissos entre facções políticas e militares dominantes. A dependência do país em relação à assistência internacional, sentida por todos os guineenses, e a reacção firme da União Europeia (UE) e dos Estados Unidos, colocaram outros segmentos da comunidade internacional e as autoridades políticas guineenses em posição de mediação em relação aos militares. As tensões entre o campo do presidente e o do primeiro-ministro, duas figuras do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), foram-se gradualmente acalmando.

As autoridades políticas validaram a tomada do controlo do exército pelos responsáveis dos acontecimentos de 1 de Abril, o general Injai e o almirante Bubo na Tchuto, durante muito tempo considerado como sendo o homem forte do tráfico de cocaína proveniente da América latina,

tendo obtido em troca o seu reconhecimento do regime civil. A agitação militar de 26 de Dezembro de 2011, que foi objecto de diversas interpretações, levou no entanto à detenção de na Tchuto, sem que tenham sido apresentadas acusações contra ele. Nesta fase sensível, Angola mostrou ser um operador decisivo. Luanda destacou uma missão militar de cooperação relativamente robusta e concedeu um apoio material ao Estado guineense, tudo isto numa relativa opacidade.

Reformas do funcionamento do Estado, conjuntura económica favorável e apoio razoável dos doadores permitiram uma tímida melhoria da situação económica e um reforço apreciável das capacidades nos sectores da polícia e da justiça. Esta melhoria veio consolidar o compromisso entre políticos e militares e reforçar a legitimidade do poder civil. Tudo isto permitiu o relançamento do desenvolvimento, bem como avanços em alguns projectos de investimentos nos promissores recursos naturais do país.

Mas o mais importante está ainda para vir. Em primeiro lugar, o país enfrenta uma série de desafios delicados. O anunciado congresso do PAIGC, partido marcado por um forte faccionalismo, o desaparecimento do presidente Sanhá a provocar a organização de um escrutínio presidencial até Março de 2012, as legislativas previstas para o fim do ano de 2012, as eleições locais que se devem seguir, as primeiras da história pós-colonial do país, são ainda incertezas. Estes desafios seguir-se-ão provavelmente à consolidação da hegemonia do PAIGC em redor do primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior. Isto coloca igualmente a questão do futuro da oposição política, que se encontra presa entre impotência e radicalização, marginalização e recurso militar. Esta situação difícil forçou uma parte da oposição a aproveitar os espectaculares assassinatos políticos de 2009, ainda não esclarecidos, para atacar o primeiro-ministro.

Coloca-se também a questão das reformas estruturais que devem tornar o Estado viável e capaz de impulsionar o desenvolvimento de todo o país, e em particular a RSS. Mas a incerteza continua a existir sobre o estado do exército: poderá ser realizada a desmobilização de 2500 mili-



tares conforme previsto? O poder civil, desempenhando as suas obrigações melhor do que anteriormente, terá conseguido assegurar a obediência do exército? A articulação, imposta pela comunidade internacional, entre a reforma do exército e a exoneração dos chefes militares mais controversos, poderá pôr em perigo o processo? A presença militar angolana e a possibilidade de uma intervenção internacional mais robusta terão verdadeiramente modificado a perspectiva dos chefes militares? Todas estas interrogações, combinadas com a inquietação suscitada pelo crescente poderio de Angola junto de determinados parceiros importantes, e em particular a Nigéria e o Senegal, retardam o apoio internacional à reforma, em particular a implementação dos fundos de pensões necessários, e enfraquecem a sua credibilidade.

A hegemonia que trabalham para construir o primeiro-ministro e o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas com o apoio angolano, deve romper sem ambiguidade com o narcotráfico e a impunidade, para dispor de uma verdadeira legitimidade, responder às aspirações da população civil e à preocupação da comunidade internacional, e tratar de maneira conveniente a história complexa das relações entre poderes civil e militar e a politização da etnicidade balanta. É necessária uma eficácia burocrática e contra-poderes credíveis e construtivos. Um trabalho a longo prazo sobre a formação, e um reforço das capacidades dos partidos políticos, são particularmente importantes. A atenção ao jogo político, à esfera militar e ao tráfico de droga não deve fazer esquecer as questões de mais longo prazo, como a governança, o controlo económico e a articulação entre a capital e o resto do país, problemas eminentemente políticos. Os intervenientes regionais e internacionais devem estar atentos e abertos mas igualmente fixar salvaguardas à concentração do poder político e económico.

## RECOMENDAÇÕES

### *Sobre a reforma do sector da segurança*

#### **Ao governo bissau-guineense:**

1. Confirmar o seu empenho na RSS, nomeadamente:
  - a) Informando de maneira clara e aberta os membros das forças de segurança, os corpos de cidadãos guineenses, a Assembleia nacional popular e a comunidade internacional sobre o formato da reforma, os critérios utilizados, os efectivos envolvidos, o nível de pensão previsto e a durabilidade dos fundos.
  - b) Preparando, num prazo realista, a realização de uma reunião internacional de alto nível sobre a RSS.

#### **Aos governos de Angola, da Nigéria e do Senegal:**

2. Encetar rapidamente um diálogo directo, a fim de assinar rapidamente o protocolo de acordo para a implementação do roteiro estabelecido pela Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

#### **Ao presidente da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental:**

3. Preparar e confirmar publicamente a disponibilização dos fundos prometidos para a implementação da RSS.

#### **Ao presidente da Comissão da União Africana:**

4. Designar rapidamente um novo representante especial para dirigir o gabinete da UA na Guiné-Bissau e trabalhar em ligação com o seu mediador, o presidente do Burkina Faso, Blaise Compaoré.
5. Envolver-se na criação de um verdadeiro consenso entre autoridades guineenses, CEDEAO e CPLP para a implementação do roteiro sobre a RSS.

#### **Ao presidente Blaise Compaoré, mediador do presidente da Comissão da União Africana:**

6. Facilitar as discussões internas com a hierarquia militar guineense bem como as relações entre Angola e a CEDEAO.

#### **Às Nações Unidas:**

7. Intervir sem demora ao nível regional, sub-regional e nacional, em ligação com o presidente Compaoré, a fim de facilitar uma acção harmonizada da UA, da CEDEAO e da CPLP junto das autoridades guineenses para a implementação do roteiro sobre a RSS.

#### **Aos parceiros internacionais da Guiné-Bissau:**

8. Prepararem-se para intensificar rapidamente os esforços em todos os domínios da RSS logo que o protocolo de entendimento para a implementação da reforma seja assinado.

### *Sobre a justiça e a impunidade*

#### **Ao governo bissau-guineense:**

9. Reforçar a luta contra a impunidade, nomeadamente facilitando a implementação dos procedimentos judiciais em curso sobre os assassinatos de 2009.

**Ao Gabinete integrado das Nações Unidas para a Guiné-Bissau:**

10. Providenciar um apoio material aos procedimentos judiciais em curso sobre os assassinatos de 2009 sob a direcção do procurador-geral.

*Sobre a transparência na gestão da economia*

**Ao governo bissau-guineense:**

11. Melhorar a transparência na gestão da economia:
  - a) Declarando rapidamente a sua adesão à Iniciativa para a transparência nas indústrias extractivas (EITI).
  - b) Submetendo à Assembleia Nacional Popular os principais contratos concluídos no domínio da pesca, das minas, do petróleo e da madeira.
  - c) Propondo à Assembleia Nacional Popular uma legislação que exija que os principais personagens do Estado declarem o seu património.

*Sobre o desenvolvimento económico e social*

**Ao governo bissau-guineense:**

12. Reforçar os esforços no domínio do desenvolvimento em matéria de saúde e de educação, e particularmente no ensino superior, tendo em atenção ao mesmo tempo os equilíbrios etnoregionais no acesso aos recursos públicos.

**Aos parceiros internacionais da Guiné-Bissau:**

13. Reforçar os esforços de desenvolvimento no domínio da saúde e da educação, e particularmente no ensino superior, tendo em atenção o não agravamento dos desequilíbrios etnoregionais no acesso aos recursos públicos.
14. Prestar uma especial atenção ao ensino superior, à sua acessibilidade e à sua qualidade.

*Sobre o pluralismo político*

**Aos partidos políticos bissau-guineenses:**

15. Contribuir de forma crítica e razoável para a vida política nacional e abster-se de alimentar a escalada dos rumores e das tensões étnicas.

**Aos parceiros internacionais da Guiné-Bissau:**

16. Encorajar, através de organizações não governamentais pertinentes, a implementação de programas de reforço das capacidades dos partidos políticos.

*Sobre o futuro processo eleitoral*

**Aos partidos políticos bissau-guineenses:**

17. Encetar imediatamente conversações para a organização da eleição presidencial antecipada no prazo fixado pela Constituição ou, se for impossível, dentro do prazo mais curto possível que seja compatível com uma eleição justa e transparente.

**Aos parceiros internacionais da Guiné-Bissau:**

18. Fornecer apoio logístico e financeiro à organização rápida da eleição presidencial antecipada e das eleições legislativas previstas este ano.

**Dakar/Bruxelas, 23 de Janeiro de 2012**

## PARA ALÉM DOS COMPROMISSOS: AS PERSPECTIVAS DE REFORMA NA GUINÉ-BISSAU

### I. INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau parece ter estado, ao longo da década de 2000, numa instabilidade sem fim.<sup>1</sup> Depois da guerra de 1998-1999 e da desorganizada presidência de Kumba Yalá de 2000 à 2003, o regresso à chefia do Estado em 2005 de João Bernardo “Nino” Vieira suscitou uma esperança relativa, apesar do balanço não convincente dos seus quase vinte anos na presidência da República, entre o golpe de Estado que o levou ao poder em 1980 e a guerra que o forçou a abandonar o poder em 1999.<sup>2</sup> Mas Vieira foi assassinado em Março de 2009, algumas horas depois da morte violenta do chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Batista Tagme na Wai. Em Junho de 2009, dois deputados e antigos ministros, um dos quais era candidato à eleição presidencial, foram por seu turno assassinados.<sup>3</sup>

No mês seguinte, a eleição de Malam Bacai Sanhá para a presidência da República, após um processo finalmente pacífico, e a continuidade do governo do primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior, bastante apreciado pela maioria dos parceiros internacionais, suscitaram uma recuperação do optimismo. Mas menos de um ano depois, uma nova peripécia pareceu fazer recuar uma vez mais o país ao ponto de partida. Em 1 de Abril de 2010, soldados sob o comando do vice-chefe do Estado-Maior António Injai detiveram o novo chefe do Estado-Maior Zamora Induta, bem como o primeiro-ministro.<sup>4</sup> Outros soldados viriam a

tomar sob a sua protecção o antigo chefe do Estado-Maior da Armada José Américo Bubo na Tchuto. Objecto de múltiplos rumores quanto à sua implicação no trânsito da cocaína da América latina com destino ao mercado europeu,<sup>5</sup> na Tchuto havia sido, por seu turno, acusado de tentativa de golpe de Estado. Tinha-se refugiado na delegação das Nações Unidas, deixando esta numa situação embaraçante, no seu regresso a Bissau em Dezembro de 2009.<sup>6</sup>

Uma multidão reuniu-se em Bissau para reclamar o regresso à ordem constitucional, e sob a insistência dos embaixadores e do presidente Sanhá, o primeiro-ministro foi rapidamente libertado. Ele considerou contudo ser prudente manter-se afastado do país durante perto de um mês e meio, oficialmente por razões médicas. Quanto a Induta, foi encarcerado durante longos meses, substituído nas suas funções por António Injai, enquanto que na Tchuto recuperava a sua influência. Os esforços internacionais fracassaram uma vez mais as tentativas de estabilizar este pequeno país de 1,6 milhões de habitantes, dependente em grande medida da ajuda internacional. A Guiné-Bissau parece decididamente saída da imaginação de um romancista. Dois autores de romances de aventuras, Frederick Forsythe e Gérard de Villiers, publicaram de facto cada um deles em 2010 um volume livremente inspirado nos acontecimentos recentes de Bissau.<sup>7</sup>

Se as tensões permanecem elevadas na esfera política até ao final de 2010, as mesmas foram aliviando no ano de 2011, antes de recrudescerem num novo episódio político-militar em 26 de Dezembro de 2011 e posteriormente com a morte do presidente Sanhá em 9 de Janeiro de 2012. Pela primeira vez na história do multipartidarismo na Gui-

<sup>1</sup> O substantivo “Guiné” e o adjectivo “guineense” referem-se aqui à Guiné-Bissau. As menções eventuais ao país homónimo vizinho, a Guiné, serão sempre acompanhados do nome da sua capital, Conacri.

<sup>2</sup> Sobre a história política do país até à segunda presidência de Vieira, ver o relatório África do Crisis Group Nº142, *Guiné-Bissau: besoin d’Etat*, 2 de Julho de 2008.

<sup>3</sup> Sobre os assassinatos de 2009, ver o briefing África do Crisis Group Nº61, *Guiné-Bissau: Para Lá da Lei das Armas*, 25 de Junho de 2009.

<sup>4</sup> Determinados patronímicos bissau-guineenses conhecem variantes ortográficas. Yalá escreve-se por isso às vezes Ialá, Injai pode igualmente ser indicado como Indjai, Njai ou, mais raramente, Ndiaye, e Bubo na Tchuto encontra-se também sob a

forma de Bubu na Tchute, na Tchutu ou Natchuto. Nas citações, o uso original foi respeitado.

<sup>5</sup> Em 8 de Abril de 2010, o departamento do Tesouro americano anunciou ter inscrito na Tchuto na lista dos traficantes importantes de estupefacientes, em aplicação da lei de designação de barões da droga estrangeiros, chamada Kingpin Act.

<sup>6</sup> Detido em Agosto de 2008 por uma tentativa de suposto golpe de Estado, na Tchuto conseguiu escapar. Refugiado na Gâmbia, tinha reentrado clandestinamente em Bissau em finais de 2009 em condições mal esclarecidas.

<sup>7</sup> Respectivamente *The Cobra* (Putnam Adult, 2010) e *Cruelle Guinée* (Editions Gérard de Villiers, 2010).

né-Bissau, a maioria parlamentar parece ter vindo para ficar durante todo o tempo da legislatura. Prepara-se uma conferência nacional de reconciliação. Foram realizados avanços do ponto de vista da reforma do Estado e as instituições financeiras internacionais concederam um perdão da quase totalidade da considerável dívida exterior do país (1,2 mil milhões de dólares). Diversos doadores estão envolvidos de novo. O país teve um crescimento económico inédito e considerável, anunciando-se alguns investimentos privados. Mesmo os acontecimentos de Dezembro de 2011, nos quais o primeiro-ministro e o chefe do Estado-Maior António Injai saíram vencedores, confirmam a dinâmica de fundo: O reforço do regime de Gomes Júnior.

Mas de que se trata esta nova estabilidade? Enquanto o relatório precedente do Crisis Group data de Junho de 2009, o presente relatório pretende analisar as grandes tendências durante o período decorrido. O mesmo fundamenta-se em particular num trabalho de campo na Guiné-Bissau em Julho de 2011, mas mobiliza também os dados recolhidos em visitas mais antigas e através de contactos regulares junto dos intervenientes internacionais e da diáspora guineense em África, Estados Unidos e na Europa. Foram também realizadas entrevistas junto de um conjunto de intervenientes, diplomatas, ONG, políticos, militares bem como junto de simples cidadãos guineenses. O presente relatório descreve as dinâmicas internas e internacionais sobre as quais a estabilidade actual é construída, e avalia as ameaças que pairam ainda sobre ela. O mesmo interroga-se sobre se serão ou não possíveis as mudanças estruturais necessárias, RSS,<sup>8</sup> enraizamento da democracia e desenvolvimento económico para benefício de todos. Este relatório interpreta igualmente, à luz destas dinâmicas de fundo, a agitação político-militar de 26 de Dezembro de 2011 e as consequências da morte do presidente Sanhá em 9 de Janeiro último.

## II. UMA CONJUNTURA DE ESTABILIZAÇÃO

Desde 1 de Abril de 2010 e até aos acontecimentos de Dezembro de 2011, desenharam-se progressivamente compromissos no sistema político-militar guineense, rudemente abalado pela agitação de 1 de Abril. Os chefes militares responsáveis por estes acontecimentos obtiveram a sua confirmação à cabeça do exército mas fizeram questão de marcar a sua deferência para com o poder civil; os dois ramos do PAIGC puseram de lado as suas disputas internas para apresentar uma frente unida. Esta estabilização deve muito a uma conjuntura internacional particular: o sentimento de dependência em relação à ajuda internacional e o descontentamento marcado da UE e dos Estados Unidos. Isto permitiu a outros intervenientes internacionais, e em particular a Angola, colocarem-se como intermediários e como recurso, realizando esforços para a estabilização a curto prazo da situação. Sob forte pressão, as autoridades intensificaram igualmente os seus esforços em matéria de governação, o que lhes permitiu beneficiar de uma conjuntura económica favorável e obter alguns resultados em matéria de política económica e de desenvolvimento.

### A. O FACTOR INTERNACIONAL: UMA FORÇA PARADOXAL

Primeiro de forma involuntária, depois provavelmente de forma mais consciente, a comunidade internacional combinou ameaças e encorajamentos, restringindo os principais intervenientes políticos e militares guineenses a elaborar compromissos e a respeitar um certo número de formas e regras. Simultaneamente uma visão partilhada pelos guineenses, incluído no exército, e força tornada concreta pela ruptura operada pela UE e Estados Unidos, a “comunidade internacional” permitiu que certos intervenientes internacionais desempenhassem um papel importante na estabilização. Nesta conjuntura, Angola tem tido um lugar muito particular. Mas será que a Guiné encontrou verdadeiramente em Angola o “país líder” de que há muito necessitava para articular de forma politicamente produtiva a cena interna e a cena internacional?

#### 1. A comunidade internacional como imaginário

O factor principal da estabilização da Guiné-Bissau depois de 1 de Abril de 2010 é seguramente a comunidade internacional. Esta desempenha um papel decisivo, talvez inicialmente como uma entidade vaga, na qual os intervenientes guineenses integram as preferências supostas nos seus próprios cálculos. O Estado não pode cumprir de momento as mais elementares das suas missões sem apoio

<sup>8</sup> Em português, a língua oficial da Guiné-Bissau, emprega-se também a expressão “Reforma do Sector de Defesa e Segurança”. Consideraremos aqui as duas expressões como equivalentes.

internacional.<sup>9</sup> Por isso, pelo menos nas cidades, apesar da sua fraqueza, o Estado continua a ser um interveniente importante: O pagamento regular dos salários dos funcionários, a escola pública, a manutenção de estradas e as estruturas sanitárias são de extrema importância. Consequentemente, a proximidade com a comunidade internacional e a capacidade de obter e manter o seu apoio tornaram-se um rótulo político na Guiné-Bissau, uma competência valorizada.

Este é um dos elementos da boa classificação (quase 23 por cento dos sufrágios expressos) conseguida na primeira volta da eleição presidencial de 2009 pelo antigo presidente de transição Henrique Rosa, um empresário recentemente entrado na política e sem o apoio de uma estrutura partidária.<sup>10</sup> Rosa partilha este rótulo com o primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior, e é em grande parte por isso que milhares de habitantes de Bissau manifestaram o seu apoio a este último em 1 de Abril de 2010, desafiando os militares. A sua queda foi vista por muitos cidadãos como um perigo, porque ele tinha conseguido voltar a estabelecer ligações com os doadores, e consequentemente com os pagamentos regulares dos salários, depois de quase uma década de marginalização e de crise orçamental aguda. Para determinar esta nova estabilização, a pressão internacional e a mobilização popular uniram-se e reforçaram-se mutuamente.

O próprio exército bissau-guineense está longe de ser insensível ao sentimento de que a comunidade internacional deve ser cuidada. Muitos militares consideram que os doadores são indispensáveis, tendo sido esta aliás uma das razões da sua decisão de derrubar o presidente Kumba Yalá, considerado como turbulento por uma boa parte dos parceiros internacionais do país.<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> Em 2009, as doações atingiam 62 mil milhões de CFA, ou seja dois terços do orçamento do Estado guineense. As receitas orçamentais próprias (35 mil milhões de CFA) estavam em dois terços destinadas ao pagamento dos salários da função pública (20 mil milhões de CFA). Ver "Rapport annuel de la zone franc", Banco de França, 2010, p. 136. Para 2012, o governo prevê um défice de 54 mil milhões de francos CFA sobre um orçamento total de 116 mil milhões. "Guinée-Bissau : adoption du budget de l'exercice 2012", Le Griot (legriot.info), 28 de Dezembro de 2011.

<sup>10</sup> Oriundo da burguesia mestiça de Bissau e próximo da Igreja católica, Rosa tinha sido designado pela junta do general Verissimo Correia Seabra para assegurar a presidência provisória no período após a queda de Kumba Yalá em 2003 até à eleição de Vieira em 2005.

<sup>11</sup> A presidência Yalá de 2000 a 2003 foi marcada por uma instabilidade ministerial extrema, uma crise orçamental permanente e violações repetidas das liberdades e da ordem institucional, tendo Yalá tentado de forma muito inadequada domesticar os diferentes segmentos de um Estado que lhe fugia em grande medida. Os doadores foram-se afastando do seu regime. Ver o relatório do Crisis Group, *Guinée-Bissau: besoin d'Etat*, op. cit., p. 15-16.

Muitos dos intervenientes guineenses têm a ideia de que a instabilidade político-militar do país é um obstáculo. Os comentários de um deputado do PAIGC são claras sobre este ponto:

Temos consciência de que é necessário ultrapassar este problema. Isto bloqueia o nosso desenvolvimento. Não podemos ter um governo que tomba desta maneira. Temos necessidade de investimentos na área da saúde, educação e em infraestruturas. Se pagarmos os salários, isso já é bom. Faz-nos falta o dinheiro da comunidade internacional. E a comunidade internacional não dá dinheiro a povos em conflito.<sup>12</sup>

Tal como em todas as crises precedentes, este factor desempenhou em 2010 e 2011 um papel decisivo, alimentando as pressões internas no sentido da estabilização.

## 2. A comunidade internacional como realidade: o "bom" e o "vilão"

A acção concreta da comunidade internacional depois dos acontecimentos de 1 de Abril foi marcada por uma forte divisão. Obviamente, a condenação dos acontecimentos foi unânime, tal como o apelo ao regresso à ordem constitucional e à libertação de Zamora Induta (ou pelo menos à sua apresentação perante a justiça). Mas após as suas declarações iniciais, as divisões multiplicaram-se quanto às medidas a adoptar: de um lado, a UE e os seus países membros bem como, em certa medida, os Estados Unidos; do outro lado as Nações Unidas (operando através do Gabinete integrado das Nações Unidas para a consolidação da paz na Guiné-Bissau, Binugbis),<sup>13</sup> a UA, a CE-DEAO e determinados parceiros bilaterais. Esta divisão teve um impacto decisivo e, paradoxalmente, positivo na evolução do país depois de Abril de 2010.

A UE, até então com um papel de liderança tanto na RSS como no apoio orçamental às autoridades civis, estimou que o dia 1 de Abril tornara impossível todos os avanços. A mesma defendeu uma linha muito firme, exigindo imediatamente o reenvio e o julgamento dos chefes militares responsáveis pela agitação.<sup>14</sup> Depois de ter deixado um

---

<sup>12</sup> Entrevista realizada pelo Crisis Group, deputado do PAIGC, Bissau, Julho de 2011.

<sup>13</sup> O Binugbis substituiu em 1 de Janeiro de 2010 o Gabinete de Apoio das Nações Unidas para a consolidação da paz na Guiné-Bissau (Banugbis) criado em Abril de 1999, nos últimos momentos da guerra de 1998-1999.

<sup>14</sup> Esta insistência valeu à UE acusações de parcialidade: porque razão tomava uma posição tão firme contra os chefes militares do 1 de Abril de 2010, que não tinham matado ninguém, enquanto que era menos agressiva em relação aos responsáveis políticos e militares suspeitos de muita implicação nos assassinatos de Março e Junho de 2009? A resposta da UE, lógica do ponto de vista jurídico (enquanto que os inquéritos sobre Março

tempo de manobra às autoridades políticas, ela decidiu finalmente dar um fim à sua missão de apoio à RSS em 20 de Setembro de 2010 e suspender todo o apoio orçamental ao Estado guineense. Os Estados Unidos suspenderam igualmente a sua implicação na RSS, exigindo também a nomeação de um novo chefe do Estado-Maior que não esteja “implicado nos acontecimentos de 1 de Abril”.<sup>15</sup>

Os outros intervenientes internacionais defenderam uma linha mais flexível, argumentando que a eliminação dos militares não era um objectivo realista com base no equilíbrio de forças entre o exército e o poder civil, que insistir sobre este ponto levaria este último ao “suicídio”<sup>16</sup> e que este equilíbrio frágil poderia mesmo assim permitir avanços. Mostraram-se sensíveis à posição defendida pelo presidente Sanhá, posteriormente pelo próprio primeiro-ministro Gomes Júnior. Portugal, que permanece próximo do primeiro-ministro,<sup>17</sup> foi primeiramente particularmente veemente nas suas condenações, antes de tomar uma posição moderada, ao ver que Gomes Júnior parecia disposto a jogar o jogo com o novo poder militar. Estes “moderados” investiram no sentido de tentar fazer evoluir as posições dos países e instituições mais duros.<sup>18</sup>

---

e Junho de 2009 ainda não permitiram estabelecer claramente as responsabilidades, os responsáveis do 1 de Abril assumiram publicamente os seus actos) não satisfazem totalmente os críticos. Entrevista realizada pelo Crisis Group, políticos e militares guineenses, e diplomatas, Bissau, Junho de 2010 e Julho de 2011.

<sup>15</sup> “Les Etats-Unis ‘n’apporteront plus leur appui’ à la réforme de l’armée (ambassade)”, Agence de presse sénégalaise (APS), 29 de Junho de 2010.

<sup>16</sup> Entrevista realizada pelo Crisis Group, diplomata europeu, Bissau, Julho de 2011.

<sup>17</sup> A natureza da ligação entre o primeiro-ministro e Portugal é objecto de múltiplos rumores em Bissau. Galp, a grande companhia petrolífera portuguesa da qual o Estado é accionista minoritário, detém 80 por cento da Petromar, empresa que domina o mercado guineense dos produtos petrolíferos, criada em 1990 por Gomes Júnior e da qual ele detém ainda os restantes 20 por cento. A Galp tem entre os seus principais accionistas a empresa portuguesa Amorim Energia, empresa detida em parte pelo grupo público petrolífero angolano Sonangol, que está representado no conselho de administração da empresa pelo próprio genro do presidente angolano.

<sup>18</sup> Em resultado disto, a conferência dos chefes de Estado e de governo da CEDEAO de Setembro de 2010 decidiu exortar a Comissão da CEDEAO “a prosseguir nos esforços que visam persuadir os parceiros internacionais a apoiar a Guiné-Bissau”. Ver “Communiqué final. Session extraordinaire de la conférence des chefs d’Etat et de gouvernement”, Abuja, 20 de Setembro de 2010.

Bissau, Nova Iorque e Bruxelas fazem ecoar desde então críticas recíprocas entre as duas correntes,<sup>19</sup> os duros a denunciar a fraqueza e a ausência de princípios dos moderados, acusados de acabarem por aceitar tudo, enquanto que aqueles acusam os primeiros dos seus amuos irresponsáveis que arriscam fazer implodir o país.<sup>20</sup> Esta divisão da comunidade internacional teve contudo um impacto positivo. De um lado, a atitude rígida da UE foi um verdadeiro choque para as autoridades e para o exército, surpreendidos por se verem sob pressão quando acreditavam num simples “bluff” europeu.<sup>21</sup> A indicação, em Maio de 2010, do almirante na Tchuto e do chefe do Estado-Maior da Força Aérea, Ibraima Papa Camará, pelo departamento americano do Tesouro pelo seu papel no tráfico internacional de estupefacientes, aumentou ainda a pressão.<sup>22</sup> Face a esta intransigência, os internacionais moderados, mas também o poder civil bissau-guineense, o presidente em primeiro lugar, seguido do primeiro-ministro, foram capazes de se posicionar como recurso, como intermediários, até mesmo como protectores para os militares.

Assim, em Agosto de 2010, os chefes do Estado-Maior da CEDEAO e da CPLP reuniram-se em Bissau para preparar um roteiro visando o relançamento da RSS, domínio no qual eram indispensáveis avanços para ajudar as autoridades guineenses a manter o contacto com os doadores.<sup>23</sup> Este roteiro, adoptado oficialmente em Março de 2011 pela CEDEAO e em Julho pela CPLP, recuperou nas suas grandes linhas o projecto preparado pela missão RSS da UE, incluindo a renovação da hierarquia militar,

---

<sup>19</sup> Na sua resolução de 26 de Junho de 2009, o Conselho de Segurança exigiu ao Binugbis “um plano de trabalho estratégico com critérios que permitam medir e seguir os progressos feitos”. Um diplomata próximo do dossier vê o mesmo “como um “pode fazer melhor” inscrito na caderneta de um aluno”. Comunicação electrónica do Crisis Group, Outubro de 2011.

<sup>20</sup> Entrevista realizada pelo Crisis Group, diplomatas europeus, Bruxelas, Maio de 2011, Paris e Lisboa, Junho de 2011, e Bissau, Julho de 2011. A renovação do mandato do Binugbis em Dezembro de 2011 deu lugar a novas trocas de argumentos sobre este ponto.

<sup>21</sup> Entrevista realizada pelo Crisis Group, diplomata, Bissau, Julho de 2011.

<sup>22</sup> O peso das posições americanas foi ainda mais reforçado pelo sucesso do assalto contra Bin Laden, que terá suscitado muitos comentários nos círculos militares bissau-guineenses. Entrevista realizada pelo Crisis Group, diplomata, Dakar, Julho de 2011. A passagem de um navio de guerra francês ao largo de Bissau em Maio de 2010 terá igualmente incomodado determinados chefes militares guineenses, preocupados com um ataque internacional contra as suas pessoas; terão sido enviados barcos para monitorizar o navio francês. “Breves”, *Africamonitor*, nº476, 1 de Junho de 2010.

<sup>23</sup> A CPLP esteve representada pelo chefe do Estado-Maior angolano. O vice-chefe do Estado-Maior de Cabo Verde, país que pertence aos dois grupos, esteve igualmente presente.

sem fixar contudo verdadeiros prazos.<sup>24</sup> Esta intervenção, se for feita numa linha firme, tem permitido relançar as comunicações entre as partes

As autoridades civis guineenses lideraram, com o apoio de Portugal, uma maratona diplomática marcada por uma coordenação inesperada entre a presidência e o gabinete do primeiro-ministro.<sup>25</sup> As mesmas conseguiram que a UE não tomasse as sanções propostas contra os chefes militares implicados nos acontecimentos de 1 de Abril.<sup>26</sup> Decidiu no entanto abrir consultas no quadro do artigo 96 do Acordo de Cotonu.<sup>27</sup> No final de uma reunião em 29 de Março de 2011, a UE obteve que as autoridades se comprometessem com a “renovação da hierarquia militar”, tendo-as convidado “com urgência” a “iniciar investigações e processos judiciais relativamente aos acontecimentos de 1 de Abril de 2010, a fim de intensificar os

---

<sup>24</sup> Mais especificamente, ela apela à “passagem imediata para fora das forças armadas” dos dezassete oficiais gerais ainda em funções, bem como de outros oficiais superiores que ultrapassaram o limite de idade e “que ocupam funções centrais na estrutura de comando actual”. Para fazer isso, o roteiro pode se apelar às autoridades políticas da CEDEAO e da CPLP, em colaboração com o poder civil guineense, “que se comprometam a encontrar os incentivos e as motivações necessários”. “Roadmap for the effective take-off of the security sector reform programme”, Reunião extraordinária do Comité dos Chefes dos Estados-Maiores da Defesa dos Estados membros da CEDEAO, Bissau, 11-12 de Agosto de 2011, p. 20.

<sup>25</sup> Os altos responsáveis bissau-guineenses visitaram as principais capitais europeias, tendo apresentado em Bruxelas uma delegação representante não só dos dois ramos do poder civil, mas também da sociedade civil e até mesmo do exército, na pessoa de Daba na Wala, o muito apresentável funcionário judicial que dirige o gabinete do chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. Em Fevereiro de 2011, Gomes Júnior fez a sua primeira visita a Dakar para se encontrar com os embaixadores não residentes e mobilizar o apoio do presidente senegalês Abdoulaye Wade. Finalmente, o “grupo dos amigos” mobilizado por Bissau em Bruxelas para as consultas era particularmente importante: UA, CEDEAO, Angola, Senegal, Níger e África do Sul.

<sup>26</sup> Os diplomatas europeus sublinharam que a decisão em matéria de sanções foi simplesmente suspensa e não abandonada. Comunicação telefónica do Crisis Group, Outubro de 2011.

<sup>27</sup> Nos termos do artigo 96 do acordo de Cotonu entre a UE e os Estados do grupo África-Caraíbas-Pacífico (ACP), que entrou em vigor em 1 de Abril de 2003, se uma das partes considerar que a outra desrespeitou os direitos do homem, princípios democráticos e do Estado de direito, pode pedir a abertura de consultas. No caso de falha das consultas, podem ser tomadas “medidas adequadas”. Ver “Acordo de parceria entre os membros do grupo dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico, por um lado, e a Comunidade europeia e seus Estados membros, por outro lado, assinado em Cotonu em 23 de Junho de 2000”.

esforços para combater impunidade”.<sup>28</sup> Apesar de uma certa impaciência quanto à linguagem dupla utilizada pelas autoridades, que suavizaram, após o seu regresso a Bissau, o tom dos compromissos assumidos em Bruxelas, a UE encerrou finalmente as consultas em Julho de 2011, tendo decidido um reatamento gradual da ajuda, com condições firmes: A maior parte da assistência, e em particular o apoio à RSS, fica condicionada pela “renovação da hierarquia militar”.<sup>29</sup>

Por outro lado, o poder civil guineense tem multiplicado iniciativas diplomáticas na direcção de outros parceiros bilaterais, Senegal, Angola, Brasil, Cabo Verde, China ou Líbia, para exercer pressão sobre a UE, fazer rodar a máquina estatal, tratar do exército e defender a sua imagem de regime reformador. Pôde contar com diferentes parceiros financeiros africanos, como a União Económica e Monetária da África Ocidental, o Banco Africano de Desenvolvimento ou o Banco de Desenvolvimento da África Ocidental. Por outro lado, mantiveram-se as boas relações construídas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial por alguns tecnocratas do governo. Entre a recusa de entrar demasiado directamente na política e a vontade de concluir um processo a longo prazo, o FMI aprovou em Maio de 2010 uma facilidade de crédito alargado de um montante de 33 milhões de dólares a três anos.

Em Dezembro de 2010, o FMI e o Banco Mundial estimaram que o país tinha atingido o ponto de conclusão da iniciativa reforçada a favor de países pobres altamente endividados, abrindo a possibilidade de um cancelamento de dívida de cerca de 1,2 mil milhões de dólares junto das instituições financeiras internacionais (IFI) e de outros credores, ou seja, cerca de 90 por cento da dívida externa. Os países ocidentais, mesmo que tenham manifestado reservas quanto ao rigor da monitorização realizada pelas IFI,<sup>30</sup> na sua maioria acabará simplesmente por se abster na votação. Eles não têm cumprido os seus compromissos no quadro do Clube de Paris, anulando 283 milhões de

---

<sup>28</sup> “Abertura das consultas com a parte ACP sobre a Guiné-Bissau de acordo com o artigo 96 do Acordo de Cotonu – Conclusões da União Europeia”, Conselho da UE, 29 de Março de 2011.

<sup>29</sup> “Decisão do Conselho relativa à conclusão do procedimento de consulta com a República da Guiné-Bissau”, Conselho da UE, 18 de Julho de 2011.

<sup>30</sup> Os diplomatas europeus põem em causa a seriedade dos indicadores seleccionados e sublinham que as IFI recusaram durante muito tempo envolver-se nas questões político-militares mais sensíveis, como por exemplo na gestão do orçamento da defesa. Entrevista realizada pelo Crisis Group, diplomatas europeus, Paris e Bissau, Junho e Julho de 2011. Sobre este último ponto, a sua posição evoluiu recentemente, obtiveram por parte das autoridades compromissos sobre a inclusão dos ministérios da Defesa e do Interior no novo sistema unificado de pagamento dos salários. “IMF mission confirms the positive outlook for growth”, Economist Intelligence Unit, 4 de Outubro de 2011.

dólares de dívida em Maio de 2011. Portugal, que não faz parte, anunciou no mesmo momento um cancelamento de dívida de 77 milhões de euros.

Não existe nenhum desacordo substancial entre os diferentes parceiros internacionais. Todos apresentam o mesmo objectivo global: A consolidação do poder civil, a desmobilização dos chefes militares que constituem problema e a RSS. Mas apresentam-se fortes suspeitas na forma como estas exigências são reinvidicadas. Inicialmente, sem dúvida de forma involuntária, dividindo-se, apresentando sinais contraditórios, a comunidade internacional desempenhou o papel do “bom/vilão” o que levou, ao menos por momentos, os principais intervenientes bissau-guineenses incluindo os militares, a fazer uma boa figura, a estabilizar a situação e a cooperar.

### 3. Angola, finalmente um “país líder” no âmbito do dossier bissau-guineense?

É precisamente na incerteza aberta em 1 de Abril de 2010 que Angola deu os seus passos mais espectaculares em Bissau. Beneficiando da lufada de ar criada pela desistência da UE, Luanda envolveu-se maciçamente, contribuindo de maneira decisiva para a elaboração do compromisso ambíguo que perdura.

Angola não é um interveniente novo em Bissau. Se a relação entre os dois países, cuja proximidade à época da luta pela independência é hoje comemorada de forma lírica, tinha esfriado,<sup>31</sup> as ligações haviam sido restabelecidas na segunda metade da década de 2000. Finalmente livre da sua guerra civil, Angola envolveu-se em seguida numa política de projecção diplomática. Já em 2005, ao abrigo de um acordo feito com Carlos Gomes Júnior, que ocupava então o lugar de primeiro-ministro, Luanda tinha treinado 250 polícias guineenses.<sup>32</sup> Foi ultrapassado um pon-

to de viragem em Janeiro de 2007, quando Angola nomeou o seu primeiro embaixador residente na Guiné-Bissau. Vieira veio em visita a Luanda em Fevereiro e o presidente José Eduardo dos Santos apelou na ocasião ao reagrupamento do PAIGC em torno do seu antigo chefe.<sup>33</sup>

Alguns meses depois, em Maio, Higinio Carneiro, ministro angolano da Obras Públicas e homem de confiança de dos Santos, assinou em Bissau um acordo para a exploração da bauxite, desde há muito localizada em redor de Boé, no leste do país.<sup>34</sup> Bauxite-Angola, uma empresa de capitais mistos ligada ao Estado angolano, foi criada imediatamente a seguir.<sup>35</sup> O plano de investimentos ascende a 500 milhões de dólares, dos quais um pouco mais de 320 milhões para a construção de um porto em águas profundas em Buba, ao sul de Bissau.<sup>36</sup> Mas as agitações políticas fizeram parar o processo depois da implementação do projecto. É sem dúvida em parte devido a disto que Luanda tem reforçado a sua presença em Bissau.

Por outro lado, decidida a tornar-se numa grande potência africana, Luanda empenha-se agora numa nova diplomacia, colocando-se voluntariamente sobre uma linha nacionalista e associando-se aos regimes ignorados e criticados pelas potências ocidentais. Este foi o caso da Costa do Mar-

<sup>31</sup> Aparentemente a pedido de Portugal, que desejava vê-lo contribuir para a mediação do conflito angolano, Nino Vieira estabeleceu ligações com a rebelião angolana dirigida por Jonas Savimbi a partir de 1994. Entrevista realizada pelo Crisis Group, políticos e jornalistas guineenses, Bissau, Julho de 2011, e Paris, Dezembro de 2011. Ver também o testemunho de João Renato da Silva, que teria sido um dos intermediários desta relação. A este propósito, ele sublinha: “Savimbi dizia que todos os homens podem ser comprados e que é o preço que varia”. Ver “Futuro refém da reforma do Exército”, Moçambique para todos (macua.blogs.com), 18 de Abril de 2010.

<sup>32</sup> Integrados na polícia de intervenção rápida, estes “Angolanos” estão, de acordo com a lógica clientelar, pessoalmente ligados a Carlos Gomes Júnior. Após os acontecimentos de Dezembro de 2011, eles têm estado particularmente envolvidos na sua protecção e nas operações de repressão. Um novo grupo de 350 polícias estagiários partiu para formação em Angola em 11 de Dezembro de 2011. Apesar de terem passado através do processo de certificação estabelecido pelas Nações Unidas, eles

não deixaram por isso de ser recrutados para fazerem parte das redes ligadas a Gomes Júnior no seio da polícia. “Angola apoia reforma de segurança na Guiné-Bissau”, Prensa Latina, 23 de Dezembro de 2011; e Entrevista realizada pelo Crisis Group, pessoa próxima da polícia guineense, Dakar, Janeiro de 2012.  
<sup>33</sup> “Dos Santos aconselha ‘Nino’ Vieira e PAIGC”, BBC, 27 de Fevereiro de 2007. A pressão angolana tinha forçado Vieira a separar-se do seu primeiro-ministro de então, Aristides Gomes, um dos seus seguidores, e a substituí-lo por um homem do PAIGC, Martinho Ndafo Cabi.

<sup>34</sup> Na década de 1980, as reservas tinham sido estimadas em 113 milhões de toneladas. “L’Angola, nouveau maître de la filière bauxitique”, *Africa Mining Intelligence*, nº238 (17 de Novembro de 2010). Igualmente em 2007, a Sociedade de Hidrocarbonetos de Angola, uma sociedade petrolífera angolana de direito privado que a Global Witness suspeita ser um relé de interesses privados dos dirigentes angolanos, obteve uma licença de exploração na zona offshore guineense. Ver “Angola: private oil firm has shareholders with same names as top government official”, Global Witness, 4 de Agosto de 2009.

<sup>35</sup> Bernardo Campos, o presidente do conselho de administração da Bauxite-Angola, é um ex-quadro da Diamang e da Endiama, companhias públicas angolanas do sector dos diamantes. Pertenceu igualmente aos serviços da presidência angolana. A Bauxite-Angola deve operar através de uma sociedade de direito guineense, a Sociedade Mineira do Boé, que ela controla a 70 por cento. O Estado angolano detém 20 por cento das acções, e o Estado guineense 10 por cento. “Guinea Bissau signs bauxite mining agreement with Angola”, Macau Hub, 17 de Setembro de 2007.

<sup>36</sup> “Exploração da bauxite em Boé”, *Boletim de informação sobre petróleo e minas na Guiné-Bissau*, nº0 (Outubro de 2011), p. 5.



fim de Laurent Gbagbo,<sup>37</sup> e depois da Guiné-Bissau, onde os acontecimentos de 1 de Abril de 2010 foram desencadeadores:<sup>38</sup> foi precisamente após os mesmos que o presidente Sanhá, confrontado com a rigidez dos ocidentais e em busca de alternativas, se reuniu com o presidente dos Santos em Luanda. Em 16 de Abril, o ministro angolano da Defesa assinou em Bissau um acordo de defesa, incluindo uma componente de formação, sublinhando os benefícios para os militares bissau-guineenses.<sup>39</sup> No dia 5 de Maio, Angola anunciou que anularia a sua parte da dívida bissau-guineense, estimada em 39 milhões de dólares. Na cimeira da CPLP no fim de Julho de 2010, o presidente angolano prometeu a ajuda da organização e convocou uma conferência de países doadores, não excluindo nenhuma forma de intervenção. Sanhá anunciou então à televisão pública angolana querer construir uma relação “estratégica” com Angola.<sup>40</sup>

Em Agosto de 2010, Angola que exercia a presidência da CPLP, estava presente em força na visita da delegação da organização a Bissau para discutir com a CEDEAO o mapa para o relançamento da RSS. De 4 a 9 de Setembro de 2010, António Injai dirige-se a Luanda para discutir com os seus homólogos angolanos a futura cooperação militar. No final de Setembro, o ministro angolano dos Negócios Estrangeiros Georges Chicoti anunciou perante as Nações Unidas uma contribuição de 30 milhões de dólares para a RSS, recebendo o exército guineense a sua primeira oferta angolana, viaturas e uniformes.<sup>41</sup> Em Outubro, o campo de cooperação foi alargado:<sup>42</sup> uma delega-

ção angolana multisectorial de alto nível veio a Bissau,<sup>43</sup> anunciando um apoio orçamental de 12 milhões de dólares e a abertura de uma linha de crédito de 25 milhões de dólares para financiar o sector privado. Sinal da sua vontade de influência, Luanda envolve-se em acções em benefício dos media guineenses.<sup>44</sup> Em Junho de 2011, Angola nomeia uma personagem importante para a chefia da sua embaixada em Bissau, Feliciano dos Santos, antigo chefe de Estado-Maior da Marinha angolana, antigo adido de defesa nos Estados Unidos.

Esta influência de Angola foi rapidamente reconhecida nos fóruns internacionais e foi um diplomata angolano, Sebastião Isata, que Jean Ping nomeou representante especial da UA para a Guiné-Bissau em Agosto de 2010.<sup>45</sup> Impulsionada por este reconhecimento, Angola destacou uma missão de cooperação militar e policial (Missang), que constitui uma espécie de via média, aceitável para o exército guineense na área onde a força de estabilização desejada por determinados parceiros internacionais constituía problema.<sup>46</sup> Inaugurada em 21 de Março de 2011, ela apresenta-se como uma simples missão de cooperação, tendo-se as autoridades militares guineenses apressado a esclarecer que os Angolanos eram apenas um pouco mais de 100 e não 600, como certos rumores pretendiam.<sup>47</sup> Determinados parceiros internacionais congratulam-se por dispor, pela primeira vez, de tropas estrangeiras no local. Alguns acreditam que entretanto, Angola, argumentando

<sup>37</sup> Sobre o apoio angolano a Laurent Gbagbo, ver o relatório África do Crisis Group Nº171, *Côte d'Ivoire: faut-il se résoudre à la guerre?*, 3 de Março de 2011. Por outro lado Bissau apoiou, tanto quanto lhe foi diplomaticamente possível, o seu novo patrão angolano na situação marfinense, apelando a uma solução negociada para a crise eleitoral de Novembro de 2010, num momento em que as Nações Unidas, as potências ocidentais e a CEDEAO consideravam Laurent Gbagbo como o único responsável pelo bloqueio da situação.

<sup>38</sup> De maneira sintomática, o último relatório do secretário-geral das Nações Unidas sobre a Guiné-Bissau antes de 1 de Abril de 2010 não faz qualquer menção específica a Angola, embora discuta a do Brasil, da UE e da CEDEAO. Ver “Rapport du Secrétaire général sur l'évolution de la situation en Guinée-Bissau et les activités du Bureau intégré des Nations Unies pour la consolidation de la paix en Guinée-Bissau”, 26 de Fevereiro de 2010.

<sup>39</sup> O protocolo de implementação foi assinado em Setembro de 2010 em Luanda e aprovado em Novembro pela Assembleia nacional angolana.

<sup>40</sup> “Guiné-Bissau quer relação estratégica com Angola”, Televisão Pública de Angola, 22 de Julho de 2010.

<sup>41</sup> “Guiné-Bissau recebe viaturas e uniformes militares do Governo angolano”, Portuguese News Network (PNN), 22 de Setembro de 2010.

<sup>42</sup> Num artigo de opinião, o redactor-chefe do influente jornal angolano *O Pals* sublinhou então a necessidade de uma acção

para além do nível da política e militar, na economia, que beneficie o exército e a população. “Os espelhos de Bissau”, *O Pals*, 22 de Outubro de 2010.

<sup>43</sup> Dirigida pelo ministro da Geologia e Minas e da Indústria, a delegação angolana inclui o secretário de Estado das Relações Exteriores, o ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas, a secretária de Estado do Tesouro e o vice-presidente da Comunicação Social.

<sup>44</sup> “Angola vai investir 150 mil dólares em ‘ações de urgência’ na comunicação social da Guiné-Bissau”, *Lusa*, 22 de Outubro de 2010. A notícia não deixou de suscitar comentários, tendo em conta o estado da liberdade de imprensa em Angola. Mais tarde, 7 milhões de dólares foram postos à disposição dos meios de comunicação do Estado.

<sup>45</sup> Um outro Angolano, João Miranda, foi o enviado especial de Jean Ping, o presidente da Comissão da UA, à eleição presidencial guineense de 2009.

<sup>46</sup> Sobre os debates em torno da força de estabilização, ver a secção II.C.

<sup>47</sup> “Militares angolanos em Bissau para apoiar reforma das FA”, *Lusa*, 16 de Março de 2011. O destacamento inicial consistia em 100 homens, mas as sucessões permitiram reforços. As estimativas actuais dos interlocutores do Crisis Group variam entre 160 e 250 homens, dos quais um certo número de soldados das forças especiais. Entrevista realizada pelo Crisis Group, diplomatas europeus e africanos, Bissau, Julho de 2011. Ver também “Forças armadas procedem a substituição de efectivos da Missang”, *Angola Press (Angop)*, 23 de Julho de 2011.

o carácter bilateral da sua missão, tem sido individualista e não faz qualquer esforço para comunicar.<sup>48</sup>

Mesmo se o acordo bilateral que regula a implementação da Missang não foi tornado público, esta missão oferece de facto uma protecção às autoridades civis face aos militares guineenses. O facto de a missão ter sido baseada no Bissau Palace Hotel, hotel adjacente ao novo Palácio do Governo, o complexo administrativo do primeiro-ministro, é portanto frequentemente evocado pelos observadores.<sup>49</sup> Após a agitação de Dezembro de 2011, foi na embaixada de Angola, situada perto da sua residência, que o primeiro-ministro se abrigou.<sup>50</sup> A Missang tenta assim ser tudo para todos: a promessa de auxílio ao invés da ameaça para os militares guineenses; a garantia de segurança para as autoridades e a esperança de uma reforma para a comunidade internacional. Numa situação muito indecisa, a intervenção angolana permitiu assim aos diferentes intervenientes a redução das incertezas e a continuidade do jogo.

Se a sua posição não é inequívoca e, portanto não isenta de perigo (os rumores mais variados correm em Bissau sobre o mandato, tamanho e armamento da Missang), Angola parece implantar-se em força. Talvez pela primeira vez na história das intervenções internacionais na Guiné-Bissau, impõe-se um interveniente que dispõe ao mesmo tempo de recursos financeiros formais e informais significativos, de interesses económicos reais, de uma ambição diplomática, de uma legitimidade histórica (a de “camaradas” da luta contra Portugal), e de uma pequena força militar no terreno.<sup>51</sup> Talvez até mesmo Angola ofereça uma visão para o futuro aos diferentes segmentos da elite guineense: o regime angolano também passou através de grandes atribulações, estando actualmente bem estabelecido e beneficiando da prosperidade económica do país. Angola dispõe assim de uma verdadeira capacidade de mediação entre as diferentes correntes do partido no poder, como entre estes últimos e as facções do exército, e tem sido capaz de facilitar o desenvolvimento de um compromisso.

Numa situação de conflito, a implicação de um “país líder” capaz de canalizar e de manter a atenção internacio-

nal e de exercer uma influência sobre o país destinatário da intervenção internacional é um factor decisivo de sucesso.<sup>52</sup> Poderá Angola utilizar as suas inegáveis vantagens para este papel em Bissau, fazer avançar o país abrindo uma oportunidade real de valorização diplomática e de implantação económica? Para isso, Luanda deverá cuidar das suas relações tanto no âmbito da comunidade internacional como na cena guineense. As opiniões estão com efeito muito divididas, e muitos dos intervenientes regionais e internacionais lamentam um défice de comunicação por parte de Angola, que eles entendem como desejando influenciar o processo multilateral, brandindo ao mesmo tempo a carta do bilateralismo para limitar a coordenação e a transparência.<sup>53</sup> Na cena guineense bem como na cena internacional, Luanda deixa demasiado facilmente lugar às suspeitas quanto às suas intenções e aos seus métodos, o que enfraquece a legitimidade da sua intervenção.

## B. O PAIGC REUNIDO NA HEGEMONIA?

Como muitos outros antigos partidos únicos em África, o PAIGC conservou uma influência e uma implantação consideráveis, mas é atravessado por clivagens muito fortes. A guerra de 1998-1999 levou estas clivagens a um extremo, com toda uma parte do PAIGC a apoiar a junta militar contra o chefe do partido, o presidente Nino Vieira.<sup>54</sup> As lutas partidárias continuaram desde então, e o regresso de Nino Vieira em 2005 veio ainda agravá-las mais, na medida das manobras deste último para se constituir uma maioria parlamentar contra o novo presidente do PAIGC, Carlos Gomes Júnior, seu inimigo declarado.<sup>55</sup> Até

<sup>48</sup> Entrevista realizada pelo Crisis Group, diplomatas europeus e africanos, Dakar e Bissau, Julho de 2011.

<sup>49</sup> Entrevista realizada pelo Crisis Group, jornalistas guineenses, Bissau, Julho de 2011, e Dakar, Novembro de 2011. Segundo uma fonte, o primeiro-ministro teria uma suite à disposição no Bissau Palace Hotel, em caso de perigo.

<sup>50</sup> “Grupo de soldados descontentes atacou sede do Estado-Maior das Forças Armadas da Guiné-Bissau”, Lusa, 26 de Dezembro de 2011.

<sup>51</sup> Outro elemento de influência, Angola é um dos novos destinos da emigração guineense. Haverá entre 5000 e 7000 Bissau-Guineenses em Angola. “Antigo ministro das Finanças, Manuel dos Santos ‘Manecas’, nomeado embaixador em Angola”, Lusa, 23 de Março de 2011.

<sup>52</sup> Ver por exemplo David Ambrosetti e Mélanie Cathelin, “Les enjeux du leadership au Conseil de sécurité: responsabiliser ou contrôler les opérations de paix de l’ONU?”, *Revue internationale et stratégique*, n°68 (2008), p. 69-79.

<sup>53</sup> Entrevista realizada pelo Crisis Group, diplomatas europeus e africanos, Bissau, Julho de 2011.

<sup>54</sup> Em 1998, sob a pressão do Senegal e da França, preocupados com o tráfico de armas pertencentes ao exército guineense a favor dos separatistas que operavam em Casamance, a região sul do Senegal, o presidente Vieira acusou o seu chefe do Estado-Maior, Ansumana Mané. Após o fracasso de uma tentativa contra a vida de Vieira, o confronto no seio da pequena elite político-militar de Bissau transbordou, alinhando-se com Mané a oposição a Vieira, tanto no seio do PAIGC como fora. Uma situação socio-económica degradada e a impopularidade dos soldados enviados pelo Senegal e pela Guiné-Conacri em apoio a Vieira tinham acabado por colocar a população no campo da junta. Vencido em 1999, Vieira instalou-se em Portugal.

<sup>55</sup> Foi Nino Vieira que nomeou Gomes Júnior, então funcionário das Finanças, à frente da Dicol, empresa pública de distribuição de produtos petrolíferos, em 1980. Dez anos depois, beneficiando da liberalização económica, Gomes Júnior criou a sua própria empresa de produtos petrolíferos, Petromar, que rapidamente se impôs no sector. Ele investiu muito também em

à morte do presidente Vieira enfrentaram-se essencialmente uma facção pró-Vieira e uma facção pró-Gomes Júnior, uma e a outra alternando no governo, ao critério das alianças com outros grupos no seio do PAIGC e certas facções de outros partidos políticos.<sup>56</sup>

Com a morte de Vieira em Março de 2009 e até à morte de Malam Bacai Sanhá em Janeiro de 2012, o PAIGC recompôs-se em duas facções principais, a de Gomes Júnior confrontando a de Sanhá,<sup>57</sup> às quais se juntam outras redes menores que se aliam uma vez a uns outras vezes a outros. A designação do candidato para as presidenciais de 2009 tem sido uma grande batalha, com o primeiro-ministro a apoiar um dos seus seguidores, Raimundo Pereira, contra Sanhá. Este último ganhou a nomeação e posteriormente a eleição em 26 de Julho de 2009, mas as tensões permaneceram fortes para o controlo dos recursos do Estado e das nomeações. Uma partilha de facto foi feita na formação do novo governo em Outubro de 2009, o primeiro-ministro e o presidente a repartirem os ministérios entre os que lhes são próximos, clientes e respectivos aliados.

É claro, o presidente Sanhá tentou assumir uma posição de mediação e conciliação. Assim, um dos seus seguidores, Serifo Nhamadjo, vice-presidente da Assembleia Nacional, teve a ideia de um processo de diálogo e reconciliação, que circulou por algum tempo na Guiné.<sup>58</sup> Com o compromisso da Assembleia e o apoio do Binugbis, ele organizou sessões de discussão sobre o sector da segurança, bem como reuniões preparatórias através do país e na diáspora, que foram concluídas em Outubro de 2011 – a grande conferência nacional de encerramento é ainda

---

imobiliário. Muitos em Bissau consideram que ele foi um dos gestores da fortuna de Vieira durante a liberalização e que se “autonomizou” após a guerra de 1998-1999, tornando-se o principal financiador do PAIGC. A inimizade entre os dois homens foi de qualquer modo clara ao longo da década de 2000, apesar dos esforços dos Angolanos a partir de 2007 para os aproximar.<sup>56</sup> O governo de Gomes Júnior, apoiado por uma parte do PAIGC e uma parte do Partido para a Renovação Social (PRS), caiu assim em 2005 contra uma recém formada aliança entre a facção vieirista do PAIGC aliada a uma outra facção PRS.

<sup>57</sup> Presidente da Assembleia Nacional no momento em que eclode o conflito de 1998, Sanhá apoiou a junta de Mané contra Vieira e foi presidente no período de transição entre a queda de Vieira em 1999 e a eleição de Kumba Yalá em 2000. Veterano da luta da independência, Sanhá tinha influência não só junto dos veteranos do partido mas também junto dos “jovens” dos anos 1980 e 1990 que tinham feito frente a Vieira, por vezes deixando o PAIGC para criar os seus próprios partidos. Após a morte de Vieira, ele foi o ponto de convergência de uma parte dos fiéis deste último, herdeiros do seu conflito com Gomes Júnior.

<sup>58</sup> Essa ideia já encontrou uma primeira encarnação a partir de 2007 em Voz di Paz, programa de consulta e diálogo implementado em 2007 pela ONG Interpeace e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.

aguardada. Mas ao lado desta tentativa muito mediática, não faltaram falcões nos dois campos para encorajar os rumores desfavoráveis para o outro lado. As acusações de tráfico de droga,<sup>59</sup> de nepotismo, de acusações de abuso de confiança, de tentativas de desestabilização,<sup>60</sup> de complacência ou hostilidade para com os militares, multiplicaram-se.<sup>61</sup>

Neste contexto, receia-se que os acontecimentos de 2 de Abril de 2010 tenham sido encorajados ou tolerados pelo campo presidencial (ou por alguns dos seus membros) uma vez que eles visaram o primeiro-ministro e o seu fiel chefe do Estado-Maior Zamora Induta.<sup>62</sup> Em qualquer dos casos, o presidente Sanhá parece ter achado que Gomes Júnior era essencial, tanto aos olhos dos doadores como no seio do PAIGC, uma vez que apoiou, exigiu e obteve a sua libertação, bem como pedidos de desculpas dos chefes militares. Em Junho de 2010, o presidente cabo-verdiano Pedro Pires facilitou uma reunião em Paris entre os dois homens, que terminou no retorno de Gomes Júnior a Bissau no dia 14 de Junho, após 45 dias de ausência. Os meses que se seguiram foram acompanhados de um novo surto de febre acusatória entre as duas facções, mas o presidente e o primeiro-ministro compreenderam que a estabilidade e a ordem constitucional eram um dos seus principais recursos, e aplicaram-se a fazer baixar a tensão, pelo menos à superfície.

Progressivamente, os ataques pelos meios de comunicação abrandaram ou tornaram-se menos virulentos. Em vários pontos de tensão, surgiram compromissos. Assim,

---

<sup>59</sup> As acusações que circulam na internet contra o filho do presidente Sanhá, responderam as acusações contra Gomes Júnior e Zamora Induta. Comparar “EUA vão divulgar lista com 120 nomes de guineenses suspeitos de narcotráfico”, PNN, 28 de Maio de 2010; e “Exclusivo: ex-Ministro da Defesa à Comissão de Inquérito ao caso 1 de Abril: “1º Ministro Carlos Gomes ordenou libertação do navio” (com droga)”, Ditadura do Consenso (ditaduradocenso.blogspot.com), 31 de Maio de 2010.

<sup>60</sup> Em Novembro de 2009, as informações produziram um documento identificando como ameaça a actividade de diversas figuras do PAIGC, próximas de Nino Vieira e por vezes ligadas a Sanhá. Foram mencionados em particular Roberto Cacheu e Soares Sambú. “Relatório sobre a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau 2008/2009. A força sem discernimento colapsa sob o seu próprio peso”, Liga Guineense dos Direitos Humanos, p. 63.

<sup>61</sup> Podem ser usadas as “informações” frequentemente muito orientadas divulgadas pelo Portuguese News Network sob a assinatura de Rodrigo Nunes (www.interpnn.com/), e o blogue muitas vezes não menos partidário do jornalista António Aly Silva, Ditadura do Consenso.

<sup>62</sup> Uma fonte afirma assim que António Injai tinha advertido o presidente Sanhá das crescentes tensões entre ele e Zamora Induta e que este último teria conscientemente atrasado qualquer intervenção. Entrevista realizada pelo Crisis Group, políticos guineenses, Lisboa, Junho de 2011.

Estado guineense.<sup>68</sup> No final de Dezembro de 2010 verificou-se, aliás, uma distribuição de patentes nos mais altos níveis do exército, que conta agora com mais três generais, numa altura em que o desequilíbrio da sua pirâmide hierárquica é já significativo.<sup>69</sup> Para fraca consolação da UE, Zamora Induta, antigo Chefe de Estado-Maior, foi libertado na mesma altura, encontrando-se contudo desde então em detenção domiciliária.

A intervenção militar, ideia antiga relançada por diversos parceiros internacionais, provocou vivos debates.<sup>70</sup> A 1 de Agosto de 2010, à saída de uma reunião do Conselho Nacional de Defesa, um porta-voz da Presidência anuncia que as autoridades civis e militares aceitam o destacamento de uma força de estabilização.<sup>71</sup> A Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), principal organização de defesa dos direitos humanos no país, muito empenhada no combate à impunidade e aos abusos militares, assinala a sua concordância. Pelo contrário, o muito influente Bispo de Bissau, Dom José Camnaté na Bissign, mostra-se prudente, assim como a Binugbis, que frisa que o país tem, antes de mais, de formar os seus militares,<sup>72</sup> e insiste na necessidade de um consenso nacional sobre o assunto. Alguns partidos da oposição, entre os quais o Partido para a Renovação Social (PRS) e o Movimento Democrático Guineense (MDG) declaram-se contra essa ideia.<sup>73</sup>

Finalmente, por pressão dos militares, a Presidência desmente o seu porta-voz, recordando que o debate se mantém

em aberto.<sup>74</sup> Numa manobra reveladora, por ocasião da reunião, em Bissau, dos Chefes de Estado-Maior da CEDEAO e da CPLP a 12 de Agosto de 2010, Injai manifesta publicamente o seu desacordo, afirmando que a decisão cabe às autoridades políticas.<sup>75</sup> O roteiro preparado pelos Chefes de Estado-Maior propõe uma fórmula ambígua, entre protecção policial e militar, com um efectivo restrito – cerca de 200 homens.<sup>76</sup>

Em 16 de Setembro é a vez de a Comissão Permanente da Assembleia Nacional, onde o Primeiro-Ministro dispõe de maioria, se declarar a favor do destacamento de uma força internacional.<sup>77</sup> O exército, porém, mantém a pressão e, para acalmar os rumores, o Presidente Sanhá é obrigado a revelar a missiva que endereçou, a 20 de Setembro, à CEDEAO, à CPLP, à UA e a Angola: nela, pede apoio para começar a RSS e não o destacamento de uma força armada.<sup>78</sup> Em Outubro de 2010, pouco depois de uma reunião com o Primeiro-Ministro, o representante especial da UA para a Guiné-Bissau, Sebastião Isata, lança de novo o debate, dizendo que o nome - força de estabilização, de manutenção da paz ou de protecção - pouco importa.<sup>79</sup> O encontro CEDEAO-CPLP de Novembro de 2010 reitera a ideia de um destacamento internacional temporário.<sup>80</sup> Isata volta ao assunto em Janeiro de 2011, quando anuncia o envio de uma missão de estabilização, mas é rapidamente desmentido pelas autoridades guineenses.<sup>81</sup>

<sup>68</sup> “PR explica nomeação de Contra-almirante Bubo Na Tchuto com necessidade de estabilidade interna”, Lusa, 8 de Outubro de 2010.

<sup>69</sup> Foram promovidos a brigadeiros-generais o Chefe do Estado-Maior do Exército, Augusto Mário Có, e o Chefe da Casa Militar da Presidência, Saie Braié na Nhakba. O Inspector-geral das Forças Armadas, Estêvão na Mena, foi nomeado contra-almirante. O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, Ibraima Papa Camará, o Presidente do Supremo Tribunal Militar, Eduardo Costa, e o Brigadeiro-general Miguel Gomes foram promovidos a majores-generais. Segundo o recenseamento de 2008, para um pouco menos de 4500 homens, o exército contava com dezasseis oficiais generais.

<sup>70</sup> Na Cimeira da Praia de Março de 2009, imediatamente após a morte de Vieira e na Wai, a CEDEAO e a CPLP tinham evocado essa questão. “CPLP e CEDEAO criam um contingente militar para Bissau”, Panafrican News Agency (Pana), 31 Março de 2009.

<sup>71</sup> “Autoridades aceitam presença de força de estabilização”, Lusa, 2 de Agosto de 2010.

<sup>72</sup> “País precisa formar seus militares, em vez de pedir missão estabilização”, Lusa, 13 de Agosto de 2010.

<sup>73</sup> “Missão de estabilização já provocou reacções na classe política”, PNN, 2 de Agosto de 2010; “Partido de Kumba Ialá rejeita ideia de uma força de estabilização”, Angop, 3 de Agosto de 2010.

<sup>74</sup> “A política zig-zig de Malam Bacai Sanha”, PNN, 6 de Agosto de 2010.

<sup>75</sup> “Le général Indjai opposé à la venue d’une force étrangère”, Agence France-Presse (AFP), 13 de Agosto de 2010.

<sup>76</sup> É proposta uma “unidade de polícia formada” ou uma “companhia bem treinada e bem equipada” (cerca de 140 homens) para proteger o Presidente, uma secção de polícia ou um pelotão (cerca de 30 homens) para o Primeiro-Ministro, equipas de protecção de personalidades para figuras centrais do Estado e guarda-costas para os ministros. Ver “Roadmap for the effective take-off of the SSR programme”, op. cit., p. 19.

<sup>77</sup> “A Assembleia Nacional manifesta o seu acordo ao envio de uma força de estabilização”, Xinhua, 18 de Setembro de 2010.

<sup>78</sup> “Presidente divulga carta à CEDEAO para esclarecer que não pediu missão militar”, Notícias Lusófonas, 1 de Outubro de 2010.

<sup>79</sup> “Há consentimento do Governo para envio de força de estabilização – representante União Africana”, Lusa, 4 de Outubro de 2010.

<sup>80</sup> São então previstas três “unidades de polícia formadas” e uma “unidade de protecção”, ou seja, cerca de 500 homens. “Relatório final. Reunião conjunta extraordinária dos comités de chefes de pessoal de defesa e chefes de serviços de segurança da CEDEAO e do representante da CPLP”, Novembro de 2010, p. 9.

<sup>81</sup> “Representante da UA reafirma envio de missão de estabilização”, Infopress, 8 de Janeiro de 2011. Isata foi chamado pouco depois, mas não é certo que esse facto esteja relacionado com estas declarações. A UA manteve o seu gabinete em Bissau mas deixou de ter representante especial.

Finalmente, apenas a missão de cooperação militar angolana (Missang) entra em funções em Março, configurando uma espécie de compromisso. Mantém-se a desconfiança, circulam os rumores mais diversos sobre o seu mandato e os seus efectivos, e os partidos políticos contrários à força de estabilização, a começar pelo PRS, declaram a sua hostilidade.<sup>82</sup> As autoridades angolanas tentam tranquilizar os espíritos, frisando que o número de efectivos não seria aumentado e que a “componente fundamental” da missão consistia no apoio às forças guineenses.<sup>83</sup> Decerto como forma de garantia, o almirante Bubo na Tchuto preside à comissão que assegura o acompanhamento das acções de cooperação da Missang, e Angola empenha-se, entre outras coisas, na construção de um novo Estado-Maior da Marinha, que ficará instalado em Prabis, fora de Bissau.<sup>84</sup> Perante a oposição dos militares da Guiné-Bissau, a CEDEAO, em Março de 2011, já não previa o envio de uma força autónoma mas apenas de uma “equipa de assistência técnica de segurança com vista a reforçar e treinar equipas nacionais de protecção”<sup>85</sup> que, em Janeiro de 2012, ainda não tinha chegado a Bissau.<sup>86</sup>

O lado do Primeiro-Ministro, directamente ameaçado em 1 de Abril de 2010 foi, durante muito tempo, muito favorável a uma força internacional,<sup>87</sup> naquilo em que o campo presidencial, mais bem tratado pelos militares em 1 de Abril, adoptava uma posição mais prudente. Mas, com o tempo, orientados por um realismo compreensível e pen-

sando que era possível aceitar a nova hierarquia militar, quando nenhum interveniente internacional se mostrava disposto a tomar a iniciativa de enviar um destacamento, os dois ramos do poder civil abandonaram a ideia de uma intervenção, contentando-se com a Missang. A situação era tanto mais arriscada quanto alguns partidos da oposição, e nomeadamente o PRS, manifestavam o seu apoio aos responsáveis militares,<sup>88</sup> incitando-os, indirectamente, a agir contra um poder civil que acusavam de pretender alienar a soberania nacional e prejudicar o exército.

A partir de 1 de Abril de 2010, o poder civil e o poder militar (ou melhor, os seus diversos ramos) foram-se acostumando lentamente um ao outro. A 1 de Abril, na Tchuto tinha declarado que Carlos Gomes Júnior seria “mais cedo ou mais tarde levado a tribunal”, enquanto Injai ameaçava matar o Primeiro-Ministro e quem se manifestasse a seu favor.<sup>89</sup> Em Julho de 2010, confirmado na chefia do Estado-Maior General, afirmava: “De ora em diante, os militares da Guiné-Bissau serão um exemplo de disciplina e de respeito pelo poder civil. O militar tem de saber que não está acima da política, devendo obedecer totalmente ao poder civil; quem não respeitar este princípio não poderá continuar nas nossas fileiras”.<sup>90</sup> E quando Bubo na Tchuto, em 14 de Outubro de 2011, celebrou o primeiro aniversário do seu controverso regresso à chefia da Marinha, fê-lo na presença de próximos dos dois responsáveis máximos do executivo e do novo embaixador angolano.<sup>91</sup> Na altura, apelou à paz e à disciplina.

Por seu lado, as autoridades civis mobilizaram diversos doadores de fundos em prol das forças armadas. Assim, sem colocar as mesmas condições que os Estados Unidos e a UE, a Líbia de Kadhafi, a China, o Senegal, a Nigéria e Angola apoiaram diversas medidas, a propósito das quais o poder civil fez questão de mostrar que eram de sua iniciativa.<sup>92</sup> O Fundo de Consolidação da Paz das Nações Unidas também contribuiu, financiando, por exem-

<sup>82</sup> “Kumba Yala acredita que missão de estabilização contribui para agudizar tensões”, PNN, 17 de Janeiro de 2011; “CEMGFA concorda com Missão Militar Angolana no país”, PNN, 7 de Abril de 2011.

<sup>83</sup> “O CEMGFA de Angola está no país”, SOS Guiné-Bissau (sosguinebissau.blogspot.com), 25 de Julho de 2011.

<sup>84</sup> Tal não parece impedir a desconfiança: segundo uma fonte, um navio com um carregamento destinado à Missang foi retido ao largo de Bissau por ordem dos responsáveis militares guineenses, para revista. “Angola na reforma das FA da Guiné-Bissau”, Luso Monitor (lusomonitor.net), 30 de Maio de 2011.

<sup>85</sup> “Comunicado final. Trigésima nona sessão ordinária da conferência de Chefes de Estado e de Governo”, CEDEAO, Abuja, 23-24 de Março de 2011.

<sup>86</sup> Convirá recordar a história da CEDEAO no país. Esta organização tinha destacado uma força para Bissau aquando da guerra de 1998-1999. A junta tinha considerado essa força como um peão de França, preocupada em proporcionar ao Senegal uma saída honrosa, e não tinha sentido qualquer embaraço com essa presença para afastar em Maio de 1999 os últimos fiéis ao Presidente Vieira depois de retiradas as tropas senegalesas.

<sup>87</sup> Não deixa de ser significativo que um relatório governamental destinado aos doadores de fundos afirme que “a grande maioria da opinião pública nacional mostra-se favorável à entrada (...) de uma força internacional de estabilização”. Ver “Segundo Relatório de Seguimento e Avaliação do Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza 2009-2010”, Ministério de Economia, Plano e Integração Regional, 30 de Agosto de 2010, p. 3.

<sup>88</sup> O PRS começou por estabelecer boas relações com Injai, congratulando-se, por exemplo, com a sua nomeação, muito contestada, para o Estado-Maior. “Nomeação de major-general António Injai é gesto a saudar – PRS”, Lusa, 25 de Junho de 2010.

<sup>89</sup> “Bubo Na Tchute installe le général Antonio Injai à l'état-major de l'armée bissau-guinéenne”, Agence de presse africaine (APA), 1 de Abril de 2010; “Le Premier ministre arrêté et menacé de mort”, AFP, 2 de Abril de 2010.

<sup>90</sup> “L'armée bissau-guinéenne s'engage à lutter contre l'insubordination”, Pana, 26 de Julho de 2010.

<sup>91</sup> Encontravam-se presentes Maria Adiatu Djaló Nandigna, Ministra da Presidência do Conselho de Ministros, e o Ministro da Defesa Baciro Dja. “José Américo Bubo Na Tchutu promete subordinar-se ao poder civil”, PNN, 17 de Outubro 2011.

<sup>92</sup> “Relatório do Secretário-geral sobre a evolução da situação na Guiné-Bissau e sobre as actividades do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz nesse país”, 25 de Outubro de 2010, p. 8.

plo, a renovação de dois quartéis. Aliás, a hierarquia militar teria beneficiado além disso de vantagens materiais, formais e informais, por parte das autoridades.<sup>93</sup> Os recursos públicos orientados para os militares deverão, inclusivamente, aumentar nos próximos anos. No orçamento de 2012, com um total de 116,1 mil milhões de francos CFA (cerca de 250 milhões de dólares), a parte destinada à defesa deveria atingir 13,2 mil milhões de francos CFA, contra 9,6 mil milhões, apenas, em 2011. Deste modo, o orçamento da defesa mantém-se ligeiramente superior ao da educação (13 mil milhões de francos CFA) e é muito superior ao da saúde (7 mil milhões).<sup>94</sup> Sendo este orçamento muito deficitário (54,3 mil milhões), é dos doadores de fundos que as autoridades esperam obter o necessário para satisfazer as expectativas das forças armadas.

Difícilmente imaginamos que os acontecimentos de 1 de Abril de 2010 tenham sido apagados das memórias. O *modus vivendi* assim concertado entre poder civil e militar continua bastante incerto. Mas, pelo menos no que se refere aos princípios, a “disciplina” é uma das cláusulas da nova aliança. Embora, periodicamente, militares estejam implicados em incidentes que indicam que há quem recuse a sua responsabilidade perante o poder civil, as autoridades resistiram-lhes com êxito e os chefes militares apelaram ao respeito pelas regras (sem, no entanto, chegar a impor sanções).<sup>95</sup> Por outro lado, quando uma parte da oposição multiplicou os ataques contra o Primeiro-Ministro e, depois, contra o Presidente a partir de Junho de 2011, a hierarquia militar demarcou-se dessas acções, proibindo os soldados de participarem em manifestações, mesmo que desfardados.<sup>96</sup>

#### D. UMA CONJUNTURA ECONÓMICA FAVORÁVEL

O regresso da Guiné-Bissau à ribalta na segunda metade dos anos 2000 atraiu o interesse dos doadores de fundos, que foram progressivamente envolvendo-se e ajudaram a relançar a economia e a dar início à melhoria dos serviços

fornecidos às populações, tanto através do Estado como de organizações não governamentais. O aumento da procura mundial de matérias-primas permitiu à Guiné-Bissau valorizar o seu principal recurso, a castanha de caju, produto rentável mas tanto mais sensível aos choques externos quanto o país dispõe de capacidades de transformação muito escassas.<sup>97</sup> Os importantes recursos haliêuticos do país são ainda pouco valorizados e, no domínio das minas e minerais, não se atingiu ainda a fase de exploração. A exploração dos fosfatos de Farim poderá ter início em 2014 e a de bauxite de Boé perto de 2018. A exploração do petróleo offshore continua em fase de prospecção. Foram já realizados ou estão em fase de projecto investimentos interessantes: em Setembro de 2011 foi inaugurado, em Bandim, perto de Bissau, um porto de pesca industrial, e o Estado criou um fundo, financiado por uma taxa sobre as exportações de caju, para apoiar a indústria e, em particular, para desenvolver a transformação industrial.<sup>98</sup>

A suspensão do decisivo apoio da UE ao orçamento, na sequência dos acontecimentos de 1 de Abril de 2010, poderia ter travado esta dinâmica. Mas na realidade levou a que as autoridades apertassem o dispositivo fiscal e a melhor controlarem a despesa pública, o que constitui uma forma não só de atravessar a crise mas também de enviar à comunidade internacional sinais encorajadores sobre temas que lhe são especialmente caros. Em 2011, a receita aduaneira atingiu assim 24 mil milhões de francos CFA, ultrapassando o limiar de 21 mil milhões estabelecido pelo FMI.<sup>99</sup> O recenseamento da função pública permitiu identificar perto de 4000 funcionários “fantasma” (num total de 22 000), garantindo uma poupança

<sup>93</sup> Comunicação electrónica do Crisis Group, Dezembro de 2011.

<sup>94</sup> “Guiné-Bissau : adoption du budget de l’exercice 2012”, Le Griot (legriot.info), 28 décembre 2011.

<sup>95</sup> Em Setembro de 2011, militares da Marinha entraram em contactos com homens da segurança do Presidente a propósito de um alojamento de serviço retirado a um dos seus membros para ser entregue à Presidência. Em Outubro de 2011, militares reclamaram a uma das “esquadras-modelo” criadas pelas Nações Unidas a entrega de um civil que aí se tinha refugiado depois de ter ameaçado um militar com uma arma. “Militares invadem esquadra de polícia no Bairro Militar”, PNN, 2 de Novembro de 2011; “Militares da Marinha Nacional envolvidos em confrontos”, PNN, 20 de Setembro de 2011.

<sup>96</sup> Entrevistas realizadas pelo Crisis Group, diplomatas e jornalistas, Bissau, Julho de 2011.

<sup>97</sup> Em 2011, as exportações de castanhas de caju ultrapassaram as 150 000 toneladas. A produção e a exportação continuam a ser estimuladas por uma procura mundial em alta, assim como pelo reforço do dispositivo bancário na Guiné-Bissau e pelo reembolso da dívida interna a partir do fim de 2009, decidido pelas autoridades. O dinheiro da cocaína poderá ter tido aqui algum papel, já que o tráfico de castanha de caju foi, provavelmente, um dos instrumentos usados para o branqueamento. A presença, no mercado do caju, de políticos ligados ao regime de Nino Vieira e conhecidos pelas suas ligações ao tráfico de cocaína parece confirmar essa hipótese. Entrevista realizada pelo Crisis Group, jornalistas e funcionários guineenses de ONG, Bissau, Julho de 2011.

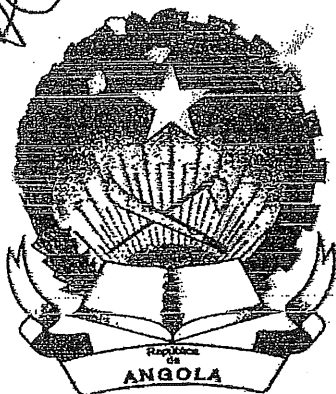
<sup>98</sup> A criação, quando se aproximam as eleições legislativas, desse fundo já dotado de 14 milhões de dólares e administrado conjuntamente pelo Ministério do Comércio e a Câmara do Comércio – duas instituições dirigidas por prósperos comerciantes pertencendo ao PAIGC – não deixou de provocar receios e, mesmo, viva controvérsia, entre Setembro e Outubro de 2011. As autoridades da tutela apresentaram documentos que comprovavam a presença dos fundos nas contas oficiais.

<sup>99</sup> “Guiné-Bissau: Receitas das alfândegas superam previsões do Governo e FMI”, PNN, 5 de Janeiro de 2012.

## **ANEXO C**

### **LEGISLAÇÃO E RESOLUÇÕES**

1. Lei da Probidade Pública (2010), Diário da República 29 de Março, I Série – Nr. 57, República de Angola.
2. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio até 2015 (2000). Fonte: [www.pnud.org.br/ODM.aspx](http://www.pnud.org.br/ODM.aspx). Acesso: 13/05/2013.



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número — Kz: 130,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional — E. P., em Luanda, Caixa Postal 1306 — End. Teleg.: «Imprensa»	ASSINATURAS		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª séries é de Kz: 75,00 e para a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional — E. P.
		Ano	
	As três séries . . . . .	Kz: 400 275,00	
	A 1.ª série . . . . .	Kz: 236 250,00	
	A 2.ª série . . . . .	Kz: 123 500,00	
	A 3.ª série . . . . .	Kz: 95 700,00	

## SUMÁRIO

## LEI DA PROBIDADE PÚBLICA

### Assembleia Nacional

### CAPÍTULO I Disposições Gerais

Lei n.º 3/10:

Da Probidade Pública.

ARTIGO 1.º  
(Objecto)

A presente lei estabelece as bases e o regime jurídico relativos à moralidade pública e ao respeito pelo património público, por parte do agente público.

### ASSEMBLEIA NACIONAL

Lei n.º 3/10  
de 29 de Março

ARTIGO 2.º  
(Âmbito)

1. A presente lei aplica-se a todas as actividades de natureza pública.

O exercício de funções na administração do Estado, nas diversas formas de administração pública e nos demais poderes públicos exige que sejam respeitados os deveres de lealdade, de imparcialidade, de probidade e outros de natureza profissional e pública, que estão consagrados, de modo disperso, em diversos diplomas legais em vigor na República de Angola;

2. Integram, igualmente, o âmbito material da presente lei as actividades de entidades não públicas, singulares ou colectivas, circunstancialmente investidas de poderes públicos.

Convindo acolher e sistematizar, em legislação específica, as normas que consagram os deveres, as responsabilidades e as obrigações dos servidores públicos na sua prestação e assegurar a moralidade, a imparcialidade e a probidade públicas;

3. Estão abrangidos pela presente lei todo o agente público como tal definido pela presente lei.

ARTIGO 3.º  
(Princípios sobre o exercício de funções públicas)

O agente público deve, na sua actuação, pautar-se pelos seguintes princípios:

Nestes termos, ao abrigo das disposições combinadas da alínea b) do artigo 161.º e da alínea d) do n.º 2 do artigo 166.º, ambos da Constituição da República de Angola, a Assembleia Nacional aprova a seguinte:

- a) princípio da legalidade;
- b) princípio da probidade pública;
- c) princípio da competência;
- d) princípio do respeito pelo património público;



- e) princípio da imparcialidade;
- f) princípio da prossecução do interesse público;
- g) princípio da responsabilidade e da responsabilização do titular, do gestor, do responsável e do funcionário ou trabalhador;
- h) princípio da urbanidade;
- i) princípio da reserva e da discricção;
- j) princípio da parcimónia;
- k) princípio da lealdade às instituições e entidades públicas e aos superiores interesses do Estado.

**ARTIGO 4.º**  
(Princípio da legalidade)

O agente público deve, na sua actuação, observar estritamente a Constituição e a lei.

**ARTIGO 5.º**  
(Princípio da probidade pública)

O agente público pauta-se pela observância de valores de boa administração e honestidade no desempenho da sua função, não podendo solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, directa ou indirectamente, quaisquer presentes, empréstimos, facilidades ou quaisquer ofertas que possam pôr em causa a liberdade da sua acção, a independência do seu juízo e a credibilidade e autoridade da administração pública, dos seus órgãos e serviços.

**ARTIGO 6.º**  
(Princípio da competência)

No exercício das suas funções o agente público e a entidade pública devem pautar-se e assumir o mérito, o brio e a eficiência como critérios mais elevados de profissionalismo público.

**ARTIGO 7.º**  
(Princípio do respeito pelo património público)

No exercício das suas funções o agente público deve abster-se da prática de actos que lesem o património do Estado ou de actos susceptíveis de diminuir o seu valor, tais como o desvio, a apropriação, o esbanjamento e a delapidação dos bens das entidades públicas de que tenha a guarda, em virtude do cargo, do mandato, da função, da actividade ou do emprego.

**ARTIGO 8.º**  
(Princípio da imparcialidade)

O agente público deve tratar de forma imparcial os cidadãos com os quais entra em relação, devendo merecer o mesmo tratamento no atendimento, no encaminhamento e na resolução das suas pretensões ou interesses legítimos, observando, sempre, com justeza, ponderação e respeito o princípio da igualdade jurídica de todos os cidadãos perante a Constituição e a lei.

**ARTIGO 9.º**  
(Princípio da prossecução do interesse público)

O agente público deve exercer as suas funções exclusivamente ao serviço do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

**ARTIGO 10.º**  
(Princípio da responsabilidade e da responsabilização)

No exercício das suas funções o agente público pugna pela lealdade e pela transparência funcionais e é responsável pelo sucesso, pelo insucesso, pela legalidade e pela ilegalidade da actividade a seu cargo e compromete-se em servi-la para bem dos interesses gerais da comunidade.

**ARTIGO 11.º**  
(Princípio da urbanidade)

No exercício das suas funções o agente público deve actuar com urbanidade, nas suas relações com os cidadãos.

**ARTIGO 12.º**  
(Princípio da reserva e da discricção)

No exercício das suas funções o agente público deve usar da maior reserva e discricção, de modo a evitar a divulgação dos factos e das informações de que tenha conhecimento, sendo-lhe vedado o uso dessas informações em proveito próprio ou de terceiro.

**ARTIGO 13.º**  
(Princípio da parcimónia)

No exercício das suas funções o agente público deve agir com equilíbrio, ponderação, moderação, cautela e precaução na utilização dos recursos postos à sua disposição.

**ARTIGO 14.º**  
(Princípio da lealdade)

No exercício das suas funções o agente público deve desempenhar, com lealdade, as actividades e as missões definidas superiormente, no respeito escrupuloso à lei e às ordens legítimas dos seus superiores hierárquicos.

**CAPÍTULO II**  
**Sujeitos e Serviços**

**ARTIGO 15.º**  
(Agente público)

1. Considera-se agente público a pessoa que exerce mandato, cargo, emprego ou função em entidade pública, em virtude de eleição, de nomeação, de contratação ou de qualquer outra forma de investidura ou vínculo, ainda que de modo transitório ou sem remuneração.

2. Para efeitos da presente lei são agentes públicos, nomeadamente, as seguintes entidades:

- a) os membros do Executivo;
- b) os Deputados à Assembleia Nacional;
- c) os magistrados judiciais e do Ministério Público de todos os tribunais, sem excepção;
- d) os membros da Administração Central do Estado;
- e) os membros dos governos provinciais, das administrações municipais e comunais;
- f) os gestores, responsáveis e funcionários ou trabalhadores da administração pública central e local do Estado;
- g) os gestores, responsáveis e funcionários dos tribunais e da Procuradoria Geral da República;
- h) os gestores de património público afectos às Forças Armadas Angolanas e à Polícia Nacional, independentemente da sua qualidade;
- i) os gestores, responsáveis e funcionários ou trabalhadores dos institutos públicos, dos fundos ou das fundações públicas, das empresas públicas e das empresas participadas pelo Estado;
- j) os titulares, responsáveis e funcionários ou trabalhadores das autarquias locais, das associações públicas e das entidades que recebam subvenção de órgão público;
- k) os titulares, responsáveis e funcionários ou trabalhadores das instituições de utilidade pública;
- l) os gestores, responsáveis e trabalhadores de empresas privadas investidas de funções públicas mediante concessão, licença, contrato ou outros vínculos contratuais;
- m) os funcionários públicos, agentes administrativos e trabalhadores dos sectores público-administrativo e empresarial, integrados na administração directa ou indirecta do Estado, bem como na administração autónoma ou independente.

**ARTIGO 16.º**  
(Direitos do agente público)

O agente público, dependendo da função que exerça, goza cumulativa ou parcialmente dos seguintes direitos:

- a) imunidades, nos termos da lei respectiva;
- b) notificação antecipada da cessação do cargo;
- c) audiência prévia, no caso de procedimento disciplinar;
- d) direito a progressão ou promoção na carreira, nos termos da lei.

**ARTIGO 17.º**  
(Deveres do agente público)

1. A consciência e a postura de bem servir, com eficiência e rigor, devem constituir uma referência obrigatória na actividade do agente público, quer perante os cidadãos quer perante entidades públicas ou privadas.

2. No exercício das suas funções, o agente público deve observar os seguintes deveres:

- a) qualidade na prestação do serviço público;
- b) isenção e imparcialidade;
- c) cortesia e informação;
- d) dedicação, zelo, autoformação, aperfeiçoamento e actualização;
- e) reserva e discrição;
- f) parcimónia;
- g) solidariedade e cooperação;
- h) lealdade.

3. O agente público deve recusar qualquer tratamento de favor ou de situação que implique privilégio ou vantagem injustificada a cidadãos ou entidades colectivas públicas ou privadas.

4. Na sua relação com os demais servidores públicos, o agente público deve acatar as ordens dos seus legítimos superiores, com disciplina e respeitar os seus subordinados.

**ARTIGO 18.º**  
(Recebimento de ofertas)

1. O agente público não deve, pelo exercício das suas funções, beneficiar, directamente ou por interposta pessoa, de ofertas por parte de entidades singulares ou colectivas, de direito angolano ou estrangeiro.

2. São incluídos na proibição estabelecida no número anterior todos os móveis, imóveis e serviços que, pela sua natureza e valor, possam, de algum modo, afectar ou vir a afectar a integridade e a postura de exemplar isenção do agente público no desempenho das suas funções, nomeadamente:

- a) dinheiro, em moeda nacional ou estrangeira, independentemente do valor;
- b) imóveis ou quaisquer trabalhos de reparação, manutenção ou beneficiação destes;
- c) viaturas, embarcações e outros meios de transporte;
- d) mobiliários, electrodomésticos e demais apetrechos do lar;
- e) abastecimento regular ou intermitente de bens alimentares;
- f) férias pagas;
- g) as ofertas que, pela sua natureza e valor pecuniário, sejam susceptíveis de comprometer o exercício das suas funções com a lisura requerida e sejam lesivas à boa imagem do Estado.

3. É permitido, ao agente público, o recebimento de ofertas nas seguintes situações:

- a) bens que, pela sua natureza, podem ser imediatamente integrados no património do Estado e demais pessoas colectivas públicas ou encaminhado, pelo agente público, para benefício das colectividades;

- b) ofertas que se enquadram na prática protocolar e não sejam lesivas à boa imagem do Estado e demais pessoas colectivas públicas;
- c) presentes por ocasião de datas festivas, nomeadamente aniversário, casamento, dia da família e ano novo, desde que adequados, no seu valor e natureza, à respectiva data.

4. Em circunstância alguma os presentes ou as ofertas referidos no número anterior devem abranger as ofertas previstas no n.º 2 do presente artigo.

**ARTIGO 19.º**  
(Serviços de interesse público)

1. O agente público exerce as suas funções ao serviço do Estado e prossegue, sempre, a satisfação dos interesses gerais dos cidadãos.

2. A actuação do agente público deve fundar-se em considerações objectivas, orientadas para o interesse comum, à margem de qualquer outro factor que exprima ou favoreça posições pessoais, familiares, corporativas ou quaisquer outras que colidam com o interesse público.

**ARTIGO 20.º**  
(Eficiência dos serviços)

1. O agente público deve exercer as respectivas competências, tarefas e missões com vista à eficiência dos serviços.

2. O agente público deve evitar o descuido, a negligência e comportamentos que prejudiquem o cumprimento das suas tarefas.

**ARTIGO 21.º**  
(Utilização dos meios adstritos ao serviço público)

1. O agente público deve proteger e conservar os bens públicos, devendo abster-se de utilizar instalações, veículos e serviços em benefício particular.

2. Os recursos, os meios técnicos e o material gastável devem ser utilizados para o desempenho das tarefas da instituição.

3. O agente público deve fazer uma racional utilização dos bens que lhe são facultados, evitar desperdícios e não permitir que qualquer outra pessoa deles se aproveite, à margem do fim que lhes foi destinado, no cumprimento da missão pública.

**ARTIGO 22.º**  
(Tempo de decisão)

1. O agente público deve tomar a decisão no tempo requerido para a sua adequada realização, com respeito aos prazos legais.

2. Na prossecução do interesse público o agente público deve tratar os assuntos com diligência, evitando demoras e atrasos injustificados na decisão, na resposta ou na comunicação da petição, solicitação ou requerimento.

3. Constitui falta grave, passível de responsabilidade disciplinar e cível do agente público:

- a) retardar ou deixar de praticar, injustificadamente, actos em condições normalmente exigidas;
- b) revelar factos relacionados com procedimentos ou processos em apreciação, salvo nos casos de cumprimento do princípio do arquivo aberto;
- c) recusar ou retardar a divulgação de actos públicos susceptíveis de publicidade.

**CAPÍTULO III**  
**Actos de Improbidade**

**ARTIGO 23.º**  
(Improbidade pública)

São actos de improbidade pública as acções ou as omissões do agente público contrárias à moralidade administrativa e ao respeito pelo património público.

**ARTIGO 24.º**  
(Actos contra os princípios da Administração Pública)

Considera-se acto de improbidade pública atentatório dos princípios da Administração Pública qualquer acção ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade ou lealdade às instituições, nomeadamente:

- a) praticar acto com vista a um fim proibido por lei ou por regulamento;
- b) retardar ou deixar de praticar acto indevidamente;
- c) revelar facto ou circunstância de que tenha conhecimento em razão das competências ou tarefas e que deva permanecer em segredo;
- d) negar publicidade a actos oficiais;
- e) frustrar a licitude de concurso público;
- f) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo;
- g) revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou económica capaz de afectar o preço de mercadoria, de bem ou de serviço ou de ter repercussões de carácter político ou social.

**ARTIGO 25.º**  
(Actos que conduzem ao enriquecimento ilícito)

1. Constitui acto de improbidade pública conducente ao enriquecimento ilícito obter qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida, em virtude do cargo, do mandato, da função, da actividade ou do emprego do agente público.

Para efeitos do número anterior consideram-se de improbidade pública, nomeadamente, os seguintes actos:

- a) receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem económica, directa ou indirecta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou de presente de quem tenha interesse, directo ou indirecto, que possa ser atingido ou amparado por acção ou omissão decorrente das atribuições do agente público;

- b) obter vantagem económica, directa ou indirecta, para facilitar a aquisição, a permuta ou a locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pela entidade pública por preço superior ao valor de mercado;
- c) obter vantagem económica, directa ou indirecta, para facilitar a alienação, a permuta ou a locação de bem público ou o fornecimento de serviço pela entidade pública por preço inferior ao valor do mercado;
- d) utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de entidade pública, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por entidade pública;
- e) obter vantagem económica de qualquer natureza, directa ou indirecta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra actividade ilícita ou aceitar promessa de tal vantagem;
- f) obter vantagem económica de qualquer natureza, directa ou indirecta, para fazer declaração falsa sobre medição ou avaliação em obras públicas ou qualquer outro serviço ou sobre quantidade, peso, medida, qualidade ou característica de mercadorias ou bens fornecidos a qualquer entidade pública;
- g) adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do património ou à renda do agente público;
- h) aceitar emprego ou exercer actividade de consultoria para pessoa física ou jurídica que tenha interesse susceptível de ser atingido ou amparado por acção ou por omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a actividade;
- i) obter vantagem económica de qualquer natureza, directa ou indirectamente, para omitir acto de officio, providência ou declaração a que esteja obrigado;
- j) integrar, no seu património, de forma ilícita, bens, rendas, verbas ou valores pertencentes ao acervo patrimonial de entidade pública;
- k) usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial de entidade pública;
- l) obter vantagem económica para intermediar a disponibilização ou a aplicação de verba pública de qualquer natureza.

## ARTIGO 26.º

(Actos que causam prejuízo ao património público)

3. Constitui acto de improbidade pública, que prejudica o património público, a acção ou a omissão negligente ou culposa que provoque perda patrimonial, desvio, apropriação, esbanjamento ou delapidação dos bens das entidades públicas.

2. Para efeitos do número anterior consideram-se de improbidade pública, nomeadamente, os seguintes actos:

- a) facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a integração no património particular de pessoa física ou jurídica, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial de entidade pública;
- b) permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial de entidade pública, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis;
- c) permitir ou facilitar a aquisição, a permuta ou a locação de bem ou serviço por preço superior ao do mercado;
- d) permitir ou facilitar a alienação, a permuta ou a locação de bem integrante do património de entidade pública ou, ainda, a prestação de serviço por esta, por preço inferior ao do mercado;
- e) realizar operação financeira sem a observância das normas legais ou regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inadmissível;
- f) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis;
- g) violar as regras legais sobre concursos em matéria de contratação pública;
- h) ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas por lei ou regulamento;
- i) permitir que se utilize, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer entidade pública;
- j) permitir que se recorra, em obra ou serviço particular, ao trabalho de servidor público, empregado ou terceiro contratado por entidade pública;
- k) permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro enriqueça ilicitamente;
- l) disponibilizar verba pública sem a observância das normas em vigor ou influir, de qualquer forma, para a sua aplicação indevida ou ilegal.

## CAPÍTULO IV

## Garantias de Probidade e Sanções

## ARTIGO 27.º

(Declaração de bens)

1. O exercício de funções públicas está sujeito à declaração dos direitos, rendimentos, títulos, acções ou de qualquer outra espécie de bens e valores, localizados no País ou no estrangeiro, conforme modelo anexo, que constituem o património privado das seguintes entidades:

- a) titulares de cargos políticos providos por eleição ou por nomeação;
- b) magistrados judiciais e do Ministério Público, sem excepção;
- c) gestores e responsáveis da Administração Central e Local do Estado;

- d) gestores de património público afecto às Forças Armadas Angolanas e à Polícia Nacional, independentemente da sua qualidade;
- e) gestores e responsáveis dos institutos públicos, dos fundos ou fundações públicas e das empresas públicas;
- f) titulares dos órgãos executivos e deliberativos autárquicos.

2. A declaração de bens deve ser actualizada a cada dois anos.

3. As falsas declarações por dolo ou negligência, as omissões e a falta de declaração de bens equivalem a falsas declarações perante autoridade pública, susceptíveis de responsabilização política, disciplinar e criminal.

4. É punido com pena de demissão ou destituição, sem prejuízo de outras sanções previstas por lei, o agente público que se recuse a prestar declaração de bens, no prazo determinado por lei.

5. A declaração de bens é apresentada em envelope fechado e lacrado, até 30 dias após a tomada de posse, junto da entidade que exerce poder de direcção, de superintendência ou de tutela, que a remete, no prazo de oito dias úteis, ao Procurador Geral da República.

6. O Procurador Geral da República é o fiel depositário da declaração de bens, à qual apenas é permitido acesso, por mandato judicial, sempre que, no âmbito de um processo crime e/ou disciplinar e administrativo ou outras razões, de fortes indícios de ilícitos criminais e/ou administrativos o justifiquem.

7. As informações e os dados contidos na declaração de bens, bem como em denúncia por acto de improbidade, são considerados elementos sob segredo de justiça, estando o seu desrespeito, por qualquer forma, sujeito à correspondente processo criminal e disciplinar.

**ARTIGO 28.º**  
(Impedimentos do agente público)

1. O agente público está impedido de intervir na preparação, na decisão e na execução dos actos e contratos, nos seguintes casos:

- a) quando tenha interesse directo ou como representante de outra pessoa;
- b) quando, por si ou como representante de outra pessoa, nele tenha interesse seu cônjuge ou parente na linha recta ou até ao segundo grau da linha colateral, bem como com quem viva em comunhão de mesa e habitação;
- c) quando exerça actividades privadas, incluindo de carácter profissional ou associativo, que se relacionem directamente com órgão ou entidade ao qual prestem serviço;
- d) quando, por si ou por interposta pessoa singular ou colectiva, exerça uma actividade profissional de assessoria sob a dependência de serviços de entidades privadas ou particulares, em assuntos

em que deva intervir ou haja intervido por razão da sua qualidade de agente público;

- e) quando, em qualquer tipo de contrato, assuntos, operação ou actividade, se aproveite de tal circunstância para preparar ou facilitar qualquer forma de participação, directa ou por interposta pessoa.

2. A violação das normas sobre impedimento, por acção ou omissão negligente ou dolosa, dá lugar à responsabilização política, disciplinar e criminal.

**ARTIGO 29.º**  
(Escusa e arguição de impedimento)

1. Sempre que se verifique causa de impedimento em relação a qualquer agente público, este é obrigado a comunicar imediatamente o facto.

2. Qualquer interessado pode requerer a declaração de impedimento, enquanto não for proferida a decisão definitiva, praticado o acto ou celebrado o contrato.

**ARTIGO 30.º**  
(Obrigações ao cessar funções)

1. Após cessar funções o agente público deve estar disponível para a passagem de pastas.

2. O agente público deve, no prazo máximo de 60 dias, proceder à restituição do material, dos equipamentos e dos meios da instituição que, por força da função, estiveram ao seu dispor.

**ARTIGO 31.º**  
(Reintegração patrimonial e sanções)

1. Sem prejuízo das correspondentes sanções penais ou de outra natureza prevista na lei, o responsável pelo acto de improbidade sujeita-se às seguintes cominações:

- a) para a hipótese do artigo 24.º, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa de até 100 vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com entidades públicas ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, directa ou indirectamente, ainda que por intermédio de pessoa colectiva da qual seja sócio maioritário, pelo prazo de três anos;
- b) para a hipótese prevista no artigo 25.º, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao seu património, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, pagamento de multa de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial ilícito e proibição de contratar com entidades públicas ou receber incentivos ou benefícios fiscais ou creditícios, directa ou indirectamente, ainda que por intermédio de pessoa colectiva da qual seja sócio maioritário, pelo prazo de 10 anos;

c) para a hipótese do artigo 26.º, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao património, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com entidades públicas ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, directa ou indirectamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio maioritário, pelo prazo de cinco anos.

2. Para efeitos das alíneas a) e b), na determinação dos valores ilicitamente acrescidos ao património, deve atender-se aos bens titulados pelo agente por interposta pessoa.

3. Na fixação da indemnização e sanções previstas no n.º 1 do presente artigo, o juiz deve ter em consideração a extensão do dano causado e o proveito patrimonial obtido pelo agente.

**ARTIGO 32.º**  
(Aspectos processuais)

1. Qualquer pessoa, singular ou colectiva, pode participar, ao Ministério Público ou a entidade administrativa, factos que revelem improbidade, para que seja instaurada a respectiva investigação, após o apuramento de indícios da eventual veracidade dos factos.

2. A participação deve ser escrita ou reduzida a termo, assinada e conter:

- a) a identificação do participante;
- b) as informações sobre o facto e sua presumível autoria;
- c) a indicação das provas de que tenha conhecimento.

3. O Ministério Público pode vir a conhecer, officiosamente, dos actos de improbidade, ainda que a participação não sirva para promover qualquer investigação por falta dos elementos previstos no número anterior.

4. Tendo sido instaurada a investigação para apuramento de actos de improbidade, o Ministério Público pode dar conhecimento, ao Tribunal de Contas, da existência do correspondente processo, podendo o Tribunal de Contas indicar representante para o acompanhar junto do Ministério Público.

5. Havendo fundados indícios de responsabilidade por actos de improbidade pode o Ministério Público requerer ao Tribunal competente, nos termos da lei civil, o decretamento do arresto dos bens, incluindo o congelamento de contas bancárias do provável agente ou de terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao património público.

6. O Tribunal deve proferir decisão sobre o requerimento do Ministério Público, nos termos do número anterior, no prazo máximo de 20 dias, devendo o Ministério Público promover, de forma célere, a investigação, propondo a acção principal no prazo máximo de 60 dias, sob pena de caducar a providência cautelar.

**CAPÍTULO V**  
**Crimes Cometidos por Agente Público**

**ARTIGO 33.º**  
(Prevaricação)

O agente público que, contra o que esteja legalmente estatuído, conduza ou decida um processo em que intervenha, no exercício das suas funções, com a intenção de prejudicar ou beneficiar alguém, é punido com prisão maior de dois a oito anos.

**ARTIGO 34.º**  
(Denegação do poder disciplinar)

O agente público que, no exercício das suas funções, se recuse a exercer o poder disciplinar que lhe caiba, nos termos das suas competências, é punido com prisão e multa correspondente.

**ARTIGO 35.º**  
(Não acatamento ou recusa de execução de decisão judicial)

O agente público que, no exercício das suas funções, não acate ou se oponha à execução de decisão judicial transitada em julgado, que lhe caiba por dever de cargo, é punido com prisão e multa correspondente.

**ARTIGO 36.º**  
(Violação de normas de execução do plano e orçamento)

O agente público a quem, por dever do seu cargo, incumba o cumprimento de normas de execução do plano ou do orçamento e, voluntariamente, as viole é punido com prisão, quando:

- a) contraia encargos não permitidos por lei;
- b) autorize ou promova operações de tesouraria ou alterações orçamentais proibidas por lei;
- c) dê, ao dinheiro público, um destino diferente daquele a que esteja legalmente afectado.

**ARTIGO 37.º**  
(Enriquecimento sem causa)

O agente público que, no exercício das suas funções, aproveitando-se de erro de outrem, receba, para si ou para terceiro, taxas, emolumentos ou outros valores não devidos ou superiores aos devidos, é punido de acordo com o valor indevidamente recebido, nos termos do artigo 473.º do Código Civil.

**ARTIGO 38.º**  
(Emprego de força pública contra a lei)

O titular de cargo de responsabilidade que, sendo competente em razão das suas funções para requisitar ou ordenar o emprego de força pública, requisitar ou ordenar esse emprego para impedir a execução de alguma lei, mandado regular de justiça ou de ordem de autoridade pública é punido com pena de prisão maior de dois a oito anos.

**ARTIGO 39.º**  
(Abuso de poder)

O titular de cargo de responsabilidade que, abusando dos poderes que a lei lhe confere ou violando os deveres inerentes às funções ou por qualquer fraude, obtenha, para si ou para terceiro, um benefício ilegítimo ou cause prejuízo a entidade

pública ou privada é punido com prisão e multa correspondente, se pena mais grave não couber por força de outra disposição legal.

**ARTIGO 40.º**  
(Denúncia casualosa)

Havendo participação ou denúncia que se verifique ter sido feita com o conhecimento da falsidade dos factos participados com a intenção de comprometer ou de lesar a consideração e o bom-nome do denunciado ou, com negligência, o denunciante é punido com prisão de três a 18 meses e suspensão dos direitos políticos, sem prejuízo de indemnizar o denunciado pelos danos materiais, morais ou à imagem que haja provocado.

**ARTIGO 41.º**  
(Responsabilidade civil)

1. O Estado e as demais pessoas colectivas públicas, através dos seus órgãos ou serviços a que esteja vinculado o agente público, respondem solidariamente com este pelas perdas e danos causados a terceiros.

2. As pessoas colectivas públicas gozam do direito de regresso contra o agente público, pelas indemnizações pagas nos termos do número anterior.

3. A absolvição, pelo tribunal criminal, não extingue o dever de indemnização, que pode ser pedida em tribunal cível.

**ARTIGO 42.º**  
(Exclusão da responsabilidade disciplinar)

1. É excluída a responsabilidade disciplinar do agente público que actue no cumprimento de ordens ou de instruções emanadas de legítimo superior hierárquico em matéria de serviço se delas tenha reclamado ou exigido a sua transmissão ou confirmação.

2. Considerando ilegal a ordem recebida, o agente público faz menção desse facto ao reclamar ou ao pedir a sua transmissão ou confirmação.

3. Quando a ordem seja dada com menção de cumprimento imediato a comunicação do agente público é efectuada após a execução da ordem.

4. Cessa o dever de obediência sempre que o cumprimento das ordens ou instruções implique a prática de crime.

**CAPÍTULO VI**  
**Disposições Finais**

**ARTIGO 43.º**  
(Revogação de legislação)

Fica revogada a Lei n.º 22/90, de 22 de Dezembro (Lei Sobre a Disciplina Estatal), a Lei n.º 13/96, de 31 de Maio (Lei Orgânica que Estabelece o Regime Jurídico e o Estatuto Remuneratório dos Membros do Governo), o Decreto n.º 23/90, de 6 de Outubro (Sobre as Regalias Patrimoniais dos Dirigentes) e o Decreto n.º 24/90, de 6 de Outubro (que Regulamenta o Recebimento de Pequenas Ofertas a Membros do Governo) e demais legislação que contrarie o disposto na presente lei.

**ARTIGO 44.º**  
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e as omissões resultantes da interpretação e aplicação da presente lei são resolvidas pela Assembleia Nacional.

**ARTIGO 45.º**  
(Entrada em vigor)

A presente lei entra em vigor 90 dias após a data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 5 de Março de 2010.

O Presidente da Assembleia Nacional, *António Paulo Kassoma*.

Promulgada em 25 de Março de 2010.

Publique-se.

O Presidente da República, *José Eduardo dos Santos*.

**ANEXO**

**Modelo de declaração de bens a que se refere o artigo 27.º da Lei da Probidade Pública**

Eu, (nome, estado civil, profissão ou função, residência, titular do Bilhete de Identidade n.º ....., emitido em ....., aos ....., tendo sido nomeado para o exercício das funções de ....., declaro, por minha honra e para os efeitos do disposto no artigo 27.º da Lei da Probidade Pública, que sou proprietário do seguinte:

1. Bens imóveis	2. Bens móveis	3. Bens semoventes	4. Dinheiro	5. Títulos	6. Acções
A) No País	A) No País	A) No País	A) No País	A) No País	A) No País
.....	.....	.....	.....	.....	.....
.....	.....	.....	.....	.....	.....
B) No estrangeiro	B) No estrangeiro	B) No estrangeiro	B) No estrangeiro	B) No estrangeiro	B) No estrangeiro
.....	.....	.....	.....	.....	.....
.....	.....	.....	.....	.....	.....

Local e data  
Assinatura legível do declarante

Em Setembro de 2000, os dirigentes mundiais reunidos na Cimeira do Milénio reafirmaram as suas obrigações comuns para com todas as pessoas do mundo, especialmente as mais vulneráveis e, em particular, as crianças do mundo a quem pertence o futuro.. Comprometeram-se então a atingir um conjunto de objectivos específicos, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que irão guiar os seus esforços colectivos nos próximos anos no que diz respeito ao combate à pobreza e ao desenvolvimento sustentável.

## **OS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO**

**Até 2015, os 189 Estados Membros das Nações Unidas comprometeram-se a:**

### **1. Erradicar a pobreza extrema e a fome**

- Reduzir para metade a percentagem de pessoas cujo rendimento é inferior a 1 dólar por dia.

- Reduzir para metade a percentagem da população que sofre de fome.

### **2. Alcançar o ensino primário universal**

- Garantir que todos os rapazes e raparigas terminem o ciclo completo do ensino primário.

### **3. Promover a igualdade de género e a autonomização da mulher**

- Eliminar as disparidades de género no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis, até 2015.

### **4. Reduzir a mortalidade de crianças**

- Reduzir em dois terços a taxa de mortalidade de menores de cinco anos.

### **5. Melhorar a saúde materna**

- Reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna.

### **6. Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças**

- Deter e começar a reduzir a propagação do VIH/SIDA.

- Deter e começar a reduzir a incidência de malária e outras doenças graves.

### **7. Garantir a sustentabilidade ambiental**

- Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais; inverter a actual tendência para a perda de recursos ambientais.

- Reduzir para metade a percentagem da população sem acesso permanente a água potável.

- Melhorar consideravelmente a vida de pelo menos 100 000 habitantes de bairros



degradados, até 2020.

### **8. Criar uma parceria global para o desenvolvimento**

- Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro multilateral aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório. Inclui um compromisso em relação a uma boa governação, ao desenvolvimento e à redução da pobreza, tanto a nível nacional como internacional.
- Satisfazer as necessidades especiais dos países menos avançados. Inclui o acesso a um regime isento de direitos e não sujeito a quotas para as exportações dos países menos avançados, um programa melhorado de redução da dívida dos países muito endividados, o cancelamento da dívida bilateral oficial e a concessão de uma ajuda pública ao desenvolvimento mais generosa aos países empenhados em reduzir a pobreza.
- Satisfazer as necessidades especiais dos países em desenvolvimento sem litoral e dos pequenos estados insulares.
- Tratar de uma maneira global os problemas da dívida dos países em desenvolvimento através de medidas nacionais e internacionais, a fim de tornar a sua dívida sustentável a longo prazo.
- Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e aplicar estratégias que proporcionem aos jovens um trabalho digno e produtivo.
- Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar acesso a medicamentos essenciais, a preços acessíveis, nos países em desenvolvimento.
- Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em particular os das tecnologias da informação e comunicação.

**Para mais informações sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, pode consultar as páginas na Internet com os seguintes endereços:**

- [www.un.org/millenniumgoals](http://www.un.org/millenniumgoals)
- [www.undg.org/login.cfm](http://www.undg.org/login.cfm)
- [www.undp.org/mdg/](http://www.undp.org/mdg/)

## ANEXO D

### COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

1. Discurso de tomada de posse do Eng<sup>o</sup> José Eduardo dos Santos (10/09/1979).  
Fonte: Youtube.
2. Carta enviada ao Secretário Geral da ONU (17/11/1984). Fonte: Edições DIP do CC do MPLA-PT, Luanda.
3. Discurso de Abertura da II Cimeira dos Países da Comissão do Golfo da Guiné (25/11/2008). Fonte: [www.portalangop.co.ao/.../Discurso-Presidente-Republica-Cimeira -Golfo](http://www.portalangop.co.ao/.../Discurso-Presidente-Republica-Cimeira-Golfo) . Acesso: 09/08/2013.
4. Discurso da Tomada de Posse da Comissão do Golfo da Guiné (21/09/2009).  
Fonte: [www.mission-angola.ch/discursos/en\\_discursos\\_angola\\_2009.html](http://www.mission-angola.ch/discursos/en_discursos_angola_2009.html).  
Acesso: 14/08/2013.
5. Discurso da Visita à República Portuguesa (10/03/2009). Fonte:  
[www.portalangop.co.ao/.../Integra-Discurso](http://www.portalangop.co.ao/.../Integra-Discurso). Acesso: 10/07/2013
6. Discurso na Cimeira do G8 (10/07/2009). Fonte:  
[www.portalangop.co.ao/.../Discurso-Pronunciado-por-Sua-Excelencia](http://www.portalangop.co.ao/.../Discurso-Pronunciado-por-Sua-Excelencia). Acesso:  
28/05/2012.
7. O nascimento da III República de Angola - Discurso de Abertura do novo Ano Parlamentar (15/10/2010). Fonte: [jornaldigital.com/noticias.php?noticia=38561](http://jornaldigital.com/noticias.php?noticia=38561).  
Acesso: 16/03/2013
8. Discurso na sua Investidura como Presidente da República (26/09/2012). Fonte:  
[www.portalangop.co.ao/.../2012/.../Integra-discurso-Jose-Eduardo-dos-S...](http://www.portalangop.co.ao/.../2012/.../Integra-discurso-Jose-Eduardo-dos-S...)  
Acesso: 10/06/2013.
9. Entrevista concedida à SIC - extractos - (06/06/213). Fonte:  
<http://www.publico.pt/economia/noticias/jose-eduardo-dos-santos-diz-que-trabalhadores-portugueses-sao-bem-vindos--em-angola-1596693>
10. Discurso na Cimeira da Comissão do Golfo da Guiné em Malabo (10/08/2013).  
Fonte: [www.portalangop.co.ao/.../Golfo-Guine-deve-contribuir-para-reforco-se...](http://www.portalangop.co.ao/.../Golfo-Guine-deve-contribuir-para-reforco-se...) Acesso: 13/10/2013.
11. Discurso Sobre o Estado da Nação (15/10/2013). Fonte:  
[www.portalangop.co.ao/.../2013/.../Discurso-Presidente-Republica-sobre](http://www.portalangop.co.ao/.../2013/.../Discurso-Presidente-Republica-sobre).  
Acesso: 18/10/2013.

## Discurso de tomada de posse de José Eduardo dos Santos

10 de Setembro de 1979

Submetendo-me a uma decisão do Comité Central do nosso Partido cumpro hoje o honroso dever de prestar sermão nesta cerimónia de investidura para assumir os cargos de Presidente do MPLA- Partido do Trabalho, de Presidente da República Popular de Angola e de Comandante em Chefe das Forças Armadas Populares de Angola, funções que vinham sendo desempenhadas com brio invulgar, com dedicação, coragem e perspicácia de estadista genial pelo nosso querido e saudoso camarada presidente Neto que inoportunamente faleceu a 10 de Setembro em Moscovo. Não é uma substituição fácil, nem tão pouco me parece uma substituição possível. É apenas uma substituição necessária.

A história da sua luta coincidente com a luta de libertação nacional e com a fase da revolução democrática popular deixa na memória de todo o povo angolano imagens e recordações inapagáveis que expressam ora um sentimento de grande dor e de profundo pesar, ora um vigoroso redobrar de determinação e de firmeza para levar a bom termo a obra por ele iniciada, a construção da sociedade socialista em Angola assente em princípios marxistas-leninistas.

<https://www.google.pt/#q=Discurso+de+tomada+de+posse+de+Jos%C3%A9+eduardo+dos+santos+1979>

<http://www.youtube.com/watch?v=5YvajZ1klRw>

JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS

**PELA PAZ E SEGURANÇA  
NA ÁFRICA AUSTRAL**

**FOR PEACE AND SECURITY  
IN SOUTHERN AFRICA**

**POUR LA PAIX ET LA SECURITE  
EN AFRIQUE AUSTRALE**



EDIÇÕES DIP. DO CC DO MPLA-PT

EXMO. SENHOR  
DR. JAVIER PEREZ DE CUELLAR  
SECRETÁRIO GERAL DA ORGANIZAÇÃO  
DAS NAÇÕES UNIDAS

**NOVA IORQUE**

Luanda, aos 17 de Novembro de 1984

Senhor Secretário Geral:

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para informar-lhe sobre os passos que o Governo da República popular de Angola tem dado com o objectivo essencial de garantir a independência da Namíbia, através da plena aplicação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU, conseguir a retirada das forças sul-africanas do território de Angola, obter garantias internacionais para a sua segurança, independência e integridade territorial, e contribuir para o estabelecimento de uma paz duradoura na África Austral.

Como, afirmei publicamente em 28 de Agosto de 1983, por ocasião da vossa memorável visita a Luanda, a R.P.P. tem manifestado sempre a sua disposição de colaborar na busca de uma solução adequada para o problema da Namíbia, dando, assim, um primeiro e importante passo para o estabelecimento da paz justa e duradoura que ansiamos para os nossos povos e a comunidade internacional.

Ao ratificar a decisão do Povo e do Governo de Angola em continuar a luta contra os invasores racistas reiterarei a nossa vontade de continuarmos a realizar acções diplomáticas para a procura duma solução justa e reafirmei as seguintes posições do nosso Partido e Governo:

- 1 – Retirada imediata e incondicional das forças sul-africanas que ocupam uma parte do nosso território;

2 – A aplicação imediata da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança que conduza à verdadeira Independência da Namíbia;

3 – Cessação das agressões sul-africanas contra Angola;

4 – Cessação de todo o apoio logístico aos bandos fantoches da UNITA.

Baseados nestas posições, algumas das quais já tinham sido expostas na Declaração dos Ministros das Relações Exteriores da República Popular de Angola e da República de Cuba em 4 de Fevereiro de 1982 e que estão integralmente inseridas na Declaração Conjunta de 19 de Março de 1984 dos Governos de ambos os países, realizámos contactos e conversações directas e indirectas com os representantes dos Governos dos Estados Unidos e da África do Sul, com o fim de atingir os objectivos acima mencionados.

Estas posições de princípios que Angola expõe rejeitam, categoricamente, como têm feito quase todos os Governos do Mundo e a opinião pública internacional, o chamado «linkage», que pretende fazer depender a aplicação da Resolução 435/78 para a Independência da Namíbia, da retirada prévia ou paralela do Contingente Militar Cubano, legalmente presente na R.P.A. a pedido do seu Governo e sob a protecção do artigo 51º da Carta das Nações Unidas.

Contrariamente, a aplicação da Resolução 435/78 e com ela a Independência da Namíbia, constitui um factor fundamental que, associado à cessação das agressões e ameaças directas ou indirectas contra Angola e da ajuda a partir dos exterior aos bandos contra-revolucionários, possibilitaria, nos prazos adequados, a nossa segurança e conseqüentemente a retirada progressiva das tropas internacionalistas cubanas de Angola, tal como foi expresso com toda a precisão nas já mencionadas Declaração Conjuntas de Cuba e Angola, em Fevereiro de 1982 e Março de 1984.

No decorrer das nossas conversações com representantes dos Estados Unidos a 7 de Setembro, em Lusaka, apresentamos-lhes uma Plataforma para as negociações, para ser transmitida ao Governo da África do Sul, contendo cinco pontos.

Transcrevo, textualmente, a referida Plataforma apresentada pela República Popular de Angola:

1. Finalização do processo da retirada das forças sul-africanas do território da República Popular de Angola e controlo por parte das FAPLA das fronteiras Estatais de Angola.
2. Declaração solene da República Sul-Africana em que ela se compromete a acatar e a contribuir para a implementação da Resolução 435/78 das Nações Unidas para a independência da Namíbia.
3. Acordo de cessar-fogo entre a República Sul-Africana e a SWAPO.
4. Declaração do Governo da República Popular de Angola reiterando a sua decisão, acordada com o Governo de Cuba, de proceder ao início da retirada do contingente internacionalista cubano tão somente quando esteja em marcha a implementação da Resolução 435/78.
5. Assumir, nos parâmetros do Conselho de Segurança da ONU, tendo esse Organismo como garante um acordo internacional entre os Governos da República Popular de Angola, República Sul-Africana, República de Cuba e a representação da SWAPO, no qual se definam os respectivos compromissos para conseguir o acesso da Namíbia à Independência, e as garantias para a segurança e integridade territorial da República Popular de Angola e a paz duradoura no Sudoeste Africano.

Este Acordo contempla:

1. Implantadas que estejam as tropas da ONU na Namíbia e aí estabelecidas as autoridades desse Organismo, no período para isso fixado, a República Sul-Africana retiraria completamente as suas Forças Armadas na Namíbia, retirando em primeiro lugar a Força Aérea e as unidades na fronteira com Angola, cujo controlo ficaria imediato sob a responsabilidade das Tropas das Nações Unidas.
2. Logo que do território da Namíbia se tenha retirado completamente a Força Aérea e permaneçam somente mil e quinhentos soldados de Infantaria das

tropas Sul-Africanas, Angola e Cuba procederiam à retirada de 5 mil internacionalistas cubanos de Agrupação de Tropas do Sul, como um gesto de boa vontade.

3. As tropas cubanas não realizariam nenhum tipo de desdobramento de Unidades Militares ou algum tipo de manobras ao Sul do paralelo 16.
4. Quanto ao resto dos efectivos cubanos da Agrupação de Tropas do Sul será retirado para Cuba num período máximo de 3 anos.
5. Se for constatada qualquer agressão ou ameaça iminente de agressão a Angola por parte da República Sul-Africana, será suspenso ou anulado todo o Acordo.
6. A República Sul-Africana comprometer-se-ia, desde o primeiro instante, a cessar todo o apoio aos bandos da UNITA, devendo as autoridades da ONU verificar o desmantelamento das bases da UNITA no território da Namíbia.
7. A retirada das tropas cubanas estacionadas na Província de Cabinda e em outras regiões do Norte da República Popular de Angola, incluindo a capital do País programar-se-ia de acordo com um calendário próprio, estabelecido para o efeito, entre a República Popular de Angola e Cuba.

Como Vossa Excelência poderá confirmar, a Plataforma expõe directamente os problemas que devem ser resolvidos para conseguir a aplicação da Resolução 435/78 e, por consequência, a independência da Namíbia e os outros passos que garantam o desengajamento das forças sul-africanas no nosso território, assim como o estabelecimento da paz duradoura na região, o que criaria as condições necessárias para proceder ao desengajamento das tropas internacionalistas cubanas do sul de Angola. Tudo isto, é claro, no quadro de um Acordo Internacional subscrito por todas as partes interessadas, tendo como garante o Conselho de Segurança.

Posteriormente e como prova da seriedade com que Angola leve a efeito as negociações, apresentamos a 9 de Outubro passado, um Texto Complementar à Plataforma que exprime com rigor e exactidão as nossas propostas no que diz respeito ao pessoal militar cubano.

O documento exprime textualmente:



A República Popular de Angola e a República de Cuba, no uso dos seus direitos soberanos e no quadro do artigo 51º da Carta das Nações Unidas, concordaram em proceder da seguinte maneira a respeito do Contingente Internacionalista das tropas cubanas, desde que fossem aceites, executados e respeitados os pontos formulados na Plataforma da R.P.A. para um Acordo Internacional para a Independência, a Segurança e a Paz no Sudoeste de África (Angola e Namíbia).

**PRIMEIRO: Sobre o Agrupamento das Tropas Cubanas no Sul de Angola (ATS):**

1. Dentro dos 24 meses contados a partir da entrada do Contingente das tropas da ONU na Namíbia para a aplicação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança, serão retirados os 15 mil efectivos da actual linha que defendem no Sul de Angola: Namíbia – Lubango – Matala – Jamba – Menongue da seguinte maneira:

- A partir de 16ª semana, num prazo de quatro meses, 5 mil efectivos.
- A partir de 12º mês e até ao 16º, mais 5 mil efectivos,
- A partir do 20º mês e até ao 24º, 5 mil adicionais.

Durante este período as tropas cubanas não ultrapassariam em momento nenhum o **paralelo 16**, a 180 Kms da fronteira com a Namíbia e a 1360 Kms do rio Orange:

2. As restantes tropas ATS, constituídas por outros 5 mil homens, aproximadamente, situados na retaguarda da mencionada linha, serão retiradas entre o 32º e o 36º meses.

Estas tropas, durante esse terceiro ano, não ultrapassariam em momento nenhum o **paralelo 13**, o mais de 5009 Kms de fronteira terrestre com a Namíbia e a 1700 kms do rio Orange. Isto é, a partir do 24º mês nenhuma Unidade da ATS ultrapassará o **paralelo 13**.

Desta maneira, em 36 meses retirar-se-ia, aproximadamente, 20 mil homens do total de tropas cubanas em Angola.

**SEGUNDO: Sobre o resto das tropas cubanas em Angola:**

1. O resto das tropas cubanas não têm nada a ver com a defesa do Sul do País, nem têm relação nenhuma com a Namíbia nem com a África do Sul, tal como se assinala no ponto 5-VII da Plataforma seriam retiradas de Angola, segundo um calendário Independente que a R.P.A. e Cuba acordarão oportunamente.

Essa tropa restante não ultrapassará em momento algum o **paralelo 13**. Angola e Cuba estabelecem as datas indicadas para a ATS como limites máximos da sua permanência em Angola, tendo o direito de encurtar estes prazos se a segurança e integridade territorial o permitirem. Dentro do mesmo espírito, ambos os governos, fazendo uso das suas prerrogativas de soberania, determinado o momento e os prazos adequados para a retirada do resto das forças quando a segurança e a integridade de Angola estiverem totalmente garantidas.

2. Uma parte destas tropas estão situadas em Cabinda, a 1350 Kms da fronteira fluvial (do rio Cunene) com a Namíbia e afastada do resto do território da R.P.A. por uma faixa de território zaireense e pelo rio Zaíre.

Cabinda está situada a 2550 Kms do rio Orange.

Outra parte desta força estaria em Luanda e nos seus arredores (Bengo, Kuanza-Norte). Luanda é a retaguarda de Cabinda, visto que só aqui poderiam situar-se as forças aéreas e navais capazes de acudir Cabinda em caso de agressão, bem como as forças terrestres que seriam transportadas por meios aéreo-navais.

Luanda está situada a 945 Kms da fronteira fluvial (rio Cunene) com a Namíbia e a 2145 kms do rio Orange.

Outras unidades poderiam estar situadas em Províncias do Norte e do Leste a alguns pontos estratégicos acima do **paralelo 13** que garantem as comunicações e os abastecimentos a essas Províncias.

3. Isto é, o resto das forças estariam situadas muito longe da fronteira sul e a sua missão junto às FAPLA é a de defender a integridade territorial da R.P.A. perante uma agressão do Norte e do Nordeste e de maneira especial, contra Cabinda, como já aconteceu.
  
4. A R.P.A. não tem recursos humanos organizados e com nível cultural requeridos, nem recursos materiais e financeiros disponíveis para travar uma guerra contra os bandos da UNITA e outras organizações fantoches e quase simultaneamente substituir as tropas e o armamento cubano nos pontos estratégicos do Sul, Centro e Norte do País. Angola tem de priorizar a luta contra os bandos que, apoiados e equipados a partir do exterior, têm causado e continuam a causar consideráveis perdas económicas ao País.

Por outro lado e se nas actuais negociações se chegar a um acordo, teria que substituir em apenas 36 meses o potencial em homens e equipamentos da Agrupação das Tropas do Sul cubana e responsabilizar-se pelas instalações e posições ocupada pelas mesmas.

É por isso que só depois de realizada esta substituição e garantida a paz e a ordem interna, Angola poderia assumir por si própria as tarefas que, para a segurança e integridade do País, cumpre o resto do pessoal militar cubano.

Isto exige tempo, consideráveis recursos e um extraordinário esforço de preparação de quadros e de pessoal técnico. Exigir-se mais ao nosso jovem Estado depois de cinco séculos de colonialismo, catorze anos de luta pela independência e quase dez anos combatendo contra a agressão estrangeira e a subversão organizada do exterior, reflectiria uma falta de realismo e falta de consideração para com o nosso Povo.

Angola tem dado provas e boa vontade e seriedade na busca da paz.

Angola não pode fazer concessões que constituiriam um suicídio para a integridade Nacional e para o seu processo político e social esquecer o sacrifício que fizeram dezenas de milhares dos seus melhores filhos.

Angola, Senhor Secretário Geral, tem dado provas da sua vontade e seriedade na procura da paz, mas não poderia aceitar um arranjo que não tivesse em conta os critérios aqui expostos ou que não respondesse pela e satisfatoriamente à totalidade das questões ligadas à rápida independência da Namíbia, ao desengajamento das tropas sul-africanas do nosso território e a cessação de toda a ajuda externa aos bandos fantoches da UNITA.

Por outras palavras e reiterando o expresso no final do texto complementar, não é possível, nem exigir, nem esperar de Angola, concessões que constituiriam um suicídio para a sua integridade Nacional, para o desenvolvimento do seu processo político e social ou esquecer o sacrifício que fizeram dezenas de milhares dos seus filhos.

Senhor secretário Geral, conscientes do papel fundamental que jogam as Nações Unidas no que diz respeito à independência da Namíbia e à aplicação da Resolução 435/78, consideramos que é imprescindível não só que Vossa Excelência tenha conhecimento exacto do andamento destas negociações, mas também que, num momento oportuno e não muito distante, participe nelas, o vosso Representante, para que possa oferecer também a sua valiosa e necessária contribuição aos nossos esforços.

Em último lugar, desejo expressar-lhe, Senhor Secretário Geral, que Angola realizou essas negociações em estreita coordenação com Cuba e conta com todo o seu apoio. Por outro lado a Direcção da SWAPO tem sido informada sobre a evolução das mesmas.

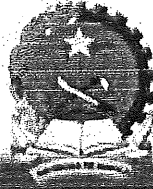
Peço a Vossa Excelência que faça circular a presente, como Documento Oficial da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança.

Aceite, Senhor Secretário Geral, os protestos da minha mais alta Consideração.

**JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

Missão Permanente da República de Angola junto dos Escritórios das Nações Unidas e Organizações Internacionais em Genebra



DISCURSO PRONUNCIADO POR SUA EXCELÊNCIA JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE ANGOLA, NA SESSÃO DE ABERTURA DA II CIMEIRA ORDINÁRIA DOS PAÍSES MEMBROS DA COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ LUANDA, 25 DE NOVEMBRO DE 2008 .

SUA EXCELÊNCIA OMAR BONGO ODIMBA, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO GABÃO E PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ, EXCELÊNCIAS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNOS, SENHOR VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA, SENHORES CHEFES DE DELEGAÇÕES EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ, ILUTRES CONVIDADOS, MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

Em nome do povo e do Governo de Angola, é para mim um grato prazer dar-vos as boas vindas e saudar a vossa presença nesta II Cimeira dos Países Membros da Comissão do Golfo da Guiné.

Em especial ao Presidente em exercício, o nosso irmão Omar Bongo Odimba, quero agradecer os esforços desenvolvidos durante o seu mandato para conferir conteúdo à nossa organização sub-regional, cuja criação já data de Novembro de 1999.

Sob a sua sábia orientação, a Comissão do Golfo da Guiné começou a materializar a sua vocação para reforçar os laços de cooperação e solidariedade entre os Estados membros e para criar as condições de confiança mútua, paz e segurança favoráveis ao seu desenvolvimento harmonioso.

Importa agora que a nossa organização se torne igualmente efectiva, como está previsto nos seus estatutos, na preservação do ambiente e na prevenção, gestão e resolução de conflitos, nomeadamente daqueles que possam surgir da delimitação das fronteiras e da exploração económica das riquezas naturais localizadas nos limites territoriais dos países que a integram.

Nós acolhemos com agrado a instalação da sede da Comissão em Angola e tudo faremos para que a nossa organização se torne cada vez mais actuante num espaço geopolítico cuja importância estratégica não cessa de crescer, na actual conjuntura de crise financeira e de desaceleração da economia mundial.

Sabemos que a nossa sub-região, para além de ser responsável por mais de 15 por cento da produção mundial de petróleo, inclui o segundo maior conjunto hídrico e florestal do mundo, só superado pela Amazónia, e representa no

seu conjunto, em termos populacionais, um mercado de cerca de 250 milhões de habitantes.

Isto confere aos nossos oito países responsabilidades acrescidas e obriga-nos a uma concentração mais estreita, não só na exploração dos recursos naturais da região, mas também no domínio dos transportes marítimos, das comunicações e da pesquisa científica.

A actual degradação acentuada do mercado petrolífero mundial e a queda drástica dos preços do petróleo e de outros produtos de exploração poderá atingir negativamente a economia dos nossos países e temos por isso, de estar preparados para enfrentar unidos essa situação, que poderá afectar a implementação de importantes projectos de carácter económico e social, já em curso ou perspectivados.

Felizmente, a economia angolana beneficia do facto de Angola não possuir aplicações em produtos de risco no mercado financeiro internacional e de o processo de inserção do país na economia globalizada estar ainda na fase inicial, sem o envolvimento na globalização financeira ou do livre fluxo de capitais com o exterior.

Preocupa-nos, no entanto, no caso de não haver uma rápida reversão desta crise, que seja posta em causa a execução mais tranquila dos planos de desenvolvimento do país e que passe a existir uma eventual escassez de recursos para a continuidade das obras do Programa de Reconstrução Nacional e do relançamento económico do sector não petrolífero.

Creio que estas são também as preocupações dos vossos países e temos, por essa razão, de conjugar esforços para em conjunto procurarmos a solução destes problemas, respeitando naturalmente a soberania de cada um dos nossos Estados.

Nós estamos consciente que os conjuntos sub-regionais e regionais constituem os elos essenciais de uma África unida, integrada e solidária e que é necessário continuar a colocar os nossos recursos ao serviço do desenvolvimento económico e do progresso social dos nossos respectivos povos.

Para tal devemos ser capazes de garantir a defesa e segurança dos espaços em que nos encontramos, pois sem segurança não há desenvolvimento.

É assim que continuamos também convencidos de que só o diálogo e a negociação constituem as vias para resolver de forma duradoura qualquer diferendo, em conformidade com as disposições da Carta da Organização das Nações Unidas e da União Africana.

Negociados e aceites os Acordos, estes devem ser respeitados e materializados, quer se tratem de compromissos assumidos no plano bilateral ou multilateral.

É nesta perspectivas que encaramos com optimismo o papel da Comissão do Golfo da Guiné como mais um instrumento para o reforço da nossa segurança colectiva, da paz e do desenvolvimento sub-regional.

Excelências,

Caros convidados,

Termino, reiterando os meus agradecimentos pela vossa participação nesta Cimeira e espero que continuem a usufruir do calor da amizade e solidariedade do povo angolano.

Estou certo de que juntos faremos deste encontro um marco decisivo para a cooperação e desenvolvimento sustentável dos nossos povos.

Sejam bem vindos, desejo-vos boa estadia.

Muito obrigado pela vossa atenção.

*45-47, rue de Lausanne*  
*CH - 1201 Geneva Switzerland*  
[www.mission-angola.ch](http://www.mission-angola.ch)

**Missão Permanente da República de Angola junto dos Escritórios das Nações Unidas e Organizações Internacionais em Genebra**



**DISCURSO PRONUNCIADO POR SUA EXCELÊNCIA JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE ANGOLA, POR OCASIÃO DA TOMADA DE POSSE DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DA COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ**

**Luanda, 21 de Janeiro de 2009**

EXCELÊNCIAS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO,

SENHORES MINISTROS,

SENHORES EMBAIXADORES,

EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO EXECUTIVO,

ILUSTRES CONVIDADOS,

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

Permita-me Senhor Secretário Executivo que o felicite pela sua eleição para este cargo e que lhe deseje muitos êxitos no cumprimento da nobre missão que lhe foi confiada pelos Estados membros da Comissão do Golfo da Guiné.

Tenho a certeza que assume a partir de hoje essa função com a firme vontade de contribuir com zelo e dedicação para a realização dos objectivos da nossa organização, dando assim continuidade ao trabalho de desbravamento de terreno iniciado pelo seu predecessor.

O Engenheiro Carlos Gomes, Secretário executivo cessante, foi a primeira pessoa que ocupou esta importante função na estrutura executiva do Golfo da Guiné e, por esta razão, a ele coube o mérito de lançar as bases em que assentarão a organização e o funcionamento do Secretariado Executivo.

Neste momento da passagem de testemunho, quero exprimir-lhe o reconhecimento dos Estados membros pela contribuição dada para a implantação da comissão em sede própria e para a organização dos seus serviços, desejando-lhe os melhores êxitos na futura missão que lhe será confiada pelo seu Governo.

A Comissão do Golfo da Guiné é hoje uma realidade, mas temos de admitir que o sonho dos seus fundadores ainda não está totalmente realizado.

Realizar plenamente esse sonho é o desafio que todos assumimos, mantendo o Golfo da Guiné como zona de paz, estabilidade, concertação e cooperação; valorizando os seus imensos recursos e transformando-os em mola impulsora do desenvolvimento económico e da promoção do bem-estar e progresso social dos povos da região; construindo parcerias sub-regionais, continentais e internacionais que permitam captar e absorver conhecimentos, tecnologia, saber fazer ('know-how') e capital para a reconstrução e desenvolvimento nacional e



regional, etc.

Não são poucas as tarefas que temos pela frente. A nossa última Cimeira definiu as nossas prioridades e orientou o Secretariado no sentido de elaborar os programas e orçamentos necessários para sua implementação.

A experiência, a competência e as qualidades pessoais do Senhor Secretário Executivo, assim como o seu habitual empenho, são uma garantia adicional de que as nossas deliberações serão implementadas satisfatoriamente.

EXCELÊNCIAS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO,

A vossa presença nesta cerimónia é uma clara demonstração da importância e da atenção que conferem a esta instituição de cooperação sub-região.

Reafirmo a Vossas Excelências que faremos tudo que estiver ao nosso alcance para apoiar a acção do nosso Secretariado, por forma a que os objectivos consagrados nos Estatutos da nossa organização sejam progressivamente atingidos.

Espero, com efeito, o mesmo empenho e disponibilidade de cada um dos nossos países, para que a nossa instituição se consolide e amplie a sua acção, influência e prestígio em África e no mundo.

Baseando-nos na inter-ajuda, na solidariedade recíproca e na complementaridade, podemos tornar o Golfo da Guiné não apenas em mais uma zona de paz no Atlântico Sul, integrando países banhados pelo mesmo oceano e com problemas e perspectivas similares, mas também contribuir para o reforço da segurança e da promoção do comércio internacional nesta importante via de comunicação mundial.

Não podemos perder de vista que é criando e alargando as zonas de paz e de cooperação que podemos em simultâneo consolidar a estabilidade e segurança interna de cada um dos nossos países e desbravar caminhos melhores para os nossos povos.

Através de políticas de inclusão e do combate a fome e ao desemprego, podemos neste contexto devolver a esperança à juventude e a todos os que acreditaram no sonho dos fundadores das nossas Nações.

Muito obrigado pela vossa atenção e desejo a Vossas Excelências a continuação de uma agradável estadia no nosso país.

*45-47, rue de Lausanne  
CH - 1201 Geneva Switzerland  
[www.mission-angola.ch](http://www.mission-angola.ch)*



## Integra do Discurso Pronunciado por Sua Excelência José Eduardo dos Santos, durante a visita de Estado à República Portuguesa

Lisboa, 10 de Março de 2009

Sua excelência Aníbal Cavaco Silva,  
Presidente da República portuguesa,  
Altos Dignitários do Governo português,  
Ilustres convidados,

Minhas senhoras e meus senhores,

**Sr. Presidente,**



Presidente José Eduardo dos Santos

Aceitei com satisfação o convite para efectuar esta visita de Estado a Portugal.

Não pude estar na Cimeira da CPLP, que teve lugar em Lisboa em meados do ano passado e, por isso, pedi ao chefe da nossa Delegação que informasse o Sr. Presidente que viria no primeiro trimestre do presente ano apresentar-lhe pessoalmente os meus cumprimentos.

Foi assim com agrado que esta manhã o fiz, felicitando-o pelas suas novas e elevadas funções de Chefe do Estado português.

Coma sabe, os Angolanos nutrem um sentimento de amizade sincera pelos Portugueses.

Esse sentimento de amizade e abertura já havia sido expresso pelo Rei do Congo à primeira comitiva portuguesa que chegou às suas terras.

A mensagem do Povo angolano, de que somos portadores hoje, não é diferente e apraz-nos transmiti-la ao Senhor Presidente e a todos os portugueses na língua comum que herdámos do passado.

A História ligou profundamente os Angolanos e os Portugueses, seja pela língua, valores morais e princípios éticos comuns, seja por diversas afinidades e manifestações de afecto.

A língua portuguesa é naturalmente o maior factor de aproximação, porque facilita os contactos, a compreensão e o diálogo.

Mas a nossa amizade e cooperação, para além da língua, assenta também na visão comum que partilhamos sobre o Futuro.

Queremos sociedades democráticas, nações prósperas e um mundo seguro regido por uma ordem política, económica e financeira, democrática e justa.

Foi com este sentido que entendemos a sua mediação na negociação e aplicação dos Acordos de Paz de Bicesse, que agradecemos mais uma vez.

Assim entendemos também a contribuição decisiva que Vossa Excelência deu para a criação da CPLP, não só como espaço de concertação, cooperação, promoção e defesa dos interesses legítimos dos Países de Língua Portuguesa no mundo, mas também como um instrumento de solidariedade recíproca e de entreaajuda, cujo prestígio tem vindo a aumentar no plano internacional.

E é neste quadro que Angola manifesta-se disponível para conjugar esforços com Portugal afim de apoiar a República da Guiné-Bissau e considera urgente que sejam encontrados e levados a justiça os autores dos hediondos crimes que causaram a morte do Presidente Nino Vieira e do Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, por forma a reestabelecer a confiança e a segurança nesse país irmão.

**Sr. Presidente,**

Portugal é, de entre os membros da CPLP, o país mais antigo, com uma democracia consolidada, com elite e instituições académicas e de investigação científica que se equiparam às dos países desenvolvidos.

Angola quer continuar a beneficiar da experiência portuguesa em vários domínios e aproveitar todas as potencialidades que a cooperação com o vosso país nos oferece.

Estou certo de que esta minha visita constituirá mais um marco importante na identificação e exploração de novas áreas de interesse comum, em que possamos estabelecer parcerias criativas com resultados garantidos.

Estamos abertos e disponíveis para ampliarmos a relação privilegiada que mantemos, tanto no domínio político como no económico.

Angola é hoje um dos mais importantes parceiros económicos de Portugal e o quarto destino de todas as exportações portuguesas.

Mesmo assim, pretendemos alargar ainda mais a cooperação nas áreas da educação, saúde, investigação científica, novas tecnologias, energia, produção alimentar, etc.

De facto, Senhor Presidente, nestes tempos de profunda crise económica e financeira, em que se prevê a pior recessão global desde os anos 30 do século passado, e em que a inter-dependência entre os diferentes países é acentuada, temos de contar em primeiro lugar com as nossas forças e com os amigos mais seguros.

Este é um momento difícil em que os povos vão enfrentar vários constrangimentos.

Será ilusório pensar que cada um pode encontrar uma solução de forma isolada para debelar a crise.

De facto, só num quadro global e com a participação de todas as Nações é que pudemos, de forma coordenada, encontrar uma solução apropriada, realista e exequível.

Penso que devemos encarar com seriedade este mau momento, que aliás também cria diversas oportunidades, e perspectivar com optimismo um futuro de esperança.

Angola, que esta em paz e reconstrução concebeu programas que visam alcançar a expansão da sua economia assegurando deste modo inúmeras oportunidades de investimento.

Portugal também tem sido o destino de algum investimento de empresários angolanos. Homens de negócios portugueses e angolanos podem assim apostar, também, em investimentos cruzados em Angola e Portugal e contribuir para a saída da crise.

**Senhor Presidente,**

Quero exprimir, a terminar, os meus profundos agradecimentos pela calorosa recepção que me foi reservada a mim e a delegação que me acompanha.

Gostaria de reiterar o convite à sua Excelência Cavaco Silva a visitar Angola numa data a definir oportunamente.

**Viva a amizade entre os nossos dois povos**

---

*45-47, rue de Lausanne  
CH - 1201 Geneva Switzerland  
[www.mission-angola.ch](http://www.mission-angola.ch)*



DISCURSO PRONUNCIADO POR SUA EXCELÊNCIA JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE ANGOLA, NA CIMEIRA DO G8

L'Aquila, 10 de Julho de 2009

***INTEGRA DA DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE ANGOLA, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS, NA CIMEIRA DO G8***

**L'AQUILA, 10 DE JULHO DE 2009**

A crise económica e financeira internacional afectou o crescimento das economias do continente africano devido fundamentalmente a redução dos valores dos activos, sobretudo financeiros, detidos no estrangeiro; a redução das receitas minerais, como resultado da redução dos respectivos preços de exportação; o ressentimento do sector mineiro no seu nível de actividade, investimento, rentabilidade e emprego; a redução dos fluxos financeiros do exterior, tanto na forma de ajuda pública ao desenvolvimento, como na de investimento directo do estrangeiro; a maior dificuldade de acesso a financiamento externos, quer pela redução da liquidez internacional, quer pelo agravamento das condições de financiamento e também a pressão que se verifica sobre as reservas cambiais dos países, face a redução do influxo de divisas, resultando de tudo isto o aumento do desemprego e o aumento da pobreza.

Neste quadro, mais do que encontrar soluções provisórias para se ultrapassarem problemas pontuais, importa rever todo o actual sistema económico e financeiro e pensar nos termos em que o mesmo possa ser reestruturado de modo a que sirva numa perspectiva global os interesses de todos os povos e países.

Começa a ser consensual a ideia de que é preciso aperfeiçoar e reforçar os mecanismos de regulação e supervisão dos Bancos Centrais e estreitar a cooperação entre si e definir os mecanismos de regulação do mercado financeiro internacional, sem pôr em causa as regras essenciais do mercado. Falta agora passar das palavras aos actos.

Estando em curso a discussão sobre a reforma do sistema financeiro internacional e do sistema monetário em especial, é desejável que África também tome parte activa nesse processo que conduzirá a uma nova ordem e a maior democratização do FMI, onde desejamos que o poder de África seja ampliado, ajustando-se à realidade actual.

No quadro concreto dos países menos desenvolvidos, em que a maior parte dos países africanos e Angola em particular se enquadram, gostaríamos de aproveitar esta oportunidade para formular várias solicitações.

Em primeiro lugar, a solicitação de cooperação dos Bancos Centrais dos países do G-8 para operações financeiras que possam reforçar as reservas internacionais dos países africanos, tais como linhas de financiamento em moedas livremente disponíveis (as chamadas "swaps cambiais") e créditos "stand-by", no interesse de se estabelecer o equilíbrio da Balança de Pagamentos e de se gerir uma política cambial mais eficaz, com vista a manter-se a trajectória do crescimento económico.

Esse apelo é especialmente dirigido ao FED dos EUA e ao Banco Central Europeu, assim como aos bancos centrais dos países mais ricos, como a Alemanha, a França e a Grã-Bretanha, tendo em conta o papel que eles exercem nas instituições financeiras internacionais, principalmente no FMI.

Uma outra solicitação seria a de uma maior cooperação e empenho dos EXIMBANKS e dos Bancos de Desenvolvimento ou de Fomento dos países do G-8 para a abertura de linhas de financiamento de importações, que poderiam ser utilizadas por investidores privados dos países do G-8 em investimentos directos nos países menos desenvolvidos.

Ainda no âmbito do financiamento da Balança de Pagamentos, gostaríamos de solicitar também renegociações da dívida externa com o Clube de Paris, que constitui um pesado ónus para muito dos nossos países e que seja garantido o princípio da concessão de uma moratória longa no pagamento do capital e juros dessa dívida.

No caso do meu país, por exemplo, este encargo financeiro faz com que a conta de capitais da Balança de Pagamentos fique num défice estimado em um bilião e quatrocentos milhões de dólares, o que contribui para que o seu défice final chegue a quase 6 mil milhões de dólares.

Tendo em conta o agravamento recente dos efeitos da crise, seria de grande ajuda para Angola se os países do G-8 membros do Clube de Paris pudessem concordar com uma derrogação dos prazos de pagamento do remanescente do pagamento de juros de mora, no valor de USD 600 milhões, previstos para o segundo semestre deste ano, até que fosse superada a fase mais crítica e a recuperação económica pudesse ter lugar.

No capítulo das parcerias público-privadas, faria sentido que o FMI e os representantes das instituições financeiras acima referidas definissem, em discussões separadas, com os órgãos dirigentes das cinco sub-regiões africanas de desenvolvimento, estratégias de apoio ao desenvolvimento baseadas em financiamentos concessionais destinados ao sector público para a reconstrução e construção de infra-estruturas e em financiamentos para o sector privado com vista à criação de capacidades locais de produção de bens e serviços, fomentado deste modo o surgimento de micro, pequenas e médias empresas com viabilidade económica, gerando emprego e riqueza.

Estas estratégias podem contemplar igualmente programas de assistência com vista ao aperfeiçoamento da Administração e gestão das Finanças Públicas e apoio ao esforço dos Estados no combate à corrupção e ao desvio de fundos públicos.

Uma outra área de grande interesse para o meu país é a da energia limpa, havendo o propósito de se desenvolverem projectos de energia solar e eólica em parceria com os países do G-8 que já avançaram nas tecnologias para o seu aproveitamento, e também de produção etanol, a partir da cana-de-açúcar e de bio-diesel, a partir de sementes oleaginosas que encontram bom ambiente de cultivo em Angola.

A utilização de várias formas de energia contribui naturalmente para a segurança energética. Contudo,

pensamos ser importante que os países produtores e consumidores de energia contribuam para a estabilização do preço do petróleo, por forma a que o mesmo não ponha em causa o desempenho das nossas economias.

Neste contexto, reputamos também como sendo de extrema importância a segurança do Golfo da Guiné, como zona de aprovisionamento de petróleo e gás do mercado internacional.

Por outro lado, há uma ligação estreita entre o desenvolvimento e o ambiente, tendo em conta que o ritmo de degradação dos recursos ambientais coloca graves problemas aos diferentes países para o seu desenvolvimento a longo prazo.

Impõe-se, por essa razão, a necessidade de se melhorar a cooperação e a coordenação a nível internacional, respeitando-se todas as Convenções e Protocolos existentes sobre o meio ambiente, por forma a promovermos a integração das questões ambientais nas restantes políticas atinentes ao desenvolvimento sustentado.

Nesse sentido, os países africanos reunidos em Argel em Novembro de 2008, decidiram adoptar uma posição comum nas negociações sobre alterações climáticas e elaboraram projectos de programa adequados ao quadro das alterações climáticas no continente.

A grande extensão de África proporciona a existência de ecossistemas diversos, como a da bacia do Congo que é a segunda maior floresta do mundo depois da Amazónia, constituindo um dos maiores reservatórios da bio-diversidade e um dos maiores sistemas de armazenamento de carbono no planeta.

A preservação desse ecossistema impõe a necessidade de adopção dum Plano de Convergência, cujo orçamento se estima em um bilião e 500 milhões de dólares para se otimizar a sua gestão integrada e a utilização racional dos seus recursos naturais, em prol do desenvolvimento sustentável.

A segurança alimentar afigura-se como uma das principais preocupações do continente africano, pela sua implicação nos domínios da saúde, da produtividade, da estabilidade social e político e do crescimento económico.

Penso que podemos trabalhar em dois eixos, o primeiro é manter reservas mínimas de alimentos e medicamentos para as ajudas de emergência e humanitárias às populações carentes; o segundo é trabalhar-se no sentido de serem adoptadas estratégias e programas nacionais e regionais integrados nos domínios da agricultura, comércio, transportes, água e formação profissional que possam ser implementados com o apoio e a experiência da FAO, da IFAD e de outras Agências especializadas das Nações Unidas, concedendo-se a ajuda necessária às comunidades rurais que vivem da agricultura de subsistência, potenciando-se os pequenos e médios agricultores e promovendo-se o financiamento dos grandes produtores agro-industriais.

Muitos outros campos exigem a criação da intrincada rede de cooperação e entreajuda e o principal destes é o da promoção da Paz, da Segurança e da Democracia.

É indispensável que os países membros do G-8 continuem a exercer a sua influência junto do Conselho de Segurança da ONU e da União Europeia e que estes continuem a financiar as operações de manutenção da paz em África e apoiar os esforços dos Estados Africanos no combate contra o narcotráfico, o comércio ilegal de armas, a pirataria e o terrorismo. A Paz e a segurança são condições essenciais para o desenvolvimento da Democracia, do Estado de Direito e para a promoção dos Direitos Humanos.

Exprimo a solidariedade do Povo angolano para com as populações de L'Aquila que não obstante todas as vicissitudes por que passou nos acolheu com simpatia e amizade e manifesto a minha total disponibilidade, em nome do Povo e do Governo angolano, de colaborar em todas as acções que ajudem a minimizar todos os problemas para fazermos do nosso planeta um lugar bom para viver.

Sector de Imprensa da Embaixada da República de Angola na Itália, Roma, aos 10 de Julho de  
2009

*45-47, rue de Lausanne*  
*CH - 1201 Geneva Switzerland*  
[www.mission-angola.ch](http://www.mission-angola.ch)



[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:9laGpBWfjnoJ:www.portalangop.co.ao/angola/pt\\_pt/noticias/politica/2010/9/41/Discurso-Presidente-sobre-estado-nacao,a2f97d55-7f2b-40f2-98a2-daf624e4c00a.html&hl=pt-PT&gl=pt&strip=1](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:9laGpBWfjnoJ:www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2010/9/41/Discurso-Presidente-sobre-estado-nacao,a2f97d55-7f2b-40f2-98a2-daf624e4c00a.html&hl=pt-PT&gl=pt&strip=1)

## Discurso – O nascimento da III República de Angola

Presidente José Eduardo dos Santos

Discurso pronunciado por Sua Excelência José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, na Cerimónia de Abertura do Ano Parlamentar da Assembleia Nacional

Luanda, 15 de Outubro de 2010

SENHOR PRESIDENTE  
DA ASSEMBLEIA NACIONAL,  
CAROS DEPUTADOS,  
SENHORES MINISTROS,  
ILUSTRES CONVIDADOS,  
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

(I - Introdução)

Proferir um discurso sobre o Estado da Nação nesta cerimónia solene de abertura do Ano Parlamentar da Assembleia Nacional é um privilégio e um dever que cumpro com prazer, nos termos da Constituição da República.

Procurarei retratar os constrangimentos vividos em 2009, por causa da crise financeira internacional, e abordarei as políticas e medidas adoptadas para a enfrentar, para normalizar a situação e para promover o desenvolvimento sustentado, com vista a uma melhor distribuição da riqueza, à melhoria da qualidade de vida e à satisfação crescente das necessidades espirituais e materiais dos cidadãos.

Também tratarei de aspectos gerais que visam projectar a República de Angola no concerto das Nações, como um país com ambição para se tornar moderno, forte e capaz.

Somos uma Nação independente que ao longo dos seus trinta e cinco anos de existência comprovou que tem sabido concretizar paulatinamente os sonhos do seu povo e os seus desejos mais profundos, com determinação, coragem e vontade de vencer.

Mesmo nos momentos mais difíceis, o Povo angolano não se deixou vergar pelo desânimo, pelo desespero ou pelo pessimismo.

Pelo contrário: foi precisamente nesses momentos que ele se ergueu, levantando a cabeça, ganhando forças e partindo firme e unido rumo à vitória.

Com essa atitude conquistámos a Independência, a Democracia e a Paz. Com essa atitude consolidámos a Unidade Nacional e começámos a Reconstrução do país.

Hoje e agora outros desafios se apresentam diante de nós, como a construção do desenvolvimento e do bem-estar, o controlo da imigração ilegal e das nossas fronteiras, e muitos outros que iremos abordar.

Apesar dos previsíveis obstáculos, não há dúvidas que havemos de triunfar. Não há metas impossíveis na trajectória de um povo quando ele se propõe lutar com fé, realismo e abnegação. Acreditando em nós próprios e nas nossas capacidades já desbravámos meio caminho para o sucesso!

O resto do percurso depende da nossa clarividência política, da definição correcta dos objectivos, do planeamento das acções, da organização do trabalho e do método a empregar para o cumprimento das nossas tarefas. Depende igualmente dos recursos humanos, financeiros e materiais com que podemos contar ou criar.

Será tudo isto, conjugado com uma atitude responsável perante o trabalho e a disciplina, com honestidade, com transparência e boa governação que nos pode levar ao êxito e à satisfação plena pela realização dos nossos sonhos.

(II - Estado da Nação)

SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,  
SENHORES DEPUTADOS,

Passo agora da introdução que acabo de fazer aos temas atrás referidos.

O país está em fase de reconstrução material e espiritual depois de um longo período de guerra.

Em 2002, as destruições haviam atingido milhares de escolas, centros hospitalares e postos médicos.

A circulação rodoviária estava seriamente afectada em todo o país com minagem de estradas e caminhos.

Mais de 70 por cento da rede de estradas do país se encontrava em avançado estado de degradação e mais de dois terços das quatro mil pontes e pontões existentes estavam parcial ou totalmente destruídas.

As principais linhas de caminho-de-ferro do país, que são a de Luanda, de Benguela e do Namibe, estavam inoperantes, por causa da minagem e destruição dos carris e da vandalização das estações.

No país haviam centenas de campos minados.

Nesse ano estavam também totalmente destruídas ou tinham sofrido sabotagens graves as estações de tratamento e captação de água de Luanda, Malanje, Uíge, Huambo, Bié, entre outras, e, no domínio da energia, tinham sido destruídas, pilhadas ou sofrido

sabotagens várias barragens, subestações e linhas de transporte e distribuição de electricidade nas províncias de Luanda, Bengo, Benguela, Huambo, Huíla, Uíge, Bié, Kwanza-Sul, Kwanza-Norte, etc.

Grande parte das cidades e vilas do interior do país, incluindo as capitais provinciais, ainda guardava marcas do cerco e dos bombardeamentos a que foram sujeitas, com edifícios e infra-estruturas essenciais totalmente destruídas ou inoperantes.

Desde 2002, constitui um facto indesmentível que o nosso país registou um progresso notável na reconstrução das suas infra-estruturas e na reorganização da sua economia.

O crescimento da economia angolana foi dos mais elevados do mundo desde que alcançámos a paz.

Entre 2002 e 2008 o Produto Interno Bruto (PIB) multiplicou-se por 2,6 e a taxa média anual de crescimento cifrou-se em 14,6 por cento.

Mesmo tendo em conta a inflação, o indicador das condições gerais de vida da população cresceu cerca de três vezes, correspondendo a um aumento médio anual de 20%.

Importa observar que o crescimento do Produto Interno Bruto não petrolífero se mostrou mais dinâmico do que o do PIB petrolífero durante o período em referência.

Com efeito, a taxa média de crescimento anual do PIB não petrolífero foi de 13,3 por cento, contra 10,9 por cento do PIB petrolífero.

Este resultado atesta o sucesso da política de diversificação da economia, indispensável para se assegurar o crescimento do emprego e o equilíbrio territorial em termos de desenvolvimento.

O desempenho excepcional da actividade económica nesses oito anos de paz teve também reflexos positivos sobre a Balança de Pagamentos e sobre as Finanças Públicas.

Por causa do forte crescimento da actividade petrolífera, o saldo da conta corrente da Balança de Pagamentos apresentou-se positivo em todos os anos entre 2002 e 2008.

Nesse último ano, o saldo foi da ordem de 533 mil, 210 milhões de Kwanzas, equivalentes a 7 mil milhões de dólares, correspondente a 20,8 por cento do PIB.

A estabilidade do kwanza face ao dólar norte-americano foi um dos traços marcantes da política monetária desse período.

A taxa de inflação anual caiu de 105,6 por cento, em 2002, para 13,17 por cento, em 2008.

As reservas internacionais líquidas atingiram o montante aproximado de 18 mil milhões de dólares em 31 de Dezembro de 2008.

Foi um factor imponderável de carácter global que quebrou este ritmo de crescimento da economia nacional. Refiro-me à crise financeira internacional que atingiu de forma acentuada o nosso país.

O sector petrolífero, que é a principal fonte de receitas, sofreu um duplo impacto dessa crise, com consequências negativas.

Diminuiu a procura do petróleo bruto no mercado internacional e baixou o preço dessa matéria-prima em cerca de 50 por cento.

Essa queda da procura só não se reflectiu integralmente nas estatísticas de 2008 por causa do excepcional desempenho da actividade do sector petrolífero no primeiro semestre desse ano, situando-se a média da produção nesse ano em 1 milhão e 906 mil barris/dia.

O mesmo se pode dizer do preço médio do nosso petróleo, que em 2008 ficou em 93,69 dólares por barril. Esse preço médio é superior aos preços médios de 2007 e 2006, que foram de 72,36 e de 61,37, respectivamente.

Entretanto, em Setembro de 2008 o preço do petróleo bruto já estava abaixo de 100 dólares e a sua queda continuou, chegando o preço médio desse produto em Dezembro desse ano ao nível dos 30 dólares por barril.

Mesmo mantendo a produção próxima do limite da capacidade produtiva, esta não foi suficiente para assegurar o nível de receita de divisas observado no ano anterior.

O impacto da queda da receita petrolífera na receita tributária do país foi enorme, uma vez que mais de dois terços dessa receita provêm da actividade petrolífera.

A crise atingiu também, mas em menor extensão, a actividade diamantífera. Com a queda da procura e dos preços dos diamantes, as empresas reduziram a sua intervenção e aumentou o desemprego.

A completar este quadro sombrio, sublinha-se que se registou nessa altura no mercado interno o crescimento de um forte movimento especulativo de procura de moeda estrangeira e o aumento generalizado dos preços relativos.

Por essa e outras razões, as reservas internacionais líquidas do país diminuíram de forma acentuada nos primeiros meses do ano de 2009 e foi preciso agir prontamente, para evitar que a procura injustificada pela moeda estrangeira colocasse uma crise cambial mais grave ainda.

O Executivo começou por tomar medidas na área fiscal, reduzindo de forma acentuada e selectiva a despesa pública para fazer face à brusca e violenta queda da receita tributária e a seguir, de forma mais incisiva, harmonizou a sua acção com a do Banco Nacional de Angola, para que este aperfeiçoasse a gestão da política monetária e reduzisse o excesso de liquidez existente na economia.

Neste contexto, o Executivo passou a financiar parte da despesa pública com recursos obtidos da venda de títulos da dívida pública ou bilhetes do Tesouro Nacional.

Adoptadas as medidas necessárias no plano interno, que foram integradas num Programa de Estabilização consistente, firmou-se um Acordo 'Stand By' com o Fundo Monetário Internacional no terceiro trimestre de 2009.

Esse acordo serviu para captar mais recursos financeiros para a nossa Balança de Pagamentos e significou também um reconhecimento internacional da correcção e oportunidade das medidas de ajuste que haviam sido implementadas pelo Governo ao longo desse ano, que permitiram proteger as reservas internacionais líquidas e assegurar a estabilidade macroeconómica do país.

À avaliação positiva da nossa política económica seguiram-se, no primeiro trimestre do corrente ano, as classificações de 'rating' soberano da economia angolana feitas pelas três principais agências internacionais especializadas na matéria.

O 'rating' positivo no contexto das economias com o mesmo perfil económico de Angola, para além de conferir prestígio ao país, reforçou a convicção de que estávamos, e continuamos, no caminho certo para a superação das consequências negativas da crise financeira internacional sobre a nossa economia.

Nesta perspectiva, a dívida acumulada, que é também uma consequência da crise, começou a ser saldada em Abril deste ano.

Refiro-me às dívidas contraídas no mercado interno no exercício de 2008 e 2009, tendo os desembolsos para o seu pagamento sido acelerados a partir do final do segundo trimestre.

Já efectuámos até aqui pagamentos aos credores no valor de 256 mil e 500 milhões de Kwanzas, equivalentes a 2 mil e 700 milhões de dólares.

Hoje essas dívidas estão regularizadas, pois uma parte foi paga imediatamente e a outra será paga de modo escalonado, como foi acordado com as partes interessadas até ao primeiro trimestre de 2011.

A oportunidade e a eficácia das medidas tomadas podem ser ainda avaliadas pelos efeitos positivos que provocaram sobre a economia.

A economia angolana continua a crescer, mesmo que seja a um ritmo mais moderado.

A taxa de crescimento do PIB em 2009 foi de 2,4 por cento. A inflação subiu apenas um por cento, apesar da forte depreciação do kwanza neste ano. As reservas internacionais líquidas foram estabilizadas no final de 2009 e recuperaram rapidamente em 2010.

Depois de ter sofrido a referida depreciação em 2009, o Kwanza começou a valorizar-se a partir do primeiro trimestre do ano corrente e estabilizou no patamar de 90 Kwanzas o Dólar no mercado primário.

As reservas internacionais líquidas do país, entretanto, atingiram valores superiores a 1 trilião, 10 mil e 862 milhões de kwanzas, equivalentes a 12 mil e 635 milhões de dólares, no final do último semestre.

SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,  
SENHORES DEPUTADOS,

O objectivo principal do Executivo é a constante melhoria da qualidade de vida do Povo angolano.

Ele está determinado a aumentar de modo sistemático os meios financeiros para os programas sociais, de forma a superar a actual meta mínima de 30 por cento dos recursos previstos no Orçamento Geral do Estado.

Nesse sentido, é de se reconhecer que já foram obtidos nos últimos anos importantes progressos e melhorias, como o demonstram alguns dos principais resultados do recente Inquérito Integrado sobre o Bem-estar da População.

Registo aqui apenas alguns exemplos:

No âmbito da Saúde, a esperança de vida subiu de 44 anos em 2000, para 47 em 2008.

A taxa de mortalidade infantil diminuiu cerca de 60 por cento em oito anos, passando de 150 mortes em mil nascidos vivos para 116, tendo a mortalidade dos menores de 5 anos baixado de 250 para 194 em mil nascidos vivos.

No mesmo período, a percentagem de partos assistidos por profissionais formados aumentou de 22 para 49 por cento e a taxa de mortalidade materna foi reduzida para menos de metade.

Também a taxa de imunização de crianças entre 12 e 23 meses subiu de 41 por cento, em 2000, para 79 por cento, em 2008 e a prevalência de morbidades por febres ou malária baixou de 15 por cento em 2006, para 10,7 por cento em 2008.

Para além destes resultados, importa reforçar ainda mais a protecção concedida à criança e ao idoso, os mais vulneráveis e por isso mesmo aqueles que merecem maior atenção da sociedade, e melhorar o controlo das grandes endemias como a malária, o VIH/SIDA, a tuberculose e a tripanossomiase.

Estes e outros importantes problemas de saúde pública são desafios que o país terá de continuar a priorizar, pois para a implementação das metas do Executivo no domínio da Saúde, até 2012, é fundamental reabilitar e ampliar a rede dos diferentes níveis de cuidados da saúde e orientar correctamente os planos de desenvolvimento sanitário a nível provincial e os de investimentos públicos e recursos humanos.

Importa igualmente melhorar a capacidade dos profissionais e dos meios de diagnóstico e de tratamento, com ênfase na humanização dos serviços e na gestão cuidada dos recursos disponíveis.

No domínio da Educação, por sua vez, o total de alunos matriculados no ensino básico e secundário passou de cerca de 2 milhões em 2001 para aproximadamente 6 milhões em 2009, um acréscimo de cerca de 180 por cento.

Para atender à necessidade desse aumento o número de salas de aulas aumentou 16 por cento no mesmo período e o número de professores cresceu 36 por cento.

No ensino superior, o número de alunos matriculados aumentou em 42 por cento, passando de 60 mil para 85 mil nos últimos três anos, enquanto que o número de estabelecimentos cresceu de 28 para 33.

No ensino superior público, registou-se um aumento significativo do número de docentes, que passou de 1.500 em 2008 para 1.900 em 2009.

O sector em que a situação é muito mal é o da habitação. Mais de 70% das famílias angolanas não têm casa condigna. Neste domínio, temos que fazer um esforço gigantesco para revertermos a actual situação.

O programa de investimentos públicos no sector dos Transportes, tanto para a recuperação de estradas, pontes e ferrovias como para a construção de novos empreendimentos, permitiu o rápido reassentamento de mais de três milhões de pessoas deslocadas nas suas zonas de origem e uma mais fácil circulação de pessoas e bens em todo o território nacional.

Permitiu igualmente aumentos significativos dos volumes de carga transportada, nas suas diversas modalidades. No total dos meios de transporte, o volume de carga triplicou entre 2002 e 2009. Nos portos, somente no período de 2007 a 2009, o volume de carga manipulada cresceu 29 por cento.

A geração total de energia eléctrica também aumentou de forma expressiva como resultado dos investimentos públicos feitos depois da conquista da paz..

Em 2000, a geração nas suas diversas modalidades foi de 1.426 gigawatts/hora. Em 2009, esse total atingiu 4.914 gigawatts/hora, ou seja, um aumento de cerca de 3 vezes e meia.

A capacidade de produção de água tratada passou de 430,9 mil metros cúbicos em 2006 para 705 mil metros cúbicos em 2009, um aumento de 81 por cento.

No que diz respeito às Telecomunicações registam-se anualmente elevadas taxas de crescimento do número de usuários dos serviços telefónicos.

Em 2009, o número total de usuários de telefones móveis cresceu 19,7 por cento. Estima-se que 47 por cento de cidadãos angolanos dispõem hoje de telefone móvel.

Os subscritores de serviços de Internet cresceram também de forma significativa. No período de 2007 a 2009 o crescimento triplicou, passando os utilizadores de 100 mil para mais de 300 mil.

Para além de tudo isso, conseguimos criar no ano de 2009 mais de 385 mil empregos nos sectores da energia, do comércio, da agricultura, das pescas, dos transportes, das obras públicas, da geologia e minas, da saúde, da indústria e da hotelaria e turismo.

Todos esses indicadores constituem uma clara demonstração de que agimos na hora certa e com medidas adequadas.

Muitos países ainda não superaram a crise e, de entre os que o fizeram, poucos são os que sofreram efeitos colaterais tão negativos como os que foram observados no nosso país.

Graças às medidas e à estabilização do preço do petróleo bruto no mercado internacional, conseguiu-se a retoma da actividade económica e a tendência positiva do crescimento económico acelerado.

Podemos assim concluir que continuamos empenhados em manter o país no rumo certo e em dar satisfação às necessidades dos cidadãos, cumprindo assim o programa que há dois anos mereceu a preferência dos eleitores nas urnas.

Espero que os indicadores favoráveis que acabo de referir sejam levados em consideração na hora de se fazer uma avaliação actualizada e honesta do desempenho do Executivo, porque eles só por si já desmontam as críticas e campanhas falaciosas e injustas, orquestradas tanto no interior como no exterior do país, que apenas pretendem denegrir a imagem dos seus dirigentes.

(III - Futuro/Perspectivas económicas e sociais)

SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL,  
CAROS DEPUTADOS,

A estimativa para o crescimento da economia mundial em 2010 é de 6,3 por cento, sendo 4,7 para a África Subsaariana.

Para Angola, esperamos um crescimento de cerca de 4,5 por cento, mas com a perspectiva concreta de aceleração para cerca de 8 por cento em 2011, graças aos esforços que serão feitos no próximo ano para a retoma dos investimentos públicos e privados.

O crescimento já assegurado para 2010 apoiou-se fundamentalmente na diversificação das actividades económicas, de acordo com as orientações estratégicas do Executivo.

Nesse sentido, para o PIB não petrolífero perspectiva-se um crescimento de 5,7 por cento, liderado pelos sectores da agricultura, da energia, da indústria transformadora e dos serviços mercantis.

O ano de 2010 foi fundamental também para garantirmos os pressupostos do desenvolvimento sustentado, ainda que a economia petrolífera mundial não venha a atingir a pujança que teve antes da crise de 2008/2009.

O Executivo, com efeito, obteve uma melhoria significativa nas contas fiscais, sendo o saldo previsto no OGE Revisto de 2010 de cerca de 1,5 por cento do PIB.



Estes resultados irão consolidar a recuperação da poupança do Estado para assegurar a ampliação do Programa de Investimentos Públicos em 2011, sem que se ponha em risco a sustentabilidade da dívida pública.

Os investimentos prioritários serão destinados à conclusão dos projectos que estão em curso e à manutenção, conservação e boa exploração dos que já entraram em funcionamento.

Os investimentos nas infra-estruturas económicas permitirão criar melhores condições para a realização de investimentos privados e estes, por sua vez, irão sustentar a diversificação da economia.

Neste contexto, as entidades competentes deverão prestar maior atenção à inflação. A variação média mensal da taxa de inflação, nos primeiros oito meses deste ano, mostrou-se moderada, na ordem de 1,01 por cento.

Ainda no mesmo período, o efeito do mercado de cambiais sobre a inflação mostrou-se moderado, com uma flutuação de menos de 1 por cento.

Estes indicadores, associados a um exercício comedido de condução da política económica nos próximos meses, permitir-nos-á situar próximo da média programada a taxa de inflação.

O comportamento histórico da inflação no país tem-se mostrado moderado ao longo do ano, mas incorpora uma tendência sazonal de alta nos últimos meses de cada ano, devido a factores estruturais de demanda e, sobretudo, a actuações especulativas de alguns agentes económicos oportunistas.

No entanto, o Executivo está a terminar um estudo sobre as causas reais da inflação em Angola, de modo a concluir se esta é importada ou se resulta do financiamento do défice causado pela despesa pública.

Os seus efeitos, efectivamente, incidem sobre os altos patamares actuais das taxas de juros e requerem medidas para estimular o investimento e o crédito.

Por outro lado, o Executivo iniciou um programa de reorganização das Finanças Públicas, com apoio de conceituadas consultorias externas, tendo como propósito central fortalecer o relacionamento institucional entre o Banco Nacional de Angola e os Ministérios das Finanças, do Planeamento e da Administração, Emprego e Segurança Social e também reforçar a observância dos procedimentos correctos e das boas práticas universalmente aceites, de modo a garantir a execução eficiente e eficaz da despesa pública e a elevar os níveis de arrecadação da receita.

Com efeito, pretendemos níveis de inflação que não onerem as taxas de juros, encarecendo assim o crédito.

Para esse efeito, não bastam apenas as medidas gerais de política macroeconómica. O Executivo deverá ainda adoptar novas acções directas sobre as causas da permanência de níveis ainda elevados de preços no nosso país, quando comparados com os níveis de preços médios de outros países em desenvolvimento.

Está elaborado um estudo objectivo, amplo e minucioso sobre a formação dos preços dos bens e serviços no nosso país, na base do qual serão em breve anunciadas medidas, com destaque para a criação de uma instituição de supervisão dos preços e da concorrência.

Senhor Presidente da Assembleia Nacional,  
Senhores Deputados

O combate à fome e a luta pela redução e erradicação da pobreza, pelo seu impacto na vida da população, constituem dois dos maiores desafios que se colocam hoje ao Estado angolano, pois são preponderantes para se construir uma sociedade mais próspera e de justiça social.

Estes dois problemas estão a ser tratados numa dupla perspectiva, isto é, no quadro da execução da política macroeconómica e no âmbito de uma desconcentração administrativa e da descentralização da execução do OGE, mais forte e especificamente ligada aos locais onde se concentram os focos de pobreza.

Por essa razão, o Executivo está a implementar programas municipais integrados de desenvolvimento rural e de combate à pobreza, com maior participação comunitária, fiscalização local e acompanhamento dos conselhos de concertação social.

Os programas integrados de combate à pobreza incluem acções no domínio da educação, da saúde, das infra-estruturas básicas, do comércio rural, da água e energia, da produção local e da formação profissional.

O Executivo aprovou uma linha de crédito de um valor em Kwanzas equivalente a 350 milhões de dólares e fundos para a promoção de micro-crédito, aos quais têm acesso os pequenos e médios agricultores, destinado em especial a apoiar a agricultura familiar e a população camponesa.

O empresariado nacional também beneficiará de medidas específicas, no quadro do fomento e promoção das pequenas e médias empresas e de novos estímulos para o surgimento de grandes empresas angolanas.

O Executivo vai adoptar uma política consistente de promoção das empresas privadas angolanas, por forma a que os cidadãos nacionais tenham cada vez maior intervenção em actividades produtivas, como já está a ocorrer com sucesso nos sectores petrolífero e diamantífero.

Todas essas medidas visam a inserção competitiva da economia angolana no contexto internacional, pois a realidade da globalização impõe que haja uma estratégia de crescimento não só apoiada na diversificação, mas também na criação de vantagens comparativas e competitivas, na qual o Estado deverá assumir um papel de liderança.

Por essa razão estão a ser feitos esforços para melhorar a coordenação institucional, principalmente no sector produtivo, na distribuição e no comércio, de modo a que os programas e projectos atinjam as metas fixadas.

Esta nova filosofia ajudará também a identificar os produtos com peso significativo na Balança de Pagamentos que, uma vez produzidos em larga escala, permitirão substituir ou reduzir gradualmente as importações.

Temos perfeita consciência que só deste modo poderemos aumentar a oferta interna de bens e serviços, o emprego e os rendimentos das famílias.

Senhor Presidente da Assembleia Nacional,  
Senhores Deputados,

As necessidades de energia eléctrica e de água são crescentes, quer a nível de consumo humano, quer ao nível da produção agrícola, industrial ou de serviços.

O Executivo aprovou, por esta razão, programas de investimentos estruturantes para ambos os sectores que deverão ser concretizados até 2012, portanto para além desta legislatura.

Estamos convencidos de que governos sucessivos continuarão na senda do desenvolvimento sustentado e a água e energia são bens imprescindíveis para se alcançar este desiderato.

Esses programas permitirão instalar no sector da energia, até fins de 2016, uma capacidade de produção de 7 mil megawatts de potência, o que representa um acréscimo oito vezes superior à capacidade actual.

No sector das águas, os projectos estruturantes vão permitir o acesso à água tratada e à energia em 100 por cento, nas zonas urbanas, e em 80 por cento no meio rural e nas zonas periurbanas.

Para tornar estes projectos realidade, o Executivo constituiu um fundo para o financiamento de infra-estruturas no domínio da energia, águas e transportes, mediante a constituição de reservas com as receitas resultantes da venda de 100 mil barris de petróleo por dia, como forma de converter a riqueza derivada de recursos não renováveis em riqueza como fonte de recursos renováveis.

Por seu turno, a perspectiva de conclusão e recuperação do Caminho de Ferro de Benguela, a expansão dos portos do Namibe e Lobito, assim como a futura construção do Porto do Dande e a continuidade do programa da rede de estradas, permitirá que o país se transforme nos próximos anos numa plataforma logística de significativa importância na África Austral.

Inscreve-se também no nosso desenvolvimento o aproveitamento do gás natural no Soyo, denominado LNG, cujo início de exploração se prevê para o segundo semestre de 2011.

Este projecto criará condições para o surgimento de novas indústrias, de entre as quais se destaca a da produção de fertilizantes, permitindo ao sector da agricultura elevar os seus índices de produtividade e o conseqüente aumento da oferta de produtos frescos e secos de origem vegetal.

O projecto LNG vai já atender às mais modernas exigências de respeito pelo ambiente, no quadro de uma política mais geral que obriga a que todos os projectos actuais e futuros se cinjam às normas superiormente definidas para a protecção ambiental, como deverá ocorrer nomeadamente em relação à preservação e protecção da floresta equatorial do Maiombe, na província de Cabinda.

(IV - Reforço Institucional)

CAROS DEPUTADOS,  
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

Convém sublinhar, por respeito à verdade, que não foram só as medidas de natureza económica e financeira que nos levaram a fazer frente à crise.

Também contribuiu para essa finalidade o novo modelo político-institucional surgido em consequência da aprovação da Constituição da República.

A nova Constituição, associada à paz e estabilidade que o país vive, veio pôr termo à transição política e proporcionar as condições políticas e jurídico-constitucionais adequadas à implementação de um programa de institucionalização de um Estado Social de Direito.

Como é do conhecimento geral, a consolidação da democracia e a transição constitucional são um processo lento, que passa necessariamente por várias fases e etapas.

Iniciado no princípio da década de 90 com a opção pela economia de mercado, e a adopção de uma Lei Constitucional que consagrou a abertura ao multipartidarismo e a realização de eleições democráticas pluralistas, esse processo prosseguiu, permitindo a consolidação das instituições democráticas e, em especial, a aprovação da Constituição em Fevereiro de 2010 por este Parlamento multipartidário eleito pelo Povo angolano.

Cumprimos assim uma etapa importante e histórica, mas sei que o que almejamos é a construção de uma Nação democrática, próspera e moderna.

A condição para alcançarmos este objectivo é manter a Paz e a Unidade Nacional, possuir instituições do Estado fortes e capazes (um bom Parlamento, um bom Poder Executivo, um bom Poder Judicial), possuir instituições que funcionem todas em conformidade com a Constituição da República e a Lei, organizar uma sociedade democrática, plural e participativa e dotar o país de um sistema de Defesa e Segurança capaz que garanta a segurança nacional para o desenvolvimento.

Iniciámos assim uma nova caminhada rumo ao progresso e a tarefa urgente neste momento é a conformação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judicial à Constituição da República e a seguir, ou de modo paralelo, é o reforço da capacidade institucional dos organismos públicos, com vista a dar resposta às tarefas fundamentais do Estado e aos novos desafios e metas decorrentes das normas programáticas da Constituição.

Deste modo, o reforço institucional do Estado deve ter como principais eixos uma nova cultura organizacional e estrutural, por um lado, e, por outro, a gestão por objectivos e a avaliação de resultados.

Graças às novas estruturas políticas, pudemos imprimir já uma nova dinâmica e uma cadência mais acelerada às acções do Executivo, com maior coordenação e maior eficácia.

O Executivo começou por adaptar de imediato as normas em vigor à Constituição, promovendo e aprovando as leis sobre a Contratação Pública, a Probidade Pública, o Património Público, o Branqueamento de Capitais e ainda a nova Lei do Banco Central e o Decreto Presidencial disciplinador do Programa de Investimentos Públicos.

Estes são diplomas legais que, para além de reforçar a democracia e a transparência da gestão pública, produzem efeitos transversais importantes sobre o equilíbrio fiscal e a estabilidade monetária e cambial.

Para além disso, os seus efeitos modernizadores contribuem para o fortalecimento da confiança dos investidores no nosso país.

No próximo ano deveremos cuidar de adaptar igualmente a legislação eleitoral de suporte à realização das eleições de 2012, nomeadamente a Lei Eleitoral, a Lei de Observação Eleitoral, o Código de Conduta Eleitoral, a Lei do Registo Eleitoral, dos Partidos Políticos, do Financiamento aos Partidos Político, etc., que conduzirão a uma maior democratização da sociedade, traduzida na regularização das eleições dos representantes da Nação a todos os níveis, incluindo o autárquico, quando estiverem criadas as condições, assegurando assim a participação real e efectiva dos cidadãos na vida política e social do país.

Senhor Presidente da Assembleia Nacional,  
Ilustres deputados,

Reconhecemos que o nosso sistema judicial tem um funcionamento deficiente, existindo normas desajustadas da realidade actual e pouco consentâneas com a edificação de um Estado de Direito que, como sabemos, só poderá existir se nele houver um Estado de Justiça.

No âmbito da reforma do Estado, devem ser tomadas iniciativas que contribuam para acelerar a aprovação das leis e regulamentos que pautarão a organização e o funcionamento dos Tribunais Superiores, de jurisdição comum, etc., e o completamento do número de juizes desses tribunais, tal como determina a Constituição e concretizar a autonomia administrativa e financeira dos Tribunais num horizonte temporal não superior a um ano.

Existe outro conjunto de ajustamento e reforma do Sistema Judicial que devem continuar a ser executadas, nomeadamente a revisão do Código Penal, que já se arrasta há anos, a revisão do Código de Processo Penal e de toda a legislação processual penal, bem como a revisão do Código Civil.

(V – Relações Internacionais)

SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL

SENHORES DEPUTADOS,

No domínio das relações internacionais e multilaterais, Angola desenvolveu uma política externa de boa vizinhança, de respeito pela igualdade soberana e integridade territorial dos Estados e de cooperação com vantagens recíprocas.

Na sua postura perante as mais distintas questões da agenda política internacional, pautou-se pela coerência de posições e pela fidelidade aos princípios fundamentais que regem o funcionamento da comunidade internacional, traduzindo assim a perfeita consonância entre estes princípios e os que norteiam a salvaguarda dos interesses nacionais num mundo globalizado e cada vez mais complexo.

Vamos continuar, por isso, a desenvolver e reforçar as relações de amizade e cooperação, com vantagens recíprocas para todas as partes envolvidas.

Ao mesmo tempo, Angola vai manter a sua inelutável vocação de ser um factor de paz, estabilidade e desenvolvimento não só das sub-regiões em que está inscrita, como a SADC, a CEEAC e o Golfo da Guiné, mas também de apoio a países a que nos ligam profundos laços históricos e de amizade, como está agora a acontecer com a Guiné-Bissau.

Presidindo actualmente à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o nosso país participa nos esforços desenvolvidos por essa organização, em concertação com a CDAO e o apoio da comunidade internacional, em particular a União Africana e as Nações Unidas, no processo de estabilização deste país irmão.

Por outro lado, o estabelecimento de parcerias estratégicas com a República Federativa do Brasil, com a República Portuguesa, com os Estados Unidos da América e, futuramente, com a República da China está adequado ao momento que o mundo vive hoje e inscreve-se não apenas na necessidade urgente da reconstrução nacional, mas também numa perspectiva mais ampla do projecto de desenvolvimento nacional e da projecção de Angola no plano internacional.

Continuaremos a desenvolver relações de amizade com todos os países do mundo, na base do respeito mútuo e da igualdade.

(VI – Educação moral. Cívica e ambiental e Conclusões)

SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

CAROS DEPUTADOS

Vimos assim que num período de grave crise internacional, Angola soube conciliar de forma criativa as suas obrigações internacionais relativamente às questões da paz, segurança e estabilidade com as suas necessidades decorrentes da reconstrução nacional e da criação das bases materiais para um processo de desenvolvimento sustentado e acelerado.

Num balanço sucinto da situação de segurança no país, podemos concluir que esta, apesar de ainda marcada por algumas ameaças e riscos, é na generalidade estável e se encontra sob controlo.

Os órgãos competentes do sistema de Defesa e Segurança nacional têm tido um funcionamento regular e cumprido a sua missão operacional, embora com sérios condicionalismos decorrentes de problemas organizativos e de limitações de quadros e de recursos técnico-materiais.

Entre as ameaças e riscos que pesam sobre o país estão os conflitos inter - e intraestatais na África Central e na região dos Grandes Lagos, em particular na RDC, onde o conflito ainda existente, pela proximidade das nossas fronteiras, pode facilmente afectar ou ter consequências no nosso território.

Também o apoio externo a forças que ainda procuram desestabilizar o clima de paz existente, que acontece em especial na província de Cabinda, perturba e prejudica os esforços que o Executivo continua a fazer para implementar as tarefas inacabadas do Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação, que levem à completa cessação de hostilidades nessa parcela do território nacional.

Outros riscos estão presentes nas redes de imigração ilegal, de narcotráfico e mesmo do terrorismo internacional, sempre prontas a aproveitar as mínimas fragilidades para ganharem terreno e expandirem os seus negócios e crimes.

A criminalidade violenta, em especial nas províncias de Luanda, Benguela e Huíla, também preocupa o Executivo, que tem estado através da Polícia Nacional a tomar medidas para a reduzir e combater.

Importa, pois, com vista à continuidade da consecução dos objectivos da segurança nacional, continuar a implementação do Plano de Restabelecimento das FAA de 2010, actualizar o Plano de Defesa Militar do país, desenvolver a capacidade institucional do Ministério do Interior, prosseguir o desenvolvimento e a modernização da Polícia Nacional, dar continuidade ao processo de reintegração dos desmobilizados e concluir a pacificação da província de Cabinda.

Neste processo, uma atenção especial deve ser conferida aos Antigos Combatentes da Pátria, porque pelo esforço heróico desenvolvido em períodos difíceis do país conquistaram o direito de merecer o reconhecimento de todo o Povo angolano.

Por último, mas não em importância, devemos conferir especial atenção à educação cívica e moral do nosso povo, pois delas depende em grande medida o êxito dos nossos programas de desenvolvimento e a nossa projecção no mundo.

A formação cívica, moral e ambiental dos cidadãos e das populações, deve levá-los a compreender a necessidade de respeitar o seu semelhante e a propriedade alheia, de conviver de forma harmoniosa na sociedade, de cuidar dos bens públicos e do ambiente e de contribuir de forma consciente para o bem geral.

A responsabilidade dessa acção cabe em grande parte à comunicação social, que para além da sua função informativa, deve também primar pela promoção da nossa

identidade cultural, dos princípios éticos e dos valores morais e cívicos que são já património adquirido da humanidade.

Resumindo, e recordando, são as seguintes as grandes prioridades estratégicas para os próximos anos, visando assegurar a continuação do processo sustentado de desenvolvimento:

- i. a preservação da unidade e coesão nacional, com a consolidação da democracia e das instituições;
- ii. a garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento, através da estabilidade financeira e da transformação e diversificação da estrutura económica;
- iii. a melhoria da qualidade de vida e a consequente melhoria dos índices de desenvolvimento humano dos angolanos;
- iv. o estímulo ao sector privado, em especial ao empresariado angolano;
- v. o reforço da inserção competitiva de Angola no contexto internacional.

Para materializar essas grandes prioridades temos, no entanto, de saber equacionar outras grandes questões, por exemplo: com que recursos e fontes de financiamento devemos contar? Que quadros devemos formar em quantidade e qualidade? De que força de trabalho teremos de dispor?

Estas questões também estão a ser equacionadas e tratadas e constituem alguns dos grandes desafios que a Nação angolana tem de vencer nos próximos anos.

Muito Obrigado pela atenção!

VIVA ANGOLA!



[http://www.portalangop.co.ao/angola/pt\\_pt/noticias/politica/2012/8/39/Integra-discurso-Jose-Eduardo-dos-Santos-sua-investidura-como-Presidente-Republica,47b2648b-1c5e-4011-987d-228c0910b026.html](http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2012/8/39/Integra-discurso-Jose-Eduardo-dos-Santos-sua-investidura-como-Presidente-Republica,47b2648b-1c5e-4011-987d-228c0910b026.html)

26 Setembro de 2012

## **Íntegra do discurso de José Eduardo dos Santos na sua investidura como Presidente da República**

Empossamento

Sua excelência José Eduardo dos Santos, por ocasião da sua investidura como Presidente da República de Angola  
Luanda, 26 de Setembro de 2012

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL  
CONSTITUCIONAL,**

**VENERANDO JUIZES DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL,**

**SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO NACIONAL ELEITORAL**

**ILUSTRES CONVIDADOS,**

**MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,**

**CAROS COMPATRIOTAS,**

Este é um momento muito especial para o Povo angolano, para o Partido MPLA e para mim mesmo. Em conformidade com os resultados das Eleições Gerais do passado dia 31 de Agosto, e nos termos do artigo 114 (cento e catorze) da Constituição da República, acabo de ser empossado pelo Senhor Presidente do Tribunal Constitucional como Presidente da República de Angola.

As ambições e objectivos do nosso Programa de Governação têm uma forte motivação de justiça social e de desenvolvimento humano. A sua concretização assenta numa estratégia de crescimento económico em que o investimento público e o investimento privado em projectos estruturantes do sector público e constituem na plataforma para o desenvolvimento da economia nacional.

Um dos compromissos de maior impacto social do nosso Programa de Governação prende-se com a capacidade de acesso aos bens essenciais. A produção destes bens requer a adopção de medidas bem doseadas de incentivo e de protecção à indústria interna.

**Caros compatriotas,**

**Viva Angola !**  
**Muito obrigado !**

Permita-me, pois, senhor Juiz Presidente do Tribunal Constitucional que termine a minha intervenção com o compromisso reiteirado de respeitar o juramento que acabo de fazer; de cumprir e fazer cumprir a constituição e a lei; de defender as instituições do Estado e de me entregar com todo o meu esforço e as minhas capacidades às altas funções em que fui investido , cumprindo-as com responsabilidade e como presidente de todos os angolanos sem excepção.

Servir a Nação com lealdade.

Contar com a força e a consciência patriótica da juventude angolana como aliada do Executivo na concretização destas tarefas para fazer de Angola um bom lugar para viver;

- . Cooperar com todos os países e pugnar por um mundo mais justo e em paz;
- . Valorizar mais os quadros nacionais e os recursos naturais que o país tem para aumentar a riqueza nacional e fazer Angola crescer mais e distribuir melhor;
- . Dedicar mais recursos a melhoria das condições sociais das pessoas, famílias, especialmente daquelas que têm pouco, ou quase nada para sobreviverem;
- . Prosseguir com dinamismo a reconstrução e o desenvolvimento das infra-estruturas;
- . Manter a paz, aprofundar a democracia;

Para concluir reitero que o espírito que me anima na condução do Executivo é o de renovação e continuidade, isto é :

**Minhas senhos e meus senhores,**

**Ilustres convidados,**

Neste momento, o Executivo vai continuar essa linha de orientação na sua política externa. O nosso propósito continuará a ser a promoção de Angola e de África para uma posição de igualdade soberana nas instâncias e nas relações internacionais.

O Estado angolano sempre conduziu as relações com os seus parceiros de cooperação internacional com base num comprometimento coerente com o interesse de Angola e dos angolanos. Onde quer que cada cidadão resida, a defesa dos seus interesses e direitos constitui uma obrigação do Estado de que jamais abdicaremos.

Angola continuará a respeitar todos os seus compromissos internacionais e aplicará todas as normas dos tratados internacionais de que é parte, ou a que aderiu. Estamos comprometidos com as questões da defesa e protecção do ambiente e vamos bater-nos em todos os fóruns pelo respeito e aplicação das medidas e instrumentos que a comunidade internacional aprovou para garantir a sobrevivência do planeta e a protecção das gerações futuras.

As nossas acções continuarão viradas para uma política diplomática e económica assente no respeito mútuo e nas vantagens recíprocas, na boa vizinhança com os nossos parceiros mais próximos territorialmente e no fortalecimento da integração económica regional ao nível da SADC, da CPLP e da CEEAC.

Angola é hoje um dos países mais respeitados da diplomacia africana. Trata-se de um mérito conquistado ao longo da nossa história, em que os angolanos se bateram de forma consequente pela independência nacional e souberam defender a sua soberania das ameaças externas e das tendências hegemónicas de certos países.

**Minhas senhoras e meus senhores,**

**Ilustres convidados,**

A criança, o idoso e os deficientes físicos sempre estiveram no centro das políticas da governação. Neste mandato o Executivo vai incrementar a assistência social e o apoio solidário a estes cidadãos com medidas concretas de atendimento à criança em idade pré-escolar, de reintegração social e formação profissional para portadores de deficiência e de alargamento para todas as províncias de estabelecimentos de acolhimento de idosos necessitados e amparo social.

O apoio aos antigos combatentes, aos ex-militares e veteranos da Pátria ocupa na agenda social deste mandato um lugar especial. Para além dos incentivos que visam aumentar a diversificação dos seus rendimentos, serão promovidas acções de qualificação profissional que possibilitem a sua inserção no processo produtivo do país.

O grande desafio a vencer é tornar cada cidadão num agente dinamizador activo do mercado de produção e de consumo, com efeitos directos na sua qualidade de vida e no seu bem-estar.

Continuaremos a nossa marcha rumo aos objectivos já traçado. Adaptaremos um Plano Sanitário Nacional logo no início do mandato para o período 2012-2025. O programa de combate à fome e à pobreza não vai ser extinto. Antes pelo contrário será reforçado!

Apesar do grande investimento realizado neste domínio, temos ainda um longo caminho a percorrer até que cada cidadão sinta que atingiu o nível adequado para viver com dignidade. Não devemos esmorecer, vamos encarar com optimismo e esperança o futuro, que depende fundamentalmente da nossa entrega e atitude face ao trabalho.

O esforço de valorização dos angolanos implica também, e fundamentalmente, a melhoria constante das suas condições de vida, através do aperfeiçoamento dos mecanismos e vias de acesso à saúde, ao saneamento básico, à água potável e a habitação condigna.

A revisão do sistema educativo que vamos implementar visa reorientar os cursos em função das necessidades de desenvolvimento do país e das suas províncias e regiões. Pretendemos assegurar a educação pré-escolar e o ensino primário obrigatório e gratuito para todos, e elevar a taxa líquida de escolaridade da educação básica para cerca de 100 %.

Deste modo, o Executivo vai desenvolver um programa de revisão do sistema educativo, centrado na eficácia do ensino, que leve em conta o modelo curricular, o perfil de competências profissionais dos professores, dos formadores e dos educadores, bem como o sistema de gestão das escolas públicas.

Para enfrentarmos os desafios que se prendem com o desenvolvimento do nosso país no contexto da globalização, precisamos de contar com quadros nacionais altamente qualificados e de possuir uma classe de trabalhadores bem formada tecnicamente, capaz de se adaptar rapidamente ao ambiente de mudanças e às necessidades impostas pelos novos sistemas de produção.

Diz-se que a grandeza de uma nação não se mede apenas pelas potencialidades dos seus recursos naturais, mas também pela nobreza de carácter, pela atitude e pelas competências dos seus cidadãos que são de facto a base dinamizadora desses recursos.

Começámos por investir para aumentar a quantidade e agora impõe-se que haja mais investimento para melhorar a qualidade do ensino que é prestado nas nossas escolas e universidades.

Todo este esforço visa valorizar os angolanos, tornando-os cada vez mais capazes de, pela via da escolaridade e da formação profissional e académica, atingir níveis mais elevados de bem estar e de realização profissional, a fim de poderem prestar um contributo mais qualificado ao desenvolvimento económico e social.

Existem hoje em Angola 17 universidades e 44 institutos superiores. Só nos últimos três anos investimos o equivalente a mais de 480 milhões de dólares em 53 novas instituições escolares para o ensino secundário e técnico-profissional.

Nos últimos dez anos Angola atingiu os lugares cimeiros da África sub-sahariana em termos de estabelecimento de ensino superior, médio e de base.

### **Caros compatriotas,**

Neste contexto, será promovida uma ampla discussão com os parceiros sociais sobre este assunto e também definido um programa mais eficaz de formação profissional e técnica dos trabalhadores e jovens que aspiram ao primeiro emprego.

Ainda neste sentido, impõe-se a necessidade de um ajuste da legislação laboral, de modo a torná-la mais flexível para os empregadores, capaz de proporcionar maior mobilidade laboral, inclusive de emprego temporário, sem deixar de garantir o princípio da estabilidade do emprego e os direitos fundamentais dos trabalhadores.

Por outro lado, para além da aplicação sistemática dos programas geradores de emprego e de rendimento das famílias, apoiados nas políticas de fomento e incentivo às micro, pequenas e médias empresas, o Executivo vai implementar medidas tendentes a organizar melhor o mercado de trabalho e a garantir a fiscalização sistemática das suas regras.

Por esta razão, pretendemos alcançar uma taxa mais elevada de ocupação laborar da

força de trabalho activa, através da melhoria dos mecanismos de criação e de acesso ao emprego.

As políticas de emprego, de combate à pobreza, de fomento e incentivo às oportunidades e realização de negócios vão ser implementadas como vias para atingir essa meta. Partimos do pressuposto de que a nossa economia tem condições para garantir muito mais empregos.

**Caros compatriotas,**

A experiência tem-nos ensinado que, se melhorarmos o desempenho de um conjunto de instituições, de políticas e factores determinantes da produtividade do país, cresceremos mais rapidamente e obteremos elevados níveis de retorno dos investimentos, com reflexos na prosperidade dos negócios e das receitas fiscais, podendo-se assim crescer mais e distribuir melhor.

Com a finalidade de elevar a competitividade, continuaremos a dar prioridade ao processo de desburocratização e simplificação administrativa do ambiente de negócios, procurando capitalizar os recursos internos que permitam ao sector privado criar riqueza.

O nosso propósito é expandir o mercado interno, integrá-lo e diversificar a base produtiva nacional, dotando-a de um suporte logístico com circuitos de distribuição e sistemas de transporte eficazes e operacionais.

Esta estratégia vai ser orientada no sentido de superarmos as assimetrias de natureza territorial, permitindo interligar e elevar o nível de cobertura das cadeias de valor nas regiões norte, sul e leste.

Daremos, deste modo, continuidade ao programa de transferência de recursos fiscais provenientes de recursos naturais não renováveis para os sectores de geração de renda baseados em recursos renováveis. Neste sentido, teremos um programa de projectos estruturantes para a energia e para a água, um programa estratégico de segurança alimentar e outro de industrialização do país.

As nossas prioridades neste domínio vão centrar-se na economia não petrolífera, conferindo um papel mais relevante aos sectores mineiro e imobiliário, à agricultura, à indústria transformadora, às redes de distribuição, à circulação mercantil, à prestação de serviços de qualidade e à concorrência empresarial susceptível de conduzir à redução dos preços no consumidor.

**Caros compatriotas,**

O mercado de capitais será mais um importante instrumento para promover o sector empresarial, devendo nos próximos anos constituir-se numa fonte adicional de financiamento à economia, alternativa ao tradicional crédito bancário.

Será também prestada uma maior atenção ao fortalecimento dos instrumentos de financiamento ao empresariado nacional recentemente criados, nomeadamente o Fundo

de Garantia e o Fundo de Capital de Risco Promocional, e também do Banco de Desenvolvimento Angolano (BAD).

As políticas públicas de apoio e incentivo ao crescimento serão assim ajustadas e aperfeiçoadas, de modo a dar uma cobertura institucional mais eficaz a valorização dos recursos do país, através da promoção do investimento estrangeiro e nacional, tendo em conta a notação positiva dada pelas agências internacionais de avaliação do risco.

Em 2013, vamos efectuar o primeiro Recenseamento Geral da População e da Habitação. É uma operação importante para sabermos quantos somos e como vivemos. Este processo permitirá um conhecimento rigoroso e completo do nosso país e vai colocar a nossa disposição informações e dados credíveis para a elaboração de políticas mais realistas.

Esperamos neste novo mandato redobrar os esforços para uma melhoria acentuada da estabilidade macroeconómica, essencialmente no domínio do controlo das pressões de liquidez, do controlo de preços, da gestão cambial, do monitoramento dos índices de competitividade e do controlo do défice orçamental.

A este propósito, recordo que a economia angolana conheceu nos últimos cinco anos uma taxa de crescimento médio de cerca de 9,2%, sendo que o sector não petrolífero cresceu em média a uma taxa de 12%. Esses níveis de crescimento resultam da eficácia das medidas tomadas pelo Executivo para a estabilidade dos indicadores macroeconómicos de natureza fiscal, monetária e cambial que permitiram reanimar a economia.

Na verdade, a estabilidade política e o reforço da capacidade institucional, sobretudo ao nível da Administração Pública, são, para além de um pressuposto de consolidação do Estado de Direito, uma condição para garantia da estabilidade macroeconómica que prometemos ao eleitorado.

Pretendemos, por um lado, dar um sinal claro de combate ao nefasto sentimento de impunidade e, por outro, garantir o acesso ao direito e à defesa dos interesses jurídicos dos cidadãos, das empresas e das instituições democráticas.

Dar ênfase também a concretização do programa de reforma dos sectores da Defesa, Ordem Pública e Segurança Nacional e do programa de reforço da eficácia do Sistema de Justiça no seu todo, incluindo as polícias de investigação e de instrução processual, o alargamento substancial da rede dos Tribunais, o aumento do número de estabelecimentos prisionais e de centros de reeducação e recuperação de delinquentes, fazendo-se uma aposta pragmática na procura de soluções inovadoras e mais eficazes para garantir a celeridade da justiça e das decisões judiciais.

A consolidação do Estado e das suas instituições apresenta-se, neste contexto, como a garantia da estabilidade política, da paz e das liberdades democráticas. Por essa razão, vamos dar ênfase à concretização do programa de reformas para melhorar a organização, gestão e controlo da Finanças Públicas.

Um lugar privilegiado vai ser atribuído ao diálogo com a juventude. A nossa juventude

precisa de canais eficientes para se envolver na solução dos problemas que afectam toda a sociedade, contribuindo com o seu dinamismo, o seu entusiasmo e a sua criatividade.

Para a realização desta prioridade serão reforçados os mecanismos de diálogo com sindicatos, as organizações sociais e profissionais, as igrejas, os empresários e outros parceiros sociais, a fim de se obter a sua colaboração na definição das políticas de desenvolvimento e das estratégias para a sua aplicação.

Inscrevem-se ainda nesta perspectiva a promoção da igualdade do género, e um maior rigor na observância dos princípios da boa governação e da transparência na gestão dos bens públicos.

Inscrevem-se nesta perspectiva o aprofundamento da democracia, em que a liberdade de expressão e de criação, a igualdade de oportunidades e a justiça social se entrelaçam com os programas e acções multidisciplinares para o desenvolvimento da cultura nacional e do Homem.

No mandato que agora começa, a primeira prioridade do Executivo é manter a estabilidade política, mediante a promoção, defesa e consolidação da paz.

### **Caros compatriotas,**

Este instrumento tem estado a ser aplicado com sucesso desde 2008, altura em que uma Conferência Nacional representativa de todos os angolanos aprovou a Agenda Nacional de Consenso. Orgulhamo-nos dos resultados alcançados até agora, que vão no sentido da satisfação das aspirações e legítimos anseios da sociedade angolana.

O rumo do nosso desenvolvimento está definido! Os objectivos que traçámos para este novo período de governação inscrevem-se na Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo do nosso país, conhecida por “Angola 2025”.

Esses dois documentos reitores apontam como seu objectivo a construção de uma sociedade democrática, inclusiva, de progresso, bem-estar e justiça social. A sua aplicação pelo executivo que vou dirigir assentará no princípio da renovação e da continuidade para renovar e corrigir o que está mal, dar continuidade e melhorar o que está bem e iniciar novas obras.

Os eleitores votaram, escolheram os dirigentes do país e estamos aqui para respeitar a sua vontade. Tratou-se, de facto, de uma decisão democrática do nosso Povo, que deste modo mostrou que está a favor do Manifesto Eleitoral e do Programa de Governação do MPLA.

Agradeço também aos membros da minha família e a todos aqueles que me ajudaram durante a campanha eleitoral a levar a minha mensagem e a do MPLA ao conhecimento de todos os angolanos.

Eu agradeço, do fundo do meu coração, a honra e a confiança que o Povo angolano me conferiu para dirigir os destinos da do país, reafirmando assim a sua anterior posição, numa clara demonstração de coerência e de maturidade política.

O país já realizou duas outras eleições democráticas e multipartidárias, em que uma clara maioria votou a favor do MPLA e do seu Líder. O facto de só hoje ter lugar está cerimónia formal de investidura significa que desta vez todas as possíveis dúvidas anteriores foram completamente esclarecidas.



## **Entrevista concedida pelo Presidente angolano à SIC**

**(extractos)**

**<http://www.publico.pt/economia/noticia/jose-eduardo-dos-santos-diz-que-trabalhadores-portugueses-sao-bem-vindos-em-angola-1596693>**

O Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, quebrou o silêncio e deu uma entrevista à SIC ao fim de 22 anos. Nela aborda os grandes temas e desafios para o país que mantém um crescimento ao ano de 7%.

Relativamente à comunidade de cerca de 200 mil portugueses que atualmente vive e trabalha em Angola o Presidente diz que são "bem vindos", como todos os quadros qualificados que possam contribuir para o desenvolvimento de Angola.

### **José Eduardo dos Santos diz que trabalhadores portugueses são bem-vindos em Angola**

06/06/2013

Em entrevista à SIC, Presidente angolano fala em grande procura por quadros e pessoal qualificado, dos pequenos aos grandes negócios.

Angola “oferece muitas oportunidades de negócio” e está de portas abertas aos jovens quadros e pessoal especializado que estejam disponíveis para apoiar o desenvolvimento do país “tanto no sector público como no sector privado”, declarou José Eduardo dos Santos, numa entrevista exclusiva à SIC, transmitida esta noite.

Questionado sobre o estado das relações entre Angola e Portugal, o Presidente angolano elogiou o “quadro de amizade e compreensão” que vigora entre os dois países, com “vantagens mútuas”, e destacou particularmente a área económica. Ainda assim lamentou “alguns problemas localizados em certos círculos da vida portuguesa, talvez por um saudosismo do passado”.

Referindo-se à presença de cerca de 200 mil trabalhadores portugueses no país, o Presidente angolano disse que “são bem-vindos”, particularmente os quadros e pessoal qualificado: “A procura é grande, dos pequenos aos grandes negócios”, sublinhou.

José Eduardo dos Santos manifestou a sua satisfação pelo investimento português em Angola – mas mencionou também a “concorrência” de outros países com quem o seu Governo mantém “relações dinâmicas e multifacetadas, que satisfazem interesses mútuos”, nomeadamente o Brasil e a China, mas também, por exemplo, Israel.

Depois de enumerar os esforços do seu Governo para a consolidação da paz, o aprofundamento da democracia e fortalecimento da unidade nacional, o Presidente angolano falou nos investimentos em obras públicas para a reconstrução da infraestrutura e ainda dos programas de combate à pobreza, de educação e de saúde que tornam o país mais apetecível ao investimento estrangeiro.

A meta do seu Governo, informou, é chegar ao patamar dos países emergentes. A receita passa por uma boa gestão das finanças públicas e por tornar as empresas competitivas, explicou. “Temos de garantir o crescimento sustentado da economia e uma boa política fiscal que permita atender às necessidades sociais do Estado”, observou, acrescentando que o seu Governo lançou políticas para o desenvolvimento da agricultura e da indústria extractiva e transformadora.

José Eduardo dos Santos garantiu também que o seu Governo continuará a apoiar os investimentos angolanos no estrangeiro. O exemplo que apontou foi o da petrolífera estatal Sonangol, que segundo disse “ainda não tem muita experiência”, mas que está a “aprender”.

Quanto à situação política interna, rejeitou a ideia de instabilidade social no país, desvalorizando a importância de algumas manifestações com não mais de 300 pessoas como “fenómenos muito localizados” e que terão a ver com “grupos de jovens a exprimir certas frustrações”.

**"É preciso encontrar um sucessor para o MPLA", diz José Eduardo dos Santos**

### **Democracia de carácter social**

"Somos uma democracia, um regime baseado no pluralismo partidário. O programa do partido que apoia o Governo, o MPLA, tem uma estratégia de desenvolvimento a longo prazo que projecta uma sociedade que é uma democracia de carácter social. Queremos uma sociedade que garanta a igualdade e promova a distribuição equilibrada da riqueza", disse José Eduardo dos Santos à SIC.

Quanto aos investimentos de Angola em Portugal, o Presidente angolano disse: "Não temos ainda muita experiência, a Sonangol tem dado alguns passos, alguns bem sucedidos, outros não", mas, sublinhou, "o importante é caminhar".

### **Um bom patriota**

Como político dos últimos anos que admira, Eduardo dos Santos referiu o ex-Presidente do Brasil, Lula da Silva, "pelo seu dinamismo e fidelidade ao modelo de uma sociedade de progresso social e inclusão".

Eduardo dos Santos diz que quer ficar nos livros de história como "um bom patriota", mas ainda não pensou no que fará quando deixar de ser Presidente de Angola. Para já, a questão da sucessão coloca-se ao nível da liderança do MPLA, "é preciso encontrar um sucessor", diz.

<http://expresso.sapo.pt/e-preciso-encontrar-um-sucessor-para-o-mpla-diz-jose-eduardo-dos-santos=f812352#ixzz2gBFjAuhL>

10 Agosto de 2013, Malabo – Guiné Equatorial

## **Íntegra do discurso do Presidente da República na cimeira da CGG em Malabo**

Guiné Equatorial

Eu agradeço a hospitalidade do Senhor Presidente, do Povo e das Autoridades equatoguineenses e a forma calorosa como fomos recebidos desde a nossa chegada a essa bela cidade de Malabo.

Tenho plena consciência de estar a participar num evento de especial importância para a nossa sub-região, para o continente africano e para o mundo em geral, em razão do contributo que o Golfo da Guiné pode vir a dar para a normalização das rotas marítimas no Atlântico e para a segurança energética planetária.

A actual taxa de produção de crude e as perspectivas do seu crescimento, tendo em conta as reservas que têm sido descobertas na região nos últimos anos, conferem aos nossos países a responsabilidade de definir políticas conexas e de actuar unidos para melhor explorar e potenciar os recursos existentes.

Importa, pois, continuar a promover a confiança entre os estados, através do estabelecimento de políticas, medidas e mecanismos que fortaleçam as relações de boa vizinhança e de cooperação multilateral.

Isto é tanto mais importante porque continuam a existir conflitos armados nalguns Estados da região e está a verificar-se em simultâneo o recrudescimento da criminalidade transnacional, patente no tráfico de drogas e de armas e também de órgãos e de seres humanos; na pirataria marítima e nos assaltos à mão armada; na pesca furtiva; na imigração ilegal; nas ameaças de terrorismo; na lavagem de dinheiro, etc.

Esses fenómenos nefastos atentam contra a segurança não apenas da exploração petrolífera 'offshore', dos ecossistemas e da pesca, da navegação marítima e de outras actividades económicas, mas representam também um perigo para a própria paz, segurança interna e estabilidade dos países banhados pelas águas do Atlântico no Golfo da Guiné.

Neste particular, a Comissão do Golfo da Guiné tem desempenhado um papel fundamental não só na concertação e conjugação de esforços dos estados membros para o combate e erradicação de tais crimes, mas também na sua prevenção.

Para reforçar esse desempenho são também imprescindíveis as contribuições de cada Estado membro dentro das suas fronteiras terrestres e marítimas, uma vez que os perigos e ameaças que ocorrem no mar têm necessariamente o seu suporte em terra e aí devem começar a ser combatidos.

A assumpção dessas responsabilidades por cada um dos nossos países fortalece-nos e capacita-nos para o melhor cumprimento das nossas obrigações e dos objectivos da nossa instituição.

A presente Cimeira dos estados membros da Comissão do Golfo da Guiné ocorre num momento particular.

Depois de terem realizado a Conferência de Luanda e a Cimeira de Yaoundé, onde foram discutidas e equacionadas as soluções para as questões mais prementes que preocupam os países desta região e que têm uma grande importância para a economia mundial, é necessário estabelecer-se uma conjugação de esforços mais eficaz entre os

países da África Central e Ocidental, da União Africana, do Atlântico Sul e das Nações Unidas.

Nessas duas importantes reuniões foi decidida a criação de mecanismos permanentes com vista a materialização das formas concretas de cooperação.

A Comissão do Golfo da Guiné pode, neste contexto, desenvolver a sua acção no sentido de contribuir para a harmonização da actuação da SADC e da CEEAC, de modo a otimizar-se os recursos e a alcançar-se melhores resultados.

É nossa opinião que a Comissão do Golfo da Guiné deve considerar-se como uma organização aberta à adesão de outros países que aceitem os seus estatutos e se comprometam a lutar pelos seus objectivos, conferindo-lhe assim maior abrangência e eficácia em todo o espaço da sua jurisdição.

Se esta intenção for acolhida pelos estados membros, essa integração implicará a adequação do estatuto orgânico do Secretariado Executivo, que lhe permita cumprir as suas atribuições.

A República de Angola alberga a sede da Comissão do Golfo da Guiné e tomou medidas pertinentes para dotar o Secretariado Executivo das condições materiais e logísticas necessárias para o seu pleno funcionamento, tendo agendada a construção e disponibilização da sede definitiva para dentro de breve tempo.

Ao apreciarmos o relatório de balanço da actividade desenvolvida nos últimos anos, constatamos que a nossa instituição entrou já numa nova fase da sua existência.

Ela nasceu, cresceu e está a consolidar-se com meios próprios, contando com a contribuição dos Estados membros.

Porém, há parceiros internacionais que pretendem cooperar com a Comissão do Golfo da Guiné e ajudar.

A ajuda quando é útil é bem-vinda, mas o eventual apoio externo não deve visar a criação de zonas de influência de interesses que não estejam alinhados com os seus objectivos, tais como a manutenção da paz, da segurança e da estabilidade, mas sim valorizar os recursos naturais em benefício dos povos e países que integram o seu espaço de jurisdição.

## **EXCELÊNCIAS,**

A nossa Comissão adaptou, para o cumprimento cabal dos seus grandes objectivos, vários instrumentos de natureza regulamentar e planos de acção anuais e plurianuais, que visam melhorar a sua organização, aperfeiçoar o seu funcionamento e tornar mais eficaz a acção dos seus órgãos.

Durante este mandato foram definidas as Linhas Mestras da Estratégia da Comissão para a Gestão e Segurança na Região, na base de um pensamento comum sobre esta matéria.

Deste modo, foi possível estabelecer-se as bases para a cooperação entre a nossa Comissão e o Secretariado Geral da Comunidade Económica dos Estados da África Central, sobretudo no que respeita à protecção dos nossos interesses vitais no mar.

Não menos importante para a consolidação da Comissão do Golfo da Guiné foi, sem dúvida, a Conferência de Luanda sobre a Paz e Segurança, realizada há menos de um ano, com vista a contribuir para a transformação da nossa sub-região em zona de paz e segurança, cujas reflexões e conclusões sobre o estado de segurança marítima e ambiental contribuíram sobremaneira para o enriquecimento da Conferência da ZOPACAS (Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul), que decorreu em Janeiro deste ano na cidade de Montevideo, capital do Uruguai, na América Latina.

Não obstante os ganhos obtidos pela nossa organização nos domínios político e diplomático, vivemos uma situação delicada no que respeita a insuficiência de recursos financeiros para garantir o normal funcionamento da Comissão.

O orçamento continua a não receber contribuições dos Estados membros no momento certo e este é um dos nossos principais problemas, que prejudica profundamente a actividade do Secretariado Executivo.

Os estados membros devem honrar os seus compromissos, para se ultrapassar esta situação. Neste sentido, foi constituída uma Comissão integrada por três Estados membros que têm a missão de elaborar uma proposta sobre uma modalidade de financiamento segura, simples e exequível, susceptível de garantir a transferência regular das contribuições dos Estados membros na proporção das suas reais capacidades financeiras.

Senhor Presidente agradeço a atenção que me dispensaram como sabem o falecido Presidente Omar Bongo e sua EXCELENCIA o ex-Presidente da Nigéria Olosegun Obasanjo sonharam e lançaram as bases para a formação da Comissão do Golfo da Guiné, mas ainda hoje continuamos a sonhar com a realização dos seus objectivos, mas penso que não devemos continuar a sonhar apenas, porque senão todos pensarão que estamos a dormir. Vamos fazer tudo, transformar o nosso sonho em realidade.

Senhor Presidente, a nossa breve estadia aqui na cidade de Malabo, verificamos que há profundas transformações, há uma grande reforma urbana em curso, queremos felicitar o Senhor Presidente e sobretudo felicita-lo pela infra-estrutura que foi criada para albergar as conferências internacionais, esta é uma sala muito bonita que tem todas as condições materiais e técnicas para a realização do nosso trabalho.

Parabéns Senhor Presidente e desejo muitos êxitos a Cimeira.

Agradeço a atenção que me dispensaram e felicito Sua Excelência Teodoro Obiang Nguema, Presidente da Republica da Guiné Equatorial, pela sua eleição, reiterando o nosso apoio, e desejo-lhe os maiores êxitos no mandato que ora se inicia como Presidente da Comissão do Golfo da Guiné.

**Muito obrigado!**

[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:gZP4tP4JLb8J:www.portalangop.co.ao/angola/pt\\_pt/noticias/politica/2013/9/42/Discurso-Presidente-Republica-sobre-Estada-Nacao.351e9b9d-e8b3-4167-8214-14bf33dd04b3.html&hl=pt-PT&gl=pt&strip=1](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:gZP4tP4JLb8J:www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2013/9/42/Discurso-Presidente-Republica-sobre-Estada-Nacao.351e9b9d-e8b3-4167-8214-14bf33dd04b3.html&hl=pt-PT&gl=pt&strip=1)

Luanda, 15 de Outubro de 2013

SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL,

SENHORES DEPUTADOS,

ILUSTRES CONVIDADOS,

CAROS COMPATRIOTAS,

Estou aqui para falar-vos sobre o Estado da Nação, como determina a Constituição, e vou começar usando uma frase que todos dizem. A situação do país é estável e a paz está a consolidar-se.

Os angolanos estão a trabalhar seriamente para recuperar o tempo perdido durante a guerra, vencer as dificuldades e melhorar as condições em que vivem.

Têm todos um destino comum e valores, princípios e objectivos consensuais inscritos na Constituição da República, em que se revêem, mas nem sempre definem os mesmos caminhos e têm os mesmos métodos.

No momento actual não é fácil compreender todas as soluções achadas pelo Governo neste período de transição para o Estado social e a economia de mercado.

Há quem pense que o crescimento e desenvolvimento social a diferentes velocidades de vários segmentos sociais seja uma política deliberada para perpetuar a injustiça social. Não é assim.

Este é apenas um fenómeno inerente a este período de transição, em que a Nação precisa de empresários e investidores privados nacionais fortes e eficientes para impulsionar a criação de mais riqueza e emprego.

Esta situação cria, naturalmente, a estratificação da sociedade, isto é, o surgimento de várias classes sociais.

No entanto, eu tenho fé que a esperança que se renova todos os dias e a confiança na construção de um futuro melhor para todos são fortes e serão o denominador comum que continuará a cimentar a unidade necessária à consolidação da Nação angolana e à construção da nova sociedade democrática, inclusiva e próspera.

SENHORES DEPUTADOS,

CAROS COMPATRIOTAS,

Dizem alguns teóricos que a economia é a base e as instituições políticas são a super-estrutura e tem de haver uma relação dialéctica entre as duas.

Cuidar da economia, da sua gestão e desenvolvimento e da partilha justa dos seus resultados é uma condição indispensável para se assegurar a estabilidade política e o crescimento do bem estar social.

Ora, Angola está integrada na economia internacional e sofre os efeitos dos seus constrangimentos.

A evolução recente da economia mundial foi marcada pela revisão em baixa das perspectivas do seu crescimento, justificada por um crescimento moderado que se verifica nas economias emergentes (BRICS) e pelo contínuo estado de crise da economia europeia, que se traduziu na redução em 0,2 por cento da projecção do Produto Interno Bruto (PIB) mundial.

Assim, o Fundo Monetário Internacional estimou, no passado mês de Junho, o crescimento do PIB mundial em 3,1 por cento, ao contrário da projecção de 3,3 por cento feita dois meses antes, alertando para os enormes riscos ainda pendentes sobre o sistema financeiro internacional.

A redução do crescimento dessas economias tem por base a diminuição da procura externa e do preço de algumas mercadorias e produtos de base.

No plano interno, a nossa economia foi afectada pela severa estiagem ocorrida ao longo de todo o ano de 2012 em 14 das 18 províncias do país. Como consequência da seca, a produção da energia hidroeléctrica evoluiu a um ritmo de 10,4 por cento, muito inferior ao previsto, que era de 23,9 por cento.

Por outro lado, o sector petrolífero cresceu apenas 5,6 por cento, muito abaixo das estimativas que apontavam para 17,7 por cento, e a má gestão da dívida do Estado para com as empresas privadas levou à redução ou paralisação da actividade de muitas delas e a uma certa estagnação económica.

Esta situação, aliás, levou à alteração da direcção dos ministérios das Finanças e da Construção.

O Executivo teve assim de enfrentar os riscos decorrentes destas situações no caminho para a concretização dos grandes objectivos, que visam consolidar a paz, reforçar a democracia, preservar a unidade nacional, promover o desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida dos angolanos.

Tendo em linha de conta o contexto internacional e interno, o Executivo tem sido prudente e rigoroso na gestão das Finanças Públicas.

A recente evolução do quadro macroeconómico da economia nacional exprime a permanência desse rigor, que nos levou a introduzir reajustamentos na estimativa do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

A projecção do crescimento da economia em 2013 passou para 5,1 por cento, em vez dos 7,1 por cento previstos no Plano Nacional de Desenvolvimento para 2013.

SENHORES DEPUTADOS,

CAROS COMPATRIOTAS,

O sucesso da nossa política económica tem sido a consolidação fiscal, que começámos a implementar desde 2009 e que implica uma correcta articulação entre as medidas de política fiscal e de política monetária, uma gestão mais parcimoniosa das despesas públicas e o investimento nas infra-estruturas que constituem a alavanca para o aumento da competitividade da produção não petrolífera e para o desenvolvimento do sector nacional privado.

Neste contexto, a inflação acumulada dos oito primeiros meses do ano em curso é de 5,38 por cento, uma diminuição quando comparada com os 5,42 por cento observados no mesmo período de 2012.

As taxas de juro mantiveram-se estáveis. Embora as taxas de juro activas permaneçam demasiado elevadas, convém assinalar que a moeda nacional se manteve estável e assim se espera que continue, com a plena aplicação do novo regime cambial para o sector petrolífero e dos novos procedimentos para a realização de operações cambiais de invisíveis correntes.

As Reservas Internacionais Líquidas do país, no mês de Outubro, situam-se em 33,4 mil milhões de dólares americanos, o que representa um incremento de 9,3 por cento em relação ao final do ano passado.

O crédito à economia cresceu 4,3 por cento, tendo o seu 'stock' atingido 2 mil e 779 milhões de Kwanzas.

De facto, o grande objectivo da política económica para a presente legislatura consiste na promoção da diversificação da nossa economia, por forma a tornar o nosso processo de desenvolvimento menos vulnerável e mais sustentável.

Por essa razão, concebemos os programas e projectos estruturantes prioritários, o quadro da despesa pública de desenvolvimento de médio prazo e o respectivo sistema de monitoria.

A nossa intenção é concluir até princípios de 2016 os principais projectos dos sectores da energia e águas e o programa de reabilitação das vias secundárias e terciárias e de construção das estruturas de plataforma logística e de apoio ao comércio rural, por forma a criar as condições para o incremento do investimento privado na produção de

bens e serviços com vantagens competitivas e para o aumento do emprego.

SENHORES DEPUTADOS,

CAROS COMPATRIOTAS,



O país conseguiu avanços consideráveis também na redução da pobreza. O Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza é o maior programa de inclusão social do país, implantado em todos os municípios desde 2012.

O Governo pretende alcançar agora percentagens de redução da pobreza abaixo dos 35 por cento, contra os 65,6 por cento de 2002. De entre outras acções, a implementação do subprograma 'Ajuda para o Trabalho' e o acesso a produtos básicos essenciais subvencionados pelo Estado vão beneficiar, numa primeira fase, 200 mil famílias em 80 municípios. Nas fases posteriores, esse número vai crescer significativamente.

Os grandes desafios para os próximos tempos serão a passagem do mercado informal para o formal e a resposta adequada a dar à procura no domínio da habitação social.

Quanto aos dados estatísticos, presentemente 52 por cento da população rural tem acesso a água potável, 48 por cento ao saneamento básico, que inclui a rede de esgoto e fossa séptica; 25 por cento a electrificação rural, através de fontes alternativas, como geradores e painéis solares; 61 por cento aos serviços municipalizados de saúde; 79 por cento das crianças têm acesso ao ensino primário e 48 por cento beneficiam de merenda escolar.

Nos próximos tempos, os nossos esforços serão direccionados para a melhoria da qualidade do ensino a todos os níveis, fundamentalmente no ensino primário e secundário.

Hoje temos 7,4 milhões de alunos matriculados em todos os níveis de ensino não universitário, dos quais 5,1 milhões no ensino primário e 2,3 milhões no ensino secundário.

O número de professores é de 278 mil, dos quais 153 mil no ensino primário e iniciação e 125 mil no secundário. Com vista a melhorar a qualidade do Ensino de Base, o Executivo vai empreender acções para melhorar a formação de professores.

No Ensino Superior ocorreu um rápido alargamento da oferta pública e privada em todo o território nacional. No segundo trimestre do corrente ano estavam matriculados 198 mil e 700 estudantes, o que ultrapassa em 8,8 por cento a meta fixada para este ano.

A grande prioridade a este nível terá de ser também uma clara melhoria da qualidade do ensino ministrado e que o mesmo responda às necessidades do país, conforme previsto no Plano Nacional de Formação de Quadros.

Verifica-se, com efeito, que o alargamento da oferta não tem privilegiado áreas cruciais para o desenvolvimento do país, designadamente nas engenharias e tecnologias, nas ciências da vida e nas ciências agrárias.

São áreas que exigem maior investimento por estudante, mas que são indispensáveis. O alargamento da oferta tem privilegiado, no entanto, as áreas de menor investimento por estudante e não se justificam por isso as propinas tão elevadas que o sector privado cobra neste momento.

Foi já elaborado um diagnóstico sobre a situação do Ensino Superior que prevê a breve prazo medidas e soluções para os problemas identificados.

Paralelamente, prossegue a implementação do Sistema Nacional e da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como a criação da Rede Nacional de Instituições de Investigação Científica, Tecnológica, públicas e privadas, existindo 28 unidades de investigação e desenvolvimento, que abrangem mil e 200 investigadores e mil e oito técnicos auxiliares de investigação.

O Plano Nacional de Emprego e Formação Profissional, em preparação, é um outro instrumento estratégico de grande relevância para o futuro do país, em particular da nossa Juventude, para o qual queremos dedicar recursos adequados, garantindo assim prioridade à inserção dos jovens e dos quadros nacionais na vida económica e social.

SENHORES DEPUTADOS,

CAROS COMPATRIOTAS,

No sector da Saúde, procedeu-se à elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário e realizaram-se campanhas de vacinação em todo o país contra diversas enfermidades. A rede sanitária cresceu imenso e abrange praticamente todas as localidades.

Também aumentou significativamente o número e qualidade dos profissionais do sector, mas reconhecemos que isso ainda não é suficiente. São necessários mais esforços para atendermos à procura e, sobretudo, para contermos a propagação das grandes endemias que persistem no país e que provocam anualmente milhares de vítimas.

Reconhecemos também que em relação ao HIV/SIDA, apesar do tratamento anti-retroviral já ter alcançado mais de 42 mil e 600 pessoas, o que representa um crescimento de mais de 55 por cento desde 2010, importa alcançar todas as mulheres grávidas seropositivas e garantir através do corte vertical que as crianças não sejam infectadas ao nascer.

Devemos continuar as campanhas de educação para melhorar a qualidade do atendimento nos hospitais públicos.

SENHORES DEPUTADOS,

CAROS COMPATRIOTAS,

No centro da política do Governo também se inscrevem as questões ambientais. Por essa razão destacamos a aprovação do Plano Nacional de Combate a Seca e Desertificação e as várias campanhas de educação, sensibilização e consciencialização ambiental da cidadania.

Os progressos rápidos que atingimos no domínio da Reconstrução Nacional e da normalização da vida das populações em todo o país, deve-se em grande medida também ao trabalho de desminagem.

Esse trabalho permitiu proceder à limpeza de engenhos explosivos numa área de 6,2 milhões de metros quadrados e a desminagem, só nos últimos meses, de 112 quilómetros de estrada e de 486 quilómetros de linha de transporte de energia eléctrica de alta tensão.

Merecem uma palavra de apreço e reconhecimento todas as pessoas que estão envolvidas nesta grande tarefa e que têm dado a sua contribuição, pondo em risco as suas próprias vidas.

SENHORES DEPUTADOS,

CAROS COMPATRIOTAS,

No contexto africano, queremos afirmar-nos como um país do desporto.

As recentes vitórias alcançadas ao nível do basquetebol, feminino e masculino, e do andebol feminino, não foram conseguidas por mero acaso. São o fruto de um trabalho abnegado feito com sacrifício.

Nós temos potencial para ir mais longe. Vamos ajustar a nossa Estratégia de Desenvolvimento Nacional do Desporto à nova realidade, definindo melhor os objectivos, os programas específicos e as metas a atingir a médio prazo pelas diferentes federações, nas modalidades e disciplinas que tutelam, por forma a promover e fortalecer o desporto recreativo, escolar, amador e profissional e a estabelecer-se um sistema adequado de formação de agentes desportivos e professores de educação física e desportos ou de motricidade humana.

Por outro lado, a nossa política cultural vai ser igualmente reajustada e revitalizada na sua execução para maior valorização do livro e incentivos à leitura, para a realização de actividades culturais regulares nos municípios, províncias e a nível nacional, tanto no domínio do folclore e do artesanato como no das manifestações de cultura popular e erudita.

Precisamos nesta área de criar também com urgência os estabelecimentos de formação básica, média e superior para facilitar o acesso ao conhecimento científico e técnico dos cidadãos.

Devemos promover também a projecção regional e internacional das nossas figuras de destaque no domínio cultural e o registo e reconhecimento internacional dos bens culturais materiais e imateriais que simbolizam a nossa identidade.

SENHORES DEPUTADOS,

CAROS COMPATRIOTAS,

Não estaríamos aqui e não estaríamos onde estamos hoje se não houvesse antes de nós e mesmo nos nossos dias cidadãos que, tendo consciência do seu dever patriótico, deram o melhor de si para a libertação do nosso país.

Peço que continuemos a prestar e devida atenção aos nossos antigos combatentes e veteranos de guerra, que são o exemplo vivo da nossa coragem, determinação e sentido do dever.

Devemos reconhecer o seu papel na edificação da nossa Pátria livre e independente e apelar a toda a sociedade para que nunca se esqueça dos sacrifícios por eles consentidos.

Hoje estão identificados a nível nacional 159 mil e 75 beneficiários do Regime de Protecção Especial do Estado, dos quais 44 por cento são antigos combatentes, 16 por cento deficientes de guerra, 32 por cento órfãos e 8 por cento viúvas de combatentes e ascendentes.

Dos diferentes processos de paz que ocorreram no país temos 288 mil 816 desmobilizados. Foram pagas as pensões que estavam em atraso e estão definidos vários programas de formação profissional e de reinserção social e produtiva, para o enquadramento dos que ainda não foram contemplados.

SENHORES DEPUTADOS,

CAROS COMPATRIOTAS,

Afirmou um sábio que uma revolução vale algo quando se sabe defender. Para o nosso país manter a sua soberania e integridade territorial tem de ter capacidade suficiente para se defender.

Assim, está em curso a implementação de uma política de modernização que visa melhorar a qualidade e a capacidade técnica, operacional, logística e de infra-estruturas das Forças Armadas Angolanas, bem como a qualificação técnica e profissional dos seus recursos humanos e a melhoria das suas condições de vida.

Está igualmente em curso a revisão da legislação fundamental sobre Segurança e Ordem Interna, com o objectivo de se aprimorar e reforçar a segurança pública, a integridade e controlo das fronteiras nacionais e o combate à criminalidade.

Neste capítulo, não descuramos a melhoria das condições dos reclusos, cujos direitos humanos devem ser respeitados, a fim de os recuperarmos como cidadãos úteis à sociedade.

A situação de segurança é assim, na generalidade, estável e normal.

SENHORES DEPUTADOS,

CAROS COMPATRIOTAS,

Reconhecemos que nas actuais condições é inquestionável a importância da institucionalização do poder autárquico.

Neste sentido, o Executivo está a implementar várias iniciativas, com vista a contribuir para a definição das políticas públicas relativas à administração local e autárquica e a criar as condições para apoiar a sua implementação.

É evidente que uma grande parte da tarefa compete a esta Casa das Leis e o Executivo continuará a dar apenas a sua contribuição.

SENHORES DEPUTADOS,

CAROS COMPATRIOTAS,

No plano internacional, a realidade dos factos tem demonstrado que o uso da força ou a ameaça de assim proceder se está a tornar numa perigosa cultura política que em nada tem contribuído para se acabar com a violência.

É necessário, portanto, que os Estados façam prova de contenção e capacidade de diálogo, tendo em vista a necessidade da manutenção da paz e da segurança internacionais.

Angola tem reafirmado na sua política externa o primado do respeito pela ordem constitucional e a resolução pacífica dos conflitos e diferendos, em especial no nosso continente, onde ainda prevalecem situações preocupantes no Mali, na República Centro Africana, no Sudão e Sudão do Sul, na Somália, em Madagáscar, na Guiné Bissau e na República Democrática do Congo.

A República de Angola vai continuar a integrar as equipas da União Africana e da SADC que observam e acompanham os processos eleitorais em África, em particular nos países da nossa sub-região, dando relevo à nova cultura do Estado Democrático de Direito e de legitimação do poder pela via eleitoral.

Angola pretende desempenhar um papel primordial no combate e prevenção de todos os fenómenos negativos e criminosos e aposta por isso no reforço da segurança marítima do Golfo da Guiné.

O nosso país continuará a ser um membro activo da União Africana, da SADC, da CEAC e da CPLP e apresentou a sua candidatura a Membro Não Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o período 2015/2016.

No plano bilateral, Angola tem relações estáveis com quase todos os países do mundo. Com muitos deles tem uma cooperação económica crescente e com benefícios recíprocos.

O nosso país tornou-se um destino turístico e de investimento estrangeiro porque o seu prestígio e a confiança dos seus parceiros está a crescer.

Só com Portugal, lamentavelmente, as coisas não estão bem. Têm surgido incompreensões ao nível da cúpula e o clima político actual, reinante nessa relação, não aconselha a construção da parceria estratégica antes anunciada!

SENHORES DEPUTADOS,

CAROS COMPATRIOTAS,

No horizonte desta legislatura e do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 a ideia central do Governo é 'Estabilidade, Crescimento e Emprego'.

Sem estabilidade económica, política, social e institucional, não haverá crescimento económico sustentado e sem este não aumentará o emprego nem a riqueza e os rendimentos dos cidadãos e das famílias.

Na promoção e consolidação da paz, da reconciliação nacional e da democracia, que são os fundamentos da estabilidade política, é indispensável a participação de todos, independentemente das suas origens, ideias e convicções políticas e crenças religiosas. Só assim contribuiremos para o progresso e reforço das instituições e da democracia participativa.

SENHORES DEPUTADOS,

CAROS COMPATRIOTAS,

No sentido de moralizar a nossa sociedade, fazendo prevalecer os princípios e os valores que integram a nossa cultura, o Executivo está a implementar as normas internacionais sobre o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e dará passos no sentido da introdução no ordenamento jurídico angolano da Convenção das Nações

Unidas contra a Corrupção e da criação do Instituto Nacional da Luta contra as Drogas, que poderão facilitar as medidas para prevenir e combater de forma mais eficaz e eficiente os efeitos destes fenómenos, de dimensão universal.

Neste processo de luta contra a corrupção, há uma confusão deliberada feita por organizações de países ocidentais para intimidar os africanos que pretendem constituir activos e ter acesso à riqueza, porque de um modo geral se cria a imagem de que o homem africano rico é corrupto ou suspeito de corrupção.

Não há razão para nos deixarmos intimidar.

A acumulação primitiva do capital nos países ocidentais ocorreu há centenas de anos e nessa altura as suas regras de jogo eram outras. A acumulação primitiva de capital que tem lugar hoje em África deve ser adequada à nossa realidade.

A nossa lei não discrimina ninguém. Qualquer cidadão nacional pode ter acesso à propriedade privada e desenvolver actividades económicas como empresário, sócio ou accionista e criar riqueza pessoal e património.

O cidadão estrangeiro pode criar empresas de direito angolano e integrar-se na economia nacional.

Um simples levantamento dos resultados das empresas americanas, inglesas e francesas no sector dos petróleos ou das empresas e bancos comerciais com interesses portugueses em Angola mostrará que eles levam de Angola todos os anos dezenas de biliões de dólares.

Por que é que eles podem ter empresas privadas dessa dimensão e os angolanos não?

As campanhas de intimidação que referi antes são feitas persistentemente contra os africanos porque não querem ter concorrentes locais e querem continuar a levar cada vez mais riqueza para os seus países.

Nós precisamos de empresas, empresários e grupos económicos nacionais fortes e eficientes no sector público e privado e de elites capazes em todos os domínios, para sairmos progressivamente da situação de país subdesenvolvido.

Isto não tem nada a ver com corrupção, nem com o desvio de bens públicos para fins pessoais. Há que separar o trigo do joio.

As nossas leis que regulam essas matérias são claras e devem ser continuar a ser aplicadas com rigor.

SENHORES DEPUTADOS,

CAROS COMPATRIOTAS,

Quero terminar reafirmando que o Executivo levará à prática as recomendações do Fórum Nacional da Juventude recentemente realizado.

É uma experiência de diálogo e concertação em que o Ministério da Família e da Promoção da Mulher se inspirou para auscultar a vontade das mulheres e reforçar a sua luta pela igualdade do género e contra a violência doméstica.

As mulheres e a juventude são duas componentes essenciais do nosso mosaico social.

Elas são o garante do futuro da Nação e o nosso capital decisivo.

É nossa responsabilidade criar as condições para que este capital cresça e frutifique, gerando uma Angola próspera, pacífica e democrática.

VIVA ANGOLA!

Muito obrigado pela vossa atenção!

Assuntos Presidência da República